

**“Nos bastidores da Corte”:**

**O Rei e a Casa Real na crise da Monarquia 1889-1908**

**Pedro Urbano da Gama Machuqueiro**

**Tese de Doutoramento em História,  
especialidade de História Contemporânea**

**Dezembro de 2013**



Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de  
Doutor em História, especialidade de História Contemporânea, realizada sob a  
orientação científica do Professor Doutor Luís Espinha da Silveira

Apoio Financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia

(Ref. FCT / SFRH / BD / 29283 / 2006)

## DECLARAÇÕES

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,



---

Lisboa, 4 de Dezembro de 2013

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O orientador,



---

Lisboa, 4 de Dezembro de 2013

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sido possível com a ajuda de muitas pessoas que directa ou indirectamente para ele contribuíram. O primeiro agradecimento não poderia deixar de ser para o Professor Doutor Luís Espinha da Silveira. Ao longo de vários anos acompanhou de forma incansável o meu percurso académico, mostrando-se sempre disponível para todas as dúvidas e questões que foram surgindo. O seu rigor científico e o diálogo crítico, sempre estimulante, permitiram enriquecer sobremaneira o resultado final deste trabalho.

Em segundo lugar, aos Senhores Condes de São Lourenço que durante largos meses abriram pacientemente as portas de sua casa para que pudesse consultar o seu arquivo de família, imprescindível para a concretização deste trabalho. Saliento igualmente o importante auxílio prestado pela Senhora Dona Teresa Dupuich Pinto de Castelo-Branco e da Dr<sup>a</sup>. Graciete, responsáveis pela organização deste arquivo.

À Senhora Dona Teresa Maria Schedel de Castello Branco pela generosa dádiva das cópias transcritas das cartas de suas antepassadas e à partilha constante de conhecimento.

À Professora Doutora Maria Eugénia Mata pela disponibilidade e troca de impressões, bem como aos Professores Doutores Maria de Lurdes Rosa, Paulo Jorge Fernandes e Pedro Cardim, que também contribuíram com as suas opiniões e sugestões.

A nível institucional, à Fundação Casa de Bragança, em especial ao Dr. João Ruas; à Biblioteca Nacional, em particular ao Dr. Luís França de Sá; e ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, não só ao seu Director, Dr. Silvestre Lacerda, mas igualmente aos Drs. Paulo Tremoceiro e Odete Martins; ao Arquivo Histórico do Tribunal de Contas e à então Directora Dr<sup>a</sup>. Judite Cavaleiro Paixão, que em muito facilitaram as minhas pesquisas nos respectivos arquivos e bibliotecas. À Dr. Cátia Carvalho, da Biblioteca da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o meu agradecimento pela aquisição de bibliografia específica. Aos Doutores Caroline Zum Kolk e Mathieu da Vinha, do *Centre de Recherche du Château de Versailles*; ao Dr. Nuno Pereira Martins, do Tesouro da Sé Patriarcal de Lisboa e ao Dr. Pedro Pinto, do Centro de Estudos Históricos, pelas várias informações dispensadas.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia, a quem devo o financiamento necessário para a concretização deste trabalho e a sua divulgação através da participação em encontros científicos nacionais e internacionais, bem como ao Professor Doutor Nuno Gonçalo Monteiro, responsável pela carta de recomendação necessária para a candidatura à bolsa de doutoramento.

Aos Professores Doutores Paulo Guimarães, Hélder Adegar Fonseca, Maria Teresa Almeida, Vanda Anastácio, Álvaro Ferreira da Silva, Luciano Amaral e Pedro Neves, em cujos projectos de investigação participei, já na fase final da produção da tese, e que, de forma compreensiva, me permitiram conciliar ambas as tarefas e, sobretudo, alargar os meus horizontes científicos.

Não poderia também deixar de referir algumas pessoas que importunei no sentido de obter informações sobre arquivos, ainda que as buscas se tenham verificado infrutíferas: Dr. Ricardo Aniceto e Dr<sup>a</sup>. Teresa Ponces, do Patriarcado de Lisboa; Dr. Tiago de Lourçal, da Fundação D. Henrique de Menezes; Soeur Maryvonne Duclaux, responsável pelos *Archives des Religieuses du Sacré Coeur*; embaixadas Inglesa e Alemã em Portugal; Fundação Cidade de Lisboa e, a título privado, as Senhoras Condessa de Seisal e Rita Van Zeller.

Aos colegas Nuno Miguel Lima, Ana Alcântara, Daniel Alves, Cristina Joanaz de Melo e Patrícia Lucas, pelas conversas encorajadoras e várias sugestões críticas que se revelaram muito profícuas, muitas vezes sem o saberem. Ao Pedro Sena-Lino, pela revisão final do texto.

Aos amigos Hugo Carrondo, Lúcia Ferreira, Daniel Soares Ferreira, Susana Rodrigues, Raquel Leal, Mané Bastos, Ana Pereira, Shakil Rahim, Inês Sousa, Pedro Malta, Leonardo Mansinhos e David Silva, pela presença constante e animadora.

Finalmente, à minha família, a quem tudo devo.

## **“NOS BASTIDORES DA CORTE”:**

### **O REI E A CASA REAL NA CRISE DA MONARQUIA 1889-1908**

**PEDRO URBANO DA GAMA MACHUQUEIRO**

**PALAVRAS-CHAVE:** História, Século XIX, Século XX, Crise da Monarquia Constitucional, Reinado de D. Carlos, Casa Real, Elites, Aristocracia

#### **RESUMO**

A Casa Real Portuguesa durante a época contemporânea não foi até agora alvo de uma análise historiográfica sistemática. Este estudo pretende colmatar essa lacuna, evidenciando as problemáticas inerentes à própria instituição e à conjuntura nacional em que a mesma se inscreve.

Ao longo dos vários séculos da sua existência, a Casa Real enfrentara novos desafios e, em particular, a partir do século XIX, com a vitória do Liberalismo e a instauração de um regime monárquico Constitucional. Todavia, este regime não duraria muito. O assassinato em 1908 do penúltimo Rei de Portugal, D. Carlos, foi o indício inquestionável da crise do regime e a próxima implantação da República.

Importa por isso interrogar em que medida é que uma das principais instituições monárquicas poderá ter contribuído durante o reinado de D. Carlos para a precoce queda da Monarquia no contexto europeu. Partindo da definição e caracterização da Casa Real, nomeadamente a nível da sua organização interna neste reinado, serão evidenciadas as mudanças trazidas pela Monarquia Constitucional a esta instituição. Analisaremos a composição e recrutamento dos seus elementos humanos, sobretudo a nível dos seus oficiais-mores, no intuito de identificar as bases de apoio do Rei e da Monarquia neste reinado. Abordaremos o tema da situação financeira da Casa Real, à época foi bastante debatida pela questão dos adiantamentos, que teria manchado a imagem pública da Monarquia e do próprio Rei. Finalmente, examinaremos as questões relacionadas com o aspecto exterior e visível da Casa Real, nomeadamente as suas festividades públicas e a sua adequação ao próprio contexto na qual se inseriam.

**"BEHIND THE SCENES OF THE COURT":  
THE KING AND THE ROYAL HOUSEHOLD IN THE MONARCHY CRISIS  
1889-1908**

**PEDRO URBANO DA GAMA MACHUQUEIRO**

**KEYWORDS:** History, Nineteenth Century, Twentieth Century, Crisis of Constitutional Monarchy, D. Carlos reign, Royal Household, Elites, Aristocracy

**ABSTRACT**

The Portuguese Royal Household during the Contemporary period has not yet been subject to a systematic historical analysis. This study aims to fill this gap, showing the problems inherent to the institution and its national conjuncture.

During several centuries of its existence, the Royal Household faced new challenges and, especially from the nineteenth century, with the establishment of a Constitutional Monarchy. However, this political regime would not last. The assassination in 1908 of the penultimate King of Portugal, D. Carlos, was the unquestionable evidence of the crisis of the regime and the forthcoming establishment of the Republic.

It is therefore important ask to what extent is that one of the principal monarchical institutions may have contributed during the reign of King Carlos for the premature fall of the Portuguese Monarchy in the European context. Based on the definition and characterization of the Royal Household, particularly in terms of its internal organization in this reign will be highlighted the changes brought by the Constitutional Monarchy to this institution. We will analyze the composition and recruitment of its human elements, especially at the level of its major officers, in order to identify the support bases of the King and the monarchy in this reign. We will discuss the issue of the financial situation of the Royal Household, which was widely discussed at the time because of the advance payments made by the Public Treasure that have tarnished the public image of the Monarchy and the King himself. Finally, we will examine the issues related to the outward and visible aspect of the Royal Household, particularly their public festivities and its adaptation to the chronological context.





## ÍNDICE

Introdução .....	1
I. A Casa Real: organização e práticas administrativas .....	29
I. 1. Os oficiais-mores .....	40
I. 1.1. Mordomo-mor .....	45
I. 1.2. Estribeiro-mor.....	54
I. 1.3. Capitão da Guarda Real dos Archeiros.....	60
I. 1.4. Chefe da Casa Militar.....	65
I. 1.5. Mordomo-mor da Rainha.....	67
I. 1.6. Mestre-sala.....	70
I. 1.7. Capelão-mor .....	74
I. 1.8. Alferes-mor.....	77
I. 1.9. Reposteiro-mor .....	78
I. 1.10. Meirinho-mor .....	80
I. 1.11. Porteiro-mor.....	81
I. 1.12. Vedor da Fazenda.....	83
I. 1.13. Aio.....	84
I. 2. A Real Câmara .....	85
I. 3. A Casa da Rainha.....	95
I. 4. Quarto dos Príncipes .....	105
II. Os elementos humanos .....	117
II. 1. O recrutamento .....	117
II. 1.1. Os oficiais-mores. ....	121
II. 1.1. Os Gentis-homens. ....	146
II. 1.3. Os Veadores .....	156

II. 1.4. As Damas Camaristas .....	159
II. 2. Benefícios e inconvenientes .....	170
II. 3. A intriga e a camarilha.....	191
III. A Fazenda da Casa Real .....	207
IV. As cerimónias da monarquia.....	292
Conclusão.....	368
Referências Bibliográficas .....	385
Lista de Quadros .....	419
Lista de Tabelas .....	421
Lista de Gráficos .....	423

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AHFCB – Arquivo Histórico da Fundação Casa de Bragança

AHMNE – Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros

AHP – Arquivo Histórico Parlamentar

AHTC – Arquivo Histórico do Tribunal de Contas

AP – Arquivo Ponte

ASSL – Arquivo Sabugosa e São Lourenço

IANTT – Direcção Geral dos Arquivos / Torre do Tombo (antigo Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo)

## INTRODUÇÃO

A 23 de Novembro de 1906 *O Século*, conhecido jornal de cariz republicano, anunciava nas suas páginas a edição em fascículos do romance de Alexandre Dumas intitulado *Memórias de um Médico*, originalmente publicado havia mais de 50 anos. Este pequeno anúncio não despertaria a atenção se não fosse a descrição dessa obra literária: “*Romance histórico em que se acham admiravelmente descritos todos os dramáticos episódios que fizeram rolar no cadafalso as cabeças de Luís XVI e de Maria Antonieta.*”<sup>1</sup>. Esta frase aludia ao mesmo facto mencionado num discurso, proferido três dias antes, durante o debate acerca dos adiantamentos à Casa Real Portuguesa na Câmara dos Deputados, por Afonso Costa, então deputado republicano e futuro presidente do ministério durante a Primeira República (1910-1926). Faltava pouco tempo para as cinco horas e três quartos da tarde, quando aquele deputado exclamara: “- *Por muito menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I, rolou no cadafalso, em França, a cabeça de Luís XVI!*”<sup>2</sup>

Este discurso exaltado obrigou à saída coerciva do deputado e, inclusive, ao encerramento da sessão. Mas estas palavras iam muito mais além da gravidade da crítica explícita relativamente à administração da Lista Civil. Elas evocam o ambiente propício ao atentado que viria a acontecer pouco mais de um ano depois, na tarde de 1 de Fevereiro de 1908, em pleno Terreiro do Paço, à vista da corte e do povo de Lisboa, que aguardavam a chegada do Rei e da Família Real, de regresso à capital após uma estadia em Vila Viçosa<sup>3</sup>.

O assassinio de D. Carlos constituiu a face brutal do descontentamento sentido por parte de alguns quadrantes da sociedade de então em relação ao Rei e à monarquia. Na base desse descontentamento estaria, no imediato, o apoio do Rei ao desempenho de João Franco, atribuindo-lhe poderes para a contenção do movimento republicano<sup>4</sup>. Estava também a questão dos adiantamentos à Casa Real, entendidos pela causa

---

<sup>1</sup> *O Século*, 23 de Novembro de 1906.

<sup>2</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 20 de Novembro de 1906”, *Diário da Câmara dos Deputados, 1906*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906, p. 17.

<sup>3</sup> Este atentado não foi um caso isolado na História de Portugal, tendo ocorrido anteriormente outras tentativas regicidas, nomeadamente com D. João II e D. José, ou até mesmo com D. João IV, cuja morte alguns atribuem a envenenamento intencional.

<sup>4</sup> RAMOS, Rui, *D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 14.

republicana como motivo da ruína financeira do Estado. Outro motivo desse desagrado era a própria vida privada da Família Real, alvo de críticas no interior do Paço e na imprensa periódica. Os casos amorosos de D. Carlos não passavam despercebidos, nem os ciúmes de D. Amélia, a quem era atribuída uma beatitude exacerbada, dividindo a opinião dos cortesãos. O luxo de D. Maria Pia em vestuário tornava o palácio da Ajuda, à vista da imprensa republicana, um gigantesco guarda-roupa<sup>5</sup>. Como se não bastasse, a Família Real estava ainda rodeada por uma aristocracia que muitos consideravam inútil e pedante. Veja-se a conferência proferida por Antero de Quental anos antes, na qual atribuía parte da culpa da decadência dos povos peninsulares ao espírito aristocrático da monarquia, cuja corte corrupta e faustosa era impeditiva do progresso civilizacional, nas suas várias vertentes: social, industrial, comercial e científico<sup>6</sup>.

Mas seria o regicídio mais do que isso? No final de contas, o que caiu juntamente com D. Carlos na fatídica tarde de Inverno de 1908? Não terá sido também o próprio regime político? Assim o entendeu a aristocrata que desempenhava o mais importante ofício feminino da Casa Real – a Duquesa de Palmela, D. Maria Luísa de Sousa Holstein, Camareira-mor da Rainha D. Amélia – quando após a reunião do conselho de Estado, congregado a seguir ao regicídio, se virou para o então Presidente do Conselho, João Franco, dizendo: - “*Mas isto assim é o fim da Monarquia, não é, João Franco?*”<sup>7</sup>. Este assim o supunha também. E de facto, pouco mais de dois anos depois, após um reinado cuja principal preocupação fora a defesa da monarquia<sup>8</sup>, a República era implantada, tornando-se Portugal na terceira república existente na Europa, a seguir à França e à Suíça, antecipando a queda de alguns regimes monárquicos europeus após o seu envolvimento desastroso da primeira guerra mundial<sup>9</sup>.

Quais as causas da prematura queda da monarquia portuguesa no contexto europeu? As acções dos últimos monarcas? O desempenho da elite política da monarquia? A incapacidade do sistema político de traduzir e resolver os conflitos

---

<sup>5</sup> CHAGAS, João, “Carta a uma senhora que nos pergunta de que natureza é o guarda-roupa da rainha D. Maria Pia, *João Franco (1906-1907)*, Lisboa, Typ. Annuário, 1907, pp. 43-54.

<sup>6</sup> QUENTAL, Antero de, *Conferências democráticas. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Porto, Typographia commercial, 1871.

<sup>7</sup> FRANCO, João, *Cartas d’El Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco seu último Presidente do Conselho*, 4ª edição, s.l., Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924, p. 186.

<sup>8</sup> VALENTE, Vasco Pulido, *As duas tácticas da monarquia perante a Revolução*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1974, p. 29.

<sup>9</sup> SERRA, João B., “O assalto ao poder”, ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda, (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009, p. 43.

gerados na sociedade de então? As acções concertadas do movimento republicano? Ou dever-se-ia ao que a historiografia tem identificado como a republicanização da monarquia<sup>10</sup> ou, para utilizar uma expressão atribuída a D. Carlos, uma “*monarquia sem monárquicos*”<sup>11</sup>? As palavras de D. Teresa Saldanha da Gama, filha do oitavo Conde da Ponte, oficial-mor da Casa Real e irmã de uma das Damas da Rainha D. Amélia, em carta para um dos filhos, a propósito da revolta da tripulação a bordo do Cruzador D. Carlos I, em 1906, a qual aproveitou a ausência dos oficiais em terra para tomar conta do navio, não deixam margem para dúvidas: “*O pior é que nem a pessoa mais monárquica (a não ser a tia Maria) sente pena pelo Rei*”<sup>12</sup>. Neste contexto, vale a pena colocar a questão: terão as próprias instituições monárquicas contribuído para a queda do regime? Neste âmbito, qual foi o contributo da Casa Real para o fim da Monarquia Constitucional? À época, a Casa Real era tida como uma fonte de instabilidade política, o que era patente na imagem pública dos Reis, dos cortesãos ou na questão dos adiantamentos, como veremos.

A Casa Real constituía a mais antiga instituição monárquica, mas cuja função e importância na sociedade liberal não tem sido alvo de atenção por parte da historiografia. Se para a Idade Média se analisaram as suas origens e formação e para a Idade Moderna, o seu crescimento e afirmação, como pólo agregador do poder político e instituição central da monarquia, os estudos para a época contemporânea escasseiam.

É, pois, necessário compreender o papel desta instituição no seio da Monarquia Constitucional, identificando as transformações que a mudança de regime do absolutismo para o constitucionalismo implicou, quer a nível do estatuto, quer das funções que desempenhou. Mas é também necessário compreender o seu papel na mudança para o regime republicano. Para esta questão a actual historiografia ainda não tem resposta.

Os principais assuntos abordados pela historiografia relativamente à Casa Real são transversais aos diversos contextos cronológicos. Todavia, grande parte da bibliografia, tanto estrangeira como nacional, não incide apenas sobre esta instituição,

---

<sup>10</sup> RAMOS, Rui, “Os monárquicos contra o Rei”, *A Segunda fundação (1890-1926)*, MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 398-399.

<sup>11</sup> LAVRADIO, Marquês de, *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2004; RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 93.

<sup>12</sup> Carta de D. Teresa Saldanha da Gama ao filho Francisco, Lisboa, 14 de Abril de 1906, Arquivo Ponte, carta 416.

mas alarga o seu âmbito à Corte. Apesar de serem entidades distintas, nem sempre a historiografia as trata separadamente, uma vez que as temáticas abordadas na análise de uma e outra se sobrepõem. Na realidade, um dos principais desafios para os historiadores foi a definição e delimitação de ambas as realidades. Efectivamente, a sua principal preocupação foi a da definição da corte, analisando os elementos antropológicos e culturais da actuação cortesã, como forma não institucional de governo. Como consequência, a corte foi entendida, na Idade Média e Moderna, como a instância de poder onde a política era exercida, quando, na verdade, representava muito mais que isso<sup>13</sup>. Na verdade, a corte era também um espaço onde se desenrolavam práticas sociais relacionadas com o poder, nomeadamente através de redes de relação e influência, e no qual se inscrevia a Casa Real. Esta era uma instituição com uma estrutura delineada e hierárquica, que assumia uma dupla função doméstica e pública, régia e estatal, na maior parte das vezes quase indistinta, no vértice da qual se situava o monarca. De facto, se por um lado era uma estrutura doméstica, destinada a servir o Rei quotidianamente, era também uma estrutura administrativa e financeira, destinada a servir a função pública decorrente do exercício da Realeza<sup>14</sup>.

Os estudos sobre a corte multiplicam-se relativamente à Idade Moderna. É nesta época em que corte e Casas Reais se estruturam em toda a Europa, tornando-se indiscutíveis espaços de poder que estendiam a sua influência para lá da esfera doméstica e privada, influenciando decisões régias e políticas. Nesse sentido, diversos trabalhos têm procurado as origens dessas transformações, nomeadamente os seus antecedentes medievais. Veja-se o caso de Louis Batiffol, que ao analisar a corte francesa anterior a Luís XIV, conclui que grande parte das tradições presente durante este reinado lhe era anterior<sup>15</sup>.

A corte francesa destacou-se perante as suas congéneres europeias, o que se reflectiu igualmente na produção historiográfica. Um dos primeiros estudos acerca desta temática foi o de Norbert Elias e que durante anos serviu de modelo para trabalhos posteriores. No seu livro *A Sociedade de Corte*, o historiador alemão examinou a sociedade de corte francesa de Antigo Regime através de diferentes abordagens: as

---

<sup>13</sup> MARTÍNEZ MILLÁN, José, “La substitución del “Sistema cortesano” por el paradigma del “Estado Nacional” en las investigaciones Históricas” in *Libros de la Corte.es*, Núm. 1, Año 2, primavera, 2010, pp. 4-16.

<sup>14</sup> LAYNESMITH, J. L, *The Last medieval queens*, Oxford, Oxford University Press, 2004, p. 221.

<sup>15</sup> BATIFFOL, Louis, *Le Louvre, sous Henri IV et Louis XIII. La vie de la cour de France aux XVIIème siècle*, Paris, Calmann-Lévy éditeurs, 1930.



casas dos aristocratas, as suas despesas, a etiqueta e cerimonial, demonstrando como a corte se tornou o principal órgão representativo da estrutura social de Antigo Regime e do Estado Absoluto através do recurso aos rituais quotidianos do monarca francês, que exprimiriam um poder simbólico e, inevitavelmente, político. Isto teria permitido ao monarca definir o prestígio e o poder de cada um dos cortesãos na corte. Assim, através do recurso ao cerimonial, o monarca pôde exercer o seu poder sobre a aristocracia<sup>16</sup>.

A ritualização dos mais pequenos actos quotidianos da vida do monarca, que adquiriram um forte poder simbólico no espaço da Corte, esteve presente já durante o reinado de Francisco I<sup>17</sup>, tornando-se mais evidente na de Luís XIV, cujo luxo e aparato aumentaram, favorecidos pela expansão de um novo estilo artístico, o Barroco<sup>18</sup>.

O mesmo sucedeu na monarquia hispânica. A promoção da ordem e da hierarquia através da etiqueta realçou a autoridade dinástica, enquanto os rituais fixos e invariáveis mantiveram a ordem e manipulavam quem neles participava<sup>19</sup>. As cerimónias da vida pública assumiram-se como uma demonstração de poder e os símbolos utilizados por este estruturaram as sociedades tradicionais<sup>20</sup>.

A tese do controlo da aristocracia pelo Rei, através da estruturação hierárquica da Casa Real e do recurso ao cerimonial, tem sido contestada recentemente. William Newton, que analisou a evolução da estrutura, função e composição da Casa Real francesa durante o século XVIII, dando atenção sobretudo à composição das hierarquias inferiores, embora tenha reforçado a teoria da corte como instrumento da política régia, chama a atenção para o facto de não existir um controlo efectivo da nobreza por parte do Rei, uma vez que aquele grupo social apenas ocupava os postos honoríficos da Casa Real<sup>21</sup>.

---

<sup>16</sup> ELIAS, Norbert, *A sociedade de corte*, Lisboa, Estampa, 1987.

<sup>17</sup> DIMIER, Louis, *Le château de Fontainebleau et la cour de François Ier*, Paris, Calmann-Levy éditeurs, 1930.

<sup>18</sup> FUNCK-BRENTANO, Frantz, *La cour du Roi Soleil*, Paris, Grasset, 1937; LENOTRE, G., *Versailles au temps du Roi*, Paris, Éd. Bernard Grasset, 1935; BEAUSSANT, Philippe, *Le Roi-Soleil se lève aussi: récit*, Paris, Gallimard, 2000.

<sup>19</sup> NOEL, Charles C., “La etiqueta borgoñona en la corte de España (1547-1800)” in *Manuscripts Revista d'història moderna*, nº 22, Bellaterra, Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 2004, pp. 139-158.

<sup>20</sup> CANNADINE, David, PRICE, Simon, *Power and Ceremonial in traditional Societies*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

<sup>21</sup> NEWTON, William R., *L'espace du roi, La cour de France au château de Versailles, 1682-1789*, s.l., Fayard, 2000, NEWTON, William R., *La petite cour, Services et serviteurs à la cour de Versailles, au XVIII siècle*, s.l., Fayard, 2006.

A obra colectiva dirigida por Jimenez Gómez-Centurion, acerca da Casa Real espanhola durante a época moderna, também contraria a visão de Elias. A corte funcionava como um espaço onde o poder nobiliárquico impunha fortes limitações à acção do poder régio, quer dentro, quer fora da corte. Isto terá favorecido a negociação e intercâmbio de favores e serviços entre Rei e aristocratas, lucrando mutuamente ambos os lados<sup>22</sup>. O fundamental era o acesso à figura régia, de modo a permitir aos cortesãos o exercício de uma influência directa sobre os monarcas<sup>23</sup>.

Esta teoria foi corroborada no estudo colectivo acerca da Casa Real durante o reinado de Filipe II de Espanha, dirigido por José Martinez Millán e Santiago Fernández. No entanto, estes autores vão ainda mais longe. O facto de a corte espanhola ter funcionado, durante este reinado, como um factor integrador das elites sociais e políticas, quer no centro, quer na periferia, ao recrutar para o serviço da Casa Real aristocratas dos vários reinos que compunham a Coroa hispânica, permitiu o desenvolvimento e fortalecimento das estruturas administrativas e institucionais mais do que o favorecimento do poder régio ou do poder cortesão<sup>24</sup>. Ou seja, no equilíbrio de forças entre Rei e aristocracia, o verdadeiro vencedor terá sido o aparelho institucional e administrativo. Philippe Contamine partilha também esta ideia. Embora a Casa Real fosse tradicionalmente um local de expressão de ambições e intrigas que poderiam constituir pontualmente um perigo para o poder régio, assumiram-se como uma necessidade para o bom funcionamento do Estado<sup>25</sup>.

Outra ideia a ter em conta foi avançada por Hilla Zmora, num estudo de conjunto das monarquias europeias desde o século XIV ao XVIII, que se relaciona com a evolução da corte e os novos desafios que esta teve de enfrentar no século seguinte. Defende este historiador que, sobretudo nos finais de Antigo Regime, a corte perdeu progressivamente a sua capacidade integradora para se tornar um factor divisório da sociedade, uma vez que o círculo de aristocratas que rodeava a Coroa e a Família Real

---

<sup>22</sup> GÓMEZ-CENTURIÓN JIMÉNEZ, Carlos, coord., *Monarquía y corte en la España Moderna*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2003.

<sup>23</sup> GÓMEZ-CENTURIÓN JIMÉNEZ, Carlos, “Al cuidado del cuerpo del Rey: Los sumilleres de corps en el siglo XVIII”, in *Cuadernos de Historia Moderna*, Anejo II nº 2, 2003, 199-239; MAYORAL LÓPEZ, Ruben, *La Casa Real de Felipe III (1598-1621), ordenanzas y etiquetas*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid - Tesis Doctoral, 2007.

<sup>24</sup> MARTINEZ MILLÁN, José, FERNÁNDEZ CONTI, Santiago, (Dirs.) *La monarquía de Felipe II: la casa del Rey*, Madrid, Fundación Mapfre Tavera, 2005.

<sup>25</sup> CONTAMINE, Philippe, (dir.) *L'état et les aristocrates, XII-XVIIe siècle, France, Angleterre, Ecosse*, Paris, Presses de l'École normale supérieure, 1989.

se tornou cada vez mais restrito, deixando de fora outros tantos ressentidos e desejosos de pertencer a esse grupo influente e prestigiado. A sobrevivência da corte na conjuntura que se adivinhava esteve dependente de duas das suas características fundamentais: flexibilidade e capacidade de adaptação<sup>26</sup>. Estas características também são realçadas pelas recentes teses historiográficas acerca da aristocracia, como tendo sido fundamentais para a sobrevivência dos privilégios deste grupo social para além do Antigo Regime<sup>27</sup>.

Finalmente, a historiografia tem debatido as questões financeiras e de sustentabilidade económica das diversas Casas Reais durante a Idade Moderna. De facto, a questão dos gastos excessivos foi um problema fulcral, transversal às diferentes geografias e uma preocupação constante das próprias monarquias durante esse período. A historiografia liberal oitocentista, pelo menos no caso espanhol, pendeu para a responsabilização da corte pela delapidação dos dinheiros públicos<sup>28</sup>.

No entanto, os estudos mais recentes tendem a equacionar a possibilidade de os gastos terem trazido vantagens económicas e políticas. De facto, o fausto e luxo que caracterizavam a corte francesa e que materializavam a autoridade régia, a riqueza do reino e a força da monarquia, concorreram igualmente para o estímulo da produção e das trocas comerciais e artísticas, tendo propiciado a criação postos de trabalho. Do ponto de vista político, os consumos sumptuários actuaram como um instrumento de pacificação e de civilização dos costumes e dos consumos culturais, abrindo caminho para a estabilidade da monarquia e unidade do reino, ao submeter a nobreza à autoridade régia através de redes clientelares<sup>29</sup>.

A análise da estrutura do gasto na monarquia espanhola permitiu também compreender os fins essenciais da Casa Real. José Jurado Sanchez defende igualmente a função semiótica do consumo sumptuário, na projecção e difusão de uma imagem de

---

<sup>26</sup> ZMORA, Hilla, *Monarchy, aristocracy and the state in Europe 1300-1800*, London, Routledge, 2001.

<sup>27</sup> Veja-se, a título de exemplo, o estudo de Arno Mayer, que foi o precursor da análise desta problemática. MAYER, Arno, *La persistance de l'ancien Régime. L'Europe de 1848 à la Grande Guerre*, Paris, Flammarion, 1983, a que outros se seguiram, relativamente às aristocracias inglesas (Lawrence Stone, J. V. Beckett, David Cannadine, Samuel Clark, Andrew Fraser), francesas (Christian de Bartillat, André-Jean Tudesq, David Higgs, Guy Chaussinand-Nogaret, Claude-Isabelle Brelot, William Doyle, Natalie Petiteau) e espanhola (Ignacio Atienza Hernández, Santiago Aragón Mateos, Maria Jesús Baz, Pedro Ruiz Torres, Juan Carmona Pidal).

<sup>28</sup> JURADO SÁNCHEZ, José, *La economía de la corte. El gasto de la Casa Real en La Edad Moderna 1561-1808*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2005.

<sup>29</sup> SOLNON, Jean-François, *La cour de France*, Paris, Fayard, 1987.

grandeza e poder que reforçava a posição do Rei no interior e exterior da monarquia e fortalecia o fomento da economia. Além disso, as próprias iniciativas régias relativas ao controlo do crescimento dos gastos e consequentes reformas incidiram sobre as despesas e não tanto sobre a organização e estrutura da própria Casa Real<sup>30</sup>.

Para a época contemporânea, os estudos sobre a corte e a casa real escasseiam. Ainda assim, os historiadores que trataram destas temáticas no século XIX insistiram no impacto das mudanças políticas verificadas na viragem do século XVIII para o XIX, onde se verificaram rupturas significativas nos antigos regimes políticos da velha Europa, nomeadamente a transformação de monarquias absolutas em monarquias constitucionais. A soberania deixava de estar nas mãos de um único homem, representante de Deus na terra – o Rei absoluto, para ser confiada a toda a Nação, isto é, ao povo. A própria autoridade do Rei deixava de emanar de Deus, mas sim da Nação. Limitava-se assim o poder régio, procedendo-se à divisão dos poderes legislativo, executivo e judicial. A par da alteração do pensamento político, há também uma inversão das perspectivas acerca da sociedade, tendentes a uma maior democratização e igualdade da vida pública, mas sobretudo à substituição do paradigma da sociedade hierárquica existente, que até então assentara nos privilégios da nobreza. Mesmo que estas transformações não se tenham verificado de igual modo por toda a Europa, a Revolução Francesa terá permitido a divulgação dessas ideias e sobretudo, a tomada de consciência política por parte das elites e mais tarde das massas que, mais cedo ou mais tarde as levariam a tomar parte formalmente da actividade política, com o sufrágio universal.

A par da retracção das monarquias absolutas, bem como do declínio da aristocracia terratenente, desenvolveu-se uma burguesia cada vez mais influente e com cada vez maior poder político e um alargamento progressivo da classe média, acompanhando o crescimento da malha urbana, em termos de aumento do número e da dimensão das cidades. Estes desenvolvimentos acompanhavam o crescimento económico decorrente das revoluções na esfera da produção, consequência dos avanços técnicos e mais tarde científicos, que permitiram uma extraordinária expansão da produção industrial<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> JURADO SÁNCHEZ, José, *La economía de la corte. El gasto de la Casa Real en La Edad Moderna 1561-1808*.

<sup>31</sup> HOBBSAWM, Eric, *The age of revolution, 1789-1848*, New York, Vintage Books, 1996.

Uma dos aspectos estudados pela historiografia tem sido a forma como as monarquias se adaptaram às mudanças políticas e sociais durante o século XIX, nomeadamente a transformação do sistema cortesão pela emergência do Estado-Nação, como aponta José Martínez Millán<sup>32</sup>. Para o autor, o modelo cortesão existente nas monarquias da Idade Moderna terá sido substituído pelo paradigma de Estado-Nação, desde logo na historiografia liberal oitocentista e pelos teorizadores políticos. A corte, entendida até então como uma entidade civilizadora e símbolo de progresso, foi posta em causa, passando a ser entendida como um espaço de superficialidades, aparências e de interesses pessoais. Em contraposição, o verdadeiro civilizador e garante de liberdade passaria a ser o Estado, que encarnava a noção de bem comum, aliado às noções emergentes de identidade nacional e de espírito do povo.

Se a concepção de corte foi alterada, teria ela também sofrido alterações neste novo contexto? Quais as suas funções nesta nova ordem? Se durante a Idade Moderna a corte se assumiu como um espaço fundamental de exercício da política, que papel passou agora a desempenhar? Esta questão, pouco debatida pela historiografia, é enunciada por Santiago Silva de Andrade nos seus trabalhos acerca da Casa Imperial Brasileira, nomeadamente o papel da Casa Real no processo de estruturação do Estado Contemporâneo. No seu entender, terá sido um importante factor de conservação da união e do equilíbrio do Estado nacional brasileiro durante o século XIX<sup>33</sup>. Algo semelhante ao que sucedeu no império Austro-húngaro, onde a monarquia se assumiu como um símbolo de identidade nacional<sup>34</sup>.

Para além do surgimento dos Estados nação, novos desafios terão surgido, não apenas para a corte, como para os próprios indivíduos que a constituíam: os cortesãos. O recrutamento social da corte foi-se modificando. Em França, a corte Imperial de Napoleão assistiu a alterações no grupo social que rodeava o imperador e que exercia

---

<sup>32</sup> MARTÍNEZ MILLÁN, José, “La sustitución del “Sistema cortesano” por el paradigma del “Estado Nacional” en las investigaciones Históricas” in *Libros de la Corte.es*, Núm. 1, Año 2, primavera, 2010, pp. 4 a 16.

<sup>33</sup> ANDRADE, Santiago Silva de, “Morar na casa do Rei, servir na casa do império” in *Almanack Braziliense*, n.5, São Paulo, Revista electrónica, Maio 2007; ANDRADE, Santiago Silva de, “Uma casa nos trópicos: a Casa Real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)” CARDOSO, José Luís, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, SERRÃO, J. (Eds.). *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010; ANDRADE, Santiago Silva de, “A Casa Real portuguesa: aspectos centrais da instituição na crise do Antigo Regime português (c.1780 - 1821)” in *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, 2011.

<sup>34</sup> OKEY, Robin, *The Habsburg Monarchy, from enlightenment to eclipse*, New York, St. Martin’s Press, 2001.

funções na Casa Real devido a uma crescente militarização. De facto, durante o regime bonapartista, os militares ingressaram nas fileiras de cortesãos, desempenhando grande parte dos cargos na Casa Real e o próprio imperador apresentava-se como um militar e não como um cortesão<sup>35</sup>. No império Austro-húngaro, a aristocracia, que habitualmente engrossava as fileiras de serviço ao Imperador, além de ter perdido muita da sua influência política, cessando a sua actividade política na Câmara Alta, teve ainda de enfrentar a emergência da elite burocrática com quem competia pelo favor régio<sup>36</sup>. Porém, não foram somente cortesãos e aristocracia que perderam o poder que anteriormente detinham face a outros grupos sociais, fossem estes militares, burocratas ou políticos. De facto, a própria corte deixou de ser um centro de poder político, que se aglutinou em redor das novas instituições governativas. A aristocracia francesa, durante a restauração borbónica, deixou de exercer a sua influência sobre a sociedade através do favor régio, ao contrário do que acontecera até aí. Desde então, fê-lo através da interferência directa sobre as próprias instituições políticas e administrativas, tornando cada vez maior a distinção entre corte e governo<sup>37</sup>. Se a historiografia se questionou sobre quem seria o principal beneficiário durante o Antigo Regime francês desta troca de influência, se o Rei, se a aristocracia, neste contexto colocou a mesma questão, nomeadamente se a aristocracia continuou a ser um mero instrumento de poder, já não nas mãos do Rei, mas do governo<sup>38</sup>. No entanto, há exemplos contrários. Na Alemanha, o Kaiser e a sua própria *entourage* continuaram a exercer o poder político, ainda que em moldes constitucionais, mais do que o próprio chanceler<sup>39</sup>.

Uma forma de adaptação das monarquias às mutações verificadas ao longo do século XIX apontada pela historiografia foi o recurso ao cerimonial. Esta problemática, que já era importante para a análise da corte durante a Idade Moderna, continuou a sê-lo para a Idade Contemporânea. Eric Hobsbawn, no texto introdutório a *The invention of tradition*, notou o florescimento do cerimonial como manifestação de poder ao longo do século XIX, sobretudo nas sociedades cujas estruturas sociais e económicas haviam

---

<sup>35</sup> MANSEL, Philip, *The Court of France, 1789-1830*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988.

<sup>36</sup> TAYLOR, A. J. P., *The habsburg monarchy, 1809-1918 A History of the Austrian empire and Austria-hungary*, London, Penguin book, 1964.

<sup>37</sup> MANSEL, Philip, *The Court of France, 1789-1830*.

<sup>38</sup> NEWTON, William R., *L'espace du roi, La cour de France au château de Versailles, 1682-1789*, s.l., Fayard, 2000, NEWTON, William R., *La petite cour, Services et serviteurs à la cour de Versailles, au XVIII siècle*, s.l., Fayard, 2006.

<sup>39</sup> ROHL, John, *The Kaiser and his court, Wilhelm II and the Government of Germany*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

sofrido alterações profundas. Esse incremento deveu-se a práticas rituais recentemente criadas e inclusive inventadas, que foram construídas e instituídas com grande rapidez, tendo como objectivo a inculcação de valores e normas de comportamento, estabelecendo uma continuidade com o passado histórico<sup>40</sup>. Houve, portanto, a tomada de consciência de como as cerimónias da corte poderiam ter um impacto na sociedade, através da sua influência simbólica<sup>41</sup>. A coroa conferia dignidade aos seus actos através da vida de corte e da pompa, que eram um garante da estabilidade e segurança<sup>42</sup>. O exemplo máximo de como o poder da monarquia se afirmava através da invenção da tradição foram as cerimónias e rituais das Coroações, nomeadamente em Inglaterra<sup>43</sup>.

Na Áustria também se assistiu a um esforço estatal, inserido numa conjuntura de reforço do nacionalismo, de criação de novas festividades e do estabelecimento de símbolos nacionais, capazes de reforçar o patriotismo, fortalecendo a mobilização política das massas. Para tal, a monarquia teria revitalizado o ritual de corte e a tradição católica para potenciar o patriotismo<sup>44</sup>.

Fora da Europa, nomeadamente no Brasil Imperial, o cerimonial foi igualmente colocado ao serviço da monarquia, que se afirmou como um símbolo fundamental da nação. A tradição do cerimonial português foi exacerbada, mas inovou-se através da introdução e incorporação de elementos da cultura nativa criando-se novos símbolos de poder, mantendo o carácter teatral e a dimensão simbólica do poder político<sup>45</sup>.

A problemática do cerimonial está intimamente ligada com a da imagem do Rei. O tema não é novidade, pois já durante o Antigo Regime francês, os retratos régios, o consumo de artes decorativas<sup>46</sup> e o vestuário<sup>47</sup> funcionavam como um instrumento político que impunha modelos de comportamento, protagonizando uma outra vertente

---

<sup>40</sup> HOBBSBAWM, Eric, RANGER, Terence, dir., *The invention of tradition*, 6ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2008.

<sup>41</sup> BOHDANOR, Vernon, *The monarchy and the constitution*, Oxford, Clarendon Press, 1995

<sup>42</sup> ADONIS, Andrew, *Making Aristocracy Work, The peerage and the political system in Britain, 1884-1914*, Oxford, Clarendon Press, 1993.

<sup>43</sup> STRONG, Roy, *Coronation from the 8th century to the 21st century*, Harper Perennial, 2005.

<sup>44</sup> COLE, Laurence, UNOWSKY, Daniel, ed., *The limits of loyalty. Imperial Symbolism, Popular Allegiances and State patriotism in the late Habsburg Monarchy*, New York, Oxford, Berghahn Books, 2007.

<sup>45</sup> GUIMARÃES, A. C. D'Araújo, *A Corte no Brasil, figuras e aspectos*, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1936; SCHWARZ, Lilia Moritz, *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, s.l., Companhia das Letras, 1998.

<sup>46</sup> BURKE, Peter, *A construção de Luís XIV*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007.

<sup>47</sup> MANSEL, Philip, *Dressed to Rule. Royal and court costume from Louis XIV to Elizabeth II*, New Haven and London, Yale University Press, 2005.

da monarquia-espectáculo<sup>48</sup>. À medida que se caminhava em direcção ao século XX, verificou-se porém uma progressiva alteração da representação pública dos monarcas, que reflectia a entrada em cena de alguns aspectos da vida privada, nomeadamente um certo “aburguesamento” dos gostos e comportamentos.

Isabel Burdiel defende que as monarquias pós-revolucionárias teriam de cumprir três funções fundamentais que lhes assegurassem a sobrevivência: funções de ordem política, simbólica e social. O cumprimento destas funções obrigou a modificação de comportamentos dos próprios monarcas, tanto o público como o privado, transformando inclusivamente este num objecto de interesse público. Para isso era necessário adequar as velhas formas de comportamento aristocrático aos novos valores burgueses de moralidade, autocontrolo, razão e mérito. Realça também a importância da família e a redefinição do papel desempenhado pelas mulheres no seio naquela e que terão tido importantes efeitos políticos, frequentemente desvalorizados pela historiografia<sup>49</sup>. Nesse sentido, isso explicaria o êxito da Rainha Vitória de Inglaterra e o fracasso de Isabel II de Espanha<sup>50</sup>. De facto, no contexto da crescente oposição republicana e das constantes chamadas para assumir um maior protagonismo pessoal, a má preparação para o exercício das suas funções e a maior inclinação para a satisfação da sua vida privada, terão funcionado como obstáculos ao bom desempenho por parte dos monarcas do seu papel como reis constitucionais<sup>51</sup>.

No império Austro-húngaro, e em especial na Hungria, a imagem da imperatriz Isabel foi intensamente popularizada como uma forma de auto-representação da monarquia, servindo para reforçar o nacionalismo daquele último reino, tornando-se a imperatriz uma celebridade e sendo objecto de culto nacional que ainda hoje perdura<sup>52</sup>.

---

<sup>48</sup> WEBER, Caroline, *Rainha da Moda. A roupa que Maria Antonieta usou para a Revolução*, Lisboa, Oceanos, 2008.

<sup>49</sup> BURDIEL, Isabel, “Biografía, biografía de reyes: Isabel II como problema” DAVIS, J. C, BURDIEL, Isabel, (ed), *El outro, el mismo, Biografía y autobiografía en Europa (siglos XVII-XX)*, Valência, PUV, 2005, p. 146-147.

<sup>50</sup> EZAMA GIL, Ángeles, *La infanta Eulália de Borbón. Vivir y contar la vida*, Zaragoza, Prensas Universitarias de Zaragoza, 2009, p. 69.

<sup>51</sup> LÓPEZ-CORDÓN, M<sup>a</sup> Victoria, PÉREZ SAMPER, M<sup>a</sup> Ángeles; MARTINÉZ de SAS, M<sup>a</sup> Teresa, *La casa de Borbón, (1700-1808) Familia, corte y política*, vol. 2, Madrid Alianza Editorial, 2000; LÓPEZ-CORDÓN, M<sup>a</sup> Victoria, PÉREZ SAMPER, M<sup>a</sup> Ángeles; MARTINÉZ de SAS, M<sup>a</sup> Teresa, *La casa de Borbón, (1808-2000) Familia, corte y política*, vol. 2, Madrid Alianza Editorial, 2000.

<sup>52</sup> COLE, Laurence, UNOWSKY, Daniel, ed., *The limits of loyalty. Imperial Symbolism, Popular Allegiances and State patriotism in the late Habsburg Monarchy*, New York, Oxford, Berghahn Books, 2007.



Para além do esforço da própria monarquia, esta popularidade só foi possível graças ao desenvolvimento da imprensa e da cultura visual. De facto, os meios de comunicação tiveram, no caso inglês, uma influência vital para o desenvolvimento da monarquia e foram uma das vias através das quais mantém ainda hoje a sua proeminência, destacando-se nomeadamente a narração das grandes cerimónias de corte<sup>53</sup>. Mas não só. A promoção da imagem dos monarcas como figuras nacionais veiculada pelos variados meios de comunicação enfatizou esse populismo real baseado também na normalidade burguesa, nomeadamente nos seus papéis como esposos, pais e por último, como reis<sup>54</sup>.

Por outro lado, os meios de comunicação poderão ter tido exactamente o efeito contrário. Historiadores espanhóis tentaram avaliar o papel desempenhado pelos meios de comunicação na queda de Afonso XIII de Espanha. Partiram da pressuposta existência de um progressivo questionamento e desvalorização do regime por parte da imprensa, que teria facilitado o triunfo do movimento antimonárquico. Esta hipótese assentava na ideia de que a imprensa actuava como canal dos movimentos políticos, fomentando a mobilização da população. Todavia, os resultados da investigação mostraram que apesar do reinado em questão ter desembocado na queda do regime monárquico, a difusão na imprensa da imagem do Rei assumiu sempre moldes positivos. Uma das hipóteses levantadas para explicar esta aparente contradição poderá residir na limitação da liberdade de expressão e na censura prévia<sup>55</sup>.

Outra das características da adaptação das monarquias às mudanças políticas e sociais durante o século XIX foi a alteração das formas de relacionamento com os súbditos. No Brasil Imperial, Lília Schwarz insistiu na ideia de um progressivo afastamento das elites por parte do imperador e uma maior aproximação aos súbditos<sup>56</sup>.

Charles Gattey, na análise da monarquia britânica, demonstrou a capacidade desta se ajustar às mudanças políticas e sociais através da aproximação aos súbditos, ainda que de forma conservadora. Por sua vez, esse conservadorismo terá permitido a preservação da estabilidade. Ao contrário do que acontecia no passado, em que o

---

<sup>53</sup> SMITH, Robert, MOORE, John S, *The monarchy fifteen hundred years of British tradition*, London, Smith's Peerage Limited, 1998.

<sup>54</sup> PLUNKETT, John, *Queen Victoria, first media monarch*, NY, Oxford University Press, 2003.

<sup>55</sup> SÁNCHEZ ARANDA, José J., MONTERO DÍAZ, Julio, PAZ, María Antonia, *La imagen pública de la monarquía: Alfonso XIII en la prensa escrita y cinematográfica*, Barcelona, Ariel, 2001.

<sup>56</sup> SCHWARZ, Lília Moritz, *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*.

monarca se manteve afastado dos súbditos como forma de preservar a magia que neles exercia, empenhou-se agora em se inscrever como parte integrante da sociedade, através de acções de caridade e filantropia, aumentando seu prestígio e reafirmando a sua importância<sup>57</sup>. Há que ter em conta que esse esforço da monarquia na reinvenção da sua posição na vida nacional só foi possível graças à existência de uma sociedade industrial, com uma forte massa urbana. De facto, ao longo do século XIX assistiu-se ao crescimento da imprensa e da cultura visual que assimilaram as práticas cortesãs existentes às expectativas e necessidades de um público burguês emergente<sup>58</sup>.

Em Portugal, os estudos acerca da Casa Real são bastante escassos. Porém, e apesar dos particularismos, as temáticas abordadas nesses trabalhos reflectem em parte as problemáticas patentes na historiografia internacional.

Um dos primeiros contributos foi o de Rita Costa Gomes, sobre a corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média. A caracterização da Casa Real foi realizada através da análise das estruturas que a compunham e da presença nobre nestas, através da identificação dos indivíduos que dela faziam parte e da reconstituição de trajectórias familiares no seu seio. Este grupo de indivíduos caracterizava-se pela heterogeneidade e hierarquização, que reflectia a estratificação social existente, bem como uma clara divisão relativamente ao género. À variedade de cargos correspondia também uma variedade de pagamentos, ainda que nem todos efectuassem um serviço efectivo. Os cargos podiam ou não ser vitalícios, mas a sua principal característica foi a sua patrimonialização em determinadas famílias, que ocorreu precocemente. O cerimonial foi alvo de análise, demonstrando a importância das actividades rituais na ordenação da vida colectiva através de dois ciclos principais: o relativo aos acontecimentos da existência individual do Rei, correspondendo às grandes cerimónias da monarquia, e o ciclo quotidiano e anual<sup>59</sup>.

Os restantes contributos historiográficos existentes reportam-se ao período da Idade Moderna e nenhum deles estuda a Casa Real Portuguesa em particular.

A excepção é constituída pelo recente trabalho de Félix Labrador Arroyo, que analisou a organização e estrutura da Casa Real portuguesa antes e durante a monarquia

---

<sup>57</sup> GATTEY, Charles Neilson, *Crowning Glory. The merits of monarchy*, London, Shephard-Walwyn, 2002.

<sup>58</sup> PLUNKETT, John, *Queen Victoria, first media monarch*.

<sup>59</sup> GOMES, Rita Costa, *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

dual, procedendo à análise dos vários departamentos que a compunham, não só atendendo aos ofícios, como também às pessoas que os desempenharam. Nesse sentido, Félix Labrador Arroyo constatou uma progressiva falta de integração da elite portuguesa na administração central da monarquia a partir da morte de Filipe II. A anexação de novos territórios teve como prática habitual a manutenção das estruturas de poder pré-existentes e da organização específica de cada reino, através da figura do Vice-rei e da integração das elites pré-existentes nessas estruturas. Porém, este processo implicava a multiplicação de várias Casas, o que agravava as dificuldades económicas visto que a existência de uma só Casa seria muito menos dispendiosa. Além disso, o afastamento do Rei do reino de Portugal era contrário à lógica das redes clientelares desenvolvidas ao longo da Idade Média, pois essa ausência física traduzia-se também numa ausência simbólica, ficando a participação na função político-social da monarquia vedada às elites portuguesas<sup>60</sup>. Por estas razões, a Restauração da Dinastia brigantina poderá ser entendida como a restauração da ordem clientelar e da participação nos negócios do reino por parte da aristocracia. Embora fosse esta quem mais lucrasse com a vida de corte, percebe-se como esta era também fundamental para a própria monarquia.

Os restantes estudos ou abordam instituições similares, como a casa da Rainha ou a Casa do Infantado – ou temáticas que, de certa forma, se encontram relacionadas com as que são levantadas pela historiografia relativamente à Casa Real: as relações de poder no seu interior e a importância das cerimónias da monarquia durante a Monarquia Dual.

Para Maria Paula Lourenço, a Casa da Rainha – e, do mesmo modo a Casa Real, pois a estrutura era semelhante e a lógica estruturante a mesma – era uma configuração social em torno da qual se desenvolviam diversas relações sociais. Daí a necessidade de definição da natureza dos laços entre senhor e criados – os laços de sangue, intimidade, amizade, fidelidade e tradição de serviço à Coroa, que assumiam um valor político e simbólico. Esta análise permitiu caracterizar a Casa da Rainha como um espaço de

---

<sup>60</sup> LABRADOR ARROYO, Félix, *La Casa Real em Portugal (1580-1621)*, Madrid, Polifemo, 2009.

governo privado, de gestão patrimonial, mas também um espaço social e de sociabilidade onde se promoviam as fidelidades domésticas<sup>61</sup>.

Pedro Cardim enfatiza a questão da dualidade privada e pública como características fundamentais desta instituição. Ao analisar em pormenor a corte régia como local de residência do Rei, observou que a sua estrutura possuía uma forte componente doméstica, semelhante às restantes casas aristocráticas. O que a diferenciava era ser a peça central da comunidade política e o seu principal pólo ordenador, ao proporcionar a distribuição dos recursos. Ademais, contava também com uma secção directamente relacionada com o governo do espaço exterior à casa, ou seja, o reino, e estas duas esferas distintas de actuação nunca tiveram limites nítidos. Só a partir de meados do século XVIII é que começou a existir uma maior distinção entre estes dois planos, sobretudo com a reforma das secretarias de Estado, pelo que, até então, a corte foi um dos principais palcos da vida política<sup>62</sup>.

Outra das características definidoras da corte ressaltadas por este autor prende-se com as relações entre Rei e Nobreza. No seu entender, a corte assumia-se como um centro privilegiado de troca de serviços entre Rei e Nobreza, ideia partilhada por Maria Paula Lourenço. Tratava-se de uma forma de entreajuda e auxílio, vantajosa para ambas as partes e que correspondia à exteriorização de laços de afectividade entre realeza e aristocracia, que assim foi afirmando-se material e socialmente. Isto terá tido duas importantes consequências. Por um lado, a sintonia de valores e os laços familiares e afectivos entre realeza e aristocracia permitiu que os nobres considerados mais importantes pelo Rei fossem os escolhidos para o desempenho dos ofícios principais na Casa Real, sendo a antiguidade e a qualidade da família a que pertenciam as reguladoras dessa importância – ideia também partilhada por João Paulo Salvado<sup>63</sup>. Por outro lado, as sociabilidades entre as pessoas nobres fomentavam a tomada de consciência da sua identidade, distinguindo-as dos restantes grupos sociais. Além disso, devido à

---

<sup>61</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa Corte e património das Rainhas de Portugal, 1640-1754. Poderes, Instituições e Relações Sociais*, Universidade de Lisboa, dissertação de doutoramento em História Moderna, 1999.

<sup>62</sup> CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dissertação de doutoramento em História Moderna, 2000. A criação das Secretarias de Estado não teria, no entanto, causado um corte abrupto com a preponderância anterior do Conselho de Estado. MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 36.

<sup>63</sup> SALVADO, João Paulo, *Nobreza, Monarquia e Império. A casa senhorial dos almotacés-mores do reino, século XVI – XVIII*, Lisboa, dissertação Doutorado, FCSH-UNL, 2009.

indistinação entre doméstico e político no seio da Casa Real e à inexistência de instituições exclusivamente políticas, muitos dos escolhidos para o desempenho de ofícios nesta instituição acabavam naturalmente por desempenhar também ofícios com funções executivas.

Finalmente, outra questão fundamental para a historiografia é a do cerimonial, nomeadamente a forma como as cerimónias da monarquia se revestiram de significados públicos e religiosos<sup>64</sup>. Para Pedro Cardim, o cerimonial cumpria uma tripla funcionalidade: sublinhava a superioridade moral da nobreza, reforçava a hierarquia pré-existente e disciplinava afectos e emoções.

Diogo Ramada Curto vai um pouco mais além, ao questionar o recurso aos rituais na relação entre a cultura popular e a cultura política. O cerimonial possibilitava a coesão entre indivíduos e grupos, uma vez que as celebrações festivas criavam a própria comunidade, ao contrário de serem uma consequência da estrutura social e ideológica. Todavia, apesar de muitas das cerimónias terem constituído manifestações públicas, não constituíam ainda um aspecto da cultura de massas. A diferença residia nos destinatários dessas manifestações que eram os grupos sociais que nelas participavam e não a massa anónima. Tal como apontou a bibliografia internacional, verifica-se igualmente por parte dos cerimonialistas um duplo esforço: por um lado, a manutenção da tradição, por outro, a invenção da mesma, compreendendo a necessidade da inscrição das cerimónias numa linha de continuidade.<sup>65</sup>

Nuno Gonçalo Monteiro, ao estudar a aristocracia portuguesa nos finais de Antigo Regime, constata que grande parte dos ofícios-mores e superiores da Casa Real dessa época eram detidos por Casas de Grandes. Simultaneamente, a quase totalidade destas Casa exercia um ofício palatino, em parte devido ao aumento exponencial do número de alguns ofícios superiores, respeitantes à Real Câmara e à Casa da Rainha<sup>66</sup>.

Ainda que muitas das problemáticas abordadas para os períodos anteriores continuem a ser pertinentes como as relações entre Rei e nobreza; entre corte e poder

---

<sup>64</sup> SALVADO, João Paulo, *Nobreza, Monarquia e Império. A casa senhorial dos almotacés-mores do reino, século XVI- XVIII*.

<sup>65</sup> CURTO; Diogo Ramada, *A Cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos ritos e negócios*, Lisboa, Tese de Doutoramento em Sociologia Histórica apresentada à faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994.

<sup>66</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995.

político, e a importância do cerimonial de corte –, a preocupação historiográfica revelada pelo estudo da Casa Real portuguesa durante a Idade Média e Idade Moderna não se verifica para a Idade contemporânea. No entanto, além daqueles outros problemas ganham importância. Na verdade, a instituição nascida na Idade Média, com objectivos próprios e especificidades inerentes à época da sua criação não poderá ser a mesma que vamos encontrar no dealbar do século XX, numa sociedade que nada tem a ver com aquela para a qual foi criada. De facto, as transformações verificadas ao longo do século XIX trazidas pelo constitucionalismo, nomeadamente a alteração do papel do Rei, o surgimento de outras instituições de poder e as transformações no seio da aristocracia terão acentuado dessas diferenças. Vários estudos têm realçado como o novo sistema político teria permitido a emergência de novos poderes, provocando alterações nos grupos tradicionais de sustentação da monarquia, ou seja, a aristocracia. Esta assumira-se durante o Antigo Regime como a principal monopolizadora do poder político, face à “*inexistência de centros intermédios de poder*”<sup>67</sup>, mantendo a exclusividade das presidências dos tribunais, os comandos do exército, os governos coloniais e os bispados<sup>68</sup>. Todavia, apesar do texto Constitucional garantir a nobreza hereditária e as suas regalias, os poderes que este grupo social detinha ao longo do Antigo Regime começavam a ser postos em causa. A sua cisão durante a guerra civil terá levado ao afastamento do poder daqueles que foram derrotados e, inevitavelmente, trazido consequências para a composição do grupo<sup>69</sup>. A nobreza assistiu a um crescimento do número dos seus efectivos, particularmente nos períodos de maior instabilidade política, uma vez que a nobilitação continuava a ser a recompensa pelo suporte ideológico, militar e administrativo à monarquia<sup>70</sup>. Todavia, foi perdendo os seus privilégios e sentindo na pele o enorme aumento da carga fiscal que recaía sobre as mercês nobiliárias e que esteve, inclusive, na origem de recusas de títulos<sup>71</sup>. Os representantes das velhas casas aristocráticas, apesar de continuarem a deter os

---

<sup>67</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Poderes e circulação das elites em Portugal: 1640-1820” *Elites e poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 112.

<sup>68</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Poderes e circulação das elites em Portugal: 1640-1820” *Elites e poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, p. 137.

<sup>69</sup> LOUSADA, Maria Alexandre, “D. Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da Nobreza titulada Portuguesa” in *Penélope*, nº 4, Lisboa, Quetzal Editores, 1989, pp. 82-111.

<sup>70</sup> DIOGO, Helena I. B., FARIA, Mª de Fátima M. Fernandes, MOREIRA, Mª João S. Guardado, FERNANDES, Mª Margarida Dias, “Para o estudo da nobreza Portuguesa Oitocentista – Barões e Viscondes no Reinado de D. Maria II” in *Ler História*, nº 10, Lisboa, Edições Salamandra, 1987, pp. 139 - 158.

<sup>71</sup> VASCONCELOS, Francisco L. S. de, *A Nobreza entre 1792 e 1910. Estatuto e Transmissão*. Lisboa, ISCTE, 2001.

principais ofícios da Casa Real foram desempenhando cada vez mais funções decorativas e perdendo terreno no que diz respeito à liderança política<sup>72</sup> de que a diminuição da sua presença Câmara dos Pares, tornando-se quase insignificante, foi o sintoma mais visível<sup>73</sup>. O liberalismo veio permitir que outros grupos sociais, tais como as famílias não titulares oriundas da pequena nobreza de província, acessem aos principais ofícios do Estado, até então excluídos devido ao monopólio da aristocracia no seu exercício<sup>74</sup>. A par deste declínio da aristocracia, assiste-se à afirmação da sociedade e valores burgueses, com que aquela acabaria por se misturar, pelo menos nos meios mundanos<sup>75</sup>.

Todavia, as referências à Casa Real na bibliografia são escassas, destacando-se o estudo de Francisco Vasconcelos acerca da nobreza do século XIX em Portugal. Este autor defende uma continuidade face ao Antigo Regime, nomeadamente por os ofícios-mores da Casa Real, efectivos e honorários, terem sido tradicionalmente desempenhados por membros da alta aristocracia, ao longo desse período<sup>76</sup>.

As alusões à Casa Real tornam-se mais frequentes a propósito da crise final da monarquia, nomeadamente durante o reinado de D. Carlos, período que escolhemos como objecto do nosso estudo.

À vista dos contemporâneos, nas vésperas deste reinado tudo parecia correr de feição e os únicos desafios pareciam ser apenas a conservação desse estado de aparente estabilidade e dar especial atenção à imagem que a monarquia detinha face à opinião pública: *“Vossa Alteza teve a felicidade de nascer num país e numa época em que, apesar das opiniões pessimistas, as circunstâncias são favoráveis em geral, e essencialmente boa a situação da Família real. As instituições estão seguras e a dinastia tem adeptos bons. Contudo, este estado custou muito trabalho, muita luta, muitos perigos, e Vossa Alteza sabe pela leitura da história que nada do que é humano é estável aproveitamento. À luta e conquista é necessário fazer seguir o trabalho de conservação. Tem sido a missão de El Rei e também a minha naturalmente indicado*

---

<sup>72</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*.

<sup>73</sup> SILVEIRA, Luís Espinha da, “Revolução liberal e pariató (1834-1842)” in *Análise Social*, nº 116-117, vol. XXVIII, 1992, 2º – 3º., pp. 329-353.

<sup>74</sup> RAMOS, Rui, “Para uma história política da cidadania, in *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2004, vol. XXXIX (172), p. 555.

<sup>75</sup> CRUZ, Maria Antonieta, *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999.

<sup>76</sup> VASCONCELOS, Francisco L. S. de, *A Nobreza entre 1792 e 1910. Estatuto e Transmissão*.

*pelas circunstâncias a Vossa Alteza. Para isso, a opinião pública é imprescindível e se ela às vezes não está de acordo com as nossas tendências quantas vezes é necessário ceder-lhe, embora se apresenta que é ela a dirigida.*”<sup>77</sup>

O que mudou, afinal, durante o reinado de D. Carlos? A historiografia tem habitualmente apontado diversos factores determinantes na queda da monarquia. Fernando Rosas aponta como principais causas a crise do próprio sistema liberal monárquico, visível na progressiva ingovernabilidade política, assente no rotativismo político e no caciquismo e na oligarquização do próprio sistema governamental, que geraram um claro desprestígio das instituições monárquicas, consubstanciadas no Rei, nos “*áulicos*” e na classe política do regime. Este desprestígio teria levado ao abandono gradual do apoio por parte das bases tradicionais de sustentação do regime, nomeadamente das alas sociais mais conservadoras, a par da força crescente e radical das pequenas burguesias urbanas, dos operários industriais e das elites intelectuais, que terão permitido o crescimento do Partido Republicano Português<sup>78</sup>. A adesão dos lojistas de Lisboa ao republicanismo constitui um bom exemplo da radicalização dos grupos intermédios da sociedade, nomeadamente, da capital do país<sup>79</sup>, a par da de outros grupos até então silenciados, como mulheres e trabalhadores<sup>80</sup>.

De acordo com Vasco Pulido Valente, o crescimento deste partido teve cinco etapas fundamentais: as comemorações do centenário de Camões em 1880, o *ultimatum* inglês em 1890; a questão dos tabacos entre 1903 e 1905, a ditadura de João Franco e o escândalo dos adiantamentos entre 1906 e 1907, o qual teria terminado com o pouco prestígio que a monarquia ainda detinha. No fundo, tal crescimento deveu-se à própria actuação das instituições monárquicas, que se pautavam pela corrupção e tráfego de influências, quer por parte do poder político, quer por parte de algumas personalidades da corte<sup>81</sup>. Fernando Catroga realça também estes momentos, mas sobretudo o período a partir de meados da primeira década do século XX, marcado por uma maior unidade do

---

<sup>77</sup> Carta do conde de Sabugosa a D. Carlos, ainda Duque de Bragança, Lisboa, 22 de Julho de 1887, Arquivo Sabugosa e São Lourenço, Mor I, gaveta L4, (4).

<sup>78</sup> ROSAS, Fernando, “A crise do liberalismo oligárquico em Portugal”, ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda, (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009, p. 20-22.

<sup>79</sup> ALVES, Daniel, *A República atrás do balcão: os lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia (1870-1910)*, Chamusca, Cosmos, 2012.

<sup>80</sup> SAMARA, Maria Alice, “O movimento republicano e o povo”, NEVES, José (coord.) *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta-da-china, 2010, pp. 93-106.

<sup>81</sup> VALENTE, Vasco Pulido, *O poder e o povo. A revolução de 1910*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1974, pp. 25-45; 66.



movimento republicano, através da fundação de novos clubes e centros, como resposta à política de engrandecimento do poder real teorizada por Oliveira Martins e apoiada por boa parte do grupo d'*Os vencidos da Vida* e que a ditadura de João Franco preconizava<sup>82</sup>.

Em simultâneo, o desenvolvimento urbano e da imprensa periódica, contribuíram para a massificação da vida política e urbana<sup>83</sup>, favorecendo a intensificação da propaganda republicana. Segundo Amadeu Carvalho Homem, esta foi fomentada nos círculos académicos e tornou-se cada vez mais insurrecta para com os poderes instituídos<sup>84</sup>, nomeadamente o Rei e toda a Família Real<sup>85</sup>, bem como os servidores da Casa Real<sup>86</sup>. Em contrapartida, a classe política e o próprio Paço revelaram dificuldades nas relações com as exigências do próprio florescimento do jornalismo<sup>87</sup>.

Ainda assim, e embora Pedro Tavares de Almeida defenda que o Partido Republicano se tenha tornado na principal força política da capital<sup>88</sup>, os seus apoiantes não ultrapassariam os 100.000 na melhor das hipóteses<sup>89</sup>. Efectivamente, até 1910, a organização deste movimento era ainda insípida e rudimentar, de acordo com Amadeu Carvalho Homem<sup>90</sup>.

Se o *Ultimatum* havia trazido um endurecimento dos métodos de governação<sup>91</sup>, a partir de 1906, perante o avanço do republicanismo, a monarquia, através de João Franco, procurou revolucionar as estruturas monárquicas existentes, primeiro dentro da legalidade constitucional e de várias concessões ao partido republicano. Todavia, em meados de 1907 mudou de tática, passando à repressão sobre aquele partido. A 8 de Maio, João Franco dissolveu a Câmara dos Deputados, sem a prévia consulta ao Conselho de Estado e sem marcação de novas eleições, medida inconstitucional. Tudo

---

<sup>82</sup> CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991.

<sup>83</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional 1807-1910*, Lisboa, Texto, 2010, p. 113.

<sup>84</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho, *A propaganda Republicana (1870-1910)*, Coimbra, Ediliber, 1990.

<sup>85</sup> VALENTE, Vasco Pulido, *O poder e o povo. A revolução de 1910*, pp. 25-45; 66.

<sup>86</sup> VASCONCELOS, Francisco L. S. de, *A Nobreza entre 1792 e 1910. Estatuto e Transmissão*.

<sup>87</sup> SARDICA, José Miguel, "O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da Monarquia Constitucional" in *Análise Social*, Lisboa, Imprensa Social, 2012, nº 203, xlvii (2.º), p. 354.

<sup>88</sup> ALMEIDA, Pedro Tavares, "Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)" in *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1985, vol. XXI (85), 1.º, p. 139.

<sup>89</sup> VALENTE, Vasco Pulido, *A "República velha", 1910-1917*, Lisboa, Gradiva, 1997, p. 9.

<sup>90</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho, *A propaganda Republicana (1870-1910)*.

<sup>91</sup> HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da monarquia à república*, Viseu, Palimage Editores, 2001.

isto, com a anuência régia<sup>92</sup>. Seria a intervenção excessiva na política portuguesa, nomeadamente no exercício do poder moderador<sup>93</sup>, que custaria a vida ao Rei. Como sublinha José Miguel Sardica, ainda que o governo em “ditadura” fosse prática mais ou menos corrente durante a Monarquia Constitucional, o republicanismo em 1907 já se encontrava demasiado enraizado para permitir uma óbvia manifestação de arbítrio régio e governamental<sup>94</sup>.

A questão dos adiantamentos à Casa Real por parte do Tesouro Público é apontada pelos diversos autores como tendo sido outra das contribuições para o descrédito da Monarquia, sobretudo, a forma como a questão fora resolvida – “*a enxadada mais funda na cova da Monarquia*”<sup>95</sup>. Com o regime constitucional, o Erário dotou o Rei e a Família Real com uma quantia fixa para fazer face às despesas. Esta dotação revelou-se exígua, uma vez que não fora actualizada desde a sua criação, obrigando a Família Real a depender de empréstimos do Estado, justificados por gastos de interesse público. Os empréstimos, concedidos sigilosamente pelos sucessivos Ministros da Fazenda, que nada fizeram para resolver a situação, só foram tornados públicos a 12 de Novembro de 1906 por João Franco para que fossem regularizados. Segundo constava junto da opinião pública, era gasto pela Casa Real cerca de metade do défice do Estado. Os adiantamentos, calculados em 770 contos, foram liquidados por decreto em 30 de Agosto de 1907, em plena “ditadura” de João Franco. O caso foi utilizado pela propaganda republicana para denegrir a imagem da Família Real e, em última instância, o próprio regime monárquico.

Outro aspecto importante realçado pela historiografia e aludido no início desta exposição é o da republicanização da monarquia, nomeadamente a constatação da inexistência de apoiantes da monarquia. De facto, o isolamento do Rei era perceptível na inexistente ligação afectiva entre este e um largo sector popular<sup>96</sup>, bem como por parte das elites. De acordo com Rui Ramos, os “*políticos monárquicos eram apenas*

---

<sup>92</sup> VALENTE, Vasco Pulido, *As duas tácticas da monarquia perante a Revolução*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1974, pp. 9-11.

<sup>93</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional 1807-1910*, p. 148.

<sup>94</sup> SARDICA, José Miguel, *A dupla face do Franquismo na crise da Monarquia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. 61.

<sup>95</sup> CABRAL, António, *As cartas d’El Rei D. Carlos ao Sr. João Franco*, Lisboa, Portugal-Brasil, 1924, p. 178.

<sup>96</sup> SAMARA, Maria Alice, TAVARES, Rui, *O Regicídio*, Lisboa, Tinta-da-China, 2008.

*republicanos que por conveniência, aceitavam a dinastia*”<sup>97</sup>, não existindo, portanto, uma militância e lealdade monárquica à Família Real, mas sim ao constitucionalismo. Esta situação devia-se, no seu entender, ao facto de a cultura política portuguesa se ter mantido à esquerda, desde a falência do Cabralismo em meados do século, o único partido que pugnava activamente pela defesa e legitimidade do regime monárquico<sup>98</sup>.

A aristocracia parece também não ter apoiado os seus soberanos, sobretudo nos momentos de maior instabilidade política, quando a imagem da monarquia era atacada e posta em causa, como na questão dos adiantamentos: “*No meio desta nojenta discussão dos adiantamentos, não há uma voz que proteste de modo que console. E de tanta gente que deve a sua posição, a sua carreira, a sua vida à caridade e generosidade de Suas Majestades não há um que se declare e diga: devo a el-Rei D. Carlos, devo à Rainha, ser médico, ser pintor, ter rendeiros, ser militar, estar curado da tuberculose etc., etc. Raça vilíssima e degenerada.*”<sup>99</sup> Em simultâneo, permanecia impávida e serena face à expansão do movimento republicano. Exemplo disso fora o que acontecera no dia 6 de Maio de 1906, no qual o Campo Pequeno se encheu de gente. À entrada de Afonso Costa no recinto, uma ovação de 800 pessoas elevou-se no ar. O cavaleiro tauromáquico ofereceu-lhe a sorte da corrida, sob o olhar incrédulo da família Real. “*Queres mais claro? E não queriam as tias que eu dissesse que a Rainha perdia os seus sorrisos. Só me admira que os monárquicos não fizessem contra-manifestação.* xxxxxx<sup>100</sup> *Ficaram caladinhos*”<sup>101</sup>.

Rui Ramos descreve-nos ainda uma Família Real reduzida, discreta e sem dinheiro, o que impediria a afirmação pública do regime, nomeadamente pela existência de uma pequena corte, cujos ofícios eram desempenhados por menos de meia centena de famílias e cujas cerimónias tinham perdido o fausto de Antigo Regime, pautando-se pela contenção e recato<sup>102</sup>

---

<sup>97</sup> RAMOS, Rui, “O Estado e o Patriotismo”, *A Segunda fundação (1890-1926)*, MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, vol. VI, p. 102.

<sup>98</sup> RAMOS, Rui, *D. Carlos*.

<sup>99</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para sua sobrinha Luísa de Ornelas, s.l., 11 de Julho 1908, Arquivo Ponte, carta 496.

<sup>100</sup> Rasurado no original.

<sup>101</sup> Carta de D. Teresa de Saldanha da Gama para o seu filho Francisco, Lisboa, 14 de Abril 1906 [SIC], Arquivo Ponte, carta 418.

<sup>102</sup> RAMOS, Rui, “O Estado e o Patriotismo”, *A Segunda fundação (1890-1926)*, MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, vol. VI, pp. 69-124.

Traçadas as principais linhas historiográficas acerca da Casa Real e a crise da monarquia constitucional portuguesa, estamos em condições de definir o nosso objecto de estudo – a Casa Real durante o reinado de D. Carlos e o seu contributo para a queda da monarquia. Esta é a nossa principal questão, que não foi até agora alvo de análise atenta da historiografia, tendo sido apenas objecto de referências na bibliografia e nas fontes da época.

Para responder a este enunciado, vamos analisar alguns temas que reflectem as preocupações historiográficas acerca desta problemática, levando também em consideração os indícios presentes nas fontes. Será necessário começar pela reconstituição da estrutura da Casa Real a nível de serviços e ofícios, desconhecida em pormenor para o reinado de D. Carlos. Esta análise permitirá identificar os elementos humanos que desempenhavam os cargos superiores e a sua relação com o Rei, a nível do seu recrutamento e das vantagens e desvantagens do serviço no Paço. Outra temática a ser analisada é a da situação financeira da Casa Real durante esta cronologia, de forma a possibilitar também a compreensão dos famigerados adiantamentos da Fazenda à Casa Real. Finalmente, as cerimónias organizadas activamente pela Casa Real, que constituem uma das faces mais visíveis da imagem pública da Monarquia.

Definidas as problemáticas a tratar e apresentado o contexto no qual o estudo sobre a Casa Real se insere, poderemos traçar o plano do nosso estudo. O primeiro capítulo debruçar-se-á sobre a questão da definição conceptual da Casa Real que só será possível com a reconstituição e análise da estrutura interna desta instituição, nomeadamente através da identificação das repartições e serviços que a compunha, bem como dos principais ofícios. Essa identificação será acompanhada da análise das suas funções e práticas administrativas, de modo a compreender a sua orgânica interna e inserindo-as num contexto de longa duração, uma vez que se trata de uma instituição secular, que assenta na tradição e no direito consuetudinário, arreigada no costume e em leis não escritas. Nesse sentido, a investigação não se poderá limitar à análise da produção legislativa, mas alargar-se-á a todas as fontes que possibilitem a observação das práticas administrativas e funcionais. Desta forma ser-nos-á possível avaliar a existência de padrões de persistência ou de inovação nesta cronologia em estudo, trazidas pelo sistema constitucional, bem como a relação de poderes entre a instituição e o próprio Estado. Sempre que possível, inseriremos esta análise num contexto europeu,

de forma a evidenciar potenciais particularismos nacionais ou influências externas, de usos e costumes europeus.

No segundo capítulo iremos conhecer os elementos humanos da Casa Real. A análise do recrutamento dos ofícios superiores desta instituição permitirá compreender a relação da Casa Real com o poder político, nomeadamente se o Rei manteve a prerrogativa das nomeações destes ofícios ou se o poder executivo procurou exercer pressão nesse sentido. Noutra perspectiva, permitirá detectar possíveis alterações no tecido social da instituição, decorrentes ou não do impacto da Monarquia Constitucional, nomeadamente a persistência da aristocracia como a principal base de apoio do regime ou a emergência de outras elites, tal como sucedeu em outros países. A análise dos percursos individuais dos principais cargos da corte permitirá avaliar se a escolha de oficiais para o desempenho de cargos hereditários respeitou essa mesma hereditariedade e, no caso dos cargos não hereditários, identificar os critérios de recrutamento, nomeadamente através da análise da carreira destes indivíduos, não só a nível da sua formação académica, como também do desempenho de outros cargos na vida pública da época. Ao identificar a existência da acumulação de ofícios, quer nos mesmos indivíduos, quer nas mesmas famílias, poder-se-á avaliar a manutenção de redes familiares no exercício de funções da Casa Real e compreender em que medida estes mesmos cargos continuavam a ser apetecíveis para as principais Casas titulares e, inclusive, para uma nobreza que não fosse de primeira plana. Por outro lado, a reconstituição dos elementos humanos da Casa Real permitirá perceber as vantagens e desvantagens do exercício desses ofícios para o grupo aristocrático e a existência de redes de influência e poder protagonizados pelos cortesãos, não só entre si, mas também relativamente ao Rei e à Família Real. Por outro lado, importa compreender até que ponto a Casa Real demonstrou capacidade de ser elemento integrador da aristocracia, como acontecera no Antigo Regime. Nesse sentido, importa verificar a existência da intriga na corte, mencionada quer na bibliografia, quer nas próprias fontes, avaliando em que medida é que esta poderá ter sido prejudicial à própria Monarquia. Ainda que fosse importante avaliar também a interferência cortesã na política, pensamos que as fontes não são suficientemente esclarecedoras nesse sentido.

O terceiro capítulo procurará entender o financiamento da Casa Real. Analisará a dotação Régia que, sendo à partida a principal fonte de rendimento da Família Real, se mostrou insuficiente, visto ter havido necessidade do Tesouro Público providenciar

adiantamentos dessa dotação. Em seguida, estudaremos os debates parlamentares acerca da questão financeira desta instituição, para compreender como esta era entendida pelo poder político e, em seguida, a própria contabilidade da Casa Real. Para isso será necessário compreender o funcionamento da Administração da Fazenda da Casa Real, o serviço responsável pela contabilidade. Era ou não um serviço já devidamente capaz e profissional, que teve preocupações quanto à economia das despesas e ao aumento das receitas? Em seguida, procuraremos avaliar a sua situação económica, através da análise do volume e composição das suas receitas e despesas ao longo de todo o reinado. A observação da origem das receitas permitirá apurar em que medida a Casa Real estava dependente do Tesouro Público, não só da dotação, como também dos próprios adiantamentos. Estes devem ser entendidos exclusivamente como uma consequência da exiguidade da dotação, ou de gastos excessivos da Casa Real? Quais as origens das despesas? Diriam respeito ao consumo pessoal da Família Real ou, pelo contrário, faziam parte do exercício público das suas funções, designadamente as denominadas despesas de representação?

O quarto e último capítulo será dedicado à análise das cerimónias oficiais quotidianas e extraordinárias, bem como das visitas estatais. Não se trata somente de avaliar o valor simbólico dessas cerimónias e o seu impacto no prestígio da Monarquia, como forma de legitimação da mesma perante a sociedade, nem unicamente de identificar os rituais e símbolos que delas faziam parte. Torna-se necessário destacar a manutenção ou a introdução de alterações rituais trazidas pela Monarquia Constitucional. Para tal, é necessário identificar as principais cerimónias da monarquia e perscrutar nelas um ou mais traços verificados pela historiografia relativamente a outras cortes: a existência de uma política deliberada, colocada ao serviço do Rei e em prol do regime, como forma de adaptação das tradições à modernidade; o impacto da mudança de mentalidades verificada ao longo do século XIX, nomeadamente com a crescente noção de vida privada e de família nuclear e que muitos historiadores entenderam como um aburguesamento da sociedade, a par do crescente sentimento nacionalista, de que a Casa Real e, em particular, a Família Real poderão ter funcionado como aglutinadores; o impacto de influências externas, decorrentes de modas internacionais; a aproximação aos seus súbditos, como se verificou na monarquia inglesa; as alterações introduzidas pelos meios de comunicação nomeadamente a imprensa periódica na transmissão da imagem do Rei e da corte.

Para este estudo, tivemos como ponto de partida a análise de variados núcleos documentais, que se revelaram fundamentais pela riqueza da informação que apresentam. Inevitavelmente, o Arquivo da Casa Real, antigo fundo do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças e alguma da documentação proveniente do antigo Ministério do Reino, ambos em depósito no Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, foram a documentação base para toda a investigação. Do primeiro núcleo, fazem parte correspondência dirigida à Família Real, bem como toda a documentação relativa à contabilidade da Casa Real, para além de parte da documentação emitida pela Mordomia-mor da Casa Real. Relativamente ao segundo núcleo, a documentação oficial referente àquele Ministério, emitida em colaboração com a Casa Real.

Consultámos também a documentação do Arquivo do Tribunal de Contas referente à Administração da Fazenda da Casa Real e aos processos de conta relativos à liquidação da dívida da Casa Real para com a Fazenda Pública, bem como a documentação do Arquivo Histórico Parlamentar referente à comissão destinada a liquidar essa mesma dívida.

Mas não só. Procurámos também aceder a fontes documentais que possibilitassem uma leitura mais além da que permite a análise da documentação oficial. Referimo-nos à documentação reunida em Arquivos Familiares, à guarda de Instituições públicas ou ainda nas mãos de privados. Consultámos, para isso, o Arquivo Soveral, à guarda da Fundação Casa de Bragança; o Espólio Arnoso, em depósito na Biblioteca Nacional de Lisboa; o Arquivo Sabugosa e São Lourenço e o Arquivo dos Condes da Ponte<sup>103</sup>. Compostos não só, mas sobretudo por correspondência privada, a sua consulta permitiu lançar novas questões, complementando a documentação emitida por entidades oficiais.

Pontualmente, examinámos outros núcleos documentais, como os Manuscritos da Livraria, em depósito na Torre do Tombo; como o Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de forma a tratar de forma conveniente algumas questões

---

<sup>103</sup> Na verdade, tratam-se de cerca de 300 cartas, cuja transcrição nos foi amavelmente cedida pela Senhora D. Teresa Ferrão de Castelo-Branco Schedel, reportando-se ao período entre 1890 e 1910 e que a mesma Senhora tencionara publicar, sob o título *A sociedade aristocrata portuguesa no século XIX na Correspondência de D. Maria Theresa Sousa Botelho, Condessa da Ponte, e suas filhas, 1834-1910*. Seguimos o número atribuído nessa transcrição, embora tenhamos designado como Arquivo Ponte, por ser essa a origem.

que nos foram surgindo ao longo da redacção da tese, nomeadamente no que toca a regulamentos acerca do funcionamento da Casa Real ou do cerimonial de corte.

Recorreremos a fontes impressas como a *Colecção Oficial de Legislação* e aos poucos tratados jurídicos relativos à questão dos privilégios da nobreza, de modo a compreender o funcionamento jurídico da Casa Real. Os debates parlamentares da Câmara dos dignos Pares do Reino e da Câmara dos Deputados permitiram perceber o impacto dalgumas questões levantadas no debate político.

A análise de alguns títulos pertinentes da imprensa periódica portuguesa permitiu averiguar a imagem da Casa Real e dos seus membros ou lançar pistas sobre alguns acontecimentos e cerimónias em concreto. Os diversos almanaques estatísticos e anuários da corte portuguesa foram também analisados, de modo a compreender os efectivos humanos adstritos ao serviço da Casa Real. Outro importante núcleo de fontes impressas trata-se dos diversos textos autobiográficos, nomeadamente memórias e correspondência já publicada. Permitem perceber as hierarquias estabelecidas, o cerimonial e etiqueta da corte, bem com as sociabilidades e redes de influência entre as diversas personalidades históricas que se cruzaram no período em questão.

Os vários ensaios biográficos disponíveis acerca desta figura e de outras figuras da Família Real foram também uma fonte importante de análise.



## **I. A CASA REAL: ORGANIZAÇÃO E PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS**

Os diversos estudos acerca das Casas Reais relativos a diversos contextos nacionais e em diferentes cronologias realçaram a importância da definição do conceito de Casa Real, como vimos no capítulo anterior. Consideramos que este é o ponto de partida para a análise desta instituição ao serviço do Rei e da Família Real, que tem em vista conhecer a sua estrutura, nomeadamente, as repartições se encontrava dividida, os ofícios existentes em cada uma delas, bem como as funções por estes desempenhadas. A compreensão da organização interna desta instituição e a definição dos seus limites precisos durante o reinado de D. Carlos e, em particular, das reformas legislativas introduzidas pela Monarquia Constitucional permitirá avaliar as alterações e as permanências que esta instituição terá sofrido, bem como a evolução da importância hierárquica dos ofícios que a compunham, nomeadamente na sua relação directa com o Rei.

Nas vésperas da revolução liberal, a Casa Real tinha já sofrido várias transformações. Tendo servido de apoio às necessidades domésticas do Rei e de apoio às suas actividades governativas durante o período medieval, em finais de Antigo Regime, sobretudo a partir de meados do século XVIII, a crescente complexificação das tarefas governativas e administrativas terá separado definitivamente o governo doméstico do governo do Reino<sup>104</sup>.

O século XIX iria assistir a muitas reformas legislativas. No entanto, as referentes à Casa Real não são abundantes, sendo constituídas essencialmente pelos textos constitucionais, pela legislação referente à extinção das Casas da Rainha e do Infantado e pelo regulamento da Casa Real de 1833.

A Carta Constitucional de 1826, que esteve em vigor no reinado de D. Carlos, pouco ou nada refere a Casa Real. Além da definição da sucessão do Reino e da regência no caso de menoridade ou impedimento do Rei, decretava os títulos referentes ao herdeiro presuntivo do Reino e ao seu primogénito, bem como o tratamento devido a estes e aos Infantes. Consignava uma dotação definida pelas Cortes Gerais, ao Rei à Rainha consorte de Portugal, desde a sua subida ao trono, bem como alimentos aos

---

<sup>104</sup> CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do antigo regime*, Lisboa, Tese de Doutoramento em História, Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 523.

príncipes e infantes e um dote às princesas ou infantas. Dotação, alimentos e dotes seriam pagos pelo Tesouro Público, entregues a um Mordomo nomeado pelo Rei. Esta é a única referência a um ofício da Casa Real em todo o texto Constitucional que, para além dessas funções, detinha também responsabilidade sobre as acções financeiras activas e passivas da Casa Real. Mais nada se acrescentava acerca desta, à excepção das propriedades reais. Os palácios e terrenos reais, que até então estavam na posse do Rei, ficavam na pertença dos seus sucessores, sendo as cortes responsáveis pelas aquisições e construções que se julgassem convenientes.

As constituições de 1822 e 1838 faziam também referência, em moldes semelhantes, às dotações, alimentos e dotes. Todavia, a de 1822 referia que a designação dos palácios e terrenos de habitação do Rei e da família Real estava a cargo das Cortes, ao passo que a de 1838 referia apenas que a dotação, alimentos e dotes seriam pagos pelo Tesouro Público, omitindo qualquer referência ao cargo de Mordomo-mor.

A 9 de Agosto de 1833, a Regência de D. Pedro assinou o decreto de extinção dos tribunais do Conselho da Casa Real e Estado das Rainhas e das Juntas quer da Casa de Bragança, quer da Casa do Infantado. Estas últimas Casas ficaram reduzidas a administrações particulares, sem os privilégios e isenções de que até então gozavam, sendo os seus rendimentos, até aí arrecadados pelo Tesouro Público, destinados aos seus donatários. A Casa das Rainhas era incorporada nos Bens Nacionais e administrada pelo Tesouro Público<sup>105</sup>. Logo no ano seguinte, a Casa e Estado do Infantado seria extinta, pelo decreto de 18 de Março de 1834. Os bens que a compunham passavam a fazer parte da Fazenda Nacional e eram incorporados nos bens próprios desta. No entanto, os palácios de Queluz, Bemposta, Alfeite, Samora Correia, Caxias e da Murteira, bem com as suas dependências foram destinados “*para a decência e recreio da Rainha [D. Maria II]*”<sup>106</sup>.

Finalmente, a 1 de Novembro de 1833, D. Pedro, como regente em nome da Rainha D. Maria II, outorgava o regulamento da Casa Real e que abolia quaisquer

---

<sup>105</sup> Decreto de extinção dos tribunais do Conselho da Casa da Rainha, 9 de Agosto de 1833, *Colecção de Decretos e regulamentos mandados publicar por Sua Magestade Imperial, o Regente do Reino desde a sua entrada em Lisboa até à instalação das Câmaras Legislativas*, Terceira série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1835, [1833] p. 11-12.

<sup>106</sup> Decreto de extinção da Casa do Infantado, 18 de Março de 1834, *Colecção de Decretos e regulamentos (...)*, [1834] p. 141-142.

ordens, em todo ou parte, que estivessem em oposição a este documento<sup>107</sup>. Segundo o mesmo, a Casa Real estaria dividida em cinco ofícios (Mordomo-mor; tesoureiro; escrivão; porteiro da câmara e escrivão dos filhamentos), que corresponderiam, ou não, a uma repartição própria – o próprio regulamento não o definia –, aos quais acrescentava três outras repartições: o real tesouro, as reais cavalaria e, finalmente, três repartições juntas numa só – Reais mantiaria, ucharia e cozinha, regidas por um intendente. De facto, este regulamento, bastante sumário, incide sobretudo na questão da gestão financeira das principais repartições constitutivas da Casa Real e não tanto na composição da mesma. Sublinhe-se também a caracterização em pormenor das funções do Mordomo-mor, designado como o primeiro oficial da Casa Real. A ele pertencia o governo e superintendência daquela Casa, transmitindo as ordens que recebesse do Rei aos restantes funcionários, regulando o serviço interior do Paço e dirigindo todos os actos públicos. A mediação entre Rei e funcionários através do Mordomo-mor implicava, necessariamente, uma proximidade deste não só à figura régia, mas também aos restantes funcionários. Aliás, para que tudo funcionasse bem, o Mordomo-mor deveria ser uma figura consensual, por ser o responsável por essa ligação.

São estas as novas reformas trazidas pela Monarquia Constitucional. De facto, estes textos legislativos concentram-se no início do período liberal. Ao longo do século XIX, as alterações registadas foram mais pontuais e a ela nos referiremos ao longo deste capítulo, por se referirem concretamente a ofícios específicos.

Chegamos assim ao Reinado de D. Carlos. Quem fornece alguns dados concretos sobre a Casa Real durante este período é Rui Ramos. Constata que em 1893 a Casa Real era composta por 70 figuras de primeira plana, entre oficiais-mores, gentis-homens, damas e ajudantes de campo. A estes, acrescentar-se-iam cerca de 150 empregados, entre criados, porteiros, moços, músicos e capelães<sup>108</sup>, afastando-se significativamente do número de funcionários existentes nas casas reais europeias. Todavia, julgamos que estes dados não são suficientes para uma análise da evolução Casa Real.

---

<sup>107</sup> Regulamento da Casa Real, 1 de Novembro de 1833, *Colecção de Leis e outros Documentos Oficiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, p. 89-91.

<sup>108</sup> RAMOS, Rui, *D. Carlos*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006.

Para melhor compreender a sua organização, procedemos à análise do *Anuário Diplomático e Consular Português*<sup>109</sup>, das folhas de pagamento presentes na documentação contabilística da Casa Real<sup>110</sup> ou de outras fontes indirectas, como seja o caso de correspondência existente nos vários arquivos familiares que consultámos.

O *Anuário Diplomático e Consular Português* era publicado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e identifica as diferentes repartições da Casa Real, os cargos em cada uma delas, bem como as pessoas ao seu serviço, para além do corpo diplomático acreditado na corte Portuguesa. Para além de ser editado por um organismo oficial, é o mais completo de todos os anuários ou almanaques para o reinado de D. Carlos<sup>111</sup>, faltando apenas 3 dos 19 anos compreendidos entre 1889 e 1908: 1892, 1893 e 1897. Um dos problemas que a utilização desta fonte apresenta é a falta de uniformidade ao longo de todo o período. O modo não uniforme como a informação é apresentada nos diferentes anos levanta algumas dúvidas, nomeadamente se tais diferenças resultam de alterações no seio da própria Casa Real ou se reflectem apenas a escolha editorial ou de impressão de cada um dos Anuários. No entanto, somos levados a crer que se tratará desta segunda hipótese. Além disso, elencavam essencialmente os grandes ofícios da corte e os principais cargos da Casa Real, com o objectivo específico de informar os frequentadores da Corte não só sobre quem desempenhava esses cargos e outros – como os embaixadores acreditados na Corte de Portugal – mas também sobre os dias de gala e os aniversários da família Real. Isso significa que grande parte dos funcionários da Casa Real era simplesmente omitida, por não ter um estatuto que justificasse a sua presença na publicação – nem, porventura, seria do interesse dos leitores a quem esta se destinaria.

São as folhas de pagamento dos vencimentos dos diversos funcionários da Casa Real que nos permitem ter uma visão mais completa da sua estrutura, ainda que por vezes contraditória com a apresentada pelos anuários. No entanto, oferecem outro tipo de problemas. Embora sendo, à partida, documentação idónea, por ser produzida

---

<sup>109</sup> *Anuario Diplomático e consular Portugues (...)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891-1910.

<sup>110</sup> Discriminação da receita e despesa da Administração da Fazenda da Casa Real relativa aos anos de 1889-1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906, 1907 [Lisboa], [1891-1908], IANTT, Casa Real, caixas 5585; 5624 5660; 5699; 5740; 5781; 5818; 5852; 5885; 5917; 5951; 5990; 6028; 6065; 6100, 6183, 6224.

<sup>111</sup> A título de exemplo, FREITAS, A. M de, *Anuário da Corte Portuguesa, Primeiro Ano 1895*, Lisboa, M. Gomes, Editor, 1895; *Casa Civil de Suas Magestades I de Junho de 1909*, Lisboa, Casa Civil, 1909. Estes anuários apenas existem para os anos de 1895 e 1909, sendo que este último está fora do nosso período de análise.

institucionalmente e caracterizar-se pelo rigor na sua elaboração, destinava-se a fins muito próprios, o de contabilizar os vencimentos auferidos por cada um dos funcionários. Deste modo, a organização contabilística da Casa Real poderá não corresponder à estrutura real, institucional, que a Casa Real apresentaria. Por exemplo, apesar de a documentação contabilística sugerir que determinadas repartições estariam sob as ordens directas de outras, a alçada poderia ser exercida apenas a nível da contabilidade. Ainda assim, esta documentação é a que nos parece mais fiável como ponto de partida para a reconstituição da Casa Real.

Cruzando as informações obtidas destas duas fontes, podemos resumi-las e sistematizá-las no quadro seguinte. Este permite traçar uma panorâmica geral da Casa Real e das diversas repartições que a constituíam e, com isso, compreender a sua organização interna. No quadro privilegiámos as diferentes repartições, em detrimento das inúmeras categorias de funcionários, sobretudo inferiores, que foram aqui incluídos quando formavam uma categoria autónoma facilmente identificável, como sejam os criados particulares ou o pessoal do quarto. De qualquer das formas, quer ao longo do texto, quer no glossário e anexos, podem-se encontrar referências às diversas categorias e subcategorias de funcionários inferiores das diversas repartições da Casa Real, sempre que as fontes o permitiram. Em contrapartida, no texto procurámos evidenciar a presença do pessoal superior. Este grupo tem sido preferencialmente estudado pela historiografia, pelo estatuto e poder que detinha, não só pelo contacto directo e pessoal com Família Real, mas sobretudo por ser composto quase exclusivamente por aristocratas. Nesse sentido, para além das funções por si desempenhadas, coloca-se a questão das transformações que a Monarquia Constitucional trouxe para este pessoal superior. Procuraremos, por isso, inserir estes ofícios na longa duração, de modo a compreender a sua evolução ao longo da Monarquia Constitucional e comparativamente ao Antigo Regime. Nesse sentido, este capítulo irá analisar cada um dos ofícios superiores existentes durante o reinado de D. Carlos, nomeadamente as funções desempenhadas e as repartições nas quais se inserem.

Depois de uma análise de conjunto da Casa Real, iremos centrar-nos na Casa do Rei propriamente dita, em especial nos oficiais-mores e na Mordomia-mor (Secretaria e Real Câmara); na Casa da Rainha D. Amélia e no quarto do Príncipe Real e do Infante D. Manuel. Pontualmente, iremos incidir a nossa atenção em outras repartições que

estavam directamente dependentes de oficiais-mores, como é o caso da Casa Militar, da Guarda Real dos Archeiros ou das Reais Cavalariças.

**Quadro I – Casa Real Portuguesa 1889-1909: repartições**

Casa e Estado de El-Rei	Oficiais Mores			
	Mordomia Mor da Casa Real	Secretaria		
		Corporação dos Reis d'armas		
		Real Câmara	Gentis-homens da Câmara	
			Secretário particular	
			Pessoal do Serviço Médico	
			Farmacêutico	
			Guarda-Roupas	
			Porteiro e Reposteiros	
			Pessoal do Quarto	
		Música da Real Câmara		
		Reais Capelas		
		Reais Bibliotecas		
		Gabinete Numismático		
		Gabinete de Pintura		
		Museu de História Natural		
	Casa Militar			
Casa e Estado da Rainha		Camareira-mor		
		Mordomo-mor		
		Veadores		
		Damas Camaristas		
		Pessoal do quarto		
Casa e Estado da Rainha D. Maria Pia		Camareira-mor		
		Mordomo-mor		
		Veadores		
		Damas Camaristas		
		Pessoal do Quarto		
		Administração da Fazenda		
Quarto do Príncipe Real e do Infante D. Manuel		Chefe da Casa		
		Aio		
		Camareira		
		Dama Camarista		
		Criados Particulares		
		Reposteiros		
		Preceptor militar		
		Professores		
Quarto Infante D. Afonso		Criados Particulares		
		Reposteiro		
Guarda Real dos Archeiros				
Administração da Fazenda da Casa Real				
Reais Cavalariças				
Iate Amélia				

Conservação dos Reais Palácios				
Inspeção Reais Palácios				
Almoxarifados	Necessidades			
	Belém			
	Ajuda			
	Tapada da Ajuda			
	Sintra			
	Pena Cascais			
	Mafra			
	Queluz			
	Alfeite			
	Caxias			
	Porto			
Intendências	Belém Necessidades	Repartição fiscal		
		Mantieiria		
		Mesas de Estado		
		Ucharia		
		Moços da Manutenção		
		Cozinha, Copa e pastelaria		
		Rouparia		
		Sucursal Cavalariças		
		Pessoal Diverso e Extraordinário		
	Ajuda	Intendência		
		Repartição Fiscal		
		Mantiaria		
		Ucharia		
		Cozinha	Cozinha e Pastelaria	
			Copa e Conservaria	
			Porteiros	
			Adidos	
	Moços e pessoal extraordinário			
Escolas	Escola Real de Mafra			
	Escola Real das Necessidades			
	Escola Real do Alfeite			

Da análise deste quadro, ressaltam de imediato vários aspectos que importa realçar. Desde logo, a grande profusão de repartições, parte delas agregada em torno de cada uma das figuras da Família Real, tendo o Rei e cada uma das Rainhas e cada geração de infantes a sua própria Casa. Se a Casa da Rainha e a Casa do Infantado tinham sido extintas enquanto instituições com entidade jurídica própria, permaneciam agora como parte integrante da Casa Real ao serviço dos elementos da Família Real respectivos, sendo constituídas por um conjunto de oficiais superiores e funcionários inferiores, com equivalência à Câmara do Rei. No caso das Rainhas, aos oficiais de sexo masculino – os Veadores – acrescentavam-se também os de sexo feminino – as damas.

Atente-se também no facto de a Casa da Rainha D. Maria Pia integrar a administração da sua própria Fazenda. A Casa do Rei, pelo contrário, para além da Real Câmara, era constituída por um conjunto de outras repartições e serviços: o conjunto dos oficiais-mores, a Mordomia-mor e a Casa Militar. Tanto uma como outra estavam sob as ordens de um oficial-mor.

A Mordomia-mor era a repartição responsável pela gestão de inúmeros serviços que apresentavam características distintas. Um primeiro grupo estava relacionado com as questões burocráticas de assentamento de titulares e outras mercês outorgadas pela Casa Real (a Secretaria da Mordomia e a Corporação dos Reis de armas). Um segundo grupo correspondia à Câmara do Rei, ou seja, o quarto. Dele faziam parte os Gentis-homens da Câmara, o Secretário Particular do Rei e o pessoal do quarto propriamente dito – ou seja, o pessoal inferior; os porteiros e reposteiros da Real Câmara e o Pessoal do Serviço Médico. Estes dois últimos conjuntos de funcionários, ao contrário dos anteriores, estavam ao serviço de toda a Família Real e do pessoal superior de serviço e não apenas ao serviço particular do Rei. Há referência também ao pessoal inferior do Quarto da Rainha ter dependido contabilisticamente da Mordomia-mor. No entanto, inserimo-lo na Casa da Rainha, por esta apresentar uma estrutura muito semelhante à Câmara do Rei, como veremos.

Para além do pessoal afecto à Câmara Real, há ainda referências aos Capelães e pessoal do culto religioso (tesoureiro, sacristas, faquino e sineiro), que constituíam a Capela Real. Eram responsáveis pelo serviço religioso quotidiano e o seu número rondou os 10 indivíduos durante este reinado<sup>112</sup>. Até 1892 esta repartição funcionou autonomamente e a partir de 1893 passou para a alçada da Mordomia-mor. Pelo contrário, a Música da Real Câmara, composta por cerca de 11 indivíduos<sup>113</sup>, constituiu sempre uma repartição autónoma da Mordomia. Todavia, pelo facto da designação remeter para a Real Câmara e dos assuntos com ela relacionados passarem pela secretaria da Mordomia-mor, colocámo-la sob dependência desta<sup>114</sup>.

Finalmente, e ainda sob a alçada da Mordomia-mor, encontrava-se um outro grupo de serviços de índole patrimonial e cultural, constituído pelas colecções literárias, artísticas e científicas pertencentes à Casa Real: as Reais Bibliotecas, os gabinetes de

---

<sup>112</sup> Vide Anexos, Quadro 56.

<sup>113</sup> Vide Anexos, Quadro 56.

<sup>114</sup> Acerca da Real Capela e da Música da Real Câmara, vide glossário, em anexo.



Numismática e Pintura e o Museu de História Natural, que empregaram em média oito indivíduos<sup>115</sup>.

Sob dependência da Mordomia-mor esteve também a Direcção do Jardim do Paço da Ajuda, que deixou de constar na documentação consultada ainda no ano de 1892, o que não admira pois o seu director (e único funcionário descrito) morreria no ano seguinte, em 1893.

Depois dos serviços respeitantes a cada um dos membros da família Real, seguia-se um conjunto de serviços comuns a toda a família Real e de natureza diversa. Em primeiro lugar, a Guarda Real dos Archeiros, sob orientação de um oficial-mor, o Capitão da Guarda. Analisaremos mais pormenorizadamente esta repartição quando nos detivermos neste ofício em particular. Em segundo lugar, uma repartição destinada à gestão financeira, a Administração da Fazenda da Casa Real, que será analisada no terceiro capítulo, relacionado com este assunto. Em terceiro lugar, estão as repartições relacionadas com os meios de transporte, encargos das deslocações da Família Real. Por um lado, o Iate Amélia constituído pela respectiva tripulação de 27 pessoas, em média<sup>116</sup> e as Reais Cavalariças, que se encontravam sob a responsabilidade de um oficial-mor, o Estribeiro-mor e, como tal, serão analisadas em conjunto com este ofício.

Segue-se um grande conjunto de repartições relacionado com a gestão e conservação das propriedades reais: os almoxarifados, a conservação e inspecção do Reais Palácios.

Cada uma das propriedades régias – Palácios das Necessidades, Belém, Ajuda, Tapada da Ajuda, Sintra, Pena, Cascais, Mafra, Queluz, Alfeite, Caxias e Porto – tinha uma administração própria. À cabeça, encontrava-se geralmente um almoxarife ou um encarregado administrativo e, consoante as dimensões de cada uma das propriedades e a frequência com que eram visitadas e utilizadas, existia um número variável de funcionários de diferentes categorias. Os Palácios das Necessidades e da Ajuda, como residências permanentes, tinham uma organização mais complexa<sup>117</sup>. No seu conjunto,

---

<sup>115</sup> Vide Anexos, Quadro 56. Acerca destas instituições, *vide* glossário, em anexo.

<sup>116</sup> Vide Anexos, Quadro 56. Acerca do Iate Amélia *vide* glossário, em anexo.

<sup>117</sup> Acerca da organização interna dos Almoxarifados *vide* glossário, em anexo.

os Almojarifados empregavam uma média de 113 indivíduos ao longo do reinado de D. Carlos<sup>118</sup>.

O almoxarife tinha como função a gestão financeira da propriedade à sua guarda, estando encarregado de enviar as contas de receita e despesa mensais do almoxarifado a seu cargo ao Administrador da Fazenda da Casa Real<sup>119</sup>. A gestão do almoxarifado passava igualmente pela reparação de equipamentos<sup>120</sup> ou pela inventariação de bens existentes em cada uma das propriedades<sup>121</sup>. Deste modo, ajudava à organização de qualquer evento ou cerimónia que se verificasse no Paço do qual era responsável: “ (...) *Já preveni os diferentes serviços para irem dispondo tudo para a cerimónia da Ajuda e soirée da Pena. Para o almoxarife da Pena mandei instruções detalhadas para verificar desde já mesas, toldo, estrado de madeira, mesas, buffet, cabides vestiário, etc. que servira na soirée de há dois anos e mandar arranjar o que for preciso, de modo a estar tudo a postos. Calculo que tudo deve estar bem, pois tenho sempre recomendado o maior cuidado e que nada se inutilizasse. (...)*”<sup>122</sup> Detinham, por isso, um importante papel nas jornadas que a Família Real fazia aos seus diferentes palácios, na preparação da estadia<sup>123</sup>, na aquisição de bens necessários para a viagem propriamente dita<sup>124</sup>, e também nas visitas oficiais de soberanos estrangeiros a Portugal. Neste último caso, apresentavam ao Administrador da Fazenda da Casa Real os orçamentos das diversas despesas que teriam lugar, nomeadamente jantares, almoços, concertos e fardamentos novos. Os orçamentos tinham como base as despesas verificadas com visitas anteriores<sup>125</sup>.

Apesar de não fazerem parte do grupo dos oficiais da corte propriamente dita, há no entanto conhecimento de que estariam presentes em algumas cerimónias, ainda que fossem aquelas de foro privado, como as festividades religiosas de Sexta-feira Santa, no

---

<sup>118</sup> Vide Anexos, Quadro 56.

<sup>119</sup> Ofício do Almoxarife de Queluz ao Administrador da Fazenda da Casa Real, [Queluz], 9 de Dezembro de 1904, IANTT, Casa Real, caixa 5887.

<sup>120</sup> Carta do Almoxarife do Paço da Ajuda, 20 de Março de 1895, IANTT, Casa Real, caixa 5784.

<sup>121</sup> BRANDÃO, Raúl, *Memórias*, 3ª ed. Paris, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1925.

p. 106. COLAÇO, Branca de Gonta, *Memórias da Marquesa de Rio Maior, Subserra, Bemposta*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2005, p. 195.

<sup>122</sup> Carta do Inspector do Real Palácio à Rainha D. Amélia, s.l., 27 de Junho de 1898, IANTT, Casa Real caixa 7379.

<sup>123</sup> Carta do Inspector do Real Palácio à Rainha D. Amélia, s.l., 13 de Setembro de 1901, IANTT, Casa Real caixa 7379.

<sup>124</sup> Despesas da jornada de Suas Majestades a Coimbra em Junho de 1892, s.l., 17 de Setembro de 1892, AHTC, Processos Contas, caixa 239, doc. 13.

<sup>125</sup> Ofício do Almoxarifado do Paço da Ajuda ao Administrador da Fazenda da Casa Real, IANTT, Casa Real, caixa 6142, doc. 112.

final das quais eram recebidos pela Rainha, juntamente com particulares e reposteiros<sup>126</sup>. Repare-se que esta benesse, a de se ser recebido pela Rainha após algumas cerimónias, tinha geralmente apenas lugar com as suas Damas, especialmente as Camaristas e Veadores, ou com conselheiros de estado e ministros. Também nos dias de aniversário dos membros da família Real, tinham a benesse de cumprimentar o aniversariante, conjuntamente com os capelães da Casa Real, logo pela manhã<sup>127</sup>. Apesar de não serem considerados funcionários superiores, gozavam de um estatuto diferenciado perante os funcionários domésticos e mesmo perante o pessoal de escritório que não se limitava a um vencimento significativo, fruto da responsabilidade que este cargo detinha.

À Conservação dos Reais Palácios cabia a manutenção e conservação dos mesmos, através de um conjunto especializado de diversos ofícios desempenhados, em média durante o reinado de D. Carlos, por 3 indivíduos<sup>128</sup>. Esse trabalho era fiscalizado pelo Inspector do Real Palácio, que geria não só o processo de melhoramentos físicos das diferentes residências régias, mas também o trabalho levado a cabo pelos diversos funcionários da Casa Real.

A administração e manutenção dos Palácios Reais, a cargo de cada dos almoxarifados respectivos, não contemplavam todavia um conjunto de serviços domésticos, necessário para o bem-estar da família Real, como a alimentação, a iluminação, a roupa e outros tantos serviços relacionados com estes, agrupados em Intendências. O serviço doméstico é portanto outro ponto de realce. Para além de pessoal doméstico, há também um conjunto de funcionários de secretaria, que estavam encarregues da gestão destes aspectos. Pelas particularidades da Família Real, que não coabitava o mesmo espaço, vamos encontrar duas intendências – uma ao serviço de D. Carlos e a outra ao serviço da Rainha D. Maria Pia. Se esta funcionou sempre no Palácio da Ajuda, muito provavelmente com destacamentos sempre que esta senhora ocupava outro dos palácios de que geralmente usufruía (Sintra e Estoril), o mesmo não se passou com a intendência ao serviço de D. Carlos, decorrente da mudança de Palácio

---

<sup>126</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 5 de Abril de 1901, ASSL, Diário da Condessa, 1901.

<sup>127</sup> Carta do Conde de Sabugosa ao Conde de Arnoso, [Lisboa], 18 de Novembro de 1904, BNP, Espólio do Conde de Arnoso, doc. 3491.

<sup>128</sup> Vide Anexos, Quadro 56.

em 1892, de Belém para as Necessidades. Estes serviços estiveram a cargo de uma média de 64 indivíduos durante o reinado de D. Carlos<sup>129</sup>.

Finalmente, as escolas, instituições de ensino geridas e financiadas pela própria Casa Real, sedeadas em algumas das propriedades régias: as Reais escolas das Necessidades, Mafra e Alfeite. Nelas se ministrava a instrução primária, pública e gratuita<sup>130</sup>, tendo sido fundadas por iniciativa Régia. A de Mafra e a das Necessidades, por acção de D. Pedro V e a do Alfeite por D. Luís<sup>131</sup>. A par das já referidas instituições de âmbito cultural e científico, estas instituições de índole pedagógico e assistencial demarcam-se da tradicional caracterização da Casa Real como um espaço de poder e de apoio à Família Real. Empregaram, em média, sete indivíduos<sup>132</sup>.

Traçada uma panorâmica geral da Casa Real, passemos então à análise dos ofícios e repartições mais significativas.

### 1. Os oficiais-mores

A Casa e Estado de Sua Majestade El-Rei era a designação da repartição que encabeçava a Casa Real Portuguesa. Segundo o *Anuário Diplomático e Consular Português* era composta, durante o Reinado de D. Carlos por três diferentes categorias: os oficiais-mores da Casa Real, os oficiais-mores honorários e os Gentis-homens que, neste mesmo anuário, são denominados Camaristas, a partir de 1899. Todavia, estes últimos surgem nas folhas de pagamento como parte integrante da Mordomia-mor.

No que consistiam os ofícios-mores? Para o Antigo Regime, Pedro Cardim define-os através da oposição aos ofícios menores ou inferiores, tendo atribuições mais vastas e proeminentes do que estes<sup>133</sup>. Já no início do século XIX, Luiz da Silva Pereira Oliveira, nos seus *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*, referiu-os como os empregos da Casa Real que teriam sido instituídos para o “*serviço do Rei e interesse do Estado*”, fazendo também a distinção entre ofícios maiores e menores. Os primeiros,

---

<sup>129</sup> Vide Anexos, Quadro 56.

<sup>130</sup> SILVA, Carlos Manique, “Uma instituição de ensino fundada por D. Pedro V: a Escola Real de Mafra, HISTÓRIA, *Revista da faculdade de letras*, Porto, III Série, vol. 4, 2003, pp. 276.

<sup>131</sup> RIBEIRO, José Silvestre, *História dos estabelecimentos científicos litterarios e artísticos de Portugal nos successivos reinados da monarquia*, tomo XII, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1884, pp. 301-344.

<sup>132</sup> Vide Anexos, Quadro 56.

<sup>133</sup> CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos*. (...), p. 489.

exercidos por pessoas de “*esclarecido nascimento*”, “*conservam o seu natural esplendor, produzem o seu consuetudinário efeito, e consequentemente nobilitam a quem os serve*”, ao passo que desempenho dos outros não conferia Nobreza, por respeitarem apenas “*ao serviço particular do Rei*”<sup>134</sup>.

O decreto de 21 de Agosto de 1837 demonstra a importância dos oficiais-mores, nomeadamente por serem as testemunhas do nascimento do príncipe real ou infantas, assinando para o efeito a declaração redigida pela Camareira-mor, caso estivessem em exercício no Paço na altura do nascimento<sup>135</sup>.

Qual a evolução destes ofícios ao longo da Dinastia de Bragança? Podemos verificá-la no Quadro II, cujos anos de amostra correspondem às fontes disponíveis que permitem a sistematização destes dados, sejam o *Regimento dos Offícios da Casa Real del Rey D. João o IV* (1643)<sup>136</sup>, tratados de nobreza (1751 e 1806)<sup>137</sup>, almanaques (1826, 1851, 1855, 1860, 1865)<sup>138</sup> ou os já referidos anuários (1889-1908)<sup>139</sup>. Infelizmente, não temos informações nem para as décadas de trinta e quarenta, nem para as de setenta e oitenta do século XIX. A penúltima coluna do Quadro II é referente ao Reinado de D. Carlos e reúne todos os cargos que surgem no *Anuário Diplomático e Consular Português* nomeados como oficiais-mores, o que não significa que durante todo o período fossem referidos anualmente. Assim, de um total de 26 cargos<sup>140</sup>, o número anual de oficiais mores designados em cada um dos anuários oscilou entre os treze e os vinte.

---

<sup>134</sup> OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira, *Privilégios da Nobreza e fidalguia de Portugal*, 2ª edição fac-similada, Lisboa, Associação da Nobreza Histórica de Portugal, 2002, pp. 51-53.

<sup>135</sup> Decreto acerca do auto de declaração dos recém-nascidos da Família Real, 21 de Agosto de 1837, *Collecção de Leis e outros Documentos officiaes publicados no segundo semestre de 1837*, p. 77.

<sup>136</sup> SOUSA, D. António Caetano de Sousa, org, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV, Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1745, pp. 389-412.

<sup>137</sup> CASTRO, Damião de Lemos Faria e, *Política Moral e civil, aula da nobreza lusitana autorizada com todo o género de erudição sagrada e profana para a doutrina, e direcção dos príncipes e mais políticos ...*, tomo IV, Lisboa, Officina de Francisco Luís Ameno, 1751, pp. 477 e segs.; OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira, *Privilégios da Nobreza e fidalguia de Portugal*, p. 53-54.

<sup>138</sup> *Almanaque Português*, Ano de 1826, Lisboa, Impressão Régia, 1826; *Almanaque Popular para o ano de 1851*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850, p. 39; *Almanach de Portugal para o Ano de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, p. 104; *Almanak lusitano para 1860*, Lisboa, Tipografia Universal, 1859, p. 24; BARBOSA, Zacarias de Vilhena, *Almanak, industrial, comercial e profissional de Lisboa, para o ano de 1865*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865, p. 61.

<sup>139</sup> *Anuário Diplomático e consular Portugues (...)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891-1910.

<sup>140</sup> Na verdade, tratam-se apenas de 24 ofícios, uma vez que há duas categorias que dizem respeito ao mesmo cargo: o Mordomo-mor interino e o Capitão da Guarda Real dos Archeiros em disponibilidade, que exercem funções pelo Mordomo-mor e pelo Capitão da Guarda Real dos Archeiros, respectivamente, na sua impossibilidade.

**Quadro II** – Evolução dos ofícios-mores durante a Dinastia de Bragança

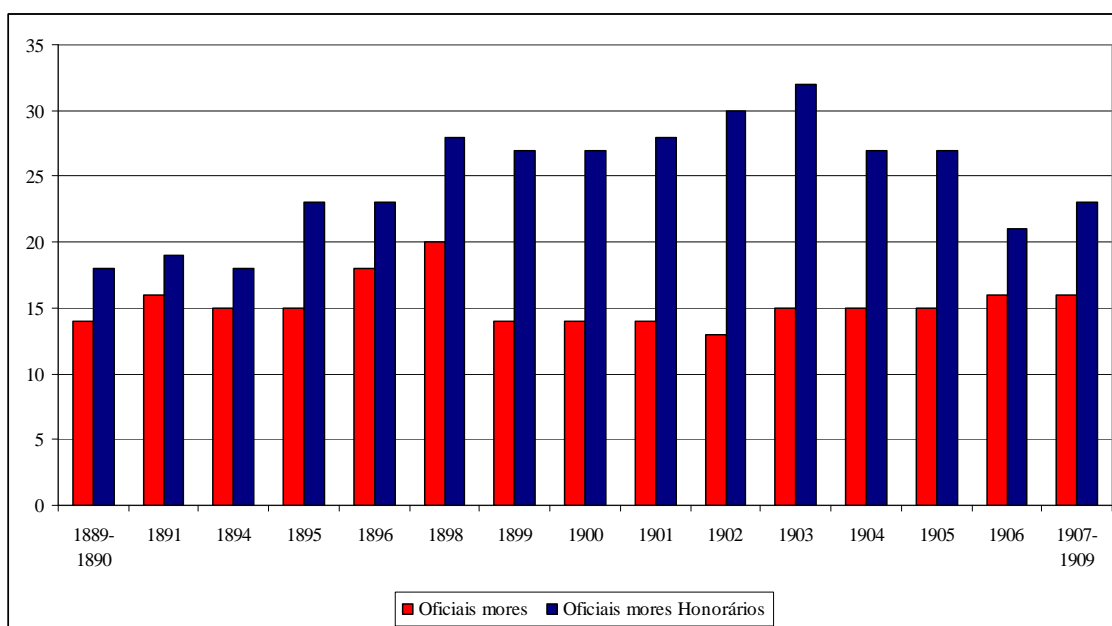
	1643	1751	1806	1826	1851	1855	1860	1865	1890-1908	Nº ocorrências
Adail-mor		1	1							2
Aio do Príncipe Real									1	1
Alferes-mor		1	1	1	1	1	1	1	1	8
Almirante		1	1	1			1			4
Almotacé-mor		1	1	1		1	1	1	1	7
Anadel-mor		1								1
Aposentador-mor	1	1	1	1		1			1	6
Armeiro-mor	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Caçador-mor		1	1							2
Camareiro-mor	1	1	1				1	1	1	6
Capelão-mor	1			1	1	1	1	1	1	7
Capitão G. R. Archeiros	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Capitão G. R. A. (disp.)									1	1
Caudel-mor		1	1	1		1		1	1	6
Chanceler-mor				1						1
Chefe da Casa Militar									1	1
Condestável		1	1		1					3
Copeiro-mor	1	1	1	1	1	1	1		1	8
Corregedor Crime Corte				1						1
Correio-mor				1					1	2
Couteiro-mor						1			1	2
Esmoler-mor	1		1	1	1				1	5
Estribeiro-mor	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Físico-mor				1						1
Físicos honorários				1						1
Fronteiro-mor		1								1
Guarda-mor	1	1								2
Marechal		1	1							2
Meirinho-mor		1	1	1	1			1	1	6
Mestre-sala	1	1	1	1	1		1	1	1	8
Monteiro-mor	1	1	1	1					1	5
Mordomo-mor	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Mordomo-mor interino									1	1
Mordomo-mor Rainha									1	1
Pagens da Lança			1							1
Porteiro-mor	1	1	1	1	1		1	1	1	8
Porteiro Real Câmara						1	1			2
1ºAjudante Campo Rei							1	1		2
Provedor Obras Paço		1	1							2
Reposteiro-mor	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Sumilher Cortina	1									1
Trinchante	1	1	1	1	1		1	1	1	8
Vedor	1	1	1	1	1	1	1	1	1	9
Vedor honorário						1				1

TOTAL	17	26	25	24	15	15	17	16	26 <sup>141</sup>	
-------	----	----	----	----	----	----	----	----	-------------------	--

Como se pode observar, ao longo do Antigo Regime verificou-se um aumento significativo do número de oficiais entre 1643 e 1751, seguido de uma quase estabilização até 1826. Durante a monarquia Constitucional, nomeadamente entre 1826 e 1851, verifica-se uma descida importante, seguida de uma nova estabilização na segunda metade do século XIX. No reinado de D. Carlos houve algumas oscilações, mas, com excepção dos anos de 1896 e 1898, os números são próximos dos anteriormente registados, raramente ultrapassando os 15 ofícios.

O número de oficiais-mores honorário foi sempre superior aos dos oficiais mores, oscilando entre dezoito e trinta e dois, como se pode observar no **Gráfico I**, rondando em média os 25 indivíduos<sup>142</sup>. Todavia, não exerciam qualquer tipo de funções, nem auferiam qualquer vencimento.

**Gráfico I** – Número de ofícios-mores e ofícios-mores honorários: 1889-1909



<sup>141</sup> Atente-se novamente que este total diz respeito a todo o reinado de D. Carlos e não apenas a um ano, como acontece com as outras colunas da tabela. Foram incluídos todos os oficiais-mores, mesmo que fossem mencionados apenas num único ano.

<sup>142</sup> Vide Anexos, Quadro 56.

Ao longo da quarta dinastia, há ofícios que são referidos uma única vez: Anadel-mor, Chanceler-mor, Corregedor do Crime da Corte e Casa; Físico-mor, Fronteiro-mor; Pagens da lança e Sumilher(es) da Cortina. Para além destes, há outros que deixam de ser mencionados a partir da Monarquia Constitucional: Adail-mor, Caçador-mor, Guarda-mor, Marechal e Provedor das Obras do Paço, a que se acrescentam outros que não são referidos no reinado de D. Carlos. Estão nestas circunstâncias o Almirante, o Condestável e o Porteiro da Real Câmara. Existem, no entanto, ofícios que permanecem praticamente ao longo de todo o período, inclusive no reinado de D. Carlos: Alferes-mor, Almotacé-mor, Armeiro-mor, Capelão-mor, Capitão da Guarda Real dos Archeiros, Copeiro-mor, Estribeiro-mor, Mestre-sala, Mordomo-mor, Porteiro-mor, Reposteiro-mor, Trinchante e Vedor. Em contrapartida, neste reinado surgem pela primeira vez como oficiais-mores o Aio, o Chefe da Casa Militar e o Mordomo-mor da Rainha. Nenhum destes ofícios era novo. No caso do Aio e do Mordomo-mor da Rainha, existiam já durante o Antigo Regime, mas sem serem considerados ofícios-mores. Relativamente ao chefe da Casa Militar, este corresponde ao 1º Ajudante de Campo do Rei que surge mencionado a partir do reinado de D. Luís.

Relativamente ao reinado de D. Carlos, os ofícios-mores sofrem também alguma flutuação: o Alferes-mor, o Estribeiro-mor e o Vedor, são mencionados apenas em alguns dos anos. Em contrapartida, os ofícios de Armeiro-mor, Capelão-mor, Capitão da Guarda Real dos Archeiros, Caudel-mor, Couteiro-mor, Mordomo-mor e Reposteiro são aqueles que permanecem em todos os anos, ao longo do reinado de D. Carlos<sup>143</sup>.

Analisemos agora cada um dos cargos em particular. Para o fazer, procurámos identificar os que mais se destacavam.

Em carta enviada pelo secretário da Mordomia-mor, Augusto Gerschey, ao Conde de Figueiró, na qual se havia perguntado a D. Carlos quais as precedências em jantares oficiais, este teria respondido que “*os ministros efectivos alternam com os chamados grandes cargos, isto é Mordomo-mor, Estribeiro-mor, Capitão das Guardas, Chefe da Casa Militar, Mordomo-mor de Sua Majestade a Rainha e Mestre-sala.*” Após estes, viriam então “*os Camaristas, Veadores e oficiais-mores com cargo efectivo*”<sup>144</sup>.

---

<sup>143</sup> Para consultar a tabela pormenorizada da evolução dos oficiais-mores durante o reinado de D. Carlos vide Quadro 1, em Anexo.

<sup>144</sup> Carta de Augusto Gerschey ao Conde de Figueiró acerca das precedências em jantares oficiais, 8 de Outubro de 1905, IANTT, Casa Real, Mordomia-mor, Livro 43, fol. 52.



Ou seja, dentro do grupo dos oficiais-mores efectivos havia um grupo privilegiado, pelo menos a nível do protocolo da corte, os denominados grandes cargos, constituído pelos oficiais acima referidos. Esta parece ser uma particularidade da Monarquia Constitucional, uma vez que há indícios de que, durante o Antigo Regime, não haveria precedência entre oficiais mores, à excepção dos Mordomos-mores<sup>145</sup>. Além disso, estes grandes cargos corresponderiam aos ofícios responsáveis pelas principais repartições da Casa Real, de acordo com o Quadro I: o Mordomo-mor pela Mordomia; o Estribeiro-mor pelas Reais Cavalariças; o Capitão das Guardas Reais por estas; o Chefe da Casa Militar por esta e o Mordomo-mor da Rainha pela Casa desta. A única excepção é a do Mestre-sala. É pois, por esses oficiais que iniciaremos a nossa análise.

### 1.1. Mordomo-mor

A presença deste oficial remonta ao Condado Portucalense, ainda que a terminologia utilizada para o designar tenha variado nas primeiras décadas do Reino de Portugal<sup>146</sup>, bem como a sua posição precisa no seio da Casa Real, quer a nível de estatuto, quer de funções<sup>147</sup>.

Durante o Reinado de D. Carlos, o Mordomo-mor era o responsável pela Mordomia Mor e as suas atribuições bastante dilatadas<sup>148</sup>, decorrentes das competências que detinha, abrangendo vários serviços, como vimos. Desde cedo que assumiu a primazia sobre os demais oficiais da Casa, ocupando um lugar de destaque. Continuava, portanto, a ser o encarregado pelo governo e superintendência da Casa Real, pela transmissão das ordens do monarca, pela assinatura de alvarás, pela regulação do serviço do Paço, pela direcção dos actos públicos, e pela apresentação das propostas de criados e dos orçamentos de despesas das diferentes repartições<sup>149</sup>.

O Mordomo-mor estava encarregado dos diversos convites endereçados às diversas personalidades para comparecerem nas diferentes ocasiões que assim o

---

<sup>145</sup> Regimento de como se há de assistir a Rainha Regente, IANTT, Manuscritos da Livraria, Livro 170, fol. 53.

<sup>146</sup> VENTURA, Leontina, *A nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, s.n., 1992, p. 48.

<sup>147</sup> SANCHEZ-ALBORNOZ, Claudio, *La cúria regia portuguesa, siglos XII y XIII*, Madrid, Junta para ampliación de estudios e investigaciones científicas, Centro de Estudios Históricos, 1920, p. 40.

<sup>148</sup> Para compreender a evolução do ofício de Mordomo-mor até finais do Antigo Regime veja-se o glossário, em anexo.

<sup>149</sup> Acerca desta evolução, vide Glossário, em Anexos.

exigiam, como jantares, bailes e *soirées*<sup>150</sup>. Os convites, impressos e preenchidos por aquele, com indicação dos destinatários, do local, data e hora da ocasião, bem como do traje competente, deveriam ser entregues ao porteiro da cana<sup>151</sup>. Pontualmente, podiam ser feitos pelos Camaristas de Serviço, que estavam sob sua alçada<sup>152</sup>.

Outras das suas atribuições era a das apresentações ao Rei. Os interessados, que estivessem em condições de ser apresentados ao soberano, deveriam escrever ao Mordomo-mor solicitando essa honra, o que lhes permitia serem convidados para os diversos eventos no Paço, nomeadamente bailes, cujo acesso não seria tão restrito. O Mordomo-mor deveria registar em livro essa apresentação, com a respectiva data<sup>153</sup>. Não encontrámos documentação que nos permita definir com rigor o grupo que poderia solicitar apresentação ao Rei ou à Rainha. Pelo teor dos diversos pedidos, que julgamos representativos, encontramos titulares e seus filhos<sup>154</sup>, moradores da Casa Real,<sup>155</sup> oficiais ou futuros oficiais das forças armadas<sup>156</sup> e deputados<sup>157</sup>.

De outras formalidades estava também o Mordomo-mor incumbido, nomeadamente no âmbito das cerimónias fúnebres de Conselheiros de Estado, devendo proceder às “*honras fúnebres que lhe competirem em relação à Casa Real*”<sup>158</sup>, designadamente a nomeação de quem acompanharia o cortejo, para o qual a Casa Real contribuiria também com carruagens<sup>159</sup>. No que respeita a cerimónias fúnebres, há que ressaltar o facto do Mordomo estar incumbido das chaves da urna do cadáver do

---

<sup>150</sup> Convite para jantar no Paço da Ajuda a 29 de Dezembro de 1889 dirigido aos Condes de Sabugosa, [Lisboa], 23 de Dezembro de 1889, ASSL, Mordomia, maço 19 A, 6. Convite para jantar no Paço da Pena a 20 de Julho de 1900 dirigido aos Condes de Sabugosa e filhos, [Sintra], 14 de Julho de 1900, ASSL, Mordomia, maço 19 B, 45.

<sup>151</sup> Convite para baile no Paço da Ajuda, dirigido aos Condes de Arnoso e seus filhos, [Lisboa], 1 de Dezembro de 1903, BNP, Espólio do Conde de Arnoso, n. 4487.

<sup>152</sup> Convite para Jantar aos Condes de Sabugosa, no Paço das Necessidades, dia 18 de Junho de 1903, 17 de Junho de 1903, ASSL, Mordomia, maço 19 B, 54.

<sup>153</sup> Se compararmos com as atribuições do Mordomo-mor da Rainha, responsável pelas apresentações masculinas. Rascunho com as indicações do que compete ao Mordomo-mor da Rainha, [Lisboa], 31 de Dezembro de 1890, ASSL, Mor I, Gaveta L4, maço 4, 6.

<sup>154</sup> Carta do Conde de Mesquitela ao Mordomo-mor, s.l., 29 de Maio [?], ASSL, Mordomia, maço 36, 61.

<sup>155</sup> Carta de João Henriques Ulrich ao Mordomo-mor, Lisboa, 25 de Setembro de 1903, [?], ASSL, Mordomia, maço 18, 12.

<sup>156</sup> Carta, não identificado ao Mordomo-mor, Cascais, Dezembro de 1903, ASSL, Mordomia, maço 18, 16.

<sup>157</sup> Carta de Augusto César Claro da Rica ao Mordomo-mor, Monte Estoril, 29 de Setembro de 1903, ASSL, Mordomia, maço 18, 17.

<sup>158</sup> Veja-se, a título de exemplo, Ofício do Ministro do Reino ao Mordomo-mor acerca do falecimento do Conselheiro de Estado Carlos Lobo de Ávila, [Lisboa], 10 Setembro 1895, IANTT, Ministério do Reino, Livro 901, fol. 79.

<sup>159</sup> Ofício do Ministro do Reino ao Estribeiro-mor acerca do falecimento do Conselheiro de Estado Carlos Lobo de Ávila, [Lisboa], 10 Setembro 1895, IANTT, Ministério do Reino, Livro 901, fol. 79.

monarca, que seriam depois entregues ao Ministério do Reino, para serem posteriormente remetidas ao Real Arquivo da Torre do Tombo<sup>160</sup>.

O Mordomo-mor detinha atribuições específicas relativamente ao corpo diplomático. À chegada de um embaixador a Lisboa, devia visitar a embaixatriz, juntamente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros. Por intermédio do Ministro, o Embaixador pedia então ao Mordomo-mor para que a mulher fosse apresentada ao Rei. O Mordomo participava o dia e hora da apresentação à embaixatriz. No dia da apresentação, era recebida pelo Mordomo-mor e pela Camareira-Mor e apresentada ao Soberano<sup>161</sup>.

Nas cerimónias de corte, desempenhava um duplo papel. Por um lado, era um dos responsáveis pela sua organização, designadamente da nomeação de reposteiros, moços-fidalgos ou ofícios que se encontrassem vagos, cuja presença era necessária nessas ocasiões, bem como a expedição de ordens para que os músicos da Real Câmara e Real Capela estivessem presentes<sup>162</sup>. Por outro lado, era um actor participante e, inclusive, destacado, pois ocupava o primeiro lugar no conjunto dos oficiais-mores da Casa Real<sup>163</sup>. De facto, estava presente para “*acompanhar e assistir a Sua Majestade, observando as disposições consignadas*” em diversas cerimónias<sup>164</sup>. No fundo, tratava-se de fazer com que tudo corresse conforme o previsto no programa<sup>165</sup>.

Na cerimónia de inauguração do reinado de D. Carlos, o Mordomo ocupou um lugar de destaque no cortejo no interior do Palácio das Cortes, antecipando a entrada

---

<sup>160</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Mordomo-mor, por ocasião das cerimónias fúnebres de D. Luís, [Lisboa] 31 de Outubro de 1889, IANTT, Ministério do Reino, Livro 901, fols. 69v-70. SILVA, Casimiro Gomes, *D. Carlos I: exame crítico de um período histórico com elementos inéditos*, Lisboa, s.n., 1952, p. 390.

<sup>161</sup> *Formalidades a observar por ocasião da vinda de um Núncio ou de um Embaixador*, s.l., s.d., AHMNE. 3º Piso, Ar. 9, maço 61.

<sup>162</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Mordomo-mor por ocasião do casamento do Príncipe D. Carlos, [Lisboa], 14 de Maio de 1886, IANTT, Ministério do Reino, Livro 900, s.p; Ofício do Ministério do Reino ao Mordomo-mor por ocasião da Aclamação de D. Carlos, Lisboa, 18 de Dezembro de 1889, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol. 250; Ofício do Ministério do Reino ao Mordomo-mor por ocasião da Aclamação de D. Carlos, Lisboa, 24 de Dezembro de 1889, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol. 257V.

<sup>163</sup> Carta de Augusto Gerschey ao Conde de Figueiró, Lisboa, 8 de Outubro de 1905, *Livro de correspondência expedida*, 1889-1908, IANTT, Mordomia-mor, Livro 43, fol. 52.

<sup>164</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Mordomo-mor por ocasião do casamento do Príncipe D. Carlos, 14 de Maio de 1886, IANTT, Ministério do Reino, Livro 900, Registo de casamentos, s.p; Ofício do Ministro do Reino ao Mordomo-mor por ocasião da Festividade do Santíssimo Coração de Jesus, Lisboa, 7 de Junho de 1890, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol. 163 v.

<sup>165</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Mordomo-mor para exercer as funções de Mordomo-mor, na Aclamação de D. Carlos, Lisboa, 18 de Dezembro de 1889, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol. 250.

dos monarcas, tendo a cada um dos seus lados o Estribeiro-mor e o comandante da Guarda Real, e assistiu à cerimónia à direita do trono, imediatamente ao lado de D. Carlos. Após o juramento do monarca, seguiu-se um *Te Deum* na Igreja de São Domingos, ao qual assistiu, no lado do Evangelho, junto aos Duques e Marqueses, tal como acontecera no casamento do mesmo monarca<sup>166</sup>. O papel desempenhado por este ofício nesta ocasião é semelhante ao que se verificara nas cerimónias de inauguração dos reinados dos monarcas imediatamente anteriores, mas diferente da aclamação de D. João VI. Nesta, o Mordomo-mor antecedia o monarca, sozinho, mas não ocupava o estrado do lado direito do trono, onde estava o Capelão-mor, mas sim o lado esquerdo<sup>167</sup>.

Ao contrário do que aconteceu no casamento de D. Carlos, nos casamentos anteriores de membros da Família Real a sua presença foi explicitamente descrita nos cortejos, quer em coche, quer a pé no interior da Igreja. No casamento de D. Maria II e no de D. Pedro V, o Mordomo-mor ocupava um dos coches do cortejo real<sup>168</sup>. No casamento da infanta D. Antónia, o Mordomo-mor surge nomeado no cortejo pedestre, acompanhado do Estribeiro-mor e do Comandante da Guarda Real dos Archeiros<sup>169</sup>. Existiu portanto uma alteração do protocolo relativamente ao Mordomo que, embora deixando de ser mencionado no programa da cerimónia de casamento de D. Carlos como fazendo parte integrante do cortejo, passou a ter um local de destaque, de onde assistiria à cerimónia.

Todavia, foi nas cerimónias de abertura das cortes que se mantiveram intactas as suas funções, nomeadamente a de preceder os monarcas no cortejo no interior do

---

<sup>166</sup> *O Século*, 18 de Dezembro de 1889, pp. 1 e 2; *Programa das festividades do casamento de D. Carlos com D. Amélia*, Lisboa, Impr. Nacional, 1886, p. 3.

<sup>167</sup> Plano das ordens que seriam executadas no dia do cerimonial de aclamação de D. João VI, [Rio de Janeiro, 1816] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Casa Real e Imperial /Mordomia-mor. Papéis relativos à aclamação, sagração e Coroação de D. Maria I, Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II, códice 569, fol. 39 a 43.

<sup>168</sup> *Programma para o ceremonial das funções de Côrte, que terão lugar por ocasião da proxima chegada de Sua Alteza Real, o serenissimo Principe Dom Fernando Augusto, Duque de Saxonia Cobourg-Gotha*, [Lisboa], Imp. Nacional, [1836], *Programa do Cerimonial aprovado por decreto de Sua Magestade el Rei o Senhor D. Pedro V para as festividades da recepção de Sua Magestade a Rainha sua muito amada e prezada esposa e para os actos solenes da ratificação do real consórcio e bênções nupciais*, Lisboa, Imprensa nacional, 1858.

<sup>169</sup> LOULÉ, 1º Duque de, *Programma do ceremonial aprovado por decreto real para as festividades do consorcio da serenissima Princesa de Portugal Dona Antonia e do serenissimo Principe Hereditario de Hohenzollern Sigmaringen*, Lisboa, Imp. Nacional, 1861.

Palácio das cortes, acompanhado do Estribeiro-mor e do Comandante da Guarda Real dos Archeiros e de ocupar o lado direito do trono<sup>170</sup>.

As atribuições deste ofício durante o século XIX em Portugal estavam em consonância com o que acontecia em Espanha e até no Brasil, uma vez que nestes reinos o Mordomo estava encarregue da supervisão dos restantes oficiais da Casa Real e, em última análise, da própria Casa Real. Em Espanha, as suas atribuições foram reformuladas em 1815, numa tentativa de separar os assuntos da Casa Real da administração do Estado, ficando responsável também pela Capela, Cavalariças e património. No Brasil imperial, ao tempo de D. Pedro II, o Mordomo-mor era nomeado por este e velava por todos os outros oficiais. Era, no entanto, o responsável pelas finanças do monarca<sup>171</sup>.

Tanto no Reino Unido, como em França, a direcção-geral da Casa Real era da responsabilidade do Camareiro-mor, nomeadamente do *Lord Great Chamberlain*<sup>172</sup> e do *Grand Chambellan*, durante o império Napoleónico e *Grand Maitre d'Hotel*, designação anterior ao Império e depois retomada na restauração<sup>173</sup>.

Em Portugal, a jurisdição do Mordomo estendia-se a questões burocráticas, nomeadamente por ser o responsável pela Secretaria da Mordomia Mor onde, para além de si, exerciam funções mais três indivíduos<sup>174</sup>. A entrada em cena da Monarquia Constitucional trouxera consigo algumas alterações a esta repartição, pelo menos a nível

---

<sup>170</sup> Decreto e instruções que regulam o cerimonial para a abertura da primeira sessão Real das duas câmaras reunidas, 8 de Outubro de 1826, *Collecção de todas as leis, alvarás, decretos, etc. (...) 2º semestre de 1826*, pp. 39-42; Decreto aprovando o Programa para a Sessão Real da abertura das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, 1 de Dezembro de 1838, *Collecção de leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838*, pp. 457-458; Decreto aprovando o Programa para a Sessão Real da abertura das Cortes Gerais e Ordinárias da Nação Portuguesa, reunidas ambas as câmaras, 21 de Dezembro de 1839, *Collecção de leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839*, nona série, pp. 556-558; Decreto aprovando o Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e ordinárias da Nação Portuguesa, 21 de Dezembro de 1843, *Collecção de legislação portuguesa (...) Legislação de 1843 em diante*, pp. 305 – 307; Decreto aprovando o Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e ordinárias da Nação Portuguesa, 20 de Dezembro de 1847, *Collecção de legislação portuguesa (...) Legislação de 1847 em diante*, pp. 527-529; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1898; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1900; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes 26 de Maio de 1906, ASSL maço 33, nº 7, 10 e 13.

<sup>171</sup> SCHWARZ, Lilia Moritz, *As barbas do imperador. D. Pedro II, Um monarca dos Trópicos*, Lisboa, Assírio e Alvim, 2003, p. 265.

<sup>172</sup> VACAS GARCÍA-ALÓS, Luis, *La administración de la Casa del Rey y su control jurisdiccional en el Derecho Constitucional español*, p. 64.

<sup>173</sup> MANSEL, Philip, *La cour sous la Révolution, l'exil et la restauration, 1798-1830*, France, Tallandier, 1989, p. 69.

<sup>174</sup> Vide Anexos, Quadro 56.

legislativo, já que a nível da prática administrativa isso parecia não acontecer, como veremos. De facto, algumas das habituais atribuições e até mesmo privilégios da Mordomia-mor estavam cerceados desde a entrada em vigor da Monarquia Constitucional, nomeadamente com os sucessivos regulamentos referentes à Secretaria de Estado dos Negócios do Reino – o primeiro em 18 de Julho de 1837 e o último, em vigor no reinado de D. Carlos, a 26 de Junho de 1876<sup>175</sup>. A regulação das repartições da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino atribuía-lhe algumas das competências até então desempenhadas pela Casa Real, em particular pela Mordomia-mor. De facto, segundo a portaria de 18 de Julho de 1837 eram designadas como atribuições da 2ª Repartição da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, a “*expedição de negócios de Graça, Títulos de Grandeza, Ordens Militares, Condecorações, Empregos Honoríficos e da Casa Real, Resoluções de Cerimónia e Etiqueta*”<sup>176</sup>. O decreto de 1876 era ainda mais abrangente. Tornava a Secretaria responsável por algumas das questões já mencionadas, relativas à concessão de títulos, honras de grandeza e foros de fidalgo, nomeação dos oficiais mores da Casa Real, gentis-homens da Real Câmara, Veadores, Damas (Camaristas e honorárias); da concessão das condecorações das ordens militares nacionais e autorização para o uso das estrangeiras; e das questões de cerimonial, etiqueta e precedências na corte. No entanto, acrescentava outras, também habitualmente atribuições da Casa Real, como a preparação das funções e festividades públicas, fosse o expediente relativo ao nascimento, casamento e falecimento dos membros da Família Real, as cerimónias de abertura e encerramento das cortes, entre outras não especificadas. Para além disso, tornava-se a responsável pelo assentamento das mercês honoríficas, da escrituração de emolumentos das secretarias de Estado e do decretamento de serviços e processos relativos a pensões.

Embora o alvará de 1 de Novembro de 1833, que estabelecera o regulamento da Casa Real, não procedesse a mudanças relativamente às funções a cargo do Mordomo-mor, o decreto de 16 de Setembro desse ano extinguiu a Secretaria da Mordomia Mor, passando o seu expediente para a Secretaria dos Filhamentos, que concedia os foros de fidalguia (como os de fidalgo-cavaleiro ou moço-fidalgo), por sucessão ou por graça

---

<sup>175</sup> Entre estes dois decretos, houve outros três que procederam a alterações de atribuições das repartições que compunham a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, nomeadamente os Decretos de 2 de Agosto de 1843; 8 de Setembro de 1859 e 14 de Abril de 1869.

<sup>176</sup> Portaria com as atribuições das cinco repartições da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 18 de Julho de 1837, *Collecção de Leis e outros Documentos officiaes publicados no segundo semestre de 1837. Segunda série, segunda parte*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837, p. 29.

nova<sup>177</sup>. Se habitualmente esta secretaria esteve sob alçada da Mordomia-mor, este decreto colocava-a sob alçada do Ministro dos Negócios do Reino, por ser este, à época, o encarregado do expediente da Mordomia-mor. Esta medida, que se inseria num conjunto de extinções e reorganizações de muitas das Secretarias do aparelho estatal<sup>178</sup>, explicava-se por motivos de ordem económica, nomeadamente a poupança do Tesouro Público e pela inutilidade que a secretaria da Mordomia representava, visto já existir uma outra que desempenhava essas mesmas funções.<sup>179</sup>

Certo é que, durante o reinado de D. Carlos, havia em funcionamento uma secretaria ao serviço da Mordomia, constituída pelo próprio Mordomo-mor, um secretário e um contínuo. Dos três, o Mordomo-mor apresentava o vencimento mais elevado, 200\$000 mensais, o mais alto de toda a Casa Real, a par do Aio. Foi através da Mordomia que se registaram 550 foros e ofícios durante este reinado<sup>180</sup>.

Pela correspondência expedida pela Mordomia-mor e a documentação produzida no âmbito da matrícula de moradores, percebe-se que a elaboração das graças era da responsabilidade do Secretário, sendo comunicadas as atribuições de mercês aos agraciados pelo Mordomo-mor<sup>181</sup>. Cabia-lhe ainda resolver as questões colocadas pelo secretário ou decidir em conformidade com as pesquisas efectuadas por este, na eventualidade de dúvidas surgidas no decorrer das suas funções<sup>182</sup>. É, por exemplo, o caso de precisar a equivalência entre alguns foros, como o de capelão-fidalgo ao de fidalgo-cavaleiro<sup>183</sup>, ou de responder às dúvidas relativas ao direito de sucessão nos foros<sup>184</sup>.

---

<sup>177</sup> Acerca desta questão *vide* glossário, em anexo.

<sup>178</sup> Estão nessas condições, a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha; a Secretaria do Tribunal de Guerra e de Justiça; a Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, a Repartição de Segurança Pública e o Tribunal do Conselho Ultramarino. Veja-se os Decretos de 21 e 24 de Novembro, 3 de Dezembro de 1832 e os de 21 de Abril e 30 de Agosto de 1833.

<sup>179</sup> Decreto de extinção da Secretaria da Mordomia-mor, 16 de Setembro de 1833, *Colecção de Decretos e regulamentos* (...), [1833 - Apêndice] pp. 13-14.

<sup>180</sup> Acerca da Secretaria e foros, *vide* Glossário, em Anexos, bem como o Quadro 2 e 3, relativamente aos funcionários da Secretaria.

<sup>181</sup> Ofício de participação da atribuição de mercê, Lisboa, 7 de Janeiro de 1904, IANTT, Mordomia-mor, Livro 43, p. 31.

<sup>182</sup> *Livro de correspondência expedida ao Mordomo-mor pelo secretário*, 1905-1907, IANTT, Mordomia-mor, Livro 50.

<sup>183</sup> Carta remetida pelo Secretário ao Mordomo-mor, 13 de Janeiro de 1906, *Livro de correspondência expedida ao Mordomo-mor pelo secretário*, 1905-1907, IANTT, Mordomia-mor, Livro 50, p. 10.

<sup>184</sup> Carta remetida pelo Secretário ao Mordomo-mor, 7 de Julho de 1905, *Livro de correspondência expedida ao Mordomo-mor pelo secretário*, 1905-1907, IANTT, Mordomia-mor, Livro 50, p. 3.

Por seu lado, o decreto de 26 de Junho de 1876 dividia o Ministério em duas Direcções Gerais, a primeira das quais designada por Direcção-Geral da Administração Política e Civil. Dividida em três repartições, a referente à administração política tinha, entre outras atribuições, as graças e mercês honoríficas relativas aos títulos de nobreza, à nomeação dos ofícios superiores da Casa Real, às condecorações das ordens honoríficas portuguesas, e licenças para uso de ordens estrangeiras, as questões relacionadas com as funções de corte e festividades públicas, quer a nível de expediente, quer a nível de cerimonial e etiqueta e “*a escrituração do imposto denominado emolumentos das secretarias de Estado*”<sup>185</sup>. Era este último ponto, o 14º parágrafo do 4º artigo que entrava em conflito directo com os interesses da Mordomia-mor. Com efeito, em duas cartas enviadas pelo secretário ao Mordomo-mor, de 6 e 24 de Julho de 1908, aquele chamava a atenção para este facto a propósito de novas propostas de lei apresentadas pelo Ministro da Fazenda, que pretendia englobar num só imposto, sob denominação de Direitos de Mercê, os emolumentos da Secretaria de Estado, os do Tesouro, bem como o selo de diplomas e respectivos impostos adicionais<sup>186</sup>.

A lei de 16 de Abril de 1867, que então vigorava, estabelecera a tabela dos emolumentos das secretarias de estado<sup>187</sup>, reafirmando algumas das disposições do decreto de 4 de Janeiro de 1833<sup>188</sup> que estabelecera o pagamento das verbas relativas a títulos e outras mercês honoríficas, que até então se efectuavam na Mordomia-mor, na Secretaria de Estado dos Negócios do Reino. Na prática, esse pagamento continuava a efectuar-se na Mordomia: “*Como V. Eª muito bem sabe, esses emolumentos têm sido pagos aqui, o que é de justiça, visto aqui se passarem os alvarás. É provável que o Exm.º Sr. Ministro da Fazenda não fosse informado dessa circunstância (...) salvo melhor opinião de V. Eª talvez conviesse fazer-lho notar.*”<sup>189</sup> Os interesses dos próprios funcionários eram também postos em causa, uma vez que os emolumentos eram arrecadados por si: “*(...) pela Mordomia mor tem sido passados os alvarás dos foros de filhamentos há mais de 450 anos, sem interrupção, desde 1867 até ao presente, de todos*

---

<sup>185</sup> Decreto e regulamento da secretaria de estado dos Negócios do Reino, 26 de Junho de 1876, *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa, Ano de 1876*, p. 191 a 192.

<sup>186</sup> Acta de 3 de Julho de 1908, 35ª Sessão, *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909, p. 84

<sup>187</sup> Lei estabelecendo nova tabela para os emolumentos das secretarias de estado, 16 de Abril de 1867, *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa, Ano de 1867*, p. 85-87.

<sup>188</sup> Decreto de regulação dos emolumentos das secretarias de Estado, 4 de Janeiro de 1833, *Colecção de Decretos e regulamentos (...) 1833*, p. 17-18.

<sup>189</sup> Carta do Secretário ao Mordomo-mor, Lisboa, 6 de Julho de 1908, IANTT, Mordomia-mor, Livro 50, fol. 38.



*os alvarás passados pela repartição da Mordomia tem o Estado cobrado os direitos de mercê, quando graça nova e o imposto do selo. Os emolumentos tem cabido aos empregados da Mordomia mor, o que será fácil verificar pela escrituração da receita eventual, onde neste largo período de 41 anos não se encontrará entrada uma única verba provenientes de emolumentos.”*<sup>190</sup>

Não era só a nível dos emolumentos que a lei não era cumprida. Apesar desta perda de poderes face ao aparelho estatal, que cada vez mais se imiscuía nos poderes tradicionais da Casa Real e, em particular, da Mordomia-mor, na prática isso nem sempre aconteceu. De facto, e apesar dos negócios relacionados com cerimonial e etiqueta, bem como a gestão de conflitos de precedência estarem consignados pela lei à Secretaria dos Negócios do Reino, na prática era na Mordomia, em discussão com o Rei, que eram resolvidos: *“Tendo-se suscitado por parte dalguns conselheiros de Estado reparos sobre os lugares e precedências nos últimos jantares de gala, dados no Paço da Ajuda, por ocasião das visitas de Suas Majestades a Rainha de Inglaterra, e Imperador da Alemanha, julgando-se preteridos nas precedências que entendem merecer, e a fim de resolver-se estas dúvidas, dando a cada um o lugar que lhe compete, venho rogar a Vossa Excelência o favor de levar ao lato conhecimento de Sua Majestade El-Rei Nosso Augusto Amo, a forma de precedência que até agora tem vigorado, a fim de que Sua Majestade se digne decidir o que houver por bem, e eu possa com plena autorização de Sua Majestade El-Rei fazer cumprir as suas reais ordens”*<sup>191</sup>. Os exemplos multiplicam-se, sobretudo no que diz respeito às dúvidas relativamente às precedências em jantares oficiais. Mas não só.

Também em festas públicas não realizadas pela Casa Real, o problema das precedências de funcionários e colectividades oficiais e particulares era colocado. O vice-presidente da Junta Consultiva do Ultramar, Ferreira do Amaral, a braços com a questão, dirigiu-se ao Mordomo-mor, solicitando uma lista de precedências completa que regulasse as recepções de gala no Paço, de forma a ser aplicada também no ultramar, *“onde o clima põe toda a tente em ponto, não de reбуçado, mas de fel e vinagre, tem o carácter irritante de questão magra, direi mesmo de questão máxima”* e finalizava: *“Esta questão que na Europa a muitos parecerá de pouca importância tem*

---

<sup>190</sup> Carta do Secretário ao Mordomo-mor, 24 de Julho de 1908, IANTT, Mordomia-mor, Livro 50, fol. 39v.

<sup>191</sup> Carta do Conde de Figueiró, Mestre-sala ao Mordomo-mor, Conde de Sabugosa, Sintra, 24 de Setembro de 1905, ASSL, Mordomia, maço 7, 11, 4.

*no Ultramar uma importância máxima*”<sup>192</sup>. De facto, a questão das precedências, que se poderia julgar desadequada com a dissolução da sociedade de ordens trazida pela monarquia constitucional, continuava a ser de extrema importância: “*A humanidade é a mesma em toda a parte e no relativo às precedências não suscitam mais questões de que na culta Europa onde até já tem havido guerras causadas por questões de precedências e onde todos os dias se levantam dificuldades para conciliar melindres e apaziguar vaidades, amores próprios feridos ou melindrados.*”<sup>193</sup>

Em conclusão, ainda que a partir da Monarquia Constitucional, o aparelho estatal, em particular a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, tenha procurado apropriar-se das funções típicas da Mordomia-mor, nomeadamente a atribuição de títulos, condecorações, dos ofícios da Casa Real e das questões de cerimonial e etiqueta, a instituição monárquica conseguiu exercer o domínio sobre essas matérias, inclusive durante o reinado de D. Carlos, apesar das sucessivas reformas legislativas que consignavam o contrário.

## **1.2. Estribeiro-mor**

Este ofício é conhecido com maior regularidade a partir do reinado de D. Pedro I e tinha como funções a direcção das cavalariaças da Casa Real e, por isso, a direcção e inspecção dos meios de transporte de então – coches e liteiras, bem como de cavalos e da sua alimentação, compreendendo a compra e aprovisionamento de palha, grão e forragem<sup>194</sup>.

A partir de 1834, o cargo deixou de ser hereditário, mas passou a ser o segundo na hierarquia oficial, passando a substituir o mordomo, quando este se encontrasse ausente<sup>195</sup>. Nesse sentido é compreensível o decreto de 3 de Março de 1850, que unia os ofícios de Mordomo-mor e Estribeiro-mor numa única pessoa: à data, no então Duque da Terceira<sup>196</sup>.

---

<sup>192</sup> Carta de Ferreira do Amaral ao Mordomo-mor, Lisboa, 6 de Abril de 1909, ASSL, Mordomia, maço 7, 21, 1.

<sup>193</sup> Carta do Mordomo-mor a Ferreira do Amaral, s.l., [1909], ASSL, Mordomia, maço 7, 21, 2.

<sup>194</sup> VENTURA, Leontina, *A nobreza de Corte de Afonso III*, p. 137.

<sup>195</sup> SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1985, vol. II, p. 475.

<sup>196</sup> *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, Ano 1850*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1851, p. 124-125.

Em 1892, devido à necessidade de economia na administração das Reais Cavalariças foi necessário reduzir os seus serviços. Determinou-se a extinção, a partir de 20 de Abril desse ano, do serviço de trens secundários, isto é, as carruagens de serviço quotidiano destinadas aos funcionários da Casa Real no âmbito das suas funções. O material pertencente ao serviço extinto continuaria a ser guardado nas Cocheiras do Palácio da Ajuda e deixaria de satisfazer quaisquer requisições, excepto as da Real Ucharia ou Guarda-Roupa. As restantes repartições deveriam a partir de então proceder ao aluguer de trens, a suas expensas. Todo o gado sobejante, bem como o existente em Alter do Chão deveria ser vendido em hasta pública<sup>197</sup>. Esta medida afectaria portanto, as repartições que usavam o serviço de trens da Casa Real, como por exemplo, os Veadores em serviço à Rainha<sup>198</sup>.

Porém, estas medidas não se revelaram suficientes. Logo no ano seguinte, o Estribeiro-mor escrevia ao Administrador da Real Fazenda, informando-o de que não havia sido possível diminuir a despesa, para que a receita lhe fosse superior. As despesas agravavam-se, no entender do Estribeiro-mor, devido às jornadas reais, isto é, a viagens realizadas de um paço para outro, independentemente da sua duração. Com as jornadas, as despesas aumentavam consideravelmente, em 500 mil reis mensais, não só em gastos extras, como em comedorias a criados. Até a essa data, o Rei teria atribuído um subsídio dessa mesma quantia, para auxiliar a repartição durante os meses de Março a Setembro, mas que se mostrava insuficiente, visto que em 1893 a Rainha D. Maria Pia e o Infante D. Afonso prolongaram a sua estada no Real Paço do Estoril. Nesse sentido, pedia ao Administrador da Real Fazenda que lhe fosse abonada essa quantia, para além da dotação actual<sup>199</sup>.

Para além das funções de direcção da Repartição das Reais Cavalariças, cuja gestão quotidiana estava a cargo do estribeiro menor<sup>200</sup>, o Estribeiro-mor desempenhou também um importante papel nas cerimónias da Monarquia Constitucional. No reinado de D. Maria II tomou parte do cortejo no casamento desta com D. Fernando desde o Palácio das Necessidades até à Sé, ocupando o terceiro dos dez coches que o

---

<sup>197</sup> *Portaria procedendo a economias na administração da Repartição das Reais Cavalariças*, s.l., 12 de Abril de 1892, IANTT, Casa Real, caixa 5669, n. 402.

<sup>198</sup> Carta do Duque Estribeiro-mor ao Conde de Sabugosa, Lisboa, 13 de Abril de 1892, ASSL, Mordomia-mor, maço 29, 6, 22.

<sup>199</sup> Carta do Estribeiro-mor ao Administrador da Real Fazenda, 20 de Novembro de 1893, IANTT, Casa Real, caixa 5704.

<sup>200</sup> Acerca da evolução deste ofício, *vide* Glossário, em anexo.

compunham<sup>201</sup>. No juramento da Constituição, em 1838<sup>202</sup>, e na abertura anual das Cortes, acompanhou o Mordomo-mor e o Capitão da Guarda Real, logo após os oficiais da Cana (Vedor, Mestre-sala e Porteiro-mor)<sup>203</sup>, no cortejo desde a sala de entrada do Palácio das Cortes até à sala da Sessão Real, tomando posição num dos degraus do estrado onde se situava o trono<sup>204</sup>.

A sua presença confirmou-se igualmente na cerimónia de inauguração do reinado de D. Pedro V, a 16 de Setembro de 1855<sup>205</sup> e no cortejo de recepção à Rainha D. Estefânia em 1858, no qual lhe estava designado lugar em coche próprio, com o Mordomo-mor e Estribeiro-mor<sup>206</sup>. No cortejo de casamento da Infanta D. Antónia, precedia a Família Real, tendo a seu lado o Mordomo-mor e capitão da Guarda Real dos Archeiros<sup>207</sup>. Em ambas as ocasiões, o Estribeiro-mor foi responsável pela gestão dos Coches de Estado e pela coordenação dos cortejos. O mesmo aconteceu no consórcio de D. Luís<sup>208</sup> e no de D. Carlos<sup>209</sup>.

---

<sup>201</sup> *Programma para o ceremonial das funções de Côrte, que terão lugar por ocasião da proxima chegada de Sua Alteza Real, o serenissimo Principe Dom Fernando Augusto, (...)*, p. [2].

<sup>202</sup> Decreto com o Programa para o ceremonial das funções de Corte que terão lugar no Juramento da Rainha, 27 de Março de 1838, *Collecção de leis e outros documentos officiais publicados no ano de 1838*, p. 102-103.

<sup>203</sup> Assim denominados por a insígnia dos seus officios ser uma cana ou bastão.

<sup>204</sup> Decreto e instruções que regulam o ceremonial para a abertura da primeira sessão Real das duas câmaras reunidas, 8 de Outubro de 1826, *Collecção de todas as leis, alvarás, decretos, etc. impressos na Regia officina Typografica, 2º semestre de 1826, Parte 1ª, Folheto VII*, pp. 39-42; Decreto aprovando o Programa para a Sessão Real da abertura das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, 1 de Dezembro de 1838, *Collecção de leis e outros documentos officiais publicados no ano de 1838*, oitava série, pp. 457-458; Decreto aprovando o Programa para a Sessão Real da abertura das Cortes Gerais e Ordinárias da Nação Portuguesa, reunidas ambas as câmaras, 21 de Dezembro de 1839, *Collecção de leis e outros documentos officiais publicados no ano de 1839*, nona série, pp. 556-558; Decreto aprovando o Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e ordinárias da Nação Portuguesa, 21 de Dezembro de 1843, *Collecção de legislação portuguesa redigida pelo desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1843 em diante*, pp. 305 - 307; Decreto aprovando o Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e ordinárias da Nação Portuguesa, 20 de Dezembro de 1847, *Collecção de legislação portuguesa redigida pelo desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1847 em diante*, pp. 527-529; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1898; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1900; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes 26 de Maio de 1906, ASSL maço 33, nº 7, 10 e 13. Descrição também em SÁ, Ayres de, *Príncipe Real D. Luís Filipe*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1929, p. 382.

<sup>205</sup> Decreto estabelecendo o programa das cerimónias da inauguração do Reinado do Senhor Dom Pedro V, 7 de Dezembro de 1855, *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcelos, Ano 1855*, p. 311-312.

<sup>206</sup> LOULÉ, Marquez de, *Programma do ceremonial aprovado por decreto de Sua Magestade El-Rei o Senhor Dom Pedro V, (...)*, p. 6.

<sup>207</sup> LOULÉ, Marquez de, *Programma do ceremonial approved por decreto real para as festividades do consorcio da serenissima Princeza de Portugal Dona Antonia (...)*, p. 6.

<sup>208</sup> *Diário de Lisboa*, 30 de Setembro de 1862, pp. 2413-2414.

<sup>209</sup> *Programa das festividades do casamento de D. Carlos com D. Amélia*, p. 2; [Registo de correspondência enviada ao Duque Estribeiro-mor enviando o programa do ceremonial de casamento de D. Carlos com D. Amélia], s.l, 1886, IANTT Ministério Reino, Livro 900, s.f..

Nas cerimónias fúnebres deste monarca, em 1908, o Estribeiro-mor e o estribeiro-menor acompanharam a cavalo os coches que transportaram os cadáveres régios. Para além desta função, o Estribeiro-mor dirigiu a organização do cortejo fúnebre<sup>210</sup>. Esta não teria sido a primeira vez que fora incumbido dessa tarefa, já o tendo sido relativamente a funerais de outros membros da Família Real, nomeadamente da Imperatriz do Brasil, D. Maria Teresa Bourbon-DuasSicílias<sup>211</sup> ou de D. Pedro II, Imperador do Brasil<sup>212</sup>. Era também o responsável, no que dizia respeito ao transporte, dos funerais de Conselheiros, Conselheiros de Estado e Ministros, cujo estatuto merecia um enterro de Estado<sup>213</sup>.

As visitas oficiais de soberanos estrangeiros a Portugal eram outras ocasiões nas quais o Estribeiro-mor desempenhava o papel de responsável da organização, ainda que sob a orientação do Rei. Na visita da Rainha Alexandra de Inglaterra em 1905, o estribeiro-menor avisou por carta o Estribeiro-mor de que forma o Rei pretendia que o cortejo se organizasse<sup>214</sup>. Todavia, era o fiel da Cavalaria o encarregado do serviço de carruagens e por tudo do que dizia respeito ao serviço do pessoal e animal, que deveria informar o estribeiro-menor de qualquer ocorrência<sup>215</sup>.

Estas visitas causavam um aumento exponencial das despesas extraordinárias da Repartição<sup>216</sup> porque sendo “*uma recepção oficial torna necessário a aquisição de*

---

<sup>210</sup> Portaria ordenando o programa do cerimonial que deve observar-se nos funerais de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I e de Sua Alteza Real o Senhor D. Luís Filipe, 3 de Fevereiro de 1908, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, p. 169-170.

<sup>211</sup> Carta enviada ao Duque Estribeiro-mor expedindo as ordens relativas às cerimónias fúnebres da Imperatriz do Brasil, 3 de Janeiro de 1890, IANTT, Ministério do Reino Livro 901, fol. 74v.

<sup>212</sup> Carta do Duque Estribeiro-mor para o Ministro dos Negócios do Reino acerca das despesas com as cerimónias fúnebres do Imperador do Brasil, 26 de Dezembro de 1891, AHTC, Processo Contas, caixa 239, 12.1.

<sup>213</sup> Cartas enviadas ao Duque Estribeiro-mor expedindo as ordens relativas às cerimónias fúnebres dos Conselheiros de Estado João de Andrade Corvo, José Augusto Braancamp, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, Diogo António Palmeiro Pinto, Carlos Lobo de Ávila, Conde de Casal Ribeiro, Henrique de Barros Gomes, Barjona de Freitas. Ministro da Guerra, Conde de Valbom, Conde de S. Januário, António José Ennes, Ernesto Rodolfo Hintze Ribeiro, José Dias Ferreira, 10 de Setembro de 1907, IANTT, Ministério do Reino Livro 901, fol. 88v; Carta enviada ao Duque Estribeiro-mor expedindo as ordens relativas às cerimónias fúnebres do Conselheiro de Estado José Vicente Barbosa du Bocage, 1890-1907, IANTT, Ministério do Reino Livro 901, fols. 72- 88v.

<sup>214</sup> [Carta do Estribeiro-menor ao Estribeiro-mor], Lisboa, 1905, ASSL, Mordomia, maço 24, 2, 6.

<sup>215</sup> *Repartição das reais Cavalações, Ordens para os serviços que a repartição tem a desempenhar por ocasião da visita a Suas Magestades, de Sua Ex<sup>a</sup>a, o presidente da república francesa, Mr Loubet, 27 de Outubro de 1905*, Lisboa, Tipografia Belenenses, 1905.

<sup>216</sup> Carta do Duque Estribeiro-mor ao Conselheiro António Teixeira de Sousa, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda acerca das despesas extraordinárias relativas à recepção de soberanos estrangeiros, 26 de Janeiro de 1904, AHTC, Processo Conta, caixa 239, n° 475.

*cavalos, carruagens, etc., para que essa recepção se faça com o devido luzimento*”<sup>217</sup>, para além da necessidade de “*proceder a uma larga reparação não só nos coches que figuraram nos cortejos reais, como ainda nas carruagens chamadas de gala, que de todo estavam impossibilitadas de prestar serviço, para esse fim e para a reparação de arreios que também estavam impossibilitados de servir e ainda para a confecção de fardamentos e compra de cavalos no estrangeiros*”<sup>218</sup>. Daí que os pedidos de abono por parte do Estribeiro-mor junto das autoridades competentes fossem constantes<sup>219</sup>. Nestas visitas, o pessoal empregado nas Cavalariças recebia por parte dos visitantes, diplomas, medalhas e gratificações em dinheiro. Estas benesses eram recebidas pelo Mordomo-mor e distribuídas pelas diferentes repartições. Como chefe das Reais Cavalariças, o Estribeiro-mor procederia à sua distribuição neste serviço<sup>220</sup>.

A presença do Estribeiro-mor era requerida também nas cerimónias de apresentação das cartas credenciais de um novo embaixador. Nessas ocasiões, o Estribeiro-mor enviaria um coche da Casa Real, juntamente com um moço de estribeira, ao Introdutor dos embaixadores na Corte e dois coches da Casa Real para a residência do novo embaixador, que o transportaria para o Palácio onde essa cerimónia decorreria, geralmente no Paço da Ajuda<sup>221</sup>.

Não há indicação de este ofício ser remunerado, não constando nas folhas de pagamento da Casa Real. No entanto, como o titular do ofício desempenhava funções

---

<sup>217</sup> Carta do Duque Estribeiro-mor ao Conselheiro António Augusto Pereira de Miranda, Ministro do Reino solicitando que a Repartição das Reais Cavalariças seja abonada através do Ministério da Fazenda em 15 contos de reis, para fazer face às despesas decorrentes da visita oficial do Imperador da Alemanha, 1 de Março de 1905, AHTC, Processo Conta, caixa 239, nº 508.

<sup>218</sup> Carta do Duque Estribeiro-mor a José Luciano de Castro, Presidente do Conselho de Ministros solicitando que a Repartição das Reais Cavalariças seja abonada através do Ministério da Fazenda para as despesas em dívida resultantes das visitas de Estado ocorridas nesse ano, 7 de Agosto de 1905, AHTC, Processo Conta, caixa 239, nº 537.

<sup>219</sup> Carta do Duque Estribeiro-mor a José Luciano de Castro, Presidente do Conselho de Ministros solicitando que a Repartição das Reais Cavalariças seja abonada através do Ministério da Fazenda em 15 contos de reis, para a futura visita do Presidente da República Francesa, 27 de Setembro de 1905, AHTC, Processo Conta, caixa 239, nº 541.

<sup>220</sup> Veja-se, por exemplo, os diversos ofícios remetidos pela Mordomia-mor ao Estribeiro-Mor, Várias Datas, IANTT, Mordomia-mor, Livro 43, fol. 11, 21v., 26, 69, 69v., 85v.

<sup>221</sup> [Programa de audiência pública a Lord Carrington], [Lisboa], 1901, AHMNE 3º Piso, Ar. 9, maço 61. Lord Carrington, de seu nome Robert Wynn Carrington e mais tarde 1º Marquês de Lincolnshire, foi embaixador extraordinário a França, Espanha e Portugal em 1901, destinado a fazer o anúncio formal da coroação de Eduardo VII.

como Mordomo-mor da Rainha D. Maria Pia, era provável que constasse nas folhas de pagamento dessa administração, que era autónoma<sup>222</sup>.

O ofício de Estribeiro-mor tinha correspondência em diversas cortes, com funções semelhantes às que detinha em Portugal. No Brasil Imperial era responsável pelos cavalos, coches e liteiras da Casa Real, bem como por todo o pessoal que trabalhava na repartição<sup>223</sup>. Em França, com a subida de Napoleão ao poder e a criação da Casa Imperial em 1804, que simplificou a antiga Casa do Rei, manteve-se a repartição das Reais Cavalariças, sob o nome de *Grand Écuyer*. Os uniformes dos seus funcionários passaram a ser da cor azul<sup>224</sup>. Este cargo manter-se-ia até ao final da monarquia e do Império franceses, em 1870<sup>225</sup>. No Reino Unido, durante o reinado da Rainha Vitória, as Cavalariças Reais continuavam a ser um dos principais serviços da Casa Real. Todos os seus chefes, incluindo o Estribeiro-mor (*Master of the Horse*), eram substituídos com a subida ao poder dos diferentes governos. Como não residiam na corte, a sua autoridade era delegada em servidores de estatuto inferior<sup>226</sup>. Com Jorge V, o cargo de Estribeiro-mor, bem como outros, passou a ser de nomeação régia, desde que se abstivessem de qualquer actividade parlamentar<sup>227</sup>. Quanto às funções, para além de tomar parte da organização das grandes cerimónias estatais, como o Jubileu de Diamante da Rainha Vitória ou do funeral do Rei Eduardo VII<sup>228</sup>, esteve também incumbido de esperar na estação ferroviária de Londres, a chegada dos Reis de Portugal e restante comitiva, na visita oficial que fizeram à capital inglesa em Novembro de 1904<sup>229</sup>.

---

<sup>222</sup> Apenas os Anuários referem o número de funcionários deste serviço (sete), embora omitindo as diferentes categorias dos moços. Vide Anexos, Quadros 49 e 56.

<sup>223</sup> GENOVEZ, Patrícia Falco, “Os cargos do Paço Imperial e a Corte no Segundo Reinado”, MÉTIS – História e Cultura, vol. 1, nº1, jan.-jun. 2002, Caxias do Sul, EDUCS, 2002, p. 218.

<sup>224</sup> MANSEL, Philip, *La cour sous la Révolution, l'exil et la restauration, 1798-1830*, pp.69-70.

<sup>225</sup> LOLIÉE, Frédéric, *La vie d'une impératrice, Eugénie de Montijo*, Paris, Editions Jules Tallandier, 1918, p. 61.

<sup>226</sup> HIBBERT, Christopher, *La vie privée des souverains anglais a la cour de Windsor, des plantagenet a nos jours*, s.l. Librairie Hachette, 1964, p. 203.

<sup>227</sup> HIBBERT, Christopher, *La vie privée des souverains anglais a la cour de Windsor, des plantagenet a nos jours*, p. 290.

<sup>228</sup> HOBBSBAM, Eric, RANGER, Terence, *The invention of tradition*, (6ª ed).Cambridge, Cambridge University Press, 2008, P. 133.

<sup>229</sup> [Programa da visita de Suas Majestades a Londres, Londres, Novembro de 1904], AHFCB, Arquivo Soveral, 100, P. 19.

### 1.3. Capitão da Guarda Real dos Archeiros

O capitão da Guarda Real dos Archeiros era o responsável pela companhia miliciana que fazia a guarda aos monarcas portugueses. Embora a Guarda Real remontasse pelo menos à segunda dinastia, sofreu várias reformas ao longo dos tempos, quer ainda no final da segunda dinastia, quer durante o reinado de Filipe II. No início da dinastia de Bragança foi-lhe dado um novo regimento que designava que os soldados deveriam ser portugueses, católicos, cristãos velhos e homens de bem, entre os vinte e trinta anos.<sup>230</sup>

A 28 de Agosto de 1833, D. Pedro, enquanto regente, extinguiu as Companhias denominadas Portuguesa e do Príncipe, incorporando os soldados destas na Guarda Real dos Archeiros. As propostas para novos cargos passavam pelo Expediente da Mordomia mor, mas cabia ao comandante da Guarda Real fazer directamente as propostas. Os lugares vagos podiam ser preenchidos por soldados do exército libertador, que tivessem assentado praça voluntariamente, soubessem ler e escrever e não tivessem nota alguma na sua folha de serviço<sup>231</sup>. O Príncipe Lichnowsky, de visita a Portugal em 1842, descreveu esta força militar como sendo composta de indivíduos domiciliados, chefes de família e exercendo toda a espécie de profissões<sup>232</sup>. De resto, uma opinião partilhada por Francisco Câncio cem anos após. Este autor considera que a entrada na monarquia constitucional, terá feito alterar o recrutamento da guarda. Até então, eram escolhidos entre os membros da nobreza, passando a partir desse momento a ser recrutados nas classes humildes<sup>233</sup>.

Em 1836, reiterou-se a possibilidade de as praças da Guarda Real dos Archeiros poderem votar. A dúvida surgiu do Decreto de 3 de Junho de 1834 acerca das eleições, que excluía os criados de galão branco da Casa Real. Segundo este decreto, a guarda de Honra da Casa Real não era constituída por criados e formavam uma companhia,

---

<sup>230</sup> Estatutos gerais para a Guarda Real Portuguesa e Alemã, 5 de Fevereiro de 1646, *Collecção Chronológica da legislação portuguesa compilada e anotada por José Justino de Andrade e Silva, 1640-1647*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, p. 300-313.

<sup>231</sup> Decreto que dá uma nova organização à Guarda Real dos Archeiros, 28 de Agosto de 1833, *Colecção de Decretos e regulamentos (...)*, p. 22.

<sup>232</sup> LICHNOWSKY, Príncipe, *Portugal. Recordações do Ano de 1842*, 2ª ed, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, p. 50.

<sup>233</sup> CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, Lisboa, s.n., 1955, p. 307.



sendo portanto habilitados a votar<sup>234</sup>. Dez anos depois, reiterava-se o facto de os soldados desta companhia, apesar de estarem ao serviço do Paço e das pessoas Reais, nomeadamente a sua guarda, estarem isentas de qualquer serviço pessoal, nomeadamente do serviço de faxinas<sup>235</sup>. O que não deixa de ser curioso por, mais uma vez, demarcar-se o estatuto destes funcionários do serviço à Casa Real, como uma força militar autónoma.

Durante o reinado de D. Carlos<sup>236</sup>, existia um Capitão – oficial-mor –, um tenente e dois sargentos. A partir de 1905 surgem referenciados um terceiro sargento e dois cabos, um deles graduado. Segundo a documentação relativa à contabilidade da Casa Real, qualquer um destes cargos, incluindo o ofício de Capitão e dos postos de soldados, não parecem receber qualquer vencimento, mas sim uma gratificação<sup>237</sup>.

A existência de um segundo capitão desta Guarda, interino, no período em estudo prende-se com o facto de o titular do ofício, o Duque de Palmela, por falta de saúde, ter pedido que o seu genro, o Marquês de Faial, pudesse exercer o comando, em todas as funções da competência do ofício, como os actos da corte<sup>238</sup>.

Ao longo da Monarquia Constitucional, o Capitão da Guarda Real e a sua companhia estiveram presentes em variadas festividades públicas nomeadamente na escolta dos soberanos desde a sua residência para o local onde aquelas se desenrolavam ou então alinhada em duas alas no interior do recinto das mesmas, sobretudo em Igrejas, quando se tratava de cerimónias religiosas. Tal aconteceu nos casamentos de D. Maria II com o Príncipe D. Fernando<sup>239</sup>; de D. Luís<sup>240</sup> e D. Carlos<sup>241</sup> e no baptismo da infanta

---

<sup>234</sup> Portaria designando que os praças da Guarda Real possam votar, 2 de Julho de 1836, *Colecção de Leis e outros Documentos Oficiais publicados desde 1 de Janeiro até 9 de Setembro de 1836*, Quarta Série, Lisboa, Imprensa Nacional, 1836, p. 173.

<sup>235</sup> Portaria isentando os da Guarda Real dos Arquivos dos serviços de faxinas, 28 de Outubro de 1846. *Colecção Oficial da Legislação Portuguesa redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Ano 1846*, p. 188.

<sup>236</sup> Vide Quadro 2, Anexos.

<sup>237</sup> Vide, a título de exemplo, Despesas da Casa Real relativas ao mês de Janeiro de 1890, Lisboa, 1890, IANTT, Casa Real, caixa 6365.

<sup>238</sup> Rascunhos de ofícios acerca da disponibilidade do ofício de Capitão da Guarda Real dos Arquivos, ASSL, Mordomia, maço 29, 20.

<sup>239</sup> *Programa para o cerimonial das funções de corte, que terão lugar por ocasião da próxima chegada de SAR, o sereníssimo Príncipe D. Fernando Augusto, Duque de Saxónia Cobourg-Gotha*.

<sup>240</sup> MARTINHO, Joaquim Félix, *Necrologia nacional dos reinados de Suas Magestades El-Reis de Portugal, os senhores D. Pedro, D. Luís e D. Carlos I*, Lisboa, C. S. Francisco, 1909, p. 28; CORREA, José Hermenegildo, *Dias de Glória: Oppusculo à chegada e desembarque de SM a Rainha*, Lisboa, Tipografia na Rua Formosa, 1862; CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, p. 287.

<sup>241</sup> *Diário de Notícias*, 14, 15 e 23 de Maio 1886, pp. 1; CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, p. 414.

D. Antónia<sup>242</sup> e no de D. Carlos<sup>243</sup>. Há também conhecimento de que esta força militar se encontrava presente em cerimónias de cariz não oficial, como por exemplo festas e bailes no Paço<sup>244</sup>.

A sua presença nas festividades de corte não se modificou durante o reinado de D. Carlos. Na recepção por ocasião do aniversário do Príncipe Real, quarenta soldados da Guarda Real estavam enfileirados no vestíbulo principal do Paço da Ajuda que dava acesso à sala da recepção<sup>245</sup>. Nas exéquias fúnebres de vários membros da Família Real a guarda também esteve presente. Nas da infanta nada-morta, filha de D. Carlos e D. Amélia, uma força de 10 praças esteve no Paço das Necessidades<sup>246</sup>. No caso de D. Carlos e D. Luís, também acompanharam o cortejo fúnebre<sup>247</sup>. Além disso, o Capitão da Guarda Real foi testemunha da entrega dos cadáveres reais, na Igreja de São Vicente de Fora<sup>248</sup>.

O mesmo acontecia nas cerimónias religiosas extraordinárias: a da entrega da Rosa de Ouro à Rainha D. Amélia, em 1892 e a imposição do barrete cardinalício aos Cardeais Jacobini e Aiuti<sup>249</sup>. Os prelados foram recebidos com honras militares à entrada da Capela do Palácio da Ajuda, pelo Capitão da Guarda Real dos Archeiros<sup>250</sup>, nos mesmos moldes em que se deu a cerimónia da imposição do barrete cardinalício ao Arcebispo de Braga, a 5 de Dezembro de 1850<sup>251</sup>.

A Guarda Real estava presente nas festividades religiosas habituais da corte – na Sé, no caso do dia de Reis; do *Corpus Christi*, onde fechavam a procissão<sup>252</sup>, e no dia de Nossa Senhora da Conceição<sup>253</sup> ou na Basílica da Estrela, no dia do Sagrado Coração de

---

<sup>242</sup> COLAÇO, Branca de Gonta, *Memórias da Marquesa de Rio Maior, Subserra, Bemposta*, p. 41.

<sup>243</sup> CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, pp. 302-303.

<sup>244</sup> ANDRADA, Ernesto de Campos de, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, vol. III, p. 236.

<sup>245</sup> *Diário de Notícias*, 22 de Março de 1907, p. 1.

<sup>246</sup> *Diário Ilustrado*, 29 de Setembro 1887, p. 1.

<sup>247</sup> MARTINS, Rocha, *D. Carlos: história do seu reinado*, Estoril, Oficina do ABC, 1927, p. 597.

<sup>248</sup> Ofício do Mordomo-mor ao Capitão da Guarda Real dos Archeiros, Lisboa, 5 de Fevereiro de 1908, IANTT, Mordomia-mor, Livro 43, fol. 34.

<sup>249</sup> Livro de Registo de Funções na Corte [Lisboa], s.d., IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fols. 268 e 272v

<sup>250</sup> *O Século*, 3 de Julho de 1896, p. 1; CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, Lisboa, s.n., 1955, p. 430.

<sup>251</sup> Carta [da Mordomia-mor] informando o Capitão da Guarda Real dos Archeiros das funções a desempenhar na cerimónia da imposição do barrete Cardinalício ao cardeal arcebispo de Braga, Lisboa, 28 de Novembro de 1850, IANTT, Casa Palmela, Microfilme 5565, caixa 21, fol. 154.

<sup>252</sup> Vide, por exemplo, *O Tempo*, 19 de Junho de 1897 ou 16 de Junho de 1900, p. 1.

<sup>253</sup> *Diário Ilustrado*, 9 de Dezembro 1897 e 9 de Dezembro 1905, pp. 3.

Jesus<sup>254</sup>. As suas funções eram a de efectuar a guarda no interior da Igreja, com uma força de homens que podia atingir os 40. No exterior, a guarda era feita por forças policiais ou por um regimento do exército<sup>255</sup>. Nestas ocasiões, o Ministério do Reino expedia ofícios aos Capitão da Guarda Real para que tomasse as medidas necessárias para a comparência da Guarda.<sup>256</sup> Na missa do galo, celebrada no Paço das Necessidades, também a guarda era realizada pela Guarda dos Archeiros, em número de oito<sup>257</sup>.

A par das cerimónias religiosas, as cerimónias civis. Na sessão real da abertura das Cortes, a Guarda Real encontrava-se postada em fileiras, desde o vestíbulo do palácio até ao salão das cortes, traçando o caminho que o cortejo da corte deveria efectuar<sup>258</sup>. Embora só tenhamos informações relativas à presença da Guarda Real dos Archeiros numa das visitas régias, nomeadamente a D. Afonso XIII, é muito provável que nas restantes aquela também tenha estado presente. Assim se justifica que, após a visita do Presidente da República Francesa, o secretário da Mordomia-mor tenha remetido ao Capitão da Guarda Real dos Archeiros um conjunto de medalhas atribuídas por aquele, para serem distribuídas pelos soldados da Guarda<sup>259</sup>. No caso da visita de D. Afonso XIII, sabemos em pormenor as funções desempenhadas: o Capitão da Guarda Real aguardava a entrada no Palácio de Belém do monarca espanhol e de D. Carlos e cinquenta archeiros encontravam-se perfilados ao longo da escadaria e corredores do palácio<sup>260</sup>. Também fizeram parte do cortejo pela cidade<sup>261</sup>.

Em suma, a Guarda Real dos Archeiros continuava a estar presente em praticamente todas as cerimónias oficiais da corte, geralmente fazendo guarda nos locais onde as mesmas decorriam ou acompanhando o cortejo. O seu Capitão tinha nesses

---

<sup>254</sup> Vide, por exemplo, *Diário Ilustrado*, 22 de Junho de 1895; 6 de Junho de 1902 ou 10 de Junho de 1904.

<sup>255</sup> *Diário Ilustrado*, 6 de Janeiro de 1908, p. 3.

<sup>256</sup> Ofícios vários ao Estribeiro-mor, Lisboa, várias datas, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fols. 261-267,

<sup>257</sup> *O Século*, 25 de Dezembro de 1903, p. 1.

<sup>258</sup> Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1898; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1900; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes 26 de Maio de 1906, ASSL, maço 33, nº 7, 10 e 13.

<sup>259</sup> Ofício da Mordomia-mor ao Capitão da Guarda Real dos Archeiros. Lisboa, 20 de Março de 1905. IANTT, Mordomia-mor, Livro 43, fol. 68v.

<sup>260</sup> RODRIGUES; José Barros, *D. Carlos I e D. Afonso XIII, o primeiro encontro régio*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2005, p. 76.

<sup>261</sup> DIAS, Carlos Malheiro, *Cartas de Lisboa*, p. 33

cortejos um papel de destaque, cimentado pela tarefa de ser uma das primeiras individualidades a receber os mais ilustres convidados.

Durante este reinado, ocorreram algumas alterações respeitantes a este serviço. Em 20 de Fevereiro de 1892, o serviço da Guarda dos Archeiros, tal como outros serviços do Paço da Ajuda, que estavam dependentes da administração da Fazenda da Casa Real passaram a estar sob dependência de outra repartição, não explicitada na documentação, mas muito provavelmente a Administração da Fazenda da D. Maria Pia<sup>262</sup>.

O que pareceu não ter sofrido alterações foi o seu fardamento, após o reinado de D. João V. Embora alguns visitantes estrangeiros, durante o reinado de D. Maria I, tenham reparado que não usavam uniformes, há muito tempo<sup>263</sup>, ou que vestiam casaca, calções de cores variadas, meias esticadas e sapatos de fivelas<sup>264</sup>, outros autores são, no entanto, unânimes em considerar que as fardas se mantiveram vermelhas, estilo século XVII, com galões amarelos em todas as costuras e munidos de alabardas<sup>265</sup> e usando um bicornio agalado<sup>266</sup>. As despesas com fardamentos, galões e outros objectos, eram tidas como despesas extraordinárias e, como tal, pagas por uma dotação extraordinária<sup>267</sup>.

A farda, no entanto, não parecia ser suficientemente quente para enfrentar as correntes de ar a que estavam sujeitos, estando sempre constipados, segundo o Conde de Maфра<sup>268</sup>. Ainda assim, alguns melhoramentos nas suas salas foram feitos, como a iluminação a gás no Palácio da Ajuda<sup>269</sup> e a substituição de tapetes por *parquet* no Paço das Necessidades<sup>270</sup>.

---

<sup>262</sup> Decreto relativo às alterações na Administração da fazenda da Casa Real, devido à mudança de Reinado, Lisboa, 20 de Fevereiro de 1892, IANTT, Casa Real, caixa 5634.

<sup>263</sup> CORMATIN, Pierre Marie Félicité Dezoteux, BOURGOING, Jean François, *Voyage du ci-devant du Chatelet, en Portugal*, Paris, Chez Arhus-Bertrand, 1798, p. 90.

<sup>264</sup> CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, p. 307.

<sup>265</sup> LICHNOWSKY, Príncipe, *Portugal. Recordações do Ano de 1842*, p. 50.

<sup>266</sup> DIAS, Carlos Malheiro, *Cartas de Lisboa*, p. 33. A guarda suíça francesa (*cent-suisse*) tinha uniforme encarnado e azul, agalados de prata. FUNCK-BRENTANO, Frantz, *La cour du Roi Soleil*, -12e éd., Paris, Grasset, 1937, pp 21 e 22.

<sup>267</sup> Parecer da Direcção Geral da Tesouraria, Lisboa, 21 de Fevereiro de 1895, Arquivo Histórico Parlamentar, Comissão de inquérito entre tesouro público e Família Real, 1895-1909, cx 408, doc 6.

<sup>268</sup> CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, 1955, p. 307.

<sup>269</sup> Lista dos bicos de gás distribuídos pelo Paço da Ajuda, Lisboa, 1893. IANTT, Casa Real, caixa 5705, fol. 293.

<sup>270</sup> Lista de sugestão de salas onde se substituirá tapetes por parquet, Lisboa, 18 de Fevereiro de 1895, IANTT, Casa Real, caixa 5782.

Na Europa de fim de século continuavam a existir congéneres à Guarda Real dos Archeiros. Em Espanha, o hábito do Capitão da Guarda dos Alabardeiros assistir às refeições permaneceu pelo menos até ao casamento de Afonso XIII. A partir dessa altura e por iniciativa de Vitória Eugénia, as refeições passaram a realizar-se apenas em família<sup>271</sup>. Na Inglaterra Vitoriana, manteve-se a Companhia Real dos Archeiros<sup>272</sup>, para além de outras guardas reais, a cavalo e a pé<sup>273</sup>. A Corte austríaca tinha também a sua Guarda Real de Alabardeiros. Estava presente nas grandes cerimónias da corte, como a coroação do imperador, na qual tomava parte, nomeadamente no cortejo, ostentando farda vermelha<sup>274</sup>. Na Alemanha, a *Garde du corps* escoltava as carruagens nos cortejos oficiais, como fez a D. Carlos em visita a Potsdam<sup>275</sup>. No Brasil a Guarda Real dos Archeiros esteve presente na coroação de D. Pedro I e na chegada da futura Imperatriz D. Amélia. Todavia, a sua farda era verde, agalada de ouro, composta de calção e meias de seda branca. Para completar, um bicorne. Em ambos os casos, fechava os respectivos cortejos. Fazia também serviço nas festas do Palácio de São Cristóvão, encontrando-se os soldados dispostos nas escadarias do mesmo<sup>276</sup>. O cargo de Capitão da Guarda foi extinto em 1854<sup>277</sup>.

#### 1.4. Chefe da Casa Militar

Embora a Casa Militar fosse distinta da Casa Civil, fazia também parte da Casa Real, pelo que devemos também debruçar a nossa atenção sobre ela. Não possuímos informações quanto às suas origens, mas as referências na documentação remetem para o seu aparecimento durante a Monarquia Constitucional. O Rei era o chefe do superior do exército, pertencendo-lhe o posto de marechal-general, segundo o decreto de 30 de

---

<sup>271</sup> EULÁLIA, Infanta, SCHWEYER, Alberto LAMAR, pref., *Mémoires de S.A.R. l'Infante Eulalie, 1868-1931*, Paris, Plon, 1935, p. 72.

<sup>272</sup> MEYER, Bertrand, *La Vie Quotidienne à Buckingham, de Victoria à Elisabeth II*, Paris, Hachette, 1991, p. 34.

<sup>273</sup> VACAS GARCÍA-ALÓS, Luis, *La administración de la Casa Del Rey y su control jurisdiccional en el Derecho Constitucional español*, Madrid, Centro de Estudios políticos e constitucionais, 2002, p. 65.

<sup>274</sup> TISSOT, Victor, *Vienna d'Austria e a sua corte*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, ed, 1901, vol. 1, p. 231.

<sup>275</sup> BASTO, António Ferreira Pinto, TRIGUEIROS, Luís Forjaz (org.), *Viagens por terra com el Rei D. Carlos*, Lisboa, Chaves Ferreira, 1997, p. 26

<sup>276</sup> GUIMARÃES, A. C. D'Araújo, *A Corte no Brasil, figuras e aspectos*, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1936, pp. 52, 108 e 125.

<sup>277</sup> GENOVEZ, Patrícia Falco, "Os cargos do Paço Imperial e a Corte no Segundo Reinado", *MÉTIS – História e Cultura*, vol. 1, nº1, jan.-jun. 2002, p. 217.

Outubro de 1884<sup>278</sup>. Porém, não era necessariamente o chefe efectivo, podendo delegar essas funções – D. João VI fê-lo no Infante D. Miguel, nomeadamente, entregando-lhe o comando da primeira linha do exército, que compreendia o Estado Maior general, os corpos de todas as armas, o real Corpo de Engenheiros, os oficiais sem emprego, bem como o comando das milícias, ordenanças, veteranos e Praças de Guerra<sup>279</sup>.

O decreto de 16 de Abril de 1890 reorganizou a Casa Militar do Rei. Foi nomeado um primeiro Ajudante de Campo, que seria o chefe da Casa Militar, ofício desempenhado por um general da armada ou do exército. Para o serviço de Ajudante de Campo e Oficial às Ordens efectivos existiam 4 oficiais da armada e 10 do exército. D. Afonso teria ao seu serviço mais três oficiais do exército. A nomeação tanto dos oficiais ao serviço de D. Carlos, como dos de D. Afonso era de quatro anos, não podendo ser novamente nomeados, senão depois de decorrido igual período do tempo. O uniforme que usariam – quer os efectivos, quer os honorários, seria o dos corpos ou armas a que pertenciam, embora com um emblema diferente para os da armada e para os do exército, composto pelas iniciais CI, de Carlos I. O Chefe da Casa Militar teria à sua disposição um ajudante, um segundo tenente da armada ou oficial subalterno de cavalaria ou infantaria<sup>280</sup>.

Uma vez que estas funções eram cumulativas com outras comissões de cariz militar, a 2 de Agosto de 1894 era aumentado o número de oficiais efectivos, para que aquele serviço fosse efectuado de forma mais eficiente, uma vez que faziam, como os camaristas, um trabalho rotativo e semanal às ordens do Rei, sobretudo nas suas aparições públicas. Nesse sentido, o número de Ajudantes de Campo e Oficiais às ordens era elevado para seis oficiais da armada e catorze do exército, podendo ser nomeados após quatro anos<sup>281</sup>.

Como se pode observar no quadro 5<sup>282</sup>, o número de oficiais efectivos manteve-se, segundo os anuários, mais ou menos estável, ao contrário dos oficiais honorários,

---

<sup>278</sup> Decreto de reorganização do exército, 30 de Outubro de 1884, *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa, Ano de 1884*, p. 443.

<sup>279</sup> Alvará de nomeação de Comandante em Chefe do Exército, 4 de Agosto de 1823, [*Colecção Oficial de Legislação 1820-1825*], pp. (13) - (16).

<sup>280</sup> Decreto reorganizando a Casa Militar de Sua Majestade El-Rei, 16 de Abril de 1890, *Collecção oficial de Legislação, Ano de 1890*, p. 197.

<sup>281</sup> Decreto alterando as disposições do decreto de 16 de Abril de 1890 na parte respectiva ao número de ajudantes e oficiais que compõem a Casa militar de Sua Majestade El-Rei, 2 de Agosto de 1894, *Collecção oficial de Legislação, Ano de 1894*, p. 720.

<sup>282</sup> Vide Anexos, Quadro 5.

cujos números sofreram um aumento significativo, para quase o dobro, pelo menos a partir de 1894. De facto, enquanto o número médio de oficiais efectivos foi de 23 indivíduos, o de oficiais honorários ascendeu a 57<sup>283</sup>. Uma das explicações que poderíamos avançar para este aumento, poderia ser o facto de o Rei ter concedido esta mercê aos oficiais envolvidos nas campanhas de África, mas estas só ocorreriam em 1894-1895. Pensamos, portanto, que este fenómeno se insere antes num reforço da presença de militares, visível não só na existência de militares na própria Casa Real, e na sua presença nas festividades da monarquia, mas também no recurso às bandas militares em jantares oficiais, apesar da existência da Música da Real Câmara<sup>284</sup>, e no uso de uniformes militares pelo próprio Rei. O reforço desta presença militar na corte não terá sido uma particularidade portuguesa, sendo comum às monarquias europeias<sup>285</sup>.

As funções da Casa Militar, além das de aparato, revestindo a monarquia de um carácter marcial, relacionavam-se com a segurança do Rei no dia-a-dia, em colaboração directa com a polícia, tarefa desempenhada nas cerimónias públicas pela Guarda Real. É o que se depreende desta carta da Rainha D. Amélia ao Conde de São Lourenço: “*Para evitar as confusões do [Marquês de] Alvito em matéria tão séria pedia-lhe para entregar ao Ajudante de campo as instruções para avisar a polícia das saídas d’el-Rei. Pedia-lhe mais para explicar ao D. Fernando as razões da mudança*”<sup>286</sup>.

Não se encontram quaisquer referências a vencimento relativamente a nenhum dos oficiais da Casa Militar pagas pela Casa Real, à excepção do Ajudante de Campo António Augusto Duval Teles, que recebia mensalmente a quantia de 40\$000<sup>287</sup>.

### 1.5. Mordomo-mor da Rainha

As origens da Casa da Rainha parecem remeter para o reinado de D. João I, que nomeou um conjunto de funcionários para o serviço de sua mulher, D. Filipa de Lencastre, e do qual faziam parte não só ofícios semelhantes aos já existentes no seu

---

<sup>283</sup> Vide Anexos, Quadro 56.

<sup>284</sup> Acerca desta questão, vide glossário.

<sup>285</sup> MANSEL, Philip, *Dressed to rule, Royal and court costume from Louis XIV to Elizabeth II*, Yale University Press, New Haven and London, 2005, p. 111.

<sup>286</sup> Carta da Rainha D. Amélia ao Conde de São Lourenço, Pena, s.d., ASSL, MOR I, armário L, gaveta 1, caixa 2, maço 12, 8.

<sup>287</sup> Vide, a título de exemplo, Folha dos vencimentos do pessoal superior da Casa de Sua Majestade a Rainha, [Lisboa] Agosto de 1890, IANTT, Casa Real, caixa 6371.

serviço, como Mordomo, mas também elementos femininos, como uma camareira-mor, uma aia, donas, donzelas e mulheres da câmara.<sup>288</sup>

O Mordomo-mor, o ofício principal da Casa da Rainha, detinha funções semelhantes ao seu congénere na Casa Real, cabendo-lhe o governo, a administração e superintendência daquela Casa<sup>289</sup>. Pelas semelhanças que estas Casas apresentam em Portugal e Espanha durante o Antigo Regime<sup>290</sup>, somos levados a crer que, tal como M. Victoria López-Cordón Cortezo chamou a atenção para o caso espanhol, o mesmo aconteceria no português, nomeadamente a submissão da Camareira-mor ao Mordomo-mor da Rainha, em todas as funções, demonstrando a manutenção explícita das diferenças entre sexos na hierarquia cortesã<sup>291</sup> e que se reflectiam também na discrepância nos seus vencimentos<sup>292</sup>. Apesar disso, o ofício de Camareira-mor gozava do mesmo estatuto como ofício superior da Casa Real.

A nomeação para Mordomo-mor da Rainha D. Amélia trouxe consigo a explicação detalhada das funções que doravante iria exercer. É, a par do documento semelhante que encontrámos para a Camareira-mor e a que faremos referência quando analisarmos a Casa da Rainha, um dos poucos textos existentes que apresenta as funções de um oficial-mor<sup>293</sup>. Em primeiro lugar, competia-lhe apresentar à Rainha todos os homens que estivessem em condições de ser apresentados e que tivessem solicitado essa graça, por escrito. Essas apresentações seriam registadas também por escrito. Em segundo lugar, deveria fazer observar as ordens da Rainha junto dos Veadores de serviço à mesma senhora. Receberia também toda e qualquer comunicação das pessoas de sexo masculino do corpo diplomático. Finalmente, deveria estar presente em todas as recepções e jantares oficiais, bem como *soirées*, teatro e jantares de Corte

---

<sup>288</sup> BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1946, tomo II, p. 205.

<sup>289</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa Corte e património das Rainhas de Portugal, 1640-1754. Poderes, Instituições e Relações sociais*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Dissertação de doutoramento em História Moderna, 1999, p. 133.

<sup>290</sup> JURADO SANCHEZ, José, *La economía de la corte. El gasto de la Casa Real en La Edad Moderna 1561-1808*, Madrid, Universidade Complutense de Madrid, 2005, p. 33-34.

<sup>291</sup> LÓPEZ-CORDÓN CORTEZO, M. Victoria, “Entre damas anda el juego: las camareras mayores de Palacio en la edad moderna”, GÓMEZ-CENTURIÓN JIMENEZ, Carlos, (coord.), *Monarquía y corte en la España moderna, Cuadernos de História Moderna, Anejos II*, Madrid, Universidad complutense de Madrid, 2003, p. 131.

<sup>292</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa Corte e património das Rainhas de Portugal, 1640-1754. Poderes, Instituições e Relações sociais*, p. 660-665.

<sup>293</sup> Carta de D. Carlos ao Conde de Sabugosa, Lisboa, 31 de Dezembro de 1890, ASSL, Mor I, Gaveta L4, caixa 1, maço 4.



em que a Rainha estivesse. A sua posição precedencial seria imediatamente posterior ao Chefe da Casa Militar do Rei.

Daqui retiram-se duas conclusões: a primeira, que o cargo apresenta bastante semelhanças no que toca à gestão, com o de Mordomo-mor da Casa Real. Em segundo lugar, o facto de o cargo se ocupar inteiramente da secção masculina da Casa da Rainha. Não só tem autoridade sobre os restantes membros que compõem a família masculina da Casa, como trata de todos os assuntos cujo remetente sejam também homens. Nesse sentido, depreende-se que as funções exercidas pela Camareira-mor eram em tudo semelhantes às do Mordomo-mor da Rainha, embora dissessem apenas respeito à família feminina da Casa e à correspondência e apresentações de senhoras.

Contudo, o Mordomo-mor da Rainha não recebia vencimento. Nas folhas de vencimento, o titular que o desempenhava estava escriturado como Veador e o seu salário igualava-se aos dos restantes Veadores: 40\$500 mensais<sup>294</sup>. A não remuneração do ofício remontaria pelo menos ao reinado de D. Luís. De facto, ao ser nomeado Mordomo-mor da Rainha D. Maria Pia e ao constatar que os restantes ofícios auferiam vencimento, o Marquês de Fronteira desejou também ser remunerado. Ao que parece, a reacção de D. Luís a estes intentos, foi bastante negativa, segundo o relato da Condessa de Rio Maior: *“El-Rei ficou desesperado com isto, porque o Marquês lhe dissera que queria ordenado para poder dar bailes; que era muito ambicioso, que não se podia esperar isto d’um homem na sua posição, que é uma vergonha para um fidalgo falar em dinheiro, etc., etc. Não sei em que isto parará, mas em geral critica-se o Marquês, eu acho que ele conservaria mais a sua dignidade, mostraria mais independência e nobreza de carácter se se contentasse só com as honras que lhe ofereciam, mas por outro lado hoje tem se prodigalizado de tal modo essas honras de lugares e de condecorações que se apreciam pouco ou nada e que todos vão olhando e querendo só o que tine na algibeira”*<sup>295</sup>. Uma das honras referidas pela Condessa de Rio Maior e

---

<sup>294</sup> Vide, a título de exemplo, Folha dos vencimentos do pessoal superior da Casa de Sua Majestade a Rainha, [Lisboa] Agosto de 1890, IANTT, Casa Real, caixa 6371.

<sup>295</sup> Carta da Condessa de Rio Maior ao filho, Lisboa, 20 de Novembro de 1862, MÓNICA, Maria Filomena, (ed. Lit.), *Isabel, Condessa de Rio Maior, Correspondência para seus filhos 1852-1865*, Lisboa, Quetzal Editores, 2004, pp. 313-314.

que cabia ao Mordomo-mor da Rainha era a apresentação dos infantes neófitos junto à pia baptismal<sup>296</sup>.

### 1.6. Mestre-sala

Este ofício sofreu uma evolução ao longo dos tempos, remontando pelo menos ao reinado de D. João I, durante o qual era responsável pelo serviço de mesa e pelo bom ordenamento da assistência durante as cerimónias das refeições públicas reais. Paulatinamente, foi desempenhando funções a nível de protocolo e etiqueta, sobretudo a partir da Dinastia de Bragança<sup>297</sup>.

O Mestre-sala, que não recebia qualquer vencimento, estava sob as ordens do Mordomo-mor. Após as visitas oficiais de Março de 1905 – Rainha Alexandra de Inglaterra e do Kaiser Guilherme II –, o Rei D. Carlos escrevia pessoalmente ao Mordomo-mor, o Conde de Sabugosa, pedindo-lhe que elogiasse, em seu nome próprio, todo o pessoal, mas sobretudo o trabalho efectuado pelo Mestre-sala<sup>298</sup>. Ainda que este tivesse consciência de que o Mordomo-mor era o chefe de todos os serviços, não se coibia de relembrar as iniciativas que deveriam ser tomadas por este, ao próprio: *“Eu peço-te desculpa de te lembrar estas coisas que dependem de ti, mas na minha qualidade de Mestre-sala preciso estar habilitado a poder responder e tu tens que dever as ordens, pois és o chefe de todos os serviços”*<sup>299</sup>. Havia, portanto, uma estreita colaboração entre a Mordomia-mor e o Mestre-sala. De facto, quando existiam os ditos jantares de gala, era necessário que aquela repartição enviasse ao Mestre-sala a lista das pessoas convidadas, para que fossem elaboradas as plantas de mesa dos jantares, onde eram dispostos os convivas segundo as suas precedências. Por ocasião da visita da Rainha de Inglaterra e do Imperador de Alemanha, alguns Conselheiros de Estado levantaram algumas questões acerca dos lugares e precedências durante os jantares de gala. Nesse sentido o Mestre-sala pedia ao Mordomo-mor para que levasse estas dúvidas à presença de El-Rei, para que se pudesse observar a mais estrita etiqueta nesse

---

<sup>296</sup> Carta de Condessa de Rio Maior ao filho, Oeiras, 24 de Outubro de 1863, MÓNICA, Maria Filomena, (ed. Lit.), *Isabel, Condessa de Rio Maior, Correspondência para seus filhos 1852-1865*, p. 334.

<sup>297</sup> Vide Glossário, em Anexos.

<sup>298</sup> Carta de D. Carlos ao Conde de Sabugosa, Lisboa, 31 de Março de 1905, ASSL, MOR I, Gaveta L4, caixa 1, maço 1, 38

<sup>299</sup> Carta do Mestre-sala Conde de Figueiró ao Mordomo-mor Conde de Sabugosa. Lisboa, s.d., ASSL, Mordomia-mor, maço 7, macete 11, nº3.

aspecto<sup>300</sup>. Nesse mesmo ano, para um outro jantar de gala, o Mestre-sala pedia ao Mordomo-mor as listas dos convidados, mas apenas aqueles que assistissem ao jantar e ordenadas segundo as precedências<sup>301</sup>. Isto poderia indiciar uma de três hipóteses: excesso de zelo, atendendo às circunstâncias verificadas anteriormente; uma partilha de responsabilidade entre os dois oficiais ou então um improvável desconhecimento da etiqueta. O ofício torna-se, portanto, o principal responsável e *expert* em etiqueta, como refere, nas suas memórias, a Marquesa de Rio Maior. Muito embora fosse filha e casada com Mestres-sala, seria por isso expectável que dominasse a matéria, o que não acontecia<sup>302</sup>.

Para além destas funções, o Mestre-sala detinha também um importante papel cerimonial nas diversas festividades da corte. A sessão da aclamação de D. Carlos contou com a sua presença<sup>303</sup> e, tal como aconteceu com a aclamação de D. Maria I, organizou o cortejo que acompanhava os soberanos até ao trono<sup>304</sup>.

Na cerimónia matrimonial de D. Carlos conduziu, ladeando o Capitão da Guarda Real dos Archeiros, a Princesa de Orleães, pela nave central da igreja de S. Domingos, até ao altar.<sup>305</sup> Receber os nubentes parece ser uma atribuição sua. Efectivamente, no casamento de D. Maria II com o Príncipe D. Fernando de Saxe-Cobourg-Gotha, recebeu-o à entrada do Paço, juntamente com o Capitão da Guarda Real e o camarista de serviço, encaminhando-o em seguida até à Capela-mor<sup>306</sup>.

Teve também como tarefa acompanhar as testemunhas da cerimónia de casamento de D. Carlos, indicando-lhes o lugar que lhes competia no interior da Igreja<sup>307</sup>. De facto, a responsabilidade do Mestre-sala pela disposição dos lugares no templo, encaminhando as personalidades convidadas parece ser uma novidade, uma vez que ao tempo de D. João IV isso não acontecia, pois cabia ao Porteiro-mor efectuar

---

<sup>300</sup> Ofício do Mestre de Sala Conde de Figueiró ao Mordomo-mor Conde de Sabugosa, Sintra, 24 de Setembro de 1905, ASSL, Mordomia, maço 7, macete 11, n.º 4.

<sup>301</sup> Ofício do Mestre de Sala Conde de Figueiró ao Mordomo-mor Conde de Sabugosa, Lisboa, 8 de Novembro de 1905, ASSL, Mordomia, maço 7, macete 11, n.º 1.

<sup>302</sup> COLAÇO, Branca de Gonta, *Memórias da Marquesa de Rio Maior, Subserra, Bemposta*, p. 205.

<sup>303</sup> Ofício de José Luciano de Castro ao Mestre-sala, Conde de Alcáçovas, Lisboa, 18 de Dezembro de 1889, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol. 250 e 250v.

<sup>304</sup> CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, p. 148.

<sup>305</sup> CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, p. 414.

<sup>306</sup> *Programa para o cerimonial das funções de corte, que terão lugar por ocasião da próxima chegada de SAR, o sereníssimo Príncipe D. Fernando Augusto, (...)*.

<sup>307</sup> Ofício do Mordomo-mor ao Conde Mestre-sala, Lisboa, 14 de Maio de 1886, IANTT, Ministério Reino, Livro 900, s.p.

essas tarefas<sup>308</sup>. Ainda que não saibamos localizar no tempo essa alteração, o que é certo é que durante o reinado de D. Carlos essa função cabia ao Mestre-sala, nomeadamente nas celebrações religiosas, como na festividade do Sagrado Coração de Jesus<sup>309</sup>.

Nas diversas recepções da corte, como o dia de ano novo<sup>310</sup>, o dia do Santo do Rei<sup>311</sup>, o dia do aniversário do Infante D. Manuel<sup>312</sup> ou da outorga da Carta Constitucional<sup>313</sup>, nas quais o corpo diplomático e a aristocracia desfilava perante os soberanos e a Família Real e os cumprimentava, era o Mestre-sala quem dava início ao desfile.

Na sessão da abertura das cortes, além de fazer parte do cortejo que conduzia o soberano, juntamente com o Porteiro-mor e o Vedor da Casa Real<sup>314</sup>, à sala onde se ia realizar o Acto Solene, competia-lhe igualmente “ordenar a procissão do cortejo e indicar a cada pessoa o lugar que lhe compete nela, a sua autoridade deve ser reconhecida e acatada naquele acto por todas as pessoas, que compõem o cortejo.”<sup>315</sup>.

Esteve também presente nas cerimónias relacionadas com a Santa Sé, nomeadamente nas de imposição do barrete cardinalício<sup>316</sup> ou na função da entrega da Rosa de Ouro<sup>317</sup>.

O ritual de recepção dos embaixadores não parece ter sofrido grandes alterações. Se ao tempo de D. Maria I, o Mestre-sala tinha como função receber os embaixadores à entrada do Palácio, apresentando-os em seguida à pessoa real<sup>318</sup>, assim aconteceu durante o reinado de D. Carlos, pois, a par do Capitão da Guarda Real, continuava a ser

---

<sup>308</sup> SOUSA, D. António Caetano de (org.), “Regimento dos Offícios da Casa Real DelRey D. João o IV, Capítulo XXXI”, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV, II parte, p. 397.

<sup>309</sup> *Diário Ilustrado*, 23 de Maio de 1900, *Diário Ilustrado*, p. 3.

<sup>310</sup> *Diário Ilustrado*, 2 de Janeiro de 1897, p. 3.

<sup>311</sup> *Diário de Notícias*, 5 de Novembro de 1900, p. 1.

<sup>312</sup> *Diário Ilustrado*, 16 de Novembro de 1899, p. 3, *Diário Ilustrado*, 16 de Novembro de 1902, p. 3.

<sup>313</sup> *Diário Ilustrado*, 30 de Abril e 1897, p. 3.

<sup>314</sup> Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1898; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1900; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes 26 de Maio de 1906, ASSL, maço 33, nº 7, 10 e 13.

<sup>315</sup> Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e extraordinárias da Nação Portuguesa, 5 de Dezembro de 1838, *Collecção de leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838*, p. 456.

<sup>316</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Mestre-sala, Cerimónia de imposição do barrete cardinalício ao Cardeal Jacobini, Lisboa, 2 de Julho de 1896, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol. 271; Ofício do Ministério do Reino ao Mestre-sala, Conde da Figueira, Cerimónia de imposição do barrete cardinalício ao Cardeal Aiuti, Lisboa, 14 de Julho de 1903, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol. 272v.

<sup>317</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Mestre-sala, Lisboa, 4 de Julho de 1892, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol 261.

<sup>318</sup> Notícia das solenes e magníficas funções com que se celebrou na sempre Augusta cidade de Lisboa, o desposório da sereníssima Senhora Infanta D. Carlota Joaquina, [s.d], IANTT, Manuscrito da Livraria, Livro nº 1132, fol. 77v.

o responsável pela recepção dos embaixadores. Estes eram esperados pelo Mestre-sala à entrada do Paço e conduzidos até à sala de espera onde estaria o Ministro dos Negócios Estrangeiros, que os levaria à presença do soberano e de toda a Corte, na Sala do Trono, acompanhando-os, no fim da cerimónia, até aos coches<sup>319</sup>.

A par dos embaixadores, as recepções aos chefes de Estado estrangeiros também exigiam a sua presença. Na visita do Presidente da República Francesa, em 1905, fez parte do cortejo, indo no quinto coche, juntamente com o Secretário Geral Militar da Presidência e Chefe da Casa Militar francesa, o Ministro Plenipotenciário Introdutor de Embaixadores e o Chefe da Casa Militar do Rei D. Carlos<sup>320</sup>. Na visita do Rei D. Afonso XIII, esteve presente na companhia do Capitão da Guarda Real e apresentava como insígnia um bastão branco, de cabo de ouro<sup>321</sup>.

Por fim, resta referir a sua presença nas exéquias régias. Para os ofícios fúnebres de Rei D. Luís, o Mestre-sala esteve incumbido juntamente com o Director de Obras Públicas do Distrito de Lisboa e o Cardeal Patriarca, da armação da eça funerária e tribunas necessárias para os ditos ofícios, com a devida pompa e decoro<sup>322</sup>. Já havia estado nas cerimónias de enterro de D. Fernando<sup>323</sup>, e viria a estar nas do próprio Rei D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe. Neste caso, acompanhou o cortejo, logo atrás do Mordomo-mor, que transportava as chaves das urnas<sup>324</sup>. Superintendeu todos os actos do funeral da Imperatriz do Brasil, para o qual não tinha sido nomeado Porteiro-mor, donde se depreende que seria o Porteiro o responsável por essa vigilância<sup>325</sup>.

Este cargo existia também nas outras cortes contemporâneas. Em França, com Napoleão, foi um dos poucos cargos que subsistiu, com as mesmas atribuições, tendo o seu uniforme assumido a cor violeta<sup>326</sup>. Durante o reinado de Napoleão III, este cargo

---

<sup>319</sup> Programa da Audiência do Embaixador britânico Lord Carrington a Portugal, Lisboa, 28 de Março de 1901, AHMNE, 3º Piso, Ar. 9, maço 61. Instruções do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hintze Ribeiro, para o Administrador da Fazenda da Casa Real, António Duarte Nazareth, 18 de Janeiro de 1890, IANTT, Casa Real, caixa 5590.

<sup>320</sup> CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, p. 447.

<sup>321</sup> DIAS, Carlos Malheiro, *Cartas de Lisboa*, p. 14.

<sup>322</sup> Ofício do Ministro do Reino ao Conselheiro Director Geral das Obras Públicas e Minas, Lisboa, Outubro de 1890, IANTT, Ministério do Reino, Livro 901, fol. 72v.

<sup>323</sup> Ofício do Ministério do Reino para o Mestre-sala, Lisboa, 16 de Dezembro de 1885, IANTT, Ministério do Reino, Livro 901, fol. 47v.

<sup>324</sup> SILVA, Casimiro Gomes, *D. Carlos I: exame crítico de um período histórico com elementos inéditos*, p. 390.

<sup>325</sup> Ofício do Ministério do Reino para o Mestre-sala, Lisboa, 3 de Janeiro de 1890, IANTT, Ministério do Reino, Livro 901, fol 75 e 75v.

<sup>326</sup> MANSEL, Philip, *La cour sous la Révolution, l'exil et la restauration, 1798-1830*, p. 70.

continuou a existir<sup>327</sup>. Em Inglaterra, entre outras funções, o Mestre-de-cerimónias deveria prestar visita no aniversário dos soberanos europeus ao embaixador em Londres do respectivo país<sup>328</sup>. Na corte alemã, já em finais do século XIX, este era um posto honorário e que era desempenhado por um oficial Prussiano<sup>329</sup>. Também a Corte Imperial Austro-húngara tinha o seu mestre-de-cerimónias. Por ocasião do casamento de Afonso XII com a arquiduquesa Maria Cristina, esteve presente na recepção que nessa altura se fez no Paço Imperial, para acolher a delegação espanhola, composta do embaixador espanhol e sua comitiva, levando-a à presença do Imperador<sup>330</sup>. No Brasil imperial, o Mestre-sala era o responsável pela ordem nas cerimónias da corte<sup>331</sup> e era também ele que conduzia os membros do corpo diplomático na sala de recepção<sup>332</sup>.

Descritas que estão as funções dos grandes cargos, passemos então à análise dos ofícios-mores que, não sendo Grandes Cargos, estiveram em exercício durante o Reinado de D. Carlos. Chamamos antecipadamente a atenção para o facto de nenhum destes oficiais constar das folhas de vencimento da Casa Real, o que indicia que não receberiam qualquer salário. A única excepção é o Aio, como veremos.

### 1.7. Capelão-mor

Nos seus primórdios, o Capelão apresentava-se como um conselheiro pessoal do monarca, individualizado do conjunto dos clérigos<sup>333</sup>. Embora haja referências à sua

---

<sup>327</sup> LOLIÉE, Frédéric, *La vie d'une impératrice, Eugénie de Montijo*, p. 25.

<sup>328</sup> Carta (privada) do Mestre-de-cerimónias Inglês para o Embaixador de Portugal em Londres, Londres, 10 de Outubro de 1904, AHFCG, Arquivo Soveral, P. 41, 17.

<sup>329</sup> RÖHL, John C. G., *The Kaiser and his Court. Wilhelm II and the Government of Germany*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994, p. 80.

<sup>330</sup> PINEDA Y CEVALLOS ESCALERA, António, *Casamientos régios de la Casa de Borbon en España (1701-1879)*, Madrid, Imprenta de E de la Riva, 1881, p. 442.

<sup>331</sup> GENOVEZ, Patrícia Falco, "Os cargos do Paço Imperial e a Corte no Segundo Reinado", *MÉTIS – História e Cultura*, vol. 1, nº1, jan.-jun. 2002, p. 218.

<sup>332</sup> GUIMARÃES, A. C. D'Araújo, *A Corte no Brasil, figuras e aspectos*, 178.

<sup>333</sup> VENTURA, Leontina, *A nobreza de Corte de Afonso III*, p. 138.

existência já no reinado de D. Afonso Henriques,<sup>334</sup> teria sido já na segunda dinastia, nomeadamente com D. Afonso V, que terá sofrido um desenvolvimento significativo<sup>335</sup>.

O ofício de Capelão-mor passou a ser inerente ao cargo de Cardeal Patriarca de Lisboa, em 1716. Todavia, a 4 de Fevereiro de 1834, a Igreja Patriarcal foi extinta, ressaltando que “ao Cardeal Patriarca de Lisboa serão conservados seus títulos, privilégios e preeminências. É ele o legítimo Prelado da Santa Igreja Metropolitana”<sup>336</sup>. A extinção da Igreja Patriarcal já havia sido tentada por D. João VI, através do decreto de 19 de Agosto de 1822, segundo o qual se consignaria à Capela Real uma verba anual de dezasseis contos de reis, paga pelo Tesouro Público<sup>337</sup>. Refira-se que a Patriarcal tinha como receita em 1822, 220 contos de reis<sup>338</sup>.

Durante o reinado de D. Carlos, a presença do Capelão-mor é quase silenciosa, confundindo-se na maior parte das vezes com o cargo de Cardeal-Patriarca. De facto, é esta a designação que impera. Ao passo que no Brasil Imperial o Capelão-mor assistia o monarca sempre que este ia a alguma igreja ou à Capela Real<sup>339</sup>, o Capelão-mor durante o reinado de D. Carlos (e até no de D. Luís), fez pouquíssimas aparições públicas nessa qualidade: casou aquele, ainda como Duque de Bragança; presidiu às exéquias de D. Luís; baptizou, administrou a primeira comunhão e o crisma ao príncipe D. Luís Filipe e ao infante D. Manuel<sup>340</sup>, ou oficiou ao *Te Deum* pelo nascimento do Infante D. Manuel, na Igreja de São Domingos<sup>341</sup>. Para além destas cerimónias, outras houve às quais costumava presidir, como, por exemplo a procissão do *Corpus Christi*, as exéquias por alma de D. Pedro IV e D. Luís; a festa de Nossa Senhora da Conceição; o *Te Deum* no final do ano. No entanto, todas estas cerimónias tinham como cenário comum a Sé

---

<sup>334</sup> ASTRO, João Baptista de, *Mapa de Portugal antigo e moderno*, Lisboa, Off de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763; tomo 3, pp. 164-166.

<sup>335</sup> SOUSA, Ivo Carneiro, “Introdução ao estudo do património da Casa e da Corte de D. Leonor”, *Espiritualidade e corte em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Porto, 28 a 30 de Maio de 1992, Porto, Instituto de cultura Portuguesa, 1993, p. 45.

<sup>336</sup> Decreto de extinção da Igreja Patriarcal, 4 de Fevereiro de 1834, *Colecção de Decretos e regulamentos mandados publicar (...)*, [1834] p. 126-129.

<sup>337</sup> Decreto de extinção da Patriarcal de Lisboa, 19 de Agosto de 1822, *Colecção Oficial de Legislação de 1820 a 1825*, p. 207.

<sup>338</sup> OLIVEIRA, Miguel de, *Privilégios do Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa*, Lisboa, União Gráfica, 1950, p. 20.

<sup>339</sup> GENOVEZ, Patrícia Falco, “Os cargos do Paço Imperial e a Corte no Segundo Reinado”, *MÉTIS – História e Cultura*, vol. 1, nº1, jan.-jun. 2002, p. 218.

<sup>340</sup> REMA, Henrique Pinto, “D. Frei José Sebastião Neto, O.F.M. (1883-1907)” in AZEVEDO, D. Carlos A. Moreira. SALDANHA, Sandra Costa, OLIVEIRA, António Pedro Boto, (coord.), *Os patriarcas de Lisboa*, Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa e Alêtheia Editores, 2009, p. 121.

<sup>341</sup> *Novidades*, 16 de Novembro de 1889, p. rosto.

Patriarcal. Pensamos, por isso, que o facto de o Patriarca officiar essas cerimónias, nas quais não só o Rei e a Rainha como a corte estavam presentes, se devia não à qualidade de Capelão-mor, mas, muito provavelmente à de Cardeal Patriarca de Lisboa. O mesmo poderia acontecer com o facto de custodiar as chaves dos caixões dos diversos membros da Família Real, que lhe seriam entregues pelo Mordomo-mor<sup>342</sup>.

Nem sempre fora assim. Durante o Antigo Regime, a sua presença na Casa Real era quase quotidiana. De facto, no reinado de D. João III, o Capelão-mor, acolitado por outros dois capelães, acompanhava o Rei até à mesa e benzia-a, antes de se iniciar a refeição<sup>343</sup>. Era ele também que encabeçava a estrutura eclesial, chefiando os demais oficiais da Capela Real e preparando todas as festividades religiosas que aí ocorriam<sup>344</sup>. Assiste-se, portanto, a uma diminuição da influência da figura do Capelão-mor, pelo menos no que respeita às cerimónias religiosas quotidianas, pelas quais terão ficado responsáveis os diversos capelões e demais pessoal religioso, como mencionámos atrás.

Não sabemos se este cargo era ou não remunerado com um vencimento fixo, uma vez que não consta das folhas de vencimento do pessoal da Casa Real. No entanto, há indícios de pontualmente ser gratificado. Efectivamente a propósito do casamento da infanta D. Maria Teresa, celebrado pelo Bispo Capelão-mor do Brasil, Luís de Castro Soolla e Américo Barreto referem que se tivesse sido celebrado pelo cardeal Patriarca de Lisboa, este teria recebido dez contos de reis como presente mas, como aquele Capelão-mor não era Patriarca, terá recebido uma importância menor<sup>345</sup>.

Em Inglaterra, a questão colocava-se de forma diferente. A Casa eclesiástica teve sempre um papel importante no seio da Casa Real, mas porque o Rei era o seu chefe e a fonte do patronato eclesiástico<sup>346</sup>. Ainda assim, existia um Capelão-mor – o *Grand Aumonier* que não era remunerado, trabalhando a tempo parcial, fazendo apenas

---

<sup>342</sup> ANDRADA, Ernesto de Campos de, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861*, vol. IV, p. 47.

<sup>343</sup> SANTOS, Maria José Azevedo, *Jantar e Cear na Corte de D. João III*, Coimbra, Viseu, Centro de História da Sociedade e da Cultura; Palimage Editores, 2002, p. 50.

<sup>344</sup> CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos*. (...), p. 496.

<sup>345</sup> SOLLA Luis de Castro, BARRETO, Américo, *Bodas da família Real no Brasil*, Lisboa, Separata do boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1981, p. 313.

<sup>346</sup> BICKERSTETH, John, *Clerks of the closet in the Royal Household*, Stroud, Gloucestershire, Alan Sutton, 1991, p. X



parte das grandes cerimónias da corte: coroação e cortejos<sup>347</sup>. Depreende-se, portanto, que era um cargo honorífico.

Em França, antes da Revolução, o Capelão-mor tinha a seu cargo 86 funcionários, tanto eclesiásticos como seculares. Apesar de ser o responsável por uma das grandes repartições da Casa Real, a Capela, não tinha acesso directo ao Rei<sup>348</sup>. Isso acontecia por existirem oito capelães que, servindo dois a dois por trimestre, oficiavam o ritual da missa diária<sup>349</sup>. Com a Revolução, o então Capelão-mor não aceitou a Constituição civil do clero, acabando por resignar, tal como outros grandes cargos da corte. Todos estes ofícios foram abolidos a 18 de Junho de 1791<sup>350</sup>. Napoleão restabeleceu a Capela Real, mas com um decréscimo significativo do número de funcionários dependentes do capelão mor – de 86 funcionários que apresentava anteriormente, contabilizavam-se então apenas 29, número que volta a ascender – e até mesmo ultrapassar, com 89 funcionários em 1830<sup>351</sup>.

### 1.8. Alferes-mor

O ofício de Alferes-mor, apesar de ter tido bastante relevo sobretudo na primeira dinastia, foi perdendo a sua importância, ficando apenas com a obrigação do transporte da bandeira real. No entanto, tal responsabilidade fazia com que, inerente ao cargo, a sua presença fosse requerida nas cerimónias mais importantes de cada reinado, nomeadamente naquelas que o iniciavam e as que o terminavam, ou seja, na aclamação do soberano e na quebra dos escudos, após a morte do monarca. Já no século XIX, embora a cerimónia da quebra dos escudos não se tenha verificado a partir do reinado de D. Pedro V, o Alferes-mor continuou presente na cerimónia da aclamação, desempenhando o mesmo papel ritual até então. É o que sucede com a aclamação de D. Luís<sup>352</sup> e do próprio Rei D. Carlos<sup>353</sup>, para a qual foi convocado<sup>354</sup>, desempenhando um

---

<sup>347</sup> MEYER, Bertrand, *La Vie Quotidienne à Buckingham, de Victoria à Elisabeth II*, p. 100.

<sup>348</sup> MANSEL, Philip, *The Court of France, 1790-1830*, Cambridge, Cambridge University Press, 1988, pp. 11 e 197.

<sup>349</sup> NEWTON, William R., *La petite cour, Services et serviteurs à la cour de Versailles, au XVIII siècle*, sl, Fayard, 2006, p. 47.

<sup>350</sup> MANSEL, Philip, *The Court of France, 1790-1830*, p. 26.

<sup>351</sup> MANSEL, Philip, *The Court of France, 1790-1830*, pp. 199 e 203.

<sup>352</sup> MARTINHO, Joaquim Félix, *Necrologia nacional dos reinados de Suas Magestades El-reis de Portugal, os senhores D. Pedro, D. Luís e D. Carlos I*, Lisboa, C. S: Francisco, 1909, p. 27.

<sup>353</sup> MARTINS, Rocha, *D. Carlos: história do seu reinado*, p. 181.

papel destacado. Além de acompanhar o cortejo, levava o soberano até ao trono, carregando a bandeira enrolada. Após o juramento deste, o Alferes desfraldava o estandarte real e em voz alta gritava: - “*Real, real, real pelo muito alto, e muito poderoso senhor Rei ...*”, seguido do nome do monarca”. Este ritual remontava pelo menos à segunda dinastia (D. Duarte, D. Afonso V, D. João II)<sup>355</sup>, mantendo-se ao longo da terceira dinastia, com Filipe II<sup>356</sup>, e na quarta, com D. Maria I<sup>357</sup>, e com o próprio D. João VI<sup>358</sup>, em terras brasileiras, tradição que perduraria já após a independência, com a aclamação de D. Pedro I<sup>359</sup>.

Em que outras ocasiões tomava parte o Alferes-mor? A sua presença era exigida na sessão de abertura das Cortes, devendo ficar na extremidade do degrau superior do estrado, do lado esquerdo, com a bandeira real desenrolada<sup>360</sup>. Para isso, deveria comparecer no Palácio das Cortes uma hora antes do previsto, de forma a que não houvesse atrasos na cerimónia<sup>361</sup>. A outra ocasião verificou-se aquando da regência de D. Amélia, em virtude da deslocação de D. Carlos ao estrangeiro, em 1902. A regência pressupunha que ocorresse uma cerimónia pública de juramento à Constituição, por parte da Rainha<sup>362</sup>.

## 1.9. Reposteiro-mor

O Reposteiro-mor, cujas origens remontam à primeira dinastia, era o oficial

---

<sup>354</sup> Ofício do Ministro do reino para o Alferes Mor, Lisboa, 18 de Dezembro de 1889, IANTT, Ministério do Reino, *Livro 899 – Registo de Funções na Corte*, fol. 250 e 250v.

<sup>355</sup> CURTO, Diogo Ramada, *A Cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos ritos e negócios*, Lisboa, tese de doutoramento em Sociologia Histórica apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. 212.

<sup>356</sup> CURTO, Diogo Ramada, *A Cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos ritos e negócios*, p. 212.

<sup>357</sup> BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, p. 148.

<sup>358</sup> Plano das ordens que seriam executadas no dia do cerimonial de aclamação de D. João VI, [Rio de Janeiro, 1816] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Casa Real e Imperial /Mordomia-mor. Papéis relativos à aclamação, sagração e Coroação de D. Maria I, Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II, códice 569, fol. 39 a 43.

<sup>359</sup> GUIMARÃES, A. C. D’Araújo, *A Corte no Brasil, figuras e aspectos*, p. 58

<sup>360</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 2 de Janeiro de 1896, ASSL, Diário da Condessa, 1896. Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1898; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1900; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes 26 de Maio de 1906, ASSL, maço 33, nº 7, 10 e 13.

<sup>361</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Alferes-mor, Lisboa, 27 de Dezembro de 1900, ASSL, Mordomia, maço 33, nº 9.

<sup>362</sup> *Diário Ilustrado*, 23 de Novembro de 1902, p. rosto. Carta do Conde de Sabugosa ao Conde de Arnoso, Cascais, s.d., BNP de Portugal, Espólio do Conde de Arnoso, 3443.

responsável por chegar a almofada ou a cadeira a El-Rei, quando este se ajoelhava ou sentava<sup>363</sup>, sobretudo a partir da dinastia de Bragança. Podia também descobrir a cadeira para aquele se sentar e manter-se junto dela, enquanto o monarca permanecesse sentado<sup>364</sup>.

Durante o reinado de D. Carlos, a sua presença era requerida sobretudo nas cerimónias religiosas da monarquia, seja no dia de Reis<sup>365</sup>, na festividade do Sagrado Coração de Jesus<sup>366</sup>, e na de Nossa Senhora da Conceição<sup>367</sup>. Há também notícias da sua presença nas recepções do Paço no dia de Natal<sup>368</sup>, bem como nas cerimónias da imposição do barrete cardinalício<sup>369</sup>. No entanto, nestas cerimónias não são descritas as suas funções concretas. Apenas na do Sagrado Coração de Jesus, habitualmente festejada na Basílica da Estrela, é que são referidas as funções do Reposteiro, nomeadamente colocar aos pés do Rei uma almofada, para que este se pudesse ajoelhar e realizar<sup>370</sup> o ofertório habitual.

Esteve presente igualmente nos rituais de passagem, fossem casamentos ou funerais, como nos de D. Carlos<sup>371</sup>, e nestas cerimónias as suas funções eram semelhantes às descritas anteriormente. Já no casamento de D. Maria II com o Príncipe D. Fernando, o Reposteiro-mor esteve incumbido de oferecer uma almofada àquele, para que pudesse ajoelhar-se e beijar o crucifixo exibido pelo Cardeal Patriarca<sup>372</sup>. No de D. Carlos, a sua tarefa principal foi a de descobrir as cadeiras régias e chegar as

---

<sup>363</sup> SILVA, António de Morais, BLUTEAU, Rafael, *Diccionario da língua portugueza composto pelo padre Rafael Bluteau reformado e accrescentado por António de Morais e Silva, natural do Rio de Janeiro*, Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789, vol 2, p. 325.

<sup>364</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédica Lda., s.d., vol. XXV, p. 147. Vide Glossário.

<sup>365</sup> *Novidades*, 6 de Janeiro de 1897, p. 1.

<sup>366</sup> *Novidades*, 9 de Junho de 1899, p. 1; Ofícios expedidos relativos à festividade do Santíssimo Coração de Jesus, Lisboa, 1890-1907, IANTT, Ministério do Reino, p. 162 a 277.

<sup>367</sup> Ofícios expedidos relativos à festividade de Nossa Senhora da Conceição, Lisboa, 1890-1907, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol. 258v a 277.

<sup>368</sup> Recepção do Dia de Natal, *Novidades*, 26 de Dezembro de 1902, p. 1.

<sup>369</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Reposteiro-mor, Cerimónia de imposição do barrete cardinalício ao Cardeal Jacobini, Lisboa, 2 de Julho de 1896, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol. 271; Ofício do Ministério do Reino ao Reposteiro-mor, Cerimónia de imposição do barrete cardinalício ao Cardeal Aiuti, Lisboa, 14 de Julho de 1903, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol. 272v.

<sup>370</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Mordomo-mor, Lisboa, 1890, IANTT, Ministério do Reino, fol. 163v.

<sup>371</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Reposteiro-mor por ocasião do casamento do Príncipe D. Carlos, Lisboa, 14 de Maio de 1886, IANTT, Ministério do Reino, Livro 900, s.p; SILVA, Casimiro Gomes, *D. Carlos I: exame crítico de um período histórico com elementos inéditos*, p. 390.

<sup>372</sup> *Programa para o cerimonial das funções de corte, que terão lugar por ocasião da próxima chegada de SAR, o sereníssimo Príncipe D. Fernando Augusto, (...)*, fol. 3.

almofadas para quando os noivos ajoelhassem<sup>373</sup>, tal como havia acontecido no casamento de D. Pedro V<sup>374</sup>. No caso das cerimónias fúnebres, temos conhecimento da presença do Reposteiro-mor nas de D. Fernando. Aqui, a sua tarefa era a de cobrir ou descobrir o caixão do defunto, no decorrer da cerimónia religiosa<sup>375</sup>. A sua participação em cortejos fúnebres ter-se-ia resumido ao da Imperatriz Leopoldina, em 1826<sup>376</sup>, não sendo referida a sua presença no de D. Fernando.

A Monarquia Constitucional trouxe outra ocasião onde o Reposteiro Mor estava presente – a abertura das Cortes<sup>377</sup>, costume que se iria manter durante o reinado de D. Carlos<sup>378</sup>. Nesta ocasião, tinha como tarefa descobrir a cadeira Real, que se mantinha coberta até à chegada do soberano.

### 1.10. Meirinho-mor

O Meirinho-mor é dos mais antigos ofícios da Casa Real, pensando-se mesmo ser anterior à nacionalidade. Era o responsável pela inspecção e correição no seio da corte, estando por isso encarregue de aí efectuar as prisões de pessoas nobres, sendo-lhe dedicado um capítulo nas ordenações afonsinas<sup>379</sup>. Todavia, as suas funções na Monarquia Constitucional, como já aconteceria durante o Antigo Regime, resumiam-se às cerimónias oficiais<sup>380</sup>.

A sua presença era habitual nas cerimónias de aclamação. Assim aconteceu na de D. Maria I<sup>381</sup>, D. João VI<sup>382</sup> e mais tarde, na de D. Carlos<sup>383</sup>, participando no cortejo

---

<sup>373</sup> *Programa das festividades do casamento de D. Carlos com D. Amélia*, p. 6.

<sup>374</sup> *Programa do Cerimonial aprovado por decreto de Sua Magestade el Rei o Senhor D. Pedro V (...)*, p. 21.

<sup>375</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Conde de Mesquitela, 1885, IANTT, Ministério do Reino, Livro de Funerais, 901, p. 47.

<sup>376</sup> GUIMARÃES, A. C. D'Araújo, *A Corte no Brasil, figuras e aspectos*, p. 89.

<sup>377</sup> Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e extraordinárias da Nação Portuguesa, 5 de Dezembro de 1838, *Collecção de leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838*, oitava série, p. 456.

<sup>378</sup> Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1898; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1900; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes 26 de Maio de 1906, ASSL, maço 33, nº 7, 10 e 13.

<sup>379</sup> “Do Meirinho Moor”, *Ordenações do Senhor Rey D Affonso V*, Livro I, Coimbra, Tip. Da Universidade, 172, Livro I, Título LX, p. 347.

<sup>380</sup> Acerca da evolução deste ofício, *vide* Glossário.

<sup>381</sup> CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, p. 150.

<sup>382</sup> Plano das ordens que seriam executadas no dia do cerimonial de aclamação de D. João VI, [Rio de Janeiro, 1816] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Casa Real e Imperial /Mordomia-mor. Papéis relativos à aclamação, sagração e Coroação de D. Maria I, Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II, códice 569, fols. 39 a 43

empunhando a vara, insígnia do seu cargo<sup>384</sup>. Na abertura das cortes, sustinha igualmente a insígnia na mão esquerda<sup>385</sup>, algo que ocorreu ao longo do século XIX<sup>386</sup>, inclusive durante o reinado de D. Carlos.

### 1.11. Porteiro-mor

Este ofício, criado durante o reinado de D. Sancho II e bastante proeminente até ao reinado de D. Afonso V, perdeu paulatinamente importância, servindo apenas como guarda de porta, controlando o acesso ao Paço e ao Rei<sup>387</sup>.

Ao longo Monarquia Constitucional, a sua presença foi constante, nomeadamente durante a Sessão da abertura das Cortes, posicionando-se no último degrau do trono, o mesmo onde se encontrava o Mestre-sala. Enquanto este ficava à esquerda, aquele tomava a direita do trono<sup>388</sup>. Durante o reinado de D. Carlos, no entanto, a responsabilidade pela entrada na sala de audiências das cortes cabia ao Porteiro da Real Câmara e não ao Porteiro-mor. Este fazia parte do cortejo Real, ombreando lado a lado com o Vedor e o Mestre-sala<sup>389</sup>.

De facto, as atribuições do Porteiro-mor parecem sofrer alterações em mais cerimónias ao longo do século XIX. Se no casamento de D. Pedro V, este oficial-mor,

---

<sup>383</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Conde de Vila Real para exercer as funções de Meirinho-mor, na Aclamação de D. Carlos, Lisboa, 18 de Dezembro de 1889, IANTT, Ministério do Reino, Livro de Registo de funções na Corte, 899, fol. 250

<sup>384</sup> Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1898; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1900; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes 26 de Maio de 1906, ASSL, maço 33, nº 7, 10 e 13.

<sup>385</sup> SAMPAIO, António de Vilas Boas e, *Nobiliarchia portuguesa: Tratado da nobreza hereditária e política*, Amstradam, Manoel António Monteiro de Campos, 1754, p. 135.

<sup>386</sup> Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e extraordinárias da Nação Portuguesa, 5 de Dezembro de 1838, *Collecção de leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838*, oitava série, p. 456; ANDRADA, Ernesto de Campos de, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861*, vol. III, p. 261.

<sup>387</sup> Acerca da evolução deste ofício, vide Glossário.

<sup>388</sup> Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e extraordinárias da Nação Portuguesa, 5 de Dezembro de 1838, *Collecção de leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838*, oitava série, p. 456; Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e ordinárias da Nação Portuguesa, 21 de Dezembro de 1839, *Collecção de leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839*, nona série, p. 556; Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e ordinárias da Nação Portuguesa, 21 de Dezembro de 1843, *Collecção de legislação portuguesa redigida pelo desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1843 em diante*, p. 306; Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e ordinárias da Nação Portuguesa, 20 de Dezembro de 1847, *Collecção de legislação portuguesa redigida pelo desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1847 em diante*, p. 528.

<sup>389</sup> Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1898; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1900; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes 26 de Maio de 1906, ASSL, maço 33, nº 7, 10 e 13. *Diário de Notícias*, 27 de Janeiro de 1906, p. 1.

acompanhava o cortejo nupcial, ocupando o primeiro coche de estado, juntamente com os moços da Guarda-roupa<sup>390</sup>, no casamento de D. Carlos, apesar de estar presente, não se destacam as suas funções<sup>391</sup>. Nas cerimónias de casamento da infanta D. Antónia, nem sequer é referido<sup>392</sup>, o que nos faz levantar a questão se o cargo perdeu proeminência ou se as suas funções nos casamentos reais diferiam consoante o estatuto da personagem que se casava. De facto, por alturas dos seus respectivos casamentos, D. Pedro já era Rei, enquanto que D. Carlos era apenas Príncipe Real e D. Antónia infanta. A diferença de estatuto existente entre eles pode explicar as diferenças no cerimonial de casamento.

O Porteiro-mor também esteve presente no baptismo de D. Carlos<sup>393</sup> e no seu funeral, nomeadamente no cortejo que saiu do Palácio das Necessidades para São Vicente de Fora, no coche partilhado com o Mordomo-mor, o Mestre-sala e o Reposteiro-mor. Atente-se no facto de noutro coche deste cortejo seguir o Porteiro da Real Câmara, juntamente com os moços do guarda-roupa<sup>394</sup>. Este cortejo contrastou com o do funeral de D. Luís, onde o Porteiro-mor não ocupou nenhum dos coches<sup>395</sup>, nem nas cerimónias fúnebres da Imperatriz do Brasil<sup>396</sup>. No entanto, esteve presente nas de D. Fernando<sup>397</sup>.

Na cerimónia de aclamação de D. Carlos, o Porteiro-mor não integrou nenhum dos coches durante o cortejo, ao contrário do Porteiro da Real Câmara. Mas, no cortejo pedonal dentro do palácio, acompanhava o Mestre-sala e o Vedor, ocupando em seguida o segundo degrau à esquerda, juntamente com o Porteiro, o Vedor, o Reposteiro e o Meirinho-mor<sup>398</sup>. Esta disposição é muito semelhante ao que aconteceu nas aclamações

---

<sup>390</sup> *Programa do Cerimonial aprovado por decreto de Sua Magestade el Rei o Senhor D. Pedro V (...)*, p. 6.

<sup>391</sup> *Programa das festividades do casamento de D. Carlos com D. Amélia*, p.6.

<sup>392</sup> LOULÉ, Marquez de, *Programma do ceremonial aprovado por decreto real para as festividades do consorcio da serenissima Princeza de Portugal Dona Antonia e do serenissimo Principe Hereditario de Hohenzollern Sigmaringen*, Lisboa, Imp. Nacional, 1861.

<sup>393</sup> MARTINS, Rocha, *D. Carlos: história do seu reinado*, p. 8.

<sup>394</sup> Programa do cerimonial que deve observar-se nos funerais de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I e de Sua Alteza Real o Senhor D. Luis Filipe, 3 de Fevereiro de 1908, *Collecção Oficial da legislação Portuguesa, ano de 1908*, p. 169 e 170. Casimiro Gomes Silva refere que quem acompanhava os moços da Guarda-roupa era o Porteiro da Casa Real. SILVA, Casimiro Gomes, *D. Carlos I: exame crítico de um período histórico com elementos inéditos*, p. 390.

<sup>395</sup> *Novidades*, 25 de Outubro de 1889, p. 1.

<sup>396</sup> *Offício do Ministério do Reino ao Conde das Alcáçovas*, IANTT, Ministério do Reino, Livro 901, p. 75.

<sup>397</sup> *Offício do Ministério do Reino ao Conde da Lapa*, IANTT, Ministério do Reino, Livro 901, p. 47.

<sup>398</sup> Programa da Cerimónia da Aclamação de D. Carlos, *O Século*, 18 de Dezembro de 1889, pp. 1 e 2.

de D. Luís<sup>399</sup> e de D. Pedro V<sup>400</sup>. Embora o Porteiro-mor não seja referido nos cortejos de coche, figurava junto do trono, junto ao Vedor, ao Meirinho-mor e ao Mestre-sala. Em contrapartida, o Porteiro da Real Câmara, que integrava o cortejo de coche, ficava à porta da sala onde as cerimónias eram realizadas, para controlo das entradas.

Relativamente às cerimónias religiosas, foi convidado para desempenhar as suas funções em dia de Reis<sup>401</sup>, na festividade do Sagrado Coração de Jesus<sup>402</sup> e na de Nossa Senhora da Conceição<sup>403</sup>. Esteve também presente na cerimónia da Rosa de ouro, em Julho de 1892<sup>404</sup>.

Após 1895, deixam de lhe serem remetidas as convocatórias para a sua presença nestas cerimónias. Todavia, no Anuário Diplomático continua a ser mencionado até 1898. Na realidade, o ofício estava vago durante o reinado de D. Carlos, embora sempre que necessário se nomeasse um titular para o desempenhar, nomeadamente o Conde da Lapa, que morreu nesse ano de 1898.

### **1.12. Vedor da Fazenda**

Os Vedores da Fazenda remontam pelo menos à segunda dinastia e eram os altos funcionários da Casa Real responsáveis pela gestão do património da Casa e da Fazenda da Casa Real<sup>405</sup>. No entanto, ao tempo de D. Carlos, o Vedor apenas desempenhou funções nas cerimónias da corte.

Ao longo da Monarquia Constitucional, encabeçou o cortejo da abertura real das Cortes juntamente com o Mestre-Sala e o Porteiro-mor, empunhando os bastões que constituíam as suas insígnias, sendo por isso designados como Oficiais da Cana<sup>406</sup>.

---

<sup>399</sup> Programa para o cerimonial da inauguração do Reinado de Sua Majestade o Senhor D. Luís I, 12 de Dezembro de 1861, *Colecção oficial da Legislação Portuguesa (...)*, Anno de 1861, p. 463.

<sup>400</sup> Programa para o cerimonial da inauguração do Reinado de Sua Majestade o Senhor D. Pedro V, 7 de Setembro de 1855, *Collecção oficial da Legislação Portuguesa, (...) ano de 1855*, pp. 312-314.

<sup>401</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Porteiro-mor, relativamente à festividade do dia de Reis, 1891 e 1894, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol. 259 e 263.

<sup>402</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Porteiro-mor, relativamente à festividade do coração de Jesus, 1890-1893, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol. 257v. a 263v.

<sup>403</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Porteiro-mor, relativamente à festividade de Nossa Senhora da Conceição, 1890-1894, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol. 258v a 264v.

<sup>404</sup> Ofício do Ministério do Reino ao Porteiro-mor, relativamente à Função da entrega da Rosa de Ouro, 4 de Julho de 1892, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fol. 261

<sup>405</sup> Vide Glossário, Anexos.

<sup>406</sup> Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e extraordinárias da Nação Portuguesa, de 5 de Dezembro de 1838, *Collecção de leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838*,

Esteve presente também nas sucessivas cerimónias de aclamação de D. Pedro V<sup>407</sup>, D. Luís<sup>408</sup> e D. Carlos<sup>409</sup>, acompanhando também o cortejo e ocupando um dos degraus do trono, embora não tenha figurado na aclamação de D. João VI. Relativamente aos casamentos e funerais, a sua presença não é evidenciada.

### 1.13. Aio

A existência deste ofício esteve circunscrita a um período muito reduzido, entre 1898 e 1902. Ao Aio competia a “*grande missão de preparar um Rei para a conservação de Portugal*”<sup>410</sup>, de o tornar “*um Homem para o Futuro*”<sup>411</sup>. Cabia-lhe a orientação dos estudos do Príncipe Real, nomeadamente a escolha dos professores e demais funcionários<sup>412</sup> e a vigilância das lições ministradas<sup>413</sup> ou mesmo a direcção de outras<sup>414</sup>. Tinha como vencimento a quantia de 200\$000 mensais, que se igualava ao do Mordomo-mor, sendo um dos poucos ofícios-mores remunerados. De todos os ofícios-mores que não eram Grandes Cargos, as suas funções eram as únicas que não se cingiam às cerimónias da corte, mas antes constituíam um serviço efectivo e quotidiano, que implicava uma proximidade de facto à Família Real.

Finalmente, não nos debruçaremos sobre os restantes ofícios-mores, por duas razões essenciais. Apesar de serem mencionados nos anuários, uns encontravam-se vagos e sem indicação de titular que o desempenhasse (Monteiro-mor, Trinchante-mor, Esmoler-mor e Camareiro-mor) e outros completamente esvaziados de funções, pois embora surjam mencionados na documentação relativa a cerimónias da corte, não

---

oitava série, p. 456; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1898; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1900; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 26 de Maio de 1906, ASSL, Mordomia, maço 33, nº 7, 10 e 13.

<sup>407</sup> Programa para o cerimonial da inauguração do Reinado de Sua Majestade o Senhor D. Pedro V, 7 de Setembro de 1855, *Collecção oficial da Legislação Portuguesa, (...) ano de 1855*, p. 311-312.

<sup>408</sup> Programa para o cerimonial da inauguração do Reinado de Sua Majestade o Senhor D. Luís I, 12 de Dezembro de 1861, *Colecção oficial da Legislação Portuguesa (...)*, Anno de 1861, p. 463.

<sup>409</sup> Programa da Cerimónia da Aclamação de D. Carlos, *O Século*, 18 de Dezembro de 1889, pp. 1 e 2.

<sup>410</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para sua irmã Teresa Saldanha da Gama, Cascais, 10 de Novembro de 1898, AP, carta 343.

<sup>411</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para a sua sobrinha Luísa, s.l., 22 de Novembro de 1898, AP, carta 344.

<sup>412</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para sua irmã Teresa Saldanha da Gama, Lisboa, 28 de Dezembro de 1898, AP, carta 346.

<sup>413</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para sua irmã Teresa Saldanha da Gama, Lisboa, 26 de Abril de 1899, AP, carta 356.

<sup>414</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para sua irmã Teresa Saldanha da Gama, Vila Viçosa, 19 de Dezembro de 1901, AP, carta 388.



desempenham qualquer papel específico (Aposentador-mor, Armeiro e Armador-mores; Copeiro-mor, Couteiro-mor, Almotacé-mor, Correio-mor)<sup>415</sup>.

Convém, no entanto, fazer algumas ressalvas antes de prosseguirmos. O ofício de Almotacé-mor foi extinto por decreto de 3 de Dezembro de 1832<sup>416</sup>, tendo subsistido após essa data como honorífico<sup>417</sup>, tal como acontecera com o de Correio-mor, extinto ainda durante o Antigo Regime, por decreto de 18 de Janeiro de 1797 e pelo alvará de 15 de Março do mesmo ano<sup>418</sup>.

Por outro lado, grande parte destes cargos possuía funções exclusivas a nível do cerimonial, pelo menos desde finais do século XVIII, a saber: o Esmoler-mor, o Monteiro-mor, o Camareiro-mor, o Copeiro-mor e o Trinchante-mor<sup>419</sup>. Apenas dois ofícios desempenhavam funções para lá das rituais, durante o Antigo Regime. Durante o reinado de D. Pedro II, o Aposentador-mor era ainda responsável pelo alojamento do Rei fora do Palácio<sup>420</sup> e durante o de D. Maria I, o Couteiro-mor estava encarregado da limpeza e zelo dos pinhais das propriedades régias<sup>421</sup>.

Passemos então à análise dos restantes ofícios superiores da Monarquia e que estavam em contacto directo e quotidiano com a Família Real e que correspondiam aos serviços relacionados com a Real Câmara, a Casa da Rainha e o Quarto dos Infantes.

## 2. A Real Câmara

Sob a alçada da Mordomia-mor, estava também a Real Câmara, constituída por diversos serviços. O Quarto do Rei era uma dessas repartições e apresentava uma estrutura semelhante à que se encontra na Casa da Rainha, no que respeita à divisão

---

<sup>415</sup> Sobre estes ofícios, *vide* Glossário, Anexos.

<sup>416</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. II, p. 99.

<sup>417</sup> SALVADO, João Paulo, *Nobreza, monarquia e império. A casa senhorial dos almotacés-mores do reino, século XVI- XVIII*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2009, p. 367.

<sup>418</sup> Decreto de extinção do Ofício de Correio Mor, 18 de Janeiro de 1797 e Alvará de extinção do Ofício de Correio Mor, 16 de Março de 1797, *Collecção legislação portuguesa (...) Legislação de 1791 a 1801*, pp. 366 e 386.

<sup>419</sup> Embora este ofício estivesse presente apenas nas refeições públicas do Rei, era de tal forma importante que chegou a desempenhar funções no Conselho de Estado e na presidência de Tribunais, Conselhos e Juntas. CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos*. (...), p. 502.

<sup>420</sup> Decreto que distingue a jurisdição do Aposentador mor da do Provedor das Obras do Paço, 6 de Janeiro de 1672, *Collecção Chronológica da legislação (...) 1657-1674, 2ª série*, p. 203.

<sup>421</sup> SOUSA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho e, *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783, tomo IV, pp. 549-551.

entre funcionários superiores e inferiores. A diferença é que, ao contrário do que acontecia nesta onde, para além dessa divisão, havia também uma separação de géneros, existindo servidores de ambos os sexos, o Quarto do Rei era constituído exclusivamente por homens. A nível dos funcionários superiores, compreendia Gentis-homens ou Camaristas<sup>422</sup>. Estes ofícios passam a deter maior importância a partir do reinado de D. Pedro II<sup>423</sup>, quando começam a desempenhar alternadamente as antigas funções do Camareiro-mor que fora paulatinamente afastado, em consequência do choque de competências que opôs este último e o Mordomo-mor, saindo este vencedor<sup>424</sup> e, a partir dessa época, o seu número tendeu a aumentar<sup>425</sup>.

Nas vésperas da outorga da Carta Constitucional, constituíam um grupo, efectivamente, bastante numeroso, rondando os 21 Camaristas<sup>426</sup>. A partir de então reduziram-se a quatro. De facto, em 1855 encontramos quatro indivíduos e um quinto, honorário. Enquanto os quatro efectivos são titulares, o honorário é um militar. Se considerarmos que os militares existentes nos almanaques de 1860 e 1865 eram honorários, restam para cada um dos anos, quatro gentis-homens efectivos<sup>427</sup>. Durante o reinado de D. Carlos, e segundo os dados das folhas de vencimentos, oscilaram entre 3 e 5, rondando a média de 4 membros. Segundo os anuários, o seu número chegou a ascender aos seis indivíduos<sup>428</sup>. Prestavam serviço ao Rei, alternadamente, durante uma semana, período no qual passavam a residir no Palácio onde aquele se encontrava, a troco de 120\$000.

Ainda em finais de Antigo Regime, os Gentis-homens estavam presentes nas diversas cerimónias de corte, como parte integrante dos cortejos. Acompanhavam embaixadores<sup>429</sup>, seguravam o manto do Rei, como por exemplo na aclamação de D.

---

<sup>422</sup> Para a evolução deste cargo *vide* Glossário, Anexos.

<sup>423</sup> MARTINEZ MILLÁN, José, FERNÁNDEZ CONTI, Santiago, (Dirs.) *La monarquía de Felipe II: la casa del Rey*, Madrid, Fundacion Mapfre Tavera, 2005, p. 852.

<sup>424</sup> Acerca desta questão *vide* glossário.

<sup>425</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, p. 531.

<sup>426</sup> *Almanaque Português, Ano de 1825*, Lisboa, Imprensa régia, 1826.

<sup>427</sup> *Almanach de Portugal para o Ano de 1855*; *Almanak lusitano para 1860*, Lisboa, Tipografia Universal, 1859; BARBOSA, Zacarias de Vilhena, *Almanak, industrial, comercial e profissional de Lisboa, para o ano de 1865*.

<sup>428</sup> *Vide* Anexos, Quadro 10, 11 e 56. .

<sup>429</sup> Notícia das solenes e magníficas funções com que se celebrou na sempre Augusta cidade de Lisboa, o desposório da sereníssima Sr<sup>a</sup> Infanta D. Carlota Joaquina, ..., IANTT, Manuscritos da Livraria, Livro 1132, fols. 75 a 84.

João VI<sup>430</sup>, ou simplesmente acompanhavam a Família Real em baptizados de neófitos desta<sup>431</sup>. Ao longo da Monarquia Constitucional continuaram presentes nestas festividades, como a abertura das cortes, quer no cortejo, quer junto ao trono. Durante o reinado de D. Maria II, acompanhavam a Camareira-mor, incumbida de segurar a cauda do manto, durante o desfile no interior do Palácio das Cortes<sup>432</sup>. Também a sua presença se fez sentir nas cerimónias de casamento, tendo lugar no coche do Mordomo-mor ou do Camareiro-mor<sup>433</sup> ou, pelo menos, no cortejo no interior do templo<sup>434</sup>. O mesmo aconteceu nas cerimónias de inauguração do Reinado de D. Pedro V, onde partilharam o coche com o Camareiro-mor<sup>435</sup> e o cortejo no interior do palácio, ao lado do Rei, tal como aconteceria nas cerimónias de inauguração do reinado de D. Luís<sup>436</sup>. Em ambas as cerimónias, além de se colocarem junto ao trono, eram os responsáveis por apresentar ao Rei um dos símbolos da sua soberania: o ceptro.

O reinado de D. Carlos não traria alterações significativas ao papel desempenhado pelos Gentis-homens nas cerimónias públicas. Na aclamação deste monarca, ainda que não haja referências à presença destes oficiais no cortejo de coche, desempenhavam o mesmo importante papel de entrega do ceptro real<sup>437</sup>. Um outro Camarista, que não estivesse de serviço, deveria apresentar o estoque, insígnia do Condestável, ao infante D. Afonso, que exerceria essa função: “*Que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> fique na*

---

<sup>430</sup> Plano das ordens que seriam executadas no dia do cerimonial de aclamação de D. João VI, [Rio de Janeiro, 1816], Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Casa Real e Imperial /Mordomia-mor, Papéis relativos à aclamação, sagração e Coroação de D. Maria I, Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II, códice 569, fols. 39 a 43.

<sup>431</sup> NORTON, Luiz, *A Corte de Portugal no Brasil: notas, documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina*, 2ª ed., [Lisboa], Imprensa Nacional de Publicidade, [1860], p. 11.

<sup>432</sup> Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e extraordinárias da Nação Portuguesa, 5 de Dezembro de 1838, *Collecção de leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838*, oitava série, p. 456; Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e ordinárias da Nação Portuguesa, 21 de Dezembro de 1839, *Collecção de leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839*, nona série, p. 556; Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e ordinárias da Nação Portuguesa, 21 de Dezembro de 1843, *Collecção de legislação portuguesa redigida pelo desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1843 em diante*, p. 306; Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e ordinárias da Nação Portuguesa, 20 de Dezembro de 1847, *Collecção de legislação portuguesa redigida pelo desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1847 em diante*, p. 528

<sup>433</sup> *Programma para o ceremonial das funções de Côrte, que terão logar por ocasião da proxima chegada de Sua Alteza Real, o serenissimo Principe Dom Fernando Augusto, (...); Programa do Cerimonial approved por decreto de Sua Magestade el Rei o Senhor D. Pedro V (...).*

<sup>434</sup> Programa das festividades do casamento de D. Carlos com D. Amélia, p. 4.

<sup>435</sup> Programa para o cerimonial da inauguração do Reinado de Sua Magestade o Senhor D. Pedro V, 7 de Setembro de 1855, *Collecção oficial da Legislação Portuguesa (...)* ano de 1855, p. 312.

<sup>436</sup> Programa para o cerimonial da inauguração do Reinado de Sua Magestade o Senhor D. Luís I, 12 de Dezembro de 1861, *Colecção oficial da Legislação (...)*, Anno de 1861, pp. 462-463.

<sup>437</sup> Programa da Cerimónia da Aclamação de D. Carlos, *O Século*, 18 de Dezembro de 1889, pp. 1 e 2.

*inteligência de que nos referidos actos há-de S. Alteza o Sereníssimo Sr. Infante D. Afonso Henriques exercer as funções de Condestável do Reino, e que o Gentil Homem da Real Câmara, que não estiver de Serviço a S. Majestade El-Rei é encarregado de apresentar o estoque real ao mesmo Sereníssimo Infante.*”<sup>438</sup> Nas sessões da abertura das Cortes o Gentil-homem de serviço integrava o cortejo no interior do Palácio das Cortes, imediatamente atrás do Rei, juntamente com o Ajudante de Campo<sup>439</sup>. Nas cerimónias fúnebres de D. Carlos e D. Luís Filipe, tal como tinha acontecido nas de D. Luís, tomaram parte do cortejo fúnebre, partilhando o coche com os Ajudantes de Campo<sup>440</sup>.

Além disso, tinham um camarote próprio nos teatros reais, nas cerimónias em cujo programa estivesse prevista uma récita de gala<sup>441</sup>.

As suas funções, porém, não se limitavam às cerimónias oficiais. Na verdade, de todos os oficiais superiores, acabavam por ser aqueles que detinham uma maior proximidade ao Rei e à Família Real, decorrente do serviço que prestavam e da convivência quotidiana que a partilha semanal do mesmo espaço habitacional propiciava. Aliás, possuíam a chave do quarto dos soberanos, que continuava a ser a insígnia do seu cargo, como podemos constatar pela carta do Príncipe Real D. Luís Filipe ao Conde de Sabugosa, a felicitá-lo pela nomeação do filho deste, Vasco, como Gentil-homem da Real Câmara: “*O Vasco vai optimamente cá em Casa, mas teve ontem esta distracção: estávamos a conversar e ele pôs as mãos atrás das costas, e depois disse: que será isto, tão duro que tenho na casaca? Sabe o que era? A chave de camarista, a que ele ainda se não habituou.*”<sup>442</sup>

Eram os Gentis-homens quem habitualmente escreviam e remetiam os convites para os jantares não oficiais com a família Real, destinados a outros funcionários da

---

<sup>438</sup> Ofício do Ministro do Reino ao Mordomo-mor, Lisboa, 18 de Dezembro de 1889, IANTT, Ministério do Reino, Livro 899, fols. 250v – 251. Esta situação verificou-se noutras cerimónias de aclamação anteriores.

<sup>439</sup> Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1898; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1900; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes 26 de Maio de 1906, ASSL, maço 33, nº 7, 10 e 13.

<sup>440</sup> Programa do cerimonial que deve observar-se nos funerais de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I e de Sua Alteza Real o Senhor D. Luis Filipe, 3 de Fevereiro de 1908, *Collecção Oficial da legislação Portuguesa, ano de 1908*, p. 169 e 170; *O Século*, 22 de Outubro de 1889, p. 2.

<sup>441</sup> Carta de F. Amaral ao Conde de Sabugosa, Lisboa, 25 de Setembro, s.l., ASSL, Mordomia 29, 26 (2).

<sup>442</sup> Carta de D. Luís Filipe ao Conde de Sabugosa, s.l., 13 de Novembro de 1905, ASSL, Mor I, N4, 2.9

Casa Real<sup>443</sup>, ou quem transmitiam outro tipo de ordens por desejo expresso dos soberanos aos almoxarifes dos diversos palácios<sup>444</sup> ou, inclusive, ao próprio Mordomo-mor: “*Sua Majestade ordena que mandes desanojar o quartel de Tancos e o Conde de Atalaia*”<sup>445</sup>. Na prática serviam de intermediários entre o Rei e outras personalidades, numa prática comum ao Antigo Regime. Nesse período e tal como acontecia em França nas vésperas da Revolução<sup>446</sup>, os Gentis-homens de serviço eram os responsáveis por organizar os contactos com as diferentes individualidades a nível privado: “*Chegando ao Paço encontrei na sala (...) o Conde de Penafiel, camarista de semana, que me falou muito sacudidamente, mas foi logo levar recado à Rainha e disse-me que Sua Majestade estava acabando de jantar e que logo depois me falava*”<sup>447</sup>.

Além disso, acompanhavam habitualmente o monarca nas suas deslocações. O que nem sempre aconteceu durante o reinado de D. Carlos, devido à sua forma de estar, que preferia o campo às suas obrigações enquanto Rei: “*Aqui à roda do solar, parece uma enorme feira, pois grande parte desta boa gente aqui acampou. Há bailes e cantos por toda a parte, guitarras, violas, bandolins e harmónios, soam alegres, até há umas 15 ou 20 lojas de comes e bebes. (...) A minha jaqueta e os meus sapatos e esporas, têm-me servido de muito. Eu aqui não sou o Rei, sou principalmente “o nosso lavrador”, assim é que eles me dão vivas (e tocam-me bem mais). (...) Enfim, amanhã à noite desgraçadamente lá volto para a civilização, para o fraque! E para a gravata!*”<sup>448</sup>

Por outro lado, depreende-se que a decisão de não levar Gentil-homem em viagem prendia-se com o facto de o Rei preferir levar alguém da sua confiança pessoal. Como veremos no próximo capítulo, os gentis-homens exerciam ofícios vitalícios cuja substituição ocorria por ocasião da sua morte ou exoneração. Isto significa que, apesar da escolha destes oficiais depender apenas da vontade régia, quando o Rei ascendia ao

---

<sup>443</sup> Veja-se, por exemplo, os diversos convites dirigidos pelo Camarista de semana aos Condes de Sabugosa, entre 1891 e 1907. Convites efectuados pelo Camarista de Semana aos Condes de Sabugosa, 1891-1907, ASSL, Mordomia-mor, 19B.

<sup>444</sup> Ofício do Administrador da Fazenda da Casa Real ao Almoxarife interino do Palácio das Necessidades, Lisboa, 25 de Agosto de 1892, IANTT, Casa Real, caixa 5670.

<sup>445</sup> Carta do Camarista da Semana ao Conde de Sabugosa, s.l., 31 de Janeiro de 1904, ASSL, MOR I, gaveta L4, 29.

<sup>446</sup> MANSEL, Philip, *La cour sous la Révolution, l'exil et la restauration, 1798-1830*, p. 20.

<sup>447</sup> SÁ, D. José de Almeida Correia de Sá (com.), ANDRADA, Ernesto de Campos de, *Memórias do Conde do Lavradio D. Francisco de Almeida Portugal*, vol. 1, p. 302.

<sup>448</sup> Carta de D. Carlos ao Conde de Arnoso, Coutada do Arneiro, s.d., BNP, Espólio do Conde de Arnoso, nº 3115.

trono, herdava os Gentis-homens do seu predecessor. Em 1895, na sequência da outorga do título de Conde de Arnoso ao seu Secretário Pessoal, Bernardo Pindela, a conversa da Condessa de Sabugosa com a Rainha, registada no seu diário, sugere que a titulação se deveu à insistência por parte do secretário para que D. Carlos fosse acompanhado por um titular numa sua viagem, já que não levava um Camarista: “A Rainha falou-me de tarde no título do Bernardo, sugerindo que El-Rei o tinha dado para levar para a viagem um titular e furiosa que ele não levasse um camarista”<sup>449</sup>. Esta situação também não era bem vista pelos próprios camaristas, que condenavam o facto de serem relegados para segundo plano, preferindo mesmo que fossem dispensados de serviço. É esta a posição do Gentil-homem, Conde de Tarouca, em carta à Rainha, a quem pede a sua intervenção na questão: “(...) El-Rei costuma nas suas viagens para as quais não precisa de camarista, cuja falta se substituem pelo Waddington ou Figueira. Parecia-me porém que melhor fora os dispensava de todos para não continuar a tê-los numa situação que me não parece desejável. Enfim, Sua Majestade na sua alta sabedoria recolocará o que melhor entender e estou certo que os camaristas com tudo se conformarão, aceitando todas as resoluções como as melhores. Dessa forma, continuarão a sua dedicação e obediência.”<sup>450</sup>.

Nas suas funções de Gentis-homens, para além de acompanharem o monarca nas suas viagens, eram também destacados para o serviço de Chefes de Estado estrangeiros ou outros visitantes ilustres<sup>451</sup>. Podiam desempenhar também funções de representação em diversas cerimónias, nas quais o Rei deveria comparecer, como funerais<sup>452</sup> ou envio de pêsames a embaixadas ou legações estrangeiras, no caso de morte de membros de Famílias Reais europeias<sup>453</sup>.

Parece-nos que o estatuto destes funcionários no seio da própria Casa Real era inclusive superior ao dos oficiais-mores. Com efeito, e à excepção do Mordomo-mor e do Aio, que detinham um vencimento superior, nomeadamente de 200\$000, eram os oficiais com o mais elevado vencimento da Casa Real, que ascendia a 120\$000. Além

---

<sup>449</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 30 de Setembro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.

<sup>450</sup> Carta do Conde de Tarouca à Rainha, s.l., s.d., IANTT, Casa Real, caixa 7379.

<sup>451</sup> Por exemplo, o Conde de Tarouca, gentil-homem, foi encarregado de servir de Camarista de serviço ao Presidente francês, aquando da sua visita a Portugal em 1905. *Repartição das reais Cavalariças, Ordens para os serviços que a repartição tem a desempenhar por ocasião (...)*, p. 40.

<sup>452</sup> Carta do Marquês de Ficalho ao Conde de Arnoso, s.l., s.d., BNP, Espólio do Conde de Arnoso, nº 1217.

<sup>453</sup> Carta de D. Carlos ao Conde de Arnoso, s.l., 9 de Abril de 1904, BNP, Espólio do Conde de Arnoso, nº 3290.

disso, ainda que a nível de precedências viessem depois dos Grandes Cargos, isto é, Mordomo-mor, Estrabeiro-mor, Capitão das Guardas, Chefe da Casa Militar, Mordomo-mor da Rainha e Mestre-sala, estavam muito naturalmente ao mesmo nível não só dos Veadores de serviço à Rainha, mas também dos restantes oficiais-mores que detivessem um cargo efectivo<sup>454</sup>. Todavia, as honras detidas pelos Gentis-homens parecem ser superiores às daqueles, como podemos constatar no seguinte trecho do diário da Condessa de Sabugosa e de Murça, de 10 de Dezembro de 1898, relativamente à nomeação de Mouzinho de Albuquerque como Aio do Príncipe Real: “[A Rainha] *quer que o Mouzinho fosse depois dos seus [Veadores] e não deseja que ele seja nomeado Gentil-homem, mas sim oficial mor, para não ter honras de Camarista. Parece-me que os Veadores também são nomeados Gentis-homens. (...) Bernardo [Arnos] aborrecido com Ela e achando que não tem razão em não querer que o Mouzinho tenha honras de Camarista.*”<sup>455</sup> O estatuto de oficiais-mores e Gentis-homens era equiparável, sendo considerados os principais ofícios da Casa Real. Assim se explica que, na sequência da Constituição de 1838, sejam apenas os oficiais-mores da Casa Real e os Gentis-homens da Câmara que tenham de prestar juramento à mesma Constituição<sup>456</sup>.

A par dos Camaristas, a presença do Secretário Particular do Rei é referida nos vários anuários e nas folhas de vencimento dos funcionários da Casa Real. A mais antiga referência que encontrámos relativa a este cargo remonta a D. Pedro IV, cujo secretário da Casa de Bragança teria também desempenhado funções como seu secretário particular<sup>457</sup>.

No entanto, o Secretário não tinha o mesmo estatuto nem o mesmo vencimento que aqueles, sendo inferior, cifrando-se nos 90\$000. O próprio detentor do ofício, o Conde de Arnoso, havia de lamentar essa diferença de estatuto: “(...) *Já vês que me não enganei quando te disse que eu nunca seria feito Camarista. (...) A servidumbre (com várias excepções) estima imensamente ver-me posto de parte. Eu não me escandalizarei para não fazer de Marquês de Pombal, mas a ti confesso-te que tendo-se passado o que*

---

<sup>454</sup> Ofício do Mordomo-mor ao Mestre-sala, Cascais, 4 de Outubro de 1905, ASSL, Mordomia, maço 7, 11, 9.

<sup>455</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 10 de Agosto de 1898, ASSL, Diário da Condessa, 1898.

<sup>456</sup> Decreto do juramento à Constituição pelos Gentis-homens da Câmara e Oficiais-mores da Casa Real, 28 de Abril de 1838, *Collecção de Leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838*, pp. 194-195.

<sup>457</sup> Francisco Gomes da Silva. Carta de Júlio Correia de Sá ao Conde de Sabugosa, Lisboa, 29 de Outubro de 1903, ASSL, Mordomia, maço 7, 13, 3.

*da outra vez se passou quando foi da nomeação do Pombal e Fronteira, El-Rei não me dissera o menor cavaco. É claro que eu estaria a esta hora camarista e quando El-Rei me disse que ia nomear o Tarouca eu lhe tivesse dito que estimaria sê-lo. Como que ali não disse, nem nunca lho direi, continuarei como um reles oficial às ordens ao serviço de Sua Secretaria Particular.”*<sup>458</sup> Além da óbvia questão da remuneração decorrente da diferença de vencimento entre os dois cargos, a questão era sobretudo notada pelas questões protocolares de precedência. Numa visita a Paris e Londres, em 1902, na qual acompanhou D. Carlos, o Conde de Arnoso viu-se relegado para segundo plano face ao Ajudante de Campo que, na ausência do Chefe da Casa Militar, um Grande Cargo, o representava: (...) *Quanto à minha situação El-Rei disse ao Rosa que para todos os efeitos me colocando abaixo do Capelo porque este representa aqui o Chefe da sua Casa Militar! Outro tanto me acontecerá e devo dizer-te que por mim não me importo. Singular corte esta, poderão dizer, que um dia a situação de um indivíduo é uma, no outro dia é outra. É claro que isto me aborrece, apenas pelo que Sua Majestade te disse em Lisboa a meu respeito. Quer dizer um dia branco e outro dia preto. Tudo ficaria muito bem se Ele te tivesse dito. O A. que vá aquela parte, ele vai como meu Secretário e terá lá o lugar que cá tem, logo acima do meu particular. Quanto à viagem que guarde o seu oficial e mais a sua cadeira de Par no sótão cá da Casa, como durante todo o ano faz em Lisboa. E tudo focaria disto. (...).*<sup>459</sup>

Pela correspondência trocada com o Rei e apesar da designação de particular, podia-se pensar que as suas funções se remeteriam apenas ao âmbito privado, mas isso não acontecia. É certo que era pelo Secretário Particular que D. Carlos mandava as galinholas que caçava<sup>460</sup> a Regina Pacini<sup>461</sup>, cantora lírica, filha do empresário responsável pela exploração artística do Teatro de São Carlos, cantora da Real Câmara<sup>462</sup> e sua pretensa amante. No entanto, o Secretário estava também incumbido de outras tarefas que não seriam tão particulares e que de certa forma estavam relacionados com assuntos estatais. Enviava telegramas a outros Chefes de Estado<sup>463</sup>, decifrava

---

<sup>458</sup> Carta do Conde de Arnoso ao Marquês de Soveral, Lisboa, 19 de Março de 1901, AHCB, Arquivo Soveral, P. 27, 2.

<sup>459</sup> Carta do Conde de Arnoso ao Marquês de Soveral, [Paris], 30 de Outubro de 1902, AHCB, Arquivo Soveral, P. 62, 43.

<sup>460</sup> Carta de D. Carlos ao Conde de Arnoso, s.l., s.d., BNP, Espólio do Conde de Arnoso, nº 2960.

<sup>461</sup> 1871-1965. Casou com Marcelo Torcuato de Alvear, futuro Presidente da República Argentina.

<sup>462</sup> Nomeação de Cantora da Real Câmara, [Lisboa], 11 de Fevereiro de 1893, IANTT, Casa Real, Mordomia-mor, Livro 30, fol. 62v.

<sup>463</sup> Carta de D. Carlos ao Conde de Arnoso, s.l., s.d., BNP, Espólio do Conde de Arnoso, 2885.



telegramas cifrados destes<sup>464</sup> ou até mesmo discutia a actualidade política veiculada pela imprensa periódica com o soberano: “*Recebo neste momento a tua carta. Muito obrigado acho muito bom o telegrama do teu irmão. Também eu li os jornais Dia e Novidades; vêm, como era natural, destemperados. Os republicanos era natural saltassem de todo. Quanto ao Correio da Noite acho o muito mais manso do que eu imaginava que ele viesse. Século e Notícias parecem-me estar à caça, a ver em que isto pára. Estou ainda convencido que se houver juízo, ainda se poderá vencer mais esta campanha, o que é preciso não perder os dissidentes de vista porque podem fazer um disparate qualquer. Enfim, Deus super omnia.*”<sup>465</sup>

Da Real Câmara, faziam também parte os Médicos. Desde muito cedo que a Casa Real tinha ao seu serviço esta categoria profissional<sup>466</sup>. Tanto as folhas de vencimento, como os anuários apresentam as listagens dos indivíduos que desempenhavam estes cargos, oscilando o seu número entre os cinco e sete, ou cinco e nove, consoante as fontes, embora a média rondasse os seis indivíduos. Os mencionados numa e noutra fonte são os médicos efectivos que prestavam cuidados à família Real e, muito provavelmente, aos funcionários da Casa Real em serviço. Existiu até 1894 um chefe de serviço, recebendo 66\$666 e, por vezes, 25\$000 de gratificação, somando um total de 91\$000. Os restantes dividiam-se entre médicos consultores e médicos, mas sem diferenciação de vencimento – 50\$000 mensais. Pensamos, no entanto, que apenas estes últimos prestassem serviço semanalmente ao Rei<sup>467</sup> e o acompanhassem em viagens.

O chefe de serviço seria, muito naturalmente, a quem caberia as decisões finais no que respeita a diagnósticos e tratamentos, mas também o responsável pela organização interna do serviço. Em 1907, quando já não existia chefe de serviço, os Médicos da Real Câmara dirigiram-se ao Mordomo-mor, como chefe da Casa, expondo-lhe várias questões relativamente ao serviço médico da Casa Real, que se via afectado pelo reduzido número de médicos, alegando que apenas com um conjunto de sete, como

---

<sup>464</sup> Carta de D. Carlos ao Conde de Arnoso, s.l., s.d., BNP, Espólio do Conde de Arnoso, 2871.

<sup>465</sup> Carta de D. Carlos ao Conde de Arnoso, Iate Amélia, s.d., BNP, Espólio do Conde de Arnoso, 2881.

<sup>466</sup> BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, p. 207.

<sup>467</sup> Entravam de serviço ao sábado, como o restante pessoal de serviço, mas ao contrário deste, que habitualmente entrava de serviço ao meio-dia, há indícios que este entraria mais tarde ou, pelo menos, não teria horário estabelecido. BREYNER, Thomaz de Melo, conde de Mafra, *Diário de um monárquico 1905-1907*, Porto, Fundação Engº António de Almeida, 1994, p. 121.

existia ao tempo do Rei D. Luís, seria possível ter um serviço de 24 sobre 24 horas. Esta dificuldade prendia-se com o facto de parte dos médicos acompanharem o Rei e o Príncipe Real em viagens distintas e, quem ficasse, tivesse as suas obrigações adicionais, como consultas ou aulas na Escola Médica – donde se depreende que o serviço médico no Paço não implicava exclusividade. Duas soluções foram apresentadas relativamente a esta questão pelos médicos: uma, provisória, consistia na nomeação transitória de dois médicos que se encarregariam do serviço permanente no Paço e que, para isso, os médicos prescindiriam de parte dos seus vencimentos. Ou então uma opção mais radical, a nomeação de um médico permanente no Paço, com honorários, sendo os restantes médicos apenas consultados nos casos necessários<sup>468</sup>.

A remetente desta carta, a Rainha D. Amélia, faz saber que, qualquer que fosse a decisão, não prescindia de ter sempre um médico de serviço e caso houvesse alguma nomeação, que fosse devidamente consultada. “*O que acho impossível é ter um só médico permanentemente no Paço, pois acabava por não ser nem sangrador*”<sup>469</sup>

A solução acabaria por estar nas suas mãos, sendo-lhe dada luz verde para a sua resolução por D. Carlos: “*Mas que fosse ela qual fosse, não dever importar aumento da despesa.*”<sup>470</sup> Três dias depois, o vencimento de um dos médicos que estava de licença, era entregue a um médico que o substituiria durante a sua ausência<sup>471</sup>.

Para além dos médicos efectivos, existiam os médicos honorários da Real Câmara<sup>472</sup>, para os quais Gustavo Gramaxo Rozeira já havia chamado a atenção<sup>473</sup>.

Nestes casos, a nomeação poderia ser feita como forma de agradecimento dos serviços prestados a um dos membros da Família Real, como acontecera com o médico

---

<sup>468</sup> Carta do Conde de Sabugosa a D. Amélia, Lisboa, 13 de Junho de 1907, IANTT, Casa Real, caixa 3781.

<sup>469</sup> Carta da Rainha D. Amélia ao Conde de Sabugosa, Pena, 14 de Junho de 1907, ASSL, Mor I, L, gav. 4, caixa 2, maço 1, 3.2.

<sup>470</sup> Carta do Conde de Sabugosa a D. Amélia, Lisboa, 17 de Junho de 1907, IANTT, Casa Real, caixa 3781.

<sup>471</sup> Carta do Mordomo-mor ao Administrador da Fazenda da Casa Real, Lisboa, 20 de Julho de 1907, IANTT, Mordomia-mor, Livro 43, fol. 21.

<sup>472</sup> Veja-se: Ofício do Mordomo-mor ao Administrador da Real Fazenda, acerca das despesas do diploma de médico honorário da Real Câmara concedido a Nunes António Coelho Vasconcelos Porto, Lisboa, 6 de Maio de 1891, IANTT, Mordomia-mor, Livro 43, 9v; Nomeação de João Lopes da Silva Martins como Médico Honorário da Real Câmara, Lisboa, 16 de Março de 1898, IANTT, Mordomia-mor, Livro 43, fol. 21 v; Nomeação de António Dias Pinheiro como Médico Honorário da Real Câmara, Lisboa, 10 de Abril de 1901, IANTT, Mordomia-mor, Livro 43, fol. 25.

<sup>473</sup> Nomeadamente, na introdução ao *Dicionário Aristocrático* do Visconde de Baena. BAENA, Visconde de Sanches, *Dicionário Aristocrático*, Porto, Centro de estudos de história da família da Universidade moderna do Porto, 2002, p. XIX.

Rui Canas da Costa e Silva, “*em atenção ao muito zelo, perícia e dedicação que mostrou quando foi chamado a prestar os seus serviços por ocasião do desastre, de que, em Agosto último, foi vítima o Sereníssimo Senhor Infante D. Afonso.*” Além da nomeação, viu as despesas do encarte serem suportadas pela Administração da Fazenda da Rainha D. Maria Pia<sup>474</sup>.

Tinham uniforme de uma só cor, com bordados próprios<sup>475</sup> e até 20 de Abril de 1892 usufruíam do serviço de carruagens da Casa Real para sua condução, que então perderam<sup>476</sup>. Embora as razões por detrás desta resolução não fossem explicitadas, supomos que tivessem origem na necessidade de realizar poupanças.

A estes funcionários acrescem ainda o pessoal do quarto, composto em média por 8 indivíduos<sup>477</sup>.

### **3. A Casa da Rainha**

A Casa da Rainha, como o nome indica, compreendia os oficiais ao serviço da mesma. Era composta por duas famílias – a família masculina e a família feminina. Quanto aos oficiais superiores, a família masculina era composta pelo Mordomo-mor da Rainha e pelos Veadores e a feminina, pela Camareira-mor e pelas Damas da Rainha. As Damas dividiam-se entre as Damas Camaristas, ou seja, as que exerciam funções semanalmente no Paço, e as honorárias que, embora não exercessem essas funções permanentemente ao serviço da Rainha, estavam presentes nas cerimónias da corte, onde tinham assento próprio. A Casa feminina constituía praticamente o único reduto feminino de cargos na Casa Real, se excluirmos, no conjunto geral de todos os funcionários, as responsáveis pela rouparia e as varredeiras. Não sendo os membros da Casa feminina consideradas oficiais mores – nem sequer a Camareira-mor o era, usufruíam na prática desse estatuto, uma vez tanto nas precedências, como nos jantares oficiais, alternavam com os Grandes Cargos masculinos da corte.

---

<sup>474</sup> Ofício do Mordomo-mor ao Administrador da Real Fazenda, acerca das despesas de encarte do médico honorário Rui Canas da Costa e Silva, Lisboa, 11 de Janeiro de 1907, IANTT, Mordomia-mor, Livro 51, 3v.

<sup>475</sup> Carta de Ramalho Ortigão ao Conde de Sabugosa, s.l., 11 de Novembro de 1905, ASSL, Mordomia, maço 41, nº21.

<sup>476</sup> Ofício interno aos Médicos da Real Câmara, s.l., 16 de Abril de 1892, IANTT, Mordomia-mor, Livro 43, fol. 12.

<sup>477</sup> Vide Anexos, Quadros 13 e 14. Acerca do Quarto do Rei, consultar Glossário.

Esta proeminência dos cargos superiores da família feminina da Casa da Rainha durante a Monarquia Constitucional é também visível em diversas cerimónias. De facto, na abertura das cortes, quer em 1826, quer durante o reinado de D. Maria II, tanto a Camareira-mor, como as damas acompanham a Rainha (em 1826, a infanta regente), não existindo qualquer referência à família masculina. Talvez isso suceda por ser a Rainha a Chefe de Estado e, como tal, não existir nem Mordomo-mor da Rainha, nem Veadores. Dessa forma, eram os Gentis-homens, para além das Damas, que prestavam serviço à Rainha, em vez de o fazer ao Rei D. Fernando, porque na verdade o faziam ao Chefe de Estado, como acontecia nos séculos anteriores. Nesse sentido, assim se explica o facto de se encontrar a Camareira-mor imediatamente à direita da Rainha e não o Mordomo-mor, como seria de esperar, colocando-a numa situação privilegiada face aquele outro ofício<sup>478</sup>. O mesmo sucedeu no casamento de D. Maria II com D. Fernando, uma vez que é a Camareira-mor quem acompanha no coche a Rainha até à Igreja<sup>479</sup>, diferindo, por exemplo, do que acontece no casamento de D. Pedro, em que a Camareira-mor partilha o coche com as Damas<sup>480</sup>.

Os Veadores da Rainha equivaliam aos Gentis-homens ou Camaristas ao serviço do Rei. Embora a etimologia do nome do ofício remetesse para a Câmara – tal como acontecia com as Damas efectivas ou Camaristas, tanto as funções de Veador como de Dama pouco teriam a ver com as funções de gestão da Câmara dos monarcas como aconteceria durante o Antigo Regime. De facto, as tarefas habituais de Damas e Veadores parecem resumir-se ao acompanhamento da Rainha, quer no interior do Palácio, quer fora dele. Além disso, poderiam assistir a diversas cerimónias em nome da Rainha, como aconteceu num casamento para o qual a Rainha fora convidada, tendo

---

<sup>478</sup> Decreto e instruções que regulam o cerimonial para a abertura da primeira sessão Real das duas câmaras reunidas, 8 de Outubro de 1826, *Collecção de todas as leis, alvarás, decretos, etc. (...) 2º semestre de 1826, Parte 1ª, Folheto VII*, pp. 39-42; Decreto aprovando o Programa para a Sessão Real da abertura das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, 1 de Dezembro de 1838, *Collecção de leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1838*, pp. 457-458; Decreto aprovando o Programa para a Sessão Real da abertura das Cortes Gerais e Ordinárias da Nação Portuguesa, reunidas ambas as câmaras, 21 de Dezembro de 1839, *Collecção de leis e outros documentos oficiais publicados no ano de 1839*, pp. 556-558; Decreto aprovando o Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e ordinárias da Nação Portuguesa, 21 de Dezembro de 1843, *Collecção de legislação portuguesa (...) Legislação de 1843 em diante*, pp. 305 - 307; Decreto aprovando o Programa para a sessão Real da Aberturas das Cortes Gerais e ordinárias da Nação Portuguesa, 20 de Dezembro de 1847, *Collecção de legislação portuguesa (...), Legislação de 1847 em diante*, pp. 527-529.

<sup>479</sup> *Programma para o ceremonial das funções de Côrte, que terão lugar por ocasião da proxima chegada de Sua Alteza Real, o serenissimo Principe Dom Fernando Augusto, (...)*.

<sup>480</sup> LOULÉ, Marquez de, *Programma do ceremonial aprovado por decreto de Sua Magestade El-Rei o Senhor Dom Pedro V, para as festividades da recepção de Sua Magestade a Rainha....*

sido representada pelo seu Veador, o Conde da Ribeira Grande<sup>481</sup>. Efectuavam serviço por uma semana, rotativamente. Durante essa semana, que habitualmente se iniciava ao meio-dia de sábado<sup>482</sup>, deixavam as suas casas e famílias e passavam a residir o Paço que os soberanos ocupavam, de acordo com a ocasião do ano – Inverno e Primavera em Lisboa, o Verão em Sintra e o Outono em Cascais<sup>483</sup>.

Isso implicava a partilha das refeições com pelo menos um dos monarcas ou com a Família Real<sup>484</sup> e do seu quotidiano, quer em actividades de lazer, como passeios, piqueniques<sup>485</sup>, compras de presentes<sup>486</sup>, mas também em visitas a instituições de caridade<sup>487</sup>. Em qualquer das situações, sobretudo no exterior, o comportamento deveria ser reservado e discreto, pois quem deveria sobressair era a Rainha<sup>488</sup>.

As principais alterações à Casa da Rainha remontam ao reinado de D. Maria II. A extinção da Casa da Rainha enquanto instituição patrimonial a 9 de Agosto de 1833<sup>489</sup>, não levou contudo à sua extinção enquanto estrutura funcional, mantendo-se os ofícios e cargos a ela associados. As possíveis alterações decorriam de, com a subida ao trono de D. Maria II, o monarca ser Rainha, havendo muito provavelmente, uma coincidência entre a Casa Real e a Casa da Rainha.

Foi também neste reinado que se legislaram os autos de nascimento dos príncipes da Família Real Portuguesa, garantindo à Camareira-mor um lugar de destaque nesta ocasião, na medida em que a tornava responsável pela redacção da declaração de nascimento. Nesta deveria constar o sexo do recém-nascido, a data, a hora e local de nascimento, bem como os nomes e títulos de seus pais e avós. Desta declaração, assinada por si, far-se-iam outras cópias, para serem entregues às

---

<sup>481</sup> Carta do Conde da Ribeira Grande à Rainha D. Amélia, s.l., 23 Fevereiro 1895, IANTT, Casa Real, caixa 7362.

<sup>482</sup> *Vide*, a título de exemplo, Diários da Condessa de Sabugosa, 24 de Agosto de 1895 e 16 de Maio de 1896, ASSL, Diários da Condessa, 1895 e 1886.

<sup>483</sup> URBANO, Pedro, “The everyday life on the Royal Household” ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*, IEM / CHAM / Caminhos Romanos, 2012, p. 411.

<sup>484</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 21 de Maio 1896, ASSL, Diário da Condessa, 1896.

<sup>485</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 1 Novembro 1900, ASSL, Diário da Condessa, 1900.

<sup>486</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 4 Dezembro 1896, ASSL, Diário da Condessa, 1896.

<sup>487</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 19 de Março de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.

<sup>488</sup> COLAÇO, Branca de Gonta, *Memórias da Marquesa de Rio Maior, Subserra, Bemposta*, p. 425.

<sup>489</sup> Decreto de extinção dos Tribunais do Conselho da Real Casa e Estado das Rainhas, 9 de Agosto de 1833, *Colecção de Decretos e regulamentos (...)* 1833] p. 11-12.

autoridades competentes<sup>490</sup>. Assim se procedeu doravante, inclusive por ocasião do nascimento de D. Carlos<sup>491</sup>.

A carta de lei de 21 de Agosto de 1837 atribui, portanto, um lugar de destaque à Camareira-mor e, por conseguinte, à própria Casa da Rainha, até porque, para além dos oficiais-mores, também as Damas eram convocadas para se apresentarem no Paço assim que a Rainha entrasse em trabalho de parto<sup>492</sup>. Em Espanha, a Camareira-mor era também a responsável por transmitir a notícia do nascimento de um membro da família Real ao presidente do Conselho de Ministros, apresentando o recém-nascido numa salva de prata a toda a corte que aí se encontrava reunida<sup>493</sup>.

Em termos de composição da Casa ao longo da Monarquia Constitucional houve algumas modificações, relativas à diminuição do número de oficiais e de categorias de funcionários. De facto, em 1825 e 1826, para além do Mordomo-mor e dos Veadores (em número de 11 e 10, respectivamente), ao serviço da Rainha – e Imperatriz, encontrava-se também um Estribeiro-mor e outro menor. Também a Princesa, a futura D. Maria II possuía Mordomo, Estribeiro-mor e Veadores (5 e 10). Da família feminina faziam parte a Camareira-mor, Damas (15 e 14), Donas de honor (7 e 8), Damas da Câmara (4 e 5), e Açaфatas (24 e 25), ou seja uma estratificação substancialmente mais complexa daquela que vamos encontrar posteriormente. De facto, durante o reinado de D. Pedro, estavam ao serviço da Rainha D. Estefânia (e mesmo após a sua morte, em 1860), para além da Camareira-mor, Damas camaristas (3 e 5); Damas honorárias (17 em 1855) e Veadores (3 em 1855). Apenas a Infanta D. Isabel apresentava ao seu serviço uma açaфata, em 1855<sup>494</sup>. Esta redução das categorias de funcionários femininos ao serviço da Rainha é semelhante ao que terá ocorrido no Reino Unido durante o reinado da Rainha Vitória. De facto, se durante o reinado de Isabel I existiam quatro categorias de damas (*ladies of the bedchamber*, *ladies of the privy chamber*, *ladies-in-*

---

<sup>490</sup> Autos nascimento príncipes da Família Real portuguesa, 21 de Agosto de 1837, *Collecção de Leis e outros Documentos officiaes publicados no segundo semestre de 1837*, p. 77.

<sup>491</sup> CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, p. 301.

<sup>492</sup> ANDRADA, Ernesto de Campos de, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861*, vol. IV, p. 456.

<sup>493</sup> WITKOWSKY, G. J. *Les Accouchements a la cour*, Paris, G: Steinheil, éditeur, s.d., p. 42.

<sup>494</sup> *Almanaque Português, Ano de 1825*, Lisboa, Impressão Régia, 1825; *Almanaque Português, Ano de 1826*; *Almanach de Portugal para o Ano de 1855*.

*waiting* e *maids-of-honour*), durante o século XIX *ladies of the bedchamber* e *ladies-in-waiting* tornaram-se sinónimos e *ladies of the privy chamber* desapareceram<sup>495</sup>.

Durante o reinado de D. Luís a situação manteve-se. Para além de uma Camareira-mor, a Rainha teve à sua disposição no início do seu reinado, 3 Damas efectivas e 4 Veadores<sup>496</sup>. Segundo a Marquesa de Rio Maior, teria sido a Rainha D. Maria Pia quem introduziu o hábito, comum em Espanha e Itália, de nomear como Damas do Paço as mulheres dos altos dignitários, fazendo serviço alternadamente<sup>497</sup>. A nível do pessoal inferior, há notícia da existência de uma Retreta que, ao contrário do que se esperaria, não era apenas responsável pelo Guarda-roupa da Rainha, funcionando também como Secretária, tendo a seu cargo a correspondência, inclusive em línguas estrangeiras<sup>498</sup>.

O casamento de D. Carlos possibilitou mais uma aparição pública do séquito feminino da Casa da Rainha, nomeadamente das Damas de serviço e da Camareira-mor, que segurou a cauda do manto da Rainha ao longo do percurso no interior da Igreja até ao altar<sup>499</sup>. No casamento de D. Luís e D. Maria Pia, as Damas de serviço tiveram inclusive coches à sua disposição<sup>500</sup>.

O casamento de D. Carlos com D. Amélia originou a criação da Casa da Princesa D. Amélia. No fundo, a génese daquela que viria a ser a Casa da Rainha durante o reinado de D. Carlos, composta por 3 Damas e 3 Veadores<sup>501</sup>.

Como se pode observar no quadro em anexo<sup>502</sup> a Casa da Rainha manteve-se mais ao menos estável durante o reinado de D. Carlos à excepção das Damas honorárias, cujo número oscilou entre 16 e 32. Sendo estes cargos vitalícios, as flutuações devem-se à morte das suas titulares ou a novas nomeações. De resto, para além dos ofícios de Camareira-mor e Mordomo-mor, absolutamente estáveis, as alterações nos ofícios não honorários verificam-se a nível das Damas e dos Veadores. O

---

<sup>495</sup> HUBBARD, Kate, *Serving Victoria, Life in the Royal Household*, London, Chatto & Windus, 2012, p. 73.

<sup>496</sup> BARBOSA, Zacarias de Vilhena, *Almanak, industrial, comercial e profissional de Lisboa, para o ano de 1865*, p. 63.

<sup>497</sup> COLAÇO, Branca de Gonta, *Memórias da Marquesa de Rio Maior, Subserra, Bemposta*, p. 169.

<sup>498</sup> CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, p. 384.

<sup>499</sup> *Programa das festividades do casamento de D. Carlos com D. Amélia*.

<sup>500</sup> CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, p. 287.

<sup>501</sup> Folha dos vencimentos e gratificações da Casa Civil e Militar de Suas Altezas os Príncipes Reais, Dezembro 1889, IANTT, Casa Real, caixa 6366.

<sup>502</sup> Vide Anexo, Quadro 22.

grupo daquelas, assim que se atinge os 6 elementos, estagna, à excepção dos anos de 1896 e 1898, onde não é referenciada D. Isabel Lobo de Almeida Melo e Castro, por razões desconhecidas. Os Veadores, esses, oscilam entre 2 e 3.

As folhas de vencimento consultadas são omissas relativamente ao pessoal de serviço da Rainha D. Amélia a partir de 1892, o que não permite a comparação com a informação recolhida nos anuários. Ainda assim, para o ano de 1889, duas das Retretas que surgem nos anuários são mencionadas nas folhas de vencimento, embora sem indicação de qual a categoria funcional a que pertencem recebendo uma delas 22\$500 mensais e a outra 12\$800<sup>503</sup>. Nas folhas de vencimento acrescem ainda as criadas, ou *bonna* (do francês *bonne*). Outra referência é a um reposteiro e dois moços, a partir de 1897. Todavia, a menção ao reposteiro deixa de existir logo no ano seguinte, mantendo-se no entanto a dos moços. O vencimento do reposteiro ascendia a 25\$000 mensais. Um dos moços auferia 23\$000 e o outro 20\$000. A partir de 1901 o vencimento de ambos igualou-se na quantia superior<sup>504</sup>.

As Damas Camaristas e os Veadores auferiam, pelo menos até 1892, 40\$500 de vencimento mensal<sup>505</sup>. Quanto à Camareira-mor, não há qualquer indicação de quanto ascendia o seu vencimento durante o reinado de D. Carlos. No entanto, consideramos que este ofício seria remunerado, uma vez que há indícios nesse sentido, pelo menos no que diz respeito aos reinados anteriores. A Condessa de Rio Maior, em carta ao filho, dando notícia da morte do Duque da Terceira, comentava a situação económica da Duquesa, Camareira-mor, referindo a remuneração deste ofício: “*Em más circunstâncias não fica. Tem dois montepios bons, tem o ordenado de Camareira-mor e, decerto as cortes lhe votam a pensão*”<sup>506</sup>.

A Camareira-mor ocupava o primeiro lugar feminino da corte, logo depois da Família Real, mesmo que não fosse titular<sup>507</sup>. A sua principal competência era a de apresentar as senhoras portuguesas à Rainha. Esta função pressupunha que recebesse o

---

<sup>503</sup> Folha dos vencimentos e gratificações da Casa Civil e Militar de Suas Altezas os Príncipes Reais, Dezembro 1889, IANTT, Casa Real, caixa 6366.

<sup>504</sup> Folha dos vencimentos e gratificações da Casa Civil e Militar de Suas Altezas os Príncipes Reais, Dezembro 1889, IANTT, Casa Real, caixas 5831, 5897, 5930, 5963, 6001, 6038, 6076, 6114, 6155, 6196, 6242.

<sup>505</sup> Folha dos vencimentos e gratificações da Casa Civil e Militar de Suas Altezas os Príncipes Reais, Dezembro 1889, IANTT, Casa Real, caixa 6366.

<sup>506</sup> Carta da Condessa de Rio Maior ao Filho, Lisboa, 27 de Abril de 1860, MÓNICA, Maria Filomena, (ed. Lit.), *Isabel, Condessa de Rio Maior, Correspondência para seus filhos 1852-1865*, p. 257.

<sup>507</sup> [Competências da Camareira-mor], s.l., s.d., IANTT, caixa 7362.



pedido dirigido à Rainha, lhe transmitisse a informação e agendasse uma data, sob as ordens da monarca. Recebia igualmente o pedido de apresentação das mulheres dos enviados extraordinários e ministros plenipotenciários acreditados em Portugal, agendando-a de acordo com a vontade régia. No entanto, nestas ocasiões quem apresentava as mulheres de ministros estrangeiros era a decana do Corpo Diplomático, isto é, a embaixatriz mais antiga na Corte Portuguesa<sup>508</sup>.

Para além disso, era responsável pela comunicação da nomeação do ofício de Dama Camarista ou de Dama Honorária. O Ministério do Reino expedia os avisos de nomeação à Camareira-mor e esta deveria comunicá-lo às nomeadas. Todas as ordens de serviço para as Damas Camaristas ou honorárias eram expedidas pela Camareira-mor. Finalmente, a sua função nas festas da corte era o de segurar a cauda do manto da Rainha.

Nesse sentido, depreende-se que as funções exercidas pela Camareira-mor eram em tudo semelhantes às do Mordomo-mor da Rainha, embora dissessem apenas respeito à família feminina da Casa e à correspondência e apresentações de senhoras.

Para além das diversas cerimónias, para as quais as Damas eram convocadas a assistir pela Camareira-mor, que não só acertava a data e local das mesmas, como o traje adequado – vestido afogado, decotado, chapéu, mantilha, eram muitas as opções –, as Damas deveriam igualmente comparecer à partida e chegada da Família Real, quando a mesma efectuasse viagens para fora de Lisboa – o que não incluía as deslocações para

---

<sup>508</sup> As senhoras portuguesas apresentáveis seriam as titulares, Grandes do Reino, mulheres dos ministros de Estado Efectivos, dos conselheiros de Estado, dos oficiais mores efectivos e honorários; dos ministros de Estado honorários; dos presidentes dos tribunais superiores; dos generais de mar e guerra; dos grã cruces das ordens portuguesas; comendadores da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa; dos moços fidalgos com exercício (é uma excepção e não um direito); dos fidalgos cavaleiros; dos enviados extraordinários e dos ministros plenipotenciários da Coroa Portuguesa. As suas filhas solteiras estavam também em condições de serem apresentadas à Rainha, por suas mães, através de pedido escrito à Camareira Mor. As senhoras estrangeiras, mulheres dos ministros residentes e acreditados em Portugal tinham também essa graça de serem apresentadas em audiência, enviando o pedido à Camareira-Mor, que agendaria a apresentação. No entanto, era a mulher do embaixador mais antigo na corte Portuguesa quem a apresentava. As restantes senhoras do corpo diplomático, inclusive filhas solteiras dos embaixadores, poderiam ser apresentadas também à Rainha, mas não em audiência especial, apenas em bailes ou *cercle diplomatique*, que ocorria em muitas das cerimónias de beija-mão, ao longo do ano. O processo era semelhante ao das mulheres dos ministros: o pedido era enviado à Camareira-mor e a senhora em questão apresentada pela decana do corpo diplomático. Qualquer senhora de distinção, em viagem por Portugal, também poderia requerer a honra de ser apresentada à Rainha, desde fosse recebida na corte do seu país de origem. O pedido era também solicitado à Camareira-mor, pelo ministro do país a que a senhora pertencesse. A apresentação deveria ser feita pela mulher desse ministro. Caso não fosse casado, a apresentação caberia à Camareira-mor. [Competências da Camareira-mor], s.l., s.d., IANTT, Casa Real, caixa 7362; [Apresentações] s.l., s.d., IANTT, Casa Real, caixa 7362.

Sintra ou Cascais: “Fui às dez horas de coupé com a minha sogra e o António à gare do Rossio esperar a Rainha. Toilette de pano branco, chapéu das papoilas. Chegámos quando a Rainha se apeou, só às 10 ½. Recepção na sala. Éramos: Duquesa [de Palmela], Helena [de Sousa Holstein, Marquesa do Faial], minha sogra [Marquesa de Sabugosa], Pepita [Condessa de Figueiró], Maria [Francisca] de Meneses, e eu, e Marquesa de Belas, Rainha Maria Pia com Eugénia Nisa [Eugénia Xavier Teles da Gama, futura marquesa de Unhão]. Estavam os Vasconcelos [Condes de Figueiró] de serviço”<sup>509</sup>

Outra das obrigações era a sua presença nas diversas cerimónias e festas da Corte: “(...) Às duas horas fomos para as Cortes de farda e corpo afogado. R[ainha] de cinzento e manto verde. Pepita servindo de Camareira mor. Duquesa [de Palmela] não estava. Só Mariquita [condessa de Seisal], Maria de Meneses”<sup>510</sup>.

A Camareira-mor, as Damas Camaristas e as honorárias tinham geralmente lugar reservado na assistência durante as grandes cerimónias da corte. Nas inaugurações de reinado de D. Pedro V, tinham lugar na Capela-mor<sup>511</sup>, tal como aconteceu na de D. Carlos<sup>512</sup>. No entanto, nesta última cerimónia, não só é referido um lugar especial para as Damas no cortejo até à Igreja, como no interior do templo, acompanhadas dos Gentis-homens de serviço<sup>513</sup>. Este protocolo repetia em parte o utilizado no casamento de D. Carlos<sup>514</sup>. A abertura de cortes durante este reinado estava cingida, no que diz respeito à Casa da Rainha, à presença das Damas e do Veador da Rainha<sup>515</sup>.

A obrigatoriedade do serviço apresentava alguma flexibilidade, de acordo com a disposição ou estado de saúde de cada um dos detentores do cargo. Se a indisposição ocorresse em serviço, este acabaria por não ser cumprido, embora sem prejuízo de maior. A Condessa de Sabugosa, que sofria de enxaquecas crónicas, dá-nos conta de um desses dias: “Fiquei na cama até ao meio-dia. R[ainha] veio me ver. Levantei-me com

---

<sup>509</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 17 de Junho de 1896, ASSL, Diário da Condessa, 1896.

<sup>510</sup> Diário da Condessa Sabugosa, 10 de Junho de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897.

<sup>511</sup> Programa para o cerimonial da inauguração do Reinado de Sua Majestade o Senhor D. Pedro V, 7 de Setembro de 1855, *Colecção oficial da Legislação Portuguesa*, (...) ano de 1855, p. 312-314.

<sup>512</sup> Não há qualquer referência na cerimónia de inauguração do reinado de D. Luís. Programa para o cerimonial da inauguração do Reinado de Sua Majestade o Senhor D. Luís I, 12 de Dezembro de 1861, *Colecção oficial da Legislação Portuguesa* (...) Anno de 1861, p. 463.

<sup>513</sup> Programa da Cerimónia da Aclamação de D. Carlos, *O Século*, 18 de Dezembro de 1889, pp. 1 e 2.

<sup>514</sup> *Programa das festividades do casamento de D. Carlos com D. Amélia*.

<sup>515</sup> Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1898; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes, 24 de Dezembro de 1900; Programa da Sessão Real da abertura das Cortes 26 de Maio de 1906, ASSL, maço 33, nº 7, 10 e 13; *Diário de Notícias*, 27 de Janeiro de 1906, p. 1.

*muito custo e fui para a sala no fim do almoço. Assisti ao princípio da recepção, vi o [visconde de] Vila Nova da Rainha que ia apresentar o filho, Sousa, Benedita, Teresa Aranha e mãe, mulher do Queirós. Fui duas vezes ao quarto vomitar e a segunda vez fiquei e meti-me na cama o mais incomodada que é possível e assim estive todo o dia. Pouca gente na recepção. Esteve a Duquesa todo o tempo. (...) Vasco esteve comigo um bocado e foi jantar com o Bernardo. A Rainha veio-me ver antes do Jantar.”<sup>516</sup>*

A flexibilidade do serviço traduzia-se igualmente na frequente troca entre os oficiais, de acordo com as suas preferências: *“Pedi a M[aria Francisca] de Meneses para entrar dia 17 para não fazer serviço com o A[ntónio] de Vasconcelos, que está por 15 dias, mas sim a 24 com o António [de Melo, conde de Sabugosa]. Concordou com o meu desejo.”<sup>517</sup>* Isto porque, no caso da Condessa de Sabugosa, aborrecia-lhe entrar de serviço sem o marido: *“ (...) naturalmente entro de serviço a 28, quando chegar a Rainha. Seco-me porque entro com o António de Vasconcelos sem o Papá.”<sup>518</sup>*

O trecho do diário da Condessa de Sabugosa acerca da descrição da abertura das Cortes levanta outra questão – a da farda.

A 24 de Fevereiro de 1836 havia sido assinado um decreto estabelecendo um uniforme para os Ministros e Secretários de Estado, Conselheiros de Estado, Oficiais e criados da Casa Real, bem como oficiais das Secretarias de Estado. Isto significava que os oficiais e criados da Casa Real eram equiparados a outros funcionários estatais, quer às altas patentes políticas, quer ao próprio funcionalismo público e burocrático.

O uniforme era composto por três fardas. A primeira, para os dias comuns, era uma farda direita e comprida, de pano azul ferrete com corte militar. A gola era cortada formando um ângulo agudo e os botões dourados, com as armas reais. O forro, canhões e gola eram também azul ferrete. Entre os botões, três palmas bordadas. As calças deveriam ser largas, brancas ou azuis, com galão de ouro nas costuras exteriores. O calçado botas; o chapéu armado com presilha de ouro. A espada direita, com bainha preta em talim e pala também preta.

---

<sup>516</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 26 de Janeiro de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897.

<sup>517</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 6 de Agosto de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.

<sup>518</sup> Carta da Condessa de Sabugosa ao filho António Vasco Melo César e Meneses, Lisboa, 16 de Junho de 1894, ASSL MOR1, Gaveta LI, caixa 3, maço 18, 80.

Nos dias de pequena gala, o uniforme era semelhante. As alterações eram as calças, substituídas por calções de caxemira branca, meias de seda branca, sapatos com fivela de ouro e chapéu guarnecido de plumas pretas.

Nos dias de gala, mantinham-se os calções e as meias, com ligas de galão de ouro. A farda era toda bordada a ouro e o forro branco. As plumas do chapéu passam a sair brancas, tal como a bainha e o talim da espada.

Os criados da Casa Real também tinham uniforme, azul agalado, com botões dourados com as armas reais, calças largas e botas, tanto para os dias simples, como de simples gala. Nos dias de grande gala, as calças são substituídas por meias, calções brancos e fivelas douradas. Os criados da Cavalaria usariam farda azul ferrete, botões brancos com as armas reais. Os canhões, as golas e as portinholas das algibeiras eram brancos. Nos dias de grande gala, o fardamento era encarnado, com galões de seda com as armas reais. Porém, nenhuma referência à indumentária feminina, nomeadamente às Damas<sup>519</sup>.

Todavia, ela terá existido. Não podemos afirmar com rigor como era composto, mas uma coisa é certa: pelo menos o traço distintivo da mesma era a cauda azul que era usada nas cerimónias de grande gala: “*As damas sem as caudas recebemos essa ordem da Camareira-mor. Disparate. Deixamos assim d’estar de farda.*”<sup>520</sup> – a mesma cauda azul que D. Teresa Saldanha da Gama defendia que nem todas as senhoras deviam sonhar um dia usar<sup>521</sup>. Pensamos que seria só utilizada nessas cerimónias pois, ao contrário do que acontece com a farda masculina – como a do Conde de Sabugosa, como Veador ou como Mordomo-mor da Rainha, é muito menos citada comparativamente aquela<sup>522</sup>.

O vestuário habitual sofria também alterações, caso a corte se encontrasse de luto por algum familiar da família Real, ou outro soberano europeu. Isso implicava que, pelo menos em serviço, fosse usado luto. No entanto, o seu uso, por não estar

---

<sup>519</sup> Decreto impondo o uniforme para Ministros, Secretários de Estado, Oficiais e Criados da Casa Real e Oficiais das Secretarias de Estado, 24 de Fevereiro de 1836, Ministério do Reino, *Colecção de Leis e outros Documentos Oficiais publicados desde 1 de Janeiro até 9 de Setembro de 1836*, p. 40-41.

<sup>520</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, [Lisboa], 2 de Janeiro de 1902, ASSL, Diário da Condessa, 1902.

<sup>521</sup> Carta de D. Teresa Saldanha da Gama para seu filho Francisco, Lisboa, 18 de Maio de 1906, AP, carta 423.

<sup>522</sup> Veja-se, a título de exemplo, algumas passagens onde é referida a farda masculina: Diário da Condessa de Sabugosa, 11 de Abril de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895; 19 de Janeiro, 25 de Junho e 4 de Julho de 1896, ASSL, Diário da Condessa, 1896.

devidamente regulamentado, não agradava a todos: “(...) *Pepita falou-me no luto como uma coisa assente de se trazer luto pesado, mesmo não estando de serviço. “Grande disparate!”*. Perguntei-lhe se ia ao teatro com crepes, diz que para isso tira, põe veludo de seda. Não tem pés nem cabeça. Não tenciono ir ao teatro antes de 15 dias e diz que a Maria Meneses e ela acham muito incómodo ter uma andorinha para o serviço e outra para fora. Era o razoável”<sup>523</sup>.

A par da Casa da Rainha D. Amélia, existia também a Casa da Rainha D. Maria Pia que, como Rainha viúva manteve a sua Casa e o seu Estado<sup>524</sup>.

#### 4. Quarto dos Príncipes

Os príncipes tinham ao seu serviço um conjunto de funcionários, composto por indivíduos de ambos os sexos e de estratos sociais diferenciados. Entre 1889 e 1893, o Príncipe Real e o Infante D. Manuel tinham cada um o seu quarto próprio, com funcionários inferiores distintos, composto por amas e criadas e cujo vencimento oscilava entre 12\$000 e 30\$000. Em comum, apenas uma Dama da Rainha, a partir de 1891, com um vencimento de 100\$000 mensais. Esta quantia era mais elevada relativamente às restantes Damas e tal dever-se-ia ao facto de estar permanentemente de serviço no Paço, ao contrário daquelas, que faziam serviço à semana.

A partir de 1894, dá-se uma fusão dos quartos dos Príncipes. O número de criadas diminui e o seu vencimento estabiliza-se em 12\$000, mas entram ao serviço de ambos moços do quarto, cujo vencimento oscilou entre esse valor e 23\$000. A Dama da Rainha ao serviço dos Príncipes é mantida até 1899. Nessa data, o Príncipe Real atingiu os 12 anos, idade a partir da qual a presença de mulheres na sua educação e formação não seria necessária, segundo os parâmetros pedagógicos da época. Deste modo, nessa altura passou a desempenhar funções apenas ao serviço de D. Manuel. No entanto, em 1902, após o décimo segundo aniversário do Infante, a Dama deixa o serviço dos Príncipes, apesar de continuar ao serviço da Casa Real, como Dama Camarista da Rainha<sup>525</sup> mas com um vencimento de apenas 33\$333, até 1906. Esta alteração das suas funções resultou de um conjunto de negociações que deram que falar na época, quer na

---

<sup>523</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 5 de Fevereiro de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897.

<sup>524</sup> Acerca da Casa da Rainha D. Maria Pia, *vide* Glossário e os Quadros 23 e 24 em Anexo.

<sup>525</sup> Carta de Isabel Saldanha da Gama à irmã D. Maria Joaquina Saldanha da Gama, 15 de Janeiro de 1905, AP, carta 402.

família da Dama, quer junto a outras personalidades pertencentes à Casa Real – e que daremos a conhecer no capítulo seguinte.

Em 1899, entraram ao serviço do Príncipe Real um Aio e um preceptor. Enquanto que o Aio recebia a quantia de 200\$000 mensais e correspondia à categoria de oficial-mor, como vimos, o preceptor recebia um vencimento mensal correspondente a um duodécimo de 800 francos anuais. Esta quantia, apesar das oscilações cambiais, rondava, grosso modo, os 150\$000 mensais.

É também nesta data que entra a seu serviço um Particular: “*c’est l’habitude ici que les Princes aient un “Particular”*”<sup>526</sup> escrevia a Duquesa de Palmela à Rainha. No ano seguinte o seu número elevou-se para dois, sugerindo que cada um deles tenha passado a estar ao serviço de cada um dos Príncipes<sup>527</sup>. Auferiam um vencimento de 50\$000 mensais cada<sup>528</sup>. A média de funcionários deste serviço rondou os 8 indivíduos<sup>529</sup>.

Ainda em 1899, o Príncipe Real começou os seus estudos, tendo para isso diversos professores para as diferentes matérias: Português e Latim, Aritmética e Desenho; Inglês e Francês – as mesmas matérias que o seu irmão teria a partir de 1902. Para ambos, seguiu-se Química e Física, bem como Pintura e Equitação. No entanto, as disciplinas de Filosofia e Direito, Literatura e História, Estratégica, Tática e História Natural fizeram apenas parte do currículo do herdeiro do trono. Os vencimentos dos professores, em média 9 indivíduos<sup>530</sup>, oscilaram não só relativamente às diferentes matérias, mas também consoante os discípulos, apresentando os professores de D. Luís Filipe valores tendencialmente mais elevados, o que se poderá dever não ao estatuto diferenciado dos dois pupilos, mas por aquele, como Príncipe Real, ter um horário mais completo<sup>531</sup>.

A partir de 1902, com a morte do detentor do ofício de Aio, ter-se-ia aproveitado para proceder a uma reorganização do Quarto dos príncipes, sugerida pelo Marquês de

---

<sup>526</sup> Carta da Duquesa de Palmela à Rainha D. Amélia, s.l., s.d., IANTT, Casa Real, caixa 7376.

<sup>527</sup> Os anuários, apesar de darem conta da existência de um particular desde 1899, somam apenas mais um funcionário desta categoria no ano de 1903.

<sup>528</sup> Apesar de não constarem nas folhas de vencimento, os anuários fazem referência aos funcionários ao serviço de D. Afonso, entre 1889-90 e 1905. Seriam dois particulares até 1898 e apenas um a partir do ano seguinte. Desde essa data, há ainda referência a um reposteiro.

<sup>529</sup> Vide Quadros 25, 26 e 27, em Anexo.

<sup>530</sup> Vide Quadro 28, em Anexo.

<sup>531</sup> Há referência, para os anos de 1889 e 1891, dos professores de D. Carlos: instrução primária, pintura e humanidades. Este, com um vencimento de 66\$665 e os outros 30\$000 cada.

Soveral. O ofício de Aio foi abolido e nomeou-se um Chefe para a Casa dos Príncipes<sup>532</sup>, cujo título é de Camarista do Rei ao Serviço dos Príncipes: “*Tio Asseca está de serviço do Príncipe, o título é de camarista d’el-Rei ao serviço de Suas Altezas. Faz uma semana e o António Costa entra, mas como o tio é o chefe da Casa do Príncipe julgo que na semana do Costa também aparecerá, mas não sei.*”<sup>533</sup> O seu vencimento era igual ao dos restantes Camaristas do Rei – 120\$000, embora recebesse uma gratificação superior a 65\$000. Nessa altura, foi também nomeado um preceptor militar, que auferia um vencimento de 83\$333, ainda que o preceptor nomeado em 1899 não tivesse deixado de exercer funções.

Pela análise dos ofícios-mores da Casa Real, podemos retirar algumas conclusões. A criação de grande parte destes ofícios remonta à primeira dinastia, como é o caso, nomeadamente, dos de Mordomo-mor, Estribeiro-mor, Capelão-mor, Alferes-mor, Reposteiro-mor, Meirinho-mor, e Porteiro-mor. Todavia, alguns surgiram durante a segunda dinastia, como aconteceu com os ofícios de Capitão da Guarda-Real, Mordomo-mor da Rainha, Mestre-sala e Vedor.

Para além da criação destes últimos ofícios, a segunda dinastia trouxe consigo algumas modificações. Apesar de no reinado que a inaugurava se ter assistido a uma redução do número de oficiais da Casa Real, bem como da Rainha e dos infantes, consequência da crise económica que o país atravessava, causada pela guerra com Castela, o certo é que, sobretudo ao longo do século XV, a Casa Real Portuguesa e a corte conheceram um engrandecimento efectivo, a que correspondeu um aumento significativo de oficiais. Tal processo ter-se-á devido à existência de recursos económicos, criados pelo movimento expansionista para as ilhas Atlânticas e o Norte de África<sup>534</sup>. Este engrandecimento terá permitido, desde essa época, a integração dos grupos de poder do reino na esfera da influência régia, configurando-se a corte como um conjunto de relações de poder não institucionais, entre realza e nobreza, entre

---

<sup>532</sup> Carta do Marquês de Soveral ao Conde de Arnoso, Londres, 21 de Março de [1902], BNP, Espólio do Conde de Arnoso, doc. 3867.

<sup>533</sup> Carta de D. Isabel de Saldanha da Gama para sua sobrinha Luísa Ornelas, Paris, 23 de Julho de 1902, AP, carta 396.

<sup>534</sup> LABRADOR ARROYO, Félix, *La Casa Real Portuguesa de Felipe II y Felipe III: la articulación del reino a través de la integración de las elites de poder (1580-1621)*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 2006, p. 38-39.

centro e periferia, mas onde a proeminência cabia à figura régia<sup>535</sup>. Na Casa Real, à cabeça de cada unidade doméstica que zelava pelo bem-estar do Rei era colocado um oficial-mor, que vai igualmente exercer funções a nível cerimonial, de modo a reflectir o aparato que o exercício da soberania exigia.

Todavia, as alterações não se ficaram por aqui. A tradição peninsular sofreria algumas influências externas. A primeira, decorrente das ligações estabelecidas com Inglaterra, desde o casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre. De facto, no reinado do neto destes, D. Afonso V, o instituidor da Capela Real, incumbe o mestre desta, Álvaro Afonso, de se deslocar a Inglaterra para se inteirar da organização e composição da Capela Real Inglesa. De lá, Álvaro Afonso trouxe o livro composto pelo responsável pela Capela Inglesa, William Say, sob ordem de Henrique VI, intitulado *Liber Regie Capellae* e que data de cerca de 1449. O livro é composto pela *Forma Sive Ordinatio Capella*, ou seja, as instruções e cerimónias da Capela Régia inglesa, relativamente à unção e coroação do Rei, da Rainha, e a baptizados e funerais régios<sup>536</sup>.

Um segundo momento de mudança na Casa Real foi introduzido pelo domínio filipino, por duas formas. Por um lado, a integração das elites na Casa de Filipe II, movimento progressivamente contrariado nos reinados seguintes. Por outro lado, as alterações verificadas na monarquia castelhana, em particular com a introdução do cerimonial borgonhês.

O Ducado da Borgonha havia desenvolvido um serviço sofisticado à Casa ducal, do qual faziam parte as elites sociais<sup>537</sup>. Este cerimonial, baseado na cultura cavaleiresca, tinha fortes influências francesas<sup>538</sup> e havia sido passado a escrito por Aliénor de Poitiers, no *Les Honneurs de la cour*. Aliénor era filha de Isabel de Sousa, dama do séquito da infanta D. Isabel, filha de D. João I e D. Filipa de Lencastre, que casou em 1430 com Filipe, duque da Borgonha<sup>539</sup>.

---

<sup>535</sup> LABRADOR ARROYO, Félix, *La Casa Real Portuguesa de Felipe II y Felipe III: la articulación del reino a través de la integración de las elites de poder (1580-1621)*, p. 40.

<sup>536</sup> RUAS, João, (coord), *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa, Inapa, 2005, pp. 33 e 104; SOUSA, Ivo Carneiro, “Introdução ao estudo do património da Casa e da Corte de D: Leonor”, *Espiritualidade e corte em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, p. 44.

<sup>537</sup> LABRADOR ARROYO, Félix, *La Casa Real Portuguesa de Felipe II y Felipe III: la articulación del reino a través de la integración de las elites de poder (1580-1621)*, p. 401.

<sup>538</sup> MARTINEZ MILLÁN, José, FERNÁNDEZ CONTI, Santiago, (Dirs.) *La monarquía de Felipe II: la Casa del Rey*, p. 132.

<sup>539</sup> LACERDA, Daniel, *Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha*, Lisboa, Editorial Estampa, 2010, p. 31.



Quando o herdeiro da Borgonha, Carlos Habsburgo, subiu ao trono de Castela e Aragão iria manter a Casa da Borgonha<sup>540</sup> como modelo na Casa dos príncipes herdeiros, a partir de 1548<sup>541</sup>. É assim que Filipe I de Espanha acabaria por integrar as elites dos reinos na sua Casa, inclusive da Casa Real Portuguesa, a partir de 1580, mantendo o cerimonial borgonhês<sup>542</sup>.

Após a restauração de 1640, ascendeu ao trono a Casa de Bragança, que desde logo deu especial atenção à estrutura e cerimonial da Casa Real. De facto, logo em 1643 fora decretado o *Regimento dos Offícios da Casa Real del Rey D. João o IV*<sup>543</sup>. Este regimento era em tudo similar ao próprio regimento da Casa de Bragança<sup>544</sup> ao tempo do 5º Duque, D. Teodósio I (1510-1563), decalcando a estrutura e cerimonial que regiam a própria Casa de Bragança. Além de se vincar a quebra de continuidade com a dinastia anterior, enaltecia-se a própria dinastia, ao usar-se como fonte de inspiração o regulamento da sua própria Casa senhorial para o da Casa Real. Além disso, é importante salientar que o regulamento da Casa de Bragança remontava ao período anterior à Monarquia Dual, pelo que afirmava também uma continuidade nacional, *avant la lettre*, inserindo-se na estratégia levada a cabo por esta Casa para a promoção e consolidação das posições sociais e políticas entretanto adquiridas<sup>545</sup>.

Durante o Antigo Regime, ter-se-iam fixado os usos e costumes anteriores no que respeita à estrutura da Casa Real, bem como produzido algumas alterações, como a extinção do cargo de Correio-mor em 1797, numa explícita tentativa de tornar este serviço, até então de índole régia, num serviço verdadeiramente institucional, que acompanhava os esforços de centralização estatal.

A contenda verificada entre Mordomo-mor e Camareiro-mor iniciada em 1648 fez eclipsar a existência deste último, catapultando definitivamente para o primeiro

---

<sup>540</sup> O casamento de Maria da Borgonha com Maximiliano de Habsburgo, pais de Carlos V, teria introduzido estes costumes em Viena e passado novamente a França através de Ana Áustria. BRONNE, Carlo, “Le grand siècle du Portugal et de la Bourgogne”, *O Instituto*, vol. 115, Coimbra, Tipografia da Coimbra Editora, 1951, p. 9.

<sup>541</sup> KAMEN, Henry, *Filipe I. O Rei que uniu Portugal e Espanha*, Lisboa, A esfera dos Livros, 2009, p. 64.

<sup>542</sup> MARTINEZ MILLÁN, José, FERNÁNDEZ CONTI, Santiago, (Dirs.) *La monarquía de Felipe II: la Casa del Rey*, p 549 e 822.

<sup>543</sup> SOUSA, D. António Caetano de Sousa, org, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV, pp. 389-412.

<sup>544</sup> SOUSA, D. António Caetano de Sousa, org, “Regimento dos Officiaes da Casa do Duque Dom Theodósio I”, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV, pp. 235-289.

<sup>545</sup> CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000, p. 15.

plano os Gentis-homens da Câmara, que passaram a desempenhar as suas funções, alternadamente, a partir do reinado de D. Pedro II. Estes já apareciam referidos no *Regimento dos Offícios da Casa Real del Rey D. João o IV* (1643)<sup>546</sup> e a sua importância foi crescendo significativamente, sobretudo a partir do reinado de D. Pedro II, sendo inclusive considerados como oficiais-mores por alguns autores da época<sup>547</sup>. Esta atitude face aos Gentis-homens é também característica do progressivo afastamento do reino vizinho, em que as funções desempenhadas pelos gentis-homens estiveram a cargo, quer do Camareiro-mor, quer do *sumiller de corps*, preferindo-se entre nós a adopção do modelo francês, em que quatro primeiros gentis-homens serviam anualmente Luís XIV, tal como acontecia em Inglaterra. Este aumento da sua importância foi acompanhado pelo aumento do número de Camaristas, bem como de oficiais-mores. No entanto, o número destes parece ter-se estabilizado em meados do século XVIII.

Este comportamento é contrário ao que aconteceu em França no mesmo período. As alterações na constituição da Casa Real Francesa nas vésperas da Revolução foram fruto da vontade régia, contrária ao protocolo excessivo, e do desejo de restrição económica. Procedeu-se à extinção de vários cargos e ofícios em 1774, 1780 e sobretudo nas vésperas da Revolução, nomeadamente em 1787 e 1789. Estas medidas teriam provocado uma diminuição de cerca de um terço dos funcionários da Casa Real relativamente ao reinado anterior e uma diminuição dos gastos. Outras consequências, mais indirectas, foram para a etiqueta, que se tornou menos rígida e o aparato menos visível<sup>548</sup>. Ainda assim, a Casa Real detinha mais funcionários que o conjunto dos ministérios – três mil, a contrastar com os 660 funcionários destes<sup>549</sup>. Mas a corte era ainda mais numerosa, atendendo ao número de Casas que cada um dos familiares do Rei tinha. No total, cerca de seis mil pessoas estavam ao serviço das doze casas da família Real<sup>550</sup>.

A Monarquia Constitucional em Portugal trouxe alterações regulamentares respeitantes à estrutura da Casa Real, nomeadamente com a publicação do alvará e regulamento de 1833. No entanto, as suas disposições remetem para a sua organização

---

<sup>546</sup> SOUSA, D. António Caetano de Sousa, org, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV, pp. 389-412.

<sup>547</sup> CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos*. (...), pp. 488-489.

<sup>548</sup> MANSEL, Philip, *La cour sous la Révolution, l'exil et la restauration, 1798-1830*, p. 13.

<sup>549</sup> MANSEL, Philip, *La cour sous la Révolution, l'exil et la restauration, 1798-1830*, p. 16.

<sup>550</sup> MANSEL, Philip, *La cour sous la Révolution, l'exil et la restauration, 1798-1830*, p. 17.

administrativa, deixando de lado, à excepção do ofício de Mordomo-mor, quaisquer outros ofícios-mores. Depreende-se portanto que o seu papel, que já se adivinhava em finais de Antigo Regime, preconizando portanto uma continuidade, se terá resumido essencialmente à presença nas cerimónias da Corte, como observámos na análise de cada um daqueles ofícios. Efectivamente, para além dos denominados Grandes Cargos (Mordomo-mor, Estribeiro-mor, Capitão da Guarda Real dos Archeiros, Chefe da Casa Militar, Mordomo-mor da Rainha e Mestre-sala), apenas o Aio detém alguma importância funcional para lá da presença nas cerimónias da Monarquia. De facto, estes ofícios estavam responsáveis pelas principais repartições da Casa Real, nomeadamente pela sua gestão e administração. O Estribeiro-mor pelas Reais Cavalaria, o Capitão pela Guarda Real dos Archeiros, o Chefe pela Casa Militar, o Mordomo-mor da Rainha pela Casa desta e o Mestre-sala pela organização das cerimónias públicas e privadas que não tinha, no entanto, uma repartição própria. O Mordomo-mor desempenhava o mais importante ofício, uma vez que era o responsável não só pela Câmara do Rei, como por outros tantos serviços (Secretaria da Mordomia, Corporação do Rei d'armas, a Música da Real Câmara, as Reais Capelas e as colecções Reais, constituídas por objectos de interesse artístico e cultural. Esta supremacia perante todos os outros oficiais-mores era visível também no seu vencimento, pois era o único ofício-mor, para além do Aio, a ser remunerado. Estes ofícios estão sempre presentes ao longo da quarta dinastia, à excepção do Mordomo-mor da Rainha e do Chefe da Casa Militar. O Mordomo-mor da Rainha dever-se-á ao facto de só no final da Monarquia Constitucional se ter tornado um ofício-mor, apesar de já existir anteriormente. Quanto ao Chefe da Casa Militar, ainda que não tenhamos provas concretas do seu aparecimento, este parece ter ocorrido apenas durante a Monarquia Constitucional.

Os outros apenas detinham uma função cerimonial, nomeadamente o Capelão Mor, o Alferes-mor, o Reposteiro-mor, o Meirinho-mor, o Porteiro-mor e o Vedor. No entanto, à excepção deste último, que ainda durante o reinado de D. Luís exercia funções efectivas na administração da Fazenda da Casa Real<sup>551</sup>, parte dos restantes parece desempenhar apenas funções a nível cerimonial já durante o Antigo Regime. O Alferes-mor, por exemplo, desde a segunda dinastia que detinha a função do transporte

---

<sup>551</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 116.

da bandeira real. O Reposteiro-mor<sup>552</sup> e o Meirinho-mor, já desempenhariam apenas funções nas cerimónias de Antigo Regime, bem como o Porteiro-mor<sup>553</sup>. Quanto ao Capelão-mor, não temos indicação de quando terá deixado de organizar as festividades religiosas referentes à Casa Real<sup>554</sup> mas, provavelmente, com a tentativa de extinção da Patriarcal, ainda durante o reinado de D. João VI. Os restantes ofícios, sobre os quais não nos debruçámos por ao tempo de D. Carlos não terem expressão efectiva pelas razões que evidenciámos atrás, grande parte deles já desempenhava funções exclusivamente a nível das cerimónias de Corte durante o Antigo Regime, à excepção do Aposentador-mor e do Couteiro-mor.

Isto demonstra a importância que o cerimonial e o aparato detinham para a Monarquia de Antigo Regime e que iria continuar a deter para lá da Monarquia Constitucional. O estatuto privilegiado dos oficiais-mores, mais do que assente das tarefas de direcção de uma repartição e serviço, assentava também na importância que detinham no cerimonial da corte. Este ofícios, desempenhados pelas elites aristocráticas, nomeadamente os Grandes do Reino durante o Antigo Regime<sup>555</sup> e também durante o Reinado de D. Carlos, como veremos no capítulo seguinte, eram os responsáveis por dar o devido luzimento à corte, enaltecendo-a. Assentado o cerimonial na restrita hierarquia, enaltecia-se o próprio Rei, uma vez que o exercício da soberania dependia também do próprio aparato.

É certo que o número de oficiais-mores diminuía com a entrada da Monarquia Constitucional, fenómeno que também ocorrera em França aquando da Restauração, onde se reorganiza a Casa Real segundo o modelo de 1789, mas numa escala mais pequena<sup>556</sup>. Ainda assim, substancialmente superior em comparação com a Casa Real Portuguesa, cuja principal característica era essa mesma reduzida dimensão. De facto, o número médio de oficiais-mores durante o reinado de D. Carlos foi apenas de 15. Destes, apenas seis – os Grandes Cargos – desempenhavam funções na gestão da Casa Real, a que se somavam outros sete, cujas funções eram sobretudo cerimoniais, à

---

<sup>552</sup> CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos*. (...), p. 497.

<sup>553</sup> Este, para além das cerimónias, estava também presente nas audiências régias. No entanto, estas ocasiões não seriam quotidianas e implicavam igualmente um cerimonial próprio. Adição aos regimentos do Porteiro-mor e Mestre-sala, 20 de Dezembro de 1640, *Collecção Chronologica da Legislação portuguesa* (...), p. 11.

<sup>554</sup> CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos*. (...), p. 491.

<sup>555</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, p. 531.

<sup>556</sup> MANSEL, Philip, *La cour sous la Révolution, l'exil et la restauration, 1798-1830*, p. 140-142.

excepção do Aio. Da totalidade destes indivíduos, apenas dois eram remunerados pela Casa Real. Para além dos restantes quatro oficiais-mores, apenas referidos nos Anuários, acrescem pouco mais de uma vintena de oficiais-mores honorários.

Para além dos oficiais-mores, há um outro grupo de ofícios que se destacou, desde o Antigo Regime, pelas funções que desempenharam de serviço constante e quotidiano junto das pessoas reais. Embora não sejam referidos como oficiais-mores pelas fontes, é notório o estatuto privilegiado que os ofícios da Câmara, quer do Rei, quer da Rainha mantiveram desde o período anterior à Monarquia Constitucional. Os Gentis-homens, as Damas, os Veadores, também de origem aristocrática como os oficiais-mores, constituíam igualmente um grupo restrito de cerca de uma quinzena de indivíduos<sup>557</sup>, cujos ofícios eram remunerados, ao contrário do que acontecia com aqueles. No total, o número de aristocratas que desempenhou ofícios superiores efectivos na Casa Real durante o reinado de D. Carlos rondou os 30 indivíduos.

Os Ajudantes de Campo, os Oficiais-às-ordens e o pessoal médico, cujo recrutamento não se baseava na origem social, mas na categoria profissional que exerciam, detinham igualmente um estatuto privilegiado, ainda que de forma não tão evidente. O pessoal médico era constituído por 6 indivíduos e a Casa Militar efectiva, por pouco mais de 20 elementos, não ultrapassando o número de aristocratas efectivos ao serviço da Casa Real.

Embora fosse a proximidade à Família Real que ditava o seu estatuto privilegiado no contexto da Casa Real, embora continuassem a ser as primeiras categorias, naturalmente associadas à aristocracia, quem detinha a precedência. Nesse sentido, é notório que D. Maria Pia tenha procurado escolher Damas que fossem tituladas para a sua Casa, ao contrário do que acontecia anteriormente.

A prevalência destes oficiais, que actuavam sobretudo na esfera privada e doméstica, poderá estar relacionada com as tendências gerais verificadas noutras monarquias, onde os valores burgueses da família começaram a penetrar, permitindo a tendência para a frouxidão da etiqueta quotidiana, que se tornou menos rígida, nomeadamente com Luís XVIII em França e Afonso XII em Espanha<sup>558</sup>. Não são,

---

<sup>557</sup> Cerca de 25, se incluirmos os Veadores e Damas da Rainha D. Maria Pia.

<sup>558</sup> EULÁLIA, Infanta, SCHWEYER, Alberto LAMAR, pref., *Mémoires de S.A.R. l'Infante Eulalie, 1868-1931*, p. 27

todavia, tão facilmente datáveis quanto a diminuição do seu número, verificada logo com a entrada em vigor da Monarquia Constitucional.

Refira-se, também, que tal como acontecia com os oficiais-mores, também a Casa Militar e as Damas da Rainha se dividam em Casas efectivas e honorária. A Casa Militar honorária e as Damas honorárias da caracterizavam-se pelo seu número substancialmente superior ao apresentado pelas suas congéneres efectivas e por deterem apenas um carácter honorífico<sup>559</sup>.

Em contrapartida, o número de pessoal inferior é bastante elevado, rondando os cerca de 531 indivíduos<sup>560</sup>, envolvendo os diversos serviços que tivemos oportunidade de referir anteriormente, caracterizados, na sua grande maioria, por uma forte componente doméstica. Este elevado número de funcionários reflectiria certamente a dignidade e decoro exigidas pelas altas funções do Rei como representante máximo do Estado.

Por outro lado, das poucas reformas existentes durante o decorrer da Monarquia Constitucional e que tivemos oportunidade de elencar, apenas uma parece estar de acordo com a preocupação da restrição financeira: a da extinção do serviço de trens secundários que, respeitante às Reais Cavalariças, acabava por ter um impacto significativo no pessoal superior da Casa, que a partir desse momento teria de providenciar o seu próprio transporte durante o serviço à Família Real.

Se exceptuarmos a reforma de 20 de Fevereiro de 1892, que acabava por ser a decorrente da mudança de reinado e da bicefalia provocada pela existência de dois palácios, cada qual habitado por parte da família Real – D. Carlos, D. Amélia e filhos por um lado e D. Maria Pia e D. Afonso por outro – são bastante significativas as mudanças efectuadas. Por um lado, as reformas relativas à organização da Casa Militar de 30 de Outubro de 1884, 16 de Abril de 1890 e 2 de Agosto de 1894. Este facto parece estar de acordo com o que acontecera noutras monarquias europeias, onde também se dera especial atenção ao corpo militar. A principal característica da corte de Napoleão, além de internacional e elitista, era ser bastante militarizada, sobretudo no

---

<sup>559</sup> Apenas a inclusão destes oficiais honorários poderá explicar o número de 70 indivíduos apresentado por Rui Ramos e patente no início deste capítulo.

<sup>560</sup> Uma vez que as fontes apresentam várias lacunas, impedindo séries anuais completas para todas as categorias, apresentamos a média de dois dos anos cujos dados são mais completos e mais afastados temporalmente, tendo sido escolhidos para esse efeito os anos de 1894 e 1905. *Vide* Anexos, Quadro 56,

que respeitava à composição e recrutamento dos seus membros<sup>561</sup>. Após a Restauração, Luís XVIII preocupou-se sobretudo com o restabelecimento da Casa Militar, extinta ainda sob Luís XVI, à qual se juntaram duas novas companhias. No império alemão do Kaiser Guilherme II, quando em 1878 a ordem de precedências dos oficiais-mores foi regulamentada, deu-se claramente primazia aos postos militares<sup>562</sup>. Se tivermos em conta que, ao lado do Rei D. Carlos vamos encontrar quotidianamente, para além dos Gentis-homens da Câmara, um Ajudante de Campo e um oficial às ordens, as reformas adquirem um significado ainda mais expressivo no sentido de uma presença crescente de militares na Monarquia, sobretudo em finais do século XIX.

Finalmente, as sucessivas reformas na Secretaria de Estado do Reino, iniciadas pela de 8 de Junho de 1837, ainda que não estivessem directamente relacionadas com a Casa Real, levavam à assunção, por parte daquela, de muitas funções da Secretaria da Mordomia-mor do Reino, criando um conflito de interesses, não só entre Estado e Casa Real, mas também com os próprios funcionários desta. Esta questão é ainda mais significativa se pensarmos que era a Mordomia-mor do Reino a responsável secular pela emissão das cartas de mercê e que era sobre estas que a Secretaria de Estado do Reino, através das sucessivas reformas, procurou tornar-se a responsável, ainda que com pouco sucesso.

Esta questão está igualmente relacionada com a questão da caracterização desta instituição. Como vimos no capítulo anterior, em meados do século XVIII ter-se-ia rompido com a dualidade até então existente entre esfera pública e privada. A reforma das Secretarias de Estado teria provocado a perda da influência política da Casa Real, até então o seu palco privilegiado, assumindo-se doravante como uma instituição de carácter privado, de gestão e administração do quotidiano régio. Durante o reinado de D. Carlos, e como tivemos oportunidade de verificar, os serviços que a constituíam eram essencialmente de carácter doméstico e o número dos funcionários inferiores bastante elevado, se comparados ao dos oficiais superiores. O estatuto dos próprios oficiais da Câmara foi paulatinamente, desde os finais de Antigo Regime, equiparando-se ao dos oficiais-mores, nos finais da Monarquia Constitucional. Afastada da política, a Casa Real vai manter-se quase exclusivamente arreigada à esfera privada. A sua acção pública estava portanto reduzida à manutenção da emissão das cartas de mercê, por um

---

<sup>561</sup> MANSEL, Philip, *La cour sous la Révolution, l'exil et la restauration, 1798-1830*, p. 69.

<sup>562</sup> RÖHL, John C. G., *The Kaiser and his Court. Wilhelm II and the Government of Germany*, pp. 79-91.

lado e, por outro, à do cerimonial e aparato, inerentes às suas próprias funções de representação do Estado, cujos rituais continuaram a deter bastante importância, tal como veremos no capítulo IV.

Todavia, num cenário de mutações trazidas pela Monarquia Constitucional e o acentuar de processos já visíveis em finais de Antigo Regime, é necessário realçar igualmente a manutenção de persistências ancestrais, consubstanciadas na ausência de textos legisladores e regimentais, fazendo do direito consuetudinário a principal ordem reguladora das práticas inerentes à Casa Real e da permanência de antigos rituais e símbolos, seja o facto da Camareira-mor continuar a transportar a cauda do manto, como acontecia na corte da Borgonha, ou do Gentil-homem continuar a ter como insígnia, no seu quotidiano, a chave da câmara do Rei. A manutenção do cerimonial de corte, cujo auge teria ocorrido durante o Antigo Regime, iria perpetuar-se durante a Monarquia Constitucional, apesar dos desafios criados pelo nascimento dos sentimentos nacionalistas, como veremos no quarto capítulo.



## II. OS ELEMENTOS HUMANOS

### 1. O recrutamento

A Monarquia Constitucional trouxe algumas alterações à estrutura da Casa Real, que definimos e delimitámos no capítulo anterior, através da análise das repartições em que estava dividida, bem como dos ofícios-mores e cargos desempenhados e respectivas funções. Todavia, as modificações provocadas pela Monarquia Constitucional não se cingiram exclusivamente à Casa Real, mas abrangeram também a própria aristocracia, o grupo que até então monopolizara o poder político e os ofícios nessa instituição. Recordemos que, apesar do aumento do número de efectivos da nobreza titulada, a composição do grupo se alterou, uma vez que apenas 40% pertenciam a casas da antiga alta nobreza<sup>563</sup>. A guerra civil provocou um afastamento do poder dos apoiantes de D. Miguel<sup>564</sup> e a pequena nobreza de província engrossou as fileiras dos principais ofícios estatais<sup>565</sup>. A legislação respeitante à extinção dos bens da coroa fez extinguir mais de metade das fontes de receita das casas aristocráticas<sup>566</sup>. Progressivamente, a aristocracia viu ainda diminuir a sua representação política, nomeadamente na Câmara dos Pares, o reduzido por excelência deste grupo<sup>567</sup>. Finalmente, o aumento dos encargos fiscais das mercês nobiliárias também poderá ter contribuído para o recuo numérico da antiga nobreza, levando a que muitos titulares não se encertassem<sup>568</sup>.

No entanto, em relação à Casa Real várias questões ficam por responder, nomeadamente quem eram os indivíduos escolhidos para desempenhar os ofícios superiores? Esse recrutamento teve lugar na aristocracia de Antigo Regime ou na nobreza emergente da Monarquia Constitucional? Respondendo a estas questões, poderemos caracterizar o grupo que constituía a Casa Real e, em última análise, o principal grupo de apoio do Rei. Poderemos, também, perceber se a Casa Real

---

<sup>563</sup> VASCONCELOS, Francisco, *A Nobreza do século XIX em Portugal*, Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade do Porto, 2003, p. 141.

<sup>564</sup> LOUSADA, Maria Alexandre, “D. Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da Nobreza titulada Portuguesa” in *Penélope*, nº 4, Lisboa, Quetzal Editores, 1989, pp. 82-111.

<sup>565</sup> RAMOS, Rui, “Para uma história política da cidadania, in *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2004, vol. XXXIX (172), p. 555.

<sup>566</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 151.

<sup>567</sup> SILVEIRA, Luís Espinha da, “Revolução liberal e pariatto (1834-1842)” in *Análise Social*, nº 116-117, vol. XXVIII, 1992, 2º – 3º., pp. 329-353.

<sup>568</sup> VASCONCELOS, Francisco, *A Nobreza do século XIX em Portugal*, p. 121.

continuava a ser capaz de desempenhar a função de agregar a elite aristocrática em torno do Rei como acontecera no Antigo Regime.

O objecto principal deste capítulo é, assim, identificar quem desempenhava no final da Monarquia Constitucional os ofícios superiores da Casa Real que, desde finais de Antigo Regime, era considerada como o último bastião da antiga aristocracia<sup>569</sup>, tendo presentes as transformações verificadas na transição do Antigo Regime para o liberalismo e durante o regime constitucional. Até porque, durante o reinado de D. Carlos, este grupo era alvo do descrédito público e o alvo das acusações de alguns periódicos mais radicais: *“Em Lisboa, ser hoje representante duma casa aristocrática, é, com raríssimas excepções, ser um insignificante, um snob; e fazer serviço no Paço, a título de representante dessa casa, é um diploma de degradação mental. (...) Os palacianos, que são um dos males do nosso monarca, porque não há no mundo uma corte mais pelintra e menos inteligente, parecendo um pátio dos milagres e uma ala de inferiores, também apregoam a necessidade de uma política de pau.”*<sup>570</sup>

Outra questão importante que tem sido realçada pela mais recente historiografia é a dos benefícios que o desempenho destes ofícios traria para os seus detentores, sobretudo para aqueles cujas funções implicavam uma maior proximidade ao Rei e à Família Real, nomeadamente a partilha das suas actividades quotidianas. Como tivemos oportunidade de verificar no capítulo antecedente, apenas os Camaristas se encontravam nessas condições: Gentis-homens, Veadores e Damas. As funções que desempenhavam obrigavam ao convívio diário com os soberanos através da coabitação do mesmo espaço, ainda que de forma não permanente, permitindo o desenvolvimento de laços de afectividade entre monarcas e servidores. Por isso, Gentis-homens, Veadores e Damas foram incluídos no nosso estudo. Ficam apenas fora da nossa análise os oficiais-mores honorários<sup>571</sup>, as Damas honorárias<sup>572</sup> e os Guarda-roupas<sup>573</sup>. Estas categorias,

---

<sup>569</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1998, pp. 530-531.

<sup>570</sup> *Primeiro de Janeiro*, s.d., citado em Carta do Marquês de Lavradio José a Conde de Sabugosa, s.l., 22 de Janeiro de [?], Arquivo Sabugosa e São Lourenço, Mordomia, maço 28B, 9.

<sup>571</sup> Habitualmente titulares ou filhos de titulares.

<sup>572</sup> Geralmente titulares, embora se encontre também mulheres de ministros, mas em número muito reduzido.

<sup>573</sup> Os títulos presentes nesta categoria pertencem às mais baixas categorias da titulação, nomeadamente barões e viscondes sem Grandeza.

desempenhadas habitualmente também por titulares, raramente são referidas nas diversas fontes utilizadas, à excepção dos anuários<sup>574</sup>.

A análise do percurso dos indivíduos que desempenharam activamente os principais ofícios da Casa Real permitirá também compreender melhor as razões que poderão ter estado por detrás das escolhas feitas. A identificação de padrões semelhantes nas histórias de vida dos escolhidos, contribuirá para o mesmo objectivo, tarefa que não é facilitada pela documentação dos arquivos familiares a que tivemos acesso, que fornece informações muito escassas para este propósito.

Finalmente, daremos atenção à questão da intriga, por duas questões fundamentais. Por um lado, pela pertinência da sua presença, recorrente nas diversas fontes a que tivemos acesso, que demonstra a importância que à época esta questão assumiu. Por outro lado, a historiografia estrangeira aborda-a como uma temática habitual no seio da Casa Real, nomeadamente uma expressão da ambição cortesã, podendo no entanto manifestar-se como potencialmente perigosa para o poder régio.

Para proceder à identificação desses indivíduos, tivemos à nossa disposição as duas fontes principais já utilizadas para a reconstituição das diversas estruturas que compunham a Casa Real, efectuada no capítulo anterior: o *Anuário Diplomático e Consular Português*<sup>575</sup> e as folhas de pagamento dos funcionários da Casa Real. Os primeiros permitem obter a listagem dos oficiais-mores, Veadores e Damas da Rainha, que não constam das folhas de pagamento, e das folhas de vencimento dos funcionários, obtém-se o registo dos Gentis-homens da Câmara. Há também que relembrar que os Anuários não apresentam informação para a totalidade do período de 1889 a 1908, faltando 4 destes 19 anos<sup>576</sup>. Sublinhe-se ainda a ausência de uniformidade entre cada

---

<sup>574</sup> Repare-se que os oficiais-mores e damas honorárias, tal como acontecia aos ministros, poderiam ser recebidos pelos membros da Família Real, um dia por semana ou após a cerimónia da Corte. No entanto, a duração destes contactos era reduzida, até porque na maior parte das ocasiões eram recebidos em conjunto e não individualmente. “*Depois do almoço, a Rainha esteve recebendo*” Diário da Condessa de Sabugosa, ASSL, 21 de Maio de 1896, Diário da Condessa, 1896; “*Rainha recebeu alguns ministros e não saiu*”, Diário da Condessa de Sabugosa, 27 de Janeiro de 1898, ASSL, Diário da Condessa, 1898. “*R[ainha] recebeu as Damas Camaristas depois da Recepção*”, Diário da Condessa de Sabugosa, 15 de Novembro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895; “*R[ainha] recebeu as Damas Camaristas depois da Recepção*”. Diário da Condessa de Sabugosa, 25 de Dezembro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895; “*R[ainha] recebeu as [Damas] de casa depois da recepção*”, 1 de Maio de 1896, ASSL, Diário da Condessa, 1896

<sup>575</sup> *Anuário Diplomático e consular Portugues (...)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891-1910.

<sup>576</sup> 1892, 1893, 1897 e 1904.

um dos exemplares desta publicação. Ainda assim, e como já referimos anteriormente, esta continua a ser a lista mais completa que encontramos<sup>577</sup>.

Para verificar a existência de um *cursus honorum* para o desempenho de ofícios na Casa Real, iremos analisar a educação dos oficiais, nomeadamente se prosseguiram estudos superiores, que carreiras que seguiram, inclusive na política, e a sua proveniência familiar. Para tal, recorreremos a fontes diversas, como nobiliários e genealogias<sup>578</sup>, dicionários enciclopédicos<sup>579</sup>, fontes impressas, como os Livros dos foros e ofícios da Mordomia Mor da Casa Real<sup>580</sup>, as listas de pares, deputados, e ministros<sup>581</sup>; e os estudos de Maria Alexandre Lousada<sup>582</sup> acerca das escolhas políticas durante a guerra civil, nomeadamente entre D. Pedro e D. Miguel. Finalmente, utilizámos o estudo de Nuno Miguel Lima acerca dos maiores contribuintes de Lisboa, que coincidem com as maiores fortunas da capital<sup>583</sup>.

A selecção daqueles indicadores reflecte não só as escolhas e os métodos de análise utilizados nos mais recentes estudos historiográficos acerca das elites portuguesas<sup>584</sup>, mas também algumas preocupações da época. Veja-se, por exemplo, as cartas de D. Luís a D. Carlos que denotam a importância de uma carreira militar e da

---

<sup>577</sup> A título de exemplo: FREITAS, A. M de, *Anuário da Corte Portuguesa, Primeiro Ano 1895*, Lisboa, M. Gomes, Editor, 1895; *Casa Civil de Suas Magestades 1 de Junho de 1909*, Lisboa, Casa Civil, 1909. Estes livros só existem para os indicados anos de 1895 e 1909.

<sup>578</sup> AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, Braga, Tipografia da Pax, 1933; *Anuário da nobreza de Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1950; CANEDO, Fernando de Castro da Silva, CASTRO, Fernando Santos, CASTRO, Rodrigo Faria de, *A descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, 2ª ed. Braga, 1993; PINTO, Albano da Silva, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Lisboa, Empresa Editora de Francisco Artur da Silva, 1890; TORRES, João Carlos Feio Cardoso de Castelo Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias histórico-genealógicas dos duques portugueses no século XIX*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1883; ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961*.

<sup>579</sup> *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, (dir. Maria Filomena MÓNICA), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais e Assembleia da República, 2004-2005; *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédica Lda., s.d..

<sup>580</sup> BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira, *Mordomia-mor da Casa Real: foros e ofícios (1750-1910)*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

<sup>581</sup> *Estatística do pariatto português, desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1905*, Lisboa, Tipografia Castro e Irmão, 1906; PEREIRA, António Manuel, *Governantes de Portugal desde 1820 até Dr. Salazar*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1959.

<sup>582</sup> LOUSADA, Maria Alexandre, “D. Pedro ou D. Miguel? As Opções Políticas da Nobreza Titulada Portuguesa” in *Penélope*, 4, pp. 82-111.

<sup>583</sup> LIMA, Nuno Miguel de Jesus, *Os «homens bons» do Liberalismo. Os Maiores Contribuintes de Lisboa (1867-1893)*. Lisboa, Dissertação de mestrado em História dos Séculos XIX e XX – Secção do Século XIX, 2007.

<sup>584</sup> Por exemplo, LIMA, Nuno Miguel de Jesus, *Os «homens bons» do Liberalismo. Os Maiores Contribuintes de Lisboa (1867-1893)*; URBANO, Pedro, *A Casa Palmela*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008; VASCONCELOS, Francisco de, *A Nobreza do século XIX em Portugal*.

instrução, aspectos considerados mais significativos do que o nascimento<sup>585</sup>. Qual o tipo de qualificação que estas pessoas possuíam? Que intervenção política tinham? Quais as suas origens sociais? Cada indivíduo desempenhava apenas um ou mais ofícios na Casa Real? E os seus familiares directos, também? Quais os níveis de fortuna que detinham?

Iremos analisar, portanto, em primeiro lugar, o recrutamento dos oficiais-mores, dos Gentis-homens da Câmara do Rei, dos Vedores e Damas Camaristas da Casa da Rainha. Em seguida, debruçarmo-nos-emos sobre os benefícios e desvantagens que o exercício de funções na Casa Real traria para quem as desempenhasse e, finalmente, trataremos da questão da intriga. Essa análise permitirá avaliar em que medida a Casa Real soube gerir os antagonismos existentes entre os diferentes oficiais, bem como perceber o impacto da própria intriga na imagem da Monarquia.

### 1.1. Os oficiais-mores

Como chamámos a atenção no capítulo antecedente, os oficiais-mores constituíam um grupo específico da corte durante o reinado de D. Carlos. Grande parte dos ofícios consistiam apenas numa distinção honorífica, não tendo nenhum serviço debaixo das suas ordens. No entanto, continuavam a ser um dos mais proeminentes grupos da Casa Real, por estarem perto do monarca nas cerimónias da corte e por desempenharem nessas ocasiões um papel destacado<sup>586</sup>, contribuindo assim para o enaltecimento da figura do Rei e da própria Monarquia. Os seus ofícios eram na sua grande vitalícios, pelo que apenas a morte dissolvia os laços entre o detentor e a monarquia.

Dos 25 ofícios-mores existentes durante o reinado de D. Carlos, seis estiveram vagos durante todo o período. No entanto, num caso, embora com a indicação de vago, é indicado que as suas funções eram desempenhadas por um titular. Depreende-se que o titular não fora nomeado oficial-mor, mas que desempenhava essas tarefas quando fosse necessário. O ofício em questão era o de Porteiro-mor e as funções desempenhadas pelo Conde da Lapa. Os restantes 19 ofícios foram desempenhados por 30 indivíduos, todos

---

<sup>585</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 100-101.

<sup>586</sup> CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do antigo regime*, Lisboa, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, p. 490.

do sexo masculino, tendo alguns deles desempenhado mais do que um cargo. Vinte e seis eram aristocratas, três eram militares – os que desempenharam os ofícios de Aio e de Chefe da Casa Militar – e um clérigo – o Capelão-Mor. Estes últimos, não tendo nascido no seio da aristocracia portuguesa, ingressaram nela através da carreira eclesiástica e a das armas que continuavam a ser a uma das poucas alternativas para adquirir nobreza.

Para além do facto dos aristocratas pertencerem à Grandeza do Reino<sup>587</sup>, a grande maioria pertencia a famílias que ostentava títulos outorgados durante a quarta dinastia, anteriores à Monarquia Constitucional. Apenas 3 títulos eram posteriores: Alcáçovas, Figueiró e Penamacor. Contudo, os dois primeiros foram concedidos a descendentes de dois marqueses de Castelo Melhor, tendo um sido dado no reinado de D. Maria II e o outro no de D. Carlos. O pai do Conde de Alcáçovas era neto do segundo Marquês e o Conde de Figueiró neto paterno do terceiro Marquês de Castelo Melhor. Quanto ao Conde de Penamacor, o seu título fora renovado por D. Maria II num descendente de D.<sup>a</sup> Leonor de Albuquerque e Castro, 13.<sup>a</sup> Senhora do Morgado de Ribafria e neta do filho mais velho do primeiro Conde, Camareiro-mor de D. Afonso V. Por isso, não podem ser considerados nobres recentes. Tendo em conta o ramo principal destes três títulos, podemos considerar que pelo menos os dois primeiros pertenciam à antiga aristocracia e Grandeza do Reino, que D. Pedro IV havia agraciado com o pariato em 1826, quando foi criada a Câmara dos Pares e o terceiro, à antiga fidalguia.

Não chegavam, portanto, a uma vintena, as famílias da aristocracia portuguesa que desempenhavam os ofícios-mores da Casa Real durante o reinado de D. Carlos: Palmela (Faial)<sup>588</sup>, Sabugosa (São Lourenço)<sup>589</sup>, Mesquitela, Galveias, Asseca, Castelo Melhor, Alcáçovas, Figueiró, Óbidos, Penafiel, Ficalho, Loulé, Pombal, Figueira, Penamacor, Linhares, Lumiares, Lapa, Ribeira Grande, o que indicia ser um grupo bastante restrito, não só comparativamente ao conjunto total dos titulares, cerca de 620 em 1903, como no próprio grupo dos Grandes do Reino, que ascenderiam a mais de 188 nesse mesmo ano<sup>590</sup>.

---

<sup>587</sup> Todos os títulos eram de Conde, Marquês ou Duque. A única excepção era o Visconde de Asseca, mas este título em particular pertencia à Grandeza.

<sup>588</sup> O título de Marquês do Faial pertencia à Casa Palmela.

<sup>589</sup> O título de Conde de São Lourenço pertencia à Casa Sabugosa.

<sup>590</sup> A listagem apresentada por Francisco Vasconcelos não destrinça Viscondes e Barões com e sem grandeza, bem como as apresentadas por Nuno Gonçalo Monteiro para os anos de 1886 e 1905. Cingimo-

Os ofícios-mores dividiam-se entre ofícios hereditários<sup>591</sup> e não hereditários. Enquanto os ofícios hereditários eram inerentes a determinadas casas titulares, não sendo resultado de uma escolha do Rei, o mesmo não se passava com os ofícios não hereditários. Esta distinção é, quanto a nós, fulcral, porque nos permitirá perceber em que parâmetros se baseava a escolha régia relativamente aos ofícios não hereditários.

**Tabela I – Ofícios e oficiais-mores**

Hereditários	Capitão da Guarda Real dos Archeiros	3º Duque de Palmela ( <i>jure uxoris</i> )
		3º Marquês de Faial ( <i>jure uxoris</i> )
	Capelão-mor	Cardeal Patriarca de Lisboa, D. José III
	Aposentador-mor	3º Conde de Alcáçovas
		4º Conde de Alcáçovas
	Alferes-mor	3º Marquês de Sabugosa
		12º Conde de São Lourenço
	Armeiro-mor	3º Conde de Mesquitela
		4º Conde de Mesquitela
	Couteiro-mor	8º Conde de Galveias
		9º Conde de Galveias
	Almotacé-mor	8º Visconde de Asseca
Não hereditários	Reposteiro-mor	3º Visconde Várzea, 7º Marquês de Castelo Melhor ( <i>jure uxoris</i> )
	Meirinho-mor	9º Conde de Óbidos
	Correio-mor honorário	2º Marquês de Penafiel
	Mordomo-mor	2º Marquês de Ficalho
		4º Conde de Ficalho
		9º Conde de Sabugosa
	Estribeiro-mor	3º Duque de Loulé
	Mestre-sala	3º Conde de Alcáçovas
		6º Marquês de Pombal
		2º Conde de Figueira
		5º Conde de Figueiró
	Copeiro-mor	3º Conde de Penamacor
	Caudel-mor	3º Conde de Linhares
		7º Conde de Lumiares
	Porteiro-mor	Vago. Servido pelo 2º Conde de Lapa
	Mordomo-mor da Rainha	9º Conde de Sabugosa
		9º Conde de Ribeira Grande
	Aio do Príncipe Real	Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque
	Chefe da Casa Militar	Conselheiro José Baptista de Andrade
		Francisco Maria da Cunha

nos, portanto, apenas à totalidade dos Duques, Marquês e Condes. Para o ano de 1895, o total casas titulares rondaria as 562 e o número de casas com grandeza as 177. VASCONCELOS, Francisco de, *A nobreza do século XIX em Portugal*, p. 140; MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, p. 160.

<sup>591</sup> Embora comumente referenciados como hereditários, eram, na verdade, *de jure e herdade*. MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, p. 530.

O total de ofícios hereditários é superior ao dos ofícios nomeados, dez e nove, respectivamente. Todavia, era nos ofícios escolhidos pessoalmente pelo Rei que se concentrava a maioria dos Grandes Cargos, na verdade aqueles que detinham maior estatuto: Mordomo-mor, Estribeiro-mor, Mestre-sala, Mordomo-mor da Rainha e Chefe da Casa Militar. O único Grande Cargo hereditário era o de Capitão da Guarda Real dos Archeiros. Além disso, o número de indivíduos que desempenharam ofícios não hereditários (dezassete) era também superior ao de indivíduos que desempenharam ofícios hereditários (quinze). Um dos indivíduos, o Conde das Alcáçovas, D. Luís, assumiu tanto um ofício hereditário, como um não hereditário.

O ofício de Capelão-mor era inerente ao cargo de Cardeal Patriarca de Lisboa, sendo, por isso, um caso à parte. No entanto, considerámo-lo como hereditário, por não depender da escolha pessoal do Rei.

O ofício de Alferes-mor fora atribuído ao então primeiro Conde de Sabugosa, no reinado de D. João V e desde então esteve sempre inerente a esta casa. Porém, o nono Conde de São Lourenço<sup>592</sup>, que alinhou pela facção absolutista, nunca se encartou no título de Marquês de Sabugosa. Por essa razão, o Rei nomeou como Alferes-mor o Conde da Ribeira. Apesar disso, durante o reinado de D. Carlos, o ofício terá voltado para a Casa de Sabugosa.

Ainda no que diz respeito ao grupo dos ofícios hereditários, metade dos cargos foi desempenhada por mais de uma pessoa. Com a exceção do detentor do ofício de Capitão da Guarda Real dos Archeiros, que pedira a disponibilidade do cargo devido a doença, sucedendo-lhe o seu genro<sup>593</sup>, todos os outros casos coincidiram com a morte do possuidor do ofício, que passou a ser exercido pelo respectivo sucessor no título.

No caso dos ofícios nomeados, cinco foram ocupados por duas ou mais pessoas. Tanto no caso do Caudel-mor, como no do Chefe da Casa Militar, os oficiais em funções morreram durante seu desempenho, tendo sido feitas novas nomeações.

Os ofícios de Mordomo-mor e Mestre-sala foram desempenhados por mais do que dois indivíduos. No primeiro caso, os dois primeiros oficiais – o segundo Marquês

---

<sup>592</sup> As Casas de Sabugosa e São Lourenço estavam unidas.

<sup>593</sup> A sua filha era a Senhora de Casa e o cargo desempenhado por seu marido, *jure uxoris*.



de Ficalho e o quarto Conde do mesmo título<sup>594</sup> – morreram em funções, tendo sido nomeados novos oficiais. O terceiro indivíduo a desempenhar o cargo fora o antigo Mordomo-mor da Rainha, o nono Conde de Sabugosa, que passou a exercer o ofício de Mordomo-mor da Casa Real, após a morte do Conde de Ficalho. O ofício de Mestre-sala foi exercido pelo maior número de oficiais<sup>595</sup>. Todos, à excepção do último, requereram a demissão das suas funções. Embora só saibamos as razões do pedido relativamente ao Marquês de Pombal, facto que analisaremos em pormenor adiante, acreditamos que os motivos que podem estar por detrás destas resignações tenham a ver com a delicadeza do cargo que lidava com questões bastante sensíveis, em particular a etiqueta, o protocolo e precedências, que continuavam a suscitar bastantes controvérsias e querelas, nomeadamente entre os diversos membros da aristocracia. Por exemplo, na procissão do corpo de Deus de 1898, o Conde de Sabugosa sentiu-se deveras melindrado por o Marquês de Pombal não lhe ceder a vara do pálido: “(...) *António foi de tipóia às três horas para o princípio do Corpo de Deus. Pombal não lhe deu vara do pálido mas sim ao Bertandos e perguntou-lhe se o Gouveia era o Conde mais antigo para o fazer passar adiante no caso de ser necessário. É demais. António furioso e com razão. (...)*”<sup>596</sup>.

Todavia, as consequências podiam ser mais graves e desastrosas, sobretudo em situações de representação diplomática, nomeadamente jantares oficiais. Nesse mesmo ano, por ocasião da visita da mãe da Rainha D. Amélia, a Condessa de Paris, viúva e algumas das filhas desta, foi dado um jantar, que se viria a revelar lamentável pelo atraso na definição das precedências à mesa, da responsabilidade do Marquês de Pombal, então Mestre-sala: “(...) [António] às 8 horas foi para o jantar da Ajuda. Perto de 200 pessoas. Duas mesas. Rainha com o Sr. Infante. El-Rei com a [Rainha] Maria Pia. [Marquês de] Pombal não tinha as mesas prontas. Esperaram todos perto de 2 horas. Foram para a mesa às 10 menos um quarto. António veio para casa à uma hora. Já estava incomodado. Vergonha defronte dos estrangeiros. Tudo tinha corrido bem. O primeiro fiasco. Oficiais dos navios, corpo diplomático, tudo convidado.”<sup>597</sup>

---

<sup>594</sup> Apesar de os dois primeiros indivíduos serem pai e filho – Marquês e Conde de Ficalho, o título não era hereditário. Antes da morte do Marquês, o seu filho já estava encarregue interinamente do ofício.

<sup>595</sup> Após a morte do primeiro, o terceiro Conde das Alcáçovas, três outros oficiais foram nomeados: o sexto Marquês de Pombal, o segundo Conde de Figueira e quinto Conde de Figueiró.

<sup>596</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 9 de Junho de 1898, ASSL, Diário da Condessa, 1898.

<sup>597</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 21 de Maio de 1898, ASSL, Diário da Condessa, 1898.

Se há ofícios que foram desempenhados por mais do que um indivíduo, o contrário também acontece. Efectivamente, há casos de indivíduos que acumularam mais do que um ofício-mor. Tal aconteceu com o Conde de Alcáçovas e o Conde de Sabugosa<sup>598</sup>. A par da acumulação de ofícios-mores há também a acumulação com os ofícios desempenhados quer na Câmara do Rei, quer na Casa da Rainha e para estes chamaremos a atenção mais adiante.

Esta acumulação de ofícios sublinha o carácter já de si restrito do grupo que exercia estes cargos e restringia a possibilidade de acesso a outras famílias, colocando as que viviam no círculo da Casa Real em melhor posição para conseguirem alcançar outros ofícios e, com isso, aumentar a sua rede de influência<sup>599</sup>. Estas afirmações ganham especial relevo se se tiver em conta que, durante o reinado de D. Carlos, mais de 75% quer dos oficiais hereditários, quer dos não hereditários, tiveram familiares directos que também desempenharam no passado ou em simultâneo, ofícios-mores ou da Real Câmara na Casa Real, como podemos observar na tabela seguinte<sup>600</sup>.

**Tabela II – Percentagens relativas ao enquadramento familiar**

		Familiares no serviço da Casa Real	Antepassados apoiantes de D. Pedro	Pariato em 1826
Ofícios Hereditários	Sim	80	53	87
	Não	20	40	13 <sup>601</sup>
	Desconhecido	0	7	0
Ofícios não hereditários	Sim	76	47	65
	Não	24	35	35 <sup>602</sup>
	Desconhecido	0	18	0

<sup>598</sup> O Conde de Alcáçovas exerceu os cargos de Aposentador-mor e Mestre-sala e o Conde de Sabugosa o de Mordomo-mor da Rainha e, posteriormente, o de Mordomo-mor da Casa Real. Poderia também ter exercido o ofício de Alferes-mor após a morte de seu pai, mas foi o seu filho que sucedeu ao avô.

<sup>599</sup> Para o Antigo Regime, Pedro Cardim concluiu que algumas famílias exerciam mais do que um ofício, tanto na Casa do rei e da Rainha. Esta acumulação de ofícios na mesma família permitiu aumentar o seu poder, de modo a exercer outros ofícios e a restringir o acesso à Casa Real a outras famílias. CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos*. (...), p. 506.

<sup>600</sup> As excepções são, para além do Capelão-Mor e dos Chefes da Casa Militar do Rei, que não pertenciam à aristocracia, os terceiros e quartos Condes de Mesquitela, no caso dos ofícios hereditários, e o terceiro Conde de Penamacor, no caso dos oficiais não hereditários. Ainda que os terceiro e quarto condes de Mesquitela fossem irmãos, apenas desempenharam o ofício em questão que, sendo hereditário e não tendo outros familiares que tenham desempenhado outros, não foram consideramos como tal.

<sup>601</sup> Correspondem aos dois Condes de Alcáçovas, descendentes do Marquês de Castelo Melhor. O terceiro Marquês foi nomeado Par em 1826.

<sup>602</sup> Para além dos não aristocratas, correspondem ao Conde de Figueiró e ao Conde de Penamacor. O primeiro pertencia a um ramo secundário da casa de Castelo-Melhor e o segundo descendente do primeiro titular.

Olhando para as opções políticas familiares durante a guerra civil, verifica-se que, apesar de os oficiais hereditários serem maioritariamente oriundos de famílias adeptas do regime constitucional (Palmela/Faial, Alcáçovas, Galveias, Óbidos, Penafiel, Ficalho, Loulé, Penamacor, Linhares, Lumiares, Ribeira Grande), estes não constituem uma maioria destacada. No caso dos oficiais não hereditários, os descendentes de famílias liberais não chegam aos 50%, ainda que a margem dos desconhecidos sejam grande. Os membros de famílias que aderiram à causa absolutista foram Mesquitela, Sabugosa/São Lourenço, Asseca, Castelo Melhor/Várzea, Pombal, Figueira e Lapa<sup>603</sup>.

Assim, a presença de descendentes de apoiantes de D. Miguel é bastante expressiva. Embora tenha sido a facção derrotada na guerra civil, cinquenta anos volvidos os seus descendentes estavam em condições de prestar serviços à Coroa. É certo que durante o reinado de D. Carlos continuava a existir uma importante e activa facção apoiante do absolutismo e do ramo Miguelista, que tinha expressão não só através de publicações periódicas, como inclusive, de um próprio partido político, o partido Legitimista, mas os seus membros não se encontram na Casa Real. Na verdade, o facto dos descendentes de famílias absolutistas terem aceite o exercício de funções significava que aceitavam o serviço à Família Real vencedora da guerra civil. O estatuto oferecido por estes ofícios seria mais importante que a questão política.

Também a descendência da antiga Grandeza do Reino, que D. Pedro IV agraciara com o Pariato em 1826, ainda que maioritária em ambos os grupos, era mais expressiva no dos oficiais hereditários, atingindo os 87% contra os 65% apresentados pelos ofícios não hereditários.

**Tabela III** – Percentagens relativas ao Serviço à Casa Real

		Nomeação no mesmo ofício no reinado anterior	Morador da Casa Real	Outro Ofício na Casa Real
Ofícios hereditários	Sim	40	13	47
	Não	60	87	53
Ofícios não hereditários	Sim	29	12	65
	Não	71	88	35

<sup>603</sup> De famílias de posição desconhecida, os não titulares.

Em ambos os grupos, a percentagem de oficiais que não fora nomeada pelo Rei precedente, D. Luís, foi superior a 60%. No grupo dos não hereditários, esse valor subiu para os 70%, o que significa que a maioria das nomeações fora efectuada directamente por D. Carlos.

Apenas duas pessoas em cada um dos grupos eram Moradores da Casa Real, isto é, detinham um foro da Casa Real, por direito de sucessão ou mercê nova<sup>604</sup>. No grupo dos hereditários, o terceiro Duque de Palmela e o seu genro, o terceiro Marquês do Faial, ambos Fidalgos-cavaleiros<sup>605</sup> – a mais alta categoria de foro<sup>606</sup>. No caso destes titulares, não nos esqueçamos que ostentavam estes títulos por *jure uxoris* e, por inerência, o ofício de Capitão da Guarda Real. Na verdade, tratavam-se ambos de filhos secundogénitos de casas titulares recém-criadas<sup>607</sup>.

No caso dos cargos não hereditários, ostentavam foro – o de moço-fidalgo – o sexto Marquês de Pombal e o terceiro Conde de Penamacor. Apesar de pertencentes à antiga nobreza, tinham em comum com os anteriores o facto de serem filhos secundogénitos que vieram, no entanto e por morte de seus irmãos, a herdar o título e casa de seus pais<sup>608</sup>.

A razão de um número bastante reduzido de titulares ostentar foros da Casa Real, poderá residir no facto de apenas os filhos secundogénitos requererem tais mercês. No entanto, há exemplos de outros filhos secundogénitos no grupo dos oficiais-mores que não requereram tais mercês, nomeadamente o quarto Conde de Mesquitela. Outros motivos poderão explicar esta pouca expressividade de moradores da Casa Real. Por um

---

<sup>604</sup> Após a tomada de Arzila, D. Afonso V ordenara o registo de todos os fidalgos e escudeiros que apresentassem idoneidade para o competente serviço da Casa Real, constituindo assim o grupo dos moradores matriculados desta instituição. BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira, *Mordomia-mor da Casa Real. Foros e Ofícios 1755-1910*, tomo I, p. 56.

<sup>605</sup> O primeiro com honras de moço-fidalgo com exercício.

<sup>606</sup> BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira, *Mordomia-mor da Casa Real. Foros e Ofícios 1755-1910*, tomo I, p. 57.

<sup>607</sup> O terceiro Duque de Palmela era o filho segundo dos primeiros viscondes de Lançada, cujo título fora atribuído por D. Maria II em 1849 a Manuel Inácio de Sampaio e Pina Freire, um dos cabecilhas da aclamação popular da mesma Rainha e da Carta Constitucional, em 1833. Porém, era já o quinto sucessor do morgado da Lançada, Montijo, com cabeça nas “*casas nobres da Rua Formosa*” instituído em 1725. Por seu turno, o terceiro Marquês do Faial era um filho segundo do primeiro Conde e primeiro Marquês de Praia e Monforte e neto do primeiro Visconde da Praia e Monforte, título concedido por D. Maria II, em 1845. OLIVEIRA, Eduardo Fernandes de, SANTOS, Fernando Brederode, *Brederode da Holanda a Portugal. Oito séculos de uma família Europeia*, Lisboa, s.n., 2002, pp. 201 e 209; URBANO, Pedro, *A Casa Palmela*, p. 44.

<sup>608</sup> De facto, o irmão mais velho do primeiro, Sebastião José de Carvalho e Melo Daun e Lorena, sétimo Conde de Oeiras, falecera em 1874, sem descendentes, enquanto que o irmão mais velho do segundo, João Maria de Saldanha Albuquerque e Castro Ribafria, morrera com apenas 15 anos, em 1856.

lado, alguns não terão requerido esse privilégio devido ao pagamento de direitos de mercê, selo e emolumentos que esta honra exigia<sup>609</sup>. Por outro lado, este privilégio podia já não se revestir da importância que detinha anteriormente, pelo que a maior parte dos titulares não o requeria.

Quanto ao desempenho de outros ofícios na Casa Real, os dois grupos de oficiais apresentam algumas diferenças significativas. De facto, enquanto menos de 50% dos oficiais hereditários desempenharam outros ofícios (Marquês do Faial<sup>610</sup>, terceiros e quartos Condes de Alcáçovas<sup>611</sup>, Marquês de Sabugosa<sup>612</sup>, Conde de São Lourenço e nono Conde das Galveias<sup>613</sup> e Visconde de Asseca<sup>614</sup>), a percentagem dos oficiais não hereditários em situação semelhante atinge 65% (Marquês e Conde de Ficalho<sup>615</sup>, Conde de Sabugosa<sup>616</sup>, Duque de Loulé<sup>617</sup>, terceiro Conde das Alcáçovas<sup>618</sup>, Marquês de Pombal<sup>619</sup>, Conde de Figueiró<sup>620</sup>, Conde de Linhares<sup>621</sup>, Conde da Lapa<sup>622</sup>). Esta acumulação de ofícios neste grupo leva-nos a supor que os oficiais-mores nomeados estavam em melhores condições para o desempenho de outros ofícios na Casa Real que os oficiais hereditários, cuja presença na Casa se deveria apenas a essa mesma hereditariedade.

Se analisarmos o percurso individual de ambos os grupos, talvez consigamos compreender melhor o porquê dessa diferença.

De facto, há algumas diferenças significativas se compararmos as carreiras académicas de ambos os grupos, sejam elas militares ou civis e, neste caso, universitárias e politécnicas, tanto em Portugal como no estrangeiro. De facto, os oficiais-mores que desempenhavam ofícios hereditários apresentavam uma percentagem de 27% relativamente à existência de formação académica. Correspondem ao Duque de

---

<sup>609</sup> VASCONCELOS, Francisco de, *A nobreza do século XIX em Portugal*, pp. 75-76.

<sup>610</sup> Foi também Gentil-homem de D. Manuel II.

<sup>611</sup> Para além do ofício de Aposentador, o terceiro conde exerceu funções como mestre-sala e o quarto conde como Veador da Rainha D. Amélia.

<sup>612</sup> Foi também Gentil-homem da Câmara de D. Maria Pia.

<sup>613</sup> Veador da Rainha D. Amélia.

<sup>614</sup> Camarista ao serviço do Príncipe D. Luís Filipe e Estribeiro-mor (1909).

<sup>615</sup> Foram ambos Gentis-homens da Câmara.

<sup>616</sup> Mordomo-mor e Mordomo-mor da Rainha.

<sup>617</sup> Mordomo-mor da Rainha D. Maria Pia.

<sup>618</sup> Aposentador e Mestre-sala.

<sup>619</sup> Gentil-homem da Real Câmara.

<sup>620</sup> Veador da Rainha D. Amélia.

<sup>621</sup> Gentil-homem da Real Câmara.

<sup>622</sup> Veador da Rainha D. Maria Pia.

Palmela<sup>623</sup>, Marquês do Faial<sup>624</sup>, terceiro e quarto Condes de Alcáçovas<sup>625</sup>, terceiro Conde de Mesquitela<sup>626</sup> e Marquês de Penafiel<sup>627</sup>. Esta percentagem é muito superior no que diz respeito aos oficiais nomeados, nomeadamente 65%, correspondendo a dez indivíduos<sup>628</sup>: Conde de Ficalho<sup>629</sup>, Conde de Sabugosa<sup>630</sup>, Duque de Loulé<sup>631</sup>, terceiro Conde das Alcáçovas<sup>632</sup>, Marquês de Pombal<sup>633</sup>, Conde de Linhares,<sup>634</sup> Conde da Ribeira Grande<sup>635</sup>, José Augusto Mouzinho de Albuquerque<sup>636</sup>, José Baptista de Andrade<sup>637</sup> e Francisco Maria da Cunha<sup>638</sup>.

**Tabela IV – Percentagens relativas às carreiras**

		<b>Académica</b>	<b>Militar</b>	<b>Diplomacia</b>
<b>Ofícios Hereditários</b>	<b>Sim</b>	27	13	40
	<b>Não</b>	73	87	60
<b>Ofícios não hereditários</b>	<b>Sim</b>	65	35	53
	<b>Não</b>	35	65	47

Esta diferença torna-se ainda mais expressiva se tivermos em atenção que a proveniência familiar dos aristocratas era muito semelhante. Ambos os grupos eram oriundos das antigas famílias do Reino e as suas escolhas políticas durante a guerra civil foram mais ou menos idênticas. É do nosso entender que, por isso, a questão principal reside no facto do Rei, aquando da nomeação dos seus oficiais, o fazer preferencialmente entre os titulares que tinham formação académica. Não entendemos

---

<sup>623</sup> Frequentou o curso preparatório da Marinha, a Escola Politécnica e Escola Naval, bem como o Colégio Militar.

<sup>624</sup> Licenciado em Filosofia na Universidade de Coimbra.

<sup>625</sup> O terceiro Conde doutorou-se em Ciências na Universidade de Louvaina e o quarto licenciou-se em Filosofia pela Escola Politécnica de Lisboa.

<sup>626</sup> Frequentou o Colégio dos Nobres, embora não o tenha concluído.

<sup>627</sup> Bacharel formado em Letras e licenciado em Direito pela Universidade de Paris.

<sup>628</sup> Uma vez que o Conde de Sabugosa exerceu dois cargos, contou como dois indivíduos.

<sup>629</sup> Catedrático da Escola Politécnica de Lisboa.

<sup>630</sup> Licenciado em Direito na Universidade de Coimbra.

<sup>631</sup> Frequência da Escola Politécnica.

<sup>632</sup> Licenciado em ciências pela Universidade de Lovaina.

<sup>633</sup> Licenciado em Ciências Políticas e Administrativas da Universidade de Lovaina.

<sup>634</sup> Licenciado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica de Lisboa e pela Escola de Aplicação de Engenharia Naval em França.

<sup>635</sup> Licenciado em Ciências Políticas e Administrativas da Universidade de Lovaina.

<sup>636</sup> Escola do Exército e Universidade de Coimbra.

<sup>637</sup> Academia da Marinha.

<sup>638</sup> Escola Politécnica de Lisboa e Escola do Exército.

que a formação académica fosse uma condição essencial para o exercício destes ofícios na Casa Real, mas sim que pudesse ter contribuído para essa escolha.

A carreira militar era também mais pronunciada no caso dos oficiais nomeados, apresentando uma percentagem de 35% (Marquês de Ficalho, Duque de Loulé, Conde de Linhares, Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque, José Baptista de Andrade e Francisco Maria da Cunha) contra os 13% da percentagem apresentada pelos oficiais hereditários (Duque de Palmela e Conde de Óbidos). No entanto, convém não esquecer que dois desses oficiais pertencentes ao primeiro grupo eram obrigatoriamente militares, correspondendo aos Chefes da Casa militar. Se não forem tidos em conta, a percentagem cairia para os 23%.

Mais significativa era a carreira diplomática<sup>639</sup>. No caso dos ofícios hereditários, 40% dos oficiais desempenharam funções na carreira diplomática, ao passo que no outro grupo essa percentagem ascende a mais de 50%. No primeiro grupo encontramos o Duque de Palmela, o Marquês de Faial, os terceiros e quartos Condes de Alcáçovas, o Visconde de Asseca e o Marquês de Penafiel. No segundo grupo, os Conde e Marquês de Ficalho, o Conde de Sabugosa, o Conde de Alcáçovas, o Marquês de Pombal, o Conde de Figueiró, o Conde de Lumiares e o Conde da Ribeira Grande.

Efectivamente a carreira diplomática continuava a ser um reduto da aristocracia. Os estudos relativos a esta matéria para o século XVIII demonstram que, sobretudo para os cargos diplomáticos de maior proeminência, o Rei continuava a escolher as figuras mais destacadas da alta aristocracia, uma vez que, a nível simbólico, ninguém o poderia melhor representar. A crescente complexidade do exercício de funções diplomáticas terá contribuído também para uma crescente profissionalização da carreira<sup>640</sup>. Todavia, esta profissionalização não estaria necessariamente dependente da educação académica. Se tivermos em atenção o grupo dos ofícios hereditários, verificamos o número de oficiais que exerceram funções diplomáticas é superior ao número de que tinham carreiras académicas.

E quanto às carreiras políticas? Da totalidade dos oficiais, poucos são os deputados. No entanto, é significativo nenhum dos oficiais hereditários o ser. Os únicos

---

<sup>639</sup> Considerámos como carreira diplomática todos os postos diplomáticos, desde missões diplomáticas e mesmo aos postos no próprio Ministério dos Estrangeiros.

<sup>640</sup> CARDIM, Pedro, "Embaixadores e representantes diplomáticos da Coroa portuguesa no século XVII", in *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XV, IIª série, 2002. P. 51; 60.

quatro oficiais que também foram deputados desempenharam cargos não hereditários. Foram o Conde de Sabugosa, o Duque de Loulé, o Conde de Linhares e Francisco Maria da Cunha.

**Tabela V – Percentagens relativas às Carreiras Políticas**

		Deputado	Ministério	Partido <sup>641</sup>	Pariato	Conselho de Estado	Governo Civil
<b>Ofícios Hereditários</b>	<b>Sim</b>	0	7	7	47	7	7
	<b>Não</b>	100	93	7	53	93	93
	<b>Desconhecido</b>			87			
<b>Ofícios não hereditários</b>	<b>Sim</b>	24	0	6	65	18	18
	<b>Não</b>	76	100	24	35	82	82
	<b>Desconhecido</b>			71			

É, no entanto, difícil avaliar a posição política de cada um dos indivíduos. Ainda assim, conseguimos apurar o apoio aos partidos Regenerador e Progressista, inclusive para alguns oficiais que não foram deputados, nomeadamente o Marquês de Penafiel e o Marquês de Sabugosa, o que explica a divergência entre a percentagem de deputados e a de identificações partidárias na tabela acima.

Encontramos um apoiante do partido Regenerador em cada um dos grupos – o Marquês de Penafiel e o Conde de Ficalho. Um apoiante do partido histórico-progressista está presente no grupo dos oficiais hereditários, o Marquês de Sabugosa, e no grupo dos hereditários, estão presentes quatro: Conde de Sabugosa, Duque de Loulé, Conde de Linhares e Francisco Maria da Cunha. Atendendo ao facto de ter sido Hintze Ribeiro, chefe do partido Regenerador quem mais tempo serviu D. Carlos<sup>642</sup>, poderíamos crer que poderia ter havido alguma oposição por parte do oficialato superior da Casa Real à acção governativa.

Se a participação dos oficiais na Câmara dos Deputados era pouco expressiva, consegue ser ainda menor se analisarmos a sua presença no governo. De facto apenas um dos oficiais-mores foi ministro, pertencendo ao grupo dos oficiais hereditários. Foi o Marquês de Sabugosa.

<sup>641</sup> Sim: Partido Regenerador; Não: Partido Progressista.

<sup>642</sup> RAMOS, Rui, “Bernardo Pinheiro Correia de Melo”, MÓNICA, Maria Filomena (dir.), *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, vol. 2, pp. 834-836.



Relativamente ao Pariato eram novamente os oficiais não hereditários que apresentavam a percentagem mais elevada, nomeadamente 65%. Este grupo era constituído pelos Marquês e Conde de Ficalho, Conde de Sabugosa, Duque de Loulé, Marquês de Pombal, Conde de Figueiró e Conde de Linhares, bem como José Baptista de Andrade e Francisco Maria da Cunha. Os oficiais hereditários que foram Pares foram apenas Duque de Palmela, quarto Conde de Alcáçovas, Marquês de Sabugosa, oitavo Conde das Galveias, Conde de Óbidos e Marquês de Penafiel, para além do Cardeal Patriarca, representando apenas 47%.

O número de oficiais que pertenciam ao Conselho de Estado ainda consegue ser mais reduzido. Apesar da pouca expressividade, é também o grupo dos oficiais não hereditários que, ainda assim, apresenta uma percentagem superior de Conselheiros (Marquês e Conde de Ficalho e José Baptista de Andrade), constituindo 18% do seu grupo. O Conde de Mesquitela foi o único dos oficiais-mores hereditários membro do Conselho de Estado, representando 7% daqueles.

O peso do desempenho de funções como Governador Civil é igual ao apresentado por ambos os grupos relativamente ao Conselho de Estado. De facto, apesar da existência de governadores civis no conjunto total dos oficiais-mores, são os oficiais não hereditários que apresentam um maior número – Marquês de Ficalho, Conde de Penamacor e Conde de Linhares – constituindo 18%. Os hereditários apresentam uma percentagem de 7%, correspondendo ao Marquês de Sabugosa.

Portanto, percebe-se que a participação política deste grupo é pouco significativa, excepto quanto ao pariato, mas, ainda assim, são os oficiais não hereditários que apresentam uma carreira política mais activa, sobretudo se exceptuarmos a presença de um ministro no grupo dos oficiais hereditários. Esta constatação vai ao encontro das conclusões de Maria Filomena Mónica no que respeita à presença de titulares na Câmara dos Pares, que se foi tornando cada vez mais residual<sup>643</sup>. O mesmo aconteceria relativamente às outras instituições, surgidas com a Monarquia Constitucional.

Finalmente, preocupámo-nos em avaliar a riqueza destes titulares. À falta de estudos que avaliassem a situação económica das Casas Titulares durante a Monarquia

---

<sup>643</sup> MÓNICA, Maria Filomena, “A lenta morte da Câmara dos Pares (1878-1896)” in *Análise Social*, vol. XXIX (95), – 1º – 2º, nº 125-126, Lisboa, Imprensa Universitária, 1994. P. 140.

Constitucional, servimo-nos do estudo acerca dos maiores contribuintes da cidade de Lisboa na segunda metade do século XIX, como já referimos<sup>644</sup>. Os maiores contribuintes integravam o Conselho Municipal da sua área de residência e eram escolhidos através de um censo baseado nas suas fortunas. A presença de oficiais-mores neste grupo pode ajudar à avaliação dos níveis de riqueza, ainda que não permita estudar a composição das fortunas e, como tal, detectar padrões de comportamento relativamente ao investimento em actividades económicas, para além da exploração predial. Constatamos então que apenas 7% dos oficiais hereditários foram maiores contribuintes de Lisboa: o Duque de Palmela e o Marquês de Sabugosa. O grupo dos oficiais não hereditários, pelo contrário, apresenta uma percentagem substancialmente superior, atingindo os 40%, sendo constituída pelo Marquês de Ficalho, Conde de Sabugosa (que surge por duas vezes), Duque de Loulé, Conde de Linhares, Conde da Lapa e Conde da Ribeira Grande. O que nos leva a supor que, para além dos titulares com formação superior, a escolha régia recaiu naqueles com níveis de fortuna superiores.

**Tabela VI – Percentagens dos Maiores Contribuintes de Lisboa**

		<b>Maiores Contribuintes de Lisboa</b>
<b>Ofícios Hereditários</b>	<b>Sim</b>	13
	<b>Não</b>	87
<b>Ofícios não hereditários</b>	<b>Sim</b>	41
	<b>Não</b>	59

Desta caracterização política, social e económica dos percursos individuais e familiares destes indivíduos, podemos concluir que estes ofícios, tal como acontecia durante o Antigo Regime, continuavam a ser vitalícios, apenas exercidos por homens e sobretudo por membros da alta aristocracia.

Duas outras conclusões estão de acordo com as de Pedro Cardim acerca dos ofícios-mores durante o Antigo Regime. Parte dos ofícios eram hereditários, permitindo a certas famílias usufruírem de uma constante presença junto do monarca ao longo de várias gerações, o que era um sinal de gratidão e reconhecimento para com um grupo

---

<sup>644</sup> LIMA, Nuno Miguel de Jesus, *Os «homens bons» do Liberalismo. Os Maiores Contribuintes de Lisboa (1867-1893)*.

restrito de casas aristocráticas. De facto, seriam apenas nove as Casas titulares que exerciam ofícios hereditários: Palmela/Faial, Alcáçovas, Sabugosa/São Lourenço, Mesquitela, Galveias, Asseca, Castelo-Melhor, Óbidos, Penafiel. Por outro lado, o caso apontado relativo ao Alferes-mor revela que a relação entre Casa Real e estas famílias resistiu às alterações políticas. Ainda que o Conde de São Lourenço tenha sido substituído por outro aristocrata no ofício que pertencia à sua família, os seus sucessores puderam continuar a desempenhar as funções que competiam ao seu cargo<sup>645</sup>. Efectivamente, os oficiais hereditários, tal como os não hereditários descendiam quer de titulares apoiantes de D. Pedro, quer de D. Miguel. Portanto, volvido mais de meio século, a questão do Miguelismo perdera a importância que detinha anteriormente, não constituindo um entrave ao recrutamento na Casa Real.

Não é só esta a única semelhança entre ofícios hereditários e não hereditários. Ambos os grupos apresentam algumas similaridades: a grande maioria teve familiares que desempenharam ofícios na Casa Real; a pouca expressividade na participação da vida política; ou o facto de apenas um conjunto muito pouco significativo apresentar o foro de morador da Casa Real.

Contudo, o grupo que exerceu ofícios não hereditários e, como tal, de nomeação, era constituído, tal como Antigo Regime, pela antiga aristocracia hereditária. Por outras palavras, eram a antiguidade da Casa aristocrática e a qualidade da aristocracia os factores essenciais que se reflectiam na escolha do futuro oficial<sup>646</sup>. A excepção era, muito naturalmente, os oficiais pertencentes à Casa Militar, cuja natureza do ofício implicava que a escolha recaísse num militar e não num aristocrata. O mesmo sucedia com o Capelão-mor, embora este ofício recaísse, como vimos, no Cardeal Patriarca. Todavia, o grupo era maioritariamente constituído por aqueles que, no seio do grupo aristocrático, apresentavam tendencialmente uma formação superior, seguiram carreiras militares e exerceram mais cargos diplomáticos e políticos, seja como deputados, pares ou governadores civis. Eram também aqueles que possuíam as maiores fortunas. Efectivamente, na hora da escolha o Rei parece ter dado importância à educação, à carreira profissional e à experiência política. Não se pode falar, no entanto, de um partido do Rei na Câmara dos Pares. Dos oficiais escolhidos pelo Rei D. Carlos, apenas 10 foram Pares e, ainda assim, não o foram em simultâneo, uma vez que alguns oficiais

---

<sup>645</sup> CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos*. (...), p. 519.

<sup>646</sup> CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos*. (...), p. 504.

morreram durante este reinado e outros foram nomeados ao longo do período<sup>647</sup>. Mesmo supondo a simultaneidade do exercício do Pariato, a percentagem não teria sido significativa. Por exemplo, em 1890, a Câmara era constituída por 182 Pares, representando os oficiais não hereditários da Casa Real apenas 5%. Mesmo somando os oficiais hereditários que foram Pares, o que totalizaria 17 Pares, o total de oficiais da Casa Real presentes na Câmara constituiria apenas 9%.

No seu conjunto, a carreira militar foi pouco significativa no seio do grupo aristocrático, bem como a carreira política. Mesmo no caso da pertença ao Pariato, que apresenta maior expressividade de membros relativamente a outros órgãos de poder político, deve-se ao facto de o Pariato ser, em muitos dos casos, hereditário. A diplomacia era a carreira preferencial da aristocracia e os diplomatas os mais preferidos pelo Rei para o exercício de ofícios na Casa Real.

Finalmente, deve-se ter em atenção a acumulação de ofícios na mesma família. Das Casas titulares apenas a de Mesquitela e a de Penamacor não apresentaram outros familiares com ofícios na Casa Real. Por outras palavras, foi um grupo definido e coeso de famílias que exerceu ofícios junto do Rei e que tinha o seu apoio. Mais do que reconhecer o mérito ou as capacidades de cada indivíduo, foi reconhecida a proeminência do estatuto de cada uma dessas famílias. Esperava-se, assim, que a fidelidade ao Rei fosse transmitida hereditariamente, tornando os laços entre soberano e oficiais ainda mais estreitos<sup>648</sup>.

Todavia, essa acumulação não ocorre apenas em determinadas famílias mas também em determinados indivíduos nomeadamente no nono Conde de Sabugosa e o terceiro Conde de Alcáçovas, que ocupam mais do que um ofício na Casa Real, como chamámos a atenção. Em comum tinham o facto de terem formação superior – o Conde de Sabugosa era formado em Direito na Universidade de Coimbra e o de Alcáçovas em Ciências na Universidade de Louvain – e ambos terem ingressado na carreira diplomática. O primeiro exerceu funções na Secretaria de Estado dos Negócios

---

<sup>647</sup>. Por exemplo, o Conde de Sabugosa terá sido nomeado por sucessão de seu pai a 26 de Março de 1898. *Estatística do Pariato Português desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1905*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906. A este facto há que juntar ainda a flutuação anual do número de Pares na Câmara, bem como a falta de assiduidade dos Pares às sessões. No período compreendido entre 1886 e 1895, a média de presenças diárias da totalidade da Câmara foi apenas de 55 Pares e a média de faltas os 122. BELO, Alberto José Grilo, *A Câmara dos pares na Época das Grandes reformas Políticas*, Lisboa, tese de doutoramento em História, 2012, pp.355 e 357.

<sup>648</sup> CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos*. (...), pp. 506 e 517.

Estrangeiros, tendo atingindo o posto de ministro plenipotenciário, servindo no gabinete do Ministro e o segundo exerceu o cargo de Secretário de embaixada em Viena de Áustria. A distingui-los, o facto do Conde de Sabugosa ter sido deputado pelo partido Progressista, para além de Par, cargos que o Conde de Alcáçovas não desempenhou.

Para além da acumulação de ofícios, em determinados indivíduos ou famílias, há que realçar igualmente o reduzido número de famílias que desempenhava ofícios-mores, representando apenas cerca de 10% da Grandeza do Reino e 3% do total dos titulares. Isso significava que a esmagadora maioria da nobreza, bem como grande parte da aristocracia de primeira plana estavam arredadas da Casa Real. Esta situação, contrária ao que acontecera durante o Antigo Regime, era reveladora da incapacidade da instituição em agregar aqueles grupos sociais, em seu torno, deixando o Rei num maior isolamento.

Todavia, ainda que os oficiais-mores não hereditários apresentem uma melhor formação e uma carreira mais empreendedora, não só a nível da política, mas também economicamente, a afectividade, que Pedro Cardim considerou fundamental na caracterização do relacionamento entre monarca e aristocracia, continuava a ser outra razão que presidia à escolha dos principais oficiais da Casa Real. De facto, embora existam poucas informações textuais, elas não deixam margens para dúvidas.

De facto, na sequência da morte de D. Luís e da subida ao trono de D. Carlos, foi necessário proceder à escolha de um Mordomo-mor para a então Rainha D. Amélia. A escolha recaiu no Conde de Sabugosa. Já era seu Veador, bem como a sua mulher, que desempenhava o ofício de Dama Camarista<sup>649</sup>. Em carta ao próprio, a Rainha D. Amélia justifica a razão da sua escolha: *“Voici bientôt cinq ans que je suis venue parmi vous et que j’y ai trouvé le bonheur. Depuis ce jour, la Comtesse de Sabugosa et vous, m’avez servi loyalement avec dévouement, affection et amitié. Je suis heureux de pouvoir le reconnaître, en vous montrant combien sont grandes pour vous mon estime et ma confiance. Le Roi a bien voulu accéder à ma demande de vous nommer Grand-Maître de ma Maison, et vous saurez voir en cette nomination une preuve de notre amitié et de notre reconnaissance aux services rendues. Il n’en contera beaucoup vous le savez, que votre charge vous empêchant de faire votre semaine auprès de moi. Peut-être*

---

<sup>649</sup> *Anuario Diplomático e consular Portugues referido a 31 de Dezembro de 1888.*

*pouvez-vous comme le duc de Loulé l'a fait, continuer votre service de veador, que je désire vivement. Ci-joint un papier remis par le Roi et contenant vos instructions.*”<sup>650</sup>

A escolha, embora feita pela Rainha, teve de ser autorizada pelo Rei e baseava-se nos anos de serviço já desempenhados pelos Condes de Sabugosa. A Rainha realçava as características de lealdade, devoção, afectividade e amizade que o casal demonstrara ao seu serviço enquanto Duquesa de Bragança. A nomeação do Conde como seu Mordomo-mor era como um reconhecimento desse desempenho e uma prova da estima, da confiança que a Rainha nele depositava e mesmo de amizade e devoção.

É exactamente nestes mesmos moldes que a Rainha elogia o Conde de Sabugosa, em carta à Condessa, após a nomeação daquele como Mordomo-mor do Rei, lastimando a perda do oficial como seu Mordomo-mor: “(...) *Vous savez mon affection pour Sabugosa, vous savez combien je connais et j'apprécie toutes ses qualités de cœur, de caractère, d'intelligence, je n'ai donc pas besoin d'en dire davantage pour que vous sachiez bien combien j'estime le choix que le Roi a fait et combien je suis heureuse d'une chose agréable à Sabugosa, Mais vous comprenez aussi, j'en suis sûre, que j'aie de la peine de le voir plus éloigné de moi tout en sachant combien dans sa nouvelle et importante charge, je puis compter toujours sur son affection, et son dévouement, déjà si anciens (...).*”<sup>651</sup>

O agrado da Rainha face a esta nomeação não convence todos os cortesãos. D. Isabel Saldanha da Gama, ao saber a notícia pelos jornais, escreve à Rainha, meio incrédula, por não acreditar que o Conde de Sabugosa aceitasse a nomeação, visto este ser profundamente devoto à Rainha: “*Ontem vi no Dia a notícia de estar o Sabugosa Mordomo-mor – d'El-Rei; os jornais de hoje acrescentam que foi muito do agrado da Rainha... Que há muito isto estava planeado... ainda estava e esteve no Paço... mas não julgava se aceitasse, como ele é o mais dedicado à Rainha que é possível, foi caso de força maior. Aqui no meu canto nada sei mas a cabeça trabalha incessantemente e o coração também.*”<sup>652</sup>

---

<sup>650</sup> Carta da Rainha D. Amélia ao Conde de Sabugosa, Belém, 31 de Dezembro de 1890, ASSL, MOR I, Gaveta L4, caixa 1, maço 4, 2.1.

<sup>651</sup> Carta da Rainha D. Amélia à Condessa de Sabugosa, Nice, 9 de Maio de 1903, ASSL, Mor I, Gaveta L4, caixa 1, maço 12, 2.9.

<sup>652</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama à Rainha, Lisboa, 24 de Abril de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7377.

A amizade e proximidade dos Condes de Sabugosa a D. Carlos e D. Amélia datam, pelo menos, dos tempos de recém-casados destes. A sua lua-de-mel, na Quinta do Relógio, a convite da família Viana, fizera-o aproximar de um grupo de intelectuais, auto-denominados “Vencidos da Vida”, do qual faziam parte, para além de Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro e Oliveira Martins, o próprio Conde de Sabugosa, o Conde de Ficalho, futuro Mordomo-mor do Rei e o futuro Conde de Arnoso, igualmente futuro secretário pessoal de D. Carlos<sup>653</sup>.

É exactamente no período antecedente ao casamento de D. Carlos e à constituição da sua Casa como príncipe herdeiro, que o nome do Conde de Sabugosa iria surgir, para dela tomar parte. Em Fevereiro de 1886 (o casamento ocorrerá em 22 de Maio de 1886), a sogra do Conde, a Condessa de Murça, D. Ana de Sousa Coutinho Monteiro Paim, irmã da já falecida Condessa de Sousa Coutinho, D. Maria das Dores, que fora Camareira de D. Maria II, Dama Camarista da Rainha D. Estefânia e Camareira-mor da Rainha D. Maria Pia, escrevia a esta, dando conta do gosto que a irmã teria em ver o Conde nomeado: “(...) *Muitas vezes, na vida da minha boa irmã [Condessa de Sousa Coutinho], ela me falava, no que hoje se está passando, vem a ser o próximo casamento de Sua Alteza Real e que por felicidade (assim o creio) ela desejava a mesma princesa que Vossas Majestades escolheram, dizia-me pois, minha irmã, «se a Rainha me consultar para a casa do Príncipe, lembro logo o Conde de Sabugosa, por não poderem fazer melhor escolha, ele é bom, honrado, direito e recto em todos os seus negócios, conduta exemplar, prudente e dum bom senso, superior aos seus 30 anos, juntando a isso ser rapaz muito distinto, instruído, polido e amável, o que decerto não deixará de tornar tão útil como agradável ao Príncipe os seus bons serviços, se tal vejo fico descansadíssima».* Minha Senhora, isto que faço não é pedido, é para Vossas Majestades, que tanto avaliavam e estimavam os conselhos de minha irmã saberem o que eu tanta vez lhe ouvi (...). Agora enquanto a mim, digo que era um grande gosto que tinha se Vossas Majestades o nomeassem, pois sei o que ele vale e a consolação que eu tinha em aí o ver. Ele nada o sabe, tudo isto partiu só de mim, mas posso segurar a Vossa Majestade que ele muito e muito se honrava com a nomeação e com a

---

<sup>653</sup> MARTINS, Oliveira, *D. Carlos I e os vencidos da vida*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1942, p. 25. Acrescente-se ainda ao grupo Luís de Soveral, futuro Marquês de Soveral que, embora não tenha desempenhado nenhum ofício na Casa Real, foi embaixador em Londres.

*maior satisfação a aceitava. Resta-me pedir perdão a Vossas Majestades do meu atrevimento, que confio seja tomado com a lealdade com que é feito (...)*”<sup>654</sup>

Duas conclusões se retiram da leitura da carta. Por um lado, a procura de influenciar a decisão régia na nomeação de oficiais para a Casa do Príncipe Real, fazendo a escolha recair num familiar, nomeadamente na Casa onde a filha havia entrado, por casamento. Por outro, o enaltecimento das qualidades particulares do próprio Conde de Sabugosa demonstram não só serem importantes as qualidades de carácter (bondade, honra, rectidão, prudência, bom senso, distinção, amabilidade), mas também a instrução e a educação, nomeadamente, a posse de boas maneiras.

As boas maneiras, das quais fazia parte o saber dançar não eram no entanto apanágio de todos. Veja-se o caso do Marquês de Pombal, Mestre-sala, e o que dele nos deixou escrito D. Isabel Saldanha da Gama, Dama Camarista da Rainha ao serviço dos Príncipes: “*No dia 10 (dia da festa no Paço) o [Marquês de] Pombal, para provar à Rainha o desejo de lhe ser agradável, dançou o cotillon*”<sup>655</sup>!!!! *É um cúmulo. Veio trazer-me um presente do dito, o trevo d'ouro que a Rainha mandou fazer no Leitão [e Irmãos, fornecedores da Casa Real] e, custando-me os olhos da cara, tive que me executar com ele à roda da casa. Nunca acertei. Valsa horivelmente!*”<sup>656</sup>

A par das maneiras polidas, a conversação era também um aspecto a ter em conta nos cortesãos. A propósito do Conde de Ficalho, Mordomo-mor, D. Isabel Saldanha da Gama gabava-lhe a conversação: “*O Ficalho, se estiver de maré, é agradabilíssimo e um charmeur como conversador – o que é, é não haver muito tempo para palestra. Conversa lindamente, com imensa graça, uma memória desabalada, com anedotas muito chistosas e não costuma ser do género fresco que é intolerável e inadmissível sobretudo para quem não vai às peças do repertório francês que ultimamente se deram em Lisboa*”<sup>657</sup>

---

<sup>654</sup> Carta da Condessa de Murça para Rainha D. Maria Pia, Lisboa, 16 de Fevereiro de 1886, IANTT, Casa Real, caixa 7374.

<sup>655</sup> O *cotillon* era um conjunto de várias danças, dançadas aos pares, com um par marcante, em ritmo de polca. Muitas das coreografias das danças pressupunham a existência de objectos, que deveriam ser comprados ou confeccionados antecipadamente. *Vide Manual da Dança e do Cotillon*, 9ª edição, Lisboa, Arnaldo Bordalo, 1916, pp. 97 e seguintes.

<sup>656</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para a irmã D. Teresa Saldanha da Gama, Pena, 13 de Julho de 1886, AP, carta 326.

<sup>657</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para as suas sobrinhas Ornelas, Lisboa, 4 de Maio de 1896, AP, carta 322.



Já o conhecimento de línguas deveria ser fundamental, sobretudo em cerimónias oficiais, nomeadamente visitas estatais. A propósito do jantar oferecido ao Kaiser da Alemanha, Guilherme II, D. Isabel Saldanha da Gama comenta quem ficou para a visita: “*ficaram uns por saber inglês – a Mariquita [Condessa de Seisal] – outros por não saber – os Figueiró – finalmente outros por o arranharem – o Tarouca.*”<sup>658</sup> Ainda assim, este conhecimento parecia ser superior ao da Corte de Espanha onde, segundo a Infanta Eulália, as Damas “*eran bastante ignorantes. Muchas de ellas no sabían leer ni escribir, y solo nos podían contar patrañas de viejas y supersticiones tontas.*”<sup>659</sup>

Para além do cargo de Mordomo-mor da Rainha, o único ofício-mor de que temos informações relativamente ao seu recrutamento é o de Aio. Apesar de não ser um Grande Cargo, era um ofício de grande importância, uma vez que estava, como vimos, encarregue da educação do Príncipe Real. Além disso, a personalidade escolhida não era oriunda do mundo aristocrático. Não era um fidalgo de província com uma extensa carreira diplomática, como o Visconde da Carreira, responsável pela educação de D. Pedro V e de D. Luís, nem um académico e político, como Martens Ferrão, responsável pela de D. Carlos. Mouzinho de Albuquerque, era acima de tudo um militar, o que poderá ser mais um indício de uma possível progressiva militarização da Casa Real.

A historiografia recente tem defendido a nomeação de Mouzinho de Albuquerque como tendo sido sugerida por João Franco<sup>660</sup> e funcionado como recompensa régia. De facto, o Rei não havia apoiado politicamente Mouzinho na sequência do decreto de 7 de Julho de 1898, que o exonerava do cargo de Comissário Régio em Moçambique. A nomeação para o ofício de Aio teria satisfeito certos círculos de apoio na corte, como o Conde de Arnoso e a família de Aires de Ornelas<sup>661</sup>.

Se as fontes consultadas confirmam o apoio por parte do Conde de Arnoso a esta nomeação<sup>662</sup>, divergem, no entanto, quanto ao apoio concedido pelos familiares de

---

<sup>658</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para a irmã Teresa Saldanha da Gama, 2 de Abril de 1905, AP, carta 406.

<sup>659</sup> EULÁLIA, Infanta, “Memórias de una princesa de sangre Real” in EZAMA GIL, Ángeles, *La infanta Eulália de Borbón, vivir y contar la vida*, Zaragoza, Prensas Universitárias de Zaragoza, 2009, p. 372.

<sup>660</sup> FERNANDES, Paulo Jorge Fernandes, *Mouzinho de Albuquerque. Um Soldado ao serviço do Império*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2010, p. 329.

<sup>661</sup> RAMOS, Rui, *D. Carlos*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 215. Aires de Ornelas era filho de D. Maria Joaquina Saldanha da Gama, filha do oitavo Conde da Ponte.

<sup>662</sup> Efectivamente, Bernardo Pindela parece ter aprovado a nomeação de Mouzinho de Albuquerque. De facto, chega a posicionar-se contra a Rainha quanto ao facto de esta não querer que aquele tenha honras de Camarista. Diário da Condessa de Sabugosa, 10 de Dezembro de 1898, ASSL, Diário da Condessa, 1898.

Aires de Ornelas, em particular de D. Isabel Saldanha da Gama, tia por afinidade deste. Já na Páscoa desse ano, a Dama demonstrara a vontade de que o eleito fosse o seu sobrinho Aires de Ornelas e não Mouzinho de Albuquerque: “*Não se fala em homens [para aio do Príncipe] e eu acho um alívio porque excepto o Ayres digo de todos «Ai esse não, ai esse, Deus nos livre, que horror». Os melhores não prestam porque podem alguns, bem poucos, ser bons para si, mas incapazes de educar.*”<sup>663</sup> Esta opinião era partilhada pelos Duques de Palmela, realçando as características de Aires de Ornelas que consideravam indispensáveis para a instrução do Príncipe: “*Na noite do baile, estando a Duquesa [de Palmela] só comigo e com os Príncipes, disse-me que tinha estado a pensar que o único homem para Suas Altezas era Aires. Que era completo, inteligente, instruído, valente, com princípios sólidos. Que tinha falado nisso ao Duque que tinha achado ótima lembrança. Respondi que, ainda que Aires me não fosse nada, não podia deixar de concordar com ela, que não havia outro e que este era de tal ordem que depois diria satisfeita o Nunc dimittis. Em todas as minhas orações, missas, comunhões faço este pedido, a Carlota a mesma coisa e acho muito bom a Duquesa estar da nossa opinião. Disse que, se dependesse dela, o nomeava com certeza. Confiemos em Deus. Era uma tal felicidade, que só de pensar que possa suceder choro de alegria. De todos esses homens que por aí vejo, estremecia.*”<sup>664</sup>

Seria, no entanto, só em Outubro que os burburinhos no Paço acerca da nomeação de Mouzinho de Albuquerque tomaram forma. De facto, a 14 de Outubro, a Condessa de Sabugosa escrevia no seu diário que o seu marido tinha vindo do Paço e lhe contara “*que a R[ainha] lhe tinha dito ter-se lembrado da nomeação do Mouzinho para os Príncipes. Bem lembrado. Por quem? Ele aceitará.*”<sup>665</sup>

Em Novembro, a nomeação concretizava-se. Em carta a José Luciano de Castro, D. Carlos justificava a decisão por Mouzinho ser “*um velho e dedicado amigo meu*” e ter “*a certeza que há-de fazer de meu filho um homem, o que, como sabes, se torna cada vez mais necessário nesta época em que atravessamos*”<sup>666</sup>.

Fosse uma decisão da Rainha, soprada ou não, ou do Rei, a escolha tomou de

---

<sup>663</sup> Carta de D. Isabel de Saldanha da Gama para a sua sobrinha Maria Teresa d’Ornelas, s.l., Quinta-feira Santa, 1898, AP, carta 335.

<sup>664</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para as sobrinhas Maria Teresa e Isabel d’Ornelas, Pena, 13 de Julho 1896, AP, carta 327.

<sup>665</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 14 de Outubro de 1898, Arquivo Sabugosa / São Lourenço, 1898.

<sup>666</sup> CABRAL, António, *Cartas d’El Rei D. Carlos a José Luciano de Castro*, Lisboa, Portugal-Brasil, 1927, p. 214.

surpresa D. Isabel Saldanha da Gama, que irrompia na carta à irmã Teresa com a novidade: *“Minha querida Teresa! Que me diz? Já se compreende a volta d’África. Reservava Deus ao Mouzinho essa grande missão de preparar um Rei para a conservação de Portugal”* Mas não o achava à altura do ofício: *“Mas que planos que o Mouzinho tem que fazer! Se imagina que basta ele, professores e criados?! É isso bom nas nossas casas onde se acha sempre o pai e a mãe por perto; no Paço, os deveres de posição, feitio, tudo afasta.”*<sup>667</sup> Poucos dias depois, a sua oposição ao Aio mantinha-se. A justificação dessa oposição não era a dificuldade do posto nem o desempenho de Mouzinho, mas sim as alterações decorrentes da sua permanência no Paço. *“Agora vamos a ver o resto. Eu já tenho resmungado por ver que se julga de um modo, impossível quanto a mim: Mouzinho, Aio... e um criado? E professores de fora?! Pensar em dar ao Aio e à mulher aposentos no paço d’El-Rei D. Fernando, e o Príncipe e criado nos quartos da Dama e Vedor?! Para dormir, para estudar, para ter o criado!!! Mas sei que isto não acontecerá, que há-de haver outra solução e não me quero pôr a resmungar havendo tanto de que dar graças a Deus. Tudo se há-de arranjar”*<sup>668</sup>.

No entanto, em público, D. Isabel Saldanha da Gama deixava a impressão de estar radiante com a escolha de Mouzinho. Assim o entendeu a Condessa de Sabugosa, que, também não via com bons olhos a escolha de Mouzinho. Não que tivesse boas qualidades, mas antevia decepções de sua parte: *“(...) António [Sabugosa] foi para a sala esperar o Mouzinho para o levar à Rainha. (...) Rainha contente. Isabel [Ponte] delirante. Parece-me a melhor coisa que há, apesar de ter grandes contras. Pena Eanes ter defeitos capitais, pois tinha grandes qualidades. M[ouzinho] tem coisas óptimas, mas vai haver grandes desilusões. Deus permita que eu me engane. Receio complicações. Carácter e lealdade de primeira ordem. Temo dias impulsivos.”*<sup>669</sup>

Seria só no final desse ano de 1898 que Isabel Saldanha da Gama se resignaria com a escolha de Mouzinho. O Aio não ficara a residir no Paço, agradava à Rainha e D. Isabel via os seus planos de conseguir ao menos o lugar de Ajudante-de-campo para o seu sobrinho Aires não se concretizarem: *“Veio hoje cá o Mouzinho falar com Suas*

---

<sup>667</sup> Carta de D. Isabel de Saldanha da Gama para a sua irmã D. Teresa Saldanha da Gama, Cascais, 10 de Novembro de 1898, AP, carta 343.

<sup>668</sup> Carta de D. Isabel de Saldanha da Gama para a sua sobrinha Maria Luísa, s.l., 22 de Novembro de 1898, AP, carta 344.

<sup>669</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 7 de Novembro de 1898, ASSL, Diário da Condessa, 1898.

*Majestades. A Rainha parece que ficou muito satisfeita com a conversa que teve com ele. Pela Mariana xxx<sup>670</sup> já sei que o plano do Aio é um pedagogo alemão para sombra, não quer por ora ajudante, ele dedica-se ao Príncipe e com ele é que sai. Tinha contado tanto que fosse Aires que por ora é choque, mas a minha razão diz-me que Aires, posto que fosse a melhor sombra para o Príncipe, não estava em posição para isso e como ajudante é cedo que sua Alteza o tenha. Espero que Mouzinho olhará muito pela escolha dos professores e não se deixará ir pelos pedidos”<sup>671</sup>*

Não foram só os cortesãos que tentaram influenciar a decisão régia relativamente à escolha dos oficiais-mores. De facto, embora não tenhamos encontrado muitos exemplos nesse sentido, há um que merece a nossa atenção: o do poder executivo demonstrar vontade em que um titular fosse nomeado oficial mor honorário: “Bernardo [Pindela] disse-me na Ajuda que a Rainha lhe tinha falado depois da recepção para lhe dizer que o José Luciano deseja que o [Conde de] Castelo de Paiva seja feito oficial mor que ela tencionava falar com o marido e dizer-lhe que nomeasse também o Bernardo [Pindela], [Conde de] Resende, [Marquês das] Minas, [Conde de] Linhares. B[ernardo] lembrou-se depois que era bom nomear o Tarouca, e escreveu nesse sentido ao António (...)”<sup>672</sup>. De facto, à excepção do Conde de Linhares, que nunca seria nomeado oficial mor honorário, todos os outros titulares mencionados – Condes de Castelo de Paiva, Arnoso, Resende, Tarouca e Marquês das Minas – o foram, passando a constar do Anuário Diplomático logo no ano seguinte<sup>673</sup>. Convém referir, para melhor compreender o porquê de Luciano de Castro pretender que o Conde de Castelo de Paiva fosse nomeado oficial-mor, que o visado fora presidente da Câmara Municipal dessa vila, Governador Civil de Aveiro e deputado. As tentativas de nomeação de determinados indivíduos para os ofícios-mores por parte de outro Presidente do Conselho, Hintze Ribeiro, foram também goradas: “O Hintze de facto pediu-me para fazer oficiais-mores – os Condes de Vilar Seco e de Ávila, como eu não lhe respondi voltou hoje à carga e creio que virá esta noite aqui falar-me outra vez em tal, porque me pediu audiência para logo. Não tenho tenção de lho conceder. Quanto a títulos não

---

<sup>670</sup> Rasurado no original. Provavelmente D. Mariana das Dores, Condessa de Sabugosa.

<sup>671</sup> Carta de D. Isabel de Saldanha da Gama para a sua irmã D. Teresa Saldanha da Gama, Lisboa, 28 de Dezembro de 1898, AP, carta 346.

<sup>672</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 18 de Abril de 1897, ASSL, Diário, 1897.

<sup>673</sup> *Anuario Diplomático e consular Portugues relativo ao anno de 1898 e como appendice ao publicado em 1897.*

*me falou ainda em nenhum e tratarei também de arranjar isso pelo melhor*”<sup>674</sup>.

A pertença à Casa Real, mesmo no caso dos oficiais-mores honorários, que não pressupunha o serviço efectivo, constituía-se assim como uma forma de gratificação dos serviços prestados, já não apenas ao monarca, como ao poder político. Todavia, como verificámos, as intervenções do poder político nas nomeações para a Casa Real são quase inexistentes. Quando ocorriam, o Rei procurava não ceder às pressões do poder político, dominando por conseguinte as nomeações para a Casa Real, ao contrário do que acontecia em Inglaterra, onde alguns ofícios, como os de Camareira-mor e Camarista, eram de nomeação política<sup>675</sup>.

Pelos exemplos apontados relativamente às escolhas dos oficiais-mores podemos retirar algumas conclusões. Quem intervinha na nomeação e com que motivos? Por um lado, a expectativa de uma nomeação fazia atizar as ambições, se não pessoais, as familiares, num espírito ainda imbuído da lógica de engrandecimento da Casa, numa lógica ainda de Antigo Regime. Estavam nestas circunstâncias, tal como pudemos constatar, o Conde de Sabugosa, por intermédio da sua sogra e também Aires de Ornelas, por intermédio de sua tia por afinidade, ainda que não tenha sido bem sucedida. Por outro lado, a última decisão dessa nomeação recaía no Rei, que podia ou não aceitar as sugestões apresentadas. É certo que a aristocracia parecia adequar-se às novas práticas trazidas por uma sociedade que coarctara os seus privilégios e privilegiava a meritocracia, apostando na sua formação académica e no exercício de uma carreira militar e, sobretudo, diplomática. Todavia, era a proximidade à Família Real e o desempenho adequado das suas funções no seio da Casa Real que permitiam a manutenção e continuidade desse estatuto privilegiado, para si e para a sua Casa, o que continuava a ser muito apreciado. Assim se explica que, três ou quatro anos depois da sua demissão do ofício de Almotacé-mor, o Visconde de Asseca tenha procurado voltar a exercer este ofício<sup>676</sup>. Para o titular, a saída do Paço era “*sensabor*” uma vez que significava a perda do estatuto privilegiado que o desempenho daquelas funções oferecia.

---

<sup>674</sup> Carta do Rei D. Carlos ao Conde de Arnoso, s.l., s.d., BNP, Espólio Arnoso, 2980.

<sup>675</sup> HUBBARD, Kate, *Serving Victoria, Life in the Royal Household*, London, Chatto & Windus, 2012, p. 33.

<sup>676</sup> Os anuários entre 1895 e 1898 referem o ofício de Almotacé-mor como estando vago. Após esta data, não é referido. Apenas a partir de 1903 é que volta a ser referido o ofício e estando em exercício o Visconde de Asseca.

Efectivamente, o Visconde de Asseca pedira a demissão na sequência da circular régia expedida pelo Conde de Ficalho, então Mordomo-mor, ordenando que nenhum oficial-mor com efectividade de serviço poderia pertencer a nenhuma empresa privada: “(...) *O António [Conde de Sabugosa] recebeu a circular do Ficalho, da parte de El-Rei dizendo que desejava que os oficiais-mores com efectividade de serviço não pertencessem a nenhuma companhia, e no caso de pertencerem que deixava optar por elas ou por o serviço do Paço. A maneira como isto foi feito é desagradável para todos. El-Rei tem razão, mas era melhor falar com as pessoas do seu caso do que mandar a circular. Para o visconde de Asseca é isto muito sensabor.*”<sup>677</sup>

Este princípio estava de acordo com o decreto de 28 de Março de 1895, que reformulava a lei eleitoral tornando, o cargo de deputado incompatível com “*lugares nos conselhos administrativos, gerentes ou fiscais de empresas ou sociedades, industriais ou mercantis, constituídas por contrato ou concessão especial do Estado, ou a que por este haja sido outorgado privilégio, subsídio ou garantia de rendimento*”<sup>678</sup>.

No entanto, o Visconde de Asseca, apesar de ter abandonado o cargo nessa ocasião, acabaria por voltar atrás, de forma a obter o beneplácito régio. Numa jogada concertada com o Conde de Arnoso, na opinião de D. Isabel Saldanha da Gama, acaba por voltar a conquistar o real agrado e o ofício de Almotacé-mor: “(...) *Depois do espalhafatão de todas as demissões Asseca, volta ele ao Paço, porque El-Rei lhe falou na Parada. O caso estava combinado com o Bernardo [Arnoso]. Eu não percebo que depois de se achar agravado a ponto de saírem en masse do Paço, se contente com que El-Rei lhe fale. Cada um que comente conforme o interpretar. A verdade é que ninguém tem coragem de romper de vez com isto, faz-lhes falta, acham sensabor, mas pensem bem antes de proceder. Agora segue-se voltar a ser almotacé-mor e talvez as viscondessas, Damas.*”<sup>679</sup>

## 1.2. Os Gentis-homens

Ao longo do reinado de D. Carlos, o número de Gentis-homens sofreu variações,

---

<sup>677</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 10 de Maio de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1898.

<sup>678</sup> Decreto reformando a lei eleitoral e alterando a constituição da câmara dos senhores deputados, 28 de Março de 1895, *Collecção oficial de Legislação Ano de 1895*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, p. 354.

<sup>679</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para a sua sobrinha Luísa de Ornelas, Cascais, 31 de Outubro de 1898, AP, carta 342.

como vimos no capítulo anterior, embora rondasse os quatro elementos. Ao todo, e segundo as folhas de vencimento, foram 10 os indivíduos que desempenharam estas funções, se incluirmos o Gentil-homem ao serviço de D. Luís Filipe, a partir da morte trágica do Aio, Mouzinho de Albuquerque, em 1902.

**Tabela VII – Gentis-homens da Câmara de D. Carlos**

Titulares	Nomes	Datas
4º Marquês de Alvito	José Lobo da Silveira Quaresma	1890-1907
3º Marquês do Faial ( <i>jure uxoris</i> )	D. Luís Coutinho Borges Medeiros Sousa Dias da Câmara	1907
8º Marquês de Fronteira ( <i>jure uxoris</i> )	Pedro João de Morais Sarmiento	1894-1901
6º Marquês de Pombal	António de Carvalho e Melo Daun Albuquerque e Lorena	1894-1901
4º Conde de Ficalho	Francisco Manuel de Melo Breyner	1890-1892
3º Conde de Linhares	D. Rodrigo de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa	1890-1893
12º Conde de São Lourenço	António Vasco de Melo César e Meneses	1905-1907
12º Conde de Tarouca ( <i>jure uxoris</i> )	Sebastião Eduardo Pereira da Silva de Sousa e Menezes	1901-1907
1º Conde de Vila Nova da Cerveira	D. Pedro José Nazareno de Noronha	1890-1906
8º Visconde da Asseca	António Maria Correia de Sá e Benevides Velasco da Câmara	1902-1907

De uma primeira análise da tabela, depreendemos que este grupo era na totalidade desempenhado por titulares, nomeadamente quatro marqueses, cinco condes e um visconde com Grandeza.

Dois dos títulos remontavam à segunda Dinastia (Tarouca e Alvito), enquanto os restantes à dinastia de Bragança. Apenas um tinha sido outorgado durante a monarquia constitucional<sup>680</sup>: o de Conde de Vila Nova da Cerveira, por D. Luís. No entanto, o Conde de Vila Nova da Cerveira era filho secundogénito dos Condes dos Arcos, título que remonta à terceira dinastia.

---

<sup>680</sup> O título de Marquês do Faial, apesar de ter sido outorgado por D. Pedro IV, foi concedido na Casa Palmela, que recebera a primeira titulação durante a regência do príncipe D. João, futuro D. João VI.

Três destes titulares representavam as mulheres, as verdadeiras donas do título<sup>681</sup>. Todavia a antiguidade dos seus títulos não estava em causa. O casamento de senhoras de Casa com secundogénitos era prática corrente já no Antigo Regime, passando os noivos a pertencer à Casa na qual casavam<sup>682</sup> integrando as famílias da antiga aristocracia, cujos títulos representavam.

Por fim, dois deles exerceram este ofício até à data da sua morte (Condes de Linhares e Ficalho) e o Marquês de Fronteira impedido por doença<sup>683</sup>. A excepção é o Marquês de Pombal que, embora tenha falecido em 1911, deixou de desempenhar funções em 1901.

De facto, o Marquês de Pombal havia pedido a demissão do ofício de Mestre-Sala e uma licença ilimitada de Camarista, que desempenhava em simultâneo. O principal motivo fora por a nora ter sido apresentada à Rainha, não pela Duquesa de Palmela, Camareira-mor, mas sim pela Condessa de Figueiró, Dama Camarista. A substituição da Camareira-mor pela Dama Camarista de Serviço nas cerimónias oficiais poderia ocorrer, por impedimento daquela<sup>684</sup>. Todavia, os motivos do desagrado do Marquês de Pombal relativamente à substituição prender-se-iam com questões pessoais:

“[António] contou que o M[arquês] de Pombal passou a semana fazendo burrices, mostrando que não tinha gostado que a nora não fosse apresentada pela Duquesa e sim pela Pepita [Condessa de Figueiró], interrompendo a Rainha quando conversou com a I., etc., e afinal na sexta feira que tendo serviço no camarote, P[epita], o Teles e a Rainha dizendo coisas dele, tinha ido pedir a demissão a El-Rei de Mestre-sala e uma licença ilimitada de Camarista. Licença que lhe foi logo dada. Tarouca nomeado Camarista, Conde da Figueira Mestre-sala. Acho bem ambas, mas tenho pena do Pombal. Era inevitável, mas não deixa de ser um homem de bem que sai do Paço e acho secante os comentários (...)”<sup>685</sup>. As desafrontas sucediam-se de ambos os lados:

---

<sup>681</sup> O terceiro Marquês do Faial era filho secundogénito dos primeiros marqueses de Praia e Monforte; o oitavo Marquês de Fronteira filho dos Viscondes de Torre de Moncorvo e o Conde de Tarouca filho dos Condes de Bertandos, títulos concedidos por D. Maria II e portanto oriundos da nobreza emergente das alterações políticas decorrentes do Liberalismo.

<sup>682</sup> MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, p. 129.

<sup>683</sup> Ofício do Administrador da Fazenda da Casa Real, s.l., 6 de Fevereiro de 1902, IANTT, Casa Real, caixa 6029.

<sup>684</sup> Vide por exemplo: “Tendo-me Sua Majestade a Rainha a Nossa Augusta Ama dispensado por eu ainda estar doente, do serviço de amanhã, previno-te que tens tu de tomar o meu lugar na cerimónia do beija-mão e no teatro de gala”. Carta da Duquesa Camareira-mor à Condessa de Sabugosa, s.l., s.d. ASSL, Estante do Relógio, caixa 5, maço 3.

<sup>685</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 2 de Março de 1901, ASSL, Diário da Condessa, 1901.



“(....) Pombal grandes explicações com a Duquesa e com a Pepita. Já é pachorra. (...). Que historias teriam inventado?”<sup>686</sup>, mas não de forma a obter a complacência por parte da Rainha: “(...) R[ainha] falou no Pombal, sem ter pena (....)”<sup>687</sup>.

O Marquês, contudo, estava consciente da importância de se manter próximo da Família Real, ainda que já não exercesse nenhum ofício na Casa Real. Assim se compreende o pedido de voltar a frequentar a Corte, duas semanas após a sua demissão: “(...) António [Sabugosa] foi ao Marquês de Pombal por este lhe ter mandado pedir. Queria saber se a Rainha não se importava que ele aparecesse nas festas do Paço. Que gosto de fazer papeis ridículos. Quer demissão e agora está cheio de apetite de tornar a figurar.”<sup>688</sup>.

Embora a demissão só ocorresse em 1901, já em 1895 pensara demitir-se, “depois de se aconselhar com todos e de todos tentarem tirar-lhe da cabeça (...) a sua demissão”. Nessa altura, as razões prendiam-se com o facto de D. Carlos ir em viagem ao estrangeiro – França, Alemanha e Inglaterra, e não levar um Camarista, por não ter sido avisado que a apresentação de um embaixador ser em sobrecasaca e por a Rainha lhe ter comunicado que não queria que almoçasse no Paço sempre que houvesse recepção<sup>689</sup>. Acabou por não o fazer, acabando por desempenhar “satisfeitíssimo” o seu ofício de Camarista<sup>690</sup>.

Nos anos seguintes, novos melindres. Em 1898, o seu ofício encontrava-se em risco e, mais cedo ou mais tarde, acabaria por ser demitido. Pelo menos esta era a opinião do Conde de Sabugosa: “O Marquês de Pombal tem-se bastado de fazer patetices e com a disposição que já que se estava para com ele não tem muito tempo de Paço. Os seus dias estão contados.”<sup>691</sup> Embora fosse um “bom homem”, tinha “absoluta falta de tacto”<sup>692</sup>.

Todos os Gentis-homens tinham familiares que estavam – ou tinham estado – ao serviço da Casa Real. Se efectuarmos a comparação com o grupo de oficiais-mores, percebemos que a percentagem é superior relativamente a estes, o que nos faz

---

<sup>686</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 3 de Março de 1901, ASSL, Diário da Condessa, 1901.

<sup>687</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 4 de Março de 1901, ASSL, Diário da Condessa, 1901.

<sup>688</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 19 de Março de 1901, ASSL, Diário da Condessa, 1901.

<sup>689</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 29 de Setembro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.

<sup>690</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 30 de Setembro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.

<sup>691</sup> Carta do Conde de Sabugosa à Condessa de Sabugosa, Vila Viçosa, 12 de Dezembro de 1898, ASSL, MOR I, L1, caixa 2, maço 16.

<sup>692</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 22 de Junho de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897.

questionar acerca da importância dos laços familiares para o desempenho de ofícios na Casa Real, sobretudo para os que exigiam, pela proximidade e quotidiano, maior confiança. Por outras palavras, a confiança e o afecto do soberano em determinado indivíduo construía-se com a confiança adquirida pelo serviço à causa monárquica pelos vários familiares.

**Tabela VIII** – Percentagens relativas ao enquadramento familiar

	Familiares no serviço da Casa Real	Antepassados apoiantes de D. Pedro	Pariato em 1826
<b>Sim</b>	100	30	100
<b>Não</b>	0	60	0
<b>Desconhecido</b>	0	10	0

Se os antepassados dos oficiais-mores se dividiram mais ou menos equitativamente entre as duas facções que se digladiaram durante a guerra civil, no que respeita aos gentis-homens, o número de antepassados apoiantes da causa absolutista é exactamente do dobro. De facto, apenas o Marquês do Faial, Conde de Ficalho e Conde de Linhares provinham de famílias apoiantes de D. Pedro IV. Isto ao considerarmos tanto o Marquês de Fronteira como o Conde de Tarouca como representantes das famílias das mulheres e senhoras de Casa. Caso contrário, seriam considerados como familiares de adeptos da causa liberal.

Todos provinham de famílias que em 1826 tiveram assento na Câmara dos Pares, à excepção dos Marquesses de Faial e de Fronteira e do Conde de Tarouca, se considerarmos a família de origem e não as das mulheres, uma vez que descendiam de famílias que tinham sido tituladas apenas durante o reinado de D. Maria II<sup>693</sup>.

**Tabela IX** – Percentagens relativas ao serviço à Casa Real

	Mesmo ofício no reinado anterior	Morador da Casa Real	Ofícios-mores
<b>Sim</b>	40	20	70
<b>Não</b>	60	80	30

---

<sup>693</sup> O Marquês do Faial era filho dos Marquesses de Praia e Monforte

Apenas o Marquês de Alvito e os Condes de Linhares, Ficalho e Vila Nova da Cerveira haviam sido Gentis-homens da Câmara do Rei D. Luís. Os restantes foram nomeados por D. Carlos, embora, o Marquês de Pombal já tivesse exercido o ofício de Gentil-homem da Real Câmara ao serviço de D. Fernando. A antiguidade do exercício do cargo revestia-se de importância, uma vez que, na mesma categoria de ofício, a antiguidade da nomeação ditava a precedência entre os mesmos oficiais: “(...) *Em Outubro de 1872 fui nomeado Gentil-homem da Real Câmara ao Serviço de Sua Majestade El-Rei o Sr. D. Fernando. Quando faleceu El-Rei Senhor D. Fernando, El-Rei o Senhor D. Luís disse-me que ficava como até então seu Gentil-homem, e que não me chamava para fazer serviço porque o quadro já estava preenchido e no decreto em que nessa ocasião me conferiu a Grã-Cruz da ordem de Nossa Senhora da Conceição bem claramente diz: “Gentil-homem da minha Real Câmara”. Quando faleceu El-Rei Sr. D. Luís, o Conde de Ficalho, em nome de Sua Majestade o Sr. D. Carlos, nosso Augusto Amo, em carta que tenho em meu poder, me diz que fico com a mesma situação de Gentil-homem da Real Câmara, pela mesma forma que me encontrava no reinado anterior. Em 1894 fui chamado a fazer serviço e disse-me o conde de Ficalho, que não era nomeado porque já era Gentil-homem da Real Câmara, portanto única data da minha nomeação é de Outubro de 1872, como sempre foi reconhecido por Sua Majestade El-Rei, nas precedências que determinou, quando eu era Mestre-sala. Vejo hoje, numa lista de precedências de 1906, a data da minha nomeação em 1894, o que muito me admirou. Venho pois explicar-te isto tudo e pedir-te o favor de mandar substituir a minha precedência na Corte como Gentil-homem da Real Câmara (...) É evidente que este engano teve lugar por falta de esclarecimentos, sobre o assunto, que me apreze ter actualmente atingido agora.*”<sup>694</sup>

Tal como acontecia com os ofícios-mores, a expressividade de moradores da Casa Real é muito baixa. Apenas os Marqueses de Pombal e de Faial eram, respectivamente, moço-fidalgo e Fidalgo-Cavaleiro, ambos filhos secundogénitos, como observámos anteriormente.

---

<sup>694</sup> Carta do Marquês de Pombal ao Mordomo-mor, Conde de Sabugosa, Lisboa, 16 de Fevereiro de 1907, ASSL, Mordomia, maço 35, 21 (2).

Apenas o Marquês de Alvito, o Marquês de Fronteira e o Conde de Vila Nova da Cerveira não foram oficiais-mores<sup>695</sup>, ou seja, há uma grande coincidência entre o desempenho dos ofícios de Gentis-homens e o de oficiais-mores.

**Tabela X** – Percentagens relativas às carreiras

	Académica	Militar	Diplomacia
<b>Sim</b>	50	30	50
<b>Não</b>	50	70	50

Relativamente às carreiras, os Gentis-homens apresentavam-se divididos de forma equitativa relativamente à sua formação académica e à carreira na diplomacia. Com formação superior, para além do Conde de Tarouca, os Condes de Ficalho e Linhares e os Marqueses de Pombal e Faial. Estes últimos já foram referidos anteriormente, por isso basta referir o Conde de Tarouca, que cursou Matemática e Filosofia na Universidade de Coimbra.

À excepção do Marquês de Alvito e dos Condes de Linhares, São Lourenço, Tarouca e Vila Nova da Cerveira, os restantes ou foram adidos em delegações (Fronteira, Pombal e Faial), ou embaixadores extraordinários: o Conde de Ficalho à Coroação do Czar Nicolau II e o Visconde de Asseca à de Eduardo VII.

Tal como os oficiais-mores, os Gentis-homens da Câmara não apresentam grande expressividade no que respeita à carreira militar. De facto, apenas os Condes de Linhares, Tarouca e Vila Nova da Cerveira receberam formação militar.

**Tabela XI** – Percentagens relativas às carreiras políticas

	Deputado	Ministro	Partido	Pariato	Conselho de Estado	Governo Civil
Sim	20	0	10	60	10	10
Não	80	100	10	40	90	90
Desconhecido			80			

---

<sup>695</sup> O Conde de Tarouca, apesar de não ter sido oficial-mor durante o Reinado de D. Carlos, foi-o durante o de D. Manuel, nomeadamente Estribeiro-mor.

Quanto às suas carreiras políticas, a maior expressividade continua a ser do Pariato, equiparando-se à dos oficiais-mores não hereditários. De facto, apenas os Condes de São Lourenço, Vila Nova da Cerveira, o Marquês de Faial e o Visconde de Asseca é que não foram pares do Reino.

Relativamente aos restantes indicadores, estes são muito pouco significativos relativamente à participação política do grupo. De facto, os únicos deputados foram o Conde de Linhares e o Marquês de Fronteira. O primeiro, pelo partido Progressista. O segundo desconhece-se o partido. O Conde de Ficalho, embora não sendo deputado, encontrava-se politicamente associado ao partido Regenerador.

Nenhum dos gentis-homens foi ministro e apenas um fez parte do Conselho de Estado – o Conde de Ficalho, e outro Governador civil – o Conde de Linhares.

**Tabela XII** – Percentagens relativas aos maiores contribuintes de Lisboa

	<b>Maiores Contribuintes de Lisboa</b>
<b>Sim</b>	20
<b>Não</b>	80

Relativamente à sua participação no grupo dos maiores contribuintes, apenas o Conde de Linhares e o Marquês de Fronteira fizeram parte do grupo das maiores fortunas de Lisboa.

Em conclusão, da análise dos vários indicadores respeitantes aos Gentis-homens, percebe-se que a sua formação, carreira, participação política ou fortuna não eram os factores mais importantes para a sua escolha. De facto, a pertença à antiga Grandeza do Reino, nomeadamente à que havia sido agraciada por D. Pedro IV com o Pariato em 1826 era o principal factor de escolha. A pertença a este grupo terá permitido que os diversos membros destas famílias exercessem vários cargos na Casa Real, arregimentando as fidelidades à causa monarquia e conquistado a confiança régia.

Todavia, a afectividade não parece ter sido um critério da escolha dos Gentis-homens. Os Marqueses de Pombal e de Fronteira foram nomeados na mesma ocasião e relativamente à sua escolha apenas sabemos que foi uma decisão repentina do Rei, embora a Rainha desejasse que essa escolha fosse pelo menos comunicada ao seu

Mordomo-mor e Dama Camarista, Condes de Sabugosa: (...) *Le Roi s'est décidé tout d'un coup pour les Camaristas; a pensé au Marquis de Fronteira, et lui a demandé d'entrer à son service, il a en même temps chargé Ficalho de parler au Marquis de Pombal hier. Je voulais vous parler (entre nous) de ces deux nominations; en même temps, c'est ce qui m'a fait attendre 24 heures, et Pombal est bien venu aujourd'hui, mais sans réponse définitive, le Roi lui ayant fait dire qu'il ne pouvait pas rester Mestre-sala en faisant le service de Camariste. (...)*<sup>696</sup>

Pelo contrário, a escolha do Visconde da Asseca como Camarista ao serviço dos príncipes, em substituição de Mouzinho de Albuquerque, foi logo pensada após a morte deste, pela Rainha, a contragosto do Rei D. Carlos: *“Ainda esta noite não irei ao teatro. A Rainha voltou de casa da viúva do Mouzinho de tal forma nervosa ainda que prefiro não sair hoje, irei amanhã. Mas os nervos não a impediram de já querer dar batalha sobre a substituição do Mouzinho e imagina tu por quem? Pelo Visconde d'Asseca!! Não farei comentários que seriam supérfluos!! Faria bem melhor se recomeçasse a sua vida e fosse ao teatro. Acabaria com mais estranhas e desagradáveis versões (en tout bien, tout honneur) que hoje corriam. Paciência.”*<sup>697</sup> Percebe-se que a escolha do Visconde de Asseca, embora agradasse à Rainha, não aprazia o Rei.

Embora não pertencesse à categoria de Gentil-homem da Câmara, como vimos no capítulo antecedente, o Secretário Particular de D. Carlos estava também adstrito à Real Câmara.

O primeiro Secretário, o segundo Conde de São Mamede, fora nomeado aquando D. Carlos era ainda príncipe, por ter sido uma das pessoas envolvidas na contratação do seu casamento com a princesa de Orleães<sup>698</sup>. Filho do primeiro Visconde e Conde de São Mamede, comendador da Ordem de Cristo e Fidalgo-cavaleiro, fundador do *Brazilian and Portuguese Bank*, posteriormente *English Bank of Rio de Janeiro*, no Brasil, Jorge Ferreira Felício frequentou a Universidade de Bona.

Foi afastado do cargo em 1891. A 16 de Março pedira à Mordomia-mor a concessão de três meses de licença com vencimento por inteiro, que lhe foi

---

<sup>696</sup> Carta da Rainha D. Amélia à Condessa de Sabugosa, s.l., s.d., ASSL, Mor 1, M 4, caixa 3, maço 15, 1.16.

<sup>697</sup> Carta de D. Carlos ao Conde de Arnoso, s.l., s.d., BNP, Espólio do Conde de Arnoso, carta 3261.

<sup>698</sup> COLAÇO, Branca de Gonta, *Memórias da Marquesa de Rio Maior, Subserra, Bemposta*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2005, p. 205.

concedida<sup>699</sup>. Mais tarde, a 26 de Julho desse ano, foi dispensado do seu cargo, “*sem vencimento algum pela Real Fazenda e que se prolongará até ulterior resolução do mesmo Augusto Senhor*”<sup>700</sup>.

Todavia, o caso remontava ao início do ano precedente e devia-se à má administração do Secretário e sua incompatibilização com a própria Rainha, a qual perdera a total confiança nele: “*Depois de almoço, a cavalo com a Rainha. Tapada, Benfica, Carnaxide, Belém. Falou-me na história de S. Mamede. Disse-me que estava irremediavelmente perdido na sua estima. Além de mau administrador, não lhe pode perdoar por ter seduzido a M. C<sup>o</sup>. É verdade que são motivos muito fortes para não lhe perdoar. Mas pensava que há 4 meses ainda ele era o favorito de El-Rei facto Deus ex maquina. Eu disse à Rainha que sentia isto tudo e que sempre tive pena que o fizessem subir tanto e lhe dessem tantas atribuições com que na cabeça pouco forte não podia. Subiu-lhe o paço à cabeça, asneou, e agora deu grande trambolhão.*”<sup>701</sup>

A perda de confiança da Rainha no Conde de São Mamede era, na opinião do Conde de Sabugosa, inflamada propositadamente para prejudicar o secretário: “*Apareceu ali S: Mamede depois dalguns dias de ausência. O “Século” conta hoje uma história a que atribuí a sua saída do Paço. Antes a explique assim. A divulgação dos verdadeiros motivos era desagradável para todos. O pobre rapaz ao que disse tem na administração miserável e cada dia aparecem novas dívidas. Além disso as histórias da Rainha muito desagradáveis em si, e que muito influíram no espírito da Rainha têm sido habilmente explorados para prejudicarem o S. Mamede. Que grande trambolhão.*”<sup>702</sup>

Na sequência do pedido de licença sem vencimento pedida pelo Conde, D. Carlos apressa-se em encontrar um novo Secretário e vê em Bernardo Pindela as qualidades necessárias para o desempenho de tal tarefa. Além disso, nele deposita estima e confiança: “*Razões imperiosas de que falaremos forcem-me a conceder uma licença de três meses, (licença que provavelmente será agravada ulteriormente) ao Conde de S. Mamede, meu Secretário Particular A muita estima que tenho por ti e a*

---

<sup>699</sup> Ofício da Mordomia-mor ao Administrador da Real Fazenda, [Lisboa], 16 de Março de 1891, IANTT, Mordomia, Livro 43, fol. 8v.

<sup>700</sup> Ofício da Mordomia-mor ao Administrador da Real Fazenda, [Lisboa], 26 de Julho de 1891, IANTT, Mordomia, Livro 43, fol. 10.

<sup>701</sup> Diário do Conde de Sabugosa, 18 de Janeiro de 1890, ASSL, Diário do Conde, 1890.

<sup>702</sup> Diário do Conde de Sabugosa, 27 de Janeiro de 1890, ASSL, Diário do Conde, 1890.

*muita confiança que em ti deposito, levam-me a perguntar-te se te queres encarregar, por agora, de exercer este lugar. Sabes que não é uma sinecura e que é trabalhoso, mas sei que quando é necessário és trabalhador e muito, portanto dirás se podes aceitar. Creio que sim. É um lugar para o qual não só necessito não só do meu amigo, mas de pessoa da minha inteira confiança, eis porque me lembrei de ti. Tinha dito ao António [Sabugosa] que te dissesse para aqui vires amanhã às 18 horas da tarde. Acho melhor que já venhas prevenido do que se trata e por isso te escrevo.”*

Bernardo Pinheiro de Melo era filho do 1º Visconde de Pindela e 12º morgado de Pindela. O título remontava já à Monarquia Constitucional, nomeadamente ao reinado de D. Pedro V e não pertencia à Grandeza do reino. O pai de Bernardo fora, além de deputado, governador Civil de Braga e Viana do Castelo. Bernardo formou-se em matemática pela Universidade de Coimbra, tendo frequentado a Escola Politécnica de Lisboa e a Escola do Exército, tendo seguido a carreira militar e enviado como secretário da embaixada à Corte de Pequim. Tal como o Conde de Sabugosa, integrava o grupo de intelectuais dos *Vencidos da Vida*.

Como se pode constatar, a escolha dos secretários recaiu do grupo da antiga nobreza, sendo o principal critério a questão da afectividade, que permitia uma maior confiança, mais adequada às funções desenvolvidas naquele ofício.

Em conclusão, o critério aristocrático, nomeadamente a pertença às antigas Casas da Grandeza de Corte, herdeiras directas do Antigo Regime apenas funcionou para os ofícios mais destacados, nomeadamente os oficiais-mores e Gentis-homens. No caso dos oficiais-mores não hereditários, depois de escolhidos dentro daquele grupo de primeira plana, a escolha régia tendeu a recair nos que apresentavam maior educação, uma sólida carreira profissional, experiência política e até mesmo maiores fortunas.

Em contrapartida, para os ofícios menos destacados, como era o caso dos Secretários particulares, o critério afectivo foi o mais importante.

### **1.3. Os Veadores**

Após o casamento de D. Carlos com D. Amélia, foram nomeados para o seu serviço três Veadores: o Conde de Sabugosa, o Conde de Seisal e o Conde de São Miguel. No entanto, apenas os dois primeiros se manteriam ao seu serviço após a subida ao trono de D. Carlos, bem como as respectivas mulheres. Nesta ocasião, foram



escolhidos outros dois Veadores: o Conde da Ribeira Grande e António de Vasconcelos e Sousa. Com a morte do Conde de Seisal, o serviço manter-se-ia apenas com três Veadores. Após a nomeação do Conde de Sabugosa como Mordomo-mor do Rei, D. Vasco Cabral da Câmara, filho dos condes de Belmonte era designado para o cargo. Após a morte do Conde da Ribeira Grande, ocuparia o seu lugar o Conde das Galveias.

**Tabela XIII** – Os Veadores ao serviço da Rainha D. Amélia

<b>Títulos</b>	<b>Nomes</b>	<b>Datas</b>
9º Conde de Sabugosa	António Maria Vasco de Melo Silva César e Meneses	1886-1903
2º Conde de Seisal	Pedro Maurício Corrêa Henriques	1886-1890
9º Conde da Ribeira Grande	D. José Maria Gonçalves Zarco da Câmara	1889-1905
1º Conde de Figueiró	António de Vasconcelos e Sousa	1889-1908
D. Vasco Cabral da Câmara (Belmonte)		1903-1909
9º Conde das Galveias	D José de Avilez de Almeida Melo e Castro	1907-1909

Os Veadores eram titulares, à excepção de António de Vasconcelos e Sousa, que receberia o título somente durante o Reinado de D. Carlos, e de D. Vasco Cabral da Câmara. António Vasconcelos e Sousa, como vimos anteriormente, era neto paterno do terceiro Marquês de Castelo Melhor e D. Vasco Cabral da Câmara, filho dos terceiros Condes de Belmonte. Portanto, para além do título de Figueiró e do de Seisal (D. Maria II), todos os outros são anteriores à Monarquia Constitucional, remontando à quarta dinastia. Por isso, grande parte das famílias dos Veadores fez parte da lista dos pares nomeados por D. Pedro IV em 1826, à excepção da do Conde de Seisal. Todavia, a maior parte foi apoiante de D. Miguel durante a guerra Civil (Sabugosa, Belmonte e Castelo Melhor/Figueiró). Os restantes, à excepção da família do Conde de Seisal, que desconhecemos o seu posicionamento face à guerra civil, são liberais. Todavia, uma vez que o primeiro Conde de Seisal era irmão do Visconde de Torre Bela, presumimos que, tal como este, tenha aderido à causa liberal.

Tal como os Gentis-homens, todos os Veadores em serviço à Rainha D. Amélia possuíam familiares no serviço da Casa Real. Todavia, tal como aconteceu com os Secretários de D. Carlos, e ao contrário dos Gentis-homens, o recrutamento dos Veadores parece ter sido mais permeável ao acesso de não titulares ou a titulares mais recentes.

**Tabela XIV** – Percentagens relativas ao enquadramento familiar

	Familiares no serviço da Casa Real	Antepassados apoiantes de D. Pedro	Pariato em 1826
<b>Sim</b>	100	33	83
<b>Não</b>	0	50	17
<b>Desconhecido</b>	0	17	

Como vimos, apenas os Condes de Sabugosa e Seisal exerceram este ofício ainda durante o reinado anterior. Embora nenhum deles tivesse registado o foro de Morador da Casa Real, grande parte dos membros deste grupo exerceu outros ofícios na Casa Real, à excepção de D. Vasco Cabral da Câmara. Dos que exerceram outros cargos, quase todos foram Oficiais-mores, à excepção do Conde de Seisal, que pertencera à Casa militar, nomeadamente como ajudante de campo do infante D. Augusto e do Rei D. Luís.

**Tabela XV** – Percentagens relativas ao serviço da Casa Real

	Mesmo ofício no reinado anterior	Morador da Casa Real	Outros ofícios na Casa Real	Ofícios-mores
<b>Sim</b>	33	0	83	67
<b>Não</b>	67	100	17	33

Relativamente à sua formação e carreira, verifica-se o mesmo que acontecia relativamente aos Camaristas, ou seja, um equilíbrio entre a existência ou não de formação académica, bem como de uma carreira diplomática. Por um lado, apresentavam formação académica, os Condes de Ribeira Grande, Sabugosa e D. Vasco Belmonte. Por outro, fizeram carreira diplomática, os Condes de Ribeira Grande, Sabugosa e Figueiró.

A carreira militar é muito pouco expressiva, tendo apenas havido um Veador que a seguiu – o Conde de Seisal.

**Tabela XVI** – Percentagens relativas à carreira

	Académica	Militar	Diplomacia
<b>Sim</b>	50	17	50
<b>Não</b>	50	83	50

Quanto à participação política, os resultados demonstram a sua pouca actividade, à excepção do Pariato, que apenas o Conde das Galveias e D. Vasco da Câmara não fizeram parte. De resto, apenas o Conde de Sabugosa foi deputado, pelo partido Progressista.

**Tabela XVII** – Percentagens relativas à carreira política

	<b>Deputado</b>	<b>Ministro</b>	<b>Partido</b>	<b>Pariato</b>	<b>Conselho de Estado</b>	<b>Governo Civil</b>
Sim	17	0	0	67	0	0
Não	83	100	17	33	100	100
Desconhecido			83			

Finalmente, apenas dois indivíduos surgiam nas maiores fortunas de Lisboa na segunda metade do século XIX, nomeadamente os Condes de Sabugosa e Ribeira Grande.

**Tabela XVIII** – Percentagens relativas à participação nos Maiores contribuintes de Lisboa

	<b>Maiores Contribuintes de Lisboa</b>
<b>Sim</b>	33
<b>Não</b>	67

Em conclusão, existem algumas semelhanças dos Veadores com os Gentis-homens. Ambos os ofícios possuíam familiares que desempenharam ofícios na Casa Real, e a sua formação académica, carreira profissional, experiência política e fortuna não foram os critérios de selecção. Todavia, ao contrário dos Gentis-homens, o critério de escolha dos Veadores teria sido a afectividade. Tal como acontecia com o ofício de Secretário Particular, a escolha dos Veadores era menos rigorosa quanto ao critério aristocrático, desde que cumprisse o da nobreza de nascimento. Isto significava que o recrutamento destes oficiais não estava restrito ao grupo da antiga Grandeza de Corte, como acontecia com os oficiais-mores e os Gentis-homens. É nesse sentido que se compreendem as palavras da Condessa de Seisal à Rainha, por ocasião da nomeação de D. Vasco Cabral da Câmara, um filho segundo, como Veador: “[Je] *connais peu* Vasco Belmonte, *mais je le trouve sympathique et puisque Votre Majesté a pensé a lui par son*

Veador, *c'est qu'il allie surement à la noblesse de naissance celle de caractère et qu'il est digne sous tous les rapports de cette haute distinction*"<sup>703</sup>,

#### 1.4. As Damas Camaristas

Como vimos, com o casamento de D. Amélia foram nomeados 3 Veadores para o seu serviço e, como Damas, as respectivas mulheres dos titulares. De facto, a 12 de Maio de 1886 era nomeada a Condessa de Sabugosa e de Murça: “*Sua Majestade a Rainha, atendendo às qualidades e merecimentos que concorrem na pessoa de Vossa Excelência, há por bem nomeá-la para o serviço de Dama Camarista de Sua Alteza Real a Princesa, o que de ordem da Rainha participo a Vossa Excelência para sua inteligência*”<sup>704</sup>

No dia seguinte, foram nomeadas quatro Damas, duas para serviço da Rainha D. Maria Pia e outras duas para o da Princesa D. Amélia: “*Sua Majestade El-Rei tendo elegido a Marquesa de Pombal, a Condessa de Bertandos, D. Ana, a Condessa de São Miguel e a Viscondessa de Seisal para Damas Camaristas de Sua Majestade a Rainha, devendo as duas últimas [ser] consideradas o serviço de Sua Alteza a sereníssima Senhora a Princesa Maria Amélia, (...)*”<sup>705</sup>.

Assim, foram nomeadas três Damas. A primeira, a Condessa de Sabugosa, por casamento, e de Murça por direito próprio<sup>706</sup>. A nomeação da Condessa de Sabugosa e de Murça como Dama seria confirmada quando D. Amélia se tornou Rainha: “*El-Rei, atendendo às qualidades e merecimento de Vossa Excelência, há por bem nomeá-la Dama Camarista de Sua Majestade a Rainha, conservando-lhe ao mesmo tempo as honras de Dama honorária de Sua Majestade a Rainha, a Senhora Dona Maria Pia (...)*”<sup>707</sup>

---

<sup>703</sup> Carta da Condessa de Seisal à Rainha, s.l., 26 de Junho de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7377.

<sup>704</sup> Ordem de serviço da Camareira-mor da Rainha D. Maria Pia à Condessa de Sabugosa, Lisboa, 12 de Maio de 1886, ASSL, Estante do Relógio, caixa 5, maço 6.

<sup>705</sup> Cópia do ofício do Ministro do Reino, José Luciano de Castro dirigido à Camareira-mor, a Marquesa do Funchal, Lisboa, 13 de Maio de 1886, IANTT, Casa Real, caixa 7362.

<sup>706</sup> Bisneta do décimo quarto Senhor e primeiro Conde de Murça, governador e capitão general de Angola e dos Açores, presidente do Erário Régio, ministro e secretário de Estado, que foi elevado à titulação ainda em vida de D. João VI. A mãe de D. Mariana das Dores era filha de uma das irmãs do primeiro Duque de Palmela, D. Mariana Vicência de Sousa Holstein, terceira Condessa de Alva pelo casamento

<sup>707</sup> Ofício da Camareira-mor da Rainha D. Amélia à Condessa de Sabugosa, Lisboa, 15 de Dezembro de 1889, ASSL, Estante do Relógio, caixa 5, maço 6.

A segunda, a Condessa de Seisal, era a segunda mulher do segundo Conde desse título (e irmã da falecida mulher) e filha de Rodrigo Delfim Pereira, diplomata e filho ilegítimo atribuído a D. Pedro IV e a Maria Benedita de Castro Canto e Melo, Baronesa de Sorocaba pelo seu casamento com o Barão desse título<sup>708</sup>. D. Maria Germana rapidamente passaria a ser chamada de Mariquita pela Rainha D. Amélia, *petit nom* pelo qual era tratada.

Finalmente, a terceira fora Condessa de São Miguel, que deixou de estar a seu serviço quando D. Amélia foi elevada a Rainha.

Nessa ocasião foi nomeada Camareira-mor a Duquesa de Palmela, D. Maria Luísa de Sousa Holstein, senhora de sua casa, à qual pertencia o ofício de Capitão da Guarda Real dos Archeiros, ofício desempenhado por seu marido. Possuidora de uma das maiores fortunas da época, a ponto de se ter pensado o seu casamento com D. Luís, ainda infante<sup>709</sup>, era, de todas as senhoras de Casa à época, a que ostentava o maior título.

Por essa ocasião, nomeou-se uma outra senhora como Dama Camarista: D. Josefa Sandoval y Pacheco, mulher de António Vasconcelos e Sousa, também nomeado Veador nessa altura e filha do secretário da Legação de Espanha em Lisboa, D. João Baptista de Sandoval y Marascón e de sua mulher, D. Rita Júlia Ruiz Pacheco.

Seguir-se-iam três outras Damas, todas solteiras e nenhuma delas titular, mas de origem aristocrática: logo em 1890, D. Isabel de Almeida Lobo Melo e Castro e D. Isabel Saldanha da Gama, esta última para entrar propositadamente ao serviço dos príncipes. Dois anos mais tarde, seria nomeada D. Maria Francisca de Menezes.

D. Isabel de Almeida Lobo Melo e Castro era filha do oitavo Conde das Galveias, D. Francisco Xavier Lobo Almeida de Melo e Castro, casado com uma das filhas dos primeiros Duques de Palmela, D. Catarina de Sousa Holstein. D. Isabel era assim prima co-irmã de D. Luísa de Sousa Holstein.

D. Isabel Saldanha da Gama era filha do oitavo Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, Par, Deputado, Vedor da Casa Real e

---

<sup>708</sup> CORRÊA, Manuel de Mello (dir.) *Anuário da Nobreza de Portugal*, Tomo II, p. 535; ZUQUETE, Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, vol. I, p. 749.

<sup>709</sup> OLIVEIRA, Eduardo Fernandes de, SANTOS, Fernando Brederode, *Brederode da Holanda a Portugal. Oito séculos de uma família Europeia*, p. 201.

Governador Civil de Lisboa. A mãe era filha dos primeiros Condes de Vila Real, D. Maria Teresa de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos<sup>710</sup>.

Finalmente, D. Maria Francisca de Meneses, filha de D. António Pedro Jorge de Meneses Portugal e Silva, da Casa da Flor da Murta e Senhor do Reguengo da Carvoeira e de D. Eugénia de Almeida e Vasconcelos, filha dos segundos Condes da Lapa e cujo Conde desempenhava o ofício de Porteiro Mor.

Assim, as Damas tinham diversas origens familiares: as titulares e senhoras de Casa (Duquesa de Palmela e Condessa de Murça); titulares por casamento (Condessa de Seisal); filhas de titulares (D. Isabel Galveias e D. Isabel Ponte); netas de titulares (D. Maria Francisca de Meneses) ou casadas com netos de titulares (D. Josefa de Sandoval y Pacheco). Ainda que já só houvesse uma categoria de Damas, e embora todas oriundas da aristocracia, por nascimento ou por casamento, esta diversidade de estatutos faz lembrar as diversas categorias, mencionadas no capítulo antecedente, que até meados do século XIX ocorria na família feminina ao serviço da Casa da Rainha. A maior parte dos títulos das famílias destas senhoras eram anteriores a 1826, com excepção do título Seisal e Figueiró, este último concedido já durante o reinado de D. Carlos.

**Tabela XIX** – Damas ao serviço da Rainha D. Amélia

<b>Título</b>	<b>Nome</b>	<b>Datas</b>	<b>Estado</b>
<i>Duquesa de Palmela</i>	<i>D. Maria Luísa de Sousa Holstein</i>	1889-1908	<i>Casada</i>
Condessa de Sabugosa	D. Mariana das Dorez	1886-1908	Casada
Condessa de Seisal	D. Maria Germana de Castro Pereira (Mariquita)	1886-1908	Viúva 1890
Condessa de Figueiró	D. Josefa Sandoval y Pacheco (Pepita)	1889-1908	Casada
	D. Isabel de Almeida Lobo Melo e Castro (Galveias)	1890-1908	Solteira
	D. Isabel Saldanha da Gama (Ponte)	1890-1908	Solteira
	D. Maria Francisca de Meneses	1892-1908	Solteira

O processo de escolha de Isabel Ponte e D. Isabel Galveias decorreu logo no início do ano de 1890. Por essa altura, já estavam ao serviço da Rainha D. Amélia as duas das Damas que a serviam enquanto Princesa – as Condessa de Sabugosa e de Seisal, e Pepita já havia sido escolhida, bem como a Camareira-mor. Todavia, a morte do Conde de Seisal, Veador da Rainha, poria o lugar da viúva em risco. Em carta à

---

<sup>710</sup> Há uma ligação familiar com a Duquesa de Palmela. D. Isabel era neta de D. Teresa de Sousa Holstein, uma das irmãs de D. Pedro de Sousa e Holstein, primeiro Duque de Palmela.

Rainha, a Duquesa de Palmela coloca a questão de a Dama continuar a efectuar o serviço: “(...) *quant à la pauvre Mariquita il est bien naturel que Votre Majesté lui permette de ne plus faire de service. Votre Majesté ne pense-elle pas à la remplacer? La Reine Maria Pia ayant quatre Damas Camaristas, il est naturel que Votre Majesté en ait quatre aussi; d’ailleurs le service se ferait ainsi bien mieux.*”<sup>711</sup> Todavia, a Condessa de Seisal continuaria em serviço.

A Camareira-mor fora encarregada pela Rainha de lhe apresentar uma lista de possíveis candidatas para o desempenho do ofício. A incumbência desta tarefa podia revestir-se de vários significados. Por um lado, a D. Amélia poderia não dispor de todos os conhecimentos acerca das aristocratas sobre as quais recairia a escolha, daí a necessidade de alguém com conhecimentos imprescindíveis da sociedade de corte portuguesa, onde ingressara não havia quatro anos. Por outro lado, poderia também ser uma prerrogativa da Camareira-mor o aconselhamento da Rainha quanto à escolha das Damas. Certo é que, ao fazê-lo, a Camareira-mor estava em condições de favorecer alguém das suas relações.

Numa primeira carta, em finais de Janeiro de 1890, são sugeridas quatro senhoras: Benedita Resende, Assunção Angeja, Maria Francisca de Meneses e Maria José Figueira. Acrescentava ainda dois nomes para o serviço do Príncipe Real – Teresa e Isabel Ponte: “*elles sont toutes les deux très capables*”<sup>712</sup>. Em carta do dia seguinte, a Duquesa tecia rasgados elogios às senhoras que listava, sobretudo a Benedita Resende, ressaltando no entanto que não as conhecia muito intimamente: “*Quant aux Dames, dont j’ai envoyé les noms à Votre Majesté, sans les connaitre très intimement, je crois pouvoir vous assurer qu’elles sont capables: Benedita Resende, sous une apparence frivole, est très sérieuse, très droite, très intelligente, très gaie, et une agréable compagnie – elle a 27 ans – les autres sont bien élevées et gentilles.*”<sup>713</sup>

No entanto, a opção da Rainha recaiu sobre Isabel Galveias, embora pedisse segredo dessa escolha à Duquesa. A preferência parecia agradar à própria Duquesa – ou assim quis fazer parecer – e as reticências que detinha eram relativas não à pessoa da

---

<sup>711</sup> Carta da Duquesa de Palmela à Rainha D. Amélia, Celas, 1 de Abril de 1890, IANTT, Casa Real, caixa 7374.

<sup>712</sup> Carta da Camareira-mor à Rainha D. Amélia, s.l., 23 de Janeiro de 1890, IANTT, Casa Real, caixa 7374.

<sup>713</sup> Carta da Camareira-mor à Rainha D. Amélia, s.l., 24 de Janeiro de 1890, IANTT, Casa Real, caixa 7374.

Dama escolhida, mas sim à sua família porque, na verdade, supunha que a visada reunia todas as qualidades necessárias para o desempenho do cargo: educação, honestidade, instrução, inteligência e vivacidade – as mesmas que realçava relativamente a Isabel Ponte, outra das escolhidas. Aproveitava ainda para demonstrar o desagrado sobre a hipotética escolha da Condessa de Sabugal. Percebe-se que era uma questão pessoal, a qual tornaria a convivência entre Camareira e Dama desagradável. No entanto, a Duquesa, muito diplomaticamente, imputava-lhe algumas características que considerava negativas para o desempenho das funções em questão: antipatia, má-educação e falta de polidez. Por último, apresentava uma nova lista de possíveis Veadores e Damas: Marquês de Pombal, José Pombal, José Ferrão, Alexandre Resende, Francisco Galveias, Lencastre, Teresa Ponte, Maria Amália Figueira (mulher de José Pombal), Maria Barbosa (mulher de Alexandre Resende) e Condessa de Lagoaça (D. Maria Francisca, filha dos Marqueses de Belas): “(...) *le choisis de Votre Majesté ne pouvait tomber sur quelqu’un de plus digne que d’Isabel Galveias. Je l’ai déjà dit souvent à Votre Majesté et même Vous devez vous souvenir combien je l’ai défendue lorsqu’on l’accusait de coquetterie, mon unique hésitation était la maladie de sa famille, mais puis que cette cause est écartée, j’assure à Votre Majesté qu’Isabel réunit toutes les qualités que Vous pourriez désirer, trouver en votre Dame d’honneur, elle est bonne élevée, honnête, droite, comme il faut, instruite, intelligente et avez cela. (...) De même pour Isabel Ponte, de qui je n’ai entendu dire que du bien, elle est très consciencieuse, instruite, presse, ce qui n’est pas à dédaigner car elle réunit cette qualité à un caractère gai et enjoué, sans simagrées, sans exigences, se pliant parfaitement aux circonstances, bref, je ne crois pas, que Votre Majesté puisse trouver mieux. (...) Quant à la Comtesse de Sabugal, puisque Votre Majesté me demande franchement mon avis, je lui répondrai avec toute impartialité que je ne pense pas qu’elle réunisse les qualités nécessaires pour remplir le but désiré; elle est antipathique à presque tout le monde, d’un caractère désagréable, impolie, et pas du tout distinguée. Et maintenant que Votre Majesté me permette un mot sur mon opinion personnelle: étant brouillé avec elle, ne lui parlant pas, ayant beaucoup à me plaindre d’elle, il me serait très difficile et désagréable d’avoir à vivre, jusqu’à un certain point intimement avec elle, ce qui arriverait si Votre Majesté la prenait à son service.*”<sup>714</sup>

---

<sup>714</sup> Carta da Camareira-mor à Rainha D. Amélia, s.l., 7 de Fevereiro de 1890, IANTT, Casa Real, caixa 7374.



Após a escolha, o passo seguinte era endereçar o convite às escolhidas, de forma não oficial, que só ocorreria após a sua aceitação. Numa primeira abordagem feita pela Duquesa a Isabel Galveias, junto de seu pai, não foi bem sucedida. O Conde de Galveias estava doente e não queria separar-se de suas filhas, levando Isabel Galveias a escrever à Rainha, recusando a honra<sup>715</sup>. No entanto, dias depois, o Conde das Galveias recuava na sua decisão, aceitando que a filha fosse nomeada Dama Camarista. Todavia, a Duquesa de Palmela pedia à Rainha para que D. Isabel entrasse de serviço somente quando a Dama ao serviço dos Príncipes também entrasse, de forma a permitir que a agraciada tivesse tempo necessário para efectuar todos os preparativos, nomeadamente a nível de vestuário<sup>716</sup>.

Dois dias depois, Isabel Galveias era apresentada à Rainha que, em comentários dirigidos à Duquesa, a considerou simpática, donde se depreende que a Rainha não a conhecia pessoalmente: *“Je suis bien contente de savoir que Votre Majesté a trouvé Isabel Galveias sympathique (...) Il ne manque que donc plus que de nommer la Damme pour le Prince, et j’espérer que Votre Majesté ne tardera pas longtemps à me donner ses ordres à ce sujet, car alors seulement votre service sera complet.”*<sup>717</sup>

Por outro lado, era também importante para a Rainha saber se a nova Dama estava satisfeita na sua nova condição, como garante da estima e afecto para com a soberana. É nesse sentido que podemos compreender o interesse da Duquesa de Palmela em reportar a D. Amélia o sentimento de Isabel Galveias após os primeiros tempos de serviço: *“Isabel Galveias en sortant hier de service est venue de me voir pour me dire combien Votre Majesté avait été bonne pour elle, et a quel point elle était heureuse d’avoir accepté de vous service.”*<sup>718</sup>

D. Amélia incumbiria também a sua Camareira-mor de sondar Isabel Ponte acerca da nomeação para o ofício de Dama ao serviço dos Príncipes. Somente após a resposta afirmativa por parte desta, é que a Duquesa iria então reunir-se com Isabel Ponte, para lhe fazer o convite oficial<sup>719</sup>. O encontro de ambas encantou a Duquesa, que

---

<sup>715</sup> Carta da Camareira-mor à Rainha D. Amélia, s.l., 10 de Fevereiro de 1890, IANTT, Casa Real, caixa 7374.

<sup>716</sup> Carta da Camareira-mor à Rainha D. Amélia, s.l., 16 de Fevereiro de 1890, IANTT, Casa Real, caixa 7374.

<sup>717</sup> Carta da Camareira-mor à Rainha D. Amélia, s.l., 18 de Fevereiro de 1890, IANTT, Casa Real, caixa 7374.

<sup>718</sup> Carta da Camareira-mor à Rainha D. Amélia, s.l., [1890], IANTT, Casa Real, caixa 7376.

<sup>719</sup> Carta da Camareira-mor à Rainha D. Amélia, s.l., [1890], IANTT, Casa Real, caixa 7374.

lhe teceu os mais rasgados elogios, por considerar que Isabel Ponte reunia todas as qualidades necessárias para o exercício das funções pretendidas: “Isabel Ponte (...) *elle est parfaite, et réussit toutes les qualités que Votre Majesté peut désirer trouver dans celle qui doit remplir la mission difficile et délicate dont Votre Majesté va la charger. Elle m’a charmée, par son air franc et sympathique, je lui ai tout dit, et elle a très bien saisi toutes les manières, et Votre Majesté verra qu’elle saura tenir sa place avec tact. Elle est très contente et très flattée d’avoir été choisie par Votre Majesté et elle m’a dit qu’elle ferait tout son possible, afin que Votre Majesté ne soit pas désappointée. Elle remercie Votre Majesté pour tout ce qu’elle veut bien faire pour elle. Elle voudrait, que Votre Majesté permette à la Comtesse da Ponte sa Mère, qu’elle aille vous la présenter, (...). N’oubliez pas, chère Reine, de faire dire à Serpa de m’envoyer l’ordre pour la nomination officielle.*”<sup>720</sup>

Pela leitura desta missiva, conclui-se que, tal como acontecia com Isabel Galveias, Isabel Ponte não tinha sido apresentada formalmente à Rainha, o que significa que D. Amélia desconhecia as Damas que iriam entrar ao seu serviço, pelo que os conselhos da Camareira-mor se revelavam essenciais para a escolha das mesmas, conselhos esses que se tornavam a oportunidade ideal para dar preferência às suas próprias amizades ou, pelo contrário, afastar a possibilidade de pessoas da sua inimizade serem nomeadas, como aconteceu com a Condessa do Sabugal.

O processo da nomeação passava então pelo Ministério, que decretava o dito provimento. No entanto, e apenas por costume, a Camareira-mor enviava um aviso à Dama, anunciando-lhe a nomeação: “ (...) *Toutefois, j’ai transmis à Isabel Ponte, les ordres de Votre Majesté et ayant reçu hier soir du ministère, la communication du décret royal la nommant Dame d’honneur de Votre Majesté au service des Princes, je lui ai, ce matin, adressé la lettre d’usage pour le lui annoncer.*”<sup>721</sup> Ou seja, a nomeação oficial passava pelo Ministério do Reino, não bastando a nomeação pelos oficiais da Casa Real. No entanto, estes não deixavam de a fazer, não só por costume, mas como uma afirmação do pouco poder que ainda detinham.

Após a apresentação à Rainha, esta encontrava-se já em condições de tecer alguns comentários acerca das Damas que entravam agora ao seu serviço à Duquesa de

---

<sup>720</sup> Carta da Camareira-mor à Rainha D. Amélia, s.l., s.d. [1890], IANTT, Casa Real, caixa 7374.

<sup>721</sup> Carta da Camareira-mor à Rainha D. Amélia, s.l., [1890], IANTT, Casa Real, caixa 7374.

Palmela: *“Je remercie Votre Majesté (...) de m’avoir dit qu’Elle est contente d’Isabel Galveias et que son impression d’Isabel Ponte a été bonne. Celle-ci, en revenant du Palais, m’a écrit pour me dire combien Votre Majesté avait été bonne pour elle, elle revenait, enthousiasmée et complètement sous le charme de votre amabilité et bienveillance (...).”*<sup>722</sup>

Por estas linhas, percebe-se que, acima de tudo, o desempenho deste cargo exigia essencialmente confiança por parte da Rainha em quem o exercesse. Ainda que não fosse o factor decisivo para essa escolha, visto que, à partida, D. Amélia não conhecia pessoalmente as Damas, era certamente a condição essencial para a manutenção do ofício, até porque eram estas as senhoras que a partir do momento da sua nomeação, passariam a ser as mais íntimas da soberana, uma vez que o seu círculo de amizades se resumia praticamente a estas. Esta constatação é corroborada por D. Teresa Saldanha da Gama, em carta ao filho, referindo-se ao quotidiano do Paço, que se conservava *“num isolamento que não é dos nossos dias. Porque não há-de a Rainha ter senhoras à noite como a outra gente, convidadas é claro, fazer música e conversar e um simples chá. O ano dava para contentar muitas.”*<sup>723</sup>

Esta confiança por parte da Rainha era conveniente que se estendesse também aos restantes oficiais. Era necessário existir um equilíbrio entre a vontade da soberana e um consentimento implícito dos restantes oficiais que desempenhassem funções na sua Casa. É nessa conjuntura que podemos enquadrar as duas cartas enviadas, uma do Conde de Seisal ao Conde de Sabugosa, felicitando-o pela nomeação de D. Mariana das Dores, outra da Condessa de Seisal à Rainha, demonstrando o seu apreço pela designação de D. Maria Francisca de Meneses como Dama Camarista. Claramente se tratam de missivas de cortesia, mas que na prática serviam também para melhorar o relacionamento não só entre oficiais, mas também entre oficiais e Família Real: *“Agora só te quero dar um grande abraço e felicitar-te pela escolha acertadíssima a mais não poder ser, que fez Sua Majestade a Rainha, nomeando a Senhora Condessa sua Dama efectiva. Não imaginas quanto prazer me causou esta notícia que me foi dada pela Mariquita e confirmada pelos jornais recebidos hoje. Ninguém se achava melhor no caso de desempenhar um daqueles lugares do Paço onde se requerem tantas coisas em*

---

<sup>722</sup> Carta da Camareira-mor à Rainha D. Amélia, s.l., 27 de Fevereiro de 1890, IANTT, Casa Real, caixa 7374.

<sup>723</sup> Carta de D. Teresa Saldanha da Gama para seu filho Francisco, Lisboa, 18 de Maio de 1906, Arquivo Ponte, carta 423.

*geral difícil de reunir. (...) Felicito-a muito e muito da minha parte, mas dizendo-lhe que é sobretudo a Rainha, que eu felicito.”*<sup>724</sup> Como se depreende, a felicitação última acabava não apenas por ser à Condessa de Sabugosa, mas à Rainha, pela escolha que fez, do agrado do Conde de Seisal. O mesmo agrado que a mulher expressou a D. Amélia, pela nomeação de D. Francisca de Meneses: “*Le choix de Votre Majesté est des meilleures. J’ai une excellente opinion de Maria Francisca de Meneses et je lui crois toutes qualités sérieuses que la reine désirait rencontrer.*”<sup>725</sup>

Como pudemos verificar, o recrutamento das Damas passava por uma pré-selecção efectuada pela Camareira-mor e só então escolhidas pela Rainha. Tal como acontecia com Secretários Particulares e Veadores, o critério aristocrático não era essencial na sua escolha, ocorrendo uma maior permeabilidade na origem social das escolhidas. Com efeito, algumas eram oriundas da nobreza de segunda linha, como a Condessa de Seisal, D. Josefa Sandoval y Pacheco ou até mesmo D. Maria Francisca de Meneses. Em contrapartida, a escolha não dependia tanto do afecto pois, como vimos, a Rainha não conhecia pessoalmente algumas das Damas. A importância da afectividade estaria presente na manutenção quotidiana do ofício, ditando o afastamento de D. Isabel Galveias e o favoritismo dispensado a D. Josefa Sandoval y Pacheco, que obteria inclusive o título de Condessa de Figueiró.

Em conclusão, relativamente ao recrutamento dos oficiais superiores da Casa Real durante o reinado de D. Carlos há vários aspectos a considerar. No conjunto dos oficiais-mores distinguem-se dois grupos. Um era respeitante aos ofícios hereditários e, como tal, inerentes a determinadas casas titulares, não sendo resultado de uma escolha do Rei. Outro, em maior número, constituído por ofícios não hereditários. Estes apresentavam uma maior formação académica comparativamente à totalidade dos ofícios superiores da Monarquia, incluindo Gentis-homens e Veadores.

Em contrapartida, as carreiras políticas, à excepção do Pariato, em muitos casos hereditário, eram muito pouco significativas na maior parte da totalidade dos ofícios superiores, ao contrário da carreira diplomática que, usual na aristocracia durante o

---

<sup>724</sup> Carta do Conde de Seisal ao Conde de Sabugosa, Cannes, 28 de Fevereiro de 1886, ASSL, Estante do relógio, caixa 5, maço 6.

<sup>725</sup> Carta da Condessa de Seisal à Rainha D. Amélia, s.l., 24 de Novembro de 1892, IANTT, Casa Real, caixa 7377.

Antigo Regime<sup>726</sup> continuava expressiva neste reinado, ainda que não fosse preponderante.

À excepção do Capelão-mor, Chefe da Casa Militar e o Aio a principal via de acesso aos ofícios superiores da monarquia continuava a ser a nobreza. No entanto, há algumas diferenças entre grupos. Enquanto que os oficiais-mores, hereditários ou não, e os Gentis-homens são recrutados essencialmente no seio da antiga aristocracia de Corte, o grupo dos Secretários Particulares e Vedores apresentam maior permeabilidade ao recrutamento de uma nobreza mais recente. Apesar desta diferença, o alinhamento político dos antepassados dos oficiais durante a guerra civil não teve qualquer consequência na hora de proceder às nomeações dos oficiais da Casa Real durante o reinado de D. Carlos.

A acumulação de ofícios nas mesmas famílias e até nos mesmos indivíduos é comum a todas as categorias, mas mais evidente nos Gentis-homens e Vedores<sup>727</sup>. A confiança estabelecida entre soberano e servidores, necessária para o bom desempenho do serviço, sobretudo na Real Câmara, não diferia da fidelidade e gratidão destacada por Pedro Cardim, característica das escolhas destes ofícios durante o Antigo Regime<sup>728</sup>. Todavia, ao contrário do que acontecia nesta época, em que os familiares dos oficiais, inclusive das senhoras de corte, concentravam em si os principais ofícios palatinos, administrativos, militares, diplomáticos e ultramarinos<sup>729</sup>, nos finais da Monarquia Constitucional essa concentração circunscrevia-se quase em exclusivo aos ofícios palatinos. A Coroa já não detinha a exclusividade do poder político, como até então

---

<sup>726</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa Corte e património das rainhas de Portugal*, (...), p. 436.

<sup>727</sup> As ligações familiares detinham também alguma importância no recrutamento das categorias inferiores do pessoal da Casa, visível pela presença de indivíduos com o mesmo apelido. A título de exemplo, no Almoxarifado da Pena trabalhavam quatro indivíduos com o apelido Lourenço: o encarregado, o apontador, e dois moços; no de Mafra, dois de apelido Jorge – o Almoxarife e o escriturário – e de apelido Gomes – um moço e uma varredeira; ou no do Porto, dois Ochoa – um moço e uma costureira. Algumas destas supostas relações familiares são confirmadas pela documentação recebida na Administração da Fazenda da Casa Real. Após a morte da encarregada da roupa do Palácio, Maria Filomena Gomes, é sugerida para o seu lugar, a mulher de um dos moços do mesmo Palácio: Anos mais tarde, no mesmo Almoxarifado, situação idêntica aconteceria após a morte de uma das varredeiras, sendo sugerida para o seu lugar a nora da falecida. Folha dos ordenados referentes a Dezembro de 1902, IANTT, Casa Real, caixa 6038; Ofício do Almoxarife de Mafra ao Administrador da Fazenda da Casa Real, Mafra, 22 de Dezembro de 1903, IANTT, Casa Real, Caixa 6103, 437; Ofício do Almoxarife de Mafra ao Administrador da Fazenda da Casa Real, Mafra, 24 de Fevereiro de 1907, IANTT, Casa Real, Caixa 6225, 88.

<sup>728</sup> CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos*. (...), p. 446-452.

<sup>729</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa Corte e património das rainhas de Portugal, 1640-1754. Poderes, Instituições e Relações sociais*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Dissertação de doutoramento em Historia Moderna, 1999, p. 193.

acontecia e a nomeação para cargos na política e na administração estava dependente de outras instituições, onde inclusive a presença de aristocratas era cada vez mais escassa, face à concorrência de outros grupos sociais.

Se tivermos em atenção o aumento do número de titulares ao longo do século XIX, contrastante com o restrito número de famílias aristocratas que desempenhavam ofícios na Casa Real no final da Monarquia Constitucional, o carácter exclusivo da Casa Real era ainda mais evidente. Esta exclusividade, que oferecia um estatuto privilegiado a quem dela fizesse parte, era mantida pelo próprio Rei, que afastava qualquer tentativa de intromissão externa, nomeadamente do poder político. Desta forma, o Rei mantinha o seu próprio poder incólume, pelo menos no que respeitava a esta questão. Todavia, ao manter afastado da Casa Real grande parte dos Grandes do Reino e a quase totalidade da nobreza, a Família Real estava completamente isolada e o regime monárquico sem o sustentação das suas bases tradicionais de apoio.

## **2. Benefícios e inconvenientes**

Vimos a importância da confiança para o recrutamento dos oficiais, que muitas vezes se traduzia pela antiguidade do serviço à Casa Real, não só das pessoas escolhidas, mas sobretudo da Casa que representavam e pelas relações familiares que detinham. Fica, no entanto, por compreender, no que se traduzia esta relação, nomeadamente os benefícios ou inconvenientes que o desempenho do serviço à casa Real trazia.

Como vimos no capítulo antecedente, pelo menos para Camaristas, Damas, Veadores e alguns dos oficiais, os ofícios eram altamente remunerados quando comparados com os inferiores. No entanto, se compararmos com outros cargos da Administração Pública, quer a nível central, quer periférico, verificamos que essas remunerações não eram assim tão elevadas. Procurámos sistematizar a informação na tabela seguinte, que apresenta os valores dos vencimentos anuais dos ofícios superiores da Casa Real, bem como os dos funcionários da Administração Central e Periférica, em particular dos Governos Cívicos de Lisboa e Porto<sup>730</sup>. Uma vez que os vencimentos dos

---

<sup>730</sup> ALMEIDA, Pedro Tavares de, *A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na Regeneração (1851-1890)*, Lisboa, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995, p. 406.

oficiais da Casa Real não sofreram flutuações ao longo do tempo, tomámos como exemplo o ano de 1890, anteriormente estudado por Pedro Tavares de Almeida, cujos dados utilizámos.

**Tabela XX** – Estrutura remuneratória dos Ofícios Superiores da Casa Real e da Administração Central e Periférica em 1890

Organismo	Ofícios e Cargos	Vencimento líquido anual (sem gratificações)
Casa Real	Mordomo-mor	2400\$000
	Aio	2400\$000
	Gentil-homem	1440\$000
	Secretário Particular	1080\$000
	Veador	486\$000
	Dama Camarista	486\$000
	Dama Camarista (Príncipes)	1200\$000
Funcionários da Administração Central	Secretário-Geral	1300\$000
	Director Geral	1300\$000
	Chefe de Repartição	1100\$000
	1º Oficial	900\$000
	2º Oficial	500\$000
	Porteiro	500\$000
	Amanuense	240\$000
Funcionários da Administração Periférica (Governos Cíveis de Lisboa e Porto)	Governador Civil	1600\$000
	Secretário-geral	960\$000
	Chefe de Repartição	600\$000
	Oficial	480\$000
	1º Amanuense	408\$000
	2º Amanuense	240\$000
	Porteiro	300\$000

De facto, como podemos observar, apenas as remunerações dos dois ofícios-mores pagos, Mordomo-mor e Aio, se destacam claramente dos vencimentos de um Secretário Geral de um ministério ou de um Governador Civil. Eram inclusive superiores ao vencimento do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça (2000\$000), do Procurador-Geral da Coroa (1800\$000) ou das mais altas patentes quer do exército, quer da marinha (1800\$000). Efectivamente, o seu vencimento só tinha comparação com o dos bispos, que auferiam exactamente o mesmo valor anual<sup>731</sup>.

---

<sup>731</sup> ALMEIDA, Pedro Tavares de, *A Construção do Estado Liberal*. (...), p. 408.

O vencimento do ofício de Gentil-homem, ainda que não tão elevado como o dos anteriores, era igualmente alto. Ainda assim, os Governadores Cíveis de Lisboa e Porto tinham um vencimento superior.

A Dama Camarista ao serviço dos Príncipes auferia um vencimento significativo, mas ainda assim inferior ao de um Secretário-Geral ou Director-Geral. Já o Secretário particular tinha um vencimento muito próximo de um Chefe de Repartição da Administração Central mas, ainda assim, inferior.

Quanto aos restantes oficiais, Veadores e Damas, apresentam um vencimento substancialmente inferior, próximo dos oficiais do Governo Civil e, ainda assim, inferior ao dos porteiros na Administração Central. Há, portanto, uma diferença significativa entre os oficiais ao serviço da Rainha, do Príncipe Real e do Rei. De qualquer das formas, com excepção dos Veadores e Damas, os vencimentos são bastante elevados no quadro dos vencimentos do funcionalismo público em finais do século XIX.

As benesses materiais, no entanto, não se ficavam somente por aqui. Pelo menos no Natal, a Rainha costumava oferecer vários presentes que distribuía pelo pessoal de serviço: jóias diversas em ouro, incrustadas ou não de pedraria, cristais, castiçais, jarros, bandejas e pratos cobertos em prata, bengalas ou até mesmo tapeçarias de *Aubusson*<sup>732</sup>.

Mas não era só nessa ocasião que os proventos ocorriam. Durante a semana em que estavam de serviço, os oficiais, muito naturalmente, partilhavam a refeição à mesa dos soberanos. Alguns ainda levavam consigo os filhos que, muito embora não comessem à mesa, eram alimentados, bem como os seus criados, pela Real Cozinha: *“Os Seisal (...), em vez de fazerem despesa como nós, fazem decerto uma enorme economia a julgar pela travessa de iguarias que eu hoje vi entrar para o quarto dos pequenos e da mestra, logo depois do nosso almoço. Logés nourris... Ignoro se os São Mamede comem à mesma manjedoura. Rasga esta carta porque me sinto com má-língua.”*<sup>733</sup>

Por ocasião das deslocações oficiais ao estrangeiro, Suas Majestades eram acompanhadas pelo seu pessoal de serviço, o que lhes permitia viver acontecimentos

---

<sup>732</sup> Diários da Condessa de Sabugosa, s.l., 24 de Dezembro de 1895-1899 e 1900, ASSL, Diários da Condessa, 1895-1899 e 1900.

<sup>733</sup> Carta do Conde de Sabugosa à Condessa de Sabugosa, s.l., 15 de Setembro de 1886, ASSL, MOR I, Armário L, Gaveta 1, caixa 2, maço 6.



únicos, proporcionados pelos festejos nessas ocasiões. Para além disso, os oficiais superiores recebiam também ajudas de custo. Por exemplo, na visita aos Reis de Inglaterra, em 1904, D. Carlos foi acompanhado pelo Camarista, Conde de Tarouca, o Ajudante de Campo, Capelo, o Oficial às Ordens, António Pinto Basto, e pelo secretário particular, o Conde de Arnoso e a Rainha D. Amélia pela Dama, Condessa de Seisal, e pelo Veador, o Conde de Ribeira Grande. A completar a comitiva dos oficiais superiores, o médico da Real Câmara, António de Lencastre. Cada um destes oficiais recebeu da Direcção-Geral do Tesouro, a importância de cem libras esterlinas, como ajudas de custo<sup>734</sup>.

Por outro lado, as recompensas pelos serviços prestados podiam também revestir-se de compensações monetárias, ainda que indirectas. Foi o que aconteceu com D. Isabel Saldanha da Gama. A sua situação como responsável pela educação dos Príncipes via-se comprometida com a chegada destes à adolescência, altura em que foram entregues aos cuidados de um Aio e depois a um Camarista do Rei ao seu serviço, como vimos. D. Isabel, que até então vivera em permanência no Paço, estava em condições de sair, enquanto os soberanos não resolvessem a sua posição no seio da Casa Real.

Após a nomeação de Mouzinho para Aio dos Príncipes, os soberanos pensaram oferecer a D. Isabel um título, pelos serviços prestados. Inclusive D. Manuel insistia para que o aceitasse, acrescentando “*é da sua Casa*”<sup>735</sup>. D. Isabel recusou. Os motivos eram explicados em carta à irmã: “*Não aceitei o título, porque acho uma sensaboria esse género de graça, quando se não representa a família, já se vê. Pagarem-se serviços com a mesma moeda com que se pagam traficantes, negreiros, tendeiros, engraxa-botas etc. etc. não apetece. Ser isto o nec plus ultra é triste.*”<sup>736</sup> Numa atitude de Antigo Regime, durante o qual as senhoras ao serviço do Paço procuravam promover a sua família, D. Isabel Ponte considerava ser importante o serviço à Casa Real como forma de enaltecimento da Casa a que pertencia<sup>737</sup>. Todavia, recusava com palavras fortes um título.

---

<sup>734</sup> Ofício à Direcção Geral do Tesouro, Lisboa, 5 de Novembro de 1904, AHTC, Processo contas, caixa 239, 490.

<sup>735</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para sua sobrinha, Lisboa, 10 de Janeiro de 1899, AP, carta 350.

<sup>736</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para sua irmã Teresa Saldanha da Gama, Lisboa, 19 de Janeiro de 1899, AP, carta 348.

<sup>737</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa Corte e património das rainhas de Portugal*, (...), p. 345.

Aceitar uma titulação a título pessoal, numa altura em que a outorga de títulos era banal, era considerado, por si, uma afronta. Acerca desta banalização, chegou a comentar com a sobrinha Luísa, a propósito da outorga do título de marquês de Gouveia o seguinte, e que demonstra bem a sua posição relativamente à vulgarização das honras: *“A propósito de títulos, amanhã aparece Marquês de...Gouveia, Afonsinho, só porque a Rainha Maria Pia teve a fantasia de ir ver o eclipse na serra da Estrela, pousou em casa deles e se havia de dar uma pulseira à Gouveia e com isto ficava tudo saneado, achou mais cómodo pedir ao filho um título. É mais barato para ela, mas custa caro ao prestígio que assim desaparece de todo.”*<sup>738</sup>

Após o suicídio de Mouzinho de Albuquerque, a irmã da Dama, D. Maria Joaquina, escrevia à irmã mais velha, D. Teresa: *“ [A Rainha] Talvez prolongue um pouco a residência da mana no Paço mas penso como a menina: ficar nas condições propostas de forma alguma, não era posição, era humilhação. Contra a vontade do dono da casa nunca se pode viver em parte alguma. E o pior neste caso é que as imprudências levaram-no a ter desculpa. Mesmo sem elas haveria embirração mas é fora de dúvida que deu motivo e isso. (...) Fez bastante pelos Príncipes para merecer que a tenham à vontade de meios. Saia, mas com casa e pão seguros.”*<sup>739</sup> Ou seja, a recompensa pelos serviços prestados era, muito naturalmente, esperada no meio aristocrático e de forma especial pelos familiares dos oficiais.

Na opinião da irmã de D. Isabel Ponte, esta era a culpada da situação em que se encontrava, devendo ter-se precavido a partir do momento em que o Príncipe Real deixou de estar sob sua alçada, pois seria previsível que ficasse nestas circunstâncias com o crescimento do Infante D. Manuel: *“tenho o maior dó [de D. Isabel Saldanha da Gama] mas acho inaudito que se deixasse colocar na posição em que está. Nem pela sua qualidade, nem pela sua inteligência, nem pelos seus serviços, isto devia ser tratado assim. É rebaixar-se e humilhar-se sem necessidade perante as colegas. Nenhuma devia falar por ela. A Duquesa [de Palmela] como Camareira-mor está noutro caso. Constança disse-me que a última proposta directa (não sei se então a Rainha lhe falou) tinha sido dar-lhe os quartos do infante D. Augusto. Ficar de portas adentro não é aceitável. (...) Desde que lhe tiraram o Príncipe do modo que sabemos,*

---

<sup>738</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para sua sobrinha Luísa, Cascais, 27 de Setembro de 1900, AP, carta 365.

<sup>739</sup> Carta de D. Maria Joaquina de Saldanha da Gama para a sua irmã Teresa Saldanha da Gama, Bremen, 13 de Janeiro de 1902, AP, carta 391.

*que a mana devia ter-se preparado para o segundo golpe e não deixar-se ferir em pleno peito. Sempre fui da opinião, quando viemos da Rússia, que se apresentava ocasião propícia. Pedia à Rainha para vir ficar a casa, Sua Majestade ficava aliviada, portanto bem disposta e teria então dado o que se julgasse justo. Vivia a Mamã, teria por sua Excelência uma certa contemplação – agora esfriada (suponho eu) e quem sabe se não tem sido montada pela valida [Condessa de Figueiró]. O que quer é que a "Dama" dos filhos a deixe em paz. A coisa em si é muito ingrata e muito injusta, mas eu queria que o orgulho da mana Isabel fizesse engolir as lágrimas.”<sup>740</sup>*

Portanto, não só uma recompensa pelos serviços prestados era esperada, mas também uma habitação condigna, sendo impensável a atribuição de aposentos no interior do Paço. Não deixa de ser também sintomático a alusão à camarilha de D. Amélia, em particular à valida, a Condessa de Figueiró, como podendo ter influenciado a decisão da Rainha.

De facto, esta pretendia que D. Isabel Ponte continuasse a residir no Paço, tendo ficado bastante sentida perante a recusa da servidora, considerou-a como uma ingratidão e uma quebra de confiança na sua relação. A Condessa de Sabugosa, apesar de considerar que D. Isabel Ponte deveria ter aceite tais condições, compreende que não o tenha feito, não o considerando ingratidão da sua parte: “*Fui [visitar] a Rainha, muito aborrecida, sentida com a I[sabel] Ponte por não ter aceitado. Isabel Ponte não o fez por ingratidão, mas acho também razão à Rainha, acho [que] ela devia aceitar; fui depois [visitar] a I[sabel] Ponte, pareceu-me já arrependida. É triste.”<sup>741</sup>* A mesma opinião era a da Condessa de Figueiró: “*P[epita] referindo a Isabel Ponte, disse achar disparate não aceitar ficar no Paço, pois podia à vontade abusar, o que ela sabe, etc. Pouco benévola.”<sup>742</sup>* Confirmavam-se assim as suspeitas de D. Maria Joaquina Saldanha da Gama, relativamente à influência que aquela exercera na Rainha sobre esta questão.

A decisão acabaria por ser conhecida durante o mês de Fevereiro, com a oferta do Palácio da Boa Morte. Este Palácio era pertença da herança da Condessa da Ponte, que estava em processo de partilhas entre D. Isabel e as irmãs: “*Soube do oferecimento real pelo Ayres mas dizia-me que El-Rei queria dar uma das propriedades da avó (...)*

---

<sup>740</sup> Carta de D. Maria Joaquina de Saldanha da Gama para a sua irmã Teresa Saldanha da Gama, Bremen, 30 de Janeiro de 1902, AP, carta 392.

<sup>741</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 2 de Fevereiro de 1902, ASSL, Diário da Condessa, 1902.

<sup>742</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 18 de Fevereiro de 1902, ASSL, Diário da Condessa, 1902.

*Se a nossa família deve a El-Rei favores será pouco delicado marchander com ele (...) Tenho pena se a mana Isabel mostra menos boa educação no Paço, uma senhora nunca deve deixar de o ser, os exageros de sentimento acabam pelo oposto. Tenha ela com que viver, que vem a ser melhor sair, pois a posição nunca tornaria a ser agradável.”*<sup>743</sup>

Com efeito, o Rei expedira ordens para a Administração da Fazenda Real para que se procedesse ao pagamento da contribuição de registo predial (716\$351), bem como do valor do referido imóvel (16.500\$000) e outras despesas inerentes, não especificadas, sendo escriturada na conta comum de Suas Altezas. As ordens régias “*são consideradas como um acto de reconhecido apreço pela maneira distinta e zelosa como D. Isabel Saldanha da Gama, Dama Camarista da Sua Majestade a Rainha, desempenha as funções do elevado cargo que tem exercido junto dos mesmos sereníssimos senhores*”<sup>744</sup>.

Se a situação relativamente à habitação estava resolvida<sup>745</sup>, o mesmo não acontecia quanto ao exercício de funções. D. Isabel procurou fazer ver à Rainha que, como Dama, deveria pelo menos continuar a exercer o cargo enquanto tal, já não ao serviço dos Príncipes, mas como Camarista. Esta chamada de atenção dividia as opiniões, mesmo no seio da família. Uma das sobrinhas, considerava que essa atitude era uma falta de dignidade, mas a tia, irmã de D. Isabel, D. Maria Joaquina, era de opinião contrária, uma vez que apenas estava a pedir a manutenção de uma honra e inclusive, se não fosse chamada a fazer serviço, que pedisse a demissão, embora insistindo na ideia de que a irmã deveria ter tomado uma decisão assim que fora nomeado um Aio para o Príncipe: “*Compreendo que não recusasse ficar até à nova nomeação mas devia também nessa ocasião saber o seu destino quando entrasse o aio. (...) O par Sabugosa entende que se ponha a dignidade para traz e se aceite quartos de portas a dentro seja onde for, por reconhecer a falta imensa se a mana Isabel sair. (...)*

---

<sup>743</sup> Carta de D. Maria Joaquina de Saldanha da Gama para a irmã D. Teresa Saldanha da Gama, Bremen, 5 de Fevereiro de 1902, AP, carta 393.

<sup>744</sup> Ofício transmitido ao Administrador da Fazenda da Casa Real, s.l., [1902], IANTT, Casa Real, Caixa 6029, 143.

<sup>745</sup> Enquanto o Palácio da Boa Hora não estivesse pronto, D. Isabel Saldanha da Gama pensou arrendar uma casa na Rua Formosa, actual Rua do Século, mas as condições da casa não lhe agradaram, acabando por arrendar uma outra na Calçada dos Caetanos. Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para a sobrinha Luísa, Ornelas, Lisboa, [1902], AP, carta 395. Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para a sobrinha Luísa, Ornelas, Paris, 23 de Julho de 1902, AP, carta 396.

*Ao menos ser chamada uma vez por outra para fazer serviço em público, se nem isso, entregue a medalha.*”<sup>746</sup>.

D. Isabel Saldanha da Gama acabaria por, de facto, sair do Paço, mas continuando a exercer o serviço de Dama Camarista, não aos Príncipes, mas à Rainha D. Amélia. Todavia, estes sentiriam a sua falta, sobretudo o infante D. Manuel: “*Foi bom eu estar na Pena, passei os dias todos com ele, jogando, lendo-lhe alto. Muito meigo e feliz por me ter*” “Ai que bom, ai que prazer de ter a Dama. Oh Dama, a sua saída e a da Calita [Carlota de Campos] foi o maior desgosto da minha vida. (...)”<sup>747</sup>.

O serviço das senhoras à Casa Real continuava portanto, como Maria Paula Lourenço demonstrou relativamente ao Antigo Regime, a ser o passaporte mais eficaz para a recompensa material, simbólica ou honorífica<sup>748</sup>. No caso concreto de D. Isabel Saldanha da Gama, importavam os ganhos simbólicos. É assim que podemos entender o facto de querer manter o serviço no Paço, chegando a recusar títulos que, por serem banais e corriqueiros, não eram a recompensa devida, o que atesta a importância simbólica do serviço à Casa Real, pelo prestígio que oferecia. Além disso, uma vez que era solteira e não tinha habitação própria, pugnou no sentido para que, de alguma forma, lhe providenciasse um alojamento condigno como fiel servidora da Família Real.

Como se viu, os proventos do serviço no Paço não seriam exclusivamente financeiros. O serviço à Casa Real continuava a ser uma honra e motivo de grande felicidade: “(...) *O Tarouca cá está fazendo, o homem mais feliz do mundo, a sua primeira semana*”<sup>749</sup>, escrevia o Conde de Ficalho ao Conde de Arnoso. Mas acima, de tudo, significava estar próximo do favor e da beneficência régias, determinantes para a aquisição de prestígio social e uma forma de aceder e acumular honras, nomeadamente condecorações. Assim se explica o significado das palavras que Fernando de Serpa

---

<sup>746</sup> Insígnia do ofício de Dama Camarista, formada pelo monograma A[mélia] R[egina], encimado pela Coroa. Embora o catálogo da exposição intitulada *Uma família de colecionadores, Poder e Cultura* considere esta insígnia pertencente à Camareira-Mor, há no entanto retratos da Dama Camarista D. Isabel Saldanha da Ponte ostentando uma insígnia semelhante. MATOS, Maria Antónia Pinto de, CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein, *Uma família de colecionadores, Poder e Cultura*, Lisboa, IPM, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001, pp. 258-259; Vilegiatura de Sua Majestade a Rainha em São Pedro do Sul, 1893, IANTT, Empresa Pública Jornal o Século, 1880-1979, Joshua Benoliel, caixa 84, negativo 10. Carta de D. Maria Joaquina Saldanha da Gama para sua irmã D. Teresa, Breme, 13 de Fevereiro de 1902, AP, carta 394.

<sup>747</sup> Carta de D. Isabel de Saldanha da Gama, para a sua sobrinha Luísa, Pena e Lisboa, 19 de Setembro de 1902, AP, carta 397.

<sup>748</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa Corte e património das rainhas de Portugal*, (...), p. 345.

<sup>749</sup> Carta do Conde de Arnoso ao Marquês de Soveral, s.l., 19 de Março de 1901, AHFCB, Arquivo Soveral, P. 12, 2.

Pimentel, da Casa Militar, dirigiu ao Marquês de Soveral, comentando a visita de Afonso XIII de Espanha, em 1903, quando se encontrava de serviço: “(...) *Correram bem as festas do Rei de Espanha. Estive de semana a El-Rei e fui também a Vila Viçosa o que esperou o Duval Teles que eu rendi por ordem de El-Rei e que queria continuar sem ser substituído como fez quando aqui esteve o Rei Eduardo* [VII de Inglaterra]. *Fizeram uma grande caçada às condecorações e sobretudo às grã-cruzes o que deu cenas divertidas e muitos despeitos.*”<sup>750</sup>

Não eram só os oficiais superiores que viam os seus serviços recompensados com mercês. Durante o reinado de D. Carlos, os criados particulares em serviço ao soberano e aos Príncipes foram, na sua maioria, agraciados com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo<sup>751</sup>, a mais importante ordem militar e que possibilitaria, num futuro que não se veio a verificar, dada a queda da monarquia, a sua entrada no seio dos escalões mais baixos da nobreza.

Para além de permitir o acesso a condecorações e grã-cruzes, o serviço na Casa Real permitia a ascensão à titulação. Para além do caso de D. Isabel Ponte, que não se verificou, registam-se outros dois casos, o de Bernardo Pinheiro de Melo, feito Conde de Arnoso e António de Vasconcelos e Sousa, Conde de Figueiró.

Bernardo Pinheiro de Melo, Secretário Particular do Rei, fora feito Conde em Setembro de 1895, para cuja nomeação contribuíra a intercessão do Conde de Sabugosa, com quem mantinha relações familiares: “*António foi falar a El-Rei no título para o Bernardo (...)*”<sup>752</sup>. No dia de aniversário natalício dos dois soberanos e dia de gala, a 28 de Setembro, houve beija-mão no Paço da Ajuda. Nessa ocasião, “*El-Rei disse ao Bernardo que lhe dava o título*” E acrescentava a Condessa de Sabugosa: “*A Rainha*

---

<sup>750</sup> Carta de Fernando de Serpa Pimentel ao Marquês de Soveral, s.l., 24 de Dezembro de 1903, AHFCB, Arquivo Soveral, P. 39, 130.

<sup>751</sup> Estavam nessas circunstâncias Licínio da Silva (Carta de Cavaleiro da Ordem de Cristo, Lisboa, 4 de Maio de 1893, IANTT, Registo Geral de Mercês de D. Carlos, livro 6, fol. 210v); Teodoro José Cária, (Carta de Cavaleiro da Ordem de Cristo, Lisboa, 16 de Novembro de 1905, IANTT, Registo Geral de Mercês de D. Carlos, livro 21, fol. 189); Abílio Germano de Moraes Carvalho (Carta de Cavaleiro da Ordem de Cristo, Lisboa, 18 de Janeiro de 1906, IANTT, Registo Geral de Mercês de D. Carlos, livro 23, fol. 71); e António Severino Jorge (Carta de Cavaleiro da Ordem de Cristo, Lisboa, 18 de Janeiro de 1906, IANTT, Registo Geral de Mercês de D. Carlos, livro 20, fol. 212v).

<sup>752</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 26 de Setembro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895. As relações familiares entre Bernardo e o Conde de Sabugosa entrelaçavam-se de duas formas. Por um lado, Bernardo Pinheiro de Melo fora casado com a cunhada do Conde de Sabugosa, D. Maria José de Melo, irmã de sua mulher, filhas dos terceiros Condes de Murça. A segunda mulher de Bernardo, filha de Policarpo Pecquet Ferreira dos Anjos, D. Matilde, era irmã de D. Berta Munró dos Anjos, que viria a casar com o filho do Conde de Sabugosa, D. Vasco de Melo, Conde de São Lourenço.

*não lhe deu os parabéns, nem nos disse nada a nós. O que ganha Ela em fazer estas coisas!”*<sup>753</sup> Pelas relações familiares entre Sabugosa e Arnoso, seria suposto a Rainha felicitar não só o feliz titulado, mas também os seus parentes, pelo que o silêncio da soberana continuava a ser alvo de atenção por parte da Condessa que, no dia seguinte, anota no diário que “*A Rainha continua a não dizer nada sobre o Bernardo*”<sup>754</sup>. Tinha as suas razões. Não só não tinha sido avisada da decisão régia, como atribuía a outorga do título ao facto de se avizinhar a viagem do Rei D. Carlos a França, Alemanha e Inglaterra, na qual não levava Camarista, necessitando, por isso, de levar um titular. “*Rainha falou ao António do título do Bernardo achando um disparate; quando o viu não lhe disse nada, mas ele agradeceu-lhe, Ela ficou atrapalhada dizendo que só depois da coisa feita é que tinha sabido. (...) A Rainha falou-me de tarde no título do Bernardo, sugerindo que El-Rei o tinha dado para levar para a viagem um titular e furiosa que ele não levasse um Camarista.*”<sup>755</sup>

As preocupações da Rainha, para além das questões de protocolo e etiqueta, que pressupunham que o Rei levasse consigo um Gentil-homem, poderiam estar também relacionadas com o facto da proximidade que Rei e Secretário tinham, que permitiriam a este escamotear ou facilitar algum comportamento mais indecoroso pela parte do monarca. Contudo, esta relação de amizade entre D. Carlos e o Conde de Arnoso, como todas as relações humanas, não foi sempre linear e também sofreu os seus altos e baixos. No ano anterior, o Rei queixava-se ao Conde de Sabugosa do comportamento do seu cunhado: “*O Bernardo está padecendo de uma hyperesthesia, de uma excitação nervosa fortíssima e por isso eu tenho pachorra para lhe aturar os frequentes burros, mas eles vão crescendo e eu tenho medo que algum dia a minha paciência, que tem sido enorme, por ser para mim amigo dedicadíssimo e para um doente, se acabe e tenhamos então uma cena que pode ser em extremo desagradável.*”<sup>756</sup>

No caso de António de Vasconcelos e Sousa, as diligências para a outorga do seu título partiram da própria Rainha. No primeiro dia do ano, dia de grande gala e como tal, de recepção no Paço da Ajuda, com beija-mão, dirigira-se pelas dez da manhã ao Palácio de Santo Amaro, ao Calvário, antiga Quinta dos Césares e residência dos

---

<sup>753</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 28 de Setembro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.

<sup>754</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 29 de Setembro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.

<sup>755</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 29 de Setembro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.

<sup>756</sup> Carta de D. Carlos ao Conde de Sabugosa, Lisboa, 24 de Junho de 1894, ASSL, MOR I, gaveta L4, caixa 1, maço 1, 15.

Condes de Sabugosa, para comunicar aos donos da casa, que “*El-Rei ia fazer hoje o A[ntónio] de V[asconcelos] Conde, não da Calheta, por a H[elena] de V[asconcelos], Marquesa de Castelo Melhor não ter querido*”, uma vez que esse título pertencia à sua Casa. Acrescentava ainda a Condessa de Sabugosa no seu diário: “*Fui ver a Rainha antes do beija-mão. Esplêndida de [vestido] verde-maçã novo. Satisfeitíssima com a graça. Isabel Ponte contou que a M[arquesa] de Castelo Melhor tinha dito ao Ribeiro que tinha lá ido em missão, que lhe faziam uma coisa muito desagradável dando um dos seus títulos. Rainha à volta do beija-mão disse-me que a coisa estava feita e que era Conde de Figueiró.*”<sup>757</sup>

Todavia, no dia seguinte, apesar dos Figueiró estarem “*contentes e satisfeitos*”, a outorga do título em questão continuava a não ser consensual, levantando-se algumas objecções quanto à designação do mesmo: “*A[ntónio] de Lencastre [médico da Casa Real e filho dos quartos Condes da Lousã] contou que em casa dos Asseca se tinha dito que o título era da Casa Abrantes, que tinha pedido ao João Franco para o soar e que a Baby estava furiosa. É caricato isto tudo.*”<sup>758</sup>

De facto, estes pormenores acabariam por chegar à imprensa, não sabemos se pela mão de João Franco: “*A[ntónio] de V[asconcelos] contou que o Comércio de Portugal tinha trazido uma notícia desagradável dizendo que o título não era da Casa Castelo Melhor e que ele sabia que andavam a dizer isso por aí, e que o J[oão] Abrantes*<sup>759</sup> *tinha mandado para as Novidades uma notícia explicando como o título era Castelo Melhor e que tinha estado três gerações na Casa Abrantes por casamentos mas no tempo de D. João VI tinha tornado a ser dado a um Vasconcelos. O’Neill disse-lhe que sabia quem tinha dado a notícia para o Comércio de Lisboa. V[asconcelos] quer saber quem é.*”<sup>760</sup>

António de Vasconcelos continuou a ostentar o título que lhe fora outorgado. O que constava em certos círculos aristocráticos, nomeadamente no das amizades do Conde de Gouveia, era que a Rainha D. Amélia teria escrito à Marquesa de Castelo

---

<sup>757</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 1 de Janeiro de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897.

<sup>758</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 2 de Janeiro de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897.

<sup>759</sup> João Maria da Piedade de Lencastre e Távora, 8º Marquês de Abrantes.

<sup>760</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 2 de Janeiro de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897.



Melhor para que deixasse António de Vasconcelos usar o título. “*Não é bem assim*”, remata a Condessa de Sabugosa<sup>761</sup>.

Irrefutável foi o empenho da monarca na outorga do título ao seu Veador e Dama Camarista, tal como o Conde de Sabugosa havia influenciado a outorga do título ao Conde de Arnoso.

A conquista de honras pelo serviço na Casa Real não se ficava apenas pelas condecorações ou títulos. De facto, o exercício de determinados ofícios levou à acumulação ou desempenho de outros. São vários os exemplos, que relembramos na tabela seguinte:

**Tabela XXI – Acumulação de Ofícios**

Titular	Ofícios		
9º Conde Sabugosa	Veador	Mordomo-mor R. <sup>a</sup>	Mordomo-mor
4º Conde Ficalho	Gentil-homem	Mordomo-mor	
5º Conde Figueiró	Veador	Mestre-sala	Mordomo-mor R. <sup>a</sup> <sup>762</sup>
9º Conde Ribeira Grande	Veador	Mordomo-mor	
3º Marquês Faial	Capitão Guarda Real*	Gentil-homem	
6º Marquês Pombal	Gentil-homem	Mestre-sala	
8º Visconde Asseca	Almotacé-mor*	Gentil-homem	
3º Conde Alcáçovas	Aposentador-mor*	Mestre-sala	
3º Conde Linhares	Caudel-mor	Gentil-homem	
12º Conde São Lourenço	Alferes-mor*	Gentil-homem	
3º Duque Loulé	Estribeiro-mor	Mordomo-mor R. <sup>a</sup> viúva	
9º Conde Galveias	Couteiro-mor*	Veador	

Assinalados com asterisco, estão os ofícios-mores hereditários, para os distinguir dos ofícios de nomeação. Os hereditários, embora presentes, não são tão significativos numericamente quanto os restantes ofícios de nomeação, em número bastante superior. Os indivíduos que mais cargos acumularam foram os Condes de Sabugosa e de Figueiró. O primeiro, que começou a sua carreira como Veador da Princesa D. Amélia, passando pela chefia da sua Casa enquanto Rainha, alcançou o mais elevado ofício da Casa Real. Já o segundo, começaria a exercer o ofício de Veador, acumulando-o durante algum tempo com o de Mestre-Sala, tendo chegado a Mordomo-mor da Rainha.

<sup>761</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 6 de Janeiro de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897.

<sup>762</sup> Ofício do Ministério do Reino de mercê do ofício de Mordomo-mor da Rainha ao Conde de Figueiró, IANTT, Ministério do Reino, Livro 30, fol. 422.

A nomeação de antigos servidores para novas funções no seio da Casa Real, que sugeria a permeabilidade e ascensão no interior dessa hierarquia fora já realçada para o Antigo Regime por Maria Paula Lourenço. Todavia, nessa época a consolidação da posição desses oficiais na Casa real passara também pelo casamento com Damas da Rainha, o que durante o reinado de D. Carlos não acontecera, visto as Damas da Rainha serem já casadas ou nunca o terem sido<sup>763</sup>. No entanto, verifica-se igualmente a circulação de oficiais entre a Casa Real e a Casa da Rainha, destacada pela mesma Autora<sup>764</sup>. Todavia, esta acumulação de ofícios acabava por ser alvo de críticas no seio da própria aristocracia. A propósito da nomeação do Conde de Figueiró para Mordomo-mor da Rainha, em Dezembro de 1907, D. Teresa Saldanha da Gama comentava ao filho: “*Conde das Galveias nomeado Veador da Rainha em substituição do pobre conde da Ribeira. Seria bom que modificasse a voz. O Figueiró, mordomo-mor da Rainha. Como é que se liga esta nova honraria e mestre-sala. Não há mais ninguém no mundo?*”<sup>765</sup>

Outro caso que importa referir é o da relação familiar próxima entre dois destes titulares, nomeadamente pai e filho: os Condes de Sabugosa e São Lourenço. Este fora nomeado por D. Carlos em Novembro de 1905, uma vez que o serviço dos Camaristas estava a funcionar com irregularidades. “*Peço portanto que me saibas se o teu filho Conde de São Lourenço quer aceitar esse lugar, que eu lhe ofereço. Escolhi-o, por ter nele absoluta confiança. Se ele quiser aceitar será mais um que vem para cá, duma família que não tem dado aos seus Reis senão lealíssimos e dedicadíssimos servidores*”<sup>766</sup> Mais uma vez, e de forma indiscutível, era a tradição da lealdade e dedicação ao serviço à Monarquia e em particular ao monarca, desempenhados por uma mesma família que eram enaltecidos. A escolha agradava igualmente à Rainha: “*Peut-être est-ce une indiscretion que je commets, mais je veux vous dire combien je suis contente. Le Roi m’ait dit hier très tard, (voilà pourquoi je n’écris que ce matin) qu’il voulait nommer Vasco Camarista, si je ne m’y opposais pas. Cette attention m’a beaucoup touchée, et vous avoueraï-je, non seulement je ne me suis pas opposée, mais je n’ai senti qu’une grande satisfaction. Vous savez mon affection pour vous deux, pour*

---

<sup>763</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa Corte e património das rainhas de Portugal*, (...), p. 440.

<sup>764</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa Corte e património das rainhas de Portugal*, (...), p. 590.

<sup>765</sup> Carta de D. Teresa de Saldanha da Gama para seu filho Francisco, Lisboa, 24 de Dezembro de 1907, AP, carta 455.

<sup>766</sup> Carta de D. Carlos ao Conde de Sabugosa, s.l., 31 de Outubro de 1905, ASSL, MOR I, Gaveta L4, caixa 1, maço 1, 43.

*Vasco et je suis heureuse de l'avoir ainsi au Palais.*<sup>767</sup> Esta escolha continuaria a ser elogiada mais tarde, pelas qualidades demonstradas pelo Conde de São Lourenço no âmbito do desempenho das suas funções: “Vasco *toujours bon et charmant et parfait dans son service de Camarista.*”<sup>768</sup>

A posição que estes oficiais detinham permitia-lhes facilmente conseguir as graças régias em favor de terceiros. Não raras vezes, Isabel Ponte pediu a intercessão, na maior parte das quais monetária, à Rainha, em favor de pessoas carenciadas, valendo-lhe, da parte desta, a alcunha de *Pedinchona-mor*: “*No meio dos inúmeros afazeres de Vossa Majestade, caiba esta minha carta (...) e já daqui oiço a exclamação da Rainha “O que me quererá a Pedinchona-Mor?”*”<sup>769</sup>.

Os pedidos de intercessão à Rainha através de Isabel Ponte multiplicam-se: “*Venho fazer um pedido a Vossa Majestade que espero terá o seu consentimento e não merecerá a exclamação: “Mulher você está doidinha!” A Rainha sabe que além de imensos favores, devo a Vossa Majestade perto de 200\$000 reis de bluff*<sup>770</sup>. *Uma pessoa em aflição dirigiu-se a mim para lhe obter um auxílio da Rainha. Poderei embolsar-lhe dando-lhe 50\$000 reis à pessoa aflita da parte de Vossa Majestade? Não é para minha irmã Teresa nem para nenhum dos filhos. (...)*”<sup>771</sup> A Dama, em virtude do serviço no Paço, adquiria assim estatuto e poder, uma vez que, através de acções caritativas e de beneficência, se assumia como uma entidade medianeira entre os remetentes dos pedidos de auxílio financeiro e a Rainha. Isto significava que, por um lado, o serviço à Casa Real era assumido pela sociedade como uma fonte de redistribuição de poder e, por outro, uma forma de a própria monarquia se aproximar da sociedade.

Acontecia também esses pedidos terem a iniciativa da própria Dama, inclusive a favor de outros funcionários ou ex-funcionários da Casa Real. Em 1902, após a saída do Paço de Carlota de Campos, que esteve ao serviço dos Príncipes, D. Isabel Ponte pede

---

<sup>767</sup> Carta da Rainha à Condessa de Sabugosa, Cascais, 1 de Novembro de 1905, ASSL, MOR I, Gaveta L4, caixa 1, maço 13, 2.26.

<sup>768</sup> Carta da Rainha à Condessa de Sabugosa, s.l., 22 de Dezembro de 1906, ASSL, MOR I, Gaveta L4, caixa 2, maço 1, 2.12.

<sup>769</sup> Carta de Isabel Saldanha da Gama à Rainha, s.l., 9 de Junho de 1903, IANTT, Arquivo Casa Real, caixa 7377.

<sup>770</sup> Jogo de cartas a dinheiro, que animava muitos dos serões da Família Real e do respectivo pessoal de serviço.

<sup>771</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama à Rainha, Lisboa, 26 de Janeiro de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7377.

encarecidamente à Rainha auxílio financeiro, para o pagamento das suas rendas de casa: *“Quando há dias falei a Vossa Majestade na Bordallo, lembrou-me falar-lhe na renda de casas da Carlota pela qual a Rainha prometer interessar-se. Como as casas se pagam em Setembro e que estamos no fim de Outubro parece-me que a Casa Real nada fará se Vossa Majestade se não meter num negócio. O que eu pedi para a Carlota foi 100\$000 por semestre. Peço perdão à Rainha de a importunar constantemente e nada me é mais penoso do que pedir dinheiro (a não ser para as filhas do general) Mas eu sei que a Campos tem pouquíssimo, custa-lhes a viver mesmo com a máxima economia, sei também que a Rainha reconhece e aprecia o modo como a Carlota serviu os queridos Príncipes por isso tudo aqui venho outra vez importunar a minha querida Rainha.”*<sup>772</sup>. O estatuto adquirido por Carlota de Campos durante o serviço aos Príncipes impediam-na certamente de dirigir um pedido pessoalmente, em seu favor próprio, mas era aceite que os restantes membros da Casa Real zelassem pelos interesses uns dos outros, até porque, indirectamente, estavam a zelar pelos seus.

No entanto, ao contrário de Antigo Regime, durante o qual o núcleo feminino da corte proporcionava forte influência de natureza sócio-política, nomeadamente na obtenção de favores para familiares e protegidos, a sua intervenção é agora apenas a nível social e assistencial. Esta alteração prender-se-á com a evolução da Casa Real e da própria evolução dos poderes. Enquanto no Antigo Regime se verificava uma simbiose entre público e privado, desde finais desse período e, sobretudo com a Monarquia Constitucional, as fronteiras entre estes dois campos tornaram-se mais definidos<sup>773</sup>.

Ao Mordomo-mor eram também dirigidos inúmeros pedidos. No entanto, estes tinham um carácter mais formal e não incidiam sobre auxílio financeiro. Os assuntos eram diversos, mas oscilavam sobretudo em dois grandes temas: os convites para bailes e festas do Paço e os pedidos de emprego ou promoção.

Os convites, pessoais e intransmissíveis<sup>774</sup>, eram enviados pela Mordomia-mor. Por este facto, muitas individualidades exerciam alguma pressão sobre o Mordomo-mor, de forma a receberem-nos: *“Não é ao ilustre mordomo-mor que me dirijo, mas ao amigo de cuja estima muito me honra e a quem peço uma informação particular e só*

---

<sup>772</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama à Rainha, Lisboa, 21 de Outubro de 1902, IANTT, Casa Real, caixa 7377.

<sup>773</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa Corte e património das rainhas de Portugal*, (...), p. 207.

<sup>774</sup> Carta de Isidro dos Reis ao Conde de Sabugosa, Lisboa, 10 de Dezembro de 1902, ASSL, Mordomia, maço 7, 12.2.

*para mim. Entre os convites para o baile do Paço não houve um para o presidente da Associação dos Jornalistas, ou para o director do Diário de Notícias? Não havendo, ao contrário do que certas analogias podiam fazer supor – e só por isto eu escrevo a Vossa Excelência – deu-se uma exclusão propositada, uma rigorosa observação da pragmática (assunto em que eu sou duma ignorância quase inverosímil) ou um simples esquecimento ou extravio, tão fáceis nesta ocasião de trabalho excepcional? Faço estas perguntas tanto mais desafogada e desinteressadamente quanto é certo que não me será possível assistir ao baile, mesmo que contra todas as previsões, o convite agora viesse. Ao velho rifão – a boda e a baptizado não vás sem ser convidado, sempre eu acrescentei, para uso próprio, restrição mais, nem com convite pedinchado. Desculpe Vossa Excelência a impertinência da minha curiosidade, mas, repito, é ao amigo, que muito e muito prezo, e que eu me dirijo e não ao mordomo mor, que certamente não pode finalizar, um a um, todos os 2500 bilhetes de convite distribuídos. E por isso alguém houve que os recebeu em duplicado.”<sup>775</sup>*

Inclusive, quem detinha já a prerrogativa de ser convidado, caso deixasse de ser, fazia questão de marcar posição junto do Mordomo-mor para não perder esse direito adquirido. *“Nunca tive, nem tenho tenção de ir a bailes nem a festas por enquanto, mas tive pena de não receber convite para o baile do Paço. Desejava saber se o convite se perdeu ou se por qualquer razão eu deixei de ser convidada para as festas da corte. (...) Perdoe a maçada, mas tinha que fazer isto.”<sup>776</sup>*

No caso das solicitações de emprego, dos mais variados, assemelhavam-se mais aos pedidos de auxílio financeiros atrás mencionados. No fundo, pedia-se a intercessão dos soberanos para estes casos, através do Mordomo-mor, que estava em condições, pela proximidade pessoal aos monarcas, de lhes pedir estes favores de protecção a determinados indivíduos, fossem os próprios remetentes, ou alguém dos seus conhecimentos.

Os pedidos de favor e protecção estendiam-se a toda a administração pública, como no caso do Visconde de Araújo, que pede a intervenção do Conde de Sabugosa junto da Rainha: *“Depois que sai de tua casa, fui informado de um posto que muito me desanimou: o governador da Província de Moçambique, na Beira, que estava interino,*

---

<sup>775</sup> Carta de Alfredo da Cunha ao Conde de Sabugosa, Lisboa, 9 de Dezembro de 1903, ASSL, Mordomia, maço 7, 14.1.

<sup>776</sup> Carta da Condessa de Ficalho ao Conde de Sabugosa, s.l., s.d., ASSL, Mordomia, maço 7, 7.

*já está confirmado. Havia um meio de resolver o negócio desde que a Rainha quisesse dispensar-me a sua alta protecção: “Dar a Companhia ou outra comissão ao actual governador, e mandar-me a mim para o lugar deste” mas será isto coisa que se peça? Quererá a Rainha proteger a minha pretensão nestas condições? Ao teu bom critério deixo a resolução deste problema. Se vires que se não deve fazer, guardarei a tua boa vontade para outra ocasião.”*<sup>777</sup> Neste caso, não era a solicitação de um emprego, mas sim de um mais apetecível, diferente do qual tinha sido nomeado, nas mais altas esferas da Administração Ultramarina.

Na maior parte dos casos, contudo, os pedidos de emprego, que surgiam sobretudo em alturas em que lugares na administração pública vagavam, tinham como pretexto a má situação económica para quem era solicitada a protecção: *“Um meu sobrinho, excelente rapaz mas vivendo com dificuldades, concorreu ao lugar de farmacêutico do dispensário para tuberculosos, e como deves supor, eu muito desejava que ele fosse provido naquele lugar, solicitando para tanto a sua benévola interferência junto do médico António de Lencastre que tem de ser pronunciar-se naquele concurso.”*<sup>778</sup> Como se vê, não era apenas a intervenção régia que se procura nesta obtenção de favores, mas sim da intervenção de outros oficiais da Casa Real, no caso de um dos médicos da Real Câmara, que demonstra mais uma vez o estatuto e poder que o detentor destes ofícios possuía. Sem este poder, a ascensão social dos interlocutores que procuravam protecção ficava comprometida: *“Tem sido Vossa Excelência sempre duma tão grande amabilidade para comigo, que ousou vir pedir-lhe o seu valioso patronato num assunto a que ligo a maior importância. Nas circunstâncias actuais de vida e de encargos de família muito desejo ser nomeado redactor da Câmara dos Deputados, lugar que se encontra vago. A política há-de, é claro, empregar esforços para servir afilhados, e, sem uma recomendação, superior, eu ficarei logrado. O nome de Vossa Excelência ocorre-me então, e se mal andei, perdoe-me Vossa Excelência, que também é pai, atendendo a que foi lembrando-me de meus filhos que eu ambiciono o lugar.”*<sup>779</sup>

---

<sup>777</sup> Carta do Visconde de Araújo ao Conde de Sabugosa, Cascais, s.d., ASSL, Mordomia, maço 13, 4.

<sup>778</sup> Carta de Manuel Moreira Feio para o Conde de Sabugosa, Lisboa, 8 de Abril de 1906, ASSL, Mordomia, maço 13, 5.

<sup>779</sup> Carta de Augusto Pereira de Sampaio Forjaz para o Conde de Sabugosa, Lisboa, 8 de Novembro de 1905, ASSL, Mordomia, maço 28, 27.

Da análise da documentação, resulta ainda que, apesar de surgirem pedidos de emprego, inclusive na administração pública, não surgem solicitações relacionadas com influência política ou troca de favores nesse sentido.

Apesar do poder económico e social que os oficiais superiores detinham pelo desempenho dessas funções no seio da Casa Real, o seu exercício implicava também alguns sacrifícios e contrariedades.

Em primeiro lugar, o pagamento de direitos de mercê e imposto de selo, a que os ofícios estavam obrigados. De facto, como Francisco de Vasconcelos chamou a atenção, a Monarquia Constitucional impusera direitos de mercês aos títulos, sobretudo aos de juro e herdade. O decreto de 12 de Setembro de 1898, que reunia as disposições regulamentares dispersas, relativas ao imposto, apresentava a tabela com as diferentes mercês, respectivos valores então em vigor e o decreto que os fixara. De acordo com este decreto, as cartas de “*estribeiro-mor, de capitão da guarda real, de veador, de camareira-mor, de aia ou qualquer outro oficial mor*” pagavam de direitos de mercê 211\$200<sup>780</sup>. Superiores aos dos moradores da Casa Real, cujo valor mais elevado, 120\$000, era apresentado pela categoria de Fidalgo-cavaleiro, no entanto, substancialmente inferiores aos direitos de mercê pagos por títulos. De facto, mesmo os de menor estatuto, os de visconde e barão, pagavam 480\$00 e 720\$000, respectivamente. Acrescente-se ainda, que o título de Duque ascendia aos 1400\$000. Estas quantias elevavam-se, se os títulos fossem de juro e herdade<sup>781</sup>.

Para além do pagamento de direitos de mercê, os funcionários da Casa Real estavam também obrigados ao pagamento do imposto de selo, consoante a categoria do seu ofício.

Como se pode observar na tabela abaixo, assistiu-se a um aumento do imposto do selo, nas diversas categorias. Ainda assim, estes valores mantiveram-se abaixo do imposto sobre os diversos títulos. Por exemplo, o mais elevado, o de duque, oscilou entre 225\$000 e 500\$000 a partir de 1899 e o de barão, o mais baixo, entre 60\$000 e 100\$000, igualmente a partir de esta última data.

---

<sup>780</sup> Segundo este decreto, estes valores estavam em vigor desde o decreto de 31 de Dezembro de 1836.

<sup>781</sup> Decreto reunindo num só diploma as disposições regulamentares dispersas para execução das leis vigentes sobre o imposto denominado direitos de mercê, 12 de Setembro de 1898, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, Ano de 1898*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899, p. 604.

**Tabela XXII** – Imposto de Selo respeitante às diversas categorias da Casa Real, em vigor durante o Reinado de D. Carlos

	1885 <sup>782</sup>	1893 <sup>783</sup>
Estribeiro-mor, Capitão Guarda Real, Vedor, Camareira-mor, Aia ou outro officio-mor	49\$500	65\$000
Dama	39\$000	55\$000
Oficial menor e açafata	29\$700	45\$000
Empregados Casa Real	19\$500	25\$000

Para além da questão económica, o serviço ao Paço trazia outros inconvenientes. O afastamento, ainda que temporário, da família, provocava bastantes saudades: “*Escusado é dizer-te a falta que aqui me fazes [escrevia o Conde de Sabugosa à sua mulher] e como eu desejava ter-te comigo, e ter também aqui os pequenos*”<sup>784</sup>. Também a Condessa de Sabugosa não gostava de entrar a serviço sem ser com o marido: “ (...) *naturalmente entro de serviço a 28, quando chegar a Rainha. Seco-me porque entro com o António de Vasconcelos sem o Papá.*”<sup>785</sup> Além disso, a semana de serviço implicava a separação dos filhos – “*Custa-me deixar os manos, mas não posso ir de outro feitio.*”<sup>786</sup>

Caso existissem viagens ou recepções oficiais, o serviço tornava-se ainda mais extenuante, não deixando nenhum tempo livre, motivo para os oficiais se queixarem aos seus familiares: “*Ontem não tive um momento para te escrever. Começou a recepção à uma hora e só consegui sair dali perto das 5 horas da tarde.*”<sup>787</sup> Ou: “*Tenho-te escrito pouquíssimo, porque não tenho um momento de meu. Estou no quarto só o tempo de mudar de toilette, o que fazemos 3 ou 4 vezes ao dia*”<sup>788</sup>

<sup>782</sup> Decreto aprovando o novo regulamento do imposto do selo, 26 de Novembro de 1885, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, Ano de 1885*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886, p. 676.

<sup>783</sup> Lei aprovando as novas tabelas do imposto do selo, 21 de Julho de 1893, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, Ano de 1893*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1894, p. 454. Existiram decretos posteriores relativamente ao imposto do selo, mas não introduziram alterações a este valor, nomeadamente as leis de 29 de Julho de 1899 e a 24 de Maio de 1902.

<sup>784</sup> Carta do Conde de Sabugosa à Condessa de Sabugosa, Vila Viçosa, 26 de Dezembro de 1888, ASSL, MOR I, L1, caixa 2, maço 9, s.n..

<sup>785</sup> Carta da Condessa de Sabugosa para um dos filhos, Lisboa, 26 de Junho de 1894, ASSL, MOR1, Gaveta LI, caixa 3, maço 18, 30.

<sup>786</sup> Carta da Condessa de Sabugosa para um dos filhos, Sintra, 27 de Junho de 1894, ASSL, MOR1, Gaveta LI, caixa 3, maço 18, 86.

<sup>787</sup> Carta da Condessa de Sabugosa para um dos filhos, Lisboa, 14 de Fevereiro de 1894, ASSL, MOR1, Gaveta LI, caixa 3, maço 18, 32.

<sup>788</sup> Carta da Condessa de Sabugosa para o filho Jorge, Porto, 25 de Novembro de 1891, ASSL, MOR1, Gaveta LI, caixa 3, maço 19, 16.



O desempenho dessas funções transformava-os presas fáceis da imprensa periódica, que muitas vezes lançava boatos e calúnias acerca das suas funções, com os quais tinham de lidar. Foi o que aconteceu com a Camareira-mor que, em carta à Rainha desmentia a notícia surgida na imprensa, de que iria apresentar a sua demissão do ofício que desempenhava quando, na verdade, nunca fora essa a sua intenção e, de facto, acabaria por morrer em funções: “*A propos de journaux, j’y ai aussi vu quelque chose qui m’a plus que contrariée où y disait que j’allais résigner la charge de grande-maitresse. Si Votre Majesté m’a nommée, c’est qu’elle connaissait mon énorme dévouement qui me fera la savoir jusqu’à la mort, mes mérites ne sont rien mais j’ai fait et je ferai toujours de mon mieux, pour vous prouver, ainsi que au Roi, combien je vous respecte et combien je vous aime – vous le savez bien, vous me l’avez prouvé, et une reconnaissance n’a pas de bonnes – voila pourquoi ma chère Reine, cet entrefilet d’un méchant journal m’a tellement fâchée, dois je mépriser ou démentir cette calomnie? J’en appelle à l’amitié de Votre Majesté a fin qu’elle me conseille – oserais je vous demander une réponse. (...)*”<sup>789</sup>

Nem todas as trajetórias dos oficiais da Casa Real foram tão lineares quanto a da Camareira-mor. Ainda que os ofícios fossem habitualmente vitalícios, já destacámos alguns exemplos de oficiais que acabaram por pedir a demissão, como o caso do Marquês de Pombal ou do Visconde de Asseca. Não significou, em qualquer um dos casos, o cair em desgraça, como sucedera com o Conde de São Mamede, afastado do desempenho do cargo.

Outro caso ainda não referido fora o de D. Isabel de Melo e Castro. A sua entrada no Paço não sucedera de modo fácil, tendo sido necessária a intervenção da Camareira-mor no processo. A sua saída no Paço também causaria polémica. Não nos foi possível avaliar ao certo as causas que motivaram essa demissão, mas deveram-se a um desentendimento com a Rainha, provavelmente após a visita dos Soberanos ao Porto, em 1891. A 12 de Dezembro desse ano, a Camareira-mor escrevia à Rainha considerando que D. Isabel Galveias deveria pedir a sua demissão. “*Quant à Isabelle, ma chère Reine aimée, je suis tant-a fait désolée, et je ne puis expliquer sa conduite, elle ferai bien mieux de demander sérieusement sa démission et cette fois-ci, je me chargerai volontiers de la commission, car je vois bien qu’elle ne veut pas être*

---

<sup>789</sup> Carta da Duquesa de Palmela à Rainha, s.l., 27 de Fevereiro de 1890, IANTT, Casa Real, caixa 7374.

*raisonnable.*”<sup>790</sup> Só no ano seguinte, é que efectivamente D. Isabel pediria a sua saída, deixando consternada não só a Rainha, mas toda a Corte: “*Je suis bien au regret que de nouvelles raisons aient amené la Reine à accepter la démission d’ Isabel Galveias. C’est vraiment très fâcheux et je suis sûr que Madame en est bien tourmenté, et nerveuse!*”<sup>791</sup> Porém, a consternação não significava surpresa. Pelo menos o Conde da Ribeira, Veador da Rainha, não se mostra surpreendido e acredita que a própria Rainha também não: “*Je ne savais absolument rien à propos de la démission d’Isabel Galveias, mais Votre Majesté est si bonne, qu’Elle me permettra de dire toute ma pensée très franchement je n’ai pas été surpris, depuis le voyage à Porto je m’attendais toujours un jour ou l’autre à apprendre cette nouvelle. Votre Majesté qui juge très bien les personnes qu’elle connaît, je suis sûr, qu’elle n’a pas été aussi très surprise.*”<sup>792</sup>

A demissão oficial não seria no entanto concedida “*Isabel Galveias sort d’ici (7h) et je m’empresse de venir dire à Votre Majesté qu’elle ne demande ni m’exige plus rien et que j’ai pu aussi la persuader à ne pas donner sa démission officielle. Je crois, pouvoir assurer à VM que la dignité de la Reine est sauvée et que c’est en mon nom que j’ai tout fait, pour concilier l’affaire.*”<sup>793</sup> De facto, D. Isabel Galveias continuaria a figurar como Dama da Rainha nos anuários oficiais, mas o seu afastamento do Paço foi uma realidade, pelo que depreendemos dos encontros posteriores a esta data entre a Condessa de Sabugosa e D. Isabel de Melo e Castro, onde esta mostrava sempre elevado interesse acerca do que se passava no Paço: “ (...) *À noite tivemos a Isabel Galveias sempre cheia de curiosidade de saber notícias do Paço.*”<sup>794</sup> e “*Conversamos sempre do Paço, é o que ela gosta.*”<sup>795</sup>

Em conclusão, parece ser possível afirmar que, apesar de as mercês e honrarias que poderiam advir com o serviço no Paço não serem comparáveis às atribuídas durante a Monarquia Absoluta, ainda assim eram suficientemente atractivas para que a aristocracia procurasse desempenhar ofícios no seio da Casa Real. De facto, era ponto assente que o serviço implicaria, mais cedo ou mais tarde, uma recompensa. Mais

---

<sup>790</sup> Carta da Duquesa de Palmela à Rainha, s.l, 12 de Dezembro de 1891, IANTT, Casa Real, caixa 7375.

<sup>791</sup> Carta da Condessa de Seisal à Rainha, Sintra, 6 de Outubro de 1892, IANTT, Casa Real, caixa 7377.

<sup>792</sup> Carta do Conde de Ribeira Grande à Rainha, Ericeira, 8 de Outubro de 1892, IANTT, Casa Real, caixa 7362.

<sup>793</sup> Carta da Duquesa de Palmela à Rainha, s.l, s.d., IANTT, Casa Real, caixa 7376.

<sup>794</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 24 de Maio de 1895, Arquivo de Sabugosa e São Lourenço, Diário da Condessa, 1895.

<sup>795</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 11 de Fevereiro de 1896, Arquivo de Sabugosa e São Lourenço, Diário da Condessa, 1896.

importância do que proventos materiais – económicos ou financeiros, a título vencimento ou de retribuição dos serviços prestados – teria o estatuto que o desempenho desses ofícios oferecia, numa sociedade ainda fortemente estratificada, onde o protocolo e etiqueta vingavam. À excepção dos ofícios de Mordomo-mor, Aio e de Gentil-homem, os vencimentos correspondiam aos quadros médios da administração pública, não sendo, por isso demasiado atractivos. A grande maioria dos oficiais-mores não seria, inclusive, remunerada. Por outro lado, era notório como a banalização de títulos tornava o serviço à Casa Real ainda mais aliciante. É assim que podemos entender a recusa de D. Isabel Saldanha da Gama de um título e o esforço dispendido na manutenção do seu ofício na Casa Real. Para a aristocrata, à atribuição das honrarias deveria presidir uma lógica de Antigo Regime, de enaltecimento da Casa e da família a que se pertencia, sendo mais do que uma recompensa a título individual, fossem títulos ou outras mercês honoríficas. A proeminência do serviço à Casa Real face às restantes honras é também visível, nas tentativas demonstradas por diversos oficiais, após a sua demissão, em voltar ao serviço, como o Visconde de Asseca ou, pelo menos, de frequentar as festividades da Corte, como o Marquês de Pombal. A proximidade à Família Real concedia um elevado estatuto aos funcionários no seio da sociedade, ao serem entendidos como medianeiros das graças régias, sendo por isso procurados por individualidades da administração pública, familiares, outros funcionários da Casa, para que pudessem interceder por si.

### 3. A intriga e a camarilha

O Conde de Sabugosa, numa das suas obras literárias publicada em 1924, ao definir corte, da qual fora um dos principais membros, referia-se especificamente à intriga: “*Não é simplesmente uma estufa de lisonjearias, um forno de intrigas, um ambiente propício a manobras políticas ou subtilezas diplomáticas*”<sup>796</sup>. De facto, ao longo do Reinado de D. Carlos a questão da intriga palaciana e a existência de camarilhas era abordada na imprensa. Não constituía uma novidade. Durante o reinado de D. Luís, existira inclusive uma imprensa propositadamente destinada à sátira da intriga da Corte, como os jornais *A Lanterna*, *O Trinta Mil Diabos* ou *O terror das Camarilhas* que, apesar de duração efémera, tiveram algum eco na altura e, inclusive,

---

<sup>796</sup> SABUGOSA, Conde de, *Bobos na Corte*, Lisboa, Portugal, 1924, p. 3.

na literatura posterior. Veja-se, por exemplo, a biografia de D. Carlos escrita por Rocha Martins, onde são referidos estes mesmos periódicos e os seus ataques à Família Real e os insultos à sua camarilha, ainda no reinado de D. Luís<sup>797</sup>.

Logo no início do reinado de D. Carlos, já o jornal republicano *O Século* sugeria, a propósito da demissão do governo de então, como “*a intriga palaciana prevaleceu a todos os planos e a todos os cálculos*”, influenciando a queda do governo<sup>798</sup>. Nessa mesma ocasião, o jornal legitimista *A Nação* referia-se também ao facto de “*Os jornais regenerados e republicanos começaram a levantar a ponta do véu de uma dessas intrigas muito vulgares na gente do senhor D. Carlos.*”<sup>799</sup>

O assunto fora também abordado em diversas ocasiões nas duas Câmaras do Parlamento. Na Alta, em 1891, o então Ministro do Reino, Lopo Vaz de Sampaio e Melo, do partido Regenerador, face às insinuações do Bispo de Betsaida<sup>800</sup>, perguntava afinal onde existia uma intriga de camarilha. “*Mas o silêncio do digno Par demonstra que era uma afirmação vaga e a que facto algum responde*”<sup>801</sup> O assunto voltaria a ser referido anos mais tarde, em 1906, desta vez pelo próprio partido Regenerador, através do Par João Arroio: “*É bom que o país e os homens públicos vejam que a sua honra, a sua dignidade, os seus merecimentos, os seus talentos, a sua dedicação à causa pública, não estão hoje, como não estarão nunca, dispostos a serem comandados pelos elementos de uma camarilha que trabalha escondida nas antecâmaras palacianas.*”<sup>802</sup>

Poucos dias depois, na Câmara dos deputados, a camarilha do Paço era também referida pelo deputado do Partido Republicano, Afonso Costa, sendo por este considerada a principal causa das calúnias dirigidas ao partido que representava: “*Avolumou-se durante algum tempo, propositadamente, a acção do partido republicano; caluniou-se esse partido, fazendo ver ao Rei e à sua camarilha que nele*

---

<sup>797</sup> MARTINS, Rocha, *D. Carlos: história do seu reinado*, Estoril, Of. do ABC, 1926, p. 47.

<sup>798</sup> *O Século*, 25 de Setembro de 1890, p. 1.

<sup>799</sup> *A Nação*, 25 de Setembro de 1890, p. 1.

<sup>800</sup> António Frutuoso Aires de Gouveia Osório (1828-1916), professor universitário e maçom, foi igualmente Bispo do Algarve, Betsaida e Calcedónia.

<sup>801</sup> Actas do debate parlamentar dos Senhores Pares do reino, 25 de Junho de 1891, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, p. 5.

<sup>802</sup> Actas do debate parlamentar dos Senhores Pares do reino, 15 de Outubro de 1906, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, p. 5.

*não havia senão garotos; que era uma ralé que só tinha movimentos desordenados e homens sem mérito*”<sup>803</sup>.

Estas alusões seriam abordadas posteriormente, nas obras de diversas personalidades da época. Nas suas *Memórias*, publicadas pela primeira vez em 1919, Raul Brandão aludia aos dois partidos de cortesãos existentes no Paço, um devoto ao Rei e outro à Rainha<sup>804</sup>. O do Rei seria, muito naturalmente o dos Vencidos da Vida, a que já referimos anteriormente. Carlos Malheiro Dias, nas suas *Cartas de Lisboa*, publicadas em 1905, demonstrava como este grupo nenhuma influência teve na política, na corte, ou até mesmo na literatura<sup>805</sup>. Todavia, esta imagem da corte do penúltimo Rei de Portugal como um espaço privilegiado de intriga iria manter-se ao longo de todo o século XX. Na carta que Alfredo Pimenta redigiu por ocasião da vinda da Rainha D. Amélia a Portugal, em 1945, aludia categoricamente à existência da intriga na corte: “*Passados 35 anos, vem Vossa Majestade encontrar um Portugal muito diferente, do Portugal regicida de 1908, com uma nobreza bastarda a intrigar no Paço e a colaborar no Mundo, fornecendo-lhe todos os commérages e potins da Corte.*”<sup>806</sup>

A diversa documentação manuscrita a que tivemos acesso confirma inequivocamente a existência constante da curiosidade, da bisbilhotice e da intriga, não só fora de portas, mas sobretudo no interior do Paço. As fontes referem-se, sobretudo, às relações entre os cortesãos e entre estes e os soberanos que, nem sempre, eram as melhores. Todavia, foi possível documentar intriga política, ainda que as referências na documentação privada não sejam muitas. Os documentos consultados, nomeadamente, a correspondência particular de algumas personagens, entre outras do Conde de Sabugosa ou do Conde Arnoso, poderiam constituir um meio propício à sua expressão. Significará esta ausência que a intriga política se manifestava de outras formas ou através de outras pessoas?

Com certeza podemos atestar afirmativamente a existência de alguns aborrecimentos, entendido pelos próprios intervenientes como expectáveis: “*Nos bastidores da corte não tem havido (até aqui) nenhuma maior sensaboria, além das já*

---

<sup>803</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 22 de Outubro de 1906, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 12.

<sup>804</sup> BRANDÃO, Raúl, *Memórias*, 3ª ed. Paris, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1925, p. 188.

<sup>805</sup> DIAS, Carlos Malheiro, *Cartas de Lisboa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1905, p. 259.

<sup>806</sup> PIMENTA, Alfredo, *Carta a Sua Majestade a Rainha a Senhora D. Amélia*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1945, p. 3.

previstas”<sup>807</sup>, escrevia o Conde de Sabugosa, aquando da visita ao Porto, em 1894. Na verdade, a opinião geral era de que a corte era um local entediante onde a intriga grassava: *“Saímos ontem de semana. A semana mais monotonamente maçadora que tenho feito. O luto, a perna da Isabel [Ponte], o mau humor entre os dois [monarcas], a divergência acerca da partida para Vila Viçosa, e as influências tortuosas tem feito desta corte, que podia ser senão brilhante, ao menos divertida, um convento de freiras intrigantes e aborrecida, onde me estou maçando como um sacristão. Que secantes!”*<sup>808</sup>.

O próprio monarca tinha conhecimento do ambiente do Paço nem sempre ser o mais amistoso e de as intrigas nos corredores serem comuns, como escreveu ao Marquês de Soveral: *“ (...) Não preciso recomendar-to mas toma muito cuidado com as pessoas a quem escreveres para aqui e com o que escreves. Há línguas muito compridas e gente que se quer mostrar sempre ao corrente das últimas palavras”*<sup>809</sup>.

Contudo, mais importante do que conhecer os meandros desta intriga, que decorriam não só da curiosidade natural de cada indivíduo, mas também da colisão entre interesses pessoais e de alinhamento de fidelidades, é perceber as consequências que esta trazia para a Monarquia, cujos resultados podiam ser desastrosos.

Em Março de 1905, o embaixador de Portugal na corte de Londres, o Marquês de Soveral, trocava correspondência com o Rei acerca da visita da Rainha de Inglaterra ao nosso país. No entanto, era ainda segredo, visto que não tinha sido feito nenhum anúncio oficial pela corte de *Saint James*. Todavia, muito provavelmente por descuido do próprio Marquês de Soveral, a notícia espalhou-se por Lisboa, chegando aos ouvidos do embaixador da Alemanha em Portugal, que não via com bons olhos a visita da Rainha Alexandra, por coincidir com a recepção ao Kaiser, podendo colocar em risco as relações diplomáticas entre Portugal e Alemanha: *“Bem te dizia eu no outro dia, em que de escrever coisas... a Senhoras era mau. Hoje telegrafaste-me dizendo-me que não se devia dar a notícia da provável visita da Rainha. Não o precisavas fazer a mim, porque eu não falo. Agora escreveste antes mesmo de mandar dizer qualquer coisa à Rainha e... não sei se a alguém mais, e o resultado foi que a tua carta chegou ontem e*

---

<sup>807</sup> Carta do Conde de Sabugosa à Condessa de Sabugosa, Porto, 2 de Março de 1894, ASSL, MOR1, Gaveta LI, Caixa 2.

<sup>808</sup> Carta do Conde de Sabugosa ao Conde de Arnoso, s.l., 10 de Fevereiro de 1895, BNP, Espólio do Conde de Arnoso, nº 3470.

<sup>809</sup> Carta do Rei D. Carlos a Luís Soveral, s.l., 14 de Março de 1904, AHFCB, Arquivo Soveral, P. 24, 11.

*de que hoje à tarde estava Lisboa cheia da notícia da viagem da Rainha, com pormenores, chegada a 15, etc. Dando como certo o que na tua carta vinha, como probabilidades. Ora a Rainha ontem mostrou-me a carta, eu não disse nunca palavra a ninguém, nem mesmo ao Vilaça, os telegramas que tu recebeste cifrei-os eu mesmo, tratei pois de indagar de onde tinha partido tal boato. Pois de uma modista aonde uma senhora tinha ido apressar seus vestidos, dum alfaiate aonde um senhor tinha ido arranjar uma farda. Querido Luís, segredos em ouvido de mulher é manteiga em nariz de cão! Resultado disto: já esta noite o Tattenbach<sup>810</sup> rosnava em São Carlos, que era impossível a Rainha de Inglaterra vir a Lisboa nas vésperas da chegada do seu Imperador. Vê se me podes mandar dizer qualquer coisa sobre o que o Rei deseja que se faça aqui à Rainha, porque ele pode ter a certeza de que se não farão senão o que ele quiser. Tu sabes perfeitamente que eu sei fazer as coisas, e (que sou o único que faço alguma coisa) também que o meu único desejo é que tanto Ele como Ela fiquem satisfeitos.”<sup>811</sup>*

Para além das intrigas, os conflitos também se sucediam, decorrentes por vezes daquelas. A Condessa de Sabugosa confidencia-nos: “António [Conde de Sabugosa] contou-me que na véspera o Tomás [de Melo Breyner, médico da Real Câmara] tinha vindo fazer serviço pelo Barros [da Fonseca] E quando antes do jantar ia falar a Isabel Ponte, que ela lhe negou e dizendo que sabia que ele dizia muito mal dela, que era ela que o tinha feito saber do dispensário, que diz mal de El-Rei, etc. Tomás atrapalhadíssimo e sem desembaraço. Não lhe respondeu e depois de jantar parece-lhe ao António que lhe foi pedir desculpa. Cena desagradável e que colocou ambos mal. Rainha achando que a Isabel não tinha feito bem de dizer aquelas coisas.”<sup>812</sup> O caso reportava-se ao sucedido relativamente ao dispensário de Alcântara, onde Tomás de Melo Breyner exercia funções como médico e D. Isabel Saldanha da Gama o elo de ligação entre a direcção da instituição, a cargo da Irmãs Terceiras de São Domingos, e a Rainha<sup>813</sup>, a quem tinha cabido a iniciativa da sua constituição.<sup>814</sup>

---

<sup>810</sup> Conde Christian von Tattenbach, embaixador da Alemanha em Portugal entre 1897-1908.

<sup>811</sup> Carta do Rei D. Carlos ao Marquês de Soveral, s.l., 3 de Março de 1905, AHFCB, Arquivo Soveral, P. 8, 15.

<sup>812</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 14 de Janeiro de 1896, ASSL, Diário da Condessa, 1896.

<sup>813</sup> DURÃES, Margarida, *A Rainha Mal-amada: D. Amélia de Orleães*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, p. 124.

<sup>814</sup> PINA, Madalena Esperança, “A Rainha D. Amélia, a assistência e a saúde em Portugal, in *Política Diplomática, militar e Social do Reinado de D. Carlos no centenário da sua morte*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2009, p. 718.

Mas, se Tomás de Melo Breyner se via envolvido nestas intrigas, também estava consciente do perigo que estas constituíam no seio da Corte. Logo após a morte de Mouzinho de Albuquerque, anotava no seu diário: “*Tenho a maior pena [da sua morte] porque sempre fui amigo e admirador daquele grande homem. Receio deveras que as intrigas palacianas não sejam estranhas ao acontecimento.*”<sup>815</sup>

Os funcionários da Casa Real tinham consciência de que deveriam manter-se nas boas graças régias para a conservação do seu estatuto. É disso que nos fala o Conde de Ficalho, em carta ao Conde de Arnoso, quando se recusa entrar de serviço, por se encontrar em Serpa: “*(...) Fui avisado para entrar de semana, mas não vou porque me é absolutamente impossível deixar aqui todos e tenho a impossibilidade material de os levar daqui na sexta-feira. Escrevi a El-Rei e escrevi Conde de Vila Nova. Creio a coisa assim arranjada, e conto que venhas Domingo. Explica se te falarem nisso, que nem se abandona a família no Alentejo, nem se levam umas Senhoras para Lisboa de um dia para o outro, quando é preciso arranjar lugares, transportes, etc. Não vou, porque não posso ir, e se não quiserem perceber isso sujeito-me às consequências (...).*”<sup>816</sup>.

Todavia, as relações entre a Condessa de Figueiró (D. Josefa de Sandoval, Pepita) e a Rainha D. Amélia que, pontualmente, temos vindo a abordar, transcendiam o habitual e tornavam-na aos olhares coevos, a sua *valida*<sup>817</sup> e o *mal maior*: “*Tia Maria Joaquina não entende por que é a zanga à [Condessa de] Figueiró, "que mal ela pode aconselhar a Rainha?" A condessa de Sabugosa (não a cites), contando-lhe eu isto, disse-me: "O maior mal, o maior". Acostumou também Sua Majestade a commérages e a saber de escândalos, a medir os seus entusiasmos pelos da Figueiró etc. Já Marie Antoinette, cheia de boas intenções, cometeu inúmeras imprudências e foi fatal o seu entusiasmo pela Polignac. Os reis têm que ter em tudo prudência. A nossa corte numa coisas é reles: tem Damas que nunca deviam sonhar por a cauda azul*<sup>818</sup> *e ir ao Paço.*”<sup>819</sup>

---

<sup>815</sup> BREYNER, Thomaz de Melo, conde de Mafra, *Diário de um monárquico 1902-1904*, Porto, Fundação Engº António de Almeida, 2005, p. 21.

<sup>816</sup> Carta do Marquês de Ficalho ao Conde de Arnoso, s.l., s.d., BNP, Espólio do Conde de Arnoso, 1224.

<sup>817</sup> Assim denominada por D. Maria Joaquina Saldanha da Gama, em carta já citada. Carta de D. Maria Joaquina de Saldanha da Gama para a sua irmã Teresa Saldanha da Gama, Bremen, 30 de Janeiro de 1902, AP, carta 392.

<sup>818</sup> A cauda azul era um elemento distintivo da farda das Damas Camaristas.

<sup>819</sup> Carta de D. Teresa Saldanha da Gama para seu filho Francisco, Lisboa, 18 de Maio de 1906, Arquivo Ponte, carta 423.



É igualmente certo que não era só a Condessa de Figueiró quem exercia essa influência sobre a Rainha. Em carta à mulher, o Conde de Sabugosa expressa como a Rainha se mostrava muito permeável às opiniões de quem a rodeava, no caso, de D. Isabel Saldanha da Gama: “*Isto aqui já está bastante aborrecido, antes a sabichona Isabel [Saldanha da Gama], que agora passa as suas manhãs escrevendo creio que correspondência para o Correio Nacional e a inconveniente Mariquita [Condessa de Seisal] quase tão incoerente como a Carina, que tem uma alma branca como este papel. A Rainha amável, mas muito Isabelinada. (...)*”<sup>820</sup>.

Todavia, a ascendência da Condessa de Figueiró sobre a Rainha D. Amélia atingiu proporções demasiado evidentes para a sociedade da época, que culminaram com a publicação do *Marquês da Bacalhoa*<sup>821</sup>, obra onde era insinuado um romance lésbico entre ambas que, na realidade, seria apenas uma invenção de cariz republicano para denegrir a imagem da Rainha. De facto, tais insinuações eram comuns – basta relembrar como a imprensa clandestina atribuíra também a Maria Antonieta, mulher de Luís XVI de França, alguns romances de natureza lésbica<sup>822</sup>. Não nos interessa compreender a natureza dessa estreita amizade entre a Rainha D. Amélia e a Condessa de Figueiró<sup>823</sup>, nem tão pouco qual a sua relação com o progressivo afastamento do casal Régio<sup>824</sup>. Pensamos que mais importante que isso é compreender o impacto da existência de uma valida no seio da Casa Real e as consequências que terá trazido para a própria monarquia.

De facto, era sobre D. Josefa de Sandoval que recaíam as culpas de ser a principal causadora de muitas das discussões entre o casal régio, que não teriam quaisquer consequências se fossem tidas à porta fechada. No entanto, nem sempre assim acontecia. Num baile no verão de 1895, estando toda a corte presente, ministros e corpo diplomático, a discussão entre D. Carlos e D. Amélia estalara, tendo como pretexto D. Josefa. Ao que parece, esta ter-se-ia queixado à Rainha de que o Rei não lhe tinha falado. Perante isto, a Rainha teria obrigado o marido a cumprimentar a Dama: “*Soirée*

---

<sup>820</sup> Carta do Conde de Sabugosa à Condessa de Sabugosa, s.l., 15 de Junho de 1894, ASSL, Mor I, L1, caixa 2, maço 13.

<sup>821</sup> ALBUQUERQUE, António de, *Marquês da Bacalhoa*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

<sup>822</sup> WEBER, Caroline, *Rainha da Moda. A Roupa que Maria Antonieta usou para a Revolução*, Lisboa, Oceanos, 2006, pp. 166-191.

<sup>823</sup> BRAGA, Paulo Drumond, *As filhas de Safo*, Lisboa, Texto Editores, 2011, pp. 94 e segs.

<sup>824</sup> DURÃES, Margarida, *A Rainha Mal-amada: D. Amélia de Orleães*, p. 149 a 152.

*muito desagradável. Tudo de resto se apercebeu que boa coisa não foi. Secantíssimo. Aborreceu-me imenso. Rainha furiosa, quebrando o leque. E El-Rei zangado com ela, queixando-se como é costume do entourage. Percebeu-se que tinha havido cena entre os dois. Bernardo disse-me depois que a Pepita se tinha queixado à Rainha d'El-Rei não lhe ter falado e que ela, zangada, obrigou-o a ir falando com a P[epita]. Deplorável que acho isto tudo. Grandes conciles toda a noite entre Duquesa, Pepita, Isabel Ponte. Felizmente, estou fora de tudo, pena é que a Rainha não esteja.”<sup>825</sup>*

Embora a Condessa de Sabugosa não detalhe o porquê, percebe-se que critica o facto de a Rainha estar envolvida, de forma activa, nas intrigas do Paço, que não seriam positivas para a sua reputação, nem tão pouco da própria Monarquia, uma vez que os desentendimentos no seio do seu próprio casamento e no interior da corte transpirariam para o exterior e para a imprensa periódica, a quem convinha transmitir uma imagem de união entre o casal régio: “ (...) *O Bernardo* [conde de Arnoso] *veio-me ver às 4 horas à volta do Paço, disse-me ter dito à Rainha que ela devia tratar de gabar o Queirós, e fazer tudo para mostrar ao público que ela e o marido se entendem e estão unidos. Acho a Rainha em boa disposição. Antes assim.*”<sup>826</sup> De igual modo, isso evitaria que o mal-estar vivido na corte de Lisboa fizesse eco nas outras cortes europeias, onde a ascendência de Pepita sobre a Rainha era fortemente criticada, nomeadamente na de Madrid<sup>827</sup>. Daqui se retiram duas conclusões. Por um lado, a imagem ideal que a Família Real deveria assumir, de união e fidelidade. Por outro, o papel crescente da imprensa na formação da opinião pública, a qual se deveria trabalhar no sentido de a tornar favorável à monarquia, de acordo com essa imagem ideal.

A predilecção da Rainha pela Condessa de Figueiró era notória em todos os quadrantes da sociedade de corte. Obviamente, havia quem achasse que tais sentimentos eram fruto da inveja, pela dedicação que a Rainha lhe demonstrava: “*Pepita manda flores e flores à Isabel Ornelas e até orquídeas trazidas de Paris pelo* [Marquês de] *Vale Flor*. “Pepita é uma vítima, é tudo inveja”. “Com a Rainha é-se muito injusto”. *Sou*

---

<sup>825</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 31 de Julho de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895

<sup>826</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 7 de Agosto 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.

<sup>827</sup> DURÃES, Margarida, *A Rainha Mal-amada: D. Amélia de Orleães*, p. 150.

*diferente, posso perdoar injúrias, mas não esqueço as apreciações que faço das pessoas uma vez que as conheço.”*<sup>828</sup>

D. Teresa Saldanha da Gama não era a única. De facto, eram mais os opositores à válida que propriamente os seus defensores. Aqueles eram os que mais de perto privavam quer com a Condessa, quer com a Rainha, conhecendo melhor essa ascendência. É o caso da Condessa de Sabugosa e do Marquês de Soveral. Todavia, apesar dessa opinião contrária, não significava que agissem de acordo com as suas opiniões pessoais. Embora soubessem que a “(...) *Pepita era muito ciumenta e que a dominação dela fazia um grande mal à Rainha.*”<sup>829</sup>, não se atreviam a afrontá-la, sabendo que, provavelmente, isso colocaria em risco a sua própria relação com a Rainha: “*Fiquei com o Luís Soveral tête-à-tête. Censurando muito a conduta da Rainha, achando lhe a ela toda a culpa do mundo ir para as Caldas e não ficar aqui, achando que ela é sempre dominada ou pela P[epita] ou por outra pessoa. Tornou a vê-la um dia guiando-se pela sua própria cabeça. Criticando os maus humores da P[epita]. (...) Enfim, vendo tudo claramente. (...) Que mundo extraordinário. Concordando que todas as embrulhadas são feitas pela P[epita], dizendo-se amigo íntimo dela, e confessando que está submisso às causas dela.*”<sup>830</sup> Apenas pontualmente procuravam trazer a Rainha para o caminho que consideravam mais razoável, mas geralmente sem qualquer sucesso, pelas suas ideias obstinadas, antecipadamente trabalhadas: “(...) *Aproveitei o estar só [com a Rainha] para lhe dizer que devia de todos os feitios encobrir que não se entendia, disse tudo o que pensava a esse respeito e fiquei com a impressão que não consegui nada. Tem as suas ideias muito assentes a este respeito que lhe foram muito bem encaixadas.*”<sup>831</sup>

A partilha de opiniões entre os cortesãos acerca desta questão sucedia-se amiúde, concordando quanto ao prejuízo que essa relação trazia para a Rainha. Não tardaria que fosse igualmente criticada pelo poder político por esses motivos: “(...) *António contou que na véspera tinha encontrado a P[epita] com a R[ainha] lavada em lágrimas por o Rei a ter visto de noite à porta do quarto, o que tinha ela feito para ver o que era o barulho que estava fazendo no corredor e que ele ia dizer com certeza*

---

<sup>828</sup> Carta de D. Teresa de Saldanha da Gama para seu filho Francisco, Lisboa, 28 de Maio de 1906, AP, carta 425.

<sup>829</sup> Diário da Condessa Sabugosa, 3 de Outubro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.

<sup>830</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 26 de Julho de 1896, ASSL, Diário da Condessa, 1896.

<sup>831</sup> Diário da Condessa Sabugosa, 24 de Agosto de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.

*infâmias sobre ela, que tinha lá estado, etc. Ele contou que ela estava à espera do L[uís] S[overal] que remediou isto tudo. Faz pena ver a Rainha metida em tanta embrulhada. (...) Soveral veio todo o caminho dizendo ao António a pena que ele achava a dominação que a P[epita] tinha na R[ainha] e mostrando que a achava sem individualidade sem interesse dizendo-se muito amigo da outra, mas vendo-lhe todos os defeitos e dizendo-lhos. Deus nos livre de semelhantes amigos. Sem ilusões sobre a R[ainha], mas achando que o Franco tem os maiores, o Hintze não.*”<sup>832</sup>

De facto, o favoritismo dispensado pela Rainha à Condessa de Figueiró ia mais além dos olhares cortesãos, tornando-se igualmente visível pelas personalidades da política: “Conversei muito com o Salvador xxx<sup>833</sup>, esse pensa como nós. Disse-me que nada podiam ali dizer, que depois da morte de El-Rei D. Carlos os políticos tinham-lhe metido muitos sustos com a camarilha. Gostava eu de saber o que a camarilha impediu que todos os governos fizessem. Influência forte no Paço não conheci senão a da F[igueir]ó sobre a Rainha. O próprio Bernardo não se pode dizer que tivesse força de impor as suas predilecções, porque só tarde e a más horas veio o franquismo.”<sup>834</sup> Para D. Teresa Saldanha da Gama, a influência que possa ter existido no Paço tinha sido a da Condessa de Figueiró, uma vez que embora se pudesse imputar a responsabilidade da subida de João Franco ao poder ao Conde de Arnoso, este não teria tido influência suficiente para o fazer. De qualquer das formas, esta é efectivamente a primeira alusão clara à existência de dois partidos na corte com implicações políticas, um liderado pela Condessa de Figueiró, envolvendo a Rainha, e a outra, pelo Conde de Arnoso, incluindo o Rei.

Logo após o regicídio, a imprensa alude à influência política das personagens femininas que rodeavam a rainha. De facto, a 12 de Fevereiro de 1908, *O Dia*, jornal alinhado politicamente com o Partido Progressista, aconselhava o Rei D. Manuel a afastar-se das “palatinas abelhas”: “O País, convença-se El Rei! – não é os que o cercam e cortejam! Se o zumbido de palatinas abelhas lhe não deixar sentir as pulsações da Pátria, que bate fortemente, livre-se Sua Majestade de tais abelhas e

---

<sup>832</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 14 de Dezembro de 1896, ASSL, Diário da Condessa, 1896.

<sup>833</sup> Rasurado no original. Provavelmente, o nono Visconde de Asseca, Salvador Correia de Sá.

<sup>834</sup> Carta de D. Teresa Saldanha da Gama para seu filho Francisco, Lisboa, 24 de Janeiro de 1909, AP, carta 522.

*venha escutar atentamente, com o apurado ouvido de quem quer saber, o que se passa dentro e fora dos partidos políticos.”*<sup>835</sup>.

Obviamente que a metáfora das abelhas palatinas não era inocente, referindo-se à camarilha feminina que rodeava a abelha-rainha, D. Amélia. Dias mais tarde, o mesmo recurso estilístico era utilizado no *Primeiro de Janeiro*, também um jornal afecto ao partido Progressista e que *O Dia* reproduzia. Neste passo chega-se a insinuar a ideia de que o regicídio tinha tido as suas raízes na corte: “*É na verdade vantajoso fazer com que o pessoal graduado do paço seja frequentes vezes substituído para que nem ao menos tenha tempo para pensar em ser admitido à intimidade do soberano. Foi a camarilha da corte que serviu em grande parte para perder o finado monarca, influyendo funestamente no seu espírito. Quando o partido franquista subiu ao poder, afirmou-se com insistência que esse facto tinha derivado da intriga armada pelas chamadas abelhas palatinas e foram, também da mesma proveniência algumas das acusações forjadas na sombra, com o intuito malévolo de inutilizar de vez alguns dos nossos homens públicos mais eminentes.*”<sup>836</sup>

D. Teresa Saldanha da Gama alude, especificamente, às opiniões políticas da Condessa de Figueiró, ainda que lhe atribua uma posição diferente da que o *Dia* veiculava: “*Conta a [tua irmã] Isabel que ouviu minha irmã Isabel contar que dizia a Pepita que João Franco não gostava da Rainha e que ela, Pepita, era demasiada amiga de Sua Majestade para estar satisfeita que o João Franco vencesse. Como se a Rainha fosse o país. Mana Isabel espantada por a Pepita ter tido essa imprudência, "porque costuma ser prudente". Sim, é a esperteza de rato. É decerto uma ignorante. Ora eu atribuo esse dito a medo. Não quererá João Franco intrometer-se um pouco lá dentro? Era bem preciso. Chega a ser ridículo tanto presente [de casamento] à Maria Figueiró da parte da Rainha. O colar é com efeito objecto de 5 a 6 (contos), zibelinas e um cavalo e mais e mais, e o que se não sabe.*”<sup>837</sup> Como se depreende da carta, João Franco não gostava da Rainha e, como tal, a Condessa de Figueiró, alinhando pela soberana, era contrária ao político.

---

<sup>835</sup> *O Dia*, 12 de Fevereiro de 1908, p. 1.

<sup>836</sup> *O Dia*, 17 de Fevereiro de 1908, p. 1.

<sup>837</sup> Carta de D. Teresa de Saldanha da Gama para seu filho Francisco, Lisboa, 21 de Maio 1906, AP, carta 424.

A preponderância da Condessa de Figueiró acabava por se reflectir também nas próprias funções régias. De facto, pelo menos em questões diplomáticas isso teria acontecido, nomeadamente em duas ocasiões, nas quais o Rei D. Carlos se queixara ao embaixador em Londres, de que as suas decisões relativamente a visitas oficiais não colhiam o agrado da Rainha, insinuando nas entrelinhas que essas divergências teriam sido trabalhadas por terceiros. O primeiro desses casos refere-se à visita dos Duques de Connaught a Portugal, em 1904: “*Estimo imenso a vinda dos Connaught, ainda que isso me tenha já trazido os maiores dissabores, porque outras pessoas<sup>838</sup> há, que não pensam como eu. Tudo, porém, se há de passar pour le mieux dans le meilleur des mondes possibles*”<sup>839</sup>. O segundo momento ocorreu durante os preparativos da viagem a Inglaterra, em 1904: “*A Rainha continua do mesmo humor a respeito da viagem, mas é de esperar que isso aí mude com a recepção. Hoje falou-me também para saber se eu tinha convites para ir só para alguns castelos, mostrando-se muito contrária a isso (evidentemente assoprada por alguém). Lá a deixei meia convencida e tu acabarás por aí, ainda que me parece que a tarefa será maçadora, para não dizer outra coisa.*”<sup>840</sup>

Inclusive, após o regicídio, a ascendência da Dama sobre a Rainha continuaria a existir, levando a soberana a tomar decisões que não terão sido as melhores, por protegerem a posição da sua valida no Paço e não zelarem pelos interesses da Monarquia. Isto teria acontecido relativamente a pelo menos duas questões. A primeira esteve relacionada com a escolha do Secretário Particular de D. Manuel. O escolhido fora o Marquês do Lavradio. Este era aparentado com a Condessa de Figueiró. A filha desta, Maria, era casada com D. António Correia de Sá, Conde de Lavradio e irmão do Marquês do mesmo título. “*Lavradio nomeado secretário [de D. Manuel]. É claro que por aí se atribui a influência da Pepita. Portanto, ainda que só por esse lado, pouco acertada nomeação.*”<sup>841</sup> Mas não fora apenas uma questão de influência da escolha. D. Teresa Saldanha da Gama vai mais longe, considerando que a escolha se deveu ao facto de o Marquês ser pró-Figueiró: “*Não foram buscar longe o secretário de El-Rei. Escuso de repetir a minha opinião sobre o eleito. Anti-franquista é ele, e é muito indolente, não*

---

<sup>838</sup> Sublinhado no original.

<sup>839</sup> Carta do Rei D. Carlos ao Marquês de Soveral, s.l., 4 de Janeiro de 1904, AHFCB, Arquivo Soveral, P.8, 12.

<sup>840</sup> Carta do Rei D. Carlos ao Marquês de Soveral, Cascais, 25 de Outubro de 1904, AHFCB, Arquivo Soveral, P.8, 13.

<sup>841</sup> Carta do conde da Ponte para sua mãe, D. Teresa Saldanha da Gama, s.l., 26 de Abril de 1908, AP, carta 483 (anexa).

*lê, não está à altura de lugar tão chegado. Não se pode deixar de ver: mais uma vez querem alguém que não faça mal à Figueiró. Deixá-las lá dentro. Com certeza a tia Isabel foi ouvida, não me parece que aprovasse.”*<sup>842</sup> Isto significava que não se tratava somente de favorecer um familiar, mas sim de alargar a sua rede clientelar, de forma a assegurar um apoio incontestado no interior do Paço. E de facto, já por alturas do casamento da filha dos Condes de Figueiró com o Conde de Lavradio, em 1906, circulava à boca-pequena que ambos pretendiam ser nomeados Dama e Veador do Príncipe Real: “(...) diz a tia Maria Joaquina que ele [quer] ser Veador da futura Princesa e a mulher Dama de dentro. Alguma coisa do Paço quer ele.”<sup>843</sup>

A segunda das questões teve que ver com a questão dos adiantamentos e a cedência dos Palácios Reais. Segundo a mesma Senhora, D. Teresa Saldanha da Gama, o assunto teria sido resolvido sob forte influência da Condessa de Figueiró, e a todos terá parecido uma resolução bastante precipitada: “*A respeito da cedência dos palácios, a tia Isabel confessou aqui que tinha sido uma precipitação. Se foi!! Tem desculpa a criança real, que só pensou em ter menos despesas, mas a mãe não pode pensar como nós pensamos, e não ouvirá senão o Amaral e a Pepita?*”<sup>844</sup>

De facto, a influência de Pepita sobre a Rainha terá sido de tal forma prejudicial, que acicatou severamente o ódio ao casal cortesão, que rapidamente se tornavam vítimas de ameaças de morte: “*O ódio aos F...ó [condes de Figueiró] sempre crescendo, constituindo um verdadeiro perigo. Um caos*”.<sup>845</sup> “*Têm-se espalhado papelinhos impressos, dizendo a diversas personalidades que estão visadas para serem mortas. Como se a gente monárquica matasse Alpoim e companhia. É evidente que deles mesmos ou dos seus satélites saem essas falsas ameaças. Por outro lado a condessa de Figueiró também, segundo dizem, recebeu aviso igual. Entende-se? Era conhecida como pouco afecta ao Rei. Matarem-na? Essa morte põe-na no segundo plano, o que querem vingar dando cabo dela?*”<sup>846</sup>. Os papelinhos não eram uma novidade. De facto,

---

<sup>842</sup> Carta de D. Teresa Saldanha da Gama, para seu filho Francisco, Santander, 28 de Abril 1908, AP, carta 483.

<sup>843</sup> Carta de D. Teresa de Saldanha da Gama para seu filho Francisco, Lisboa, 21 de Maio 1906, AP, carta 424.

<sup>844</sup> Carta de D. Teresa Saldanha da Gama para seu filho Francisco, Caxias, 1 de Setembro de 1908, AP, carta 502.

<sup>845</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para sua sobrinha Maria Teresa de Ornelas. Lisboa, 23 de Abril de 1908, AP, carta 480.

<sup>846</sup> Carta de D. Teresa de Saldanha da Gama para seu filho Francisco, Lisboa, 11 de Fevereiro 1908, AP, 471.

pelo menos desde 1899 que a Rainha anotava nos seus diários que recebia cartas anónimas que a injuriavam: “*tomei conhecimento de cartas anónimas, infames infectas, desesperada, revoltada, sobretudo desgostada, não mereço. Desolador série de sujeitas, 2ª série diferente – máquina de escrever*”. Apesar de ter procurado que o assunto fosse alvo de investigação policial, nunca o terá conseguido<sup>847</sup>.

A atitude da Condessa de Figueiró acabava por ser criticada por nada ter feito para se afastar, de forma a minorar os estragos que provocava: “*A tia acha ainda mais culpa à Figueiró, que sabendo bem o mal que tem feito à Rainha, devia, então nas circunstâncias em que estamos, ser a primeira a afastar-se mais.*”<sup>848</sup> Certo é, que já após a implantação da República, alguns membros monárquicos do movimento restauracionista gostariam de ver D. Manuel novamente no trono, já casado, mas sem a influência da Mãe e da própria Condessa de Figueiró<sup>849</sup>. A influência desta sobre a Rainha era não só prejudicial à Rainha, mas também à própria Monarquia.

Em conclusão, a par do desejo constante de agradar à Família Real para continuar a usufruir das suas boas graças, a intriga de corte grassava no interior das paredes do Paço, facilmente descaindo no favoritismo em relação a determinados oficiais da Casa Real. Isto terá tido como consequência importante a degradação da imagem da Família Real e da Monarquia. Para tal contribuiu a incapacidade demonstrada, sobretudo por parte da Rainha D. Amélia, na regulação dos conflitos e rivalidades no seio da Corte, provavelmente consequência não só da ascendência da sua válida sobre si, mas igualmente das suas próprias características pessoais e de uma visão de dever e serviço diferente da restante Família Real. Se o durante o Antigo Regime, a atribuição de cargos e ofícios nas diversas Casas da Família Real tinha procurado constituir um mecanismo de auto-regulação dos antagonismos entre os diferentes oficiais da Casa Real<sup>850</sup>, no reinado de D. Carlos, pelo contrário, teriam provocado um efeito oposto. Não só as dissensões provocadas pela existência do favoritismo demonstrado pela Condessa de Figueiró teriam minado as relações entre cortesãos, como também provocaram um progressivo afastamento do apoio dispensado à própria Família Real e, em última análise, à própria Monarquia, que foi a principal prejudicada

---

<sup>847</sup> Diário da Rainha, 8 de Março de 1899 *apud* RIBEIRO, José Alberto, *Rainha D. Amélia, uma biografia*, Lisboa, A esfera dos Livros, 2013, p. 74.

<sup>848</sup> De D. Teresa Saldanha da Gama para seu filho Francisco Lisboa, 31 de Janeiro de 1910, AP, carta 547.

<sup>849</sup> RIBEIRO, José Alberto, *Rainha D. Amélia, uma biografia*, p. 214.

<sup>850</sup> LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa Corte e património das rainhas de Portugal, (...)*, p. 157.



por isso. E isso não acontecia apenas a nível do Paço, uma vez que quer a imprensa, quer o poder político aludia e criticava a ascendência que certos cortesãos detinham sobre a Família Real, trabalhando a sua consciência de forma a imiscuírem-se no plano da política.

A análise dos elementos humanos da Casa Real, em particular dos ofícios superiores e do seu recrutamento permitiu chegar a várias conclusões. O Rei conseguiu manter a prerrogativa da exclusividade da nomeação destes ofícios, apesar da interferência pontual e infrutífera do poder político. Os ofícios eram igualmente exclusivos da nobreza, à excepção do Capelão-mor, Chefe da Casa Militar e o Aio. Contudo, enquanto oficiais-mores e Gentis-homens foram tendencialmente recrutados na aristocracia, o recrutamento de Secretários particulares, Veadores e Damas apresenta-se mais permeável a uma nobreza de segunda plana. No entanto, as opções políticas dos seus antepassados na guerra Civil não parecem ter sido levadas em conta no momento da sua escolha, existindo bastantes representantes de antigas famílias miguelistas.

Os ofícios-mores não hereditários apresentavam tendencialmente maior formação académica e uma carreira política mais proeminente comparativamente aos ofícios hereditários. Ainda assim, no conjunto total dos oficiais, a carreira política foi muito pouco expressiva, ao contrário da carreira diplomática, fenómeno já perceptível em finais de Antigo Regime.

Os ofícios superiores da Casa Real eram, no seu conjunto, desempenhados por um número de famílias bastante restrito, contrastante com o aumento do número de titulares ao longo do século XIX. Além disso, verifica-se igualmente a acumulação de alguns dos ofícios nos mesmos indivíduos. A restrição numérica deste grupo, ainda que lhe oferecesse um estatuto privilegiado, deixava a Família Real num completo isolamento, por deixar de parte a esmagadora maioria da sua principal base de apoio – a nobreza.

O desempenho destes ofícios não trazia grandes proventos materiais, até porque grande parte deles, à excepção dos da Real Câmara e dois dos ofícios-mores, não eram remunerados. Os vencimentos recebidos eram semelhantes aos quadros médios da administração pública, não justificando por isso a atracção que o desempenho desses cargos exercia. A explicação residiria no estatuto que o serviço à Casa Real oferecia,

destacando-se de todas as outras honras e mercês, inclusive da titulação. A proximidade à Família Real permitia-lhes serem medianeiros entre esta e os indivíduos que a si recorriam para obter vários auxílios.

A afectividade, que presidiu a algumas das escolhas dos oficiais, terá motivado igualmente o favoritismo dispensado a alguns deles, contribuindo não só para a intriga no interior do Paço, como para a degradação da imagem da Família Real. Imprensa e poder político criticaram em especial a ascendência da Condessa de Figueiró sobre a Rainha. Em última análise, a Casa Real deixou de ser um local de auto-regulação das relações entre os seus membros, como acontecia no Antigo Regime.

### III. A FAZENDA DA CASA REAL

A historiografia tem dado especial relevo à questão dos adiantamentos do Tesouro Público à Administração da Fazenda da Casa Real durante o reinado de D. Carlos, atribuindo-lhe em parte a queda do regime monárquico. Todavia, e ainda que assim seja, os historiadores não se debruçaram sobre as razões que levaram os sucessivos governos a autorizarem esses adiantamentos, nem analisaram as receitas e despesas da mesma Casa e a sua situação financeira durante este reinado. Ainda que à época constasse que a Família Real gastava mais de metade do déficit do Estado<sup>851</sup>, na verdade também nessa altura não existiu nenhuma discussão por parte do poder legislativo acerca do estado das finanças da Casa Real, à excepção das propostas pontuais de redução da dotação régia no início deste reinado, e da questão dos adiantamentos, quando foram denunciados pelo então Presidente do Conselho, João Franco, em 1906. Estas duas questões estavam intimamente relacionadas, uma vez que, e segundo alguns historiadores, a origem dos adiantamentos residia na exiguidade da dotação régia, que não fora aumentada desde o reinado de D. João VI<sup>852</sup>.

Mas seria só a exiguidade da dotação que explicava os adiantamentos? Para verificar a existência de outros motivos que contribuíram para estes, é necessário proceder à análise da situação financeira da Casa Real durante o reinado de D. Carlos. Começaremos por analisar a dotação, isto é, a verba prevista pela Carta Constitucional e consignada pelas Cortes para sustento da Família Real, também designada nos debates parlamentares por lista civil<sup>853</sup>. A este respeito, importa perceber o montante a que ascendia esta transferência monetária do Tesouro Público e o seu valor em preços constantes ao longo da Monarquia Constitucional. De seguida, interessa conhecer a discussão parlamentar verificada durante este reinado relativamente à dotação e aos adiantamentos. Uma vez que a contabilidade da Casa Real foi produzida pela

---

<sup>851</sup> RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação* (1890-1926), MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 283.

<sup>852</sup> RAMOS, Rui, *D. Carlos*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2006, p. 112.

<sup>853</sup> Os decretos de fixação da dotação não referem a lista civil, apenas a dotação, bem como os diversos orçamentos estatais. O termo lista civil, para além dos debates parlamentares, surge no decreto de 30 de Agosto de 1907 como a soma fixada para fazer face às “*despesas pessoais da Família Real reinante*”, “*dispêndios de beneficência*” e “*encargos elevadíssimos da representação do Estado*”. Decreto legalizando os adiantamentos feitos pelo Estado à Administração da Fazenda da Casa Real, 30 de Agosto de 1907, *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa, ano 1907*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1908, pp. 781-782.

Administração da Fazenda desta casa, é necessário conhecer esta repartição em pormenor, de forma a compreender o funcionamento interno deste serviço e averiguar o grau de profissionalização dos seus funcionários. Estas duas variáveis poderão influir na fidedignidade das fontes utilizadas, nomeadamente da contabilidade referente às despesas e receitas, analisadas em último lugar e que nos permitirão averiguar a situação financeira desta instituição durante o reinado de D. Carlos e mostrar a sua dependência face aos adiantamentos.

A dotação de D. Carlos e da Família Real fora fixada por carta de lei a 28 de Junho de 1890. De acordo com esta, D. Carlos receberia um conto de réis diários, totalizando 365 contos nos anos comuns e 366 nos anos bissextos que, durante o seu reinado, corresponderiam a 1892, 1896 e 1904. Embora 1908 fosse igualmente ano bissexto, o monarca morreu antes de 29 de Fevereiro desse ano. De acordo com esta mesma carta de lei, D. Amélia recebia 60 contos anuais, o Príncipe D. Luís Filipe 20 contos e o Infante D. Manuel 10 contos. Assim sendo, o total da dotação da Família Real fixava-se em 455 contos anuais (ou 456, em anos bissextos), abonada desde o dia 19 de Outubro de 1889<sup>854</sup>. No entanto, havia que somar ainda as dotações de outros dois membros da família Real, o Infante D. Afonso e a Rainha viúva, D. Maria Pia. Aquele, como infante, recebia 10 contos anuais, de acordo com a lei de 19 de Junho de 1866, decretada quase um ano após o seu nascimento<sup>855</sup>. Quanto à dotação de D. Maria Pia, fora fixada pela lei de 1 de Julho de 1862 em 60 contos anuais<sup>856</sup>. De acordo com artigo décimo da carta régia que ratificou o seu contrato nupcial com o Rei D. Luís, em caso de viuvez, como se verificou, a Rainha continuava a gozar plena e inteiramente da dotação concedida, bem como de quaisquer outros bens que lhe pertencessem. Com esta dotação supriria todas as despesas da sua Casa, nomeadamente os ordenados do pessoal superior e inferior, bem como as suas despesas pessoais<sup>857</sup>.

Deste modo, aos 455 contos anuais, somavam-se ainda 70 contos da Família Real residente do Paço da Ajuda, totalizando 525 contos que o Tesouro Público

---

<sup>854</sup> Carta de Lei fixando a dotação da Família Real, 28 de Junho de 1890, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, ano 1890*, p. 290

<sup>855</sup> Lei designando a dotação para alimentos do Sr. Infante D. Afonso, Duque do Porto, 19 de Junho de 1866, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, ano 1866*, p. 234.

<sup>856</sup> Lei fixando a dotação da Rainha, 1 de Julho de 1862, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, ano 1862*, p. 159.

<sup>857</sup> Carta régia ratificando o contrato nupcial de D. Luís com D. Maria Pia de Sabóia, 9 de Setembro de 1862, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, ano 1862*, p. 267-272.

concedia para a sua conveniente sustentação. No contexto nacional, embora as informações disponíveis acerca dos rendimentos anuais das grandes fortunas da segunda metade do século XIX sejam escassas, podemos considerar que a dotação régia era bastante razoável<sup>858</sup>. Por exemplo, em 1854 a Casa Palmela apresentava um rendimento anual de 48 contos de réis<sup>859</sup>; à morte de Eugénio de Almeida, em 1872, era-lhe atribuído um rendimento anual de 160 contos<sup>860</sup>; refira-se ainda os 240 contos anuais de rendimento auferidos pelo Conde de Daupias<sup>861</sup>. Todavia, comparativamente às dotações de outras Casas Reais europeias, a da Família Real Portuguesa era bastante baixa. Enquanto D. Carlos recebia 365 contos anuais, no outro reino ibérico o Rei recebia nada mais, nada menos, do que 1260 contos<sup>862</sup>. John Röhl apresenta os valores de diferentes listas civis de diferentes reinos e impérios para 1910, em milhões de marcos alemães, que podemos sistematizar no Quadro I:

**Quadro I** – Lista Civil de vários países em 1910 (milhões de marcos alemães)<sup>863</sup>

	Milhões de marcos (1910)
Alemanha	22,2
Áustria	19,2
Itália	12,8
Inglaterra	11,6
Espanha	7,1
Saxónia	4,2
Baviera	5,4
Japão	4,2
Bélgica	2,8
Suécia	1,8
Portugal	1,8
Holanda	1,5
Dinamarca	1,2

Como se pode observar, a dotação do Rei de Portugal estava em pé de igualdade com a da Suécia e era das mais baixas de todos os países em questão, à excepção da Holanda e Dinamarca. Certos reinos e impérios dificilmente podem ser comparados a

<sup>858</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 115.

<sup>859</sup> URBANO, Pedro, *A Casa Palmela*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008, p. 95.

<sup>860</sup> FONSECA, Hélder Adegar, REIS, Jaime, “José Maria Eugénio de Almeida, Um capitalista da Regeneração” in *Análise Social*, vol. XXIII (99), Lisboa, Imprensa Universitária, 1987-5, p. 871.

<sup>861</sup> RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 113.

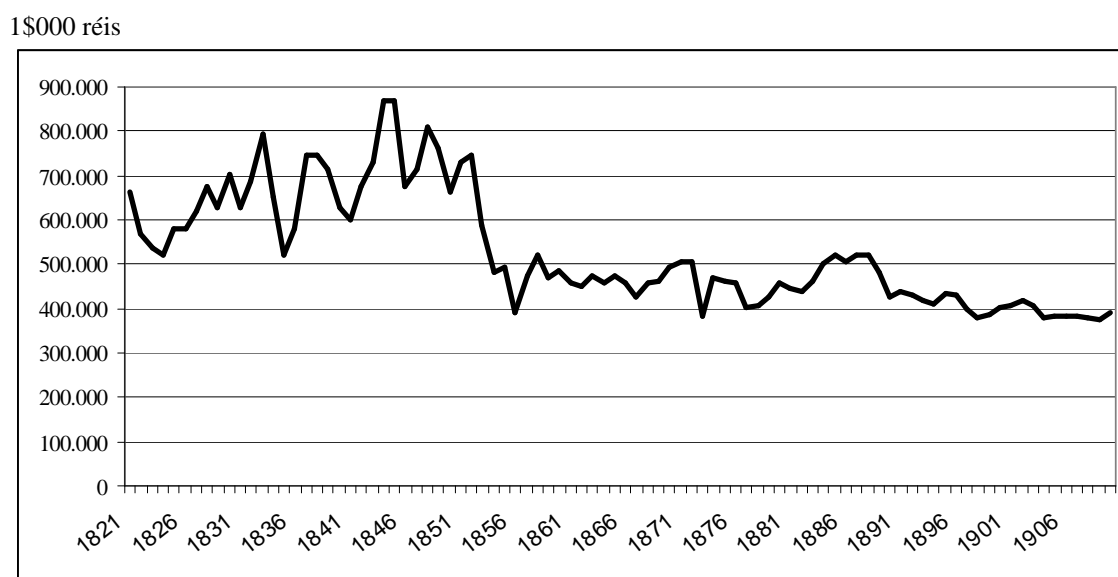
<sup>862</sup> RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 112.

<sup>863</sup> RÖHL, John, *The Kaiser and his Court*, Cambridge, Cambridge University press, 1994.

Portugal, pelas suas dimensões territoriais e pelo facto de serem grandes potências no contexto europeu, como acontecia com a Alemanha ou Inglaterra. Repare-se, no entanto, como os pequenos reinos da Saxónia e da Baviera, subordinados ao império alemão, ou mesmo a monarquia Belga, apresentavam uma lista civil substancialmente superior à portuguesa.

Ao problema da escassez da dotação régia face às suas congéneres europeias acrescia um outro: o da não actualização da mesma desde a sua atribuição em 1821, a D. João VI<sup>864</sup>. Desde essa data que a dotação fora fixada nos 365 contos de réis anuais destinados ao Rei, sendo prevista outra quantia para os outros membros da Família Real, variável ao longo dos tempos e de acordo com o número de familiares.

**Gráfico I** – Evolução da dotação régia de um conto de réis diário a preços constantes durante a Monarquia Constitucional<sup>865</sup>



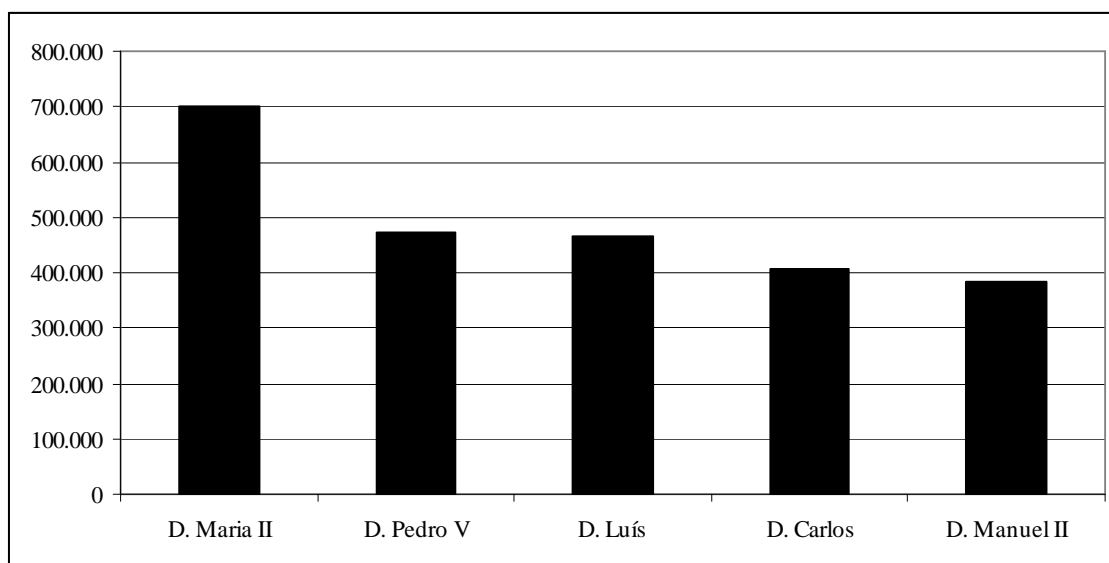
<sup>864</sup> Decreto da dotação ao Rei e à Família Real, 14 de Julho de 1821, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, 1820-1823*, s.p..

<sup>865</sup> A carta de lei de 20 de Março de 1827 procedeu à dotação da Casa Real durante a Regência da Infanta D. Isabel Maria. No ano seguinte, D. Miguel subiu ao trono e a carta de lei deixaria de vigorar até à subida ao trono de D. Maria II. No entanto, mantivemos os valores referentes a 1827-1834. Carta de Lei de 20 de Março de 1827 sobre a dotação da Família Real, *Colecção de todas as leis, alvarás, decretos, etc., impressos na régia oficina tipográfica, 1º semestre de 1827, parte I*, p. (10). Para a deflação destas séries e de todas as outras apresentadas ao longo do texto, utilizámos o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914, apresentado por Carlos Bastien, que retoma um trabalho anterior de Nuno Valério. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Lisboa, INE, 2001, vol. 1, pp. 634 - 636.

Se deflacionarmos os 365 contos de réis (Gráfico I), verificamos que o valor da dotação régia sofreu um decréscimo substancial sobretudo em meados do século XIX. De facto, até aí manteve-se sempre acima dos 500 contos de réis, atingindo inclusive valores próximos dos 870 contos de réis em 1844 e 1845, os valores mais elevados em toda a série. A partir de 1854 os valores apresentam-se praticamente sempre abaixo dos 500 contos de réis, com excepção de alguns anos, que não ultrapassam todavia, os 522 contos de réis, nomeadamente 1858 e 1885. No entanto, a partir deste ano a tendência é para o decréscimo acentuado do seu valor, chegando a atingir valores inferiores a 400 contos de réis, que só se tinham verificado em 1856 e 1873.

**Gráfico II** – Evolução do valor médio da dotação por reinado, a preços constantes, 1834 a 1910<sup>866</sup>

1\$000 réis



Esta tendência da desvalorização da dotação é visível igualmente no Gráfico II, que apresenta os valores médios deflacionados da dotação régia por reinados, desde o de

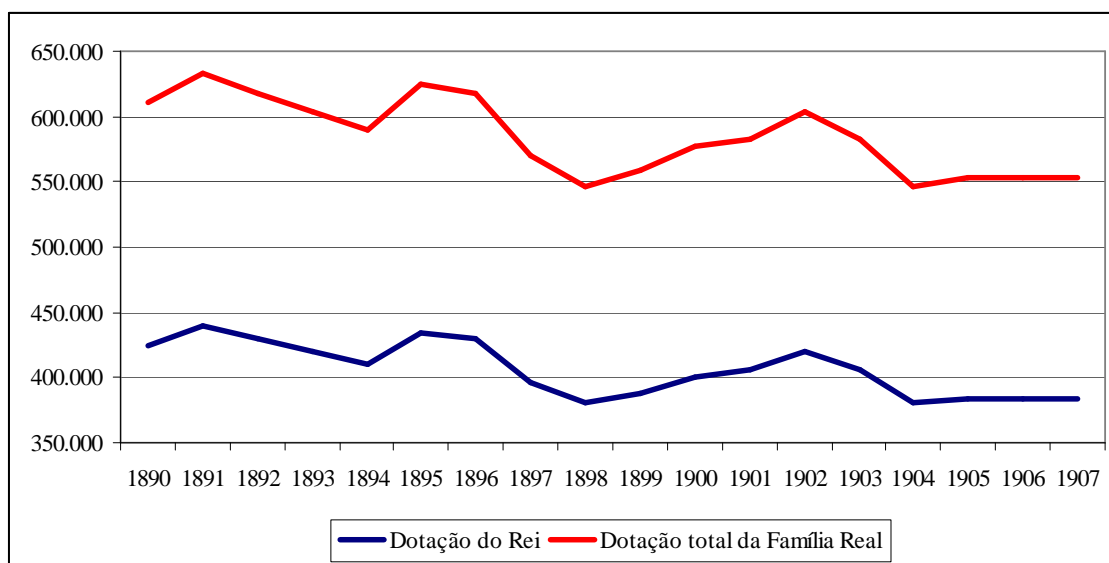
<sup>866</sup> Optámos por não incluir os reinados de D. João IV e D. Pedro IV, bem como a regência da Infanta D. Isabel Maria, uma vez que apenas a partir do reinado de D. Maria II é que a atribuição da dotação régia se torna regular, obedecendo à Carta Constitucional que ditava que “*As cortes Gerais, logo que o Rei suceder no Reino, lhe assinarão e à Rainha sua esposa, uma dotação correspondente ao decoro de Sua Alta Dignidade*”. MIRANDA, Jorge, *O Constitucionalismo liberal luso-brasileiro*, Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos Portugueses, 2001, p. 128. Utilizado o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 634 - 636.

D. Maria II a D. Manuel II. De facto, a partir do reinado de D. Pedro V, que coincide com o início da segunda metade do século XIX, há uma quebra da dotação em mais de 200 contos de réis relativamente ao reinado anterior. Essa diminuição continuou nos reinados subsequentes, ainda que de forma não tão evidente. Entre os reinados de D. Luís e D. Carlos verifica-se também uma diminuição, embora não tão acentuada como a anterior, mas ainda assim significativa, que se cifrou em cerca de 60 contos de réis.

Analiseemos agora em pormenor a evolução da dotação deflacionada ao longo do reinado de D. Carlos, quer os 365 contos de réis destinados ao Rei, quer os 525 contos de réis destinados a toda a Família Real (Gráfico III).

**Gráfico III** – Evolução das dotações de D. Carlos e da Família Real ao longo do reinado deste Rei a preços constantes<sup>867</sup>

1\$000 réis



Em ambos os casos, apesar de se verificarem algumas subidas, que atingem o pico respectivo nos anos de 1891 (o valor mais alto registado em ambas as séries), 1895 e 1902, a tendência geral é para a descida do valor das mesmas.

Relativamente à dotação de D. Carlos, verifica-se a existência de dois períodos em que os valores apresentados são superiores aos 400 contos de réis, nomeadamente de

<sup>867</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 634 - 636.



1890 a 1896 e entre 1900 e 1903. Em contrapartida, relativamente à dotação do conjunto da Família Real, os valores mais elevados, acima dos 600 contos de réis, ocorrem entre 1890 e 1893; 1895 e 1896 e finalmente em 1902. Isto indica que nestes anos a capacidade financeira da Casa Real seria superior à dos restantes.

Apesar da redução da dotação em valores constantes e da sua exiguidade face à maior parte das suas congéneres europeias, a tentativa da sua diminuição fora levada a debate parlamentar por diversas ocasiões, durante o reinado de D. Carlos. A primeira, logo em Junho de 1890, quando o deputado republicano e futuro Presidente da República, Manuel de Arriaga, propôs a redução da lista civil para um terço da que era então concedida, proposta que não foi aprovada<sup>868</sup>. O seu principal argumento residia no facto de a Constituição reservar à dotação o papel manter o decoro da família real, enquanto, na verdade, esta servia para sustentar a sua magnificência, obrigando ao sacrifício dos mais desfavorecidos, que tinham de contribuir para essa dotação. De facto, sendo” *um dos países mais depauperados da Europa e que luta com sérias dificuldades para o equilíbrio dos seus orçamentos, não pode nem deve manter uma lista civil proporcionalmente superior à maior parte dos estados monárquicos*”<sup>869</sup>

Outras propostas se lhe seguiram, nomeadamente a de Rodrigues de Freitas, também deputado republicano, em 1893, cujo projecto de lei visava uma redução da dotação em 342 contos de réis, totalizando portanto 183 contos de réis. Segundo o deputado, esta redução tornava-se premente face à bancarrota do Tesouro Público, à miséria do país, sobretudo quando se sustentavam dois palácios reais, em vez de apenas um, referindo-se ao facto de a Família Real se encontrar dividida entre o Palácio das Necessidades e o da Ajuda<sup>870</sup>.

A lista civil foi pontualmente referida ao longo de todo o reinado, nos vários debates parlamentares, sobretudo pelos deputados republicanos, não só a propósito da apresentação de propostas de alteração da mesma, mas sempre que se falava na necessidade da diminuição das despesas públicas. Assim o fez Eduardo Abreu, na discussão acerca dos credores externos, onde aludiu à necessidade da redução da lista

---

<sup>868</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 21 de Junho de 1890, *Diário da Câmara dos Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891, pp. 805-832.

<sup>869</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 21 de Junho de 1890, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 820.

<sup>870</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 3 de Fevereiro de 1893, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 1 a 12.

civil, a par da redução de pessoal em instituições como embaixadas, tribunais, administração e exército<sup>871</sup>.

Obviamente, o debate da questão dos adiantamentos em 1906 arrastaria consigo também a questão da lista civil para a discussão política. Apesar da existência de adiantamentos neste reinado remontar logo ao seu início, nomeadamente a 11 de Janeiro de 1890, data em que se autorizava, por despacho ministerial, o “*adiantamento de 30.000\$000 por conta da dotação de Sua Majestade El-Rei relativa ao actual ano económico*”<sup>872</sup>, a questão só seria levantada por João Franco, Presidente do Conselho, no final do ano de 1906, quando se discutia na assembleia a proposta de lei relativa à reforma da contabilidade pública, onde se estipulava que os adiantamentos efectuados a funcionários públicos apenas poderiam ser feitos pela Caixa Geral de Depósitos<sup>873</sup>.

Nessa ocasião, e devido à interpelação do deputado António Centeno, que pedira informações ao Governo sobre a liquidação de contas da Casa Real, João Franco afirmou perante a assembleia de que “*não há duvida que adiantamentos têm sido feitos à Casa Real. Desses adiantamentos há de o Governo dar conta ao Parlamento*”. Afiançava ainda que o assunto seria levado à discussão da Câmara e que o Governo não tinha qualquer intenção de aproveitar-se da lei da Contabilidade, para resolver a questão, visto ser essa uma das acusações que lhe era dirigida. Todavia, reservava-se no direito de apresentar o assunto dos adiantamentos quando julgasse oportuno. E acrescentava: “*De resto, nenhum inconveniente há em que essa oportunidade seja hoje ou amanhã porque, desde que o Governo chegou aos Conselhos da Coroa, nenhuns adiantamentos ou pagamentos têm sido feitos nem à Casa Real nem a ninguém, senão em harmonia com que nas leis está fixado*”. Portanto, justificava a prorrogação da discussão dos adiantamentos para um momento mais oportuno com o facto de o governo a que presidia não ter feito nenhum adiantamento à Casa Real ou a qualquer outra entidade que não fosse legal. Todavia, e sem querer, apontava uma questão

---

<sup>871</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 16 de Fevereiro de 1893, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 1 a 10.

<sup>872</sup> Ofício da Direcção Geral da Tesouraria à Direcção Geral da Contabilidade pública, [Lisboa] 11 de Janeiro de 1890, AHTC, Processos-conta, caixa 239, doc. 3.

<sup>873</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 3 de Outubro de 1906, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 1 a 30; Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 9 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907, p. 1-24.

pertinente em toda esta problemática dos adiantamentos, e que iria pautar parte da discussão: a da legalidade dos mesmos<sup>874</sup>.

Antes de passarmos à análise da discussão deste tema, de forma a conhecer os limites do debate político e as problemáticas por ele abordadas, interessa compreender as razões que terão levado João Franco a levar a questão à assembleia parlamentar. Por um lado, pelos projectos que o seu próprio partido tinha de moralização da administração pública e que passava pelo fim dos adiantamentos de salários públicos, que eram recorrentes<sup>875</sup>. Por outro, como uma forma de comprometer D. Carlos com a sua política<sup>876</sup>. De facto, quando ainda estava na oposição parlamentar, João Franco defendia que a força dos governos no país era tanto maior quanto menos dependessem da Coroa<sup>877</sup>. Rui Ramos considera também que João Franco tornou pública esta questão por desconfiar que José Maria Alpoim, dissidente progressista, iria trazer o assunto para a ordem do dia, como forma de ataque ao Rei. De facto, pelo menos desde 1903 que a situação era mais ou menos conhecida. Nesse ano, João Arroio teria procurado denunciar que o Rei pedia dinheiro aos seus ministros, inclusive a si mesmo. Assim, o Presidente do Conselho adiantava-se à oposição, sabendo que a melhor defesa era o ataque<sup>878</sup>.

Todavia, a situação era conhecida, muito provavelmente, há mais tempo. No final de 1896, ano em que, como veremos, é transferida uma enorme quantia do Tesouro Público para a Casa Real, Barros Gomes, antigo Ministro Progressista e então Par do Reino, escrevia a José Luciano de Castro. Embora sem aludir directamente aos adiantamentos, refere-se à situação financeira do Tesouro Público e à ausência de fiscalização da mesma, considerando a necessidade de resolvê-la, embora isso trouxesse muitas desvantagens: *“é certo que daí se derivará o conhecimento de factos de tal ordem e o apuramento de responsabilidades tão graves, que não sei onde levarão as próprias instituições que nos cumpriria amparar e defender. Poderemos fazê-lo? Julgo que não, pois no estado melindrosíssimo em que se encontra a sociedade portuguesa,*

---

<sup>874</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 12 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 1-22.

<sup>875</sup> RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 265.

<sup>876</sup> BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional, 1907-1910*, Lisboa, Texto, 2010, p. 142-143.

<sup>877</sup> RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação (1890-1926)*, MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, p. 283.

<sup>878</sup> RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 265.

*um tal abalo já não pode suportar-se. Acresce que a opinião insciente e inconsciente não seria movida a princípio do facto de se decretarem simples providências de carácter administrativo e fiscal, que só conseguiriam interessá-la quando comesse a dimanar o escândalo que a meu ver delas proviria, caso deixassem de ser platónicas, vigorando, não no papel, mas na realidade dos factos muitos graves que viriam pôr a nu.*”<sup>879</sup>

Atente-se no facto de os adiantamentos propriamente ditos não beneficiarem exclusivamente a Casa Real. Já desde o início da década de 1890 que vários Ministros, como Mariano de Carvalho, tinham sido acusados de autorizar adiantamentos à Companhia Real dos Caminhos-de-ferro<sup>880</sup>, ou a outras companhias e bancos<sup>881</sup>. Nessas circunstâncias, o deputado progressista Frederico Laranjo defendera inclusive o apuramento de responsabilidades, de modo a que se procedesse à liquidação dessas verbas. A crítica incidia sobretudo no facto de estes adiantamentos se terem efectuado “*em circunstâncias tão angustiosas do nosso tesouro*”<sup>882</sup>. Os adiantamentos eram, portanto, prática corrente não só nas relações entre Estado e Casa Real, mas também entre Estado e Companhias ou entidades bancárias.

Relativamente aos adiantamentos à Casa Real, as críticas não se fizeram esperar. Mesmo nos círculos mais próximos da Família Real, a situação era comentada: “*Rebentou por fim a questão dos adiantamentos, (...). Era preferível [que] a Rainha D. Amélia não tivesse também a sua viagensinha ao Oriente. Desconfio que a part du lion da Rainha-mãe ainda se não sabe, ou que se não publica a quanto monta. E pensar que a maior parte foi para trapos. O início das nossas desgraças vem do casamento d'el-Rei D. Luís. Esse teve as suas 'despesas particulares' mas não era extravagante na verdadeira acepção da palavra, teria morrido sem renovar uma sala ou um simples tapete.*”<sup>883</sup>. No entanto, os ataques mais vigorosos e visíveis vieram dos vários lados do espectro político, desde logo do Partido Regenerador. No dia seguinte à intervenção de

---

<sup>879</sup> MOREIRA, Fernando (org.), CASTRO, José Luciano de, *Correspondência Política, 1858-1911*, Lisboa, Quetzal, 1998, p. 311.

<sup>880</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 14 de Janeiro de 1892, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 1-42.

<sup>881</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 1 de Janeiro de 1892, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 1-16.

<sup>882</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 1 de Janeiro de 1892, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 6.

<sup>883</sup> Carta de D. Teresa Saldanha da Gama para seu filho Francisco, Torres Vedras, 7 de Julho de 1908, AP, carta 494.

João Franco, João Pinto dos Santos defendia a ilegalidade dos adiantamentos, propondo que a sua resolução fosse efectuada não pelo Governo, mas sim pela Assembleia, exortando ainda à demissão do Presidente do Conselho<sup>884</sup>.

Manuel Fratel, colega de bancada de João Pinto dos Santos, fez uma leitura diferente deste. Embora não qualificasse os adiantamentos como ilegais, considerava-os pouco honestos e sérios. A sua argumentação assentou dois aspectos fundamentais. O primeiro, no desconhecimento acerca dos moldes em que se efectuaram os adiantamentos. O segundo, no facto de estes terem sido feitos há já algum tempo e apenas então terem sido denunciados. O alvo principal de censura já não era apenas o Presidente do Conselho, pois estava implícita uma crítica ao próprio monarca. Da interpretação irónica que o deputado fizera das palavras de João Franco, demonstrava como este estava convencido da incompreensão “[d]os adiantamentos, porque aqueles censurou-os magoadamente El-Rei, e os créditos decerto não os recebeu melindrado. A administração séria e honesta não é incompatível com esses créditos, porque a administração séria e honesta deseja-a ardentemente o Chefe do Estado, e os créditos recebeu-os sem violência.” Portanto, além de criticar João Franco por defender a legalidade dos adiantamentos, ao considerá-los compatíveis com uma administração séria e honesta, Manuel Fratel acusava o Rei de ter sido conivente com a situação, ao tê-los recebido, ainda que se demonstrasse contra os mesmos. Donde se conclui que o deputado defendia a ilegalidade dos adiantamentos<sup>885</sup>.

A argumentação de Mário Monteiro, igualmente deputado regenerador, pautava-se pela defesa da ilegalidade dos adiantamentos. Se estes fossem considerados legais, era porque a lei não estava bem elaborada. Aludia ainda à situação económica catastrófica em que o país se encontrava. Numa situação de dívida pública elevada, de miséria generalizada, sem exército e num país maioritariamente analfabeto, havia que exigir contas ao Governo e também ao chefe de Estado, por aquilo que considerava crimes<sup>886</sup>.

---

<sup>884</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 13 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 9.

<sup>885</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 14 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 8.

<sup>886</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 14 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 18.

O ataque mais violento viria do partido Republicano, em particular do deputado Afonso Costa. No seu discurso, aludia ao descalabro e favoritismo da administração da monarquia. Para além da questão dos adiantamentos, fez oportunamente menção à lista civil, “*criminosa e afrontosíssima*”, um verdadeiro desperdício que poderia ser reduzido e canalizado para a instrução pública. Defendia, por isso, o pagamento, com juros, dos adiantamentos feitos pelo tesouro público. Só esta indemnização é que poderia ser demonstrativa de cooperação do Rei no combate à miséria pública, para a qual teria contribuído<sup>887</sup>. No seu entender, era necessário um relatório claro da administração pública, em particular dos adiantamentos à Casa Real, nomeadamente durante o reinado de D. Carlos, criticando as “*razões de Estado*” e a pretensa legalidade dos adiantamentos apontadas pelo governo como justificação daqueles quando, na sua opinião, se tratava de desvios de dinheiros públicos e, como tal, de um crime. A própria Coroa não saía imune às críticas do deputado, por se tentar passar como “*arrependida e purificada como uma vestal, ela que não tem tido pejo de se exhibir como uma Messalina impudica perante a nação, que a sustenta e lhe paga*” No fundo, era uma crítica ao próprio regime “*com todos os seus representantes e servidores, porque é o regime exactamente que tem produzido a péssima administração do país.*”<sup>888</sup>.

Alexandre Braga, deputado também pelo Partido Republicano, apelava à necessidade indispensável de transparência, nomeadamente do país tomar conhecimento da forma como os dinheiros públicos eram administrados e de terminar com aquilo que considerava uma burla – os adiantamentos<sup>889</sup>.

Martins de Carvalho, dissidente progressista e então franquista, fez muito naturalmente um discurso de defesa do Presidente do Conselho. No seu entender, a existência de adiantamentos não constituía nenhuma novidade e era natural a sua realização, sobretudo quando se faziam semelhantes adiantamentos a funcionários públicos. Além disso, o governo apresentava-se como o principal interessado em resolver a questão<sup>890</sup>.

---

<sup>887</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 20 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Deputados*, pp. 1 a 30.

<sup>888</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 20 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 9.

<sup>889</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 20 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Deputados* p. 26.

<sup>890</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 14 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 10.

Um mês volvido sobre o debate de Novembro de 1906, Afonso Costa apresentou uma moção de ordem à Câmara dos Deputados por não terem sido ainda esclarecidos os adiantamentos, nem as suas contas apresentadas pelo Governo. E acrescentava que a lei da imprensa, que então se discutia, servia apenas para escamotear o estado da Monarquia, onde os dinheiros públicos eram esbanjados, maltratadas as liberdades e onde grassavam os erros jurídicos e morais<sup>891</sup>.

A alusão à questão dos adiantamentos alongar-se-ia ao início do ano seguinte. António José de Almeida, deputado republicano, continuou o ataque não só à instituição monárquica, como ao Presidente do Conselho, acusando-os de vários crimes, desde abusos, peculato, desvio de dinheiro e roubo, de que os adiantamentos seriam apenas sinónimos<sup>892</sup>.

Em Março de 1907, Abel de Andrade, do partido Regenerador, referiu uma questão fulcral, que explicava o posicionamento dos diversos partidos da assembleia perante a questão dos adiantamentos, nomeadamente o facto destes adquirirem maior ou menor importância, consoante a existência de uma menor ou maior simpatia pela Casa Real. No entanto, criticava a posição do Chefe do Conselho e a demora deste em proceder à liquidação dos adiantamentos, o que suscitava a dúvida acerca da sua legalidade e honestidade. Apesar destes adiantamentos terem sido autorizados, quer por governos progressistas, quer por governos regeneradores, o Presidente do Conselho tornava-se também culpado pela demora em proceder à sua liquidação<sup>893</sup>.

Na Câmara dos Pares, a questão também foi debatida, embora não tenha gerado discussões tão acesas como na dos Deputados. Se nesta Câmara foram sobretudo os deputados republicanos quem mais debateu a questão, na Câmara dos Pares o debate foi particularmente interventivo por parte do Partido Regenerador. De facções contrárias, destacam-se a intervenção de Jacinto Cândido da Silva, antigo ministro da Marinha e Ultramar, antigo deputado regenerador e fundador do partido nacionalista, e a do líder do partido Progressista e antigo Presidente do Conselho, José Luciano de Castro.

---

<sup>891</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 21 de Dezembro de 1906, *Diário da Câmara dos Deputados*, pp. 1 a 14.

<sup>892</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 14 de Janeiro de 1907, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 8.

<sup>893</sup> Acta do debate parlamentar dos senhores deputados, 6 de Março de 1907, *Diário da Câmara dos Deputados*, p. 9.

O primeiro destes desresponsabilizava a sua passagem por governos anteriores, como ministro, e o seu papel como deputado ou como Par do Reino. Mostrava-se assim contrário à argumentação de João Franco, de que toda a classe política era a principal responsável pelos adiantamentos, mais não fosse por ter conhecimento da situação, ainda que de forma não oficial e nada ter feito para a resolver<sup>894</sup>.

José Luciano de Castro afiançava que, na qualidade de Presidente do Conselho, nunca lhe fora pedido qualquer adiantamento sobre a dotação régia e que as despesas de representação, que se prendiam com viagens do Rei e com a recepção de soberanos estrangeiros, estavam contabilizadas no orçamento de 1904-1905, aprovado na gerência do ministério progressista. Declinava, por isso, qualquer responsabilidade sobre o assunto. No entanto, a comprovar-se a existência de adiantamentos, estes deveriam ser rapidamente liquidados, muito embora sem imputar quaisquer responsabilidades à Coroa, que não podia ser culpabilizada pelos actos praticados pelos sucessivos governos. Nesse aspecto, isentava também João Franco de qualquer responsabilidade, pela determinação com que conduzia a questão, nomeadamente pelo empenho da apresentação de uma lei de regularização da situação e de restituição dos adiantamentos efectuados, o que demonstrava o desejo por parte do governo na resolução da situação, sem evitar responsabilidades. No seu discurso, Luciano de Castro reiterou igualmente o seu apoio às instituições monárquicas, que se viam afrontadas por calúnias que apenas tinham como intento ensombrarem o seu prestígio<sup>895</sup>.

Sebastião Baracho, afecto ao partido Regenerador, foi um dos primeiros Pares a pronunciar-se sobre o caso, afirmando categoricamente a necessidade da regularização urgente dos adiantamentos, não só através da sua liquidação, mas também da elaboração de um relatório resultante de um inquérito para apuramento das responsabilidades pelas infracções cometidas<sup>896</sup>. Em sessão posterior partilhou da opinião de José Luciano de Castro, sublinhando que a responsabilidade dos adiantamentos recaía exclusivamente sobre os governos que os tinham autorizado. Nessa acusação era criticado o rotativismo governativo, o principal culpado pelo “*desastre da administração pública*”, de que os

---

<sup>894</sup> Actas do debate parlamentar dos Senhores Pares do reino, 28 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, pp.416- 417.

<sup>895</sup> Actas do debate parlamentar dos Senhores Pares do reino, 21 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, pp. 371-372.

<sup>896</sup> Actas do debate parlamentar dos Senhores Pares do reino, 13 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, p. 301.



adiantamentos eram a prova cabal<sup>897</sup>. Portanto, defendia a atitude do Presidente do Conselho, por ter trazido o assunto à apreciação do Parlamento. Todavia, condenava a sua actuação no que dizia respeito às contradições apresentadas face às declarações dos anteriores presidentes do Conselho. Tanto umas, como outras, em nada diminuían as suas responsabilidades e, como tal, os responsáveis pelo desvio financeiro, deveriam responder judicialmente por esse acto<sup>898</sup>.

A mesma reprovação fazia Hintze Ribeiro, líder do partido Regenerador e também Par do Reino. As observações de João Franco levantavam as suspeitas sobre os antigos governos, nomeadamente sobre o próprio Hintze Ribeiro, que fora também ele ministro. Acima de tudo, colocavam em risco o crédito e o prestígio da autoridade moral da Coroa, bem como do próprio Chefe de Estado. Hintze Ribeiro criticava ainda o facto de o Presidente do Conselho arrogar-se no direito de ser ele o juiz da questão, sem tomar as medidas necessárias para o seu esclarecimento cabal<sup>899</sup>.

As críticas a João Franco eram tecidas também pelo ex-deputado do partido Regenerador Júlio de Vilhena. Criticava sobretudo a desresponsabilização do Presidente do Conselho perante o caso, que se descartava da questão argumentando não ter sido ele a autorizar os adiantamentos. Mas ao tê-los denunciado, arrastou para a praça pública a própria Casa Real, aumentando o descrédito da figura do Rei. Em sua opinião, o principal dever do chefe do governo seria o da defesa da pessoa do Rei de qualquer discussão política e de toda a desconfiança<sup>900</sup>.

Mais branda foi a posição de António Teixeira de Sousa, antigo deputado Regenerador. Na sua opinião a actuação do Presidente do Conselho fora imprudente, mas os adiantamentos deveram-se sobretudo a abonos para a recepção de chefes de Estado estrangeiros e eram por isso legítimos. Assim sendo, deveriam ter sido imediatamente legalizados, em vez de terem sido trazidos para a discussão<sup>901</sup>.

---

<sup>897</sup> Actas do debate parlamentar dos Senhores Pares do reino, 23 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, 1907, pp. 377.

<sup>898</sup> Actas do debate parlamentar dos Senhores Pares do reino, 3 de Dezembro de 1906, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, p. 452.

<sup>899</sup> Actas do debate parlamentar dos Senhores Pares do reino, 21 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, p. 366.

<sup>900</sup> Actas do debate parlamentar dos Senhores Pares do reino, 26 de Fevereiro de 1907, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, p. 297.

<sup>901</sup> Actas do debate parlamentar dos Senhores Pares do reino, 12 de Março de 1907, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, p. 379.

O ex-deputado regenerador João Arroio foi, de todos os Pares, quem teve o discurso mais exaltado, criticando não só a conduta do Presidente do Conselho, como do próprio monarca. Insistiu na ilegalidade dos adiantamentos e na inconstitucionalidade em que o próprio Presidente do Conselho colocara a Coroa portuguesa, ao atribuir-lhe estes adiantamentos, visto serem ilegais e ilegítimos. Como tal, o Chefe de Estado não estava em condições de exercer as suas funções, quer a nível do poder executivo, quer do poder moderador. Na opinião do Par do Reino, tornava-se necessário inquirir os ministros da fazenda em exercício de funções ao longo do reinado de D. Carlos, acerca dos adiantamentos, que deveriam ser amplamente esclarecidos perante o parlamento e o país<sup>902</sup>. Tornava-se necessário que fossem explicados os motivos de cada adiantamento, o nome dos contemplados e de quem os autorizara, bem como a quantia a que ascendiam<sup>903</sup>. Criticava também a conduta do chefe do governo, sobretudo na demora da resolução da questão, nomeadamente do estudo da mesma<sup>904</sup>.

Perante este atraso, João Arroio voltou novamente a criticar a atitude de João Franco. Todavia, desta vez o ataque era dirigido exclusivamente a este político, poupando e inclusive defendendo o Rei. De facto, no seu entender, o chefe de Estado fora colocado numa situação de subserviência e absoluta dependência do chefe do Governo. Além de proceder a acusações contra a Coroa, o governo adiava a liquidação dos adiantamentos. Este adiamento, aos seus olhos, era um acto ilegítimo, ilegal e, acima de tudo, inverosímil. Tornava-se necessário que os conflitos parlamentares não se aproveitassem da situação para atacar a Monarquia, que se via nesta situação pela acção desastrosa de João Franco<sup>905</sup>.

Como se pode verificar, o debate parlamentar relativo à questão dos adiantamentos pautou-se essencialmente pela crítica ao chefe do Governo na forma como conduziu o assunto. Não só por se desresponsabilizar da questão, fazendo recair a culpa dos adiantamentos nos anteriores governos, mas também pela demora na apresentação dos relatórios que os substantivassem e por ser o próprio governo a

---

<sup>902</sup> Actas do debate parlamentar dos Senhores Pares do reino, 19 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino* p. 350.

<sup>903</sup> Actas do debate parlamentar dos Senhores Pares do reino, 19 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, p. 352.

<sup>904</sup> Actas do debate parlamentar dos Senhores Pares do reino, 21 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, p. 363.

<sup>905</sup> Actas do debate parlamentar dos Senhores Pares do reino, 30 de Novembro de 1906, *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, pp.437.

resolver a questão. Por outro lado, era ponto assente que este assunto provocara um intenso debate político que extrapolava a questão em si, para servir de arma de arremesso político entre os partidos. A principal vítima foi, na opinião de muitos, a credibilidade da figura régia e da própria monarquia, atacada sobretudo por parte do partido republicano, que logo se aproveitou da questão para lançar no debate a já anteriormente defendida diminuição da lista civil e também uma campanha contra as instituições monárquicas. Embora com uma atitude mais branda que o partido Republicano, o partido Regenerador destacou-se igualmente no ataque ao chefe do Governo e, mais pontualmente, ao próprio Rei. Só o partido Progressista teve uma atitude mais discreta, muito menos interventiva nesta questão dos adiantamentos.

Na verdade, esta era uma situação incómoda para o poder político e que limitara o próprio debate a questões individuais e partidárias, não tendo sido por isso discutidas as verdadeiras razões de fundo que estiveram na origem dos adiantamentos, nomeadamente o estado financeiro da Casa Real. Isto porque até então nenhum Presidente do Conselho tivera coragem política para denunciar o caso e apresentá-lo à Assembleia. Não se tratava de desconhecimento por parte dos seus antecessores, mas sim por os próprios estarem implicados nos adiantamentos, uma vez que os tinham autorizado, como acontecera com Hintze Ribeiro. Em Junho de 1895, este autorizou um adiantamento mensal de quinhentos mil réis à Administração da Fazenda da Casa da Rainha D. Maria Pia, por intercessão do Mordomo-mor daquela Casa, o Duque de Loulé. Nessa ocasião declarava expressamente a sua autorização e acrescentava “*até que o assunto possa ser devidamente resolvido pelo parlamento, único poder que tem atribuições para [o fazer]*.”<sup>906</sup> Havia, portanto, consciência de que a Casa Real apresentava problemas financeiros, mas que a sua resolução só podia passar pelo parlamento. Esta só viria em 1906, apesar dos sucessivos abonos concedidos pelos vários Ministros da Fazenda até então: Augusto José da Cunha, Mariano de Carvalho, Oliveira Martins, Dias Ferreira, Augusto Fuschini, Ressano Garcia, Manuel Afonso de Espregueira, Anselmo de Andrade, Matoso Santos, Teixeira de Sousa, Rodrigo Pequito ou o Conde Penha Garcia. Até o próprio João Franco os concedera, logo em 1890<sup>907</sup>.

---

<sup>906</sup> Pedido de adiantamento financeiro do Duque de Loulé e respectiva autorização por parte do Presidente do Conselho de Ministros Hintze Ribeiro, Estoril, 10 de Junho de 1895, AHTC, Processos - conta, caixa 238, doc. 22.

<sup>907</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910: relatório elaborado pela Comissão de Sindicância à Direcção Geral da Tesouraria*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, pp. 6 e 11.

No entanto, à exceção dos deputados republicanos, que pugnavam inclusive pela diminuição da lista civil, nenhum outro deputado ou ministro levantou esta questão ou a dos adiantamentos na assembleia. Além de tanta gente implicada, quer ministros, quer o próprio Rei, havia ainda a questão do problema da legalidade que os adiantamentos levantavam. Em simultâneo, não podemos deixar de pensar que a esta situação era extremamente favorável ao poder executivo, ao colocar o Rei, o vértice da pirâmide do poder político, financeiramente subordinado ao governo. Perante a dependência constante de adiantamentos para fazer face às despesas da Casa Real, a classe política preferiu, em vez de proceder a uma reforma financeira desta instituição, autorizar os abonos, prolongando uma situação que, embora já tivesse ocorrido durante o reinado de D. Luís, se teria agravado durante o de D. Carlos, em parte consequência do próprio arrastamento desta situação<sup>908</sup>. Finalmente, há que destacar também o impacto na opinião pública que a questão tivera, a qual os políticos provavelmente previram, pela sua implicação no caso. No final do ano de 1906, Manuel Francisco Miraldo, influente eleitoral na região de Coimbra escrevia a Luciano de Castro dando conta de que *“a revelação dos adiantamentos ao rei também aqui produziu má impressão e não falta quem explore. Entendo, pois, que é conveniente dar no quadro uma pincelada de tinta clara. Venho portanto lembrar a Vossa Excelência um meio de o fazer. Há nesta freguesia duas escolas de instrução primária, uma para cada sexo, sem terem edifícios próprios. Seria, pois, de alta importância, não só para a instrução, mas para abater a onda, que tende a torna-se altaneira, a construção de dois edifícios, modestos, para as ditas escolas.”*<sup>909</sup>

O Rei, ainda que considerasse pertinente a resolução dos adiantamentos, não estava de acordo com o momento escolhido por João Franco para o fazer. Pela carta enviada a 23 de Junho de 1907 a João Franco, era evidente que, embora pretendesse a resolução do assunto, não achava oportuna a sua resolução. *“Devemos prosseguir no nosso caminho, doa a quem doer, e nesse caminho sempre me encontrarás ao teu lado e ao dos teus colegas, por maiores que sejam os sacrifícios que eu tenha que fazer. Devo-os ao meu País, devo-os aqueles que com tanta dedicação o querem servir. Amanhã falaremos largamente sobre estes assuntos, mas desde já deixa-me dizer-te que se me*

---

<sup>908</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, p. 118.

<sup>909</sup> CASTRO, José Luciano de, MOREIRA, Fernando (org.), *Correspondência Política, 1858-1911*, p. 577.

*oferecem as mais sérias dúvidas sobre a oportunidade de lançarmos neste momento a questão da Casa Real. Estamos diante de uma fogueira que desejamos apagar e não se apaga fogo lançando-lhe lenha, e é o que agora sucederia. Há um mês eu achava eu relativamente fácil o pôr a questão, mesmo em ditadura. Agora os factos mudaram. Por nossa culpa, decerto que não; mas o facto é que as circunstâncias são bem outras. Houve repressões violentas, justificadíssimas, mas houve-as. Tivemos de suspender jornais, com carradas de razão, mas suspenderam-se. Se agora, logo a seguir, viéssemos lançar a público a questão dos adiantamentos, haveria por certo quem malsinasse este facto, e, com as facilidades de desvairamento da nossa opinião pública, seria este um campo bem fácil de explorar contra o governo. Poder-se-ia talvez esperar um pouco, até deixarmos acalmar um pouco mais as paixões que tão acesas estão nos políticos e acalmadas elas então apresentaríamos o caso na sua simplicidade, e por forma a não se poderem tomar noutro sentido os actos de energia tão úteis e tão justificáveis que o governo tem praticado nestes últimos dias”*<sup>910</sup>. Em sua opinião a questão era delicada e urgia ser resolvida, mesmo que isso o colocasse numa situação pouco favorável. Porém, continuava ao lado do Presidente do Conselho, provavelmente porque “*convenceu-se que só o Franco lha pode resolver [“a questão da regularização da situação financeira da Casa Real”]*”, na opinião de Hintze Ribeiro<sup>911</sup>. No entanto, a conjuntura não lhe parecia ser a propícia. As greves académicas de Março e Abril de 1907 tinham incendiado a opinião pública, bem como a publicação da repressiva lei da imprensa a 11 de Abril; no mês seguinte, João Franco governava em ditadura, isto é, com o Parlamento encerrado e remodelara o governo, afastando os ministros do Partido Progressista, – curiosamente, aqueles que menos se pronunciaram relativamente à questão dos adiantamentos. João Franco, no comentário às cartas que D. Carlos lhe dirigira, procurou demonstrar como o Rei fora estranho à resolução ministerial adoptada, que conduziria à publicação do decreto de 30 de Agosto de 1907 que resolvia a questão dos adiantamentos e no qual João Franco isenta o Rei de qualquer intervenção, ainda que fosse por si assinado.

Este decreto, além de resolver a questão dos adiantamentos por parte do Tesouro, tentava também resolver a questão das dívidas existentes a particulares e,

---

<sup>910</sup> CASTELO-BRANCO, João Franco, *Cartas d’El Rei D. Carlos I a João Franco Castelo Branco seu último presidente do Conselho*, 4ª ed. Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1924, pp. 135-136.

<sup>911</sup> Carta de Hintze Ribeiro a Venceslau de Lima, 16 de Julho de 1907, [s.l.], Arquivo particular, Espólio Venceslau de Lima, caixa 7, pasta 444, *apud* RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 276.

procurava, pela primeira vez fazer face às dificuldades pelas quais passava a Fazenda da Casa Real, considerando a situação financeira desta instituição, pela primeira vez, como “*um verdadeiro problema político, do mais alto interesse público*”<sup>912</sup>. A sua publicação demonstra como João Franco procurou, de facto, resolver a questão das finanças da Casa Real, pelo menos no imediato, ainda que não se tratasse verdadeiramente de uma reforma financeira. Na realidade, ainda que tenha aliviado a Administração da Fazenda da Casa Real de alguns encargos, como os relativos a despesas de representação, limitou-se essencialmente a saldar a questão dos adiantamentos, como veremos. Este decreto acabava por se inserir não só nos projectos que o partido de João Franco tinha de moralização da administração pública, já acima referidos, como também nos seus objectivos de reforma e renovação das próprias instituições monárquicas, que terão contribuído para a própria queda do regime<sup>913</sup>.

O relatório que acompanhava a publicação deste decreto mencionava a legislação que, no passado, tivera como intuito o aumento das receitas, nomeadamente as leis de 23 de Maio de 1859, 30 de Junho de 1860, 28 de Maio de 1863 e 12 de Abril de 1876, que autorizaram a venda de diamantes da Coroa, tendo sido o produto convertido em inscrições do Crédito Público. Todavia, estas medidas revelaram-se insuficientes, tendo sido necessária a contracção de empréstimos, nomeadamente a 12 de Agosto de 1880 e em 30 de Dezembro de 1882. Para efectuar o seu pagamento, procedeu-se à venda de inscrições da Coroa, em 15 de Outubro de 1889.

Neste decreto de 30 de Agosto de 1907 aludia-se também à situação precária da Fazenda da Casa de Bragança, que se vira obrigada a contrair empréstimos cujos encargos absorviam a quase totalidade dos seus rendimentos. A crise financeira de 1892, provocara igualmente efeitos drásticos nesta conjuntura já de si desfavorável, visto que, e segundo as tradições da Família Real, parte da sua dotação fora cedida para aliviar o Tesouro Público.

---

<sup>912</sup> Decreto legalizando os adiantamentos feitos pelo Estado à Administração da Fazenda da Casa Real, 30 de Agosto de 1907, *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa, ano 1907*, pp. 781-782.

<sup>913</sup> VALENTE, Vasco Pulido, *As duas tácticas da monarquia perante a Revolução*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1974, p. 24.

A título de liquidação das antigas reclamações da Coroa, foram autorizados pagamentos não especificados à Casa Real pelas leis de 13 de Maio de 1896<sup>914</sup> e de 12 de Junho de 1901<sup>915</sup>, que permitiram a devolução valores relativos a bens nacionais arrecadados indevidamente pelo Ministério da Fazenda, por pertencerem à Coroa, como veremos adiante. Repare-se como o decreto procurava justificar os adiantamentos, nomeadamente através de um enquadramento legal. Ainda assim, referia-se também a adiantamentos efectuados a descoberto e autorizados apenas por despachos governamentais.

O decreto aludia ainda ao facto de, ao contrário de outros países, tais como a Prússia, e a Inglaterra, a dotação não ter sido aumentada desde as leis de 20 de Março de 1827<sup>916</sup> e 19 de Dezembro de 1834<sup>917</sup>. Por outro lado, não só o volume da beneficência régia tinha aumentado – não sendo consignada para tal, como em Inglaterra, uma verba especial – como o “*poder de compra da moeda*” diminuído grandemente, sendo a dotação da Casa Real substancialmente inferior à estabelecida pelas Cortes Constituintes de 1821.

O relatório fazia também comparações com a lista civil de outros países – Bélgica, Espanha, Itália, Saxónia e Baviera – em relação às quais a portuguesa era bastante inferior. Acresce que, noutros países, como a Holanda e Prússia, para além da dotação, a Coroa recebia ainda outras receitas transferidas pelo Tesouro Público, pela administração dos domínios do Estado.

As despesas a cargo da lista civil eram decorrentes, segundo o decreto, da representação do Estado, da manutenção dos variados palácios reais, com seus parques e jardins, e da beneficência, característica essencial da realeza. Embora não aludindo aos ordenados dos oficiais da Casa Real, nem dos restantes funcionários, fazia-se referência ao aumento do número de funcionários e respectivos vencimentos dos serviços públicos

---

<sup>914</sup> Lei de autorização da cobrança de impostos e rendimentos públicos no exercício de 1896-1897 e a aplicação do seu produto às despesas do Estado, 13 de Maio de 1896, *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa, Ano de 1896*, p. 276-287.

<sup>915</sup> Lei de autorização da cobrança de impostos e rendimentos públicos no exercício de 1901-1902 e a aplicação do seu produto às despesas do Estado, 12 de Junho de 1901, *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa, Ano de 1901* pp. 186-198.

<sup>916</sup> Carta de lei fixando a dotação da Casa Real durante a regência da Infanta D. Isabel Maria 20 de Março de 1827 *Colecção de todas as leis, alvarás, decretos, etc, impressos na régia oficina tipográfica, 1º semestre de 1827, parte I*, p. (10).

<sup>917</sup> Carta de lei fixando a dotação da Casa Real durante o reinado de D. Maria II, 19 de Dezembro de 1834, *Colecção de leis e decretos e outros documentos oficiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, p. 41.

ao longo do século XIX, que foi acompanhado de um acréscimo orçamental, ao contrário do que aconteceu com a Casa Real. É importante realçar esta ausência de referência quer no decreto, quer no próprio debate parlamentar que o antecedeu, às despesas com funcionários e, em particular, aos oficiais superiores. Poder-se-ia pensar que a aristocracia, como principal grupo social que desempenhava esses ofícios superiores, fosse também arrastada para a discussão e encarada como um dos principais sorvedouros dos dinheiros públicos. Porém, além da inexistência dessa referência, a verdade é que, como vimos nos capítulos antecedentes, ainda que os seus vencimentos fossem superiores aos dos restantes funcionários da Casa Real, poucos eram os oficiais-mores que os auferiam. Pelo contrário, reforçava-se o aumento do aparelho funcional das repartições públicas, acompanhado de um aumento das verbas destinadas para o seu pagamento, contrastando com o que acontecia com a Casa Real.

O relatório justificava também a actuação do Presidente do Conselho de Ministros, tão criticada sobretudo pelos partidos Republicano e Regenerador. A apresentação da questão dos adiantamentos no parlamento teria tido como objectivo cessá-los. Por um lado, para cumprimento da lei, que os impedia. Por outro lado, para permitir a actuação legislativa no sentido da extinção das dívidas a fornecedores e “*a outras de idêntica natureza*”, numa alusão da dívida para com o Estado, de modo a garantir a devida sustentação da Casa Real e o respectivo decoro.

O decreto baseava-se na contabilidade da Administração da Fazenda da Casa Real. Segundo esta, o valor em dívida para com o Tesouro Público ascendia a 771.715\$700. Este valor diferia em muito do que foi calculado posteriormente pela Comissão de Sindicância à Direcção-Geral da Tesouraria encarregue da liquidação das Contas entre a Casa Real e o Tesouro, uma vez que esta utilizará como fonte a documentação produzida pelo próprio Ministério da Fazenda. Este relatório, publicado em 1915, calculava a dívida de D. Carlos em mais de três mil contos<sup>918</sup>. Esta divergência de valores, decorrente da utilização de fontes diferentes, era favorável a cada uma das partes envolvidas, considerando o contexto em que foram produzidas. O decreto de João Franco apresentava um valor bastante significativo, mas passível de ser saldado e com isso se encerraria a questão da dívida da Casa Real, permitindo ao Presidente do Conselho credibilizar a campanha de moralização da administração

---

<sup>918</sup> No total, a dívida da Família Real ascenderia a 4.938.403\$219. *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910 (...)*, 1915.



pública, pela qual vinha pugnando<sup>919</sup>. Em contrapartida, a publicação do relatório da dívida em plena República e elaborado por uma comissão parlamentar republicana e que apresentava valores substancialmente superiores, tornava-se bastante favorável a este novo regime que, embora estabelecido, ainda contava com alguma oposição monárquica, visível nas incursões de 1911 e 1912 e na posterior proclamação da efémera Monarquia do Norte, em 1919<sup>920</sup>.

Para saldar a dívida da Casa Real, decretou-se o abatimento do valor do Iate D. Amélia, subtraindo-se assim 306.000\$000. A restante dívida, 465.715\$700 ficava saldado com a cedência perpétua dos bens da Coroa arrendados ao Estado, como forma de compensação. Isso significava que a partir de então as propriedades Régias ficavam em plena propriedade da Fazenda Nacional, tendo a Casa Real de passar a pagar o seu arrendamento, como veremos adiante. Todavia, o Iate D. Amélia já se encontrava incorporado na Marinha Real Portuguesa, desde a publicação da portaria de 27 de Abril de 1899<sup>921</sup> e os bens da Coroa arrendados ao Estado estavam igualmente desafectados da posse da Coroa<sup>922</sup>.

Uma vez que a cedência destes bens representava a perda anual de 28.904\$000, para fazer face às obras de beneficência, bem como às despesas de representação do Estado, estas eram transferidas da Administração da Fazenda da Casa Real para o próprio Estado, como acontecia em outras Casas Europeias, nomeadamente com o custeio de palácios, parques, e carruagens de gala. Assim acontecia também com os encargos do museu dos coches, os serviços de gala e recepção de embaixadores que passariam para o Tesouro Público, até ao montante de 60.000\$000, bem como a manutenção das propriedades do Estado na posse da Coroa, até à quantia de 100.000\$000.

---

<sup>919</sup> RAMOS, Rui, *D. Carlos*, p. 278.

<sup>920</sup> Sobre estas questões *vide*, por exemplo COIMBRA, Artur Ferreira, *Paiva couceiro e a contra-revolução monárquica*, Braga, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, 2000; SANTOS, Miguel António Dias, *A contra-revolução monárquica do sidonismo à Monarquia do Norte*, Coimbra, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Coimbra, 1998; SILVA, Helena Isabel Simões de Carvalho Moreira da, *A Monarquia do norte, a tentativa de restauração monárquica do Porto e a reacção do regime republicano*, Lisboa, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa, 2001.

<sup>921</sup> “O Iate Amélia III”, in *Revista da Marinha*, nº 454, Ano XLI, Julho 2011, contracapa.

<sup>922</sup> SARDICA, José Miguel, *A dupla face do Franquismo na crise da Monarquia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994, p. 63.

A cedência de parte da dotação régia, em períodos de crise do Tesouro Público, nomeadamente a partir de 1892, e que ascendia a 567.900\$000, foi referida neste relatório, ainda que não tivesse sido considerada para efeito de abatimento da dívida. Refira-se que a crise de 1892, conducente à bancarrota do Estado, foi consequência da conjunção de diversos factores. Por um lado, o encerramento dos mercados britânicos e franceses aos produtos agrícolas e pecuários portugueses, a par da importação de produtos industriais e a quebra das remessas dos emigrantes no Brasil para Portugal<sup>923</sup>. Por outro, a perda da convertibilidade da moeda e as dificuldades de financiamento estatal por parte das habituais instituições bancárias – nomeadamente o *Baring Brothers* em Londres, a braços com maus investimentos sul-americanos<sup>924</sup>. Independentemente da polémica que estas disposições levantaram na época, foi a primeira vez em que se assumia a insuficiência de recursos da Casa Real para a sua sustentação. Assumia-se, de igual modo, o dever do Governo em resolver esta questão de forma cabal, “*em vez de o adiar com simples expedientes*”, isto é, com adiantamentos decretados pelos sucessivos ministros. Tratava-se, portanto, da primeira manifestação pública da vontade política de resolver a questão da exiguidade da lista civil, que pusesse em causa “*o prestígio da sua mais alta representação*”. Ainda assim, e apesar de ter transferido algumas das despesas da Casa Real para o Tesouro Público, não houve uma verdadeira reforma financeira da Casa Real, discutida no Parlamento. O decreto era uma resolução do Conselho de Ministros e aprovado com as Cortes encerradas.

Em síntese, à data da publicação do decreto, já havia noção da exiguidade da dotação face a outras monarquias e a consciência da sua desvalorização em termos reais, devido à oscilação de preços, confirmadas pela nossa análise anterior. Esta situação, segundo o decreto, fora agravada com a cedência da dotação a partir de 1892. O decreto aludia também aos esforços, ainda que sem grandes resultados, no sentido do aumento da receita, adivinhando já uma tentativa de a Casa Real não estar tão dependente do Tesouro Público. Havia também a consciência da importância que alguns encargos tinham no conjunto total das despesas: as de representação do Estado, da manutenção dos bens imóveis, a beneficência, os funcionários e serviços da Casa Real. Em

---

<sup>923</sup> PEREIRA, Miriam Halpern, *Política e economia. Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979, p. 189.

<sup>924</sup> VALÉRIO, Nuno (coord.) *História do sistema bancário português*, vol. 1, Lisboa, Banco de Portugal, 2006, p. 145.

conclusão, era na base deste desequilíbrio entre receitas e despesas que os adiantamentos à Casa Real assentavam.

Para melhor perceber afinal quais os desequilíbrios financeiros da Casa Real aludidos neste decreto, é necessário examinar as despesas e receitas daquela casa. Antes de passar a esta análise, importa perceber como estas eram geridas.

A gestão económica e contabilística da Casa Real estava sob a responsabilidade de uma repartição própria, a Administração da Fazenda da Casa Real. A análise do funcionamento desta repartição permitirá compreender a documentação por si produzida, que servirá como fonte principal do estudo dos fluxos financeiros desta instituição.

A Administração da Fazenda da Casa Real possuía um conjunto de funcionários especializados, que a natureza das suas funções exigia. Até 1891, as funções directivas estavam a cargo de um Administrador, com um vencimento mensal de 264\$700 (200\$000 a partir de 1893), superior ao vencimento auferido pelo Mordomo-mor da Casa Real (ao qual se iguala a partir de 1893). No começo do reinado de D. Carlos, este cargo era desempenhado pelo Conselheiro António José Duarte Nazareth. Nazareth, oriundo de famílias liberais, havia ingressado no quadro de funcionários das Alfândegas em 1853, tendo percorrido todos os graus hierárquicos até desempenhar o cargo de Director-geral da Alfândega de Lisboa. Chegou, inclusive, a ser nomeado Cônsul-geral no Rio de Janeiro, em 1862<sup>925</sup>. A 21 de Dezembro de 1875 foi nomeado Administrador da Casa Real por D. Luís. Tratava-se, portanto, de um profissional que, ao longo do reinado anterior, tinha procurado tomar várias medidas de redução de despesas e de aumento das receitas, inclusive envolver a Coroa em negócios imobiliários de cariz capitalista. Até 1882 conseguira que a contabilidade apresentasse um saldo positivo e apresentasse uma diminuição das dívidas. A situação invertera-se, todavia, a partir do ano seguinte, devido a um aumento das despesas extraordinárias<sup>926</sup>. A sua morte, em 1892, levou à nomeação de um Administrador interino, que deu lugar a um outro Administrador, logo no ano seguinte: o Conselheiro Pedro Victor da Costa Sequeira. Este Conselheiro possuía um vasto currículo académico e político. Bacharel em Matemática pela Universidade de Coimbra, cursou Engenharia na *École de Mines*, em

---

<sup>925</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. XVIII, Lisboa, Editorial Enciclopédica Lda., s.d., p. 511.

<sup>926</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, pp. 116-118.

Paris. Filiado no partido Regenerador, fora Governador Civil de Beja em 1881 e deputado, pelo mesmo partido, a partir de 1884, tomando parte activa nos trabalhos de diversas Comissões, nomeadamente nos projectos relativos ao monopólio dos tabacos e dos álcoois. Desempenhou igualmente funções como Ministro das Obras Públicas<sup>927</sup>. Após a morte deste em 1905 nomeou-se como administrador Valentim Augusto da Silva. Para além de uma carreira como compositor musical, Valentim Augusto da Silva fazia parte dos quadros de pessoal da Casa Real pelo menos desde 1875, como ajudante do Almojarifado do Alfeite. Dois anos depois, tornava-se Almojarife do Paço de Sintra e em 1879 membro da comissão criada com o objectivo de examinar o tombo dos bens da Casa Real. A partir de 1882 iniciou o seu percurso na Administração da Fazenda da Casa Real. Primeiro como encarregado dos pagamentos dessa administração e a partir de 1887 como tesoureiro-pagador. Muito provavelmente pelo desempenho destas funções, fora o escolhido para desempenhar o cargo de Administrador interino em 1892, após a morte de Nazareth. Após a nomeação do Conselheiro Pedro Victor, desempenhou, até à morte deste, as funções de Secretário-geral<sup>928</sup>.

Os Administradores da Fazenda da Casa Real, pelos currículos que apresentavam, demonstravam ter capacidades elevadas para o desempenho das suas funções. Além disso, a própria repartição sofreu alterações ao longo deste período, num esforço de supressão de despesas e de maior eficiência do seu próprio funcionamento administrativo. Criara-se o cargo de tesoureiro pagador, anteriormente desempenhado por um pagador e um tesoureiro, cuja junção teria constituído uma economia significativa, tendo como resultado um “*melhor método e mais cabal regularidade do serviço*”<sup>929</sup>. A partir de 1893, a repartição passa a contar com dois secretários: o Secretário-geral, com um vencimento de 150\$000 mensais e um supranumerário. Em contrapartida o cargo de chefe de contabilidade é unido ao de chefe da repartição central. Para além destes funcionários do topo da hierarquia, a repartição empregava outros, também eles mais ou menos especializados, que se dividiam em diferentes categorias, como se pode verificar no Quadro II:

---

<sup>927</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. XXVIII, p. 375; MARTINS, Conceição Andrade, “Sequeira, Pedro Vitor da Costa”, MÓNICA, Maria Filomena (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, vol III, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais/Assembleia da República, 2006, pp. 634-637.

<sup>928</sup> *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, vol. XXVIII, p. 846;

<sup>929</sup> Exposição do Administrador da Real Fazenda ao Rei, [Lisboa], 21 de Outubro de 1891, IANTT, Casa Real, caixa 5633, 956.

**Quadro II** – Evolução dos funcionários da Administração da Fazenda da Casa Real 1890-1907

	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1907
<b>Administrador</b>	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		1
<b>Administrador Interino</b>			1															
<b>Secretário-geral</b>				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<b>Secretário Supranumerário</b>				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<b>Tesoureiro Pagador</b>	1	1		1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<b>Chefe da Contabilidade</b>	2	1	1															
<b>Chefe da repartição central</b>	1	1	1				1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2
<b>1º oficial graduado</b>	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1
<b>2º oficial</b>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2
<b>Amanuense</b>	2	3	3	3	3	3	2	2	2	2	2	2	2	4	4	4	2	2
<b>Aspirante</b>				3	3	3	2	2	3	3	3	3	2		1	1	1	1
<b>Praticante extraordinário</b>	1		1											1	1	1		
<b>Adido</b>	1	1	1															
<b>Advogado</b>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1		
<b>Contínuo</b>	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
<b>Moço</b>	1	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	3	3	3	3
<b>Total</b>	14	13	14	16	16	16	16	16	17	17	17	17	15	16	18	18	14	16

A principal tarefa desta repartição era a gestão financeira. Procedia aos pagamentos mensais de ordenados, gratificações e outras compensações do pessoal através da repartição de contabilidade, a dias 26 de cada mês ou a dia cinco do mês seguinte<sup>930</sup>. Efectuava igualmente os pagamentos de bens de consumo referentes ao fornecimento de roupas de casa (lençóis, toalhas, guardanapos), utensílios de cozinha e higiene<sup>931</sup>, ou até mesmo de fardamentos de funcionários<sup>932</sup> para os diferentes Palácios, por parte dos respectivos almoxarifes. Preferencialmente, estes pagamentos dever-se-iam efectuar mediante a apresentação de facturas, remetidas mensalmente à Administração. Outra forma de pagamento seriam as compras a dinheiro, mas que se deviam limitar ao estritamente necessário, de forma a evitar desigualdade nos pagamentos aos diversos fornecedores. Cada empregado apenas poderia comprar objectos ou artigos que dissessem respeito às funções por si exercidas, salvo ordem expressa de Suas Majestades<sup>933</sup>. Era também por ordem do Rei que se estabeleciam contratos com entidades bancárias, nomeadamente com o Banco de Portugal, para a obtenção de crédito. As promissórias eram deduzidas da própria dotação régia, pelo que eram pagas directamente pelo Tesouro Público, descontadas da dotação até à cessão do contrato<sup>934</sup>.

O que transparece é a cuidada regulamentação produzida no âmbito deste serviço da Casa Real, tendente à maior economia e regularidade do serviço.

Um exemplo é o dos fardamentos dos funcionários. A 9 de Abril de 1900 foi decretado um regulamento que concedia fardas de gala uma única vez aos criados da Casa Real (criados particulares, moços da prata, *valets de pied* e moços de sala efectivos), sendo estes responsáveis pela sua conveniente conservação. As de serviço ordinário só eram consideradas vencidas após 18 meses da data da entrega. Isso significava que se fosse necessária uma renovação antes desse período, o funcionário deveria indemnizar o cofre da Administração da Fazenda com a décima oitava parte do custo do fardamento durante os meses que faltassem para completar os ditos 18. No

---

<sup>930</sup> Ofício do Administrador da Fazenda da Casa Real, Lisboa, 13 de Outubro de 1891, IANTT, Casa Real, caixa 5633, 1012.

<sup>931</sup> Carta do Almoxarife de Mafra para o Administrador da Fazenda da Casa Real, Mafra, 3 de Dezembro de 1889, IANTT, Casa Real, caixa 5559, 983.

<sup>932</sup> Ofício do Intendente do Palácio de Belém à Administração da Fazenda da Casa Real, Lisboa, 16 de Dezembro de 1891, IANTT, caixa 5634, 1208.

<sup>933</sup> Ofício do Administrador da Fazenda da Casa Real, [Lisboa] 13 de Outubro de 1891, IANTT, Casa Real, caixa 5633, 1013.

<sup>934</sup> Ofício de D. Carlos, Lisboa, 18 de Abril de 1893, IANTT, Casa Real, caixa 5704, nº 258.

entanto, aqueles funcionários que conservassem o seu fardamento asseado e em bom estado, receberiam uma gratificação correspondente a um 18 avos do custo respectivo<sup>935</sup>.

A 23 de Dezembro de 1904 regulou-se a escrituração das entradas e saídas dos géneros da real Ucharia. Apesar de já existir um regulamento anterior, de 11 de Outubro de 1877, que previa que no último dia de cada mês se efectuasse um balanço geral do que existia nessa repartição, essas disposições não seriam cumpridas, pelo que se reforçava essa necessidade. Além de serem indispensáveis ordens precisas do chefe da real manutenção nesse sentido, o balanço deveria ser assistido por um funcionário da Administração da Fazenda. Para além desses balanços, deveria ser lançado o movimento diário de entradas e saídas de todos os géneros fornecidos. Quaisquer produtos que não fossem entregues nas devidas condições, deveriam ser rejeitados. Os géneros que fossem aceites deveriam ser contabilizados relativamente à sua quantidade. Para que algum género saísse da Ucharia para o Almoxarifado, cozinha ou outra qualquer repartição, era necessária uma requisição “*devidamente assinada por pessoa idónea*”. Finalmente, no caso de jornadas, a escrituração deveria ser efectuada em cadernos especiais, quer relativamente à saída quer à entrada de géneros<sup>936</sup>. Exercia-se assim um controlo apertado sobre a Ucharia, não só precavendo a saída indevida de géneros, mas também garantindo a qualidade dos mesmos.

No final de 1907, já depois da publicação do decreto de 30 de Agosto desse ano, regulou-se também o serviço do cofre da Administração da Fazenda da Casa Real. A cobrança das receitas era feita através do tesoureiro pagador da Administração, através de recibos, assinados pelo administrador ou pelo próprio, se autorizado por aquele. A receita dos almoxarifados entrava, porém, na conta corrente do almoxarifado respectivo. Os pagamentos estavam devidamente e pormenorizadamente calendarizados. Caso não fossem reclamados nos dias fixados, passavam para o mês seguinte, embora fosse necessária autorização especial do Administrador-geral. Eram efectuados pelo tesoureiro pagador, através dos documentos devidamente verificados pela secção de contabilidade e com o visto do Administrador-geral. O tesoureiro pagador deveria fazer

---

<sup>935</sup> Decreto acerca dos fardamentos dos criados da Casa real, Lisboa, 9 de Abril de 1900, IANTT, Casa Real, caixa 5953, 193.

<sup>936</sup> Decreto regulamentando a gestão dos géneros da Ucharia, Lisboa, 23 de Dezembro de 1904, IANTT, Casa Real, caixa 6103, n. 434.

os balanços necessários para que a sua escrituração estivesse em harmonia com os fundos contidos no cofre. No último dia de cada mês era feito um balanço geral<sup>937</sup>.

Este último ofício fazia referência às prestações devidas à Intendência do Palácio da Ajuda. De facto, desde 20 Fevereiro de 1892, que os serviços do Real Paço da Ajuda foram separados da Administração da Fazenda Casa Real. Nesse sentido, foi destinada uma quantia de 20 contos de réis anuais, pagas em 48 prestações (nos dias 5, 12, 19 e 26 de cada mês) ao intendente da Casa da Rainha D. Maria Pia. Para além disso, a ucharia da Ajuda continuava a ser fornecida gratuitamente de quaisquer géneros de produção própria das reais propriedades que pudessem ser dispensados, ficando os direitos de consumo desses géneros a cargo do Paço da Ajuda<sup>938</sup>.

A Administração do Real Paço da Ajuda – de cuja composição apenas temos conhecimento apenas através dos anuários, tinha uma organização semelhante à da Administração da Fazenda da Casa Real, nomeadamente um administrador e dois oficiais. A partir de 1899, os oficiais são substituídos por um secretário e um tesoureiro – muito provavelmente corresponderiam aos antigos oficiais, um responsável pela secretaria e o outro pela tesouraria. A partir de 1904 passou a existir também um mordomo. Referira-se ainda, que já durante o reinado de D. Luís, a administração da Casa da Rainha tinha uma administração independente da administração da Casa Real<sup>939</sup>.

A principal conclusão que se retira da análise desta repartição é a de ser uma administração profissionalizada e com uma estrutura funcional bem definida. Para além disso, verifica-se a existência de abundante regulamentação, exigente e detalhada, que contrasta com a sua ausência noutras repartições da Casa Real. Isto demonstra o interesse por uma vigilância apertada sobre este serviço e, em particular, das finanças da Casa Real, nomeadamente no controlo das despesas e na realização de economias. O que não seria de estranhar. Por um lado, as fontes de financiamento da Casa Real seriam escassas, obrigando a uma economia evidente. Por outro lado, tal como acontecia noutras monarquias e noutros períodos, as principais reformas tiveram sempre como pano de fundo necessidades financeiras, no sentido de propiciar uma redução dos

---

<sup>937</sup> Instruções sobre o serviço do cofre da administração da fazenda da casa real, Lisboa, 13 de Dezembro de 1907, IANTT, Casa Real, caixa 6227, n. 599.

<sup>938</sup> Ofício do Administrador da Fazenda da Casa Real ao Intendente do Paço da Ajuda e ao Chefe da Repartição de Contabilidade da Fazenda da Casa Real, [Lisboa], 28 de Março de 1892, caixa 5634, 1218.

<sup>939</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, p. 115.



gastos. Vejam-se, por exemplo, as reformas centralizadoras e racionalizadoras levadas a cabo em Espanha, ao longo do século XVII, no sentido da economia das despesas<sup>940</sup>.

São, portanto, as receitas e despesas documentadas pela Administração da Fazenda da Casa Real que iremos analisar de seguida, que não incluem a Administração do Paço da Ajuda, referente à Fazenda de D. Maria Pia, visto ser autónoma. Deste modo, nem as receitas, nem as despesas referentes a esta Rainha e ao infante D. Afonso constam destas fontes. Acresce também que as importâncias relativamente à dotação da Rainha D. Amélia não foram contabilizadas pela Administração da Casa Real.

Anualmente, todas as receitas e despesas, recebidas e pagas através desta repartição, eram sumariadas e discriminadas em documentos próprios e que apresentam alguns problemas, nomeadamente a falta de uniformidade das suas designações, bem como a inexistência de explicações adicionais que facilitassem a sua cabal compreensão e que procurámos ultrapassar. Foram estas as fontes básicas da análise que se segue. Nela procuraremos conhecer a dimensão e origem das receitas da Casa Real, bem como o tipo de despesas desta instituição. Os anos de 1889 e 1890 encontram-se somados na documentação, uma vez que a parte final do primeiro corresponde ao início do reinado de D. Carlos, logo após a morte de D. Luís, a 19 de Outubro de 1889. Nesse sentido, o período de 1889-1890 corresponde, na realidade, a catorze meses e alguns dias. Por outro lado, optámos por terminar o levantamento da documentação em 1907, uma vez que a morte de D. Carlos ocorreu logo no início de 1908. Todos os outros anos, à excepção do de 1889 e 1890 correspondem ao ano civil, de Janeiro a Dezembro. Entre 1889 e 1907, apenas não encontrámos informações para o ano de 1905<sup>941</sup>.

A contabilidade da Casa Real apresenta-se como uma contabilidade de caixa. Isto significa que a documentação analisada regista somente os fluxos de entrada e saída de fundos no cofre da Casa Real, a cargo do tesoureiro, não considerando os montantes das dívidas a fornecedores, ao Tesouro Público ou as contraídas junto de instituições bancárias. Porém, e como já atrás referimos, as dívidas ao Tesouro Público ascenderiam em meados de 1907 a cerca de 772 contos de réis, mas provavelmente seriam apenas

---

<sup>940</sup> JURADO SÁNCHEZ, José, *La economía de la corte. El gasto de la Casa Real en La Edad Moderna 1561-1808*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, p. 38-41.

<sup>941</sup> Discriminação da receita e despesa da Administração da Fazenda da Casa Real relativa aos anos de 1889-1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906, 1907 [Lisboa], [1891-1908], IANTT, Casa Real, caixas 5585, 5624, 5660, 5699, 5740, 5781, 5818, 5852, 5885, 5917, 5951, 5990, 6028, 6065, 6100, 6183, 6224. Todas as caixas entre as 6100 e 6183 foram consultadas, sem se encontrar a contabilidade referente a 1905.

uma pequena parte delas, tal como o relatório elaborado pela Comissão de Sindicância apresentou em 1915<sup>942</sup>.

Antes de um estudo mais pormenorizado, analisemos os valores anuais da receita e da despesa ao longo do período em questão (Quadro III e Gráfico V).

**Quadro III – Receita e despesa da Casa Real a preços correntes e constantes  
1889-1907<sup>943</sup>**

Anos	Receita		Despesa		Saldo		
	Preços correntes	Preços constantes	Preços correntes	Preços constantes	Preços correntes	Preços constantes	% receitas anuais
<b>1889-1890</b>	676.255,81	786.343,97	676.255,81	786.343,97	0	0	0
<b>1891</b>	934.245,43	1.125.596,9	932.694,24	1.123.727,99	1.551,20	1.868,91	0,17
<b>1892</b>	604.605,27	711.300,31	605.876,36	712.795,72	-1.271,10	-1.495,41	-0,21
<b>1893</b>	641.885,62	737.799,56	638.593,58	734.015,61	3.292,04	3.783,95	0,51
<b>1894</b>	724.442,33	813.980,15	722.503,73	811.801,94	1.938,60	2.178,20	0,27
<b>1895</b>	640.218,4	762.164,76	642.691,59	765.109,04	-2.473,20	-2.944,28	-0,39
<b>1896</b>	1.004.170,9	1.181.377,5	937.551,17	1.103.001,38	66.619,69	78.376,11	6,63
<b>1897</b>	637.821,82	693.284,59	702.169,37	763.227,58	-64.347,55	-69.942,99	-10,09
<b>1898</b>	600.355,19	625.369,99	595.700,53	620.521,38	4.654,66	4.848,61	0,78
<b>1899</b>	625.888,27	665.838,58	627.967,34	668.050,36	-2.079,07	-2.211,78	-0,33
<b>1900</b>	621.724,52	683.213,76	619.276,76	680.523,91	2.447,77	2.689,85	0,39
<b>1901</b>	709.115,98	787.906,65	700.800,88	778.667,65	8.315,10	9.239,00	1,17
<b>1902</b>	635.402,07	730.347,21	637.827,92	733.135,54	-2.425,85	-2.788,33	-0,38
<b>1903</b>	894.424,34	993.804,82	884.322,99	982.581,09	10.101,35	11.223,72	1,13
<b>1904</b>	665.381,56	693.105,79	667.479,67	695.291,32	-2.098,11	-2.185,53	-0,32
<b>1905</b>							
<b>1906</b>	720.001,39	757.896,2	718.479,09	756.293,78	1.522,30	1.602,42	0,21
<b>1907</b>	872.701,51	918.633,17	861.681,92	907.033,60	11.019,59	11.599,56	1,26
<b>Média</b>	718.155,32	803.997,88	715.992,53	801.301,29	2.162,79	2.696,59	0,05

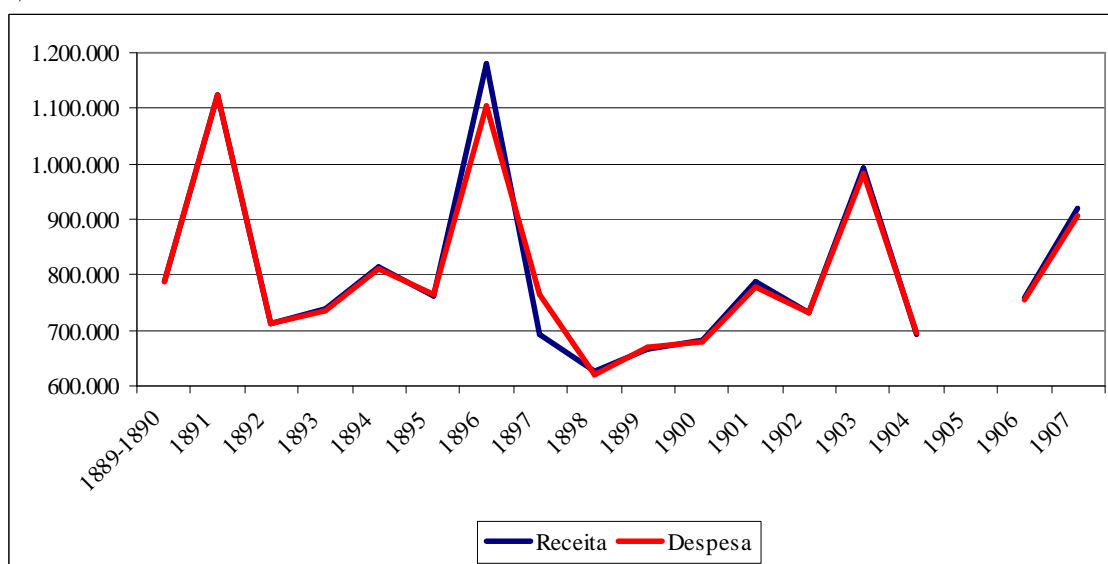
<sup>942</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910: (...)*

<sup>943</sup> Preços deflacionados utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636. Os resultados obtidos foram os utilizados nos gráficos IV, V e VI.

Como seria de esperar, tendo em conta a natureza da documentação, a receita e a despesa apresentam quase sempre valores muito próximos, dependendo os montantes pagos dos fundos existentes no cofre. Por isso os saldos são em geral insignificantes. Além disso, são na sua maioria positivos, o que denota uma preocupação em deixar dinheiro em caixa de um ano para o outro. No entanto, estão omissas as dívidas às entidades atrás mencionadas, que seriam acumuladas de ano para ano sem serem saldadas.

**Gráfico IV – Receitas e Despesas da Casa Real a preços constantes, 1889-1907<sup>944</sup>**

1\$000 réis



A despesa, sempre com valores acima dos 600 contos de réis, mostra flutuações cíclicas, irregulares, apresentando três picos em três anos distintos: 1891, 1896 e 1903. Os dois primeiros são mais acentuados, com valores acima dos 1.100 contos de réis e um terceiro que não chega, porém, a atingir os 1.000 contos de réis. Fora estes picos, os valores mais altos registados são os de 1907, que rondam os 900 contos de réis, quantia que não se afasta muito da média apresentada em todo o período, que se cifra em cerca de 800 contos de réis.

A receita apresenta um comportamento muito idêntico ao da despesa, inclusive na média, também rondando os 800 contos de réis. Além disso, apresenta igualmente os

<sup>944</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636.

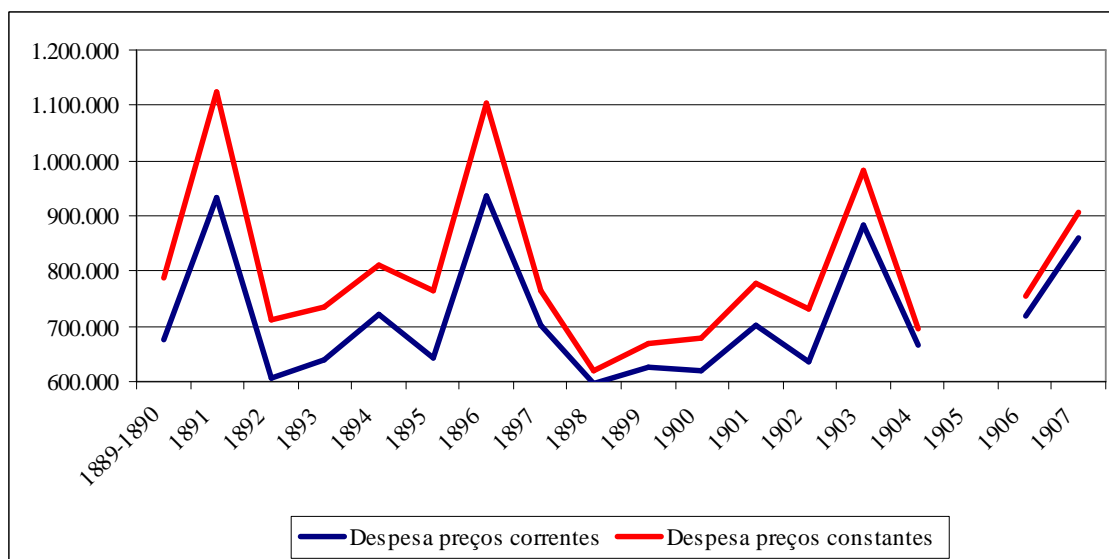
mesmos três picos de aumento nos anos mencionados para as despesas: 1891, 1896 e 1903.

À exceção de 1892, 1895, 1897, 1899, 1902 e 1904, os saldos foram positivos. Os seus valores oscilaram habitualmente entre os cerca de 1.600\$000 apresentados em 1906 e os cerca de 9 contos em 1901. Todavia, houve anos em que foram mais significativos: 1896 apresenta um saldo positivo de 78 contos, o mais alto de todo o período, seguido dos anos de 1903 e 1907, que se cifram em cerca de 11 contos. Repare-se como os anos de 1896 e 1903 são coincidentes com os picos atrás referidos. Quanto aos deficits, rondaram os 2 contos de réis, à exceção do ano de 1897, em que se atingiu a quantia de praticamente 70 contos de réis. Em percentagem da receita, os saldos são geralmente muito pouco significativos, apresentando uma média de meia centésima percentual. As grandes exceções são os anos já referidos de 1896, 1897 (os mais significativos, nomeadamente de 6,6% e -10%, respectivamente), seguindo-se os de 1901, 1903 e 1907, rondando valores na ordem de 1%.

Convém verificar qual o papel do efeito dos preços na evolução verificada. Para isso, comparámos a despesa da Casa Real a preços correntes e constantes, bem como a receita, também a preços correntes e constantes (Gráficos V e VI). Depois, procedemos ao cálculo da taxa de variação anual, tanto para a despesa como para a receita, quer a preços correntes, quer a preços constantes. A diferença encontrada entre estes valores indicia o efeito dos preços em ambas as variáveis (Quadro IV).

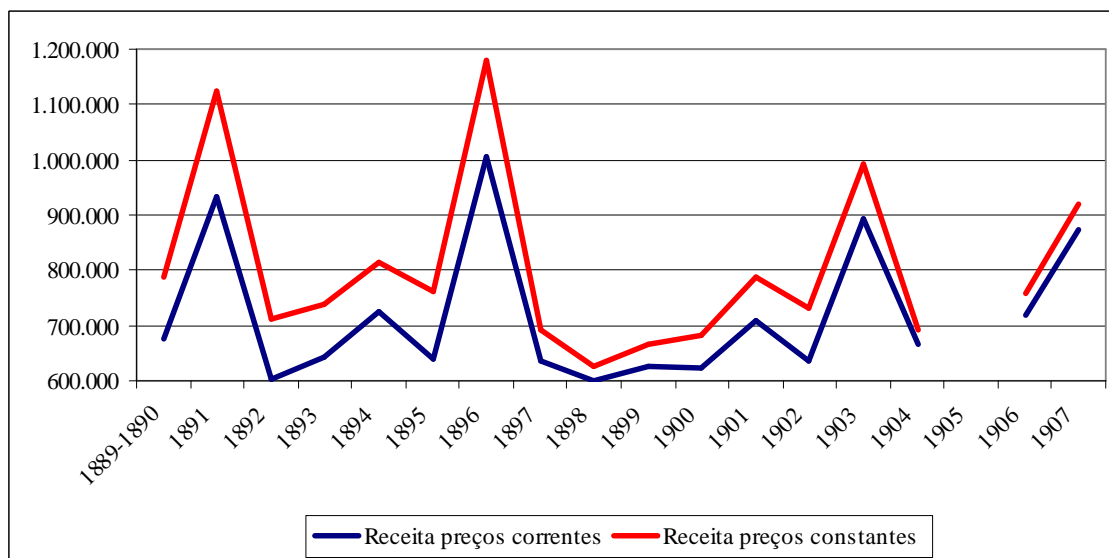
**Gráfico V** – Despesa da Casa Real a preços correntes e constantes, 1889-1907<sup>945</sup>

1\$000 réis



**Gráfico VI** – Receita da Casa Real a preços correntes e constantes 1889-1907<sup>946</sup>

1\$000 réis



<sup>945</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Lisboa, INE, 2001, vol. 1, pp. 635 e 636.

<sup>946</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Lisboa, INE, 2001, vol. 1, pp. 635 e 636.

**Quadro IV – Diferença entre as taxas de variação anual da receita e da despesa da Casa Real a preços correntes e constantes, 1890-1907<sup>947</sup>**

	Receita			Despesa		
	Taxa variação anual		Diferença entre preços constantes e correntes	Taxa variação anual		Diferença entre preços constantes e correntes
	Preços correntes	Preços constantes		Preços correntes	Preços constantes	
1890-1891	38,2	43,1	5	37,9	42,9	5
1891-1892	-35,3	-36,8	-1,5	-35	-36,6	-1,5
1892-1893	6,2	3,7	-2,4	5,4	3	-2,4
1893-1894	12,9	10,3	-2,5	13,1	10,6	-2,5
1894-1895	-11,6	-6,4	5,3	-11	-5,8	5,3
1895-1896	56,8	55	-1,8	45,9	44,2	-1,7
1896-1897	-36,5	-41,3	-4,8	-25,1	-30,8	-5,7
1897-1898	-5,9	-9,8	-3,9	-15,2	-18,7	-3,5
1898-1899	4,3	6,5	2,2	5,4	7,7	2,2
1899-1900	-0,7	2,6	3,3	-1,4	1,9	3,3
1900-1901	14,1	15,3	1,3	13,2	14,4	1,3
1901-1902	-10,4	-7,3	3,1	-9	-5,8	3,1
1902-1903	40,8	36,1	-4,7	38,6	34	-4,6
1903-1904	-25,6	-30,3	-4,6	-24,5	-29,2	-4,7
1904-1905						
1905-1906						
1906-1907	21,2	21,2	0	19,9	19,9	0

Os valores da despesa e receita da Casa Real a preços constantes são sempre superiores aos valores a preços correntes, porque os preços estão a subir até 1914, ano que corresponde à base 100 da série utilizada para deflacionar os dados originais. No entanto, se há anos em que essa diferença é ligeira, como em 1898 e 1904, na maior parte dos outros anos essa diferença é agravada.

A evolução dos preços, geralmente, não foi favorável ao movimento da receita, que condiciona e é seguido de perto pelo da despesa paga, como vimos acima. Assim, quando as variações da receita a preços correntes são positivas, em geral, a variação de preços contraria essa subida. Isso aconteceu de forma muito evidente em 1902-1903. As exceções a esta regra são 1890-1891 (a mais importante), 1898-1899 e 1900-1901. Quando as variações da receita a preços correntes são negativas, na maioria dos anos, a evolução dos preços agrava essa tendência, como em 1896-1897, 1897-1898 e 1903-1904. As exceções mais importantes verificaram-se em 1894-1895, 1899-1900 e 1901-

<sup>947</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636.

1902. Finalmente, a evolução dos preços favoreceu o pico de receitas de 1890-1891 e contribuiu para ampliar a sua contracção depois dos picos de 1895-1896 e 1902-1903.

Analiseemos agora em pormenor a composição das receitas e despesas da Casa Real. Tanto umas como outras estavam organizadas de acordo com uma classificação administrativa que, como já chamámos a atenção anteriormente, é por vezes insuficiente. A ocorrência de cada rubrica, quer na receita, quer na despesa era variável e nem sempre encontra correspondência de ano para ano. Por este motivo e também para facilitar a comparação anual, foi ainda necessário encontrar uma classificação que permitisse agrupar as várias rubricas em categorias.

A composição das despesas da Casa Real era muito mais diversa do que a das receitas, não havendo um paralelismo entre ambas, como veremos, o que levantou alguns problemas para o seu agrupamento. Desse modo, criámos treze categoriais principais, nas quais englobámos as várias rubricas, de acordo com a sua natureza, distinguindo dois grandes grupos com base na sua regularidade: as despesas ordinárias e as extraordinárias.

Assim, como despesas ordinárias temos, em primeiro lugar, as da Família Real, que denominámos de despesas pessoais e que compreendem diversas verbas: os gastos do quarto de cada um dos membros da Família Real, jornais, teatros e despesas provenientes dos seus cofres particulares. Acrescem as jornadas diversas, isto é, as deslocações entre os vários paços; as despesas com o Iate Real (a partir de 1894) e, finalmente, as relacionadas com heranças (cessão de legítimas por parte do infante D. Afonso e D. Antónia, ou suprimentos relativos à herança de D. Luís).

Uma segunda categoria engloba as despesas de exploração e manutenção de bens imóveis. Para além dos diversos almoxarifados, incluem-se aqui também as rubricas de aquisição de gado, cereais e de materiais de construção.

Em terceiro lugar, os gastos relacionados com os serviços. Neles se englobam os pagamentos dos fornecimentos da Botica da Casa Real, as despesas das Reais Cavalariças, as de funcionamento com o serviço das Intendências dos Reais Palácios de Belém (até 1892), Necessidades e Ajuda, bem como das Reais Ucharias de cada um destes Paços. Acresciam ainda os gastos respeitantes ao culto religioso, compostos pelas gratificações aos músicos da Real Câmara por ocasião de certas festividades religiosas, ofertas, pagamento de missas e outras despesas com culto religioso, como alfaias

litúrgicas, paramentos ou batinas. Até 1893, inclusive, compreendem-se os encargos relativos à Secretaria Particular do Rei, que englobava vencimentos e gratificações a funcionários e fornecedores do Paço de Belém.

Seguem-se as despesas com funcionários, das quais fazem parte não só os ordenados dos poucos oficiais superiores que auferiam vencimento e dos funcionários inferiores, mas muitas outras, tais como comedorias (alimentação), fardamentos, férias, funerais, gratificações, empréstimos a funcionários, bem como aposentadorias de rendas de casa.

Em quinto lugar, uma categoria já pré-existente na própria contabilidade, descrita como beneficência e que abrange donativos diversos. Estes tinham vários destinos, desde esmolas individuais, pensões, subsídios e auxílios mensais, rendas de casa e também pensões destinadas à educação e ensino. Para além destes donativos a pessoas individuais, muitos também se destinavam a estabelecimentos de caridade, como a Associação Protectora das Crianças; Associação dos empregados do Estado; Associação dos Socorros Mútuos; Asilo da Mendicidade; Associação das Creches, Instituto Antero de Quental, Asilo da Infância Desvalida ou o Asilo da Mendicidade.

Seguem-se, em sexto lugar, as prestações pela conta de crédito, ou seja, a amortização dos empréstimos, quer do Banco de Portugal, quer do Montepio Geral, as quais denominámos de amortização de crédito.

Em sétimo lugar, as transferências para o Tesouro Público respeitantes aos impostos sobre rendimentos, nomeadamente sobre juros de títulos de inscrições (inclusive os referentes à Irmandade do Santíssimo da antiga Patriarcal) e outras despesas fiscais e que designámos de impostos.

Finalmente, em oitavo lugar, a categoria referente aos subsídios, respeitantes a encargos da herança de D. Luís que se destinavam ao Montepio da Casa Real. Embora surjam apenas a partir de 1897, tornam-se regulares e por isso a sua inclusão nas despesas ordinárias.

Quanto às despesas extraordinárias, as categorias apresentadas são em menor número. Em primeiro lugar, aquilo que era denominado por despesas de representação, que incluíam gastos essencialmente relacionados com recepções a visitantes estrangeiros e outro tipo de despesas a elas associadas, como decorações de palácios ou



jantares oficiais, bem como as despesas com as viagens dos próprios monarcas ao estrangeiro ou ainda festividades e congressos.

Em segundo lugar, as transferências para o Tesouro Público, nomeadamente a cedência de 20% da dotação, em consequência da crise financeira de 1892 e o pagamento de adiantamentos, em particular os suprimentos extraordinários em conta corrente com o Tesouro Público. Em 1907 acrescem também as despesas referentes ao arrendamento das propriedades do Estado no usufruto da Coroa.

Seguem-se os depósitos em algumas instituições bancárias, como o Banco Lusitano, Montepio Geral, ou Banco Comercial, habitualmente decorrentes de juros recebidos. Repare-se que não são propriamente despesas, mas sim saídas de dinheiro da Administração da Fazenda da Casa Real.

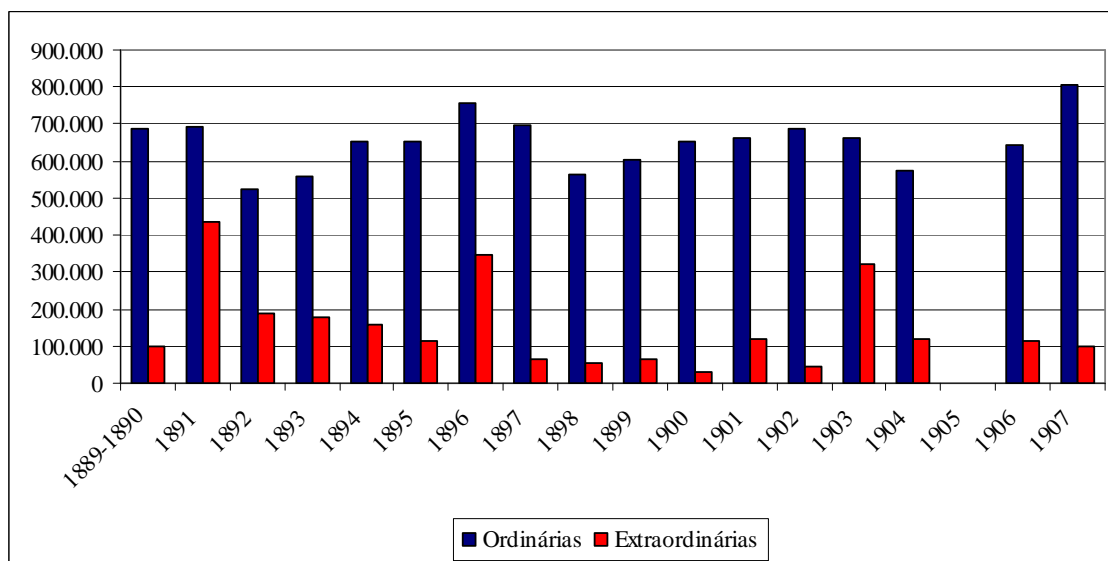
Em quarto lugar, as despesas respeitantes a aplicações financeiras, que englobam a aquisição de acções, nomeadamente, de companhias, como a de Faianças das Caldas da Rainha, em 1889-1890 ou do Banco de Portugal; a subscrição de obrigações da Empresa Tauromáquica Lisbonense, entre 1893 e 1896 e ainda as despesas respeitantes à compra de fundos, seja em inscrições de dívida interna ou externa portuguesa. Tal como a categoria anterior, relativamente aos depósitos, correspondiam a saídas de dinheiro, que tinham como objectivo a sua rentabilização.

Finalmente, a última categoria é composta por despesas diversas, tal qual como surge na documentação e engloba despesas extraordinárias, como decorações e mobiliário, transportes, anúncios em jornais, custo de selos. A esta categoria foi também acrescentada a Grande Subscrição Nacional de 1891.

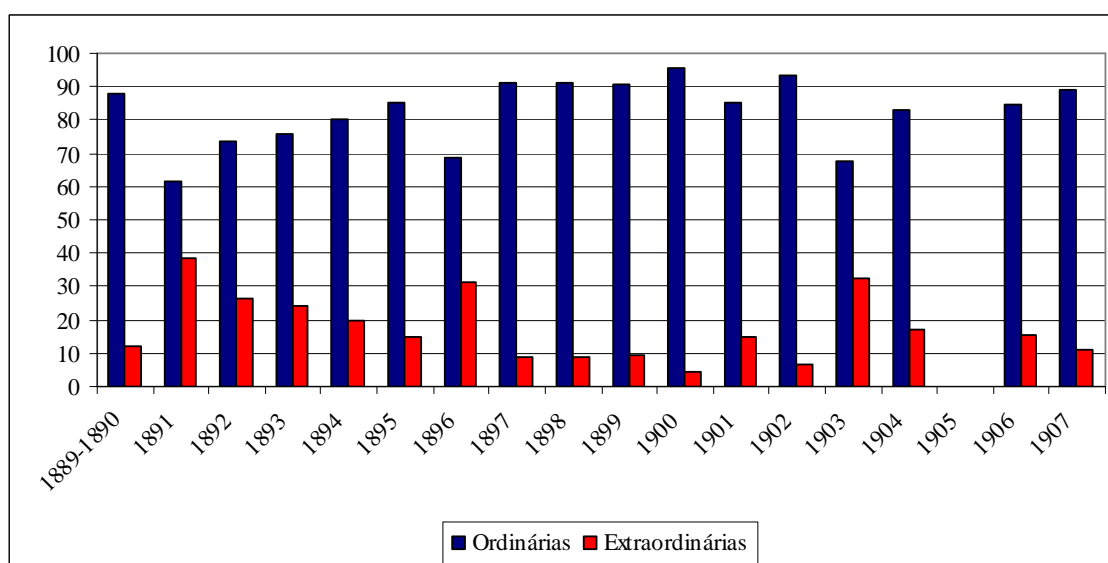
Após a descrição das categorias que compõem as despesas ordinárias e as extraordinárias, passemos à análise da sua evolução ao longo do reinado de D. Carlos, primeiro em valores absolutos deflacionados e, em seguida, em valores percentuais e que estão patentes nos Gráficos VII e VIII, respectivamente.

**Gráfico VII** – Despesas ordinárias e extraordinárias a preços constantes, 1889-1907<sup>948</sup>

1\$000 réis



**Gráfico VIII** – Despesas ordinárias e extraordinárias a valores percentuais, 1889-1907



Como se pode observar, as despesas ordinárias foram sempre superiores às despesas extraordinárias. As ordinárias oscilaram entre os cerca de 525 contos de réis de 1892 e os cerca de 836 contos apresentados em 1907. Todavia, a maior parte dos

<sup>948</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636.

restantes anos apresentaram valores entre os 600 e os 700 contos de réis, apenas ultrapassados em 1896 e 1907.

Em contrapartida, as despesas extraordinárias mantiveram-se sempre próximas dos 100 contos de réis, ainda que em alguns dos anos não tenham ultrapassado essa fasquia (1891-1890, 1897-1900, 1902 e 1907). O período compreendido entre 1892-1895 e o ano de 1901, embora tenham apresentado um aumento destas despesas, elas não chegaram porém a ultrapassar os 200 contos de réis.

As verdadeiras excepções correspondem aos picos já atrás assinalados de 1891, 1896 e 1903. Nestes anos assiste-se ao aumento considerável das despesas extraordinárias. No ano de 1891, o valor destas ultrapassa os 400 contos de réis, favorecido pela própria evolução dos preços, como vimos. No caso de 1896 e 1903, cujas despesas ultrapassam os 300 contos de réis, a evolução dos preços teve um efeito contrário, favorecendo a contracção destes valores.

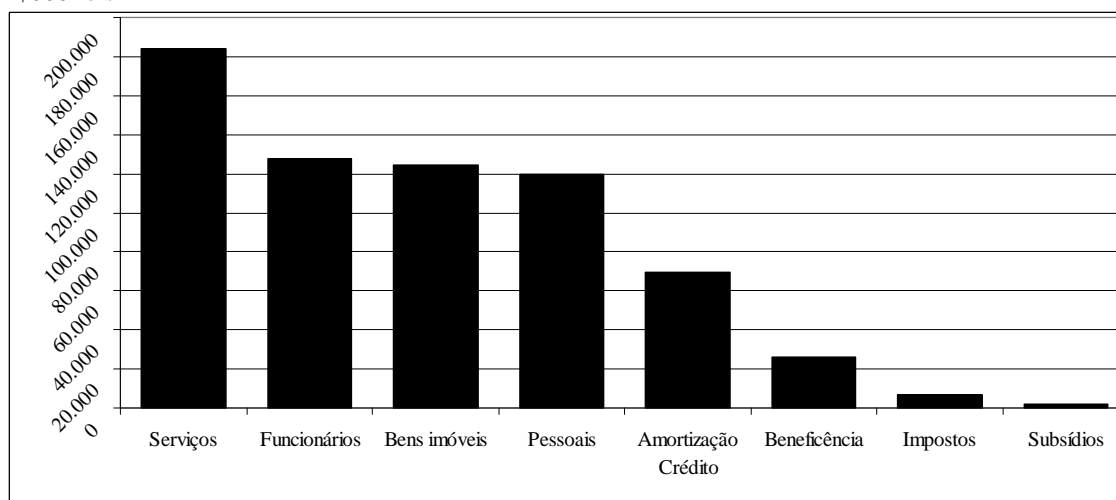
O aumento das despesas extraordinárias nesses anos é reforçado pela análise das mesmas em valores percentuais, pois esses anos apresentam os valores mais elevados, sempre acima dos 30 por cento do total das despesas. Verifica-se também que entre 1889-1896, 1901 e 1903-1907 surgem valores acima dos 10 por cento. Em contrapartida, as despesas ordinárias, em 12 dos 17 anos em análise apresentavam valores acima dos 80%, tendo portanto um maior peso relativo no conjunto total das despesas.

Analiseemos então as despesas ordinárias, de modo a perceber a importância do seu peso relativo face às despesas extraordinárias. Procedendo ao cálculo das médias das diversas categorias das despesas ordinárias em preços constantes (Gráfico IX) podemos verificar a importância de cinco das oito categorias, nomeadamente das despesas relativas a serviços, funcionários, bens imóveis, pessoais e à amortização de crédito. Os serviços apresentam um valor médio acima dos 200 contos de réis anuais, enquanto os encargos com funcionários, bens imóveis e as despesas pessoais da Família Real apresentam valores próximos dos 120 contos de réis anuais. As despesas com a amortização de crédito ascendiam a quase 100 contos de réis anuais o que indicia alguma dependência do recurso ao crédito por parte da Família Real, que obrigava ao pagamento de quantias significativas. A beneficência, considerada pelo decreto de 30 de

Agosto de 1907 como “*importantes dispêndios de beneficência*”<sup>949</sup> atingia apenas uma média de 50 contos de réis anuais que, embora não sendo uma quantia insignificante, no conjunto total das despesas ordinárias representava somente cerca de 4% destas. Impostos e subsídios apresentam valores muito residuais no cômputo geral das despesas ordinárias.

**Gráfico IX** – Média das despesas ordinárias a preços constantes, 1889-1907<sup>950</sup>

1\$000 réis



Efectivamente, eram sobretudo os gastos com a própria estrutura da Casa Real, constituída pelos seus serviços, bens imóveis e funcionários, categorias referidas no decreto de 30 de Agosto de 1907 como as mais dispendiosas, que apresentavam um maior peso médio relativo, correspondendo, nomeadamente, a dois terços do total das despesas ordinárias que, acrescidas das despesas pessoais, atingiam os 84% das despesas ordinárias.

Refira-se que, relativamente aos funcionários, o maior encargo era referente ao pessoal inferior. De facto, se tivermos em conta os vencimentos dos oficiais-mores (Mordomo-mor e Aio) e Camaristas (Gentis-homens de Câmara, Veadores e Damas Camaristas), bem como do Secretário Particular, apresentados no capítulo anterior, verificamos que a média anual dos seus vencimentos deflacionados corresponde a cerca

<sup>949</sup> Decreto legalizando os adiantamentos feitos pelo Estado à Administração da Fazenda da Casa Real, 30 de Agosto de 1907, *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa, ano 1907*, pp. 781-782.

<sup>950</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636.

de 15 contos<sup>951</sup>, portanto um décimo da média apresentada pelo conjunto total dos funcionários da Casa Real. Além disso, nem todos os funcionários da Casa Real eram pagos pela sua Administração. A Casa Militar do Rei era paga pelo Ministério da Guerra e a Guarda Real dos Archeiros auferia vencimento através do Ministério da Fazenda<sup>952</sup>.

Analisemos então a evolução das despesas ordinárias mais significativas em preços constantes durante o reinado de D. Carlos e que constam do Gráfico X.

As despesas com serviços apresentam valores muito elevados entre 1889-1891, cifraram-se acima dos 250 contos de réis no primeiro ano, ultrapassando os 350 contos em 1891. O aumento destes encargos verificado neste último ano contribuiu para o agravamento das despesas totais e cujo efeito das oscilações dos preços ampliara, como vimos. Mas esta não é a única explicação. De facto, nestes dois anos esta categoria incluía serviços que a partir do ano de 1892 foram separados desta Administração, ficando dependentes da Administração da Fazenda da Rainha D. Maria Pia, como já aludimos anteriormente. Deste modo, logo em 1892, assiste-se a uma quebra significativa do valor desta categoria. A partir dessa data as despesas decaíram, oscilando entre os 200 e os 250 contos de réis, com picos em 1896 e 1902.

Em contrapartida, as despesas com funcionários sofrem um ligeiro acréscimo a partir de 1893. Se até a essa data pouco ultrapassavam os cem contos de réis anuais, a partir desse ano cifraram-se perto dos cento e cinquenta contos de réis anuais, apresentando uma grande estabilidade, o que parece indiciar que não terá havido grande flutuação do número de funcionários. Quando estes cessavam as suas funções, por morte, doença ou qualquer outro motivo, seriam imediatamente substituídos, como vimos no capítulo II. Coloca-se a questão da efectiva necessidade da existência de um grupo, se não numeroso de funcionários, pelo menos oneroso. O certo é que, em determinadas ocasiões, como em bailes da corte, era recrutado pessoal doméstico ao

---

<sup>951</sup> O vencimento do Aio foi considerado apenas entre 1898 e 1901, o período em que esteve de serviço. Uma vez que o número de Camaristas variou ao longo de todo o período, foram considerados 4 Gentis-homens, 3 Veadores, 3 Damas Camaristas e uma Dama Camarista ao serviço dos Príncipes ao longo do período. Foi também considerada a redução do vencimento deste ofício a partir de 1902 de 1.200\$000 anuais para 400\$000 anuais.

<sup>952</sup> Capitão e tenente, tal como os 140 soldados honorários, não auferiam vencimento, apenas os 2 sargentos, 4 cabos, 60 soldados, 1 tambor e um pífaro. *Orçamento Geral e proposta de lei das receitas e despesas ordinárias e extraordinárias do Estado na Metrópole para o ano económico de...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889-1908.

serviço de casas aristocráticas para suprir as necessidades da Casa Real, o que indicia que, pelo menos nessas ocasiões, o seu número não seria suficiente<sup>953</sup>.

As despesas com bens imóveis sofreram um crescimento entre o primeiro ano e o segundo. De facto, se em 1889-1890 o seu valor não atinge os cento e cinquenta contos de réis, a partir dessa data ultrapassa-o. Poder-se-ia pensar que o aumento deste valor poderia estar relacionado com as obras e alterações no Palácio das Necessidades, para permitir a conveniente instalação da Família Real, que ali foi residir em Maio de 1892. No entanto, devem-se a aumentos significativos da despesa no Almojarifado da Ajuda (quase o dobro de 1890 para 1891) e na Real Tapada de Mafra, bem como no aumento da despesa na compra de cereais. Em 1895 há um novo aumento destas despesas, acrescidas no ano seguinte, quando ultrapassa os 200 contos de réis, o valor mais elevado deste período e que correspondem em ambos os anos ao aumento da despesa nos Almojarifados das Necessidades e Queluz. Em 1896 crescem ainda os encargos das Tapadas da Ajuda e Mafra. A partir dessa data, os valores apresentados apresentam uma tendência para a descida até 1899, a partir do qual se assiste a um ligeiro aumento destas despesas, que se inverte a partir de 1902.

Quanto às despesas pessoais, o primeiro ano apresenta valores superiores a 250 contos de réis, enquanto na maior parte dos anos as despesas da família real se cifram em valores próximos dos 150 contos de réis. Este valor excessivo apresentado em 1889-1890 deveu-se à herança de D. Luís, que implicou a saída de mais de 205 contos de réis dos cofres da Casa Real. Destacam-se ainda o ano de 1897, cujo aumento fora causado essencialmente pelo pagamento de legados e tornas respeitantes à herança de D. Luís e devidas à infanta D. Antónia, tia do Rei D. Carlos.

As despesas com a amortização de crédito tornam-se regulares a partir de 1892, ano em que a Família Real passara a ceder parte da sua dotação para ajudar à situação financeira do País, o que poderá indiciar que a Administração da Fazenda tenha contraído empréstimos pelo desajuste financeiro que a cedência da dotação provocara. No entanto, quer em 1892, quer em 1893, estes valores são pouco expressivos, sofrendo um aumento significativo a partir de 1894, para cerca dos cem, indiciando a contracção de novos empréstimos. Embora caindo em 1895, o ano de 1896 sobe novamente,

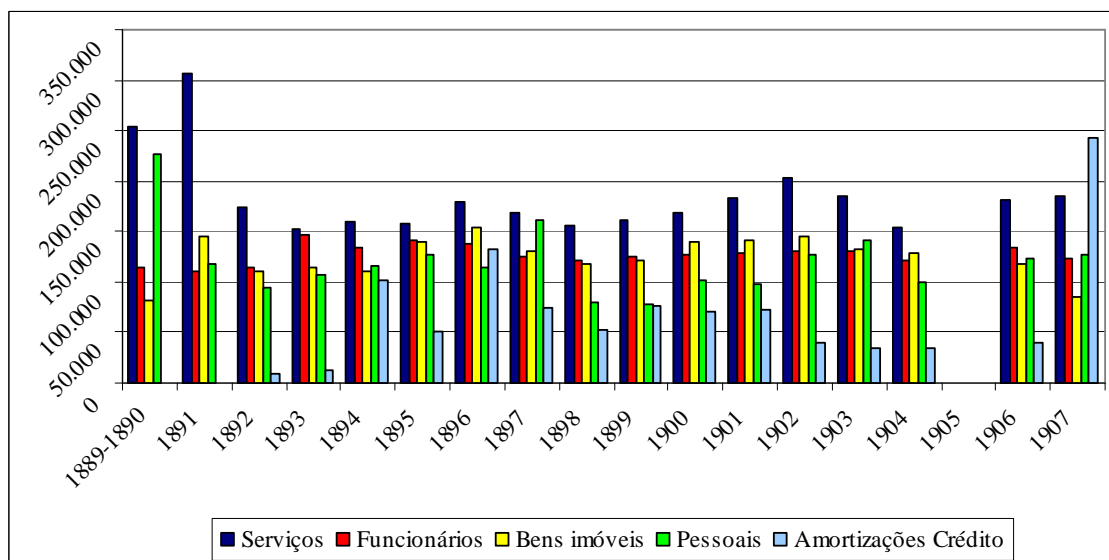
---

<sup>953</sup> Carta da Condessa de Sabugosa para a Rainha D. Amélia, s.l., 24 de Junho de 1896, IANTT, Casa Real, caixa 7377.

apresentando o pico mais elevado até 1906. De facto, neste ano a amortização de crédito era feita não apenas junto do Banco de Portugal e do Montepio Geral, onde passou a ter dois empréstimos, como também junto da Caixa Geral de Depósitos. Esta situação, quer de dois empréstimos no Montepio Geral e de um terceiro na Caixa Geral só ocorreu neste ano. O ano de 1907 apresenta o maior valor de toda a série, próximo dos 250 contos de réis, dos quais 213 foram para a amortização do empréstimo contraído junto do Banco de Portugal, quando até então rondaram os 30 contos.

**Gráfico X** – Evolução das despesas ordinárias mais significativas a preços constantes, 1889-1907<sup>954</sup>

1\$000 réis



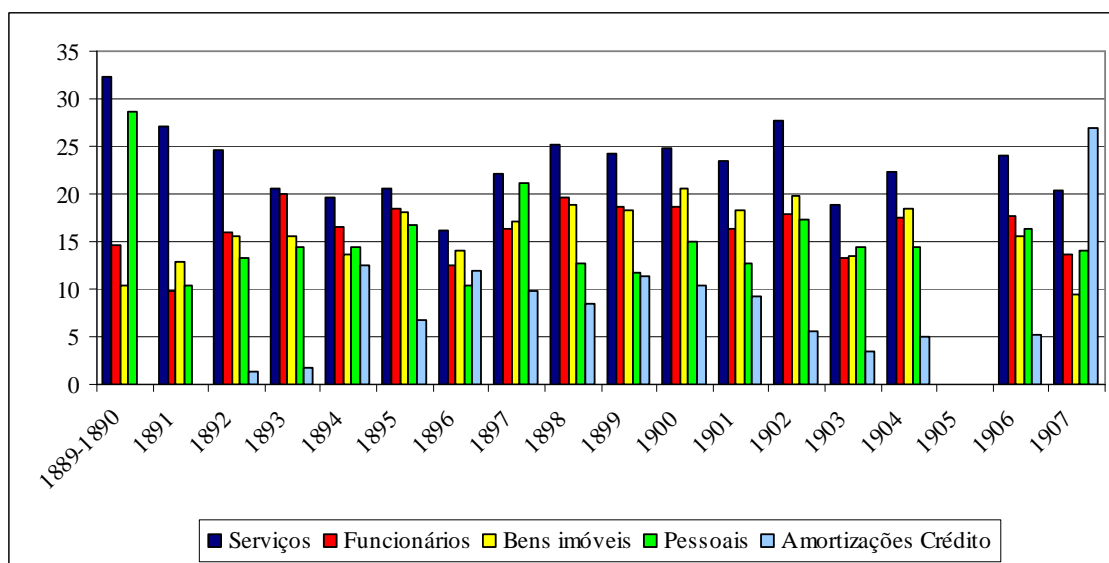
A análise da evolução das despesas ordinárias mais significativas em valores percentuais e que consta do Gráfico XI permite comparar mais facilmente a relação entre categorias para cada ano.

De facto, são os serviços que apresentam um valor percentual mais elevado em toda a série relativamente às restantes categorias, oscilando os 16% de 1896 e os 32% de 1889-1890. A excepção é 1907 ano em que as despesas com serviços (20%) são ultrapassadas pelas amortizações de crédito (28%). Repare-se que, a nível percentual, a diminuição verificada entre 1891 e 1892 relativa aos serviços não é tão elevada como

<sup>954</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636.

em valores absolutos. Quanto aos funcionários, a categoria oscila habitualmente entre 15% e 20%, com algumas exceções, nomeadamente 1891, 1896 e 1903, que correspondem aos anos em que se assistiu ao aumento da despesa total: no primeiro ano pelo aumento do peso dos serviços e dos bens pessoais e, nos outros anos, relativamente ao aumento da despesa extraordinária, como veremos. Os bens imóveis oscilaram entre os 10% e os 20%, valor ultrapassado em 1900, mas situando-se tendencialmente acima dos 15%. As despesas relativas aos bens pessoais oscilaram entre 10% e 15%, embora ultrapassando esta fasquia nos anos de 1889-1890, 1895, 1897, 1902 e 1906. As amortizações de crédito raramente ultrapassam os 10%, à excepção de 1894, 1896, 1899, 1900 e 1907.

**Gráfico XI** – Evolução das despesas ordinárias mais significativas a valores percentuais do total da despesa, 1889-1907

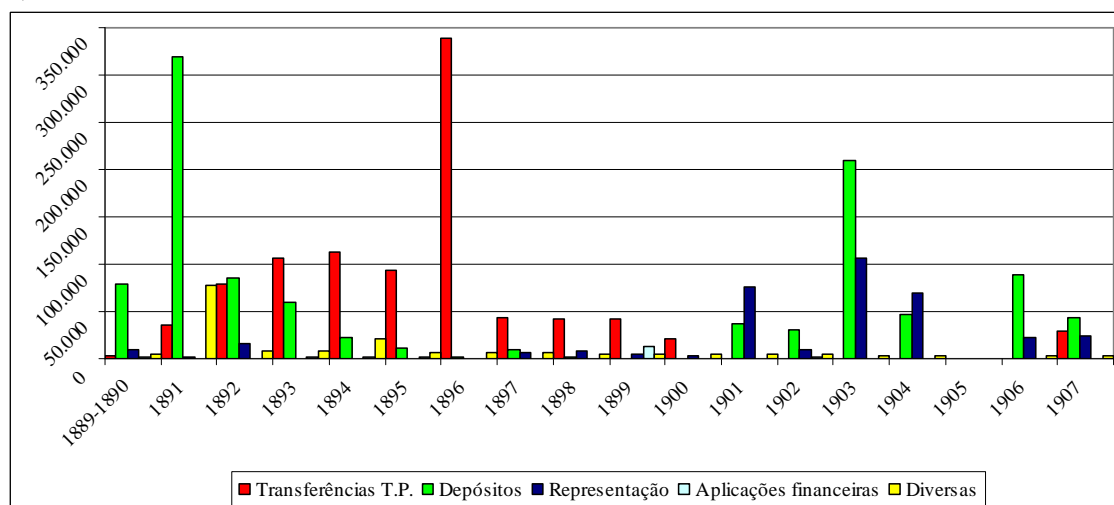


De qualquer das formas, à excepção da elevada percentagem representada pelos serviços em 1891, que ajuda a explicar o aumento das despesas nesse ano, os picos dos anos de 1896 e 1903 não são explicáveis pela evolução das despesas ordinárias a nível percentual. Há que passar, portanto, para a análise das despesas extraordinárias, quer em preços constantes, quer em valores percentuais do total da despesa (Gráficos XII e XIII).

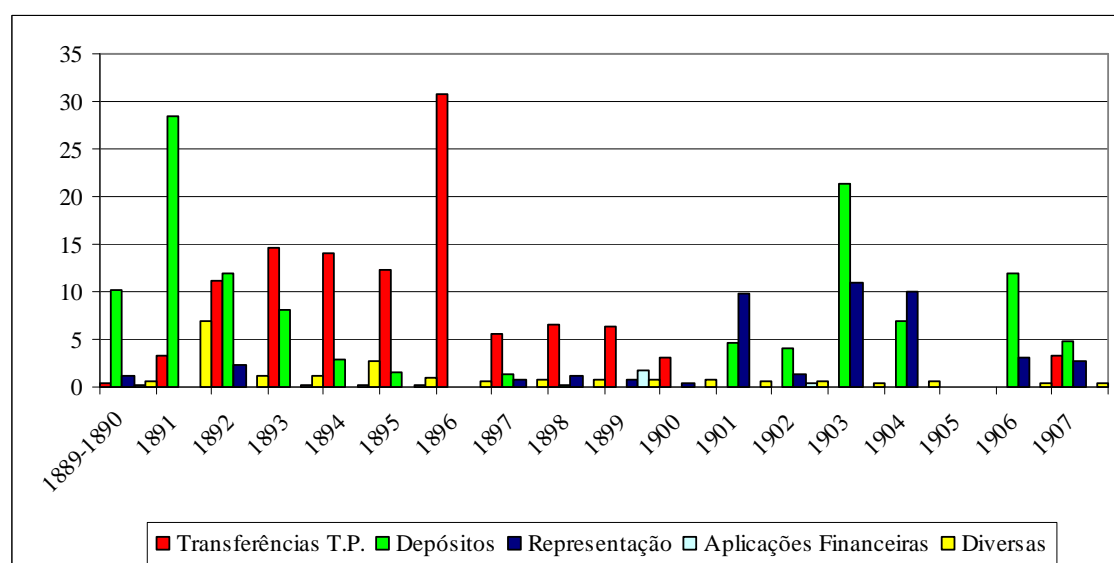


**Gráfico XII** – Evolução das despesas extraordinárias a preços constantes 1889-1907<sup>955</sup>

1\$000 réis



**Gráfico XIII** – Evolução das despesas extraordinárias em valores percentuais do total da despesa, 1889-1907



A evolução das despesas extraordinárias em valores absolutos deflacionados durante o reinado de D. Carlos, apresentada no Gráfico XII, demonstra claramente que os anos de 1891, 1896 e 1903 assistiram a um aumento exponencial das despesas extraordinárias, sobretudo nos dois primeiros anos, tendência também verificada em

<sup>955</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636.

valores percentuais (Gráfico XIII). Em 1891 e 1903, foi a categoria relativa aos depósitos que sofreu um aumento significativo. Tal como chamámos a atenção anteriormente, não se trata propriamente de despesa, mas sim saída de dinheiro em caixa. No primeiro desses anos, os valores aplicados em depósitos atingem os 318.883\$014, quase 30% do total das despesas. Desses depósitos, 194.255\$265 foram colocados no Montepio Geral, 75.509\$201 no Banco Lusitano e 49.118\$548 no Banco Comercial. Em 1903, o montante depositado, exclusivamente no Montepio Geral, foi de 209.297\$317, representando mais de 20% do total da despesa. Aliás, desde 1895 que os depósitos foram todos efectuados nesta instituição bancária, embora até ao final do século se tenha verificado um decréscimo dos seus valores, sendo inexistentes em 1899 e 1900. Há que chamar a atenção para o facto de nestes anos, as receitas relativamente a levantamento de depósitos registarem igualmente valores significativos: 300 contos em 1891 e quase 160 contos de réis em 1903, como veremos adiante.

Relativamente a 1896 o aumento da despesa extraordinária deve-se às Transferências para o Tesouro. Esta categoria, nos anos de 1889-1890 e a partir de 1901 foi praticamente residual. Entre 1892 e 1895 apresenta valores próximos dos cem contos de réis, oscilando entre os 10% e 15% do total da despesa. Em 1891, e entre 1897 e 1900 valores abaixo dos cinquenta contos de réis. Todavia, em níveis percentuais, apenas os anos de 1891 e 1897 se encontram abaixo dos 5%. O ano de 1896 é que atinge valores próximos dos 350 contos de réis, mais de 30% do total das despesas.

Do que constavam, afinal, estas transferências para o Tesouro Público e que permitem explicar esta evolução? São de vária ordem. Em 1889-1890 devem-se a acertos de conta relativos à dotação devidos à mudança de reinado e que ascendiam a 2.457\$280.

Entre 1891 e 1896 referem-se ao pagamento de suprimentos, ou seja, de adiantamentos da dotação efectuados pelo Tesouro Público, que totalizaram 352.305\$57 nestes anos e que podem ser observados no quadro V.

**Quadro V** – Liquidação de adiantamentos ao Tesouro Público, 1891-1896<sup>956</sup>

Ano	Preço corrente	Preço constante
1891	30.000,00	36.144,58
1892	8.000,00	9.411,77
1893	14.000,00	16.091,95
1894	22.000,00	24.719,10
1896	226.047,46	265.938,17
Total	300.047,46	352.305,57

As contas apresentadas pela Comissão de Sindicância à Direcção-Geral da Tesouraria encarregue da liquidação das Contas entre a Casa Real e o Tesouro apresentam outros valores para estes anos, constantes no Quadro VI<sup>957</sup>. Este quadro, além de apresentar os valores em preços correntes, uma vez que na maior parte dos casos não há indicação de quando foram efectuados os pagamentos, inclui também pagamentos efectuados após 1896, uma vez que não há indicação se foram pagos nesse ano ou posteriormente.

**Quadro VI** – Liquidação de adiantamentos ao Tesouro Público, 1891-1897, segundo relatório da Comissão (1915)

Data pedido	Valor concedido	Valor saldado	Data pagamento
10/1/1890	30.000,000	30.000,000	Sem indicação
5/08/1890	40.000,000	38.000,000	Várias prestações entre 30 de Junho de 1891 e 31 Março 1892
11/01/1893	10.000,000	10.000,000	Sem indicação
3/02/1893	11.000,000	11.000,000	Junho de 1893
Várias datas desde 1894 até Janeiro 1897	667.691,615	15.000,000	Sem indicação
TOTAL	758.691,615	104.000,000	

Como se pode observar no Quadro VI, entre 1890 e 1897 foram concedidos adiantamentos à Casa Real no valor de 758.691\$615 (preços correntes). Desse valor, apenas foram pagos pela Casa Real 104 contos de réis (preços correntes). Segundo o relatório, essa quantia correspondia à totalidade dos pagamentos efectuados pela

<sup>956</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636.

<sup>957</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910 (...)*.

Administração da Fazenda da Casa Real ao Tesouro Público durante todo o reinado de D. Carlos, faltando por isso liquidar ainda 3.246.741\$916<sup>958</sup>. Os dados apresentados pela contabilidade da Casa Real e pelo relatório apresentado pela Comissão relativamente ao pagamento de adiantamentos apresentam uma diferença de quase 200 contos de réis (preços correntes), que o relatório não contabiliza.

Na verdade, no ano de 1896, foram transferidos para o Tesouro Público, a título de pagamento de adiantamentos, 265.938\$171 réis (226.047\$455 réis em preços correntes)<sup>959</sup>. A esta verba somavam-se outras de menor importância, nomeadamente 3.014\$114 pagos ao Ministério do Reino pela despesa do encarte do título do Conde de Arnoso e ainda 105\$882 ao Ministério das Obras Públicas, pela expropriação de terrenos para abertura de uma estrada em São Pedro do Sul, que ligava o edifício das Termas à casa na qual a Rainha habitara.

Para além do pagamento dos adiantamentos, as transferências para o Tesouro eram constituídas pela cedência da dotação que a Família Real fizera a 30 de Janeiro de 1892, em consequência da crise financeira que assolara o país. Assim, em carta aberta ao Presidente do Conselho, Dias Ferreira, D. Carlos e toda a família Real, afirmavam que, dado o desejo de “*ser[em] os primeiros nos sacrifícios extraordinários, que as circunstâncias do tesouro impõem à nação, previno de que resolvemos ceder 20% da nossa dotação, enquanto durar a terrível e dolorosa crise, que actualmente atravessamos. Creia, Dias Ferreira, que em tudo e por tudo hei-de seguir a sorte da nação à qual reputo essencialmente ligados os meus destinos e os da minha dinastia.*”<sup>960</sup> A referência à dinastia não fora casual. De facto, não era a primeira vez que, durante a Monarquia Constitucional, desde o reinado de D. Maria II, a Família Real tinha cedido parte da dotação. O próprio D. Carlos também o tinha feito, enquanto infante, entre Julho de 1869 a Junho de 1875<sup>961</sup>.

---

<sup>958</sup> O relatório apresenta as dívidas por cada membro da Casa Real: D. Carlos (3.246.741\$916), D. Amélia (74.230\$072), D. Afonso (110.411\$555) e D. Maria Pia (1.507.019\$676) que, no total, ascenderiam a 4.938.403\$219 (preços correntes). *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910* (...), pp. 6 e 7. Além de adiantamentos propriamente ditos, a Comissão considerou também nesta dívida, muitas das verbas consideradas como despesas de representação pelo Tesouro Público

<sup>959</sup> Nesta rubrica foram também considerados pelas próprias fontes, direitos de alfândega, pagos igualmente ao Ministério da Fazenda

<sup>960</sup> *Diário do Governo*, 30 de Janeiro de 1892, nº 23, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.

<sup>961</sup> Notas das importâncias cedidas em benefício do estado pelos monarcas constitucionais e pessoas de sua famílias, s.l., s.d., AHP, Comissão inquérito entre Tesouro Público e Família Real, 1895-1909, caixa 408.

Deste modo, entre 1892 e 1900, a Administração da Casa Real contabilizou como cedência da dotação do Rei, do príncipe D. Luís Filipe e do infante D. Manuel, um total de 561.012\$322 (Quadro VII). No total, e de acordo com o decreto de 30 de Agosto de 1907, essa quantia ascenderia, em preços correntes, a 493.900\$000, pouco menos de um décimo da quantia cedida pela Família Real ao longo da Monarquia Constitucional (Quadro VIII).

**Quadro VII** – Cedência da dotação de D. Carlos e Infantes, 1892-1900<sup>962</sup>

<b>Datas</b>	<b>Família Real</b>	<b>Preços correntes</b>	<b>Preços constantes</b>
1892	Rei	55.000,000	64.705,882
	Altezas	45.00,000	5.294,118
1893	Rei	73.000,000	83.908,046
	Altezas	6.000,000	6.896,552
1894	Rei	73.000,000	82.022,472
	Altezas	6.000,000	6.741,573
1895	Rei	73.000,000	86.904,762
	Altezas	6.000,000	7.142,857
1896	Rei	54.800,000	64.470,588
	Altezas	4.500,000	5.294,118
1897	Rei	36.500,000	39.673,913
	Altezas	3.000,000	3.260,870
1898	Rei	36.500,000	38.020,833
	Altezas	3.000,000	3.125,000
1899	Rei	36.500,000	38.829,787
	Altezas	3.000,000	3.191,489
1900	Rei	18.100,000	19.890,110
	Altezas	1.500,000	1.648,352
Total		493.900,000	561.021,322

---

<sup>962</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636.

**Quadro VIII – Cedência da dotação da Família Real ao longo da Monarquia Constitucional**<sup>963</sup>

<b>Família Real</b>	<b>Período</b>	<b>Preços correntes</b>
Rainha D. Maria II	Julho de 1837 - Julho de 1854	849.135,41
Rei D. Fernando	Julho de 1837 - Julho de 1876	1.133.000,00
Rei D. Pedro V	Setembro de 1846 - Junho de 1862	797.652,78
Rei D. Luís	Setembro de 1846 - Junho de 1853; Julho de 1862 - Setembro de 1879	559.913,33
Rainha D. Maria Pia	Julho de 1869 - Junho 1875; Abril de 1892 - Junho 1894	68.000,00
Rei D. Carlos	Julho de 1869 - Junho 1875; Abril de 1892 - Junho 1900	472.533,33
Rainha D. Amélia	Abril de 1892 - Junho 1900	75.000,00
Infante D. Manuel	Abril de 1892 - Junho 1900	12.500,00
Príncipe D. Luís Filipe	Abril de 1892 - Junho 1900	25.000,00
Infante D. Afonso	Julho de 1870 - Junho 1875; Abril de 1892 - Junho 1900	19.833,33
Imperial Duquesa de Bragança	Julho de 1837 - Agosto de 1847; Janeiro de 1848 - Junho de 1873	534.300,00
Infanta D. Isabel Maria	Julho de 1837 - Agosto de 1847; Janeiro de 1848 - Abril 1876	584.222,21
Princesa Imperial D. Amélia	Julho 1837 - Junho de 1838; Janeiro - 1848 a Junho de 1853	13.000,00
Infanta Ana de Jesus Maria	Janeiro de 1848 - Junho de 1857	66.875,00
Infante D. Augusto	Julho de 1870 - Junho 1875	12.800,00
Total		5.223.765,396

Finalmente, em 1907 surgem igualmente as transferências para o Tesouro relativas ao pagamento do arrendamento dos bens do Estado no usufruto da Coroa, correspondendo aos Palácios Reais e que correspondiam a cerca de 29 contos de reis (3,2%). Esta transferência dizia respeito ao acordado pelo decreto de 30 de Agosto de 1907, a partir do qual os referidos bens imóveis ficaram pertencendo em plena propriedade à Fazenda Nacional.

Os valores de despesas de representação apresentam um comportamento muito variável ao longo deste período. Além de não se verificarem entre os anos de 1893 e 1896, nos anos de 1901, 1903 e 1904 apresentam valores próximos dos 10%, muito acima da média apresentada nesta categoria, que nunca ascendem a 5%. De facto, nos

---

<sup>963</sup> Notas das importâncias cedidas em benefício do estado pelos monarcas constitucionais e pessoas de sua famílias, s.l., s.d., AHP, Comissão inquérito entre Tesouro Público e Família Real, 1895-1909, caixa 408.

restantes anos, as despesas de representação estão muito próximas dos dez contos de réis anuais, senão abaixo, à excepção de 1906 e 1907, que se situam entre os vinte e vinte cinco contos de réis anuais. Em 1901 e 1904, sobem acima dos 65 contos de réis e em 1903 ascendem a mais de cem contos.

Em 1901, para além de jantares a oficiais de esquadras estrangeiras, à embaixada inglesa ou do Baile do Paço da Ajuda, a principal soma correspondeu à viagem do Rei D. Carlos e da Rainha D. Amélia nesse mesmo ano à Madeira e aos Açores, que ascendeu a mais de cinquenta contos de réis. Em 1903, foram pagos pela recepção do Rei D. Afonso XIII cerca de oito contos de réis, a que se somavam quase cinquenta e cinco contos de réis pelas decorações do Palácio de Belém, pelo fornecimento de mobiliário, tecidos, loiças e despesas de transportes e operários. Somava-se ainda parte da despesa relativa à viagem da Rainha D. Amélia pelo Mediterrâneo, ou da viagem às ilhas. Pelas despesas de representação por ocasião da visita do Rei de Inglaterra despenderam-se quase 32 contos de réis (pinturas, douradores, fardamentos e transportes) e quase quatro contos e meio de réis pela viagem do Rei D. Carlos a Paris, Londres e Madrid, no ano de 1902. A todas estas despesas acrescentavam-se as gastas com a imposição do barrete cardinalício, que ascendiam a quase três contos de réis. Em 1904 pagaram-se ainda algumas despesas do ano anterior, nomeadamente os encargos referentes à viagem às ilhas, à viagem da Rainha D. Amélia pelo Mediterrâneo. No entanto, era a recepção do Rei de Espanha que apresentava um peso superior, nomeadamente mais de 33 contos de réis, para além das despesas com equipamento e alterações necessárias no Paço de Belém, onde o mesmo soberano foi instalado (cerca de 31 contos de réis).

Muitas destas despesas são facilmente identificáveis no relatório efectuado em 1915 pela Comissão encarregue de averiguar os adiantamentos à Família Real. Todavia, como esta própria refere, “*nestas importâncias há algumas quantias que devem ser consideradas despesas de legítima representação do País. A comissão, porém, não tendo elementos para destrinçar, ou que talvez seja mais lógico, lembra a V. Ex<sup>a</sup> que no Parlamento, onde necessariamente tem de ser apreciado este trabalho, seja nomeada uma comissão para fazer [essa] destrinça*”<sup>964</sup>.

---

<sup>964</sup> Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910 (...).

As aplicações financeiras foram bastante raras e apenas em 1899 atingiram valores significativos e, ainda assim, não atingem sequer os 2%. Dizem respeito à compra de 90 acções do Banco Portugal, ascendendo a 12.125\$745. Refira-se ainda a compra de inscrições de dívida interna e externa portuguesa; as prestações por conta de 10 acções de 90\$000 da 2ª emissão da Companhia de Faianças das Caldas da Rainha e as subscrições respeitantes à Empresa Tauromáquica Lisbonense, que inaugurara em Agosto de 1892 a Praça do Campo Pequeno.

Finalmente, as despesas diversas, cuja composição já referimos anteriormente e a correspondem valores insignificantes. A excepção é o ano de 1891, que correspondeu à contribuição de 60 contos de réis da Família Real para a Grande Subscrição Nacional a favor da defesa do País, resultante do *Ultimatum* Inglês, tendo em vista a aquisição de navios para defesa do Reino e das colónias e que no total angariou 250 contos<sup>965</sup>, representando quase 7% do total das despesas desse ano. Nos restantes, mantiveram-se sempre abaixo dos 2,6%, valor apresentado em 1894.

Como pudemos observar, no conjunto total das despesas ordinárias, os encargos com serviços, funcionários, bens imóveis e pessoais, com maior ou menor variação de valores, acabavam por ser as mais elevadas. No fundo, trata-se das despesas inerentes ao normal funcionamento da Casa Real que, grosso modo, correspondiam às categorias mais dispendiosas no reinado de D. Luís – as despesas particulares, com funcionários e serviços<sup>966</sup> e aquelas que, à época era já consideradas como as mais relevantes, como atestava o decreto de 30 de Agosto de 1907. Outras atingiam valores mais baixos, como as de beneficência e as diversas. No entanto, refira-se que os gastos em beneficência parecem ter sofrido um aumento significativo, pelo menos comparativamente ao primeiro ano do reinado de D. Luís, quando ascendiam a 5 contos<sup>967</sup>.

Relativamente às despesas extraordinárias, são sobretudo as transferências para o Tesouro Público e os depósitos, os quais não representam uma verdadeira despesa, que sofrem mais oscilações ao longo do tempo e são os responsáveis pelo crescimento das despesas nos anos de 1891, 1896 e 1903. Não tão importantes, são as despesas de

---

<sup>965</sup> Vide Grande Subscrição Nacional a favor da defesa do País 1890-1890, IANTT, Grande Subscrição Nacional a favor da defesa do País; SILVA, Isabel Corrêa da, SEIXAS, Miguel Metelo de, *D. Carlos de corpo inteiro*, Carnaxide, Editora Objectiva, 2009, p. 209.

<sup>966</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, p. 115. Não são referidos os gastos com as propriedades, durante o reinado de D. Luís.

<sup>967</sup> SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, p. 115.



representação que, ainda assim, em 1901, 1903 e 1904 apresentam valores mais significativos.

De qualquer modo, a Casa Real não conseguiu reduzir as suas principais despesas, relacionadas com a sua administração e funcionamentos próprios. Ainda que tenha demonstrado um esforço de rentabilização dos seus fundos, através da realização de depósitos bancários, dos quais recebia juros, e da compra de títulos, com o intuito de resolver o problema das poucas receitas que tinha ao seu dispor, não conseguiu ser bem sucedida, como veremos a seguir. De facto, a conjuntura não era propícia a este fim. Ainda que na segunda metade do século XIX se assistisse ao aperfeiçoamento dos mecanismos financeiros que possibilitaram a canalização de poupanças para o investimento, aquela era efectuada ainda de forma muito incipiente e por isso pouco rentável<sup>968</sup>. Qual terá sido a solução encontrada na obtenção de capital, em alternativa à rentabilização das poupanças? Para isso, analisaremos as receitas da Casa Real durante o reinado de D. Carlos.

As receitas, tal como as despesas, foram agrupadas em diversas categorias de forma a possibilitar uma análise mais apurada.

No caso das receitas, as diversas rubricas foram agregadas de acordo com a sua origem, procurando-se distinguir as receitas ordinárias das extraordinárias.

Aquelas eram compostas por três categorias. A primeira dizia respeito aos rendimentos provenientes de bens móveis, cuja origem era diversa.

Um primeiro conjunto era constituído pelo cofre dos diversos membros da Família e era composto por verbas provenientes do bolso particular dos soberanos, nomeadamente cheques e remessas bancárias de instituições bancárias nacionais e estrangeiras respeitantes a empréstimos, ou ainda verbas colectadas para fins de beneficência. Um segundo conjunto era composto pelas heranças de membros da família Real: réis D. Fernando e D. Luís e infantes D. Augusto, D. João e D. Fernando e consistiam na venda ou juros de títulos de fundos estrangeiros. Embora tenham deixado de existir a partir de 1900, apresentaram-se regularmente até então e estavam directamente relacionados com as despesas com heranças, que também foram consideradas como despesas ordinárias. A terceira subcategoria dizia respeito às dívidas activas referentes a empréstimos a

---

<sup>968</sup> MATA, Maria Eugénia, “O Capital”, LAINS, Pedro, SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000, O Século XIX*, vol. II, Lisboa, ICS, 2005, p. 179.

vários indivíduos. Segue-se um outro conjunto de receitas, referentes a juros de depósitos (no Montepio Geral, *Coutts & Co.*, *Knowles & Foster*) e a dividendos de acções do Banco de Portugal e de várias companhias, tais como a Companhia Carris de Ferro de Lisboa, Companhia das Águas de Lisboa, Companhia das Faianças das Caldas da Rainha, Companhia das Lezírias do Tejo e Sado, Companhia do Cabo Submarino. Acrescem também os dividendos de fundos públicos portugueses e fundos brasileiros. Esta subcategoria apenas não surge no ano de 1893. A quinta subcategoria corresponde aos empréstimos do Banco de Portugal e do Montepio Geral. Ainda que não tenham sido registadas nos anos de 1889/90, 1891 e 1901, a sua presença regular em todo o período levou-nos a considerá-la como receita ordinária, indiciando desde logo que o recurso ao crédito era recorrente. Além disso, as despesas relacionadas com a amortização de crédito foram também consideradas como despesas ordinárias.

A segunda categoria, referente aos rendimentos de bens imóveis, comporta diversas rubricas. Em primeiro lugar, as provenientes dos diversos almoxarifados. Embora na sua maior parte não seja discriminada, nalguns casos a receita provém de rendas ou da venda de produtos agrícolas (laranjas e cereais), produzidos nas propriedades régias. A partir de 1894, surge um novo capítulo, as das rendas das propriedades da Coroa que estavam arrendadas ao Estado, e de outras propriedades urbanas, de habitação e lojas. Acrescem ainda as receitas provenientes das Reais Cavalariças e da venda de cereais.

Finalmente, a terceira categoria corresponde às transferências ordinárias do Tesouro, que compreendem a dotação régia, de D. Carlos e dos infantes, e as prestações para a reparação dos Reais Palácios. Como já referimos anteriormente, nem a dotação da Rainha D. Maria Pia nem de D. Afonso foram consideradas nas fontes, uma vez que possuíam uma Administração própria. Acresce ainda o facto de, nesta contabilidade, não constar também a dotação da Rainha D. Amélia a partir de 1892. As prestações para a reparação dos Reais Palácios, além de constarem todos os anos durante este reinado, poderiam justificar-se pelo artigo 85º da Carta Constitucional, que alude a que as Cortes estavam encarregues das aquisições e construções que julgassem convenientes para a decência e recreio do Rei, estando implícita a sua conservação e manutenção.

As receitas extraordinárias são constituídas igualmente por três categorias. A primeira diz respeito às transferências extraordinárias do Tesouro Público e são constituídas essencialmente por quatro tipos. Um abrangia os abonos para as denominadas despesas de representação, concedidas por ocasião de viagens oficiais da

Família Real, visitas de soberanos estrangeiros, ou ainda para a celebração de festividades oficiais. A estes acresciam outros abonos expressos como extraordinários, recebidos do Ministério da Fazenda para serem entregues a outras autoridades, como o Governo Civil de Santarém, por ocasião das inundações verificadas nessa região, ou à Comissão promotora do monumento a Sousa Martins. A terceira categoria dizia respeito às rendas dos bens dos bens da Coroa no usufruto do Estado. Finalmente, a quarta subcategoria, que dizia respeito à liquidação de contas entre o Tesouro e a Fazenda da Casa Real e que analisaremos em pormenor quando tratarmos das receitas extraordinárias.

A segunda categoria das receitas extraordinárias diz respeito aos bens móveis, nomeadamente a levantamentos de depósitos através de cheques do Montepio Geral, Banco Comercial<sup>969</sup> e Banco Lusitano<sup>970</sup>. Refira-se que o Montepio Geral, na verdade a Caixa Económica de Lisboa, fundada em 1845, era, à época, uma das maiores instituições bancárias portuguesas<sup>971</sup>. Também esta categoria não surge em todos os anos do período, nomeadamente em 1893, 1894, 1899 e 1900. Acrescem ainda a venda de bens móveis, nomeadamente de ouro e prata ou de títulos e que apenas ocorrem em dois anos, 1892 e 1903.

Finalmente, a última categoria engloba proveniências diversas: descontos de vencimento, reposições de verbas já anteriormente abonadas, gratificações oferecidas por Príncipes estrangeiros e inclusive, reposição de objectos roubados.

Vejamos então a evolução das receitas ordinárias e extraordinárias em preços constantes ao longo do reinado de D. Carlos (Gráfico XIV).

Como se pode observar, as receitas ordinárias ultrapassaram sempre em larga medida as receitas extraordinárias, à excepção dos anos de 1891, 1896 e 1903, onde essa diferença é menor, sobretudo nesse último ano. As ordinárias apresentaram sempre valores acima dos 500 contos de réis, excepto em 1904, ainda que na maior parte dos anos apresentassem valores próximos dos 600 contos. Houve anos, inclusive, em que as receitas ordinárias ultrapassaram os 700 contos de réis, nomeadamente nos dois primeiros anos, entre 1893 e 1896 e ainda no ano de 1907. Por seu turno, as receitas

---

<sup>969</sup> Provavelmente, o Banco Comercial de Lisboa, fundado em 1875. VALÉRIO, Nuno (coord.) *História do sistema bancário português*, vol. 1, Lisboa, Banco de Portugal, 2006, p. 132.

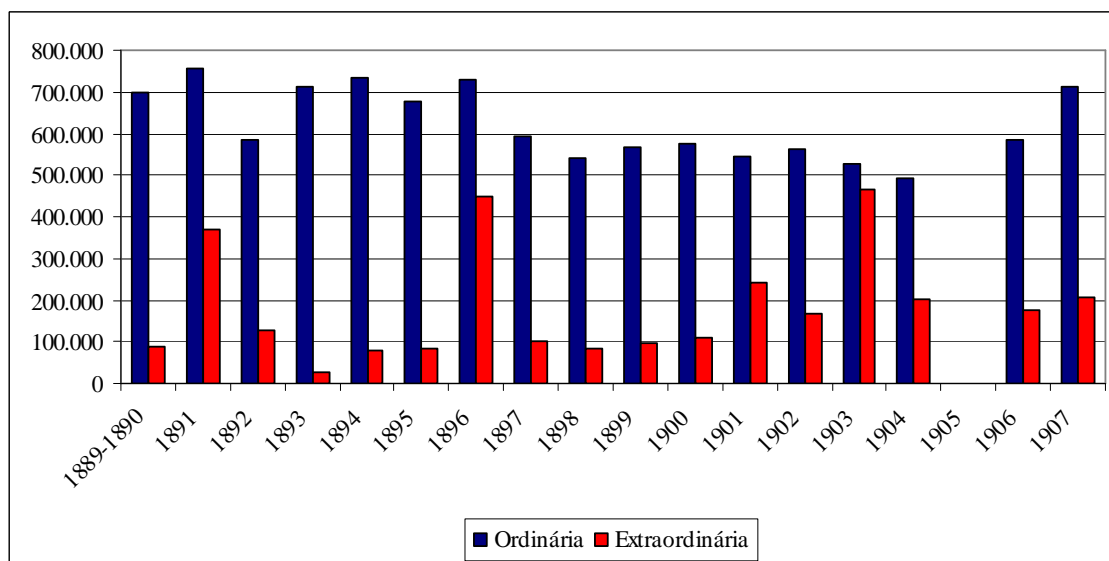
<sup>970</sup> Fundado em 1865. VALÉRIO, Nuno (coord.) *História do sistema bancário português*, vol. 1, p. 124.

<sup>971</sup> VALÉRIO, Nuno (coord.) *História do sistema bancário português*, vol. 1, p. 70 e 144.

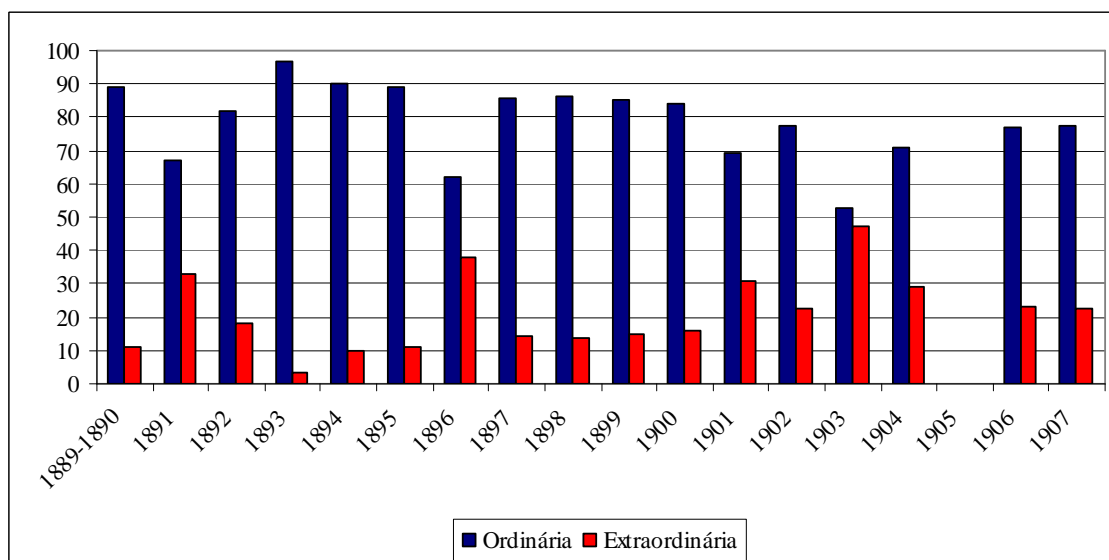
extraordinárias sofreram uma maior variação, entre cerca de 25 contos de réis em 1893 e os 467 verificados em 1903. Além dos picos já referidos de 1891, 1896, e 1903, há outros anos em que os valores ultrapassam os 100 contos de réis. Destes, destacam-se sobretudo o de 1901, 1904 e 1907, acima dos 200 contos de réis.

**Gráfico XIV** – Receitas ordinárias e extraordinárias a preços constantes, 1889-1907<sup>972</sup>

1\$000 réis



**Gráfico XV** – Receitas ordinárias e extraordinárias em valores percentuais, 1889-1907



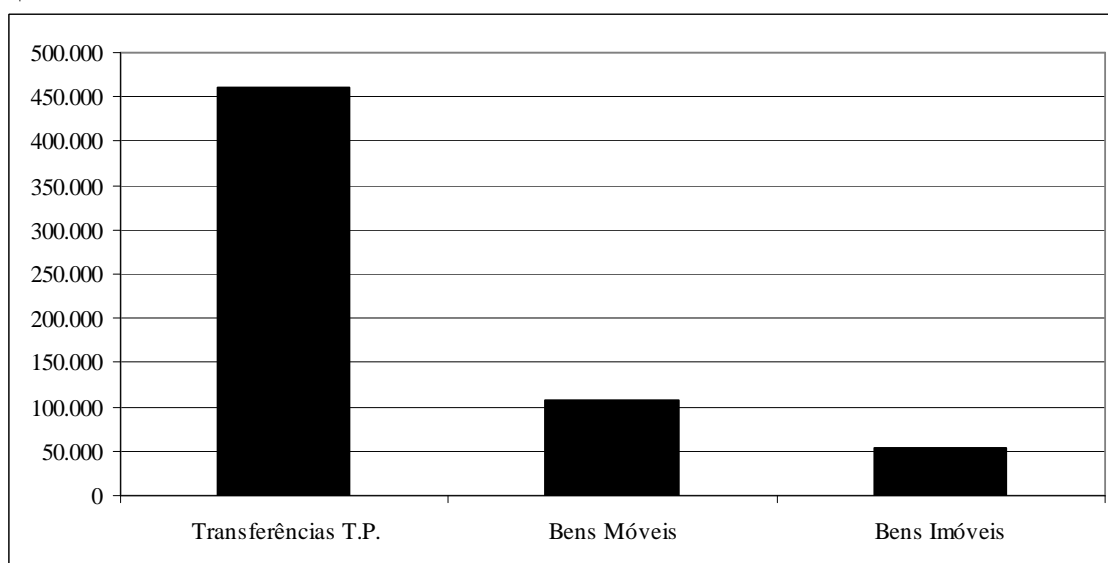
<sup>972</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636.

Quanto a valores percentuais (Gráfico XV), verifica-se que as receitas ordinárias ultrapassaram, na maior dos anos, os 70%, inclusive ultrapassando a fasquia dos 90% em 1893. As exceções mais significativas são os já referidos anos de 1891, 1896 e 1903, em consequência do aumento das receitas extraordinárias nesses anos respectivos. Nestes dois primeiros anos as receitas ordinárias rondaram os 65 % enquanto em 1903 os 53%. A receita extraordinária é muito pouco significativa entre 1893 e 1895. Nos anos de 1892, 1902, 1906 e 1907 rondam os 20%. Os anos de 1901 e 1904 rondam os 30%.

Passemos então à análise de cada uma destas receitas em particular, começando pelas ordinárias, nomeadamente pelo valor médio que apresentam ao longo do reinado de D. Carlos.

**Gráfico XVI** – Média das receitas ordinárias a preços constantes, 1889-1907<sup>973</sup>

1\$000 réis



Como se pode observar, as transferências do Tesouro Público eram as mais significativas, cifrando-se numa média anual acima dos 450 contos de réis. Seguiam-se as receitas relativas a bens móveis, que se situavam pouco acima dos 100 contos de réis médios anuais. Quanto aos bens imóveis, apresentavam um valor que não atingia sequer os 60 contos de réis, muito inferiores às despesas com os mesmos, que ascendiam a

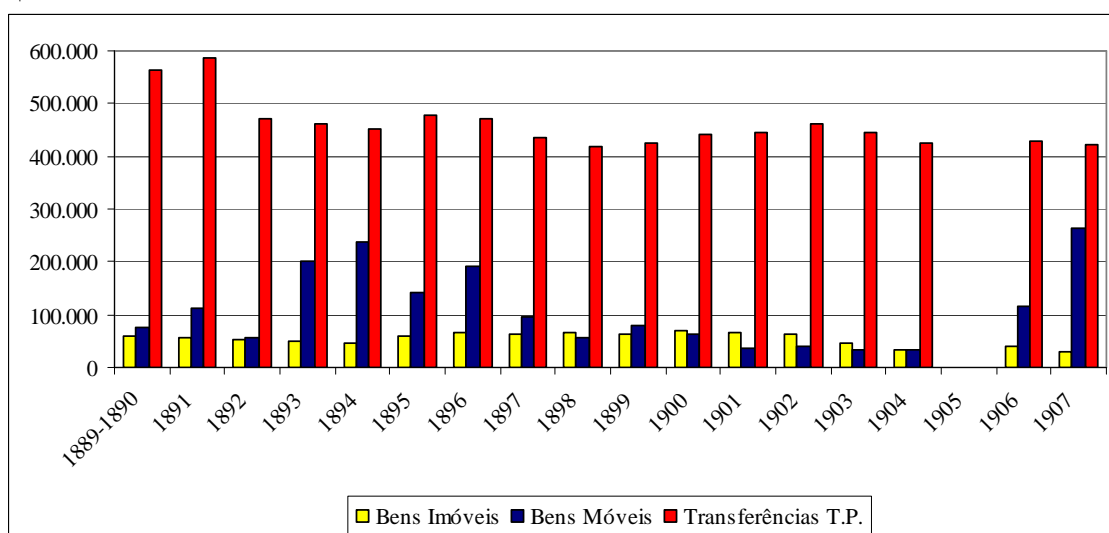
<sup>973</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636.

quase o dobro, nomeadamente mais de 150 contos de réis. Portanto, mesmo somando as receitas destas duas últimas categorias, o seu resultado ficava bastante aquém do valor apresentado pelas transferências do Tesouro. Deste modo, o Tesouro Público era a principal fonte de receita da Casa Real, sem a qual não conseguiria fazer face às despesas. Há portanto uma enorme dependência destas receitas para o equilíbrio financeiro da instituição.

Atentemos agora na evolução das receitas ordinárias em preços constantes ao longo do reinado de D. Carlos, cujos resultados são apresentados no Gráfico XVII.

**Gráfico XVII** – Evolução das receitas ordinárias a preços constantes, 1889-1907<sup>974</sup>

1\$000 réis



Como se pode verificar, as receitas com bens imóveis eram as menos significativas, nunca ultrapassando os 100 contos de réis. De facto, eram as transferências do Tesouro Público as receitas mais significativas, apresentando valores sempre superiores a 400 contos de réis e distanciando-se significativamente de todas as outras. Apenas em 1889-1890 e 1891 é que as quantias referentes a esta categoria se elevaram acima dos 500 contos de réis, uma vez que foram contabilizadas, para além da dotação de D. Carlos e dos infantes, a da Rainha D. Amélia, que deixou de constar nos anos seguintes. Os rendimentos de bens móveis apresentam as maiores oscilações.

<sup>974</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636.

Raramente ultrapassavam os 100 contos de réis, embora o tenham feito nos anos de 1891, 1893 a 1896, 1906 e 1907. Estes aumentos têm origens diversas. Em 1891, para além do aumento das receitas provenientes dos cofres de heranças e dos juros e dividendos de títulos e acções, os cofres dos membros da Família Real sofreram um aumento significativo, de 6 contos de réis para 25 contos, verificados em 1890 e 1891, respectivamente. Além disso, convém não esquecer o impacto da flutuação dos preços atrás mencionada que, neste ano, terá favorecido a receita. Entre 1893 e 1896 assiste-se ao aumento significativo do crédito e dos juros e dividendos. No primeiro desses anos, o crédito cifrou-se em praticamente 159 contos de réis, quando em 1892 mal atingiu os 18 contos. Em 1894, embora o crédito se tenha mantido elevado, nomeadamente em 140 contos, as receitas provenientes de juros e dividendos sofreram um aumento significativo, perto de 95 contos de réis, o mais alto valor apresentado até a essa data. O ano de 1895 apresentou valores muito próximos relativamente a estas duas subcategorias. No entanto, em 1896 assistiu-se a uma redução das receitas provenientes dos juros e dividendos. Todavia, o crédito manteve-se elevado, cifrando-se em 90 contos de réis, logo seguido das heranças, com 70 contos. Como o ano de 1895 não apresentou esta subcategoria, muito provavelmente as receitas relativas a esse ano terão sido somadas às de 1896. A partir desta data e até 1904, houve uma nova contracção desta categoria. Ainda assim, o crédito manteve-se tendencialmente mais elevado que as restantes subcategorias até 1900, data em que decresceu bastante, sendo ultrapassado pelos juros e dividendos. Assinale-se que entre 1898 e 1901, as receitas dos bens móveis sofreram uma diminuição significativa, colocando-os atrás das resultantes dos bens imóveis, com excepção do ano de 1899. Finalmente, em 1906 e 1907 os valores relativos aos bens móveis voltaram a aumentar significativamente, consequência do aumento do crédito, sobretudo no último destes anos. Enquanto que em 1906 se cifrou em 85 contos de réis, em 1907 ascendeu a 232 contos de réis.

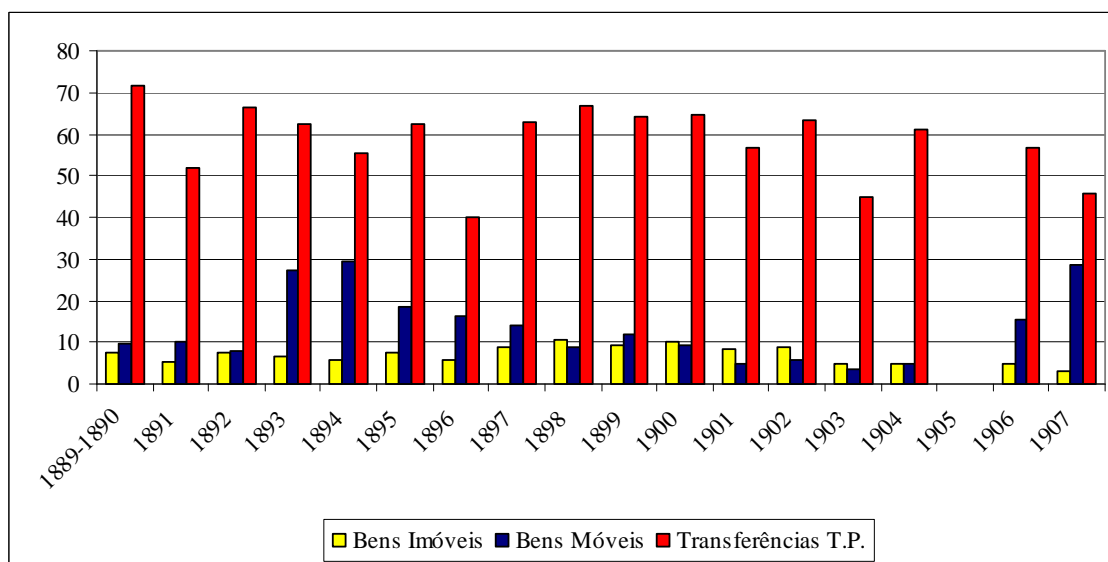
A leitura da evolução das receitas ordinárias em valores percentuais do total da despesa, patente no Gráfico XVIII complementa as informações analisadas anteriormente, verificando-se as mesmas tendências. Assim regista-se, nomeadamente, a importância das transferências do Tesouro, que geralmente se situaram acima dos 55% ou até ultrapassando a fasquia dos 60%. As excepções são os anos de 1891, 1896, 1903 e 1907. Deste modo, e apesar do peso relativo das transferências do Tesouro, elas não

explicam os picos verificados na evolução da receita nos anos de 1891, 1896 e 1903. Pelo contrário, é nestes anos que se apresentam mais diminuídas.

As receitas de bens móveis estavam geralmente abaixo dos 10%, excepto nos anos já indicados entre 1893 e 1897 e 1906 e 1907. Destes anos, destacam-se os de 1893-1894 e 1907, em que atingem praticamente os 30%, pelas razões atrás apontadas.

As receitas dos bens imóveis são as mais estáveis, rondando os 10% e sofrendo um ligeiro aumento coincidente com a retracção das receitas provenientes dos bens móveis.

**Gráfico XVIII** – Evolução das receitas ordinárias em valores percentuais do total da despesa 1889-1907



Passemos então à análise das receitas extraordinárias em preços constantes e em valores percentuais (Gráfico XIX e XX, respectivamente).

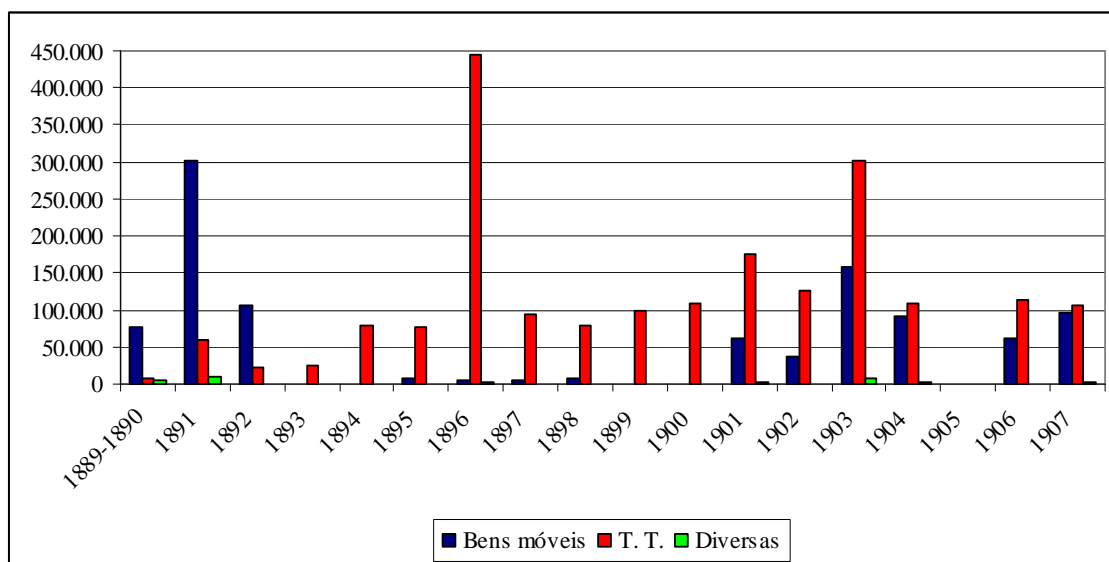
Destaca-se, em primeiro lugar, a expressividade quase nula das receitas diversas, surgindo com valores muito baixos em 1889-1890, 1891 e 1903, quer a preços constantes, quer em valores relativos. O aumento das receitas diversas no primeiro desses anos refere-se a reposições de verbas relativas ao vencimento do Visconde de Santa Mónica, Henrique O'Neill, antigo preceptor de D. Carlos. O segundo ano corresponde a acertos de contas entre a Administração da Casa Real e o Secretário Particular de D. Carlos, o Conde de São Mamede, que deixara de exercer esse ofício,



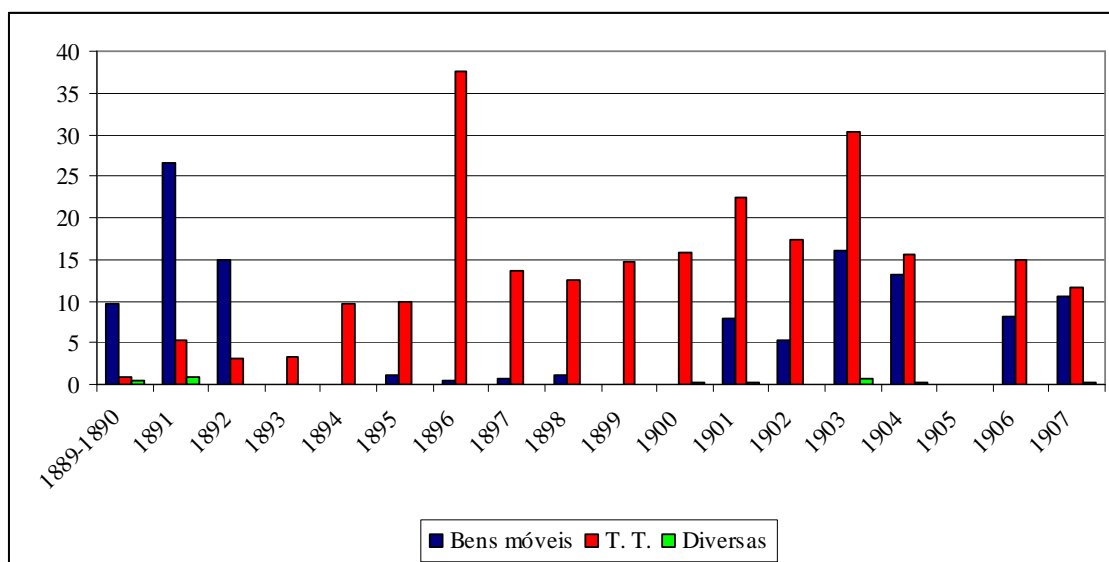
como vimos. É o ano em que estas receitas são mais elevadas, atingindo os 9 contos de réis (0.8%). Em 1903, para além de diversas reposições de verbas, contabilizaram-se também quase quatro contos em gratificações de hóspedes de Suas Majestades (0,6%).

**Gráfico XIX** – Evolução das receitas extraordinárias a preços constantes, 1889-1907<sup>975</sup>

1\$000 réis



**Gráfico XX** – Receitas extraordinárias em valores percentuais 1889-1907



<sup>975</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636.

As receitas extraordinárias de bens móveis referem-se essencialmente a levantamentos de depósitos, visto que a venda de moeda ou títulos nos anos de 1892 e 1903 foram praticamente insignificantes. Estas apresentaram um comportamento bastante irregular. Entre 1893 e 1900 o seu valor foi muito reduzido ou inexistente. Nos outros anos, destacaram-se sobretudo os de 1891, com cerca de 300 contos de réis (26,7%) e o de 1903, com mais de 150 contos de réis (16%). Embora não totalmente coincidente, esta evolução era muito semelhante à que encontramos na parte das despesas relativamente aos depósitos, com excepção dos anos de 1893 e 1894, em que os depósitos estiveram presentes nas despesas e não nas receitas. Mas mais importante é a diferença verificada nos valores desta categorias nas despesas e nas receitas. De facto, as receitas relativas a depósitos não foram tão elevadas quanto as despesas com os mesmos. Portanto, este aumento de receitas provenientes de depósitos foi anulado pelas despesas relativas a esta mesma categoria<sup>976</sup>.

As transferências extraordinárias do Tesouro, apesar de extraordinárias, apresentam um comportamento regular, uma vez que surgem em todos os anos do reinado de D. Carlos. Esta regularidade é um indicador da dependência da Casa Real destas verbas, que lhe permitiram equilibrar as despesas. Esta tendência foi agravada a partir de 1894. Até então, apenas em 1891 as transferências extraordinárias do Tesouro foram ligeiramente superiores a 50 contos de réis (5%). O ano de 1894 foi o ano de viragem, quando estas receitas foram sempre superiores a 10%. Relativamente aos valores máximos, se exceptuarmos os anos de 1896, 1901 e 1903, a tendência foi para não ultrapassarem os 127 contos de réis verificados em 1902 (17%).

Os anos de 1896, 1901 e 1903 foram aqueles em que as transferências extraordinárias do Tesouro atingiram os valores mais elevados: 445 contos (38%), 177 contos (22%) e 302 contos de réis (30%) respectivamente. A que se deveram estes picos?

O aumento verificado em 1901 e 1903 deveu-se sobretudo às importâncias cedidas pelo Tesouro Público para custear as despesas de representação. No primeiro ano, rondaram os 83 contos de réis destinados à viagem Régia às ilhas dos Açores e

---

<sup>976</sup> É difícil aprofundar a natureza destes movimentos, atendendo ao facto de as fontes não nos indicarem as datas destes movimentos, sendo apenas indicadas as entidades bancárias entre as quais foram efectuados. Ainda assim, apenas em 1892 não existe coincidência entre casas bancárias – são depositados valores no Banco Comercial e levantados no Montepio Geral.

Madeira nesse mesmo ano. Em 1903 essa importância ascendeu a cerca de 172 contos de réis e destinara-se a decorações no Palácio de Belém para a recepção dos Reis de Inglaterra e de Espanha, para a viagem do Rei D. Carlos a Londres e Paris e outras cerimónias de menor importância como as da imposição do barrete Cardinalício ou de manobras militares no Cacém. Efectivamente, foram nesses dois anos que as despesas de representação apresentaram os valores mais elevados, como se pode constatar no Quadro IX, e que apresenta os valores desta subcategoria ao longo do reinado de D. Carlos. Como se pode observar, os valores abonados para despesas de representação foram muito variáveis, sendo os mais elevados os já referidos anteriormente, de forma destacada.

**Quadro IX** – Transferências extraordinárias do Tesouro: abonos para despesas de representação, 1889-1907<sup>977</sup>

Anos	Preços correntes	Preços constantes
1889-1890	6.000,000	6.976,744
1892	18.036,850	21.219,820
1894	11.000,000	12.359,550
1895	17,840	21,238
1896	1.996,080	2.348,329
1897	12.500,000	13.586,960
1898	4.000,000	4.166,667
1899	9.000,000	9.574,468
1900	13.000,000	14.285,710
1901	75.000,000	83.333,330
1902	6.854,873	7.879,164
1903	154.807,400	172.008,200
1904	16.975,470	17.682,780
1906	36.809,300	38.746,630
1907	34.500,000	36.315,790
Total	400.497,813	440.505,380

No entanto, só por si, esta subcategoria não explica o pico referente às transferências extraordinárias do Tesouro Público verificado em 1896, quando os abonos para despesas de representação se cifraram em pouco mais de dois contos de

---

<sup>977</sup> Discriminação da receita e despesa da Administração da Fazenda da Casa Real relativa aos anos de 1889-1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906, 1907 [Lisboa], [1891-1908], IANTT, Casa Real, caixas 5585, 5624, 5660, 5699, 5740, 5781, 5818, 5852, 5885, 5917, 5951, 5990, 6028, 6065, 6100, 6183, 6224. Todas as caixas entre as 6100 e 6183 foram consultadas, sem se encontrar a contabilidade referente a 1905.

réis. De igualmente modo, os abonos para despesas de representação não explicam a presença regular desta categoria ao longo do reinado de D. Carlos, que se tornou inclusive mais significativa sobretudo a partir de 1894, como vimos.

Efectivamente, em 1896 fora efectuada uma transferência extraordinária, respeitante a uma liquidação de contas entre a Casa Real e o Tesouro e que ascendeu a cerca de 403 contos de réis. Não fora a primeira vez que uma transferência deste tipo ocorrera, mas nunca registara um valor tão elevado, como se pode constatar no Quadro X.

**Quadro X** – Transferências extraordinárias do Tesouro: Liquidação de Contas entre a Casa Real e o Tesouro Público<sup>978</sup>

Anos	Preços correntes	Preços constantes
1891	50.000,000	60.240,960
1895	35.000,000	41.666,670
1896	343.047,400	403.585,200
1897	42.000,000	45.652,170
1898	42.000,000	43.750,000
1899	54.000,000	57.446,810
1900	54.000,000	59.340,660
1901	54.000,000	60.000,000
1902	54.000,000	62.068,970
1903	54.000,000	60.000,000
1904	54.000,000	56.250,000
1906	27.000,000	28.421,050
Total	863.047,400	978.422,490

A que se deviam, afinal, estes montantes? De acordo com a contabilidade da Casa Real, estas verbas eram justificadas por várias portarias e decretos. A transferência de 1891, de 50 contos de réis a preços correntes fora justificada pela Portaria de 22 de Novembro de 1879, pela qual fora nomeada uma comissão para averiguar as contas entre a Casa Real e o Tesouro Público, e que ainda não concluía os seus trabalhos. A Administração da Casa Real apoiava-se no facto de considerar o Estado devedor à Casa

---

<sup>978</sup> Discriminação da receita e despesa da Administração da Fazenda da Casa Real relativa aos anos de 1889-1890, 1891, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906, 1907 [Lisboa], [1891-1908], IANTT, Casa Real, caixas 5585, 5624, 5740, 5781, 5818, 5852, 5885, 5917, 5951, 5990, 6028, 6065, 6100, 6183, 6224. Todas as caixas entre as 6100 e 6183 foram consultadas, sem se encontrar a contabilidade referente a 1905.

Real em 93.816\$543, para pedir adiantamentos ou suprimentos, que eram efectivamente concedidos e assim justificados. Todavia, o relatório com o objectivo de liquidar as Contas entre a Casa Real e o Tesouro Público, elaborado pela Comissão de Sindicância em 1915, era de opinião que a Casa Real já teria recebido um empréstimo de 130 contos de réis relativo a essa liquidação de contas, embora sem indicar em que ano, nem em que circunstâncias<sup>979</sup>.

Em 1895 as liquidações de contas cifraram-se em 35 contos de réis (preços correntes), tendo a sua transferência sido autorizada por despacho ministerial de 4 de Março de 1895. Esse despacho tinha tido origem no ofício dirigido ao Ministro da Fazenda, Hintze Ribeiro, pelo Administrador da Fazenda da Casa Real. Segundo este, a Comissão formada em 1879, acima referida, verificara a existência de um saldo positivo a favor desta correspondente a 401.980\$381 contos de réis, que deveria ser submetido à sanção parlamentar, o que não se verificou. Por isso, enquanto tal não acontecesse, e atendendo às difíceis condições em que se encontrava a Fazenda da Casa Real, solicitava ao Ministério da Fazenda que os 30 contos de réis abonados nesse ano, dos quais não se verifica a entrada na contabilidade da Casa Real, fossem apenas liquidados quando se efectuasse o apuramento definitivo das contas entre Estado e Casa Real. Solicitava igualmente que enquanto não fosse aprovada definitivamente a liquidação de contas, o Ministério da Fazenda abonasse a Administração da Casa Real em três contos e meio mensais, por conta da cedência de 20% da dotação régia concedida a partir de 1892, a contar desde esse mesmo mês, perfazendo os 35 contos abonados nesse ano, uma vez que corresponderiam apenas a 10 meses. Hintze Ribeiro despachou as pretensões do Administrador da Fazenda da Casa Real favoravelmente nesse mesmo dia<sup>980</sup>. Duas ideias devem ser realçadas relativamente a este ponto. Por um lado, a consciência por parte da Administração da Fazenda da Casa Real de que a cedência de 20% da dotação régia a partir de 1892 causara um desequilíbrio financeiro na mesma, servindo também de pretexto para o pedido de novos adiantamentos. A isto respondia Hintze Ribeiro que essa dedução não provinha da lei, constituindo um acto voluntário do Chefe de Estado “*que pode, quando assim o entender, reclamar que a sua dotação lhe seja satisfeita por completo, e tal como lhe foi votada pelas cortes e se acha descrita*

---

<sup>979</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910 (...)*, p. 11.

<sup>980</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910 (...)*, doc. 37 (s.p.)

no *Orçamento Geral do Estado*”<sup>981</sup>. A outra ideia é a de que as contas apuradas pela comissão nomeada pela portaria de 22 de Novembro de 1879 teriam de ser submetidas à apreciação e resolução parlamentar, o que não sucedeu, demonstrando a falta de vontade política de resolver a situação financeira da Casa Real.

Os anos de 1897 e 1898 apresentavam valores de 42 contos em preços correntes e correspondem ao que fora decidido por despacho ministerial de 4 de Março de 1895, nomeadamente a atribuição de três contos e meio mensais. Em 1899, o então Ministro da Fazenda, Manuel Afonso Espregueira, autoriza o aumento dessa quantia para quatro contos e meio mensais, o que totalizaria os 54 contos anuais, que foram concedidos até 1904<sup>982</sup>. Repare-se que o Rei deixara de ceder os 20% da dotação desde 1900.

Em 1906 são transferidos ainda 27 contos como liquidação de contas, embora no relatório elaborado pela Comissão não surja qualquer indicação nesse sentido.

Falta-nos analisar o ano de 1896, no qual o valor da liquidação de Contas entre Casa Real e o Tesouro Público cifrou-se acima dos 343 contos de réis em preços correntes, o que explica o aumento significativo das receitas nesse mesmo ano relativamente aos restantes. Para além de terem sido justificados quer com a portaria de 22 de Novembro de 1879 e o despacho Ministerial de 1895, eram-no também com a lei de 13 de Maio de 1896. Esta lei era a da autorização da cobrança de impostos e outros rendimentos públicos relativo ao ano económico de 1896 e 1897 e da aplicação do seu resultado às despesas do Estado, ou seja, o diploma orçamental rectificado de receita e despesa do Estado para o ano económico de 1896-1897. Embora não mencionasse a Casa Real, o artigo 27º desta lei autorizava a restituição dos valores arrecadados nos cofres do Tesouro Público, a título de impostos ou receitas referentes a bens nacionais que a Fazenda tenha recebido, sem direito a essa arrecadação desde o ano de 1881-1882 inclusive<sup>983</sup>. Esta lei fora reforçada pela de 12 de Junho de 1901, o diploma orçamental rectificado de receita e despesa do Estado para o ano económico de 1901-1902, aludido também no decreto de 30 de Agosto de 1907, que explicita que o Governo estava autorizado a pagar “à *Administração da Fazenda da Casa Real a importância das*

---

<sup>981</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910* (...), doc. 37 (s.p.)

<sup>982</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910* (...), p. 16.

<sup>983</sup> Lei de autorização da cobrança dos impostos e demais rendimentos públicos relativos ao exercício de 1896-1897 e a aplicação do seu produto às despesas do Estado, 13 de Maio de 1895, *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa, Ano de 1896*, p. 276 – 281.

*rendas dos prédios pertencentes à mesma Casa e que o Estado usufrui para diversos serviços públicos*”<sup>984</sup>.

Portanto, os 343 contos em preços correntes correspondiam à devolução de receitas arrecadadas indevidamente com bens da Coroa na posse do Estado. Esta questão já havia sido colocada em 1894, em consequência da cedência de parte da dotação régia a partir de 1892. A 5 de Outubro de 1894, o Ministro da Fazenda Hintze Ribeiro decidira que da cedência de 20% da dotação fizesse parte o valor das rendas de edifícios da Coroa no usufruto do Estado e que ascendiam a 27.654\$000 réis<sup>985</sup>. Portanto, os 343 contos de réis corresponderiam à devolução dos cerca de 27 contos anuais referentes ao valor das rendas de edifícios da Coroa no usufruto do Estado entre o ano económico de 1881-1882 e 1893<sup>986</sup>. A partir de 1894 e até 1907, a Casa Real receberá anualmente do Tesouro Público uma quantia referente a estas rendas, habitualmente de 29 contos de réis anuais (preços correntes), à excepção do ano de 1906, que se elevam a cerca de 43 contos de réis. Todavia, quer este ano, quer o de 1907 eram justificados por decretos de João Franco de 30 de Julho de 1906 e 13 de Julho de 1907, embora a quantia referida fosse de 28.904\$000<sup>987</sup>.

Em conclusão, a enorme transferência efectuada pelo Tesouro Público para a Fazenda da Casa Real afigura-se como uma primeira tentativa de resolver os seus problemas financeiros, ainda que de forma não oficial como a que teve lugar através da publicação do decreto de 30 de Agosto de 1907, saldando-se a dívida que o Tesouro Público teria para consigo respeitantes a estas rendas.

---

<sup>984</sup> Lei autorizando a cobrança dos impostos e demais rendimentos públicos no exercício de 1901-1902 e a aplicação do seu produto às despesas do Estado correspondentes ao mesmo exercício, *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa, Ano de 1901*, pp. 186-198.

<sup>985</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910* (...), doc. 30 (s.p.). Este documento refere “as rendas de diversos edifícios no usufruto da Coroa, mas de que actualmente a Fazenda Nacional está de posse”. No entanto, nos recibos emitidos pela Casa Real (docs. 31 a 36 do mesmo relatório referem a “renda dos bens da Coroa, actualmente usufruídos pelo Estado”.

<sup>986</sup> Não há indicação em nenhuma das fontes a que anos dizem respeito. Os cerca de 27 contos anuais totalizariam pouco mais de 11 anos, um número inferior aos 11 anos e meio verificados entre 1881-1882 e 1893.

<sup>987</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910* (...), p. 28

**Quadro XI** – Transferências extraordinárias do Tesouro: Rendas de edifícios da Coroa no usufruto do Estado<sup>988</sup>

<b>Anos</b>	<b>Preços correntes</b>	<b>Preços constantes</b>
1894	13.827,000	15.535,955
1895	28.278,996	33.665,471
1896	28.903,992	34.004,696
1897	28.903,992	31.417,383
1898	28.903,992	30.108,325
1899	28.903,992	30.748,928
1900	28.903,992	31.762,629
1901	28.903,992	32.115,547
1902	28.903,992	33.222,979
1903	28.903,992	32.115,547
1904	28.903,992	30.108,325
1906	43.355,996	45.637,891
1907	28.904,000	30.425,263
Total	374.501,920	410.868,939

Para além dos abonos referentes a despesas de representação, à liquidação de contas entre a Casa Real e o Tesouro Público e às rendas dos edifícios da Coroa no usufruto do Estado existem outras receitas extraordinárias, assim mencionadas na documentação, também provenientes do Tesouro Público (Quadro XII). Foram atribuídas essencialmente entre 1893 e 1904 e apresentavam valores bastante variáveis entre si. São tendencialmente baixas, à excepção dos anos de 1893, 1894, 1902, 1903, e 1907, que apresentam sempre valores superiores a 24 contos de réis, atingindo os 50 contos em 1894.

---

<sup>988</sup> Discriminação da receita e despesa da Administração da Fazenda da Casa Real relativa aos anos de 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906, 1907 [Lisboa], [1894-1908], IANTT, Casa Real, caixas 5781, 5818, 5852, 5885, 5917, 5951, 5990, 6028, 6065, 6100, 6183, 6224. Todas as caixas entre as 6100 e 6183 foram consultadas, sem se encontrar a contabilidade referente a 1905.



**Quadro XII** – Transferências Extraordinárias do Tesouro: abonos  
extraordinários<sup>989</sup>

Anos	Preços correntes	Preços constantess
1893	21.000,000	24.137,930
1894	45.000,000	50.561,800
1895	500,000	595,238
1896	4.020,000	4.729,412
1897	3.291,250	3.577,446
1899	500,000	531,915
1900	2.500,000	2.747,253
1901	1.065,700	1.184,111
1902	20.759,530	23.861,530
1903	33.930,180	37.700,200
1904	3.500,000	3.645,833
1907	26.666,660	28.070,170
	12.000,000	12.631,580
Total	174.733,320	193.974,418

Segundo as informações da contabilidade, a quantia verificada em 1893 dizia respeito a suprimentos extraordinários em conta corrente com o Tesouro Público, por conta da dotação. Os adiantamentos, pedidos por duas tranches (uma de dez contos, a outra de 11 contos de réis) destinavam-se, segundo o Administrador da Fazenda, a “*harmonizar melhor os negócios desta Administração*”<sup>990</sup>. Em 1894 a situação foi idêntica, dizendo também respeito a suprimentos extraordinários em conta corrente com o Tesouro Público, embora no relatório não fossem avançadas quaisquer explicações quanto à necessidade dos mesmos, justificando-se apenas pelo facto de já terem sido pedidos adiantamentos semelhantes no ano anterior<sup>991</sup>. Os 500\$000 pedidos em 1895 por ordem do Rei destinavam-se ao Governador Civil de Santarém, para prestar socorro às vítimas das inundações em Santarém<sup>992</sup>. Em 1896, 90\$000 correspondiam a abonos para o pagamento dos terrenos expropriados para uma abertura de estrada em São Pedro do Sul<sup>993</sup>, a que se somavam 3930 correspondentes a três diferentes verbas: 530\$000

<sup>989</sup> Discriminação da receita e despesa da Administração da Fazenda da Casa Real relativa aos anos de 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906, [Lisboa], [1893-1908], IANTT, Casa Real, caixas 5740, 5781, 5818, 5852, 5885, 5951, 5990, 6028, 6065, 6100, 6183. Todas as caixas entre as 6100 e 6183 foram consultadas, sem se encontrar a contabilidade referente a 1905.

<sup>990</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910* (...), docs. 19 e 20 (s.p.).

<sup>991</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910* (...), docs. 21, 26 e 27 (s.p.)

<sup>992</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910* (...), p. 14.

<sup>993</sup> Não se encontra indicada no relatório.

para embolsar o Rei da importância subscrita para auxílio das vítimas do incêndio do *Club Artístico* de Santarém; 800\$000 para embolsar o Rei da quantia com que contribuiu para as famílias dos inundados em Ponta Delgada e 2.320\$241 relativas às despesas em viagem do Conde de Arnoso, como oficial às ordens<sup>994</sup>. Em 1897, 2741\$250 dizem respeito ao reembolso de despesas por ocasião do casamento do Príncipe de Nápoles com a Princesa de Montenegro, ao qual acresciam 500\$00 destinadas a uma Comissão no Porto<sup>995</sup>.

A partir desta data, as quantias relativas às receitas extraordinárias não encontram correspondência com o relatório, à excepção do ano de 1902, que corresponderiam à soma de 17600\$000 destinados à compra do palacete na Rua de Santo António à Estrela pelos serviços prestados por D. Isabel Saldanha da Gama como Dama dos Príncipes e 3159\$533 destinados ao pagamento de um jantar à embaixada inglesa no ano de 1901. De qualquer das formas e como se verificou, o destino dado a estas transferências extraordinárias do Tesouro Público era variável, embora se destinassem a fazer face a despesas também elas extraordinárias ou então a equilibrar as finanças da Casa Real, como acontecera em 1893 e 1894.

Em 1907, os 26.666\$666 dizem respeito ao custeio de obras nos Palácios Reais e os 12 contos de réis para obras no Aqueduto em Queluz. Repare-se que nesse ano fora decretado por João Franco uma quantia de 39.999\$990 réis, a 30 de Agosto de 1907, embora sem qualquer indicação de qual o fim a que se destinavam<sup>996</sup>.

Em suma, as transferências extraordinárias do Tesouro, além do seu carácter regular ao longo do período, são também bastante significativas a nível quantitativo, totalizando mais de mil e oitocentos contos de réis. Mesmo não considerando os abonos destinados às despesas de representação do Estado que deveriam recair sobre este – tal como o decreto de 30 de Agosto de 1907 confirmava, as transferências extraordinárias do Tesouro continuavam bastante elevadas, uma vez que os abonos relativos às despesas de representação eram a categoria que apresentava os valores mais diminutos.

---

<sup>994</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910 (...)*, pp. 14 e 15. Há uma diferença de 241 réis entre o valor apresentado no relatório e a documentação da Casa Real.

<sup>995</sup> Apenas a primeira verba se encontra referenciada no relatório. *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910 (...)*, p. 15

<sup>996</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910 (...)*, p. 28.

Repare-se também que este total não é coincidente nem com o decreto de 30 de Agosto de 1907, nem com o relatório publicado em 1915. De facto, o valor registado pela contabilidade da Casa Real faz ascender os adiantamentos à Casa Real a mais do dobro dos apresentados no decreto e em menos de metade do valor apresentado pelo relatório exclusivamente a D. Carlos, pois se tomarmos em consideração as dívidas dos outros membros da Família Real, a diferença seria bastante superior. O que não é nenhuma surpresa, uma vez que, e como já referimos anteriormente, quer um, quer outro, traduziam uma vontade política diferente e necessária para o contexto no qual foram produzidos.

**Quadro XIII – Totais das transferências extraordinárias do Tesouro,**

1889-1907<sup>997</sup>

	Preços correntes	Preços Constantes
Abonos para despesas de representação	400.497,81	440.505,38
Liquidação de Contas	863.047,40	978.422,49
Rendas	374.501,92	410.868,94
Abonos extraordinários	174.733,32	193.974,42
Total	1.812.780,45	2.023.771,23

A principal conclusão a que chegámos da análise das receitas é a extrema dependência que a Casa Real tinha das transferências do Tesouro Público, fossem essas ordinárias (a dotação) ou as extraordinárias. A dotação representava em média 59% do total da receita que somada à media de 14% apresentada pelas transferências extraordinárias, representava 73% do total das receitas, havendo anos em que esse patamar foi ultrapassado, a partir de 1896. Ou seja, ainda que as transferências ordinárias do Tesouro fossem bastante significativas, não eram suficientes, sendo necessário recorrer regularmente a transferências extraordinárias para fazer face às despesas. Isto porque as outras fontes de receitas, quer ordinárias, quer extraordinárias eram muito reduzidas.

---

<sup>997</sup> Discriminação da receita e despesa da Administração da Fazenda da Casa Real relativa aos anos de 1889-1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906, 1907 [Lisboa], [1891-1908], IANTT, Casa Real, caixas 5585, 5624, 5660, 5699, 5740, 5781, 5818, 5852, 5885, 5917, 5951, 5990, 6028, 6065, 6100, 6183, 6224. Todas as caixas entre as 6100 e 6183 foram consultadas, sem se encontrar a contabilidade referente a 1905.

As receitas provenientes de bens móveis apresentaram valores algo significativos mas bastante inferiores, uma vez que na maior parte dos anos rondaram apenas os 10%, relativamente às receitas ordinárias. As extraordinárias provenientes dos bens móveis, nomeadamente os depósitos, foram até 1892 e a partir de 1901 mais significativas mas, como vimos anteriormente, esta evolução reflectiu os fluxos dos depósitos na parte respeitante às despesas, anulando o seu efeito. Este fenómeno é bastante evidente em 1891, quando se verifica pico muito significativo, referente aos depósitos, quer nas receitas, quer nas despesas.

Quanto às receitas de bens imóveis, apenas ordinárias, o seu peso era igualmente reduzido, rondando a média de 7% no conjunto total das receitas, não cobrindo as despesas com esta mesma categoria.

A dependência das receitas provenientes do Tesouro Público e os fracos rendimentos dos seus bens imóveis e móveis ditaram não só o progressivo aumento das transferências extraordinárias do Tesouro, pelo menos até 1903, como também a cessão da sua própria liquidação, uma vez que 1896 é o último ano em que se verifica o pagamento de adiantamentos ao Tesouro Público. Deste então, nenhum outro pagamento de adiantamentos se verificou, embora continuando a existir transferências extraordinárias, respeitantes a liquidação de contas ou a abonos extraordinários. A grave situação financeira da Casa Real não só a fazia estar dependentes desses adiantamentos, como a impedia de os saldar.

Finalmente, resta-nos apenas comparar as despesas e receitas ordinárias e as despesas e receitas extraordinárias (Gráficos XXI e XXII), de modo a complementar a conclusão acerca da situação financeira da Fazenda da Casa Real.

Como se pode observar, no início do reinado as receitas ordinárias estiveram acima das despesas. No entanto, a partir de 1896 dá-se uma inversão dessa tendência, começando as despesas a serem superiores às receitas.

As receitas ordinárias eram essencialmente provenientes da dotação régia, uma vez que as que tinham origem nos bens móveis e imóveis eram bastante reduzidas, especialmente destes últimos. As receitas de bens móveis conseguiam por vezes ter alguma expressão, devendo-se na maior parte dos casos ao recurso ao crédito bancário, bem como aos juros e dividendos de Companhias e fundos. Todavia, e na generalidade, o crédito bancário atingiu geralmente valores mais expressivos, à excepção do período

entre 1900 e 1904. Por outro lado, as despesas ordinárias eram constituídas, na sua larga maioria, por um conjunto de dispêndios referentes ao próprio funcionamento institucional da Casa Real, que, pela sua própria natureza, se tornavam incontornáveis, apesar da tentativa de algumas reformas que intentaram a economia dos seus gastos. Era, portanto, necessário, recorrer a receitas extraordinárias, sobretudo a partir de 1897, para conseguir equilibrar a situação financeira da instituição.

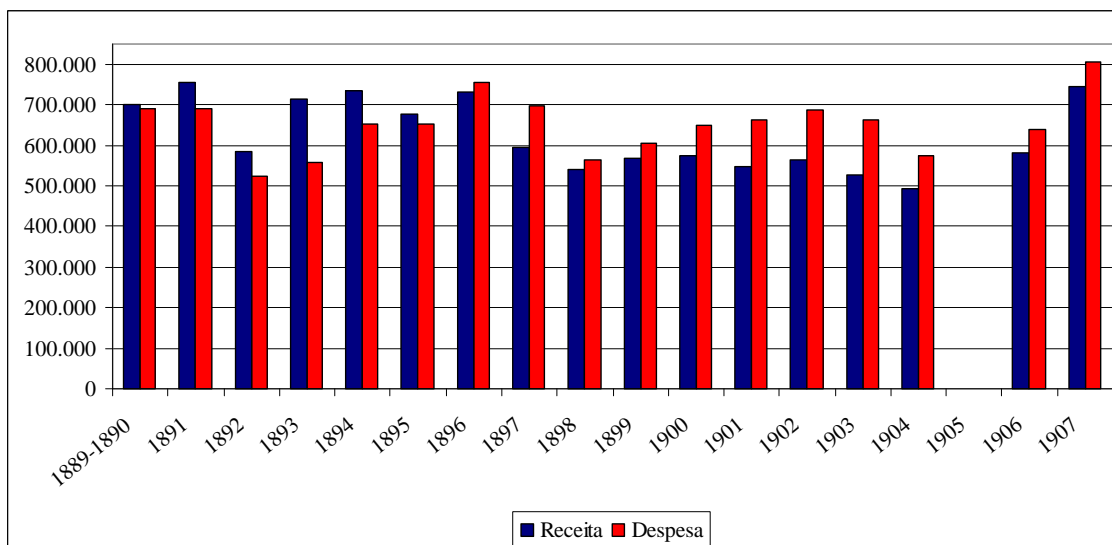
As receitas extraordinárias foram geralmente superiores às despesas extraordinárias, à excepção dos primeiros anos do reinado, nomeadamente até 1895, reflectindo inversamente o que acontecia nas receitas e despesas ordinárias. Portanto, quando as receitas ordinárias deixaram de conseguir saldar as despesas ordinárias, foi necessário recorrer às receitas extraordinárias, sobretudo através de dois modos: ou do levantamento de juros ou de quantias em depósito em instituições bancárias ou aos adiantamentos do Tesouro Público. Todavia, tendo os depósitos um comportamento directamente proporcional nas receitas e despesas, o que sobressai, nas receitas extraordinárias é a necessidade ao recurso de adiantamentos e outros abonos por parte do Tesouro Público.

É esta situação que explica os picos verificados em 1891, 1896 e 1903, denunciados já na evolução total das receitas e despesas da Casa Real (Gráfico IV). Em 1891, ao aumento da receita proveniente de depósitos corresponde ao aumento da despesa com esta mesma categoria, favorecido com a valorização dos preços verificada nesse ano. Em 1896, a explicação reside nas transferências de e para o Tesouro Público, devido à liquidação das contas entre a Casa Real e aquele. A Casa Real recebeu as rendas referente aos bens da Coroa no usufruto do Estado, aproveitando para liquidar adiantamentos efectuados anteriormente pelo Tesouro. Em 1903, o aumento das receitas e das despesas reflectiu tanto o efeito dos depósitos, ainda que em menor escala relativamente a 1891, como das transferências do Tesouro Público, que sofreram um aumento significativo com despesas de representação relacionadas com visitas estatais, as quais serão abordadas no capítulo seguinte.

**Gráfico XXI** – Evolução das receitas e despesas ordinárias a preços constantes,

1889-1907<sup>998</sup>

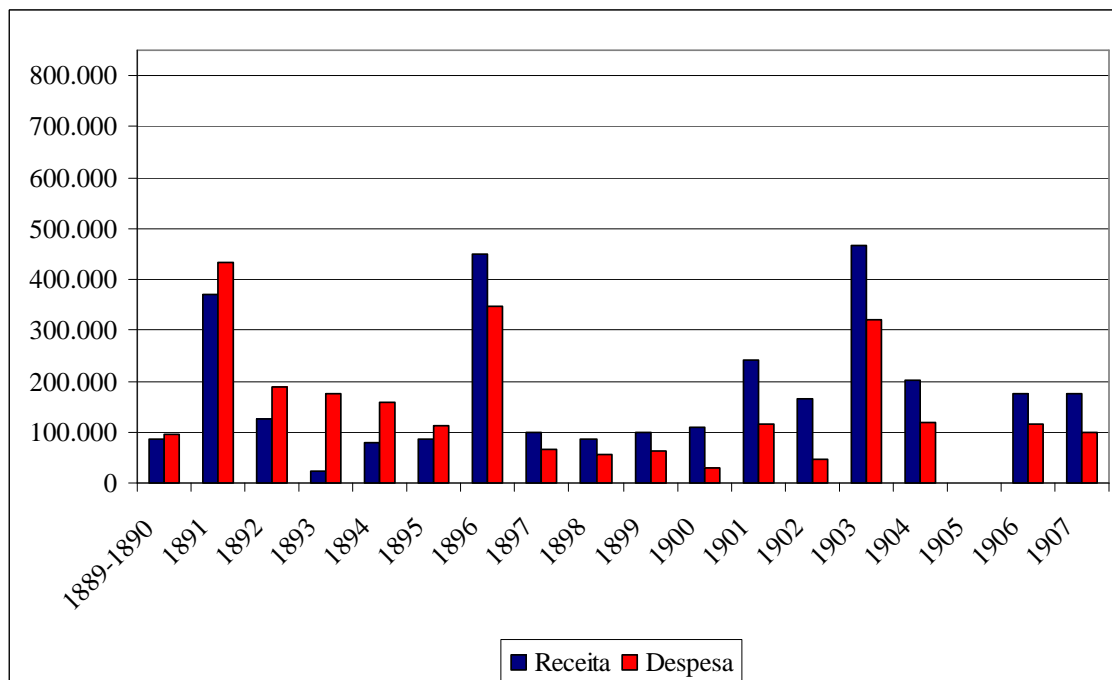
1\$000 réis



**Gráfico XXII** – Evolução das despesas e receitas extraordinárias a preços constantes,

1889-1907<sup>999</sup>

1\$000 réis



<sup>998</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, pp. 635 e 636.

<sup>999</sup> Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636.

Falta, para terminar, responder a algumas questões, nomeadamente, qual o peso das transferências do tesouro não só na despesa total do Estado, como na despesa do Ministério da Fazenda, o ministério através do qual era financiada a Casa Real? Comparativamente a outras instituições, as despesas da Casa Real eram ou não elevadas? Quanto custava a cada cidadão o financiamento da Casa Real?

Para uma resposta cabal a estas interrogações, às transferências anuais do Tesouro para a Administração da Fazenda da Casa Real, seria necessário somar igualmente as dotações das Rainhas e do Infante D. Afonso, que ascendiam a 130 contos anuais. É certo existiram e que ascenderam, segundo o relatório elaborado em 1915 a 1.992.829\$164 réis em preços correntes, dos quais teriam sido pagos apenas 301.167\$861, também a valores correntes<sup>1000</sup>. No entanto, pela impossibilidade de apresentar a sua distribuição anualmente, não os incluímos.

Como se pode observar, a percentagem que o Estado despendia com o financiamento da Casa Real era bastante reduzida, rondando quase sempre 1%. O ano de 1896 foi efectivamente o ano mais dispendioso e, ainda assim, correspondeu apenas a 1,61%, sendo que a média se cifrava em 1,12%. Se compararmos com o orçamento do Ministério da Fazenda, as diferenças não são muito significativas, até porque este Ministério era o que tinha o maior peso no total da despesa do Estado. O ano de 1896 foi o que apresentou também uma maior percentagem, superando os 4%. No entanto, a maior parte dos anos não atingiu sequer os 2,5%, valor que correspondia à média.

---

<sup>1000</sup> *Adiantamentos à família real portuguesa deposta em 5 de Outubro de 1910 (...)*, pp. 6-7.

**Quadro XIV – Comparação entre as transferências ordinárias e extraordinárias do Tesouro e as despesas totais do Estado e do Ministério da Fazenda a preços constantes, 1890-1907<sup>1001</sup>**

	Transferências do Tesouro para a Casa Real	Despesas		% das Despesas	
		Estado	Fazenda	Estado	Fazenda
1890	653.488,372	61.046.511,628	23.650.000,000	1,07	2,76
1891	730.120,422	63.855.421,687	23.655.000,000	1,14	3,09
1892	647.102,106	60.588.235,294	24.225.000,000	1,07	2,67
1893	634.482,703	54.022.988,506	23.490.000,000	1,17	2,70
1894	675.086,517	53.370.786,517	24.475.000,000	1,26	2,76
1895	708.091,471	61.904.761,905	23.940.000,000	1,14	2,96
1896	1.070.549,967	66.470.588,235	25.500.000,000	1,61	4,20
1897	671.407,872	63.043.478,261	28.520.000,000	1,06	2,35
1898	631.149,992	59.375.000,000	30.240.000,000	1,06	2,09
1899	663.195,736	62.765.957,447	31.020.000,000	1,06	2,14
1900	691.652,738	64.835.164,835	30.940.000,000	1,07	2,24
1901	766.632,991	63.333.333,333	30.600.000,000	1,21	2,51
1902	737.377,466	67.816.091,954	30.450.000,000	1,09	2,42
1903	891.823,969	67.777.777,778	32.850.000,000	1,32	2,71
1904	661.853,606	64.583.333,333	35.520.000,000	1,02	1,86
1905	552.631,579	66.315.789,474	35.150.000,000	0,83	1,57
1906	718.770,480	66.842.105,263	34.675.000,000	1,08	2,07
1907	665.863,853	73.684.210,526	35.150.000,000	0,90	1,89
Média	709.515,658	63.423.974,221	29.113.888,889	1,12	2,50

Embora a natureza das despesas dos ministérios e da Casa Real seja diferente, interessa-nos comparar os seus valores e a sua evolução de modo a formar uma ideia da importância relativa dos gastos desta última<sup>1002</sup>.

<sup>1001</sup> As transferências do Tesouro correspondem aos dados apresentados na contabilidade da Administração da Casa Real, constituídas pelas receitas ordinárias e extraordinárias, às quais foram acrescentadas as dotações da Rainha D. Maria Pia, D. Afonso e D. Amélia, esta a partir de 1892, visto estar incluída nos anos de 1890 e 1891. Para o ano de 1905 foram apenas consideradas dotações. Para as despesas do Estado e do Ministério da Fazenda, os dados apresentados em anos civis foram calculados a partir dos anos económicos. Utilizado o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 634–636.

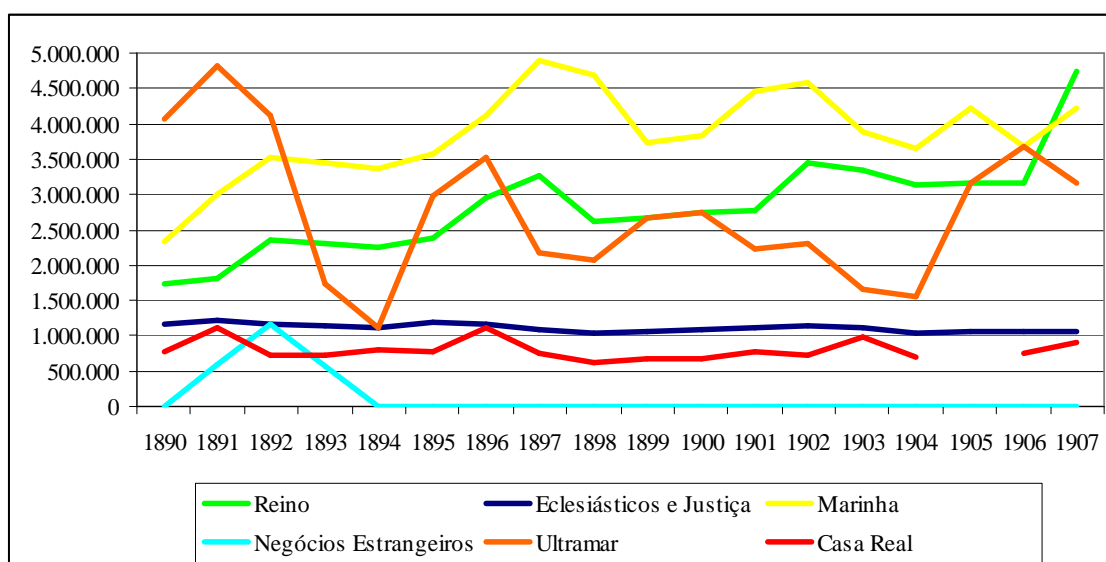
<sup>1002</sup> Discriminação da receita e despesa da Administração da Fazenda da Casa Real relativa aos anos de 1889-1890, 1891, 1892, 1893, 1894, 1895, 1896, 1897, 1898, 1899, 1900, 1901, 1902, 1903, 1904, 1906, 1907 [Lisboa], [1891-1908], IANTT, Casa Real, caixas 5585, 5624, 5660, 5699, 5740, 5781, 5818, 5852, 5885, 5917, 5951, 5990, 6028, 6065, 6100, 6183, 6224. Os valores relativos aos ministérios baseiam-se na Conta Geral da Administração do Estado, entre 1889-1890 1896-1897. Posteriormente a esta data, como só foram publicadas Contas provisórias, os dados entre 1897-1898 a 1902-1903 foram obtidos nos *Anuários Estatísticos de 1900 e 1903*, por se supor que correspondem ao apuramento definitivo destes anos; entre 1903-1904 e 1905-1906 as informações provêm das contas provisórias e as de 1906-1907 da retrospectiva publicada na *Conta Geral da Administração Financeira do Estado de 1907-1908*. MATA,



De acordo com o Gráfico XXIII, as despesas daquela mantiveram-se abaixo do nível apresentado pela maior parte dos Ministérios, à excepção dos Negócios Estrangeiros, ainda que este a ultrapassasse no ano de 1892. Além disso, as despesas da Casa Real foram as que, juntamente com o Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça apresentaram maior estabilidade na sua evolução ao longo do reinado de D. Carlos.

**Gráfico XXIII** – Despesas da Casa Real em comparação com as despesas dos Ministérios a preços constantes, 1890 – 1907<sup>1003</sup>

1\$000 réis



Para além da comparação com os Ministérios, considerámos importante confrontar também os gastos da Casa Real com as despesas de outros órgãos de poder, nomeadamente o poder Judicial e o Legislativo (Gráfico XXIV). Os valores

---

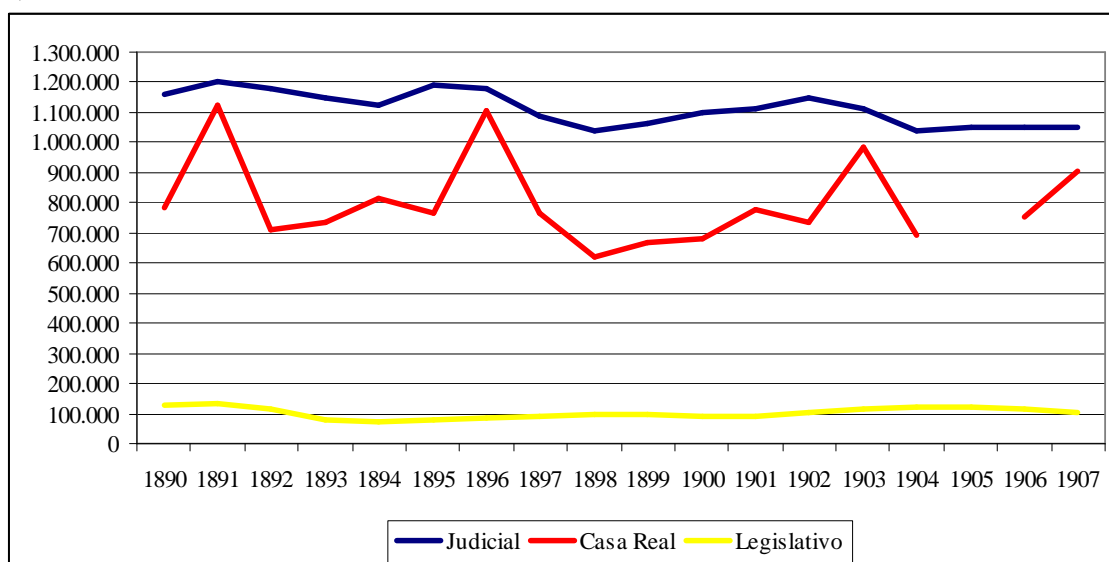
Maria Eugénia, *As finanças públicas portuguesas da Regeneração à primeira guerra mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, 1993. Foi necessário proceder igualmente à transformação do ano económico em ano civil, nos dados relativos aos ministérios. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 681, 682, e 686.

<sup>1003</sup> Foram apenas seleccionados os Ministérios com despesas abaixo dos 5.000.000\$000, de forma a permitir uma comparação dentro dos mesmos níveis de grandeza e, por isso, mais pormenorizada. Ficaram de fora os Ministérios da Fazenda, Guerra e Obras Públicas. O Ministério da Educação, por ter uma duração efémera durante o reinado de D. Carlos, também não foi considerado. Utilizando o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Lisboa, INE, 2001, vol. 1, pp. 635 e 636.

apresentados para o primeiro correspondem às despesas do Ministério dos Eclesiásticos e de Justiça<sup>1004</sup>. É certo que englobam gastos com dioceses e ordens religiosas, mas não incluem alguns tribunais, como o Supremo Tribunal Administrativo, os Tribunais Administrativos Centrais (que pertenciam ao Ministério do Reino) e o Tribunal de Contas (Ministério da Fazenda). Os valores referentes ao poder Legislativo correspondem às despesas das Cortes incluídas nas despesas do Ministério da Fazenda<sup>1005</sup>.

**Gráfico XXIV – Despesas dos poderes Moderador, Judicial e Legislativo em preços constantes, 1890 – 1907 (valores de 1914)**<sup>1006</sup>

1\$000 réis



<sup>1004</sup> VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 681e 682. Foi necessário proceder à transformação do ano económico em ano civil.

<sup>1005</sup> Utilizou-se o mesmo método de selecção de fontes apresentado por Eugénia Mata. Entre 1889-1890 e 1896-1897 com base nas *Contas Gerais da Administração Financeira do Estado*. Posteriormente a esta data, como só foram publicadas Contas provisórias, os dados entre 1897-1898 a 1902-1903 com base nos *Anuários Estatísticos de 1900 e 1903*, por se supor que correspondem ao apuramento definitivo destes anos; entre 1903-1904 e 1905-1906 com base às contas provisórias e 1906-1907 com base na retrospectiva publicada na *Conta Geral da Administração Financeira do Estado de 1907-1908*. MATA, Maria Eugénia, *As finanças públicas portuguesas da Regeneração à primeira guerra mundial*. Foi necessário proceder igualmente à transformação do ano económico em ano civil, nos dados relativos aos ministérios. *Contas Gerais da Administração Financeira do Estado na Metrópole, 1889-1890 a 1896-1897, 1907-1908*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890-1908; *Anuários Estatísticos de Portugal, 1900 e 1903*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907 e Leis de 27 de Junho de 1903, 24 de Novembro de 1904 e Portaria de 27 de Junho de 1905, *Collecção Oficial de Legislação*.

<sup>1006</sup> Utilizado o índice de preços que tem como base 100 o ano de 1914. VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 635 e 636.

Como se pode observar, as despesas da Casa Real, que podemos considerar como correspondentes às do poder Moderador, situam-se muito acima das do poder Legislativo e abaixo das do poder Judicial, das quais se aproximam mais. As despesas do poder Legislativo não apresentam os picos de aumento tão acentuados como as despesas dos outros dois poderes, apresentando valores muito próximos dos cem contos de réis anuais, sobretudo a partir de 1897.

No entanto, ainda que se verifique que o peso do custo da Casa Real no conjunto total das despesas do Estado era praticamente insignificante, torna-se necessário enquadrar devidamente as tentativas, por parte do Partido Republicano, em diminuir a dotação régia. Obviamente que se tratava de um recurso político de ataque ao regime monárquico, que se enquadrava nas dificuldades económicas que o país atravessava, sobretudo na última década do século XIX: por um lado, a crise financeira que o próprio Estado atravessou do início da década de 1890, que levaria à retracção económica daí decorrente, até às vésperas da primeira guerra mundial<sup>1007</sup>; por outro lado, as próprias condições de vida dos cidadãos, sobretudo nos centros urbanos, onde o movimento republicano tinha maior adesão. Efectivamente, o crescimento da malha urbana foi acompanhado pela deterioração das condições de vida dos seus habitantes, agravada pela divergência entre a evolução dos salários e dos preços<sup>1008</sup>, causando um abaixamento dos salários reais, aliado ao declínio do emprego e ao aumento das rendas de casas sobretudo a partir de 1905<sup>1009</sup>.

Ainda assim, e conforme se pode observar no Quadro XIV, que apresenta a evolução das despesas *per capita* a preços constantes ao longo do reinado de D. Carlos, o custo médio da Casa Real por cidadão era bastante baixo, rondando os 132 réis por ano. Todavia, essa quantia era bastante elevada, se tomarmos como exemplo o salário de um trabalhador não qualificado, nomeadamente o de um cantoneiro da Câmara

---

<sup>1007</sup> ESTEVES, Rui Pedro, “Finanças Públicas”, LAINS, Pedro, SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000, O Século XIX*, vol. II, p. 329

<sup>1008</sup> PEREIRA, Miriam Halpern, *Política e economia. Portugal nos séculos XIX e XX*, pp. 80 e 83.

<sup>1009</sup> REIS, Jaime, “Migração, estatura e consumo: o nível de vida em Lisboa, 1890-1910” SERRÃO, José Vicente, PINHEIRO, Magda de Avelar, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (org.). *Desenvolvimento económico e mudança social. Portugal nos últimos dois séculos, Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2009, pp. 265 e 270.

Municipal de Leiria, cujo vencimento anual durante a década de 1890 era de 200 réis<sup>1010</sup>, o que significa que em preços constantes esse valor oscilou entre 166 e 192 réis.

**Quadro XV** – Despesas *per capita* em preços constantes, 1889-1907

(valores de 1914)<sup>1011</sup>

	População	Despesas	Despesas <i>per capita</i>
		T. do Tesouro	T. do Tesouro
1890	5.049.729	653.488,37	0,129
1891	5.085.882	730.120,42	0,144
1892	5.122.294	647.102,11	0,126
1893	5.158.966	634.482,70	0,123
1894	5.195.902	675.086,52	0,13
1895	5.233.101	708.091,47	0,135
1896	5.270.567	1.070.549,97	0,203
1897	5.308.301	671.407,87	0,126
1898	5.346.305	631.149,99	0,118
1899	5.384.582	663.195,74	0,123
1900	5.423.132	691.652,74	0,128
1901	5.469.876	766.632,99	0,14
1902	5.517.022	737.377,47	0,134
1903	5.564.575	891.823,97	0,16
1904	5.612.538	661.853,61	0,118
1905	5.660.915	552.631,58	0,098
1906	5.809.708	718.770,48	0,124
1907	5.758.922	665.863,85	0,116
Média	5.387.351	709.515,66	0,132

Como pudemos constatar, a Administração da Casa Real já possuía uma estrutura funcional bem definida e funcionários suficientemente profissionalizados, responsáveis pela sua contabilidade. Esta registava apenas os fluxos financeiros de entrada e saída, não indicando as dívidas a particulares, instituições bancárias ou Tesouro Público. À excepção dos picos verificados em 1891, 1896 e 1903, os fluxos de entrada e saída de dinheiro encontravam-se mais ou menos estabilizados. Embora raramente tenha apresentado saldos negativos, os saldos positivos nunca foram significativos. Isto poderá indiciar que as despesas pagas eram condicionadas pelas

<sup>1010</sup> JUSTINO, David, *Preços e Salários em Portugal (1850-1912)*, Lisboa, Banco de Portugal, 1990, p. 16.

<sup>1011</sup> VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, vol. 1, pp. 52, 634 – 636.

receitas. Aquelas tinham origens variadas, mas as mais significativas e que tinham um peso maior no total estavam relacionadas com o normal funcionamento da instituição, nomeadamente as despesas com serviços, funcionários e bens imóveis. A par destas, eram também bastante significativas as despesas pessoais da família real, embora com um peso menor. Acresciam ainda as despesas com a amortização de crédito e, a um nível menos significativo, a beneficência. Embora tenha havido tentativas de diminuição das despesas por parte da Administração da Fazenda, não foram suficientes para promover uma economia eficiente.

Ainda que no contexto nacional a dotação régia fosse relativamente substancial face a rendimentos de casas aristocráticas ou de capitalistas, todavia, e como verificámos, comparativamente às outras monarquias europeias, a dotação era bastante exígua e tinha sofrido uma enorme desvalorização em meados do século XIX, que se acentuara durante o Reinado de Carlos, uma vez que o seu valor nunca fora actualizado, o que deixava a administração da Fazenda da Casa Real numa situação precária para fazer face às suas despesas.

As Cortes, o único poder político com capacidade para alterar os valores da dotação ou quiçá proceder a uma reforma financeira da Casa Real, nunca se mostraram interessadas em o fazer. Pelo contrário, as únicas vezes que o assunto fora trazido à discussão no Parlamento pelo Partido Republicano, os deputados deste partido pretenderam a sua redução e não uma actualização. O que tinha a sua razão de ser. Embora as despesas com a Casa Real no conjunto das despesas do Estado fossem insignificantes, representavam um peso bastante expressivo para o cidadão comum, tendo em vista os magros salários que auferia.

Para agravar esta situação, a crise financeira de 1892 levou a que a Família Real cedesse, de forma voluntária, parte dessa dotação até 1900, o que colocou a Fazenda Régia numa situação ainda mais instável, sobretudo porque não tinha outros recursos económicos tão significativos quanto a dotação que gerassem receita suficiente.

Os proventos relativos a bens imóveis eram muito diminutos, sobretudo quando comparados com as despesas desses mesmos bens. Os proventos dos bens móveis tinham origens diversas: heranças, juros e dividendos de fundos públicos e companhias particulares e créditos. Isto significava que embora a Casa Real tenha pretendido aumentar as suas receitas através de aplicações financeiras, para fazer face às despesas teve também de recorrer ao crédito. Se por um lado este lhe permitia obter alguma

receita, por outro originava mais uma despesa, com um peso relativamente significativo. O mesmo acontecia com os levantamentos de depósitos bancários. Nos anos em que se verifica um aumento desta receita, há igualmente a saída de fundos respeitantes a depósitos, especialmente significativo em 1891 e em 1903, embora, como referimos acima, estes movimentos não sejam explicáveis com as fontes disponíveis. Em qualquer caso, as receitas provenientes de bens móveis, ainda que por vezes expressivas, não se equiparavam aos valores da dotação. De facto, embora se tenha assistido a um esforço na aplicação financeira através da compra de acções (Companhia das Faianças das Caldas da Rainha, 1889-1890), de subscrições (Empresa Tauromáquica Lisbonense, 1893 e 1894); de fundos não especificados (1897, 1899, 1902) e de títulos da dívida externa portuguesa (1903), este investimento foi ocasional e o seu valor muito pouco significativo, ainda que do lado das receitas os proventos tenham sido tendencialmente mais elevados e diversificados.

O recurso aos adiantamentos do Tesouro Público assumia-se como a única alternativa viável para fazer frente às suas despesas. Se a Administração da Fazenda da Casa Real já era bastante dependente das transferências ordinárias do Tesouro Público, as transferências extraordinárias ainda a colocaram numa situação de maior dependência, sobretudo do poder político, que era quem concedia os adiantamentos. E assim foi, tendo-se as transferências extraordinárias do Tesouro transformado em regulares ao longo de todo o reinado. Umas, respeitantes a despesas de representação do Estado, que em 1903 sofreram um aumento significativo. Outras, relativas a adiantamentos extraordinários ou a liquidações de contas entre a Casa Real e o Tesouro Público, justificadas a bens da Coroa no usufruto do Estado, que no ano de 1896 deram origem a um aumento significativo da receita e que terá servido para saldar adiantamentos até à data.

Face à inexistência de uma reforma financeira da Casa Real e aos constantes aperto da Administração da Fazenda da Casa Real, o poder executivo preferiu recorrer a expedientes que, inicialmente pontuais, se foram tornando recorrentes e indispensáveis para a manutenção daquela Administração. Nem sequer se preocupou em levar à discussão à Assembleia a liquidação de contas averiguada pela Comissão constituída para o efeito em 1879. Embora estivesse consciente da gravidade da situação, uma vez muitos ex-ministros da Fazenda de ambos os partidos tinham concedido adiantamentos,

sabia que os mesmos não tinham sido feitos de forma clara, podendo suscitar dúvidas quanto à sua legalidade.

A Casa Real e, em última análise o próprio Rei, estavam dependentes financeiramente da vontade política. Além disso, se os adiantamentos resolviam a questão do equilíbrio entre receitas e despesas, criavam um outro problema: o da dívida da Casa Real ao Estado, que não era insignificante, mesmo considerando o valor apresentado pelo decreto de 30 de Agosto de 1907, de cerca de 770 contos de réis. Na realidade, essa dívida ascendia, segundo a contabilidade da Casa Real, a mais de 1200 contos de réis em preços correntes, descontados os abonos destinados a despesas de representação.

Quando os adiantamentos foram tornados públicos por João Franco, o debate parlamentar rondou mais as questões políticas do que propriamente de questionamento de uma reforma financeira da Casa Real ou até do próprio regime, servindo apenas para colocar em xeque o governo de João Franco e o próprio Rei. Contudo, estes ataques, não vieram apenas do partido republicano, como seria de esperar, uma vez que fora o único a trazer a discussão da dotação Régia para a Assembleia. As críticas vieram também de outro partido monárquico, o partido Regenerador. Apenas o partido Progressista se manteve à margem do debate.

A solução apresentada por João Franco em 1907, que saldava a dívida da Casa Real ao Estado, embora coerente com os seus objectivos políticos de moralização da administração pública, não vinha na melhor altura. Ao contrário do que proclamara anteriormente, nomeadamente o debate da dívida da Casa Real no Parlamento, acabou por decretar a liquidação da mesma em plena ditadura, com o Parlamento fechado. Esta situação desagradou inclusive o próprio Rei que, embora defendesse a resolução da situação, considerou a pior conjuntura para o fazer. O que efectivamente teria sido, uma vez que esta questão teria agravado a descredibilização da instituição monárquica e contribuído para a sua queda.

#### IV. AS CERIMÓNIAS DA MONARQUIA

A imagem pública da monarquia construía-se a partir de uma multiplicidade de informações, fossem as representações plásticas do monarca, as notícias acerca dos personagens régios, dos seus actos, bem como das cerimónias e rituais que a rodeavam. Nesta formação estavam implicadas também as crenças e representações mentais da época, os escritos de natureza teórica ou da prática política, e também os anseios, esperanças e decepções da própria sociedade<sup>1012</sup>.

Neste estudo vamos focar-nos nas cerimónias de corte. Vários historiadores demonstraram a sua importância, sobretudo ao longo do Antigo Regime, por serem o palco privilegiado para a actuação da corte e das relações sociais entre cortesãos e entre estes e o Rei. No século XIX, estas cerimónias pareciam continuar a deter uma importância significativa. De facto, só isso poderá explicar a sua inclusão nos vários almanaques e anuários consultados. Todavia, são diversas as problemáticas relativamente ao século XIX. Qual era afinal a importância que estas cerimónias ainda detinham no final daquela centúria e início da seguinte? Para responder a esta questão, interessa, em primeiro lugar, identificar as festividades celebradas, de forma a distinguir as alterações introduzidas pela Monarquia Constitucional face ao Antigo Regime, não só a nível das cerimónias propriamente ditas, como também dos rituais utilizados. Depois, avaliar a adesão da aristocracia e da sociedade em geral a estas festividades e analisar, nomeadamente, a origem social de quem as integrava, procurando perceber até que ponto a sociedade de corte terá persistido. Finalmente, e porque no contexto europeu as festividades públicas adquiriram um carácter de exaltação nacional, perceber se a figura régia se tornou um símbolo nacional. Foi D. Carlos um rei dos cidadãos ou continuou a ser um rei dos seus súbditos?

A primeira alteração que vamos encontrar ao nível cerimonial ocorrera em meados do século XIX, quanto à forma como as diversas individualidades eram convocadas para as cerimónias da corte. Até 1843, o convite à sua comparecimento efectuava-se através de avisos circulares, mas por uma questão de promoção da rapidez e eficiência, legislou-se no sentido da publicação dos mesmos em Diário do Governo,

---

<sup>1012</sup> LA PARRA LÓPEZ, Emílio, “La imagen pública de los monarcas españoles en el siglo XIX”, LA PARRA LÓPEZ, Emílio (coord.). *La imagen del poder. Reyes y regentes en la España del siglo XIX*, Madrid, Editorial Síntesis, 2011, p. 10.



devidamente assinados pelo Ministro e Secretário de Estado respectivo e, a partir de 1870, pelo Ministro e Secretário de Estado do Ministério dos Negócios do Reino<sup>1013</sup>. Rompia-se, portanto, com a tradição de ser a Casa Real a avisar as principais instituições e personalidades directamente relacionadas com os festejos, para passar a ser o poder político a fazê-lo<sup>1014</sup>.

Segundo os *Anuários Diplomáticos*, para além dos dias feriados, os dias festivos da Corte dividiam-se em dias de grande gala e de simples gala, ou seja, de maior ou menor dignidade, que se reflectia no aparato com que a data era assinalada. O quadro seguinte sintetiza as efemérides festejadas ao longo de todo o ano, que correspondiam aos rituais da monarquia apresentadas por aquela fonte.

Como se pode observar, praticamente em todos os meses dos anos havia uma festividade oficial, à excepção de Agosto e de Fevereiro e Junho, caso as festas móveis, de cariz religioso não calhassem nestes dois últimos meses: o Carnaval, que iniciava o período da Quaresma que antecedia a Páscoa, o dia do Corpo de Deus e a Festa do Sagrado Coração de Jesus.

O ano iniciava-se com uma recepção no Paço da Ajuda, na qual se manifestavam os desejos de boas festas e bom ano. No dia seguinte, dava-se a abertura oficial do Parlamento, caso os governos não caíssem, o que implicava que nova cerimónia se efectuasse. Em Março, festejava-se o aniversário do Príncipe Real e em Abril o da outorga da Carta Constitucional. O mês de Maio iniciava-se com o nome de D. Luís Filipe, celebrando-se no dia 22 o casamento de D. Carlos e D. Amélia. Em Julho, comemorava-se o dia do nome desta Rainha e do aniversário de D. Afonso, que coincidia com o do juramento da Carta Constitucional. Em Setembro, o nome da Rainha D. Maria Pia, as exéquias em memória de D. Pedro IV e o aniversário natalício de D. Carlos e D. Amélia, coincidentes no dia. O mês de Outubro era assinalado com o aniversário da Rainha D. Maria Pia e o de Novembro com o do infante D. Manuel e com o nome de D. Carlos. Finalmente, o mês de Dezembro iniciava-se com o

---

<sup>1013</sup> Decreto ordenando que os avisos circulares para as funções e actos públicos da Corte se supram através de anúncios no Diário do Governo, 8 de Novembro de 1843, *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva, Legislação de 1843 em diante*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1843, p. 291; Portaria determinando que para os actos de corte os avisos se façam por meio do Diário do Governo, 7 de Dezembro de 1870, *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa 1870*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871, p. 550.

<sup>1014</sup> FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime, “O magnífico aparato”: formas da festa ao serviço da família real no século XVIII”, *Revista de História*, vol. XII, Porto, s.e., 1993, p. 179.

aniversário da aclamação de D. João IV, seguindo-se o Dia da Padroeira do Reino. No final do mês, o Natal e o último do Ano.

**Quadro I – Festividades da Corte**<sup>1015</sup>

<b>Feriados gerais</b>	
2 de Janeiro	Abertura do Parlamento
Móvel	Segunda-feira de Entrudo
Móvel	Terça-feira de Entrudo
21 de Março	Anos de D. Luís Filipe
29 de Abril	Outorga da Carta Constitucional
31 de Julho	Juramento da Carta Constitucional e anos de D. Afonso <sup>1016</sup>
24 de Setembro	Óbito de D. Pedro IV
28 de Setembro	Anos de D. Carlos e D. Amélia
16 de Outubro	Anos de D. Maria Pia
<b>Dias de grande Gala</b>	
1 de Janeiro	Grande gala e cortejo no Paço por Boas festas e bons anos
21 de Março	Anos de D. Luís Filipe
29 de Abril	Outorga da Carta Constitucional
28 de Setembro	Anos de D. Carlos
16 de Outubro	Anos de D. Maria Pia
<b>Simples Gala</b>	
Móvel	Domingo de Páscoa
1 de Maio	Nome de D. Luís Filipe
22 de Maio	Aniversário do consórcio de Suas Majestades
Móvel	Procissão do Corpo de Deus da Cidade
Móvel	Festa do Santíssimo Coração de Jesus
10 de Julho	Nome de D. Amélia
31 de Julho	Anos de D. Afonso
9 de Setembro	Nome de D. Maria Pia
4 de Novembro	Nome de D. Carlos
15 de Novembro	Anos de D. Manuel
1 de Dezembro	Aclamação de D. João IV
8 de Dezembro	Dia de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Reino
25 de Dezembro	Dia de Natal
31 de Dezembro	Dia último do ano (Dia de São Silvestre)

As festividades eram diversas e subjacente a cada uma delas está um motivo próprio, que poderíamos sintetizar em 5 grandes temas: Família Real, celebrações Dinásticas, Religiosas, Políticas e outras, que não se encaixavam em nenhuma das anteriores (Quadro II).

Um primeiro conjunto de festividades relacionava-se com os aniversários natalícios da Família Real, com o dia do seu nome e, no caso do casal régio, o

<sup>1015</sup> *Anuário Diplomático e Consular Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1889-1891, 1894-1896, 1898-1903; 1905-1909.

<sup>1016</sup> *Anuário Diplomático e Consular Portuguez*,.

aniversário do seu casamento. Três destes dez dias eram de grande gala – os aniversários natalícios do Rei, da Rainha-Mãe e do Príncipe Real. O Rei e a Rainha D. Amélia nasceram no mesmo dia, portanto o dia de aniversário natalício de um, era o do outro. No entanto, os anuários apenas faziam referência ao aniversário de D. Carlos como sendo dia de grande gala. Esta categoria inseria-se numa tradição já existente, pelo menos desde o século XVIII, de enaltecimento da família reinante e de afirmação do seu poder e de fidelidade para com a família Real<sup>1017</sup>.

As festividades relacionadas com a Dinastia de Bragança resumiam-se à aclamação de D. João IV. A data simbolizava a restauração da independência do Reino, com um profundo significado político, mas era a inauguração da Dinastia de Bragança que era enaltecida nos anuários.

O calendário religioso marcava as festividades religiosas celebradas pela Corte: a Páscoa e o Natal. Para além destas celebravam-se, o *Corpus Christi*, de raízes medievais<sup>1018</sup> e o Sagrado Coração de Jesus, cujo culto sofreu um enorme impulso com a Rainha D. Maria I, tendo-lhe inclusive erguido um templo – a Basílica da Estrela – em consequência da promessa de um filho varão. Finalmente, o dia de Nossa Senhora da Conceição, consagrada padroeira do Reino de Portugal por D. João IV<sup>1019</sup>. Por esse motivo, esta festividade estava também indirectamente relacionada com as festividades dinásticas. Relembre-se que, até então, a padroeira era a Nossa Senhora da Oliveira, de Guimarães.

As festividades com simbolismo político estavam relacionadas com a celebração do regime Constitucional. Em primeiro lugar o aniversário da outorga da Carta, o único dia de grande gala nesta categoria e um dos poucos que tinha esta solenidade. Este facto atesta bem a importância das celebrações do regime político, que incluíam ainda a festa do aniversário do juramento da mesma Carta, o óbito de D. Pedro IV, o primeiro Rei verdadeiramente Constitucional, e, de certo modo, o dia da abertura das Cortes<sup>1020</sup>.

---

<sup>1017</sup> FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime, “O magnífico aparato”: formas da festa ao serviço da família real no século XVIII”, *Revista de História*, vol. XII, p. 155.

<sup>1018</sup> ALMEIDA, FORTUNATO, *História da Igreja em Portugal*, tomo II, Parte II, Coimbra, Imprensa Académica, 1915, p. 638.

<sup>1019</sup> ALMEIDA, FORTUNATO, *História da Igreja em Portugal*, tomo II, Parte II, p. 635.

<sup>1020</sup> *Folhinha eclesiástica para o reino de Portugal, para o ano de 1840*, bissexto, ordenada por J. A. C., Lisboa Tipografia de J. A. S, p. 15.

Finalmente, as outras festividades: o dia de Ano Bom, as festividades relacionadas com o Entrudo e o último dia do ano.

**Quadro II** – Festividades da corte, por categorias<sup>1021</sup>

<b>Família Real</b>	
<i>21 de Março</i>	<i>Anos de D. Luís Filipe</i>
1 de Maio	Pronome de D. Luís Filipe
22 de Maio	Aniversário do consórcio de Suas Majestades
10 de Julho	Pronome de D. Amélia
31 de Julho	Anos de D. Afonso
<i>28 de Setembro</i>	<i>Anos de D. Carlos e D. Amélia</i>
<i>16 de Outubro</i>	<i>Anos de D. Maria Pia</i>
9 de Setembro	Nome de D. Maria Pia
4 de Novembro	Nome de D. Carlos
15 de Novembro	Anos de D. Manuel
<b>Dinásticos</b>	
1 de Dezembro	Aclamação de D. João IV
<b>Religiosos</b>	
Móvel	Domingo de Páscoa
Móvel	Procissão do Corpo de Deus da Cidade
Móvel	Festa do Santíssimo Coração de Jesus
8 de Dezembro	Dia de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Reino
25 de Dezembro	Dia de Natal
<b>Políticos</b>	
2 de Janeiro	Abertura do Parlamento
<i>29 de Abril</i>	<i>Outorga da Carta Constitucional</i>
31 de Julho	Juramento da Carta Constitucional
24 de Setembro	Óbito de D. Pedro IV
<b>Outras festividades</b>	
1 de Janeiro	<i>Grande gala e cortejo no Paço por Boas festas e bons anos</i>
Móvel	Segunda-feira de Entrudo
Móvel	Terça-feira de Entrudo
31 de Dezembro	Dia último do ano (Dia de São Silvestre)

Comparativamente ao Antigo Regime, o regime Constitucional introduziu algumas alterações a estas festividades. Do período correspondente à primeira oitava do Natal, ou seja, entre 25 de Dezembro e 1 de Janeiro, proclamado como de grande gala pelo menos desde D. Maria I<sup>1022</sup> passaram apenas a ser assinalados três dias de gala. O dia de Natal e o último dia do ano, que em meados do século ainda era referido como

<sup>1021</sup> A *itálico*, os dias de grande Gala.

<sup>1022</sup> Decreto listando os dias de Grande Gala, 6 de Junho de 1795, *Collecção da legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações, redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1791 a 1801*, Lisboa, Typografia Maignrense, 1828, p. 214.

dia de São Silvestre<sup>1023</sup>, passaram a ser considerados como de simples Gala em 1826<sup>1024</sup>. Nesse mesmo ano, o primeiro dia do ano foi alterado para simples gala e desafectado da sua ligação religiosa com oitava de Natal, para ser designado simplesmente como dia de Ano Bom<sup>1025</sup>. Todavia, adquiriu novamente o estatuto de grande gala em 1833<sup>1026</sup>.

O dia de Reis, considerado de grande gala ao tempo de D. Maria I<sup>1027</sup> deixou de o ser em 1844<sup>1028</sup> e, muito provavelmente de simples gala sequer<sup>1029</sup>. No entanto, durante reinado de D. Carlos, foi devidamente festejado com a ida do casal régio à Sé<sup>1030</sup>.

A comemoração da aclamação de D. João IV parece remontar apenas a 1826, quando surge a primeira referência como dia de grande gala, decretada em 15 de Setembro desse ano<sup>1031</sup>. A *Gazeta de Lisboa*<sup>1032</sup> é omissa quanto à esta festividade durante o século XVIII, bem como os decretos anteriores àquela data. A partir de 1833 o dia ficou sendo apenas de simples gala<sup>1033</sup>.

Portanto, à excepção das festividades de teor político, poucas alterações se verificaram relativamente ao Antigo Regime. Durante o reinado de D. Carlos continuavam-se a verificar o mesmo tipo de celebrações anteriores à Monarquia Constitucional, que trouxera poucas inovações a este nível. Ainda assim, mesmo algumas festividades de cariz político, relacionadas com o próprio regime

---

<sup>1023</sup> *Almanak popular para 1850, publicado pelos senhores Filipe Folque, Fradesso da Silveira e Pereira d'Almeida*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1849, p. 30.

<sup>1024</sup> Decreto declarando quais os dias de grande e simples gala na Corte, 15 de Setembro de 1826, *Collecção de todas as leis, alvarás, decretos, etc, 2º semestre de 1826*, parte I, p. (36).

<sup>1025</sup> Decreto declarando quais os dias de grande e simples gala na Corte, 15 de Setembro de 1826, *Collecção de todas as leis, alvarás, decretos, etc, 2º semestre de 1826*, parte I, p. (36).

<sup>1026</sup> Decreto fixando os dias de gala, 11 de Dezembro de 1833, *Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar (...)*, terceira série pp. 82-83.

<sup>1027</sup> Decreto listando os dias de Grande Gala, 6 de Junho de 1795, *Collecção da legislação Portuguesa desde a última compilação das ordenações, redigida (...) Legislação de 1791 a 1801*, p. 214.

<sup>1028</sup> Decreto reduzindo o número de dias de grande gala da corte, 9 de Novembro de 1845, *Collecção Oficial da Legislação Portuguesa, 1844*, p. 371.

<sup>1029</sup> *Almanach de Portugal para o Ano de 1855* omite o Dia de Reis, bem como o decreto estabelecendo os dias de gala de 1862. *Almanach de Portugal para o Ano de 1855*, p. 7; Decreto fixando os dias de grande e simples gala no reino, 22 de Abril de 1862, *Collecção Oficial de Legislação, 1862*, p. 97.

<sup>1030</sup> Vide, a título de exemplo, *Diário de Notícias*, 7 de Janeiro de 1895, p. 1, *Diário Ilustrado*, 7 de Janeiro de 1899, p. 2, *O Século*, 7 de Janeiro de 1898, p. 1, *O Século*, 7 de Janeiro de 1899 e *Diário de Notícias*, 7 de Janeiro de 1902, p. 1.

<sup>1031</sup> Decreto declarando quais os dias de grande e simples gala na Corte, 15 de Setembro de 1826, *Collecção de todas as leis, alvarás, decretos, etc, 2º semestre de 1826*, parte I, p. (36).

<sup>1032</sup> *Gazeta de Lisboa*, 1715- 1760.

<sup>1033</sup> Decreto fixando os dias de gala, 11 de Dezembro de 1833, *Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar (...)*, terceira série, pp. 82-83.

constitucional, instituídas em 1833<sup>1034</sup>, deixaram de ser assinaladas, como o desembarque do Mindelo, ou a entrada do exército liberal em Lisboa<sup>1035</sup>.

É ainda de salientar, outra alteração verificada em meados do século. De facto, se pelo menos até 1855 os dias de grande gala eram assinalados como dias de beija-mão, a partir dessa data a indicação de beija-mão deixa de existir. No programa do cerimonial de casamento de D. Pedro V com D. Estefânia é declarado que “*nesse acto e de ora em diante, fica[va] dispensada a prática de lhe beijarem a mão as pessoas admitidas à sua Real Presença*”<sup>1036</sup>. O acto ritual de beijar a mão ao monarca simbolizava, desde a Idade Média e particularmente na Península Ibérica, o juramento e a celebração do contrato de fidelidade e vassalagem prestados ao Rei<sup>1037</sup>. Perdia-se assim um dos principais simbolismos de união e fidelidade que ligavam Rei e súbditos, ainda que desses, só um grupo restrito participasse dessas cerimónias, como veremos. No entanto, há indícios de que seria apenas durante o reinado de D. Carlos que o beija-mão propriamente dito deixaria de se verificar, por vontade do soberano, que “*detestava a excessiva etiqueta*”<sup>1038</sup>.

Porém, os próprios oficiais tendiam a faltar ao beija-mão, como a Duquesa de Palmela, alegando motivos de saúde<sup>1039</sup>. Na verdade, o beija-mão apresentava-se-lhe como uma enorme maçada: “*Dizem que não há beija-mão no dia 28, foi mesmo a Rainha que nos disse e que seríamos avisadas pela chegada do Príncipe. Ótimo, escaparmos ao beija-mão, não achas?*”<sup>1040</sup> E não só à Duquesa, também D. Isabel Saldanha da Gama partilhava da mesma opinião: “*(...) A chegada [do Príncipe Real] é a*

---

<sup>1034</sup> Decreto fixando os dias de gala, 11 de Dezembro de 1833, *Collecção de decretos e regulamentos mandados publicar* (...), terceira série, pp. 82-83.

<sup>1035</sup> *Folhinha eclesiástica para o reino de Portugal, para o ano de 1840*, bissexto, ordenada por J. A. C., Lisboa Tipografia de J. A. S..

<sup>1036</sup> *Programa do Cerimonial aprovado por decreto de Sua Magestade el Rei o Senhor D. Pedro V para as festividades da recepção de Sua Magestade a Rainha sua muito amada e prezada esposa e para os actos solenes da ratificação do real consórcio e bênções nupciais*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858, p. 2.

<sup>1037</sup> SILVÉRIO, Carla Alexandra Serapicos de Brito, *Representações da realeza na cronística medieval portuguesa. A dinastia de Borgonha*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História Medieval, FCSH; UNL, 1999, p. 181.

<sup>1038</sup> FONTES, Vital, *Servidor de reis e de Presidentes. Da monarquia à república do Sr. D: Luís ao Sr. Marechal Carmona*, Lisboa, Editora Marítimo colonial, 1945, p. 42.

<sup>1039</sup> Carta da Duquesa de Palmela à Rainha D. Amélia, s.l., 27 de Dezembro de 1906, IANTT, Casa Real, caixa 7375; Duas cartas da Duquesa de Palmela à Rainha D. Amélia, s.l., s.d., IANTT, Casa Real, caixa 7376.

<sup>1040</sup> Carta da Duquesa de Palmela à Condessa de Sabugosa, Sintra, 11 de Setembro de 1907, ASSL, MOR I, L2, Maço 43, 1, 13.

28 e não há beija-mão o que é um grande alívio.”<sup>1041</sup> Quaisquer que fossem os motivos que estavam por detrás destas opiniões, desagrado, indiferença ou a não identificação com a conduta régia, estas poderão ser entendidas como sintomáticas da decadência dos rituais da Monarquia, inclusive do ponto de vista de quem detinha o privilégio – e a obrigação – de neles participar activamente.

Os dias de grande gala eram assinalados com uma recepção, geralmente no Paço da Ajuda, por ser o Palácio mais indicado para tal, pelas suas dimensões, comparativamente aos Paços de Belém ou das Necessidades. Habitualmente a festa do primeiro dia do Ano era a mais concorrida de todas. Iniciava-se no espaço exterior do palácio onde chegavam as carruagens dos membros da Casa Real e da Casa Militar, os Grandes do Reino e outros titulares, o corpo diplomático, as altas dignidades eclesiásticas, como bispos, a classe política (conselheiros de Estado, ministros, pares e deputados); as delegações da Câmara Municipal de Lisboa, dos Tribunais, escolas superiores e outras corporações oficiais, como a Sociedade de Geografia de Lisboa ou a Academia das Ciências, e também corpos expedicionários militares às colónias. Todos em traje de gala eram recebidos pela guarda de honra e respectiva banda<sup>1042</sup>. As senhoras de vestidos decotados, os senhores fardados ou de casaca e ostentando as condecorações. O corpo diplomático nos seus trajes nacionais. A Guarda Real dos Archeiros perfilava-se por toda a escadaria até ao andar nobre. Às duas horas a Família Real, também em traje de corte – o Rei de uniforme de generalíssimo e as Rainhas<sup>1043</sup> de manto, adornadas de jóias –, colocava-se de pé junto ao trono, os oficiais da corte ocupando os seus lugares respectivos e as Damas das Rainhas, juntamente com os titulares “faziam parede”<sup>1044</sup>, isto é, alinhavam-se junto às paredes da sala, aguardando o cortejo das várias personalidades que iam cumprimentar as Majestades, o que poderia durar até três horas.

Antes de o cortejo se iniciar, procedia-se às apresentações necessárias do corpo diplomático, que se efectuava *en cercle*, segundo a expressão da época<sup>1045</sup> e que

---

<sup>1041</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama à Condessa de Sabugosa, Pena, 7 de Setembro de 1907, ASSL, Mor I, L2, maço 44, 1, 6.

<sup>1042</sup> A título de exemplo, vide *Diário de Notícias*, 2 de Janeiro de 1891, p. 1; *Diário de Notícias*, 2 de Janeiro de 1892, p. 1; *O Século*, 2 de Janeiro de 1899, p. 1, CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, Lisboa, Imprensa Barreiro, 1955, pp. 396-397.

<sup>1043</sup> Após a morte de D. Luís, a primeira recepção a que a Rainha viúva assistiu foi o de 2 de Janeiro de 1891.

<sup>1044</sup> *Diário Ilustrado*, 22 de Março de 1895, p. 1.

<sup>1045</sup> *Diário da Condessa de Sabugosa*, s.l., 1 de Janeiro de 1900, ASSL, Diários da Condessa, 1900.

ocorriam à porta fechada. Depois da abertura das portas, a Câmara Municipal de Lisboa, representada pelos vereadores, fazia uma alocução especial, de acordo com a festividade em questão, no fim da qual D. Carlos agradecia e retribuía “aos representantes do primeiro município do país as suas provas de cortesia e fidelidade”<sup>1046</sup>. É sintomático que sejam os representantes do poder local a terem este destaque, uma vez que simbolizariam a população, a quem estava vedado o acesso a estas festividades que decorriam no palácio. De facto, a população, sobretudo a que residia fora de Lisboa, apenas tinha conhecimento destas através da imprensa periódica, que as descrevia pormenorizadamente, não só quem estava presente, como os trajes que tanto o Rei, mas especialmente as Rainhas envergavam, destacando o luxo das mesmas: “A Senhora D. Amélia trajava de cetim branco ricamente bordado a ouro, adereço de brilhantes e manto de arminho. A Senhora D. Maria Pia trajava de roxo com rendas pretas e manto de veludo preto. Ambas as rainhas traziam diademas de brilhantes de subido valor.”<sup>1047</sup> Esta descrição não se limitava a jornais generalistas como o *Diário de Notícias*; também o jornal republicano *O Século* as fazia: “As rainhas vestiam de branco e ostentavam riquíssimos parures de brilhantes e outras pedras preciosas.”<sup>1048</sup> Após os discursos, a Família Real retirava-se, dando a festividade como terminada. Em seguida, a Família Real, cada membro em separado, podia receber em privado, quer alguns membros do Governo, quer alguns dos oficiais da Casa Real.

Os restantes dias de gala não eram tão frequentados, sobretudo o aniversário da outorga da Carta Constitucional. Em 1896, o *Diário de Notícias* escrevia “A recepção ontem realizada no Paço da Ajuda, por motivo do aniversário da outorga da carta constitucional, não esteve muito concorrida, como é costume”<sup>1049</sup>. Já no ano anterior, reparara como fora o “cortejo pouco numeroso”<sup>1050</sup>. O *Diário Ilustrado*, em 1895 não noticiou sequer este aniversário, deixando totalmente de o fazer a partir de 1900. O jornal *O Tempo* (afecto ao grupo literário dos Vencidos da Vida, com ligações a alguns dos oficiais da Casa Real, como verificámos no segundo capítulo), se nos primeiros anos do reinado referia como a cerimónia tinha sido muito concorrida, a partir de 1896

---

<sup>1046</sup> *O Século*, 2 de Janeiro de 1899, p. 1.

<sup>1047</sup> *Diário de Notícias*, 2 de Janeiro de 1892, p. 1.

<sup>1048</sup> *O Século*, 2 de Janeiro de 1900, p. 1.

<sup>1049</sup> *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1896, p. 1.

<sup>1050</sup> *Diário de Notícias*, 30 de Abril de 1895, p. 1.



deixa de o fazer<sup>1051</sup>. A festividade no palácio deixa, inclusive, de ter lugar. Em 1902 não houve recepção no Paço<sup>1052</sup>, nem em 1907, a última celebração deste acontecimento no reinado de D. Carlos, não só pela ausência do Rei, mas também porque, chamava a atenção o jornal *Novidades*, “*de há muito, se dispensou essa cerimónia decorativa do culto externo das instituições, apenas respeitada, para honra do convento, no dia de ano bom e no dia de aniversário de Suas Majestades. Em 29 de Abril, aniversário da carta e em 31 de Julho, aniversário do seu juramento, não há desfile de gala na sala do trono do Palácio da ajuda, onde em 1 de Janeiro e em 28 de Setembro, a realeza costuma ver reunidos os seus fieis servidores, às vezes sem excepção daqueles que menos atenções lhe merecem. As comemorações limitam-se à salva clássica dos 21 tiros, ao embandeiramento dos navios de guerra em arcos, às luvas brancas da policia e às luminárias anti-diluvianas nos edifícios públicos, incluindo os das Cortes que, para o caso, é o que tem mais graça. Hoje, como de costume, as coisas passaram-se assim. Já houve tiros, bandeiras e luvas e há de haver lanternas, se Deus quiser. Em Sintra, no Paço da Vila, efectuou-se uma recepção de carácter íntimo a que concorreram os membros do governo antes da reunião do Conselho de Ministros, em casa do Sr. João Franco, mas foi por motivo do aniversário do Senhor Infante D. Afonso, que também passa neste faustoso dia de acontecimentos históricos.*”<sup>1053</sup>

Portanto, embora o dia fosse assinalado com os festejos habituais, a recepção no Paço, o que realmente alimentava e sublinhava a fidelidade dos súbditos para com os soberanos e com o regime monárquico, esteve arredada das celebrações.

Outras recepções do Paço, mesmo sendo dias de Grande Gala, nem sempre registavam grande afluência. Efectivamente, em datas como o dia de anos do Príncipe Real ou o de D. Carlos e D. Amélia, a Condessa de Sabugosa registava no seu diário a fraca concorrência de alguns frequentadores habituais destes eventos: “*Corpo diplomático muito incomplet!!!*”<sup>1054</sup>; “*Do corpo diplomático, só o MacDonnel*”<sup>1055</sup>. “*Alguns oficiais-mores, poucos políticos.*”<sup>1056</sup>. A não comparência às festividades da Corte era aliás, por parte da classe política, uma forma de demonstrar o seu desagrado por alguma questão política do momento: “*Bastante gente, faltam todos os trunfos*

---

<sup>1051</sup> *O Tempo*, 30 de Abril de 1891, 1892, 1996, p. 1.

<sup>1052</sup> *O Tempo*, 30 de Abril de 1902, p. 1.

<sup>1053</sup> *Novidades*, 31 de Julho de 1907, p. 1.

<sup>1054</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 21 de Março de 1895, ASSL, Diários da Condessa, 1895.

<sup>1055</sup> Hugh Guion MacDonnel, embaixador Britânico em Portugal entre 1893-1902.

<sup>1056</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 28 de Setembro de 1895, ASSL, Diários da Condessa, 1895.

*progressistas*”<sup>1057</sup> “*Atribui-se a ausência destes cavalheiros a um protesto contra os demandos do poder*”<sup>1058</sup>, noticiava o jornal *O Século*.

Nos dias de grande gala, como referia acima *o Novidades*, para além da recepção, toda a cidade se engalanava. Os edifícios públicos içavam as bandeiras e iluminavam as suas fachadas à noite, tal como muitos edifícios particulares. Os navios de guerra embandeiravam-se e davam as salvas habituais. Os quartéis também eram iluminados e as bandas tocavam<sup>1059</sup>.

À noite, havia récita de gala no teatro S. Carlos. Ao assomar a Família Real à tribuna real, a orquestra tocava o hino nacional. Na verdade, era o único símbolo nacional que detinha particular destaque nas celebrações. No entanto, este símbolo nacional remetia para o ideário do regime constitucional, uma vez que este hino era o da Carta Constitucional. Após a sua execução, seguiam-se os “*vivas do estilo*”, levantados pelo Presidente da Câmara Municipal, ao que a plateia devia corresponder com uma salva de palmas. A menos de um ano do fim do reinado de D. Carlos, por ocasião do aniversário do Príncipe Real, a Família Real parecia continuar a ser vigorosamente acarinhada: “*Após os vivas, que foram calorosamente correspondidos, quase todos os espectadores deram uma prolongada salva de palmas*”<sup>1060</sup>.

A tribuna real, para além da Família Real, era ocupada também com o pessoal superior das Casas Cívicas e militares, que se encontrava de serviço. Um dos camarotes, junto à boca de cena, também pertencente à Família Real, era usado pelas damas Camaristas e pela Camareira-mor. O corpo diplomático ocupava o antigo camarote de D. Fernando e da Condessa de Edla. Os ministros e a Câmara Municipal tinham, cada qual o seu, bem como a Polícia<sup>1061</sup>.

Apesar de não ser considerado de grande gala, o dia da abertura de Cortes tinha um cerimonial devidamente estipulado por decreto<sup>1062</sup>.

---

<sup>1057</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 1 de Janeiro de 1895, ASSL, Diários da Condessa, 1895.

<sup>1058</sup> *O Século*, 2 de Janeiro de 1895, p. 1.

<sup>1059</sup> *Diário de Notícias*, 22 de Março de 1896, p. 1.

<sup>1060</sup> *Diário de Notícias*, 22 de Março de 1907, p. 1.

<sup>1061</sup> *Diário de Notícias*, 22 de Março de 1895, p. 1.

<sup>1062</sup> Vide, por exemplo, *Programa da Sessão Real da abertura das Cortes para 2 de Janeiro de 1899*; Lisboa, 24 de Dezembro de 1898; *Programa da Sessão Real da abertura das Cortes para 2 de Janeiro de 1901*; Lisboa, 24 de Dezembro de 1900; *Programa da Sessão Real da abertura das Cortes para 1 de Junho de 1906*; Lisboa, 26 de Maio de 1906, ASSL, Maço 33, nº 7, 10 e 13.

A cerimónia tinha lugar na sala da Câmara dos Pares. Estes situavam-se à direita do trono e os Deputados à esquerda, sem ordens de precedência e todos “*em traje acomodado*”. A Família Real dirigia-se em cortejo desde o Palácio das Necessidades até ao Palácio das Cortes, onde à chegada se ouvia uma salva de artilharia das fortalezas e barcos fundeados no Tejo. No vestíbulo, era recebida por uma deputação de Pares e Deputados, ao som da música da Real Câmara, por entre as filas dos archeiros da Guarda Real e pelos oficiais superiores da Casa Real, como destacámos no primeiro capítulo. Logo após a conveniente disposição da Família Real e dos oficiais-mores da Casa Real nos respectivos lugares, devidamente demarcados consoante as ordens de precedência, o Rei lia o seu discurso<sup>1063</sup> que, na verdade, não era escrito por si. “*Discurso da Coroa as maravilhas do costume*”<sup>1064</sup>, registou ironicamente a Condessa de Sabugosa relativamente ao desse ano de 1898, obviamente escarnecido pela imprensa legitimista, “*com o desdém provocado naturalmente por um documento a que os próprios autores só ligam duvidosa importância*”<sup>1065</sup>. O discurso, afinal de contas o ponto alto da cerimónia, não era levado a sério por vários quadrantes da sociedade, quer dentro da própria Casa Real, quer fora, nomeadamente pela imprensa legitimista.

Nesta ocasião, e apesar de não estar devidamente regulamentado, também se fazia um cortejo de cumprimentos às Majestades, às quais se deveria fazer uma reverência de cortesia, na prática, uma genuflexão, de raízes medievais, que consubstanciava um acto de homenagem e humildade, que pressupunha o reconhecimento da menoridade face a um poder superior. A Condessa de Sabugosa dá-nos conta de um incidente ocorrido numa dessas ocasiões, nomeadamente na abertura das Cortes de 1900, em que servia de Camareira-mor, por a Duquesa de Palmela se encontrar indisposta. “[A] Viscondessa da Várzea na ocasião em que fazia a mesura defronte do Trono deslocou um joelho e caiu desamparada para trás. Foi em braços desviada para dentro. Fez-nos a maior impressão. Que coisa tão triste e tão sensabor, tão desagradável, pobre rapariga. Fiquei impressionadíssima. Pepita foi para o pé dela. (...) Rainha não foi vê-la (...)”<sup>1066</sup>

---

<sup>1063</sup> *Programa da Sessão Real da abertura das Cortes para 2 de Janeiro de 1899*; Lisboa, 24 de Dezembro de 1898; *Programa da Sessão Real da abertura das Cortes para 2 de Janeiro de 1901*; Lisboa, 24 de Dezembro de 1900; *Programa da Sessão Real da abertura das Cortes para 1 de Junho de 1906*; Lisboa, 26 de Maio de 1906, ASSL, Maço 33, nº 7, 10 e 13.

<sup>1064</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 2 de Janeiro de 1898, ASSL, Diários da Condessa, 1898.

<sup>1065</sup> *A Nação*, 3 de Janeiro de 1904, p. 2.

<sup>1066</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 2 de Janeiro de 1900, ASSL, Diários da Condessa, 1900.

Os jornais, que intitulavam o sucedido de *Desastre*<sup>1067</sup> ou *Desastre lastimável*, dão conta de uma versão diferente dos acontecimentos, nomeadamente *O Século*<sup>1068</sup>, que refere, ao contrário de qualquer outro, que “*Suas Majestades desceram logo do trono, ao mesmo tempo que as pessoas presentes se acercavam da Sr.<sup>a</sup> Viscondessa*”. Pretenderia o jornal, de cariz republicano, insinuar um desrespeito ao protocolo instituído, ao abandonarem Suas Majestades o trono? Mas ao fazê-lo, não estavam Suas Majestades a demonstrar preocupação com os seus súbditos, ao inclusive mandar perguntar pelo seu estado? O jornal *O Tempo* apenas mencionava o sucedido<sup>1069</sup>. Afinal de contas, apenas a Condessa de Sabugosa indirectamente critica o comportamento, sobretudo da Rainha, por não se ter inteirado pessoalmente do assunto.

As exéquias de D. Pedro IV celebravam-se em sufrágio da sua alma na Sé Catedral. Por essa ocasião, os barcos surtos no Tejo com a bandeira a meia-haste, salvavam com tiros de artilharia, bem como duas baterias de campanha situadas no Terreiro do Paço<sup>1070</sup>.

No interior do templo assistiam habitualmente, por parte da Família Real, o Rei e o infante D. Afonso, acompanhados pelo ministério, casas civis e militar, corpo diplomático, autoridades administrativas, contingentes da marinha e exército, bem como individualidades religiosas. Nesta ocasião, como nas festividades religiosas, a imprensa periódica dava conta da assistência ser constituída também por povo, quer no exterior no templo quer mesmo no seu interior, embora o seu papel estivesse reduzido ao de espectador<sup>1071</sup>. Ainda assim, contrastava com outras cerimónias oficiais, nomeadamente as que tinham lugar no Paço, e nas quais o acesso a este grupo social estava vedado. No transepto da Igreja erguia-se um catafalco coberto por um pano bordado a ouro e franjado a prata, encimado pela coroa imperial, envolta em crepes e rodeada por serpentinas e tocheiros<sup>1072</sup>. A pretexto desta cerimónia em 1907, a imprensa periódica afecta ao partido progressista, nomeadamente o jornal *Novidades*, publicava uma

---

<sup>1067</sup> *Novidades*, 2 de Janeiro de 1900, p. 1.

<sup>1068</sup> *O Século*, 3 de Janeiro de 1900, p. 1.

<sup>1069</sup> *O Tempo*, 3 de Janeiro de 1900, p. 1.

<sup>1070</sup> *Diário de Notícias*, 25 de Setembro de 1897, p. 1.

<sup>1071</sup> *Diário de Notícias*, 25 de Setembro de 1894, p. 1.

<sup>1072</sup> *O Século*, 19 de Outubro de 1904, p. 1; *Diário de Notícias*, 24 de Setembro de 1906, p. 1.

ilustração representando no catafalco a defunta Carta Constitucional<sup>1073</sup>, numa clara crítica à actuação da figura régia.

De acordo com Fernando Catroga, os sinais de esmorecimento do culto a D. Pedro IV, remontavam sobretudo à década de 1860. De facto, o culto cívico dos mortos conheceu um desenvolvimento ao longo do século XIX, ganhando especial relevo com o liberalismo. O enaltecimento e glorificação da morte de D. Pedro IV, como fundador de um novo regime, permitiram a agregação da memória em torno da unidade nacional. Mas depressa a celebração em torno daquele Rei perdeu força. O culto a esta figura manteve, além disso, traços de Antigo Regime, ao ser administrado por uma irmandade religiosa e estava limitada aos familiares e aos militares sobreviventes das lutas liberais, o que dificultava a promoção do interesse público<sup>1074</sup>. De facto, embora durante o reinado de D. Carlos se tivesse continuado a festejar a data com a presença do Rei e/ou do Infante, a cerimónia tinha uma forte componente religiosa que contrastava com os momentos nacionais e cívicos que marcaram as comemorações dos centenários.

Nas exéquias de D. Luís, a cerimónia era bastante semelhante, com a grande diferença de, habitualmente, uma ou ambas as Rainhas se encontrarem presentes, envergando luto rigoroso, de mantilha ou de crepes<sup>1075</sup>.

A missa de *Requiem* executada nestas cerimónias era habitualmente orquestrada e cantada, quer pela própria orquestra da Sé, quer pela música da Real Câmara. Quando há indicação da autoria das composições, são habitualmente de compositores estrangeiros – Mozart<sup>1076</sup>, os italianos Carcano<sup>1077</sup>, Cortoni<sup>1078</sup>, Jumelli<sup>1079</sup> ou o espanhol Eslava<sup>1080</sup>. A excepção era constituída por Augusto José de Carvalho, mestre de capela<sup>1081</sup>. Este tinha sido incumbido de compor uma missa de exéquias (missa e

---

<sup>1073</sup> *Novidades*, 24 de Setembro de 1907, p. 1.

<sup>1074</sup> CATROGA, Fernando, *O Céu da Memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos*, Coimbra, Minerva, 1999, pp. 177-185.

<sup>1075</sup> *Diário de Notícias*, 20 de Outubro de 1894, p. 1.

<sup>1076</sup> *O Tempo*, 21 de Outubro de 1890, p. 1.

<sup>1077</sup> *O Século*, 19 de Outubro de 1892, p. 1; *Diário de Notícias*, 25 de Setembro de 1897, p. 1.

<sup>1078</sup> *O Tempo*, 25 de Setembro de 1896, p. 1.

<sup>1079</sup> *Diário Ilustrado*, 25 de Setembro de 1890, p. 1; *Novidades*, 24 de Setembro de 1894, p. 2.

<sup>1080</sup> *Novidades*, 19 de Outubro de 1893, *Diário Ilustrado*, 20 de Outubro de 1894, p. 2; *O Tempo*, 20 de Outubro de 1896, p. 2. Miguel Hilarion Eslava (1807-1878).

<sup>1081</sup> *Diário de Notícias*, 24 e 25 de Setembro de 1901, p. 1; *Diário de Notícias*, 20 de Outubro de 1901, p. 1.

*Libera Me*) em 1898 e partir dessa data a mesma era a composição habitualmente interpretada<sup>1082</sup>.

Os festejos pelo aniversário da aclamação de D. João IV eram celebrados na Sé com um *Te Deum*, organizado pela Comissão Central 1º de Dezembro, fundada em 1861 e da qual fizeram parte um grupo de liberais, antigos soldados do exército de D. Pedro IV, alguns ex-radicais e inclusive um número reduzido de legitimistas<sup>1083</sup>. No entanto, Suas Majestades não assistiam, nem as dignidades habituais, como as suas casas civis e militar<sup>1084</sup>. Pontualmente os Conselheiros de Estado e o ministério marcavam presença.<sup>1085</sup> É certo que este era um dia de simples gala na corte, mas o único no qual a Família Real não fazia parte. A ausência do Rei e da respectiva Casa Real, ainda que não fosse notada pela imprensa periódica da época, pode ser entendida como um afastamento do poder moderador de uma festividade nacional, orientada para o enaltecimento das façanhas bélicas antiespanholas. Ainda que esse afastamento se pudesse dever à presença de legitimistas nessas celebrações, ou a questões diplomáticas, uma vez que a sua participação poderia colocar em causa as relações com a Coroa espanhola, era a imagem pública que poderia sair prejudicada, por não dar, com a sua presença, um carácter oficial a estas celebrações de teor nacional. Esta ausência é ainda mais enigmática se se tiver em consideração que a Comissão fora presidida por algumas personalidades políticas de primeira plana, nomeadamente Fontes de Pereira de Melo ou até mesmo Hintze Ribeiro, este último entre 1900 e 1910.

Efectivamente, a partir da década de 1880 tinham surgido novos rituais que resultaram na unificação da memória nacional, logo nesse mesmo ano com o Centenário de Camões. No entanto, esta festividade, que marcou o início da realização das comemorações históricas consagradas à memória dos heróis nacionais, foi organizada à margem do constitucionalismo monárquico, tanto do poder executivo, como do moderador. O governo recusou-se a dar um carácter oficial às comemorações e

---

<sup>1082</sup> *Diário de Notícias*, 20 de Outubro de 1901, p. 1, *O Tempo*, 20 de Outubro de 1903, *Novidades*, 19 de Outubro de 1906, p. 2; *Novidades*, 25 de Setembro de 1901, p. 2.

<sup>1083</sup> CATROGA, Fernando, “Nacionalistas e Iberistas”, TORRALBA, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.) *O Liberalismo*, MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 265.

<sup>1084</sup> *Diário de Notícias*, 2 de Dezembro de 1900, p. 1; *Diário de Notícias*, 2 de Dezembro 1902, p. 1.

<sup>1085</sup> *Diário de Notícias*, 2 de Dezembro de 1894, p. 1; *Novidades*, 1 de Dezembro de 1898, p. 2; *Diário de Notícias*, 2 de Dezembro de 1895, p. 1; *Diário de Notícias*, 2 de Dezembro 1897, p. 1; *Diário de Notícias*, 2 de Dezembro de 1900, p. 1; *Diário de Notícias*, 2 de Dezembro de 1902, p. 1; *Diário de Notícias*, 9 de Dezembro de 1903, p. 1; *Novidades*, 1 de Dezembro de 1906, p. 2.

aconselhara o rei D. Luís a não acompanhar o cortejo cívico, ao qual assistiu, mas do pavilhão real construído para o efeito. A razão do afastamento do poder político deste acontecimento ter-se-ia devido ao facto de constar que nas festas haveria manifestações republicanas<sup>1086</sup>. Embora a Comissão executiva organizadora das festas não tenha querido confundir o acontecimento com o Partido Republicano – ao qual pertenciam muitos dos seus membros, na verdade foi o republicanismo quem mais lucrou com o sucesso desta manifestação nacional<sup>1087</sup>.

O regime monárquico revelava a inexistência de uma estratégia cultural de cunho nacionalista, que não favorecia a sua imagem pública<sup>1088</sup>. Ainda assim o Rei D. Carlos terá procurado inverter essa situação, ao participar na comemoração dos centenários Henriquino e de Vasco da Gama, ocupando um lugar destacado nas festividades. No primeiro caso, ao tomar parte no cortejo cívico que a Câmara Municipal do Porto organizara e, no segundo ao discursar na Sociedade de Geografia de Lisboa, responsável pela organização da comemoração<sup>1089</sup>.

Portanto, tirando as celebrações políticas, elas próprias em declínio, sobretudo no caso da festa da outorga da Carta Constitucional, e as únicas que, além de inovadoras face ao Antigo Regime, podiam congregar em si os esforços de união nacional, os festejos da corte mantinham-se iguais ao que haviam sido no séculos anteriores. Isso significava que o Rei, apesar de alguns esforços, acima descritos, não se conseguia afirmar como um símbolo da Nação.

As celebrações do Sagrado Coração e de Nossa Senhora da Conceição pautavam-se pelos mesmos moldes das anteriores. A assistência era semelhante, com a presença da Família Real. A primeira tinha lugar na Basílica da Estrela e a de Nossa Senhora da Conceição na Sé. Em ambas predominavam as missas e outras composições musicais de compositores estrangeiros: Catalani<sup>1090</sup>, Suppé<sup>1091</sup>, Barrera<sup>1092</sup>, e Eslava<sup>1093</sup>.

---

<sup>1086</sup> SILVEIRA, Luís Espinha da, FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 220.

<sup>1087</sup> CATROGA, *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*, Coimbra, FLUC, 1988, p. 906.

<sup>1088</sup> MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e memória nacional, 1846-1898*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 442 e 469.

<sup>1089</sup> MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e memória nacional, 1846-1898*, p. 459.

<sup>1090</sup> *Diário de Notícias*, 9 de Dezembro de 1895, p. 1; *Diário de Notícias*, 9 de Dezembro de 1896, p. 1; *Diário Ilustrado*, 23 de Maio de 1900, *Diário Ilustrado*, 19 de Junho de 1903, p. 1, *Diário de Notícias*, 11 de Junho de 1904, *Novidades*, 8 de Dezembro de 1906, p. 2

<sup>1091</sup> *Diário de Notícias*, 11 de Junho de 1904, p. 1.

<sup>1092</sup> *Diário Ilustrado*, 7 de Junho de 1902, p. 1.

Na Festividade do Sagrado Coração de Jesus, onde a Rainha se apresentava habitualmente de chapéu, era ofertada uma quantia monetária pelo Rei, através do tesoureiro das Reais Capelas, e destinada aos eclesiásticos celebrantes<sup>1094</sup>. Para a festividade de Nossa Senhora da Conceição, a Rainha escolhia habitualmente mantilha, ostentando naturalmente as insígnias da ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Era também efectuado um donativo destinado ao Convento da Conceição de Vila Viçosa, antes do ofertório, mas nesta ocasião era o Rei quem o fazia directamente, sem a mediação do tesoureiro das Reais Capelas, ajoelhando num coxim aos pés do celebrante<sup>1095</sup>. No final da cerimónia, era concedida a bênção papal, caso a liturgia fosse oficiada pelo cardeal-patriarca<sup>1096</sup>. A imprensa periódica foi, ao longo de todo o reinado, dando maior destaque a esta cerimónia. Se atentarmos, por exemplo, no *Diário Ilustrado*, jornal afecto ao partido Regenerador e um dos quais onde essa evolução é mais evidente, verificam-se dois momentos essenciais. Um primeiro em 1894, onde as individualidades presentes começam a ser particularizadas. Um segundo momento, a partir de 1902, em que as descrições do vestuário envergado pela Rainha e a decoração do interior do templo se tornaram mais pormenorizadas. Curiosamente, o primeiro destes momentos coincide com as dificuldades de relação entre o casal régio, onde se assiste a um progressivo afastamento entre o Rei D. Carlos e a Rainha D. Amélia. O segundo coincide com a regência de D. Amélia, pela ausência de D. Carlos do país.

A imprensa periódica chamava igualmente a atenção para a diminuição do aparato e esplendor com que a procissão do *Corpus Christi* era celebrada, desde anos anteriores ao reinado de D. Carlos<sup>1097</sup>, resumindo-se nos primeiros anos deste a uma volta no largo da Sé<sup>1098</sup>, se o tempo permitisse pois, caso contrário, a procissão era realizada no interior da Igreja<sup>1099</sup>. D. Carlos, como todos os Reis anteriores a si, participava na procissão, segurando uma das varas do pálio, que partilhava juntamente com alguns Grandes do Reino e com o poder político, o Presidente do Conselho e o Presidente da Câmara de Lisboa, sendo acompanhados de vários elementos da corte, representantes do ministério, das duas Câmaras parlamentares e da Câmara

---

<sup>1093</sup> *Diário de Notícias*, 9 de Dezembro 1894, p. 1; *Diário Ilustrado*, 9 de Dezembro de 1903, p. 2.

<sup>1094</sup> *Diário de Notícias*, 11 de Junho de 1904, p. 1.

<sup>1095</sup> *Diário de Notícias*, 9 de Dezembro 1894, p. 1.

<sup>1096</sup> *Diário Ilustrado*, 9 de Dezembro de 1898, p. 1.

<sup>1097</sup> *Diário de Notícias*, 25 de Maio de 1894, p. 1.

<sup>1098</sup> *O Século*, 17 de Junho de 1892, p. 1.

<sup>1099</sup> *Diário de Notícias*, 19 de Junho de 1903, p. 1.



Municipal<sup>1100</sup>, enquanto a Rainha assistia à mesma, de uma tribuna montada para o efeito, do lado direito da Sé<sup>1101</sup>.

Efectivamente, as manifestações festivas desta celebração religiosa durante este reinado contrastavam fortemente com as efectuadas no Antigo Regime. A celebração do Corpo de Deus foi instituída em 1264 pelo Papa Urbano IV e decretada a toda a cristandade, cinquenta anos depois, em 1311. De acordo com Iria Gonçalves, era a festa “*mais magnificente e esplendorosa que a baixa Idade Média conheceu*”<sup>1102</sup>. A participação era transversal a toda a sociedade, não só a nível da comparência nas celebrações, como nos preparativos realizados e respectivas despesas. A procissão foi integrada nas celebrações do Corpo de Deus a partir de 1389 e, nessa altura, a figura de S. Jorge, elevado a padroeiro do Reino<sup>1103</sup>. Em 1719, D. João V procedeu a algumas alterações do cortejo, eliminando parte das tradições medievais, nomeadamente alguns dos elementos profanos, como as corridas de touros e entremezes. Em contrapartida, como foi característica da sua acção, aumentou a pompa litúrgica da procissão<sup>1104</sup>.

No último dia do ano era celebrado igualmente um *Te Deum* na Sé Catedral, por acção de graças pelo ano que findava. Era assistido habitualmente pelos monarcas e pontualmente pelo infante D. Afonso<sup>1105</sup>. Assistiam também as casas civis e militar, Conselheiros de Estado, ministério. Nesta ocasião, a peça de música religiosa era, ao contrário do que acontecia anteriormente, de compositores portugueses. Em 1895, o primeiro ano em que é referenciada a autoria do *Te Deum*, foi escolhido o de Marcos Portugal e o *Tantum Ergo* de Augusto José de Carvalho<sup>1106</sup> e a partir desta data o *Te Deum* composto por este último compositor<sup>1107</sup>. Estranhamente, à chegada da comitiva régia ao templo, em vez do Hino da Carta, a orquestra da Real Câmara tocava habitualmente uma sinfonia<sup>1108</sup> ou aberturas de óperas, como a *Gazza Ladra* de

---

<sup>1100</sup> *Diário de Notícias*, 2 de Junho de 1893, p. 1.

<sup>1101</sup> *Diário de Notícias*, 22 de Junho 1900, p. 1.

<sup>1102</sup> GONÇALVES, Iria, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 153.

<sup>1103</sup> IGLÉSIAS, Fátima Iglésias, *Corpus Christi*, Lisboa, Quimera, 1992, p. 6.

<sup>1104</sup> TOJAL, Diamantino, *A procissão do corpo de Deus na 2ª metade do século XVIII*, Lisboa, 1948, s.p..

<sup>1105</sup> *Diário de Notícias*, 1 de Janeiro de 1892, p. 1; *Novidades*, 31 de Dezembro de 1893, p. 1, *Novidades*, 31 de Dezembro de 1894, p. 1; *Novidades*, 31 de Dezembro de 1895, p. 1; *Diário Ilustrado*, 1 de Janeiro de 1897, p. 1; *Diário de Notícias*, 1 de Janeiro de 1898, p. 1; *Diário de Notícias*, 1 de Janeiro de 1900, p. 1; *Novidades*, 31 de Dezembro de 1901, p. 1; *Diário Ilustrado*, 1 de Janeiro de 1903, p. 1; *Diário de Notícias*, 1 de Janeiro de 1904 p. 1; *Diário de Notícias*, 1 de Janeiro de 1907. p. 1.

<sup>1106</sup> *Novidades*, 31 de Dezembro de 1895, p. 1.

<sup>1107</sup> *Diário Ilustrado*, 1 de Janeiro de 1897, p. 1.

<sup>1108</sup> *Novidades*, 31 de Dezembro de 1901, p. 1.

Rossini<sup>1109</sup> ou *Raymond*, de Ambroise Thomas<sup>1110</sup>, estas em especial por conterem uma fanfarra adequada à situação, mas colocando em segundo plano a componente nacionalista – e constitucional – que o Hino da Carta oferecia. Portanto, o único símbolo nacional presente habitualmente nas festividades de corte não estava presente nesta cerimónia em particular.

As celebrações religiosas, para além de marcarem a ruptura com a rotina quotidiana, permitiam aquilo que as celebrações no Paço negavam: a perfeita comunhão do todo colectivo<sup>1111</sup>, ao permitir-se a assistência por parte dos grupos sociais não privilegiados – o povo, como era denominado na imprensa da época: “*O templo estava cheio de povo de todas as classes*”<sup>1112</sup>, ou a “*concorrência, dentro e fora do templo merece ser citada, pois que nos pareceu que ela foi decerto maior que as suas precedentes. As alas de povo iam desde a rua dos retroseiros até ao grandioso templo*”<sup>1113</sup>. Era a ocasião perfeita para o pedido de esmolas, subsídios ou pensões, sobretudo à Rainha: “*Muitas famílias pobres entregaram ali petições à Rainha D. Amélia*”<sup>1114</sup>.

Todavia, essencialmente a partir de 1902, a imprensa periódica começa a dar conta da existência de agentes policiais no interior da Igreja<sup>1115</sup>. Esta aparece já referida desde finais no século, embora não especificamente no interior do recinto sagrado. Seria efectivamente uma novidade, ou simplesmente a imprensa periódica começou a chamar a atenção para esse facto? Certo é que o *Te Deum* de final de ano de 1907, o último a que D. Carlos assistiu, “*a concorrência era diminuta.*”<sup>1116</sup>

Os aniversários dos infantes, tal como o dia do santo do nome dos membros da família real e o dia de Natal não assumiam um carácter aparatoso como as cerimónias anteriores, apesar de haver nessas ocasiões recepção de cumprimentos dos oficiais da Casa Real, ministros e outras corporações, no palácio onde a família Real se encontrava de momento. No caso dos aniversários e o dia do santo do nome, a recepção podia culminar com um banquete ou baile à noite.

---

<sup>1109</sup> *Novidades*, 31 de Dezembro de 1898, p. 1.

<sup>1110</sup> *Novidades*, 31 de Dezembro de 1900, p. 1.

<sup>1111</sup> SEGALÉN, Martine, *Ritos y rituales contemporáneos*, Madrid, Alianza Editorial, 2011, p. 20.

<sup>1112</sup> *Diário de Notícias*, 9 de Dezembro de 1892, p. 1.

<sup>1113</sup> *Novidades*, 24 de Setembro de 1892, p. 1.

<sup>1114</sup> *Diário de Notícias*, 6 de Junho de 1891, p. 1.

<sup>1115</sup> *Novidades*, 31 de Dezembro de 1902, p. 1.

<sup>1116</sup> *Novidades*, 1 de Dezembro de 1907, p. 1.

Fora destas ocasiões devidamente calendarizadas ou por motivo de visitas oficiais, os bailes afiguravam-se como bastante raros. Ainda assim, há notícias de alguns no início do mês de Outubro, na Cidadela de Cascais<sup>1117</sup>, mas que poderiam estar relacionados com o aniversário natalício de D. Carlos e D. Amélia, no final do mês de Setembro. As explicações para isto podem estar em motivos de ordem financeira. Efectivamente, em 1897, o baile habitual dado por ocasião do nome da Rainha não teve lugar por alegadas razões financeiras e pela má imagem que um baile daria nessa ocasião: “(...) *chegou o Bernardo [Arnoso do Paço] da Pena com a impressão que não havia Baile. Rainha zangou-se muito, sobretudo que El-Rei não lhe tivesse escrito, nem mandado dizer nada. Barros Gomes<sup>1118</sup> falou com o Bernardo e disse que as finanças estavam o pior possível. Bernardo foi falar a El-Rei que disse serem exageros do Barros Gomes. Bernardo falou ao José Luciano [de Castro<sup>1119</sup>] e mostrou-lhe o inconveniente dum baile no Paço quando as coisas estavam tão más. Este concordou, tinha dito no sábado à Rainha que não achava inconveniente que houvesse o baile e El-Rei encarregou o Bernardo de vir falar a Rainha o que ele veio fazer contente com a sua missão. Quando chegava a casa apareceu a Rainha (...) Falou imenso contra o marido e sogra, o Presidente do Conselho, mas não me disse positivamente que não havia baile. Nous verrons, nous verrons. Tomara que não haja, mas receio que sim*”<sup>1120</sup>. A Condessa de Sabugosa alongava-se na descrição do caso no dia seguinte: “*Rainha apareceu quando estávamos defronte de casa. Furiosa com a história do baile. José Luciano disse-lhe que não achava inconveniente em que houvesse o baile, que tinha dito a El-Rei e que este é que lhe tinha perguntado não achar mais conveniente que o baile da Pena seja adiado e que ele tinha respondia que sim, uma vez que era esse o desejo.*”<sup>1121</sup> Como se depreende, fora a vontade do Rei que ditara a decisão de adiar o dito baile, por alegadas dificuldades financeiras, o que demonstra haver consciência por parte de D. Carlos do impacto das festividades, ou pelo menos dos seus gastos na opinião pública. O baile efectivamente não teve lugar mas, para a Rainha, a razão não residia no estado das finanças, mas sim num ataque do Rei à Condessa de Figueiró: “(...) *Bernardo [Arnoso] esteve aqui (...) dizendo que não havia baile. António*

<sup>1117</sup> Carta de Sofia de Almeida de Lima ao Conde de Sabugosa, Lisboa, 4 de Outubro de 1904, ASSL, Mordomia, 37, 54. Diário da Condessa de Sabugosa, 7 de Outubro de 1896, ASSL, Diário da Condessa, 1896.

<sup>1118</sup> Ex deputado do Partido Progressista, ex-ministro e Presidente do Banco de Portugal em 1897.

<sup>1119</sup> Na altura Presidente do Conselho.

<sup>1120</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 15 de Julho de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897.

<sup>1121</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 16 de Julho de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897.

[Sabugosa] recebeu carta da Rainha dizendo também que não havia baile. Pretende ela que El-Rei soube por ela mas que lhe disse que tinha sido ele que tinha desfeito tudo com a descompostura que tinha dado à P[epita]. Que triste que isto tudo é. (...)”<sup>1122</sup>

Para concluir, resta dizer que nesse final do mês, por ocasião do aniversário do infante D. Afonso, a Rainha D. Maria Pia acabaria por dar uma *soirée*, no Paço de Sintra. “Não se fizeram convites especiais, mas houve muito mais gente”. Apesar da designação, a festa incluía música e dança: “Dancei a primeira contra-dança com o d’Ormesson”<sup>1123</sup> vis a vis à Rainha (...)”<sup>1124</sup>.

Estas festividades podiam, no entanto, ser alteradas por motivos imprevistos. Em 1894, a morte do Conde de Paris, pai da Rainha D. Amélia, fez com que a corte tomasse luto por trinta dias. No dia seguinte ao da sua morte, a 8 de Setembro, era o dia do nome da Rainha D. Maria Pia. Esta não recebeu ninguém por esta ocasião, à excepção dos ministros<sup>1125</sup>. Esta excepção é sintomática da importância crescente que a classe política detinha, não só a nível da governação, como também a nível simbólico.

Para além das cerimónias descritas, permanentes, que marcavam o calendário anual, existiam os rituais de passagem, constituídos pelas festividades por ocasião dos principais acontecimentos da vida do monarca: nascimento / baptizado, casamento, aclamação e morte e que não só garantiam à monarquia a sua permanência e continuidade<sup>1126</sup>, como eram uma forma de exibir a sua realeza.

Durante o reinado de D. Carlos, ocorrera apenas um nascimento e consequente baptizado, o do Infante D. Manuel, a festa da aclamação e os seus ofícios fúnebres que, juntamente com os do príncipe Real, fecharam o seu reinado.

No entanto, já desde o seu casamento com D. Amélia, a 22 de Maio de 1886, que estas festividades eram criticadas por parte da imprensa periódica pelos gastos que implicavam. Com efeito, nesta ocasião os ataques surgiam, muito naturalmente, não dos jornais afectos aos partidos habitualmente no poder – progressista e regenerador – mas sim da imprensa republicana e também monárquica, nomeadamente legitimista. Esta censurava “as festas deslumbrantes que custam rios de dinheiro embora deixem o

---

<sup>1122</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 22 de Julho de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897.

<sup>1123</sup> Olivier Le Fèvre (1849-1923), Conde d’Ommersson, e embaixador francês em Lisboa.

<sup>1124</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 31 de Julho de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897.

<sup>1125</sup> *Diário de Notícias*, 9 de Setembro de 1894, p. 1.

<sup>1126</sup> SILVÉRIO, Carla Alexandra Serapicos de Brito, *Representações da realeza na cronística medieval portuguesa. A dinastia de Borgonha*, p. 163.

tesouro a pedir chuva (...)"<sup>1127</sup> O jornal *O Século* condenava as obras e os concertos que o Estado subsidiava "à grande", com os dois contos e setecentos mil réis que concedera à Casa Real para esta comemoração. Mas criticava também o protocolo tradicional: "*Só falta que o Estado pague o conserto das cabeleiras dos moços fidalgos e forneça o algodão em rama das barrigas das pernas dos magricelos chamados a figurar nos saraus e recepções que se anunciam*"<sup>1128</sup> As cerimónias para a imprensa republicana não passavam de um Carnaval antiquado, que roçava o ridículo, estando igualmente implícita a crítica à própria Casa Real e corte: "*O cortejo do noivado do príncipe Simão vai ser uma coisa deslumbrante de ridículo. Os fatos de moços fidalgos, etc, que o guarda-roupa Cruz costuma alugar aos peraltas pelo Carnaval, para figurarem nos bailes pelintras e devassos [do Teatro] da Trindade e Palácio do Marquês de Lima, nunca se viram em tais alturas. Da feira da Ladra passaram para os bailes da corte, o que nos dá a esperança consoladora de vermos também um dia a corte transferida para a feira da ladra, coisa que muito deve divertir o público. Mas ainda não era bastante esta exibição dos fatos alugados no Crus de há muito estafados nos deboches carnavalescos. Haverá também uma pomposa exposição de antiqualhas excelentes para figurarem nos museus onde deviam encontrar-se antes que a casa real as deixe perder ou as reduzia a dinheiro para brodios mas que aparecendo neste tempo só servem para dar a qualquer acto o aspecto de uma palhaçada crescendo ainda que se deterioram consideravelmente, o q eu é para lamentar. (....) Pedimos que nos digam se pode haver coisa mais caricata do que este passeio feito pelas ruas da cidade em churriões alguns dos quais tem mais de 200 anos. Imaginem o que se faria a um qualquer diabo que em dos dias de carnaval aparecesse nas ruas em qualquer dessas carroças, aliás de grande valor artístico. Nestes tempos de democracia, em que a realeza se vê obrigada a vestir, a andar como toda a gente, de rabona e chapéu de coco para não provocar a gargalhada, já se não tomam a sério estas comédias cheias de coisas que só eram próprias das épocas em que os reis eram considerados seres excepcionais, em cujas veias girava sangue de coloração diversa dos seus vassalos. Por mais que queiram o cortejo há de ser uma palhaçada. Pena é que não abram o cortejo com um bando de homens de armas, arautos, porta-estandartes, pagens, guerreiros,*

---

<sup>1127</sup> *A Nação*, 11 de Maio de 1886, p. 1.

<sup>1128</sup> *O Século*, 2 de Maio de 1886, p. 1.

*etc, etc. Isso então é que era obra fina.*”<sup>1129</sup> Na verdade, muitas destas críticas eram as mesmas apontadas anos antes pelos meios reaccionários ao cortejo cívico do centenário de Camões, ridicularizado através da comparação com o rito carnavalesco do enterro do bacalhau<sup>1130</sup>.

O casamento de D. Carlos, sendo o de um Príncipe Real e não o de um Chefe de Estado, como o de seu pai, já reinante à data do consórcio, em vez dos cinco dias habituais de gala, teve apenas quatro. O primeiro era o da celebração do casamento, na Igreja de São Domingos. O segundo estava reservado à recepção no Paço de Belém, residência dos recém-casados. O terceiro era também de recepção no Paço da Ajuda, sendo anfitriões os Reis, D. Luís e D. Maria Pia, que receberiam as felicitações não só do corpo diplomático, mas também das comissões nomeadas pelos corpos legislativos, Câmara Municipal de Lisboa, Corte e tribunais. No quarto dia o Rei D. Luís passaria revista às tropas da guarnição de Lisboa, formadas em parada no Terreiro do Paço, que seguiriam para a Avenida da Liberdade, onde estavam armadas tribunas para os reis e príncipes, respectivas comitivas, corpo diplomático, Câmara Municipal de Lisboa, membros das duas assembleias, corte, tribunais, outras corporações, bem como representantes da Imprensa<sup>1131</sup>. Nestes dias haveria récitas de gala, quer no Teatro D. Maria II, quer em São Carlos. As diferenças entre as cerimónias de casamento de D. Carlos e o do seu pai, para além do estatuto dos noivos, já referida, deveram-se também à não inclusão das recepções por ocasião da chegada da Princesa D. Amélia, como acontecera com a Rainha D. Maria Pia.

Há, no entanto, outras pequenas alterações de um casamento para o outro. Em primeiro lugar, a referência explícita à imprensa, destinada a fazer a cobertura informativa do acontecimento, tal como haveria de estar nas cerimónias fúnebres de D. Luís e, como demonstraram Luís Espinha da Silveira e Paulo Fernandes, não por motivos simbólicos, mas funcionais<sup>1132</sup>. Ao contrário do que acontecia durante o Antigo Regime, em que as cerimónias e rituais, ainda que públicos, se dirigiam sobretudo aos grupos que participavam delas, a nível físico e simbólico, a presença da imprensa periódica preconizava agora o elo de ligação entre a Monarquia e a massa anónima, que

---

<sup>1129</sup> *O Século*, 6 de Maio de 1886, p. 1.

<sup>1130</sup> CATROGA, Fernando, *Morte romântica e religiosidade cívica*”, TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço (coord.) *O Liberalismo*, MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, vol. V, p. 605.

<sup>1131</sup> *Programa das festividades do casamento de D. Carlos com D. Amélia*, Lisboa, Impr. Nacional, 1886, pp. 1-2.

<sup>1132</sup> SILVEIRA, Luís Espinha da, FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, p. 268.

continuava apenas a estar presente nas ruas, limitando-se o seu papel a espectadora dos cortejos, afinal a única parte visível destas cerimónia<sup>1133</sup>.

Em segundo, a parada das tropas da guarnição de Lisboa que, nos festejos do matrimónio de D. Luís teve lugar no Campo Pequeno, sendo por ocasião do de D. Carlos escolhida a principal sala de visitas da cidade, o Terreiro do Paço que apenas tinha servido como passagem para o cortejo matrimonial no primeiro dia dos festejos. O elemento militar adquiria assim um local mais central na geografia da cidade, primeiro na sua praça mais imponente e depois numa das suas principais artérias.

Para além da Família Real Portuguesa e da família exilada da princesa D. Amélia, a estas festividades estavam presentes os oficiais da Casa Real e da Casa Militar, os Grandes do Reino e demais titulares; bispos, cardeais, cónegos e beneficiados; Ministério, Conselho de Estado, Ministros e Secretários de Estado Honorários; Desembargadores e protonotários; delegações das duas Câmaras Parlamentares, Juntas gerais do distrito administrativo e tribunais Superiores. Tal como no casamento de D. Luís, o Governador Civil de Lisboa, a Câmara Municipal, vereadores e autoridades administrativas e policiais da capital.

O cortejo real saiu do Palácio da Ajuda em direcção à Igreja e iniciava-se com um piquete de cavalaria, servindo de batedores, seguiam-se os diversos cargos da Casa Real, nomeadamente os Porteiros da Cana e os Reis de armas, arautos e passavantes, e, acompanhando o Coche Real, o Estribeiro-mor e o Comandante da Guarda Real dos Archeiros, finalizando com uma guarda de honra, constituída por uma força de cavalaria e precedida pelos membros da Casa Militar do Rei e do Príncipe. Embora o *Diário de Notícias* se limitasse à descrição do programa do cerimonial<sup>1134</sup>, nomeadamente acerca da constituição do desfile, acrescentava que “o cortejo tinha o quer que fosse de grandeza antiga como o que era uma revivência dos tempos de D. João V. O desfilar dos coches na rua do Ouro desenvolvia um aparato característico e fora do comum”<sup>1135</sup>. O cortejo da noiva saiu do Paço das Necessidades e fora precedido por uma força de cavalaria. No interior da Igreja também se efectuou um cortejo, enfileirado

---

<sup>1133</sup> CURTO, Diogo Ramada, *A Cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos ritos e negócios*, Lisboa, Tese de doutoramento em Sociologia Histórica apresentada à faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994, p. 100.

<sup>1134</sup> *Programa das festividades do casamento de D. Carlos com D. Amélia*, Lisboa, Impr. Nacional, 1886, pp. 2-3.

<sup>1135</sup> *Diário de Notícias*, 23 de Maio de 1886, p. 1.

entre duas alas da Guarda Real dos Archeiros. Debaixo do pálido, sustentado pelos dignitários da Câmara Municipal de Lisboa, os soberanos, acompanhados pelos oficiais das Casas Real e Civil, que efectuavam serviço junto dos mesmos.

O cortejo continuava a ser um dos principais rituais de manifestação régia, não só nas cerimónias matrimoniais, como em grande parte das cerimónias da Monarquia. De facto, era já utilizado nas entradas régias medievais, nas quais se teria apropriado de dispositivos religiosos, nomeadamente do uso do pálido, a partir do século XIV<sup>1136</sup>. Permitia também, pelo menos os que se desenrolavam no exterior e, como tal, visíveis a todas as camadas sociais da população, a medição do prestígio e a receptividade que os soberanos detinham em determinado momento<sup>1137</sup>. Tornavam visível também a hierarquia social. Nele continuavam a participar activamente apenas membros da Casa Real, civil e militar, excluindo todas as outras entidades, cuja participação se limitava à assistência, ao contrário do que acontecia nos cortejos fúnebres, como veremos. No entanto, este cerimonial aparecia agora simplificado, dando-se especial relevo, não aos oficiais-mores, mas sobretudo aos grandes cargos – no caso o Estribeiro-mor e o Capitão da Guarda Real dos Archeiros, e aos oficiais superiores que faziam o serviço junto às Majestades. No fundo, reflectindo as conclusões a que chegámos no primeiro capítulo. De facto, dos oficiais-mores, praticamente só os grandes cargos eram mencionados, por deterem especiais atribuições no decorrer das cerimónias.

Especial destaque assume um cargo não pertencente à Casa Real – o Governador Civil, encarregado de fazer cumprir as ordens relativamente ao trânsito e ao policiamento, sobretudo no que diz respeito ao Cortejo<sup>1138</sup>.

Menos de um ano depois deste casamento, nascia o Príncipe Real, D. Luís Filipe. A sucessão dinástica estava, à partida, assegurada. O dia do nascimento, a 21 de Março de 1887, ficaria também marcado pelas salvas de artilharia e girândolas, tendo várias personalidades da corte, do corpo diplomático e ministério acorrido ao Paço de Belém a saudar os soberanos<sup>1139</sup>. O baptismo do neófito ocorreu nesse mesmo dia. A 22 de Março, um *Te Deum* na Sé, em acção de graças pelo bom sucesso de D. Amélia, a

---

<sup>1136</sup> ALVES, Ana Maria, *As entradas régias portuguesas, uma visão de conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, p. 22.

<sup>1137</sup> PAIVA, José Pedro, “O cerimonial da entrada dos bispos nas suas dioceses: uma encenação de poder (1741-1757)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993, p. 143.

<sup>1138</sup> *Programa das festividades do casamento de D. Carlos com D. Amélia*, p. 6.

<sup>1139</sup> *Diário Ilustrado*, 22 de Março de 1887, p. 1.



que assistiram várias personalidades: o Rei, D. Carlos, os infantes D. Afonso e D. Augusto, o Conde de Paris e membros do corpo diplomático, para além do ministério e altos funcionários civis<sup>1140</sup>. Dois dias depois houve uma recepção oficial no Palácio da Ajuda. Para além dos Reis D. Luís e D. Maria Pia, estiveram também presentes D. Carlos e os infantes D. Afonso e D. Augusto. Como habitualmente, participaram oficiais superiores da Casa Real, membros do ministério, o corpo diplomático, oficiais do exército e da armada, altos funcionários, magistrados e pares do Reino<sup>1141</sup>. Até à hora do começo da recepção, compareceram 329 carruagens no Paço da Ajuda<sup>1142</sup>. Nessa mesma noite, houve récita de gala no teatro de São Carlos, a que assistiu a família Real, a corte, ministério e altos funcionários<sup>1143</sup>. A unção dos Santos Óleos ocorreu a 12 de Abril, dois dias depois do Domingo de Páscoa. A cerimónia foi devidamente atrasada, para não coincidir com os festejos da semana Santa, “*por não se poder revestir a igreja como brilho e a pompa dignas da cerimónia baptismal.*”<sup>1144</sup> Ao contrário do baptismo de D. Carlos, que ocorreu na Igreja de São Domingos, o de D. Luís Filipe teve lugar na Real Capela do Paço da Ajuda. Isso implicou a que não se verificasse cortejo real pelas ruas da cidade, tornando a cerimónia mais privada. Ainda assim, teve lugar um jantar nesse dia, no Paço da Ajuda, para 140 pessoas, entre os quais os avós maternos do baptizado, os príncipes de Hohenzollern e os duques de Montpensier. Além disso, os oficiais da Casa Real, corpo diplomático, ministério, Conselho de Estado, os presidentes do Supremo tribunal de Justiça, da Câmara dos Pares, representantes da Câmara Municipal e governador Civil também estiveram presentes.

O Infante D. Manuel nasceria pouco depois da morte do Rei D. Luís, verificada a 19 de Outubro de 1889. Apesar do luto decretado pela morte do monarca, tiveram lugar as habituais manifestações públicas de regozijo por ocasião do seu nascimento, a 15 de Novembro de 1889, como as salvas públicas de artilharia, três dias de feriado e uma missa de *Te Deum* na Igreja de São Domingos, no dia seguinte<sup>1145</sup>. A cerimónia religiosa teve assistência do rei D. Carlos, Infante D. Afonso, oficiais-mores da Casa real, Corpo diplomático, mas também o ministério, deputados, o Governador Civil e

---

<sup>1140</sup> *Diário Notícias*, 23 de Março de 1887, p. 1.

<sup>1141</sup> *Novidades*, 24 de Março de 1887, p. 1.

<sup>1142</sup> *Diário Notícias*, 25 de Março de 1887, p. 1.

<sup>1143</sup> *Novidades*, 23 de Maio de 1887, p. 1.

<sup>1144</sup> *Novidades*, 23 de Maio de 1887, p. 1.

<sup>1145</sup> *Diário Ilustrado*, 16 de Novembro de 1889, p. 1.

representantes da Câmara Municipal<sup>1146</sup>. Apesar de ter sido baptizado no mesmo dia do seu nascimento, “*perante toda a corte*”<sup>1147</sup>, D. Manuel receberia os Santos Óleos um mês depois, no Palácio de Belém, numa cerimónia “*que teve um carácter muito íntimo*”<sup>1148</sup>, “*a fim de que Sua Majestade a Rainha a Senhora D. Maria Pia possa assistir à cerimónia*”<sup>1149</sup>, uma vez que se encontrava de luto. Ainda assim, além dos familiares directos, incluindo o avô materno, o Conde de Paris, e o Imperador do Brasil, estiveram presentes os membros da corte, o corpo diplomático e o corpo ministerial, tendo sido servido em seguida um *lunch*<sup>1150</sup>.

O protocolo das cerimónias fúnebres do monarca contrastava com as cerimónias atrás descritas. As manifestações de regozijo eram substituídas pela demonstração de um “*profundo sentimento por tão dolorosa perda*”. Assim, tomava-se luto por um espaço de quatro meses, os dois primeiros de luto pesado e os seguintes luto aliviado. Por oito dias, suspendia-se o despacho nos tribunais e repartições públicas – tal como acontecia nos dias de grande gala. Durante esses dias, os teatros estariam fechados e não havia espectáculos<sup>1151</sup>.

No dia do funeral, os cadáveres de D. Carlos e D. Luís Filipe, saíram em cortejo da Capela do Palácio das Necessidades, para a Igreja de São Vicente de Fora, tal como os de D. Maria II e D. Pedro V, ao invés do de D. Luís, que estivera em câmara ardente na Igreja do Mosteiro dos Jerónimos. Ao contrário dos restantes cortejos das grandes cerimónias da Monarquia, mas em consonância com os préstitos fúnebres dos monarcas anteriores (D. Maria II, D. Pedro V e D. Luís)<sup>1152</sup>, não só a hierarquia da Casa Real fazia dele parte, como corporações públicas e populares, pessoas particulares, presidentes e membros dos tribunais, membros da Comissão Municipal de Lisboa, a deputação dos Pares do Reino, Conselheiros de Estado e dos Ministros e secretários de Estado. Assim, o cortejo iniciava-se com uma força de cavalaria, seguida de seis porteiros da cana, vestidos de capa e volta. Depois destes, tomavam parte as corporações e pessoas

---

<sup>1146</sup> *Novidades*, 16 de Novembro de 1889, p. 1.

<sup>1147</sup> *Diário Ilustrado*, 16 de Novembro de 1889, p. 1.

<sup>1148</sup> *Novidades* 18 de Dezembro de 1889, p. 1.

<sup>1149</sup> *Diário Ilustrado*, 6 de Dezembro de 1889, p. 1.

<sup>1150</sup> *Diário de Notícias*, 19 de Dezembro 1889, p. 1.

<sup>1151</sup> Portaria determinando que, haja luto geral por quatro meses e outras manifestações de sentimento pela morte de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I o de Sua Alteza Real o Senhor D. Luís Filipe, 1 de Fevereiro de 1908, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, 1908, p. 168.

<sup>1152</sup> Vide, a título de exemplo, BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 254-255; MÓNICA, Maria Filomena, *D. Pedro V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 198-199; SILVEIRA, Luís Espinha da, FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, p. 265-268.

particulares que “*quiserem acompanhar os restos mortais de tão saudosos Monarca e seu augusto Filho*”; as carruagens e presidentes e membros dos tribunais, da Câmara de Lisboa, as pessoas que formarem a Corte e representantes de soberanos estrangeiros, conforme as precedências. Em seguida iam as carruagens dos Pares do reino, Conselheiros de Estado, Ministros e Secretários de Estado. Finalmente, os coches da Casa Real pela seguinte ordem: Porteiro da Real Câmara e moços do Guarda-roupa; Gentis-homens da Real Câmara, Ajudantes de Campo e Oficiais às ordens de ambos os falecidos; o Mordomo-mor, Mestre-sala, Reposteiro-mor e Porteiro Mor; a Coroa Régia; eclesiásticos e finalmente os coches de respeito e ataúdes, armados em camarim, com panos e cortinas de veludo preto e galões de ouro, acompanhados por moços da Câmara, e moços de estribeira. De cada lado dos féretros, o Estribeiro-mor e o Comandante da Guarda Real, a cavalo, ladeados pelos soldados da guarda Real. Fechava o cortejo a guarda real dos archeiros, a Casa Militar e demais oficiais a cavalo e uma brigada de cavalaria<sup>1153</sup>. Portanto, ainda que a sociedade civil e a elite política pudessem participar de forma activa no cortejo, aos membros da Casa Real era dado o lugar de maior destaque, precedendo o coche da Coroa. No entanto, à elite política era dada a precedência sobre a Corte, indiciando que os membros da Casa Real constituíam um grupo privilegiado naquela.

Finalmente, a cerimónia de aclamação, sobre a qual muito se tem escrito, sobretudo para épocas anteriores, nomeadamente medieval e moderna. Embora durante muito tempo se tenha defendido a ideia de que os reis portugueses não foram coroados<sup>1154</sup>, José Mattoso apresentou provas que indiciam a possível sagração e coroação dos reis exclusivamente da primeira dinastia, sobretudo a partir de D. Sancho I, corroboradas pela sua menção em diversas fontes, como o *Livro dos Arautos*, além da presença recorrente da coroa na representação régia iconográfica coeva<sup>1155</sup>. A sagração e coroação adquiriam um significado sacramental, que invocava a sanção divina e a

---

<sup>1153</sup> Portaria e programa do cerimonial que se deve observar nos funerais de D. Carlos e D. Luís Filipe, 3 de Fevereiro de 1908, *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa*, 1908, pp. 169-170.

<sup>1154</sup> MERÊA, Paulo, “Sobre a aclamação dos nossos reis”, *Revista Portuguesa de História*, tomo X, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1962, pp. 5 e 6.

<sup>1155</sup> MATTOSO, José “A coroação dos primeiros reis de Portugal” CURTO, Diogo Ramada, BETHENCOURT, Francisco, (org.), *A memória da nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa editora, 1991, p. 196.

descida do Espírito Santo sobre a pessoa escolhida, implicando que as cerimónias fossem realizadas pelo clero, nomeadamente por bispos<sup>1156</sup>.

A partir da segunda dinastia terão deixado de existir a coroação e a sagração ou, pelo menos, não há provas documentais que o atestem. Terá havido vontade nesse sentido, uma vez que o infante D. Pedro, filho de D. João I, terá obtido a bula papal que concedia o privilégio da coroação e unção, de acordo com o pontifical romano, com a condição de prestar juramento de fidelidade à Santa Sé. Os cronistas, entre os quais Fernão Lopes, referem apenas a assistência a uma missa solene, que precedia a imposição das insígnias régias sem coroação nem nenhum acto sagrado. Portanto, com D. João I, D. Duarte e D. Afonso V deixa de existir coroação e sagração, bem como o abandono da Sé de Coimbra como lugar da cerimónia, escolhendo-se locais profanos<sup>1157</sup>.

O ritual presente desde D. Afonso Henriques e que teria perdurado ao longo das diversas dinastias teria sido a prática de cariz bélico, da assunção régia sobre um escudo, característica da eleição dos chefes guerreiros das tribos germânicas, tal como aconteceu no reino de Navarra até ao início da Idade Moderna e onde se usava o mesmo pregão que em Portugal, quando se aclamava o novo Rei, de pé sobre o escudo. A aclamação seria a sobrevivência desse ritual, que acentuava a função militar da própria realeza e que lhe dava um cunho de intervenção popular<sup>1158</sup>.

A aclamação de D. Carlos ocorreu a 28 de Dezembro de 1889 e teve lugar no Palácio das Cortes, lugar escolhido para esta cerimónia desde D. Maria II<sup>1159</sup>. A segunda

---

<sup>1156</sup> STRONG, Roy, *Coronation from the 8th century to the 21st century*, London, Harper Perennial, 2005, p. 23.

<sup>1157</sup> MATTOSO, José “A coroação dos primeiros reis de Portugal”, CURTO, Diogo Ramada, BETHENCOURT (org.), *A memória da nação*, Francisco, p. 191.

<sup>1158</sup> MATTOSO, José, *Fragments de uma composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 227-228.

<sup>1159</sup> Embora no caso desta Rainha não tenha havido uma cerimónia de aclamação propriamente dita, não deixou de ter lugar o juramento, efectuado a 20 de Setembro de 1834, no Palácio das Cortes. A *Gazeta Oficial do Governo* apenas refere que “Ao meio-dia, Sua Majestade Fidelíssima, seguida das mesmas pessoas [Marquesa Camareira-mor, da sua Dama D. Maria das Dores e do Camarista Breyner], dirigiu-se ao Palácio das Cortes para prestar o solene juramento como Rainha Reinante, na forma da Carta Constitucional. A entrada de Sua Majestade Fidelíssima na Sala das Cortes, a pompa e a etiqueta com que foi recebida corresponderam à alta importância do acto que se solenizava e ao interesse que manifestavam os representantes da nação.” *Gazeta Oficial do Governo*, suplemento ao nº 71 de 20 de Setembro de 1834. Repare-se que no dia anterior tinha sido declarada maior pelo seu pai, gravemente doente, tendo falecido dias depois, o que explicará a ausência de uma cerimónia planeada atempadamente. Já D. Pedro IV jurara também a Carta a 30 de Agosto desse mês, não no Palácio das Cortes, mas no Paço da Ajuda, pelo seu estado de saúde. PIMENTEL, Alberto, *A Corte de D. Pedro IV*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1896, p. 271.

dinastia abandonara definitivamente os locais sagrados como espaço para realização desta cerimónia<sup>1160</sup>, embora D. João III a tenha feito realizar no alpendre do Mosteiro de S. Domingos<sup>1161</sup>. A dinastia de Bragança deu preferência ao Terreiro do Paço, como aconteceu, por exemplo, com D. João IV ou D. Maria I<sup>1162</sup>.

A cerimónia ocorria em sessão real extraordinária das Cortes Gerais da Nação o que, na verdade, não constituía nenhuma novidade, uma vez que durante o século XVII era costume a aclamação do novo rei coincidir, na maior parte dos casos, com a reunião de cortes<sup>1163</sup>.

Os cortejos do primeiro dia, iniciando-se no Paço de Belém, com destino ao Palácio das Cortes, constituíam o momento ritual mais visível da grandiosidade da Monarquia. O cortejo era aberto por um piquete de soldados de cavalaria, sendo seguidos pelos Reis de armas, passavantes e arautos, bem como pelos porteiros da cana, que precediam o coche do Porteiro-Mor. Porteiros e a corporação dos Reis de Armas estavam já presentes neste préstito desde a aclamação de D. João II<sup>1164</sup>. Seguiam-se os outros coches de estado. O primeiro, o denominado *coche de respeito*, vazio, seguido do da coroa real, o dos oficiais-mores, não sendo especificados quais, e finalmente um último para as Damas da Rainha. Depois destes, o coche dos soberanos, conduzido por oito cavalos, com um criado a pé, e rodeado de cada lado por três alas de moços da Real Câmara e moço das estribeira a pé. O coche real era ainda acompanhado pelo Estribeiro-mor e pelo Comandante da Guarda Real, também acompanhado de criados a pé. O cortejo era finalizado pela Casa militar, oficiais gerais, o estado-maior e a guarda de honra, composta da força de cavalaria existente em Lisboa.

A imprensa periódica deu, no entanto, detalhes mais precisos do que o próprio programa do cerimonial. O cortejo iniciou-se com seis pelotões de Cavalaria 4, arautos e passavantes<sup>1165</sup>. Seguiam-se os coches. O primeiro esteve destinado ao Secretário

---

<sup>1160</sup> MATTOSO, José “A coroação dos primeiros reis de Portugal”, CURTO, Diogo Ramada, BETHENCOURT, Francisco (org),, *A memória da nação*, p. 196.

<sup>1161</sup> CURTO, Diogo Ramada, *A Cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos ritos e negócios*, p. 234-235.

<sup>1162</sup> MILHEIRO, Maria Manuela, “Festa, pompa e ritual: a aclamação de D. Maria I”, *Barroco: Actas do II Congresso Internacional*, Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2003, p. 572.

<sup>1163</sup> CARDIM, Pedro Almeida, *As cortes de Portugal, século XVII*, Lisboa, Trabalho de síntese, realizado no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, UNL, FCSH, 1993, p. 128.

<sup>1164</sup> CURTO; Diogo Ramada, *A Cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos ritos e negócios*, p. 230-234.

<sup>1165</sup> *Diário de Notícias*, 29 de Dezembro de 1889; *Novidades*, 28 de Dezembro de 1889.

Particular e ao oficial às ordens do Rei. O segundo, ocupado pelo Porteiro-mor, Reposteiro-mor, Vedor-mor e Veador da Rainha; o terceiro, pelos Camaristas do Rei e pelo Mordomo-mor da Rainha; o quarto, por duas Damas da Rainha, uma delas, D. Josefa Sandoval de Vasconcelos, servindo de Camareira-mor, visto a Duquesa de Palmela estar doente. O quarto coche era ocupado pelo Infante D. Afonso e pelo Mordomo-mor. Seguia-se o coche de *respeito* e, em sétimo lugar, o coche de Suas Majestades<sup>1166</sup>. O Rei, tal como a Rainha, envergava um manto, com o qual os reis já se apresentavam desde pelo menos D. João VI<sup>1167</sup>. D. João II e D. João III surgiram também trajados de forma especial, mas envergando uma opa<sup>1168</sup>.

No entanto, se este cortejo era visível pela população de Lisboa, o cortejo no interior do Palácio das Cortes e a cerimónia que se lhe seguia eram de acesso restrito, mas nele tomavam parte oficiais e titulares até então não mencionados. À cabeça do préstito estavam os Reis de armas e porteiros, seguindo-se os Pares do Reino e os oficiais da cana: Mestre-sala, Porteiro-Mor e Vedor da Casa Real. Depois, os membros dos Conselhos de Ministros e de Estado. Seguiam-se os principais oficiais da Casa Real: o Mordomo-mor, o Estribeiro-Mor e o Comandante da Guarda Real, que antecediavam o Rei e a Rainha. Ao seu lado e atrás, o Capelão-mor, o Camareiro-mor, o Gentil-homem e Ajudante de campo de serviço, as Damas e o Veador da Rainha, bem como o Condestável, ofício desempenhado pelo infante D. Afonso, acompanhado pelo seu Camarista. Na verdade, este modelo seguia tanto o cerimonial seguido na aclamação de D. Pedro V, como no de D. Luís<sup>1169</sup>. Diferiam da de D. João VI, na qual da classe política só estava presente um secretário de Estado, bem como deixaram de estar presentes o Meirinho-mor e o tesoureiro da Casa Real<sup>1170</sup>.

---

<sup>1166</sup> *Diário Ilustrado*, 29 de Dezembro de 1889, p. 2.

<sup>1167</sup> Plano das ordens que seriam executadas no dia do cerimonial de aclamação de D. João VI, [Rio de Janeiro, 1816] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Casa Real e Imperial /Mordomia-mor. Papéis relativos à aclamação, sagração e Coroação de D. Maria I, Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II, códice 569, fol. 39 a 43.

<sup>1168</sup> CURTO; Diogo Ramada, *A Cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos ritos e negócios*, p. 230-234.

<sup>1169</sup> Programa para o cerimonial da inauguração do Reinado de Sua Majestade o Senhor D. Pedro V, *Collecção oficial da Legislação Portuguesa, ano de 1855*, p. 312-314. Programa para o cerimonial da inauguração do Reinado de Sua Majestade o Senhor D. Luís I, *Colecção oficial da Legislação Portuguesa, Anno de 1861*, pp. 461-466.

<sup>1170</sup> Plano das ordens que seriam executadas no dia do cerimonial de aclamação de D. João VI, [Rio de Janeiro, 1816] Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Casa Real e Imperial /Mordomia-mor. Papéis relativos à aclamação, sagração e Coroação de D. Maria I, Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II, códice 569, fol. 39 a 43.

Os personagens que tomavam parte do cortejo dispunham-se hierarquicamente no estrado montado para o efeito, no centro do qual se encontrava o trono, descoberto pelo Reposteiro-mor, como acontecera na D. João VI. Destaque-se a presença do Alferes-mor, empunhando a bandeira e a do Condestável, ostentando a insígnia do seu cargo, o estoque, entregue pelo seu camarista de serviço à entrada da câmara. A presença do Condestável remontaria à aclamação de D. João III<sup>1171</sup>, já ostentando a sua insígnia, que Paulo Merêa considerou ser um antigo símbolo usado nas coroações dos Reis de França<sup>1172</sup>.

O Gentil-homem de serviço entregava então o ceptro ao Rei. Embora a presença deste símbolo remontasse a D. João II, na segunda metade do século XVII era o Camareiro-mor quem lho entregava<sup>1173</sup>. Além disso, não era o mesmo utilizado por D. João VI, em ouro cinzelado por António Gomes da Silva e Inácio Luíz da Costa no Rio de Janeiro em 1817, encimado pela esfera armilar e pela cruz da ordem de Cristo. Tratava-se do ceptro em ouro oferecido pelos portugueses apoiantes da causa de D. Maria II, executado pela Casa Londrina Storr & Mortimer em 1828 pelos Ourives William Clutton e David Cox, o qual ostenta a Coroa Real assente sobre a Carta Constitucional, apoiada num dragão, insígnia da Casa de Bragança, em cujo peito assenta o escudo com as cinco quinas<sup>1174</sup>.

Seguia-se o juramento, uma inovação que remontava ao reinado de D. João II<sup>1175</sup>. Todavia, se nessa aclamação fora um clérigo quem apresentara os evangelhos sobre os quais era efectuado o juramento, ao tempo de D. João VI fora o secretário de Estado quem o fizera. A partir de D. Pedro V, o responsável pela apresentação das Sagradas Escrituras passou a ser o Presidente da Câmara dos Pares. A substituição do poder religioso pelo político remontava, por isso, aos finais de Antigo Regime, embora fosse agora o poder legislativo, representado pelo Pariato, em vez do executivo.

O conteúdo do juramento remetia, desde D. Maria II, para o artigo 76<sup>a</sup> da Carta Constitucional. O Rei jurava “*manter a religião Católica Apostólica Romana, a*

---

<sup>1171</sup> CURTO; Diogo Ramada, *A Cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos ritos e negócios*, p. 234-235.

<sup>1172</sup> MERÊA, Paulo, “Sobre a aclamação dos nossos reis”, *Revista Portuguesa de História*, tomo X, p. 10.

<sup>1173</sup> GRINÉ, Euclides dos Santos, *A construção da imagem pública do Rei e da família Real em tempo de luto (1649-1709)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1997, p. 28.

<sup>1174</sup> GODINHO, Isabel Silveira (coord.), *Tesouros Reais*, 2<sup>a</sup> ed., Lisboa, Palácio Nacional da Ajuda, 1992, p. 132-134.

<sup>1175</sup> CURTO; Diogo Ramada, *A Cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos ritos e negócios*, p. 230-234.

*integridade do Reino, observar e fazer observar a constituição política da Nação Portuguesa e mais leis do Reino e prover ao bem geral da Nação, quanto em Mim couber*". Este juramento era também efectuado pelos regentes, por ausência do Rei do Reino. Isto aconteceu por diversas vezes durante o reinado de D. Carlos, nomeadamente em 1892 (D. Maria Pia)<sup>1176</sup>, 1895 (D. Amélia)<sup>1177</sup>, 1901 (D. Amélia)<sup>1178</sup>, 1902 (D. Amélia)<sup>1179</sup>, 1904 (D. Maria Pia)<sup>1180</sup>, 1905 (D. Luís Filipe)<sup>1181</sup> e 1906 (D. Luís Filipe)<sup>1182</sup>. Ao formulário atrás referido, jurava-se também "*fidelidade a El-Rei o Senhor D. Carlos I e entregar-lhe o governo, logo que regresse ao Reino*" e desenrolava-se igualmente no Palácio das Cortes, em cerimónia semelhante, embora consistindo apenas no juramento.

O juramento, aquando da sua introdução por D. João II, era seguido por um outro por parte dos Estados do Reino. Isto não se verificou durante a Monarquia Constitucional, uma vez que pelo menos Pares e Deputados o efectuariam aquando da sua nomeação para o exercício de funções.

Após o juramento, seguia-se o ritual da aclamação propriamente dito que, como o nome indica, pressupunha a aclamação do novo rei por parte da população. Após o Alferes-mor desfraldar a bandeira, o Presidente da Câmara dos Pares proferiu uma breve alocução, que findava em conjunto com toda a assembleia, com as seguintes palavras: "*Ao muito alto e muito poderoso e fidelíssimo Rei de Portugal, o Senhor D. Carlos Primeiro*". De seguida, o Alferes-mor, acompanhado dos Reis de armas, dirigia-se à janela do Palácio, para proferir o pregão do estilo junto da população. O Rei

---

<sup>1176</sup> Proclamação da Rainha Regente assumindo a regência do reino na ausência de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Carlos I, 9 de Novembro de 1892, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, 1892*, p. 813.

<sup>1177</sup> Decreto declarando Sua Majestade a Rainha que assume a regência do reino durante a ausência de Sua Majestade El-Rei D. Carlos, e há por bem conservar os actuais ministros no exercício de suas funções, 2 de Outubro de 1895, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, 1895*, p. 846-847.

<sup>1178</sup> Decreto conservando o actual ministério e estabelecendo o formulário com que durante a regência de Sua Majestade a Rainha devem ser expedidos os diplomas e actos oficiais, 28 de Janeiro de 1901, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, 1901*, p. 15.

<sup>1179</sup> Decreto estabelecendo o formulário com que durante a Regência não de ser expedidos os diplomas e actos do Governo e das autoridades que mandam em nome de El Rei, 16 de Outubro de 1902, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, 1902*, p. 1033.

<sup>1180</sup> Decreto estabelecendo o formulário com que durante a regência se não de expedir os diplomas e actos do Governo e das autoridades que mandam em nome do Rei, 12 de Novembro de 1904, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, 1904*, p. 467.

<sup>1181</sup> Decreto estabelecendo o formulário com que durante a regência do Príncipe Real se não de expedir os diplomas e actos do Governo e das autoridades que mandam em nome do Rei, 20 de Novembro de 1905, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, 1905*, p. 557.

<sup>1182</sup> Decreto estabelecendo o formulário com que durante a Regência do Príncipe Real se não de expedir os diplomas e outros actos do Governo e das autoridades que mandam em nome do Rei, 11 de Março de 1906, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa, 1906*, p. 160.



d'armas Portugal gritava: “*Atenção*” por três vezes e o Alferes-mor, ostentando a bandeira Real respondia: “*Real, Real, Real, pelo muito alto e muito poderoso Fidelíssimo Rei de Portugal, o Senhor D. Carlos I*”, seguindo-se as salvas de artilharia anunciando a toda a cidade a aclamação. O desfraldar da bandeira e a repetição deste pregação pelo Alferes-mor, remontava à aclamação de D. Duarte, que Paulo Merêa refere equivaler ao tríplice *vivat* de alguns rituais de coroação<sup>1183</sup>

Finda a “*festividade política*”<sup>1184</sup>, seguia-se um ofício religioso na Igreja de São Domingos, que consistia num *Te Deum* de acção de graças pela inauguração do novo reinado. Já a cerimónia de aclamação de D. João III fora igualmente seguida de uma missa, ao contrário da de D. João II, que a precedera.

No final da função religiosa, os soberanos dirigiam-se para a Câmara Municipal, onde decorreria a cerimónia da entrega das chaves da cidade ao novo Rei, acto de vassalagem urbana instaurada durante o reinado de D. Manuel<sup>1185</sup>, mas apenas integrado no ritual de aclamação a partir de D. João IV<sup>1186</sup>.

No dia seguinte, na Avenida da Liberdade haveria um cortejo das tropas, às quais o rei passaria revista. Finalmente, três dias depois, coincidindo com o primeiro dia do ano, houve uma recepção do Paço da Ajuda.

A Monarquia Constitucional poucas inovações trouxe ao cerimonial de aclamação. O seu momento principal, do juramento deixara de se efectuar em espaço público, para ter lugar no interior do Palácio das Cortes. Como consequência, deixava de ter lugar à vista dos súbditos, para ser observado pelos membros da Casa Real e da classe política. Esta passou a desempenhar um papel mais activo na mesma, integrando o cortejo no interior do Palácio das Cortes e a segurar os Evangelhos, sobre os quais o juramento era realizado. Em contrapartida, alguns oficiais-mores da Casa Real deixaram de desempenhar um papel destacado, como o Meirinho-mor. Registe-se também o conteúdo do juramento, previsto já na Carta Constitucional, e no qual se fazia referência à manutenção do Constitucionalismo. Em resumo, as alterações nas práticas rituais realçavam a importância do poder político, ao integrá-lo activamente na cerimónia.

---

<sup>1183</sup> MERÊA, Paulo, “Sobre a aclamação dos nossos reis”, *Revista Portuguesa de História*, tomo X, p. 9.

<sup>1184</sup> Programa da Cerimónia da Aclamação de D. Carlos, *O Século*, 18 de Dezembro de 1889, pp. 1 e 2.

<sup>1185</sup> ALVES, Ana Maria, *As entradas régias portuguesas, uma visão de conjunto*, pp. 18 e 30.

<sup>1186</sup> PONTE, Brigadeiro Nunes da, “Aclamação de D. João IV”, *Revista de Cultura Lusitana da Sociedade Histórica da independência de Portugal*, s.l., s.e., 1958, p. 13.

Comparativamente às cerimónias de coroação inglesas, nomeadamente a de Eduardo VII em 1902, a aclamação de D. Carlos foi muito menos magnificente e sem a presença de chefes de Estado estrangeiros. A única figura de destaque que compareceu nas cerimónias fora o Arquiduque austríaco, Eugénio<sup>1187</sup>. Mas esta não é uma particularidade deste reinado, nem da monarquia constitucional, uma vez que durante a monarquia absoluta a cerimónia de aclamação não tinha a solenidade da principal monarquia absoluta europeia – a francesa<sup>1188</sup>. Comparativamente às suas congéneres europeias, a entronização dos Reis portugueses foi sempre muito mais modesta.

Ainda assim, o aparato da aclamação de D. Carlos foi alvo das críticas da imprensa republicana, para quem estes rituais apenas serviam para o Rei e Corte: “(...) *ajuíze-se da seriedade do acto e do juízo dos homens, que perdem o seu tempo a delinear estas cenas para regalo de um chefe e de uma corte, que deveriam ser chamados aos tribunais pelo crime de lesa-perda de tempo. Ninguém diria a esta gente que estamos no último quartel do século XIX, e que os reis, condenados à luz clara de princípios razoáveis, vão de escantilhão pela escadaria do cómico, sob estas formas velhas da monarquia antiga*”. Ou seja, para os republicanos, a monarquia, ainda que constitucional, continuava a utilizar as mesmas fórmulas e estilo da monarquia absoluta. E continuava: “*Meditem os nossos leitores naquele préstito de criados do rei, em que os grandes do reino são estribeiros-mores, mordomos-mores, tudo mores e digam-nos se não são maiores do que tudo isto o serralheiro, o maquinista, o tipógrafo, o tecelão, o grande e o pequeno industrial, todos que trabalham para engrandecer esta terra no concerto da civilização, em que só a ciência e o trabalho conferem os grandes e únicos foros de grandeza aceites neste tempo.*” Estava portanto explícita a crítica aos privilégios de sangue, enaltecendo em contrapartida a força do trabalho e a erudição conferida pela ciência. O brado real era também alvo de troça: “*muito catita esta parte do cerimonial. Pena é que não esteja aí a Europa inteira para nos perguntar se os Makololols*<sup>1189</sup> *tomaram conta deste país, ou se os vegetes dos teatrinhos baratos são os que brandam no varandim das cortes.*” E concluía: “*Mas enfim, cada terra com seu uso, cada roca com seu fuso e cada monarquia com a sua maluqueira. Entre nós o rei entra*

---

<sup>1187</sup> 1863-1954, filho do arquiduque Carlos Fernando.

<sup>1188</sup> CANAVEIRA, Manuel Filipe Cruz, *Sua Majestade Fidelíssima. Da monarquia, Imagem da Realeza Ideal e Educação do rei no Absolutismo Portugueses e Europeu*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1996, p. 143.

<sup>1189</sup> Tribo africana.

nas suas funções de irresponsabilidade pelo portão destas piruetas da pragmática, e por mais que lhes digam que toda a gente se ri destes anacronismos que revestem formas funambulescas e ridículas, vão por diante com a solenidade tão sérios e aprumados como os sacerdotes dos primeiros dias do misticismo.”<sup>1190</sup> O Rei era, portanto, o centro do protocolo anacrónico utilizado particularmente nesta cerimónia da monarquia, que roçava o ridículo na opinião republicana. As críticas não se ficaram por aqui. No dia seguinte, no relato da passagem do cortejo junto aos Paços do Município, *O Século* destacava como a bandeira nacional, que estava hasteada no edifício da Câmara, “foi arreada e hasteado em seu lugar o pavilhão real. É perfeitamente característico. Para que suba um rei, é preciso que um povo seja rebaixado. Para que um rei seja aclamado, roja no pó uma nação. Diante do trono, a pátria avilta-se.”<sup>1191</sup> Este episódio demonstra como em actos simbólicos, para os republicanos, o Rei desprezava a nação ao arvorar o seu estandarte distintivo. Finalmente este mesmo periódico chamava a atenção para o facto do povo ter assistido “indiferente à festa, se não houve manifestações de franca hostilidade, notou-se por toda a parte o mais frio retraimento. O sintoma não é para desprezar.”<sup>1192</sup>

No entanto, a imprensa periódica monárquica deu o habitual destaque a estas cerimónias, limitando-se à sua descrição, não fazendo qualquer tipo de crítica aos seus rituais. O *Novidades*, afecto ao partido Progressista, referia como a aclamação se efectuou “segundo o estilo antigo, só levemente modificado para tornar a exterioridades das respectivas cerimónias menos avessas ao espírito da época.” Todavia, não fazia qualquer referência a essas modificações e, em nenhuma fonte são realçadas. Tratava-se, provavelmente, de precaver a Monarquia contra eventuais críticas de anacronismo. Quanto à assistência, discordava do relatado pelo jornal *O Século*: “Milhares de espectadores que se acotovelavam, que se pisavam, que se atropelavam, para melhor ver por aqui o desfilar do cortejo.”<sup>1193</sup> O *Diário Ilustrado*, afecto ao partido Regenerador, acrescentava inclusive: “O afecto d’um povo inteiro aclamara-os já a ambos, quando a asa negra da morte roçou a cidadela de Cascais. (...) Tinha-os mesmo aclamado antes disso, quando o galhardo Rei, ainda Príncipe, e a gentilíssima Rainha, Princesa ainda, voltavam felizes e risonhos do templo onde tinham enlaçado os

---

<sup>1190</sup> *O Século*, 18 de Dezembro de 1889, p. 1.

<sup>1191</sup> *O Século*, 29 de Dezembro de 1889, p. 1.

<sup>1192</sup> *O Século*, 29 de Dezembro de 1889, p. 1.

<sup>1193</sup> *Novidades*, 28 de Dezembro de 1889, p.1.

*seus dois corações amantes e percorriam rescendendo amor e mocidade, nas ruas da capital (...). Então, como hoje, o povo adorava-os revia-se neles, fitava-os embevecido e sorridente, queria-lhes já como se eles fossem seus reis, pois que os seus reis do futuro eram*”<sup>1194</sup>. Não havia, portanto, questionamento por parte da imprensa monárquica acerca dos rituais da aclamação, quando muito aludia à sua desnecessidade, visto o povo já ter aclamado os seus reis, pelo afecto que lhes demonstrara desde o seu casamento. Todavia, não há nestas descrições, qualquer afirmação de grandeza nacional que o acontecimento poderia ter adquirido<sup>1195</sup>.

Semelhante à cerimónia da aclamação, foi também a cerimónia do juramento do Príncipe Real, em 20 de Maio de 1901, com 14 anos e dois meses. O Cortejo saíra do Palácio das Necessidades em direcção ao Palácio das Cortes e era semelhante ao cortejo atrás descrito, com a diferença de ser precedido pelo coche transportando o condestável do Reino, o infante D. Afonso, com o seu oficial às ordens; o Aio acompanhar os Camaristas do Rei e o próprio Príncipe partilhar o coche Real com seus pais. O Infante D. Manuel não participou, embora tenha assistido à cerimónia, tendo chegado antecipadamente acompanhado pela sua Dama, o preceptor e de um oficial às ordens d’El-Rei. Após a chegada ao Palácio e sendo recebidos pelas deputações de ambas as câmaras, toda a comitiva se dirigiu para a sala da sessão, também em cortejo, da forma atrás descrita. A sala estava disposta da mesma forma que para a cerimónia de aclamação, tendo uma cadeira junto às do trono e destinada ao Príncipe Real. No estrado, apenas os grandes cargos. D. Carlos principiou o discurso, findo o qual os Santos Evangelhos – transportados por moços da Real Câmara nomeados para o efeito<sup>1196</sup>, foram apresentados pelo Presidente da Câmara dos Pares para serem jurados: *“Juro manter a religião católica apostólica romana, observar a constituição política da nação portuguesa e ser obediente às leis e ao Rei”*. De seguida, o Presidente da Câmara dos Pares proferiu o seu discurso, com o qual findou a cerimónia. Do Palácio das Cortes, o mesmo cortejo dirigiu-se para a Igreja de São Domingos, onde já se encontrava a Rainha D. Maria Pia, acompanhada da sua Dama de serviço e um oficial às ordens e onde compareceu grande parte da assistência da cerimónia que teve lugar no

---

<sup>1194</sup> *Diário Ilustrado*, 28 de Dezembro de 1889, p. 1.

<sup>1195</sup> CANNNADINE, David, “The British monarchy, c. 1820-1977”, HOSBAWM, Eric, RANGER, Terence, *The invention of Tradition*, 16ª ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2008, p. 105.

<sup>1196</sup> Vestidos de casaca, calção de veludo, meias de seda e sapatos de polimento com fivelas de prata, coletes brancos e peitilhos e punhos de rendas.

Palácio das Cortes. Na Igreja, cantou-se como habitualmente um *Te Deum*, da autoria do primeiro mestre de Capela da Sé Carlos de Araújo<sup>1197</sup>.

No sábado seguinte, dia 25, celebrou-se um baile no Paço da Ajuda para 2500 pessoas e em grande gala, ao contrário dos bailes já referidos, por ocasião de aniversários ou pronomes da Família Real, que podiam ter lugar noutros Paços, onde a Família Real se encontrasse na altura<sup>1198</sup>. Para a Condessa de Sabugosa, que esteve presente, foi uma festa de grande etiqueta, tendo tudo decorrido da melhor forma, primorosamente arranjado. A Condessa dá-nos conta de como o baile propriamente dito estava protocolarmente estabelecido. Cada um dos membros da Família Real deveria dançar com os representantes do poder político e do corpo diplomático, acolitados pelos oficiais-mores da Casa Real: “Às 10 horas fui com a M[aria]<sup>1199</sup> e Maria Sabugosa<sup>1200</sup> para o baile do Paço. Grande etiqueta e grande baile pelo juramento do Príncipe. 2500 convites. Tudo na melhor ordem e muito bem arranjado. Suas Majestades entraram às 11 horas e foram logo para o trono. Senhor Infante para o estrado. Seguiu-se a primeira contradança. Rainha com o Hintze<sup>1201</sup> vis-à-vis Conde de Ficalho<sup>1202</sup> com a Mariquita<sup>1203</sup>, El-Rei com a Brandis<sup>1204</sup>, vis-à-vis o Brandis<sup>1205</sup> com a J[oaana] Hintze Ribeiro<sup>1206</sup>. Senhor Infante comigo, vis-à-vis o Tattenbach<sup>1207</sup> com a Marquesa de Belas<sup>1208</sup>. Na sala do trono as damas, corpo diplomático, filhas solteiras de damas, mulheres e filhas de oficiais mores, de pares, de condes, de ministros, casa militar efectiva e honorária, o que deu em resultado que gente nossa não entrou na sala e estavam os Seisal todos, Mendes d’Almeida<sup>1209</sup> casada com o Ivens Ferraz<sup>1210</sup>, etc.

---

<sup>1197</sup> *O Século*, 21 de Maio de 1901, pp.1 e 2.

<sup>1198</sup> Vide Diário da Condessa de Sabugosa, 10 de Julho de 1896, ASSL, Diário da Condessa de Sabugosa, 1896.

<sup>1199</sup> Filha dos Condes de Sabugosa.

<sup>1200</sup> Irmã do Conde de Sabugosa.

<sup>1201</sup> Hintze Ribeiro, à data presidente do Conselho de Ministros.

<sup>1202</sup> À data, Mordomo-mor da Casa Real.

<sup>1203</sup> Condessa de Seisal, Dama Camarista da Rainha. Provavelmente, a que se encontrava de serviço nessa semana, ocupando o lugar da Camareira-mor, a Duquesa de Palmela, que não é referida.

<sup>1204</sup> Mulher do Embaixador da Áustria, o Conde Othon de Brandis e provavelmente a decana do Corpo Diplomático. Embora o anuário de 1901 refira o embaixador mais antigo na Corte de Portugal o como sendo embaixador da Grã-Bretanha, Hugh Guion MacDonell, não há referência à sua presença neste baile.

<sup>1205</sup> Embaixador da Áustria, Conde Othon de Brandis (*vide* nota anterior).

<sup>1206</sup> Joana Rebelo de Chaves, mulher de Hintze Ribeiro, então Presidente do Conselho de Ministros.

<sup>1207</sup> Conde de Tattenbach, embaixador da Alemanha.

<sup>1208</sup> Dama Camarista da Rainha D. Maria Pia.

<sup>1209</sup> Provavelmente Laura Freire Corte-Real e Albuquerque Cabral Sacadura Mendes de Almeida (1881-1981).

*Filhos de oficiais mores não entravam na sala, acho malfeito e que quantidade de descontentes foram fazer com certeza. Primeira valsa poucos pares. Rainha não dançou. (...). Filhas das damas ao pé das mulheres dos oficiais-mores. Segunda contradança. Rainha com o Brandis vis-à-vis Campos Henriques<sup>1211</sup> com a Pepita<sup>1212</sup>. Senhor Infante com a Bois d'Aische<sup>1213</sup> vis-à-vis, Hintze Ribeiro com Marquesa da Praia<sup>1214</sup>. (...). Dancei com o Weede<sup>1215</sup> primeira contra-dança. Rainha com o Vice-Presidente da Câmara dos Pares<sup>1216</sup>, vis-à-vis o [Conde do] Restelo<sup>1217</sup> com a Bois d'Aische, Senhor Infante com a Moline<sup>1218</sup>, vis-à-vis com o [Marquês do] Faial<sup>1219</sup>. Nessa ocasião deixaram entrar os rapazes para danças e foram vindo algumas das senhoras que não tinham entrado ao princípio. 4ª dança: Rainha com o Duque de Loulé<sup>1220</sup> vis-à-vis Presidente da Câmara dos Deputados<sup>1221</sup> com a Helena<sup>1222</sup>. Senhor Infante com a Mariquita vis-à-vis Luis Soveral<sup>1223</sup> com a Weed. Rainha deu uma volta pelas outras salas falando a todos. El-Rei ficou na sala do trono toda a noite muito amável com a Pepita e ela em óptima disposição. Rainha vestido branco e amarelo, muito no azar toda a noite, só preocupada com a Pepita. Foi uma coisa que eu achei lamentável, pois de resto foi uma festa real! À uma hora ceia. Suas Majestades, Senhor Infantes sentados, tudo de pé. Às duas horas tudo acabado, espera de 50 minutos à porta, deixámos o Francisco Figueira no quartel da Calçada da Ajuda e chegámos às 3.”<sup>1224</sup>*

Como se pode constatar, todo o poder político, representando pelos presidentes do Ministério, Câmara dos Pares, Câmara dos Deputados e até da Câmara Municipal de

---

<sup>1210</sup> Provavelmente Guilherme Ivens Ferraz, 1865-1956, herói das campanhas de África entre 1891-1895 e oficial às ordens honorário em 1901.

<sup>1211</sup> Artur de Campos Henriques (1853-1922), à data Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça e do governo liderado por Hintze Ribeiro, para além de Par do Reino e Conselheiro de Estado.

<sup>1212</sup> Condessa de Figueiró, Dama Camarista da Rainha.

<sup>1213</sup> Mulher do embaixador da Bélgica, o Conde du Bois d'Aische.

<sup>1214</sup> Dama honorária da Rainha.

<sup>1215</sup> Ministro residente dos Países Baixos, o senhor Henri de Weede.

<sup>1216</sup> Frederico de Gusmão Correira Arouca, (1846-1902), Vice-presidente da Câmara dos Pares por nomeação régia de 31 de Dezembro de 1900.

<sup>1217</sup> Pedro Augusto Franco (1833-1902), Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

<sup>1218</sup> Não identificada.

<sup>1219</sup> Provavelmente desempenhando o ofício de comandante da guarda-real, por impedimento do seu sogro, o Duque de Palmela.

<sup>1220</sup> Estribeiro-mor e Mordomo-mor da Rainha D. Maria Pia.

<sup>1221</sup> Mateus Teixeira do Azevedo (1844-1931), presidente da Câmara dos Deputados por nomeação régia de 7 de Janeiro de 1901.

<sup>1222</sup> D. Helena de Sousa Holstein, Marquesa do Faial.

<sup>1223</sup> Embaixador de Portugal em Londres.

<sup>1224</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 25 de Maio de 1901, ASSL, Diário da Condessa, 1901.

Lisboa ombreavam lado a lado, não só com os representantes das principais Nações Europeias – o corpo diplomático, mas com os próprios oficiais da Casa Real. Apesar de, na opinião da Condessa de Sabugosa, ter corrido de acordo com o protocolo, lamentou dois incidentes. Por um lado, o habitual ascendente da Condessa de Figueiró sobre a Rainha; por outro, a questão das precedências e hierarquias. À partida, a sala do trono esteve restrita à presença de senhoras, filhas de Damas e oficiais-mores, pares, condes ministros, Casa militar efectiva e honorária. Isso significava que os cavalheiros, filhos destas categorias, estiveram ao início – e ao contrário do que seria habitual, afastados do palco privilegiado do real acontecimento, o que terá levado ao descontentamento da parte destes e dos seus familiares, pois era excluído o que a Condessa de Sabugosa denominara de “*gente nossa*”.

Isto levanta naturalmente a questão da existência ou não de uma sociedade de corte, como seria entendida no Antigo Regime. Como tivemos oportunidade de verificar no Capítulo II, o número de oficiais-mores, além de reduzido, era constituído por um grupo muito restrito de famílias, que partilhava agora o privilégio de frequentar a corte, não apenas com o corpo diplomático, mas também com o poder político. Registe-se que, para este baile em particular, foram expedidos, segundo o *Diário Ilustrado*, 2901 convites, 1968 para cavalheiros e 463 para senhoras<sup>1225</sup>, um número bastante superior aos oficiais da Casa Real. O número de convites superava também em muito o de titulares apresentado por Francisco de Vasconcelos para o ano de 1903, nomeadamente 620, o qual incluía, além de barões e visconde sem Grandeza, alguns titulares pertencentes à mesma Casa<sup>1226</sup>. Os convites alargavam-se a outros meios sociais – relembremos o caso destacado anteriormente, do director do *Diário de Notícias*, Alfredo da Cunha, que à viva força quis ser convidado para um outro baile, sintomático de que as festividades nas quais a Família Real estava presente, pelo menos as mundanas, continuavam a exercer um fascínio, no qual outros grupos sociais procuravam participar. A noção de corte não tinha deixado de existir na mente das entidades oficiais – veja-se o decreto, já do reinado de D. Manuel II, relativamente aos dias de gala da

---

<sup>1225</sup> *Diário Ilustrado*, 27 de Maio de 1901, p. 1. Atente-se que os números, conforme apresentados na fonte, não somam os quase três mil convites.

<sup>1226</sup> VASCONCELOS, Francisco de, *A Nobreza do século XIX em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de Genealogia Heráldica e História da família da Universidade Moderna do Porto, 2003, p. 140. Em 1905, o número apresentado é apenas os das Casas titulares, que ascendiam a 562.

corte, que assim a continuava a designar<sup>1227</sup>. Mas já haveria uma distinção entre corte e Casa Real. Veja-se o exemplo do programa oficial das cerimónias fúnebres de D. Carlos e D. Luís Filipe. De acordo com este programa, as pessoas que compunham a Corte eram colocadas ao mesmo nível que os representantes do poder executivo – os tribunais – e da administração periférica – a Câmara Municipal de Lisboa, enquanto os membros da Casa Real continuavam a deter a preponderância, não apenas sobre aqueles, como sobre a própria classe política. Assim se explica o desagrado manifestado pela Condessa de Sabugosa, pelos familiares dos oficiais-mores terem sido arredados da principal sala da festa, na qual se encontrava a Família Real, ainda que tenha havido excepções, como os filhos homens do Conde de Seisal, antigo Veador da Rainha D. Amélia, já falecido à data do baile.

A par desta distinção entre membros da Casa Real e Corte existiam mais distinções. Uma delas seria a fidalguia de província, que D. Isabel Saldanha da Gama nos descreve em pormenor: *“Mas que gente a nossa de província. Gente com escudos nas portas e dum ordinário, duma porcaria, duma ignorância, que também é só nossa. A mãe da marquesa de Belas é um monte de imundice, de desarranjo. Não têm outro horizonte senão o da rua que habitam, não conhecem nenhum dos lindos passeios que por aí há.”*<sup>1228</sup> Outra seria os grandes capitalistas e a classe política, mesmo que frequentassem a corte. Veja-se a propósito da *soirée* oferecida em 1895 por Policarpo Pecquet dos Anjos, rico industrial e Par do Reino, cuja filha Berta acabaria por casar com o Conde de São Lourenço, filho da própria Condessa de Sabugosa, a descrição do encontro feita por esta, com certo desdém: *“(…) Às 11 1/2 fomos para casa dos Anjos. (...) Soirée alegre, animada, donas da casa muito amáveis, mas não achei riqueza nem bom gosto. Poucos criados, ceia sem nada de especial nem sombras de arte, mas nem mesmo aspecto de uso de negociante rico. Custou-me imenso a ir.”*<sup>1229</sup>

Apesar de uma sociabilidade conjunta e inclusive de laços familiares, os membros da Casa Real não se sentiam confortáveis com a abertura das festividades da corte à alta sociedade. Os exemplos atrás mencionados indiciam a noção de pertença a um grupo privilegiado que, para mais, e como concluímos no segundo capítulo era um

---

<sup>1227</sup> Decreto modificando as disposições vigentes quanto aos dias que devem de ser de grande e simples gala na Corte, 23 de Abril de 1908, *Collecção Oficial de Legislação Portuguesa*, ano de 1908, p. 228.

<sup>1228</sup> Carta de Isabel Saldanha da Gama para sua sobrinha Luísa d’Ornelas, São Pedro do Sul, 27 de Maio 1896, AP, carta 324.

<sup>1229</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 16 de Fevereiro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.



grupo muito restrito. Isto numa altura em que a própria imprensa periódica já não fazia essa distinção. Alguns jornais, entre os quais o *Diário Ilustrado* e o *Novidades*, apresentavam colunas diárias a que intitulavam respectivamente *High Life* ou *Carnet Mondain*, onde davam conta, não só do quotidiano da Família Real, mas alargavam o leque a acontecimentos relativos a toda a alta sociedade.

A par destas cerimónias atrás descritas, o reinado de D. Carlos assistiu a outras cerimónias relacionadas com as relações com a Santa Sé: a entrega da Rosa de Ouro à Rainha D. Amélia e as imposições do barrete cardinalício por parte de D. Carlos a recém-nomeados cardeais.

A Rosa de Ouro, concedida anteriormente a D. Maria II e a D. Maria Pia, era uma condecoração papal atribuída por reconhecimento da lealdade à Santa Sé e detinha um objectivo diplomático de propiciar uma intervenção activa na política dos católicos portugueses<sup>1230</sup>. A cerimónia da sua entrega ocorreu no Palácio das Necessidades e não no da Ajuda, a 4 de Julho de 1892. Os enviados apostólicos vieram do Palácio da Nunciatura em Lisboa, num cortejo constituído por três coches da Casa Real, precedidos por uma guarda de lanceiros. Na capela, a Rainha apresentou-se de manto e mantilha, como as suas Damas também ostentaram.<sup>1231</sup> Como em outras celebrações oficiais, os edifícios públicos da capital foram iluminados e à noite o Coliseu abria as suas portas para a récita de gala, onde se cantou *L'Africaine*, de Meyerbeer<sup>1232</sup>, um tema nacional de um compositor estrangeiro. Por parte da imprensa Progressista e em consequência da distribuição de um bode a 500 pobres por ordem da Rainha, foram enaltecidas as suas generosidade e piedade<sup>1233</sup>.

---

<sup>1230</sup> COSTA, Marcus de Noronha, *A política externa d'El rei D. Carlos*, Lisboa, s.n., 2002, p. 15. A missiva assinada pelo Cardeal Mariano Rampolla [1843-1913. Cardeal e Secretário de Estado da Santa Sé, durante o Pontificado de Leão XIII] e enviada ao Rei D. Carlos, onde justificava a outorga da mesma, eram referidas não só a benevolência para com o Rei e a família Real, mas para com a “*católica nação portuguesa*”: “*Il Santo Padre volendo dare uno speciale attestato di paterna benevolenza alla Sacra Real Maestà Vostra, alla Reale Famiglia, alla cattolica nazione portoghese, e mostrare quanto altamente apprezzi l'avita pietà e le insigni doti che adornano sua Maestà la Regina Amelia di Lei consorte ha stabilito d'inviare in dono alla augusta Sovrana la Rosa d'Oro da lui benedetta, secondo l'antica tradizione.*” Carta do Cardeal Mariano Rampolla, secretário de Estado da Santa Sé a D. Carlos, [Santa Sé, 1892], IANTT, Casa Real, caixa 7360.

<sup>1231</sup> Ofício da dama de serviço à Rainha D. Amélia dirigido à Condessa de Sabugosa, Lisboa, 8 de Junho de 1892, ASSL, Estante do Relógio, caixa 5, maço 5.

<sup>1232</sup> *Diário de Notícias*, 4 de Julho de 1892, p. 1.

<sup>1233</sup> *Novidades*, 5 de Julho de 1892, p. 1.

A imposição do barrete cardinalício durante o reinado de D. Carlos ocorreu a três cardeais: Vincenzo Vannutelli (1890)<sup>1234</sup>, Domenico Maria Jacobini (1896)<sup>1235</sup> e Andrea Aiuti (1903)<sup>1236</sup>, todos três núncios apostólicos da Santa Sé na corte portuguesa. As cerimónias tiveram lugar no Palácio da Ajuda, precedidas do habitual cortejo. Consistiam numa missa, a seguir à qual se procedeu à leitura da carta apostólica de elevação ao lugar de cardeal. Posteriormente, D. Carlos entregava o barrete ao novo Cardeal, que após a entrega, se paramentava com as vestes cardinalícias, numa sala contígua à Capela do Palácio, para ser entoado um *Te Deum*<sup>1237</sup>, terminado o qual era servido um *lunch*. A esta festividade concorreram as personalidades habituais – casa Real, corpo diplomático, ministério de deputações das duas Câmaras e, claro está, de diversas entidades eclesiásticas.

A Condessa de Sabugosa deixou descrita a cerimónia da imposição do barrete cardinalício a Jacobini, que teria custado um conto novecentos e noventa e seis mil réis<sup>1238</sup> e na qual compareceu de vestido afogado e mantilha, conforme o aviso que recebera, como Dama da Rainha<sup>1239</sup>: “*Corpo diplomático assistiu nas tribunas. Damas só Duquesa Pepita, Mariquita e Maria de Meneses e Marquesa do Faial. Depois da cerimónia lunch na sala grande de jantar. Todos de pé. Só Suas Majestades e os dois cardeais sentados numa mesa no topo da sala.*”<sup>1240</sup>. A referência à localização do corpo diplomático não fora casual. Em carta à Rainha, uns dias antes da cerimónia, a Condessa de Sabugosa dava conta das habituais trapalhadas do Marquês de Pombal, então Mestre-sala, por não conseguir resolver as questões protocolares relativamente à disposição do corpo diplomático na cerimónia: “*Le Marquis de Pombal est parti hier chez Luiz sans outre préoccupation que l'imposition de la barrette du cardinal Jacobini! Il ne sait pas comment décider de la grave question où il doit placer le Corps diplomatique? La cour devait se couvrir dans la salle du trône, les diplomates ne peuvent pas se découvrir, ne peuvent pas être dans la même salle. Le pauvre homme se creuse la tête et ne trouve pas de solution. Il est partie pour présenter nos invitations*

<sup>1234</sup> 1836-1930.

<sup>1235</sup> 1837-1900.

<sup>1236</sup> 1849-1905.

<sup>1237</sup> CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, p. 424; *Diário de Notícias*, 7 de Julho de 1890, p. 1; *Diário de Notícias*, 3 de Julho 1896, p. 1.

<sup>1238</sup> Carta do Administrador da Fazenda da Casa Real ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Lisboa, 27 de Julho de 1896, AHTC, Processo-contas, caixa 239, 95.

<sup>1239</sup> Ofício da dama de serviço à Rainha D. Amélia dirigido à Condessa de Sabugosa, Lisboa, 30 de Junho de 1896, ASSL, Estante do Relógio, caixa 5, maço 5.

<sup>1240</sup> *Diário da Condessa de Sabugosa*, 4 de Julho de 1896, ASSL, *Diário da Condessa*, 1896.

*pour le diner; je sais qu'il doit avoir lieu, un mon domestique est invité... pour servir bien entendu.*”<sup>1241</sup>

Para além das cerimónias estruturantes, o reinado de D. Carlos assistiu igualmente a outras ocasionais. As entradas régias deram lugar às visitas oficiais ao País, que já D. Luís popularizara<sup>1242</sup>, em parte devido ao progresso das vias de comunicação e de transporte, em especial ferroviárias, que possibilitaram uma maior rapidez e redução de custos e, com isso, a quase banalização das deslocações. De facto, várias foram as visitas oficiais em território português efectuadas por D. Carlos ao longo do seu reinado, mas sobretudo na sua primeira década: Castelo Branco e Covilhã em Setembro de 1891; Porto e Norte, em Novembro de 1891; Coimbra em Julho de 1892; Porto em Março de 1894; Algarve em Outubro de 1897, Açores e Madeira em Junho e Julho de 1901.

O programa destas deslocações dependia não só da duração da estada, como do motivo da visita. Por exemplo, a ida a Castelo-Branco e à Covilhã teve como fim a inauguração do novo caminho-de-ferro da Beira-Baixa e a viagem de 1894 ao Porto, a participação do centenário do Infante D. Henrique.

Por norma, do programa constavam muitas das cerimónias atrás referidas: um *Te Deum* logo à chegada, em acção de graças; recepções oficiais de apresentação de cumprimentos das corporações locais; jantares de gala, bailes e récitas nos teatros locais, também de gala. A estas cerimónias habituais, juntavam-se as sessões solenes organizadas pelo poder local e que ocorriam nas Câmaras Municipais, missas – mesmo em dias não santificados –, visitas a diversos estabelecimentos de educação e beneficência, a quartéis, a pontos de beleza naturais, inauguração de exposições artísticas ou de postos meteorológicos ou semaforicos. Surgem também novas formas de sociabilidade, como os *garden-parties*, e também algumas manifestações de cultura tradicional, devidamente enquadradas no programa oficial, como “*danças e descantes populares*”<sup>1243</sup>. O elemento popular estava também presente, ainda que não de forma activa. Nas ruas, por onde a Família Real passava, ornamentadas de flores e arcos de triunfo – presentes nas entradas régias desde o século XVI<sup>1244</sup>, juntava-se o povo. Era a

---

<sup>1241</sup> Carta da Condessa de Sabugosa para a Rainha D. Amélia, s.l., 24 de Junho de 1896, IANTT, Casa Real, caixa 7377.

<sup>1242</sup> SILVEIRA, Luís Espinha da, FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, p. 63-64.

<sup>1243</sup> *O Século*, 19 de Junho de 1901, p. 1.

<sup>1244</sup> CURTO, Diogo Ramada, *A Cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos ritos e negócios*, p. 106.

oportunidade única para ver a Família Real. Mas também para a Monarquia medir o impacto que causava junto dos seus súbditos: “*Pelas ruas, o entusiasmo é indescritível, uma verdadeira loucura*”, podia-se ler no jornal republicano *O Século*<sup>1245</sup>, por ocasião do desembarque da família Real no Funchal. E continuava: “*As aclamações durante o percurso continuam vibrantes, estrondosas. O porte marcial de El-Rei e a gentil figura da Rainha, sorridentes e deveras comovidos, atraem-lhes simpatias gerais.*”<sup>1246</sup>

A comitiva régia era composta pelo pessoal de serviço – camarista, oficial às ordens, ajudante de campo, dama e vedor, secretário particular e médico da Real Câmara, bem como do pessoal de quarto. O Presidente do Conselho, ministros ou Conselheiros de Estado também estavam presentes, bem como alguns jornalistas, inclusive do jornal *O Século*, encarregados de fazer a descrição exaustiva de toda a visita<sup>1247</sup>.

A par das visitas oficiais em território nacional, há que destacar igualmente as visitas oficiais ao estrangeiro e as visitas de soberanos estrangeiros a Portugal. Esta questão está intimamente relacionada com a história diplomática do reinado de D. Carlos, à qual não podemos deixar de fazer referência nesta análise.

A historiografia portuguesa foi unânime em considerar o *ultimatum* britânico de 1890 como um dos principais acontecimentos políticos do final da monarquia constitucional, do ponto de vista da diplomacia externa e um dos que teria produzido maiores estragos na política interna. O governo de então foi imediatamente substituído e a confiança da opinião pública na Casa Real e, em particular, na própria família Real decaiu enormemente.

Poucos dias depois da aclamação de D. Carlos como rei, o governo Português recebia um ultimato do seu velho aliado Reino Unido, ordenando a retirada imediata das tropas portuguesas das zonas em conflito, nomeadamente Moçambique, sob ameaça do corte diplomático entre os dois países.

O caso remontava a 1886. De acordo com Valentim Alexandre, nesse ano as negociações de fronteiras em África, firmadas por acordos em Maio e Dezembro de 1886, reconheceram os territórios entre Angola e Moçambique como zona de influência

---

<sup>1245</sup> *O Século*, 22 de Junho de 1901, p. 2

<sup>1246</sup> *O Século*, 22 de Junho de 1901, p. 2.

<sup>1247</sup> *O Século*, 21 de Junho de 1901, p. 2.

portuguesa. Embora não estivessem subjacentes medidas anti-britânicas, a política portuguesa entre 1886 e 1888 entrou ainda em conflito com os interesses ingleses nessa área africana por outras formas, como o bombardeamento de Tungue, a revogação da concessão do caminho-de-ferro de Lourenço Marques, as dificuldades postas à navegação do Zambeze. Esta tensão viria a culminar com as tentativas falhadas de acordo respeitantes aos limites fronteiriços na África Central, que originaram o *Ultimatum*<sup>1248</sup>.

A cedência do governo face a este teve um grande impacto na imprensa da época, sobretudo porque a Família Real se mostrou demasiado próxima dos interesses britânicos. E isto porque não haveria condições para enfrentar uma guerra com esta potência, com a qual, desde logo, havia uma grande desvantagem a nível de efectivos militares<sup>1249</sup>.

Os ânimos patrióticos exaltaram-se e a ideologia republicana também, aproveitando-se da situação para lançar uma feroz campanha anti-monárquica. A própria alta sociedade vira costas à velha aliada inglesa. Num jantar oferecido pelo ministro inglês, logo a 13 de Janeiro, grande parte dos portugueses convidados não compareceu, escusando-se polidamente, à excepção de Luís Soveral, futuro embaixador em Londres. Uma das senhoras presentes, Madame Prête, estranhou aquelas ausências e disse que era tanto mais para admirar quando, em Londres, o próprio Luís Soveral e todos os portugueses eram muito bem recebidos. “(...) *Il y a une différence, Madame*, respondeu-lhe Luís Soveral, *c’est que nous autres nous n’avons pas envoyé un ultimatum à l’Angleterre.*”<sup>1250</sup> A esta atitude patriótica em público opunham-se os sentimentos expressos em privado. No final de uma carta destinada à Rainha D. Amélia, a sua Camareira-mor, usando a expressão inglesa *And last, but not least*, abria parêntesis acrescentando: “*puisque les patriotes exaltés ne nous entendons pas, je puis n’est ce pas, parler anglais* (...)”<sup>1251</sup> A dicotomia entre público e privado torna-se ainda mais acentuada se lembrarmos que o próprio marido da Camareira-mor, agraciado por

---

<sup>1248</sup> ALEXANDRE, Valentim, DIAS, Jill, *O império Africano, 1825-1890*, SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) *Nova História da expansão portuguesa*, Lisboa, Editorial estampa, 1998, pp. 115-117.

<sup>1249</sup> Vide, TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum inglês: política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990.

<sup>1250</sup> Diário do Conde de Sabugosa, s.l., 13 de Janeiro de 1890, ASSL, Diário do Conde de Sabugosa, 1890.

<sup>1251</sup> Carta da Duquesa de Palmela à Rainha D. Amélia, s.l., s.d., IANTT, Casa Real, caixa 7376.

Inglaterra com a *Baltic Medal*, devolveu esta condecoração logo após o *Ultimatum* e tendo sido o único oficial da Casa Real a participar na Subscrição Nacional, que referimos no capítulo III, para além do cardeal Patriarca, e para a qual contribuiu com 10 contos de réis, a quantia mais elevada, logo depois da Família Real<sup>1252</sup>.

No entanto, e apesar deste assombramento com que seu reinado se iniciou, o penúltimo rei Português viria a ser designado para a posteridade como o Rei Diplomata, resultado do seu esforço pessoal em receber em Portugal os principais chefes de estado europeus e retribuindo algumas destas visitas.

Das suas atribuições como Rei constitucional fazia parte a política externa, como chefe do poder executivo e como representante da Nação Portuguesa. Para além disso, era também da sua responsabilidade a nomeação de embaixadores, agentes diplomáticos e comerciais, a direcção das negociações políticas com as nações estrangeiras, efectuar tratados e paz e declarações de guerra<sup>1253</sup>. Todavia, as relações diplomáticas não se esgotam nos princípios básicos consagrados na Carta Constitucional. Aliás, vários autores já demonstraram que, no caso de D. Carlos, a dispersão da sua árvore genealógica oferecia uma complexa rede de solidariedades dinásticas, ligando-o, através dos laços de sangue, a grande parte dos chefes de Estado Europeus.

Para além deste aspecto, fruto da política de alianças matrimoniais, o estreitamento das relações entre os diferentes Estados podia fazer-se de vários modos. São disso exemplos a já referida entrega da Rosa de Ouro à Rainha D. Amélia pelo Papa, ou o convite dirigido a D. Carlos, pelo Rei de Sundém, na Índia Portuguesa, para que fosse padrinho do seu filho<sup>1254</sup>. No entanto, as visitas oficiais eram a face mais visível das relações internacionais, não só pelo aparato causado, pelo investimento monetário que acarretavam, pela duração de grande parte delas, mas também por toda a repercussão que causavam a nível nacional, e não apenas nos países envolvidos, pela qual a imprensa foi uma das principais responsáveis.

---

<sup>1252</sup> RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação* (1890-1926), MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p. 71.

<sup>1253</sup> MIRANDA, Jorge, *O Constitucionalismo liberal luso-brasileiro*, Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos Portugueses, 2001.

<sup>1254</sup> Carta do Rei de Sundém ao Rei D: Carlos, Palácio de Pandora, 3 de Fevereiro de 1892, IANTT, Casa Real, Lisboa, Portugal, Caixa 7359. Savay Vir Sadassiva Vodder Raja Bahadur, nascido em 1856, casou com a sua prima, filha do Rei de Panganur, seu tio materno. SALDANHA, M. J. Gabriel, *Historia de Goa*, Nova Goa, Livraria Coelho, 1925, vol. 1, p. 391.

Não quer dizer que durante as visitas oficiais se tratasse sempre e só de política. Disso tinha consciência o próprio monarca. No final do ano de 1903, ano em que recebeu o Rei inglês e o Rei de Espanha, escrevia ao Marquês de Soveral dando-lhe conta desta última visita. “(...) *A vinda do rei de Espanha passou-se felizmente sem incidente nenhum. Mas acredita que foi necessário um trabalho insano de todo, para que tal sucedesse. Não houve um bocadinho de entusiasmo (bem sei que tenham de dizer, ou terão já dito o contrário, mas o que essas pessoas viram, bom dinheiro custou ao governo, e não pouco trabalho me custou a mim. Era muito contrário ao nosso feito e às nossas tradições! Que diferença para a recepção do Rei Eduardo em que era tudo verdadeiro e tudo vinha do coração. (...) Felizmente durante a viagem do Rei Niño não se tratou de política, 1º porque eu não deixei, e 2º porque trazia um ministro de Estado que será muito bom para estátua d’el Comendador, mas para mais nada e o rei é só uma criança.*”<sup>1255</sup> As visitas afiguravam-se para D. Carlos como um momento para demonstrar às nações estrangeiras o empenho na sua recepção por parte dos poderes políticos. Para além da magnificência das mesmas, limitada pelo mau estado das finanças da Casa Real, as visitas deveriam dar-se dentro do previsto, sem incidentes. Sobressaía também a importância que a opinião pública detinha nestas ocasiões, nomeadamente o entusiasmo com que deveria receber os visitantes.

Como realçou Rui Ramos, o reinado de D. Carlos coincidiu com a inconstância e incerteza entre as diferentes potências europeias, estando os eixos de influência ainda em fase de construção e que iriam mais tarde desembocar na Grande Guerra. Todavia, ao longo do seu reinado, a visão pessoal de D. Carlos acerca das relações internacionais era completamente anglófila. Na sua perspectiva, a política externa portuguesa podia “*estar de mal com todo o mundo, menos com o Brasil e com a Inglaterra*”<sup>1256</sup>. Muito provavelmente, porque mantendo as boas relações com a Inglaterra, esta garantir-lhe-ia a independência e o trono<sup>1257</sup>. Em simultâneo, era necessário manter as boas relações com outra das principais potências europeias de então, a Alemanha, com quem a Inglaterra vivia já momentos de tensão. A coincidência das visitas a Portugal da Rainha Alexandra de Inglaterra e do Kaiser, no mesmo ano, intervaladas por um curto espaço

---

<sup>1255</sup> Carta de D. Carlos a Luís Soveral, Mafra, 27 de Dezembro de 1903, AHCB, Espólio do Marquês de Soveral, P. 24, 8.

<sup>1256</sup> FRANCO, João, *Cartas d’el rei D. Carlos a João Franco Castelo-Branco seu último presidente do Conselho*, Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand, 1924, p. 31.

<sup>1257</sup> SEIXAS, Miguel Metello de, SILVA, Isabel Corrêa, *D. Carlos de Corpo inteiro*, Lisboa, Objectiva, 2008, p. 215.

de tempo, colocou Portugal num equilíbrio muito instável face às duas potências, o que não passou indiferente à sociedade de então, mesmo em pequenos assuntos, como a questão da decoração das ruas: *“Inventam imensas brutalidades do Tattenbach”*<sup>1258</sup>. *Sendo ele muito capaz de as dizer, atribuem-lhe umas inacreditáveis como esta, que exigia que tirassem das ruas os trapos que tinham servido para a rainha Alexandra, para ornar de outro modo para o Kaiser. Mesmo sem imposição houve sempre tenção de mudar. Acho perigosa a vinda, porque receio – cara a cara – se lhe não diga não a nada. E é claro que, se não agradar à Inglaterra, volta-se atrás com a palavra.”*<sup>1259</sup>

Um exemplo de como da instabilidade europeia afectou algumas das viagens oficiais de D. Carlos, é-nos dado através da visita efectuada por si em 1895 a França, Alemanha, Inglaterra e Itália. Logo depois da partida, surgiam os primeiros problemas, provocados pela dissensão existente entre Itália e a Santa Sé. A questão italiana remontava a 1870, quando as tropas da Itália unificada tomaram Roma, proclamando-a capital de Itália, privando o Papa do seu poder temporal. A questão só se resolveria depois da Primeira Grande Guerra, em 1923, com o Tratado de Latrão, que estabelecia o Vaticano como estado soberano.

O Rei D. Carlos pretendia ser recebido tanto pelo rei de Itália, seu tio, como pelo Papa. Mas este não o recebe, caso ouse visitar o Rei de Itália e vice-versa. A situação era acompanhada em Londres pelo embaixador português, em conversações com o Presidente do Conselho e com o Rei<sup>1260</sup>, mas também na corte portuguesa: *“(…) Lencastre veio à noite ao Paço, preocupado com a ida de El-Rei a Roma. O papa não o recebe se Ele for ao Quirinal; o Rei de Itália espera-o em Roma. Graves complicações!”*<sup>1261</sup> E continuava, no dia seguinte: *“(…) El-Rei continua a ser bem recebido em Paris, mas que a questão de Roma tornava-se a complicar. O Papa não cede. Os jornais italianos acusam El-Rei por querer ir ao Vaticano, etc. Desagradável história.”*<sup>1262</sup>

A própria Rainha D. Maria Pia acabaria por intervir, dada a gravidade da situação. Telegrafara para o Hotel Bristol em Paris, ao Conde de Arnoso, secretário

---

<sup>1258</sup> Conde Christian Tattenbach (1846-1910, embaixador alemão em Portugal (1897-1908).

<sup>1259</sup> Carta de D. Isabel de Saldanha da Gama para sua sobrinha Maria Teresa d'Ornelas, s.l., 26 de Março de 1905, AP, carta 405.

<sup>1260</sup> Carta de Luís Soveral a D. Carlos, Cascais, 7 de Outubro de 1895, BNP, Espólio do Conde de Arnoso, 4368.

<sup>1261</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 9 de Outubro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.

<sup>1262</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 10 de Outubro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.



pessoal de D. Carlos, pedindo a este que aconselhasse o Rei a não se demorar em Paris e a desistir da visita a Itália, alegando isto prejudicaria Portugal, quer na opinião pública portuguesa, quer na sua relação com as outras potências Europeias: Alemanha, Itália, França e até mesmo com a Santa Sé<sup>1263</sup>. De facto, na imprensa italiana já surgiam notícias sobre a questão: “(...) *Jornal importante de Roma diz repugna acreditar que o Governo Italiano tenha cometido a imperdoável e monstruosa levandade de anunciar vinda de um soberano a Roma para receber depois a bofetada de um desmentido.* (...)”<sup>1264</sup> e o próprio governo italiano pressionava a vinda do Rei de Portugal a seu país, sob pena de arriscar um corte diplomático entre os dois Estados e, inclusive, retirar de Portugal o representante italiano<sup>1265</sup>. D. Carlos acabou por ceder e adiar a viagem a Itália, aconselhado por Luís Soveral. Aproveitando a ausência do Rei de Itália de Roma, assegura-lhe, no entanto, os sentimentos de reconhecida amizade e laços de família que inalteravelmente uniam os dois países<sup>1266</sup>. Ainda assim, permanecia em Paris, o que podia prejudicar a sua visita agendada à Alemanha<sup>1267</sup>. A Rainha D. Amélia não via com bons olhos esta demora: “(...) *Rainha muito zangada com a demora em Paris, muito contra o Bernardo [Arnos] e até injusta, achando que ele desgraça a El-Rei, que o apoia em muitas coisas e até que devia agora ter impedido a viagem e agora fazer com que ele saia de lá. Zanguei-me por várias vezes mas não serve. Muito lastimável é que a trabalhem deste feito.*”<sup>1268</sup> Percebe-se que há uma desconfiança relativamente aos conselheiros do Rei mas, na opinião da Condessa de Sabugosa, tal se deve também à ascendência que determinadas pessoas exerciam sobre a Rainha, muito provavelmente a Condessa de Figueiró.

Finalmente, D. Carlos abandona Paris e visita a Alemanha. O conde de Arnoso escreve então a Luís Soveral, embaixador em Londres, acerca da recepção que o rei português ali tivera e não deixa margem para dúvidas de que a viagem tinha sido um sucesso, apesar das críticas apontadas quer em Portugal, quer no estrangeiro: “(...) *A recepção aqui tem realmente sido acima de tudo. Não se tem ideia do que tem sido o*

---

<sup>1263</sup> Carta da Rainha D. Maria Pia ao Conde de Arnoso, s.l., 10 de Outubro de 1895, BNP, Espólio do Conde Arnoso, 2811.

<sup>1264</sup> Carta de Luís Soveral a D. Carlos, s.l., 12 de Outubro de 1895, BNP, Espólio do Conde Arnoso, 4369.

<sup>1265</sup> Carta de Luís Soveral a D. Carlos, Cascais, 17 de Outubro de 1895, BNP, Espólio do Conde Arnoso, 4372.

<sup>1266</sup> Carta de Luís Soveral a D. Carlos, Cascais, 14 de Outubro de 1895, BNP, Espólio do Conde Arnoso, 4371.

<sup>1267</sup> Carta de Luís Soveral a D. Carlos, Cascais, 22 de Outubro de 1895, BNP, Espólio do Conde Arnoso, 4374.

<sup>1268</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 26 de Outubro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.

*Imperador para El-Rei e para todos. Ainda bem também que já se principiaram a convencer que a recepção em Paris foi excelente. Já não é sem tempo. Tudo isto dará lugar para largas, compridas e apimentadas palestras. Por mais pimenta que se lhe deite, estou certo será ainda pouca para o sal daí.”*<sup>1269</sup>.

Todavia, alguns anos depois, o episódio ainda era recordado pela Rainha D. Amélia, aquando da sua viagem pelo Mediterrâneo em 1903, em carta dirigida ao Ministro Hintze Ribeiro. Então, a Rainha recorda, nomeadamente o ressentimento em Itália por não se ter dado a visita régia, ao que o ministro lhe respondia: “*Não me surpreende o que Vossa Majestade me refere – do ressentimento que ficou na Itália por El-Rei não ter lá ido, isso tenho sentido bem em diferentes ocasiões. E a ida do imperador da Alemanha e do Rei de Inglaterra a Roma, apesar da explicação que tem na diferença de religião, não é, todavia, de molde a desfazer aquele ressentimento para connosco, dadas as relações de parentesco. A verdade é, contudo, que ainda nenhum chefe de estado católico, nem Mr. Loubet, com o governo de Mr. Combers, se abalçou a ir a Roma, visitar directamente o rei de Itália. Nem o Imperador d’Áustria, aliado que é. (...)*”<sup>1270</sup>

A questão italiana afectava assim as relações diplomáticas por toda a Europa, sobretudo nos estados Católicos<sup>1271</sup>. Portugal não teria sido a excepção. Todavia, parece-nos relevante que a situação tenha atingido proporções graves no seio da diplomacia nacional. Pensamos este ser um exemplo pertinente de como a política externa portuguesa estava irremediavelmente dependente do equilíbrio de forças europeu. As relações diplomáticas não eram apenas bilaterais, mas sim multilaterais e esse equilíbrio instável era por vezes difícil de alcançar, sobretudo numa Europa que vivia a emergência dos nacionalismos e um reordenamento nas suas possessões ultramarinas. De igual modo, este exemplo é ainda sintomático da importância das deslocações régias e do efeito duradouro que podiam ter.

Depois destas considerações acerca da política externa e relações diplomáticas, necessárias para o enquadramento das visitas oficiais que tiveram lugar durante o reinado de D. Carlos, passemos à análise das mesmas e das cerimónias que as

---

<sup>1269</sup> Carta do Conde de Arnoso a Luís Soveral, Postdam, 3 de Novembro de 1895, AHCB, Espólio Soveral, P. 62, 9.

<sup>1270</sup> Carta de Hintze Ribeiro à Rainha D. Amélia, s.l., 4 de Maio de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 3781.

<sup>1271</sup> Vide também, a propósito da questão italiana RIBEIRO, José Alberto, *Rainha D. Amélia. Uma biografia. Diários, documentos e imagens inéditas*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013, p. 52-54.

compunham. Foram sete as visitas oficiais de D. Carlos ao longo do seu reinado, e que constam do Quadro III. Como se pode observar, foram 4 os destinos: Espanha, França Inglaterra e Alemanha, este último país por uma única vez.

**Quadro III – Visitas oficiais de D. Carlos**

Ano	Visitas de D. Carlos
1892	Espanha, com D. Amélia
1895	França, Alemanha e Inglaterra
1901	Inglaterra (Exéquias da Rainha Vitória)
1902	França e Inglaterra (passagem por Madrid)
1904	Inglaterra e França, com D. Amélia
1905	França
1906	Espanha

No que consistiam as visitas régias fora do Reino? Um conjunto de cerimónias em tudo semelhantes às verificadas em território nacional, embora com pequenas variações, que dependiam não só da duração da visita, como do país visitado e se o Rei era acompanhado ou não pela Rainha. Os preparativos para a viagem começavam logo no próprio Palácio das Necessidades, com a transferência das bagagens dos soberanos daí para a estação, sob comando do Inspector dos Reais palácios, do Almojarife do palácio e de um Reposteiro da Real Câmara. O pessoal inferior – particulares e criados de quarto, quer dos soberanos quer dos camaristas que os acompanhavam, reuniam-se no palácio e seguiam daí para a estação. Depois, os soberanos, acompanhados pelo pessoal de serviço encetavam um cortejo até à gare<sup>1272</sup>.

Aí, encontravam-se as altas individualidades portuguesas para apresentarem os seus cumprimentos de despedida. Para além dos membros da Casa Real, também Conselheiros de Estado, ministros, Presidente da Câmara Municipal e os secretários das legações dos países que iam ser visitados.

A viagem não era realizada de forma ininterrupta. Na visita oficial de D. Carlos a França, Alemanha e Inglaterra em 1895, uma vez que o itinerário incluía San Sebastian, onde se encontrava a Rainha Regente de Espanha, a comitiva portuguesa foi

---

<sup>1272</sup> *O Século*, 11 de Novembro de 1904.

recebida pelas autoridades civis e militares, em particular pelo alcaide da municipalidade, enquanto um conjunto de bandas militares e municipal tocavam o hino real português. Daí seguiram para o Palácio de Miramar, onde foram recebidos pela Rainha Regente e pelo rei D. Afonso XIII, bem como pelas infantas. À noite, foi oferecido um jantar no mesmo palácio, ao qual assistiram a corte e o ministério espanhóis<sup>1273</sup>. No dia seguinte, D. Carlos prosseguiu a viagem até ao seu destino. Já na deslocação de 1904 a França e Inglaterra, os reis portugueses foram recebidos em Versailles, pelas autoridades municipais, donde seguiram até Cherburgo, onde foram recebidos igualmente pela municipalidade, partindo então para o destino final. O presidente da República Francesa, embora não estando presente, enviou um telegrama para D. Carlos, em resposta ao que este lhe tinha enviado assim que entrara em território francês<sup>1274</sup>.

Independentemente do destino, as cerimónias de recepção desenrolavam-se de forma semelhante. À chegada ao destino final, qualquer que ele fosse, aguardavam-nos os próprios soberanos<sup>1275</sup> ou alguns dos seus representantes<sup>1276</sup>. As amabilidades entre ambas as partes eram visíveis inclusive no traje. A Rainha D. Amélia, na visita a Espanha em 1892, obsequiou a nação acolhedora, ostentando na sua toilette as cores da bandeira nacional espanhola<sup>1277</sup>. Não era uma escolha invulgar. O Rei Eduardo VII, na visita de 1904, ostentava o grande uniforme do regimento português de cavalaria 3 e a banda das três ordens<sup>1278</sup> e o Kaiser, em 1905, a farda do regimento 4<sup>1279</sup>.

De seguida, os coches de gala da Casa Real anfitriã (ou da Casa Presidencial Francesa, se fosse esse o caso) aguardavam os soberanos, para se encetar um cortejo até ao Palácio Real, onde eram aguardados pelos soberanos e Família Real, como aconteceu na visita a Espanha<sup>1280</sup>. No caso de terem sido recebidos pelos próprios soberanos anfitriões, partilhavam com estes as carruagens em cortejo, devidamente hierarquizado,

---

<sup>1273</sup> *Novidades*, 2 a 5 de Outubro de 1895, pp. 1 e 2.

<sup>1274</sup> *O Século*, 15 de Novembro de 1904, pp. 1 e 2.

<sup>1275</sup> Por exemplo, na visita a Paris em 1895, *Novidades*, 6 de Outubro de 1895, p. 2 ou a Londres, em 1904, *O Século*, 22 de Novembro de 1904, p. 1.

<sup>1276</sup> Na visita a Madrid, 1892, *Novidades*, 9 de Novembro de 1892, pp. 1 e 2 ou em Londres, *Novidades*, 5 de Novembro de 1895, p. 2.

<sup>1277</sup> *Novidades*, 10 de Novembro de 1892, p. 1.

<sup>1278</sup> *O Século*, 16 de Novembro de 1904, p. 1.

<sup>1279</sup> Carta D. Isabel de Saldanha da Gama para sua irmã Teresa, s.l. 2 de Abril de 1905, AP, carta 406.

<sup>1280</sup> *Novidades*, 9 de Novembro de 1892, pp. 1 e 2.

começando pelos soberanos e terminando com as comitivas respectivas<sup>1281</sup>. As cidades estavam habitualmente engalanadas para receber os reais visitantes, tendo sido erigidos arcos triunfais nas ruas por onde o cortejo passava<sup>1282</sup>.

Podia-se seguir uma parada militar, no Palácio Real, como aconteceu na visita a Espanha, em 1892, à qual assistiram, da varanda daquele, os Reis Portugueses, a Rainha Regente Maria Cristina e a Infanta Isabel<sup>1283</sup>. No caso das visitas de D. Carlos a Paris, em 1895 e 1904, uma vez que o soberano ficara hospedado num hotel e não no Palácio da Presidência, rendeu na parte da tarde uma visita ao Presidente, Felix Fauré, e aos membros das casas civil e militar deste, acompanhado pela sua comitiva. Após a sua saída, o Presidente francês retribuiu a visita a D. Carlos, visitando-o no hotel onde estava hospedado<sup>1284</sup>.

Os banquetes oficiais, oferecidos pelos soberanos anfitriões faziam parte do programa da visita. O número de convidados variava, mas neles compareciam os membros de ambas as casas civis e militares, a elite política do país anfitrião, bem como o corpo diplomático acreditado nessa corte ou individualidades portuguesas aí radicadas<sup>1285</sup>. Para além de serem tocados os hinos de cada país, cada soberano dirigia um brinde ao outro, referindo a amizade que unia ambos os países.

Havia lugar também para as récitas de gala nos principais teatros das capitais visitadas. À chegada dos soberanos, acompanhados pelos membros das respectivas casas, soavam os hinos de cada país. A estas, para além dos convidados habituais para os banquetes régios, assistia também a primeira sociedade “*toda a corte, a primeira sociedade [da cidade] e quase todos os portugueses*”.<sup>1286</sup> Caso não ocorresse nenhuma récita de gala, como na visita a Paris em 1895 e 1904, era costume colocar à disposição dos monarcas portugueses o camarote presidencial<sup>1287</sup>.

Outros momentos importantes eram o das recepções oficiais no palácio, onde podiam comparecer acima das três e quatro mil pessoas, habitualmente recebidas pelos

---

<sup>1281</sup> *O Século*, 16 de Novembro de 1904, p. 1.

<sup>1282</sup> *O Século*, 12 de Novembro de 1904, p. 1.

<sup>1283</sup> *Novidades*, 11 de Novembro de 1892, p. 1.

<sup>1284</sup> *Novidades*, 6 de Outubro de 1895, p. 2; *O Século*, 14 de Dezembro de 1904.

<sup>1285</sup> *Novidades*, 11 de Novembro de 1892, p. 1; *Novidades*, 10 de Outubro de 1895, p. 1; *Novidades*, 5 de Novembro de 1895, p. 2; *Novidades*, 19 de Novembro de 1904, p. 1.

<sup>1286</sup> *Novidades*, 14 de Novembro de 1892, p. 1, *Novidades*, 15 de Novembro de 1892, p. 1; *Novidades*, 5 de Novembro de 1895, p. 2; *Novidades*, 19 de Novembro de 1904, p. 1;

<sup>1287</sup> *Novidades*, 11 de Outubro de 1895, p. 1.

soberanos<sup>1288</sup> e as recepções efectuadas por parte das entidades municipais, das quais poderia também constar um *lunch* ou um banquete<sup>1289</sup>. Registe-se que no banquete de 815 talheres oferecido pela municipalidade londrina, na viagem de 1904, foram convidados, para além das diversas individualidades habituais, os jornalistas portugueses que se encontravam nessa cidade<sup>1290</sup>.

Finalmente, as visitas finalizavam com uma recepção ou um banquete na legação portuguesa de cada um dos países visitados, oferecida pelos reis portugueses, destinado essencialmente às individualidades portuguesas presentes na cidade<sup>1291</sup>.

Os dias seguintes dividiam-se entre visitas a exposições, concertos musicais no palácio – a que assistiam exclusivamente os soberanos, corte, ministros e corpo diplomático corrida de cavalos<sup>1292</sup>, e também caçadas<sup>1293</sup>.

Fora do programa oficial, havia tempo também para outras actividades. D. Carlos, acompanhado pelo Secretário Particular, passeou-se sem “*distinção de traje*”, pelas ruas madrilenas<sup>1294</sup>; a Rainha D. Amélia, e a infanta Isabel passearam-se a cavalo pelos arredores de Madrid, acompanhadas apenas de dois criados<sup>1295</sup>; mencione-se ainda a ida ao Escorial, a pedido da Rainha D. Amélia, para visitar o túmulo do avô<sup>1296</sup>. Nessa visita, realizou-se ainda uma corrida de touros, também a pedido da Rainha D. Amélia, a que assistiu a família Real espanhola e os reis portugueses. As senhoras apresentaram-se com as tradicionais mantilhas pretas<sup>1297</sup>. Em Londres, a Rainha D. Amélia, acompanhada pela sua comitiva e pelo Marquês de Soveral passeou-se e fez algumas compras e visitas a museus<sup>1298</sup>.

Enquanto se finalizavam os últimos festejos de recepção aos Reis portugueses, em Portugal, especialmente em Lisboa, ultimavam-se os últimos preparativos para a recepção de regresso dos soberanos, por parte da Câmara Municipal. As principais

---

<sup>1288</sup> *Novidades*, 11 de Novembro de 1892, p. 1; *Novidades*, 16 de Novembro de 1892, p. 1; *Novidades*, 10 de Outubro de 1895, p. 1.

<sup>1289</sup> *Novidades*, 5 de Novembro de 1895, p. 2; *Novidades*, 18 de Novembro de 1904, p. 1.

<sup>1290</sup> *Novidades*, 18 de Novembro de 1904, p. 1.

<sup>1291</sup> *Novidades*, 11 de Novembro de 1892, p. 1; *Novidades*, 16 de Novembro de 1892, p. 1; *Novidades*, 5 de Novembro de 1895, p. 2; *O Século*, 5 de Dezembro de 1904.

<sup>1292</sup> *Novidades*, 12 de Novembro de 1892, p. 1.

<sup>1293</sup> *Novidades*, 12 e 15 de Outubro de 1895, p. 1; *Novidades*, 25 de Novembro de 1904, p. 1.

<sup>1294</sup> *Novidades*, 14 de Novembro de 1892, p. 1.

<sup>1295</sup> *Novidades*, 15 de Novembro de 1892, p. 1.

<sup>1296</sup> *Novidades*, 15 de Novembro de 1892, p. 1.

<sup>1297</sup> <sup>1297</sup> *Novidades*, 17 de Novembro de 1892, p. 1.

<sup>1298</sup> *O Século*, 4 de Dezembro de 1904.

corporações eram convidadas a comparecer na estação. Tribunas eram construídas na gare de chegada para os membros da Casa Real, conselheiros de estado, corpo diplomático e membros das duas casas do Parlamento, tendo apenas acesso quem se apresentasse de farda ou casaca. Organizava-se um cortejo desde a estação até ao palácio. O percurso era ornamentado com arcos triunfais, mastros e estandartes. Os coretos e edifícios municipais eram iluminados a gás e luz eléctrica e bandas filarmónicas estavam dispostas nos vários coretos por onde passaria o cortejo régio<sup>1299</sup>. Organizava-se também um bode aos pobres e uma récita de gala em São Carlos.

Todavia, apesar de todos estes preparativos, nem sempre a recepção dos soberanos era entusiástica por parte da população, na opinião de D. Isabel Saldanha da Gama. No dia da chegada das Majestades de Londres, em 1904, os estabelecimentos comerciais e escritórios da cidade fecharam-se. “*Povo imenso pelas ruas, mas que incomensurável sensaboria!! Estou convencida que só quando o cortejo passou pelos escritórios ingleses haveria hurrahs e entusiasmo.*”<sup>1300</sup>

Se as visitas oficiais estreitavam os laços entre as nações, era sobretudo para as comitivas que acompanhavam os monarcas, em particular os seus oficiais de serviço que as viagens oficiais tinham um saldo particularmente positivo, no que toca à agraciação com diferentes graus das ordens honoríficas, de cada país visitado. Exemplificando com a visita a Espanha em 1892, na qual D. Carlos condecorara a Rainha Regente de Espanha com a banda das três ordens, também os oficiais superiores da comitiva portuguesa foram condecorados: a Dama Camarista de D. Amélia, Pepita, com a banda de Maria Luísa; o médico da Real Câmara o Dr. Feijão e o Conde de Tarouca, gentil-homem, com a grã-cruz de Isabel, a Católica; o general Sousa Folque e Almirante Andrade, da Casa Militar de El-Rei, com a grã-cruz de mérito Militar e Naval, respectivamente; o Conde de Sabugosa, mordomo-mor da Rainha com a grã-cruz de Carlos III; Bernardo Pindela, secretário particular do Rei com a comenda da mesma ordem<sup>1301</sup>. Mas para isso, era necessário cair nas boas graças dos soberanos, para se ter a sorte de se ser o escolhido. Ainda assim, as viagens de recreio eram mais apetecíveis que as viagens oficiais, apesar de todas as honras daí advenientes. Nas vésperas da viagem de D. Amélia pelo Mediterrâneo, a Condessa de Sabugosa confidenciava no seu

---

<sup>1299</sup> *Novidades*, 17 de Novembro de 1892, p. 1. *O Século*, 19 e 22 de Dezembro de 1904, p. 1.

<sup>1300</sup> Carta de D. Isabel de Saldanha da Gama para sua irmã Maria Joaquina, s.l. 20 de Dezembro de 1904, AP, carta 400.

<sup>1301</sup> *Novidades*, 16 de Novembro de 1892, p. 1. *Novidades*, 17 de Novembro de 1892, p. 2.

diário: “(...) fui à Rainha. Satisfeita com a viagem, nada disse de interesse, mas foi carinhosa. Mariquita sentida e com razão, só foi a coisas tristes, viagens agradáveis para a Pepita. Desgraçada coisa. É tudo assim. Que pena não se fazer nada.”<sup>1302</sup>

Portugal recebeu também ao longo do reinado a visita oficial de chefes de estado estrangeiros: em 1897 o Rei do Sião; em 1903 o Rei Eduardo VII e Afonso XIII; em 1905 o Kaiser Guilherme II e o Presidente da República Émile Loubet e em 1907, o Rei de Saxe Frederico Augusto III. Destaque-se ainda outras visitas oficiais, ainda que não de Chefes de Estado, nomeadamente a da Rainha Alexandra e do Duque de Connaught, em 1905.

**Quadro IV – Vistas oficiais a Portugal durante o reinado de D. Carlos**

Ano	Visitas oficiais a Portugal
1897	Visita do Rei do Sião
1903	Visita de Eduardo VII
	Visita de Afonso XIII
1905	Visita do Duque Connaught a Lisboa
	Visita da Rainha Alexandra
	Visita do Kaiser Guilherme II
	Visita do Presidente Émile Loubet
1907	Visita do Rei de Saxe

As cerimónias de recepção não diferiam das que ocorriam nos países visitados. A recepção à chegada, o cortejo até ao palácio, jantares de gala, recepções oficiais no palácio, récitas de gala no teatro, caçadas.

Como habitualmente, as visitas dependiam da duração das mesmas e dos próprios visitantes. Por exemplo, a viagem da Rainha Alexandra, em 1905, que inicialmente estava projectada como particular, sem programa oficial, acabaria por se tornar oficial, na opinião de D. Isabel Ponte, por decisão do soberano inglês, ao tomar conhecimento da visita oficial do Kaiser nesse mesmo ano: “Disse-me a Rainha que se não crê nas indecisões, a incerteza de quem trazia [na comitiva], primeiro a Rainha queria vir passar uns dias sossegada, sem nada oficial. De repente telegrama dizendo

<sup>1302</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 16 Fevereiro 1903, ASSL, Diário da Condessa, 1903.



*que a visita era oficial. Calcula-se que o rei Eduardo, sabendo da vinda do Kaiser oficialmente, quis o mesmo para a Rainha Alexandra. (...) Para as ordens ou serviço da rainha Alexandra, os condes de Figueiró. Digo isto para não fazerem quaisquer conjecturas. A chegada fixada para 15 já foi mudada para 16 e talvez ainda não seja nesse dia, dependerá do tempo. De cá para lá marcaram tudo. De lá para cá, fixam eles e aqui curva-se a cabeça.”*<sup>1303</sup>

Para além da planificação das cerimónias, era necessário preparar o alojamento para as comitivas, bem como garantir o transporte de convidados, não só em carruagens de gala durante os cortejos, mas ao longo de toda a visita, tanto de pessoas, como de bagagens<sup>1304</sup>.

A viagem de Eduardo VII a Portugal foi preparada com a devida antecedência e envolveu tantos os membros da Casa Real, como da Câmara Municipal e do Ministério. O Conde de Tarouca, Gentil-homem de D. Carlos, dava conta da azáfama dos preparativos à Rainha D. Amélia, ausente na sua viagem ao Mediterrâneo: *“Nada de interessante tenho a contar a não ser a grande azáfama pela vinda do Rei Eduardo. Os festejos públicos estão entregues ao Conde de Ávila”*<sup>1305</sup> – Costa Pinto – *por eles fora Vossa Majestade necessária (...) – o Ávila mandou construir um pavilhão no terreiro do Paço, que cobre por completo a cobertura e arco da rua Augusta e os terraços têm pintado e creio com alguma coisa se fará para deixar a descoberto o mais bonito monumento, se tem. Fui lá deixar os coches e fardas e quer-me parecer que se apresentam com todo o esplendor, seis coches, sendo o primeiro a oito cavalos e outros seis. Vi há dias o Pedro com os oito cavalos, coche real, iam trabalhando muito bem, descemos a rua do Alecrim. El-Rei fez-me a honra de me nomear para o serviço do Rei Eduardo, sendo eu o primeiro a conhecer, mas tinha muito melhor; o que devo a escolha é benevolência.”*<sup>1306</sup>

A escolha dos aposentos destinados ao Rei Eduardo no Palácio das Necessidades coube ao Conde de Arnoso, com o apoio do Presidente do Conselho. O Rei D. Carlos

---

<sup>1303</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para sua irmã Maria Joaquina, s.l., 9 de Março de 1905, AP, carta 403.

<sup>1304</sup> Vide, relativamente à visita do presidente francês, *Ordens para os serviços que a repartição tem a desempenhar por ocasião da visita a Suas Magestades de Sua Exa o Presidente da Republica Franceza Mr. Loubet: 27 de Outubro de 1905*, Lisboa, Typ. Belenense, 1905.

<sup>1305</sup> 1842-1917. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, entre 1901 e 1903.

<sup>1306</sup> Carta do Conde de Tarouca à Rainha D. Amélia, Lisboa, 22 de Março de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7339.

pretendia alojá-lo nos quartos do Príncipe, mas fora o Secretário particular quem o convenceu a instalá-lo no seu próprio quarto: “(...) *El-Rei queria forçosamente alojá-lo no quarto dos Príncipes. Convenci-o a não fazer tal e a instalá-lo no seu próprio quarto com a sala ao lado para gabinete de trabalho. Valeu-me esta parte o Hintze o apoiar-me (...)*”<sup>1307</sup>

A oito de Março, o programa oficial das cerimónias já se encontrava delineado. O Conde de Sabugosa dá conta do entusiasmo que se vivia na capital pela recepção ao soberano estrangeiro e dos diferentes preparativos: (...) *Em todo o caso a visita do rei de Inglaterra faz tanta bulha em Landerneau que mesmo os surdos ouvem falar nas festas e os indiferentes a elas acha-se metidos no barulho duma cidade que prepara festas e se quer divertir; como já sabe, o programa está definitivamente assente depois de várias hesitações, uma das mais engraçadas foi a história da tourada que dá um capítulo interessante daquele romance que se pode intitular Passos que se passam nos Paços. Afinado o impedimento não vinha dar sentimentos do Rei Eduardo nem do facto de ele ser da Sociedade Protectora dos Animais. Ele até tinha pedido que houvesse uma toirada e o embaraço segundo me contou o Bernardo vinha... donde menos se esperava. Afinal, julgo que tudo está arranjado e que há toirada com apaziguamento de todos. Foi também muito discutido o itinerário do cortejo. Todos queriam que os coches e o estado-maior passassem defronte das suas janelas. Cada habitante de Lisboa julgava-se com direito a reclamar que o Rei de Inglaterra passasse na sua rua. Afinal, lá o levam pela Rua do Ouro, Chiado e Alecrim. O Infante D. Afonso tem andado de madrugada a fazer experiencias da subida e descida dos coches por aquelas ruas (...) Também o Thomaz [de Mello Breyner] que há dois dias vindo [do paço] da Ajuda encontrou Sua Alteza vestido de linho cru a deitar foguetes às orelhas dos machos para os ir acostumando às festas. Também tem sido muito discutida a questão dos lugares nas duas mesas reais. Parece que afinal está tudo resolvido ficar o Rei de Inglaterra em frente de El-Rei e não em frente da Rainha Maria Pia, como primeiro se projectara. Conta-se que para o concerto em Ajuda se fazem muitos convites. Nas Necessidades vai grande azáfama e até já lá esteve a Rainha D. Maria Pia arranizando a sala do trono, que passa a ser a sala do rei Eduardo. Eu não tenho ido às Necessidades depois do dia*

---

<sup>1307</sup> Carta do Conde de Arnoso ao Marquês de Soveral, Lisboa, 4 de Março de 1903, AHFCB, Arquivo Soveral, P. 66, 56.

20. *Fui ali pedir dispensa a El-Rei do beija-mão e das festas*<sup>1308</sup>. *Sua Majestade despachou-me rapidamente. Já havia quadros pelas paredes da sala amarela e outras obras preparatórias. Por essas ruas fora há vários coretos de muito mau gosto e o pavilhão que levaram no Terreiro do Paço entre a estátua de D. José e o mar!!! É pavoroso. Mas como o tempo está lindo o sol radiante, as olaias em flor, a temperaturas deliciosa, a população bem disposta, é provável que o Rei Eduardo tenha boas impressões do nosso país. Oxalá que assim seja e que todos estejam contentes (...)*<sup>1309</sup>

A imprensa periódica anunciava os preparativos, embora com muitas imprecisões relativamente ao programa oficial: “(...) *Le voyage du Roi Edouard est annoncé par le 3 Avril. (...) Les journaux s’occupent beaucoup de ce voyage et parlent des préparatifs militaires pour une revue... qui n’aura pas lieu! (...) Du reste ils s’occupent aussi des travaux aux palais, et de la salle à manger. (...)*”<sup>1310</sup>

Duas questões fundamentais ensombraram a visita. Uma delas, já referida, a de uma tourada constar do programa oficial, o que era contrário às tradições inglesas e à partida incompatível com o facto de o Rei Eduardo pertencer à Sociedade Protectora dos Animais e que acabaria por ter lugar. Por outro lado, a ausência da Rainha e dos príncipes era outro aspecto negativo da visita: “(...) *Esperamos que o sossego continue, por todos os motivos, e mesmo para não afastar o Rei Eduardo que dizem que não quer assistir a uma toirada por ser da Sociedade Protectora dos Animais. O que não o impede de comparecer no tiro aos pombos. Por aqui como Vossa Majestade pode pensar, fala-se muito nessa visita e nos festejos que se preparam. Lamenta-se muito que seja em ocasião que a Rainha e os príncipes aqui não estejam e alguns mesmo estimem que o Príncipe Real devia vir daí receber a vinda do rei. Julgo que foi assunto discutido por qui de droit e como as resoluções já devem estar tomadas abstenho-me de dar opinião. Do que tenho pena de veras é que a Rainha não esteja aqui porque faz verdadeira falta lá no meio disto tudo. Não sei se os festejos públicos terão muito esplendor porque as personalidades que estão à frente disso não me parecem dar*

---

<sup>1308</sup> Esta dispensa poderá estar relacionada pelo facto dos Condes de Sabugosa terem perdido a sua filha mais velha, em Setembro de 1902, num acidente de charrete, oferecida pela Rainha, na estrada que ligava Sintra a Cascais.

<sup>1309</sup> Cartas do Conde de Sabugosa à Rainha D. Amélia, s.l., 8 de Março de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7382.

<sup>1310</sup> Cartas do Conde de Sabugosa à Rainha D. Amélia, s.l. 12 de Março de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7382.

*muitas garantias, apesar de serem óptimas pessoas. E receio um pouco que a festa seja um meio-termo a de Santo António e a do Rei de Sião.”*<sup>1311</sup>

Relativamente à tourada, a questão foi abordada inclusive na imprensa inglesa, que tentou demonstrar, junto da opinião pública, que se tratava de uma tradição, diferente da tradição espanhola, na qual o touro não era morto e, como tal, não envolvia crueldade para o animal<sup>1312</sup>. Como tal, não faria sentido o monarca inglês recusar o convite, embora fazendo reparo que seria preferível que o tiro aos pombos fosse acompanhado por desportos tradicionais ingleses, como a caça à raposa, de forma a que a tourada não fosse tão mal acolhida pela opinião pública britânica. *“King Edward delighted his Portuguese hosts on Monday by attending a bull tournament, which in Portugal is the modified form of a Lusitanian bullfight. To have declined the invitation to this great national fête would have been not only a gratuitous but an indefensible offence. There were rumours that the King asked to be excused, but as The Times correspondent remarks, such scrupulosity would have astonished the Portuguese beyond measure. For the sovereign of a Country in which pigeon-shooting is a popular sport, they might have include fox hunting and some other English amusements, to have abstained from witnessing such feasts of horsemanship and display of nerve as are the great features of a bull tournament in Portugal, in which neither horse nor bull is killed, would have been absurd, and we do not suppose that the King for a moment hesitated. We have no more right to judge harshly for a nation’s ideas of sport than of an individual. It is entirely a matter of national traditional and temperament. The King of Portugal might not be greatly dignified by a rugby football match, but we would think it discourteous if he declined to witness one on the ground that it is brutal.”*<sup>1313</sup>

Quanto à ausência da Rainha, a questão foi resolvida, uma vez que esta acabaria por encontrar o Rei Eduardo na sua viagem pelo Mediterrâneo, o que fez calar os boatos acerca do desencontro entre ambos: *“Ainda bem que o encontro de Sua Majestade a Rainha com o Rei de Inglaterra se deu em Nápoles. Foi óptimo para tudo, mesmo para*

---

<sup>1311</sup> Cartas do Conde de Sabugosa à Rainha D. Amélia, s.l, 18 de Março de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7382.

<sup>1312</sup> *The World*, 31 de Março de 1903, [recorte] AHFCB, Arquivo Soveral, P. 9, 68.

<sup>1313</sup> *The Yorkshire Daily Post*, 11 de Abril de 1903, [recorte] AHFCB, Arquivo Soveral, P. 9, 72.

*aqui onde corriam as mais torpes invenções para explicar a vinda do Rei com a Rainha ausente. Decididamente, é bem certo que quem não tem que fazer faz colheres.”*<sup>1314</sup>

Uma das preocupações principais do próprio Rei D. Carlos, eram as manifestações públicas e populares de apreço à chegada do soberano inglês, como já referimos anteriormente. Logo à chegada, envia uma carta ao Marquês de Soveral, dando conta do seu envolvimento na preparação das cerimónias, mas avisando o embaixador português do receio acerca da possível falta de entusiasmo popular: *“Benvindos! Daqui a pouco aí estou porque achei melhor ir buscar o Rei a bordo. Aqui tudo está o mais bem disposto que eu tenho podido. Tenho feito o possível e sobretudo o impossível, dado o pouco tempo que tivemos, mas o rei com a sua muito boa bondade desculpará por certo as faltas que houver. O que é preciso que tu digas ao rei é o carácter do povo lisboeta que, como tu sabes, não dá vivas, o mais creio que a recepção há de ser boa.”*<sup>1315</sup>

Enganara-se. De facto, ao contrário do que haveria de acontecer durante a visita do Kaiser, em que o povo não se demonstrou nada entusiasmado<sup>1316</sup>, o soberano inglês foi acolhido com euforia: *“A todo o instante havia aclamações”*<sup>1317</sup>. *“Houve uma verdadeira loucura de entusiasmo por essa visita e a maior parte da gente anda rouca de gritar hurra! Viva o nosso amigo! (...) O Rei Eduardo, dizem que foi muito bem impressionado com o acolhimento que teve por parte de toda a população, Ainda bem!”*<sup>1318</sup>

O que causou boa admiração nos visitantes foi o cortejo, em particular as carruagens de gala e as vestes dos criados<sup>1319</sup>: *“Uma coisa há-de dar prazer a Vossa Majestade saber e é que o que dependeu da sua iniciativa, estava um primor. E é unânime o elogio de todos desde o Rei Eduardo até toda a gente que via o cortejo, a maneira como estavam postos os coches, o pessoal e os cavalos. Do que eu tenho pena*

---

<sup>1314</sup> Carta do Conde de Arnoso a Luís Soveral, Lisboa, 29 de Abril de 1903, AHFCB, Arquivo Soveral, P. 66, 59.

<sup>1315</sup> Carta do Rei D. Carlos a Luís Soveral, [Lisboa], 2 de Abril de 1903, AHFCB, Arquivo Soveral, P. 69, 1.

<sup>1316</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para sua irmã Teresa, s.l., 2 de Abril 1905, AP, carta 406.

<sup>1317</sup> Carta do Conde de Tarouca à Rainha D. Amélia, s.l., 8 de Abril de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7379.

<sup>1318</sup> Cartas do Conde de Sabugosa à Rainha D. Amélia, s.l., 9 de Maio de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7382.

<sup>1319</sup> Carta do Conde de Tarouca à Rainha D. Amélia, s.l., 8 de Abril de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7379.

*é que tendo a rainha tido tanta maçada, tantos anos passados a dirigir os arranjos de carruagens, librés, arreios, cavalos, pessoal, este não gozasse do resultado dessa empresa.”*<sup>1320</sup>. O elogio das equipagens reais por parte de Eduardo VII ganha particular relevo, tendo em conta que anos antes, por ocasião do seu casamento com a princesa dinamarquesa Alexandra, fora comentada a degradação e negligência que as equipagens reais inglesas apresentavam<sup>1321</sup>. O conde de Tarouca, por seu turno, elogiava a recepção oferecida pela Associação Comercial de Lisboa: *“Para mim, sem dúvida, a festa mais brilhante, mais quente, mais significativa foi a do dia da partida dada pela associação comercial no tribunal do comércio do Terreiro do Paço, Uma ordem extraordinária, entusiasmo indescritível, salas, escadas admiravelmente arranjadas (...) o discurso extraordinariamente bem feito e dito em inglês pelo presidente das Câmaras de comércio, Simões de Almeida. Toda a comitiva do rei de Inglaterra chorava – o rei de Inglaterra estava visivelmente comovido. Acabou a sessão, vieram os reis à janela – dali viam o mais bonito espectáculo que se pode imaginar. As tropas e a cavalaria ao centro da praça, admiravelmente bem disposta, as janelas cheias de gente o povo num entusiasmo louco, ao lado o Tejo cheio de barcos, tudo isto encimado pelo nosso céu sem uma nuvem.”*<sup>1322</sup>

No entanto, ambos os oficiais da Casa Real levantavam algumas críticas às diversas cerimónias: *“um fogo de artifício um desastre”*<sup>1323</sup>; as decorações da rua vergonhosas; o jantar e concerto no Paço da Ajuda uma sensaboria: *“Do que não pode levar muito boa memória é das ornamentações oficiais do Terreiro do Paço e das ruas. Uma vergonha, a que os jornais já dão o verdadeiro correctivo. (...) O concerto em Ajuda, além da falta aborrecida de regra para convites, o que deu resultados bastantes disparatados (como depois contarei a Vossa Majestade), dizem-me que foi a maior maçada que há memória. Um calor sufocante e uma sensaboria colossal.”*<sup>1324</sup> O Conde de Tarouca fora mais comedido na descrição destas últimas cerimónias: *“O jantar e concerto na Ajuda bons, mas prejudicados um pouco pelo excessivo calor, como a*

---

<sup>1320</sup> Carta do Conde de Tarouca à Rainha D. Amélia, s.l., 8 de Abril de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7379.

<sup>1321</sup> CANNADINE, David, “The British monarchy, c. 1820-1977”, HOSBAWM, Eric, RANGER, Terence, *The invention of Tradition*, p. 118.

<sup>1322</sup> Carta do Conde de Tarouca à Rainha D. Amélia, s.l., 8 de Abril de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7379.

<sup>1323</sup> Carta do Conde de Tarouca à Rainha D. Amélia, s.l., 8 de Abril de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7379.

<sup>1324</sup> Cartas do Conde de Sabugosa à Rainha D. Amélia, s.l., 9 de Maio de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7382.

*Rainha D. Maria Pia tanto aprecia. As escadas e salas estavam bonitas – o beija-mão chamou a atenção de todos os estrangeiros.”*<sup>1325</sup>

Para além destes fiascos no aparato das cerimónias, algumas das visitas oficiais de soberanos estrangeiros a Portugal ficaram marcadas por alguns incidentes protocolares embora nem sempre isso transparecesse para a opinião pública. Na visita de Afonso XIII de Espanha, também o Conde de Arnoso se queixava de alguns acontecimentos negativos, embora não os explicitando: *“A visita do Rei de Espanha corre bem para o público. Quer dizer, houve asneira a dar com um pau. De Lisboa e com vagar te explicarei. Salvaram-se as aparências e neste querido país já não é mau.”*<sup>1326</sup> De facto, El-Rei Niño deixava Portugal *“satisfeitíssimo e toda a suite. El-Rei declara que decerto em nenhuma outra parte terá o acolhimento amável de aqui.”*<sup>1327</sup>

Nem sempre isso aconteceu. Em 1897, o Rei Chulalongkorn do Sião, actual Tailândia, visitou Portugal<sup>1328</sup>. Vindo de Espanha, o visitante real chegou a Lisboa de comboio, tendo sido recebido pelo próprio Rei. Apesar deste ter oferecido um jantar oficial, não alojou o visitante num Palácio da Família Real, como passaria a acontecer posteriormente, tal como nos relata a Condessa de Sabugosa no seu diário: *“(…) Estivemos até às 4 horas, que passou o rei do Sião com 3 filhos e um irmão. Chulalongkorn feio e pouco simpático. (...) Fermé no Hotel Bragança, porventura muito dinheiro arranjar o Palácio de Belém! (...) Jantar justo às 9 horas na Ajuda. Mesa bonita. Casa de jantar com 100 e tantas pessoas. Damas, oficiais mores, ministros, conselheiros de estado, casa militar, governador civil, presidente da câmara, (...) fiquei a 3 [lugares] à direita d’el rei [D. Carlos] entre o irmão do rei [do Sião], feio e sensabor e o ministro do Sião em Paris e Madrid, aspecto interessante, falando mal o Francês. Rei do Sião entre as duas Rainhas, El-Rei defronte com a Duquesa à direita e*

---

<sup>1325</sup> Carta do Conde de Tarouca à Rainha D. Amélia, s.l., 8 de Abril de 1903, IANTT, Casa Real, caixa 7379.

<sup>1326</sup> Carta do Conde de Arnoso a Luís Soveral, Vila Viçosa, 22 de Dezembro de 1903, AHFCB, Arquivo Soveral, P. 66, 69.

<sup>1327</sup> Carta de D. Isabel Saldanha da Gama para sua sobrinha Luísa d’Ornelas, s.l., 11 de Janeiro 1904, AP, carta 399.

<sup>1328</sup> O nosso país tinha contacto com o Reino do Sião desde 1511, quando Afonso de Albuquerque enviara Duarte Fernandes à corte desse território. Volvidos 7 anos, os dois reinos assinavam o primeiro tratado de amizade e comércio, aquele que era o primeiro tratado do Sião com a Europa. No início do século XIX, a primazia portuguesa no território permanecia incólume, tendo recebido uma propriedade onde foi estabelecida a residência do cônsul de Portugal, sendo a mais antiga residência diplomática naquele país. CUNHA, Hélder de Mendonça e Cunha, “The 1820 land concession to the portuguese (in the kingdom of Siam)”, *Journal of the Siam Society* (JSS), vol. 59, part 2 Bangkok, s.n., 1971.

a MacDonell<sup>1329</sup> à esquerda. Depois do jantar pouca conversa e às 11 horas tudo acabado. Rainha apresentou-nos ao rei do Sião que nada nos disse. (...)”<sup>1330</sup>. A questão de o Rei ter sido hospedado no Hotel Bragança, o melhor de Lisboa à época e não num palácio Real, foi assunto discutido na imprensa. Segundo o jornal *O Tempo*, citando o jornal *O Popular*, “o rei de Sião ficara tristemente impressionado em virtude de lhe terem dado por aposentadoria um hotel, quando havia palácios reais em que pudesse ser conveniente alojado e de lhe mandarem pagar depois a conta da despesa! Não há porém motivo para reparo. Do tino e diplomacia do ministério tudo se pode esperar!”<sup>1331</sup>

Todavia, seria no segundo dia da visita oficial que se daria um grave incidente protocolar, protagonizado pela Camareira-mor, a Duquesa de Palmela, que não teve qualquer reflexo na imprensa periódica, mas que nos é dado a conhecer novamente pelo diário da Condessa de Sabugosa: “(...) Às nove horas fomos para o Paço [da cidadela de Cascais] a pé, (...). Rainha na sala antes de chegarem os convidados todos. Bateria pobre, sem tapetes, sem gente, iluminações no mar muito choca, iluminação em terra fazendo bonito efeito. Fogo pouco e pobre. (...) Perto da meia-noite chá na casa de jantar. Duquesa cai em perguntar ao Rei do Sião se é verdade o que dizem os jornais que ele ia matar um dos siameses que o acompanham. Perde a cabeça, começa numa gritaria doida com os filhos explicando-lhe em siamês o que é, e durante minutos vocifera em inglês mostrando o seu descontentamento. Diz que por ele, há a ideia de que os portugueses são estúpidos. Cena desagradável, abala a correr, sem quase se despedir da Rainha. Falta de tacto dela, sobranceira d’ele.”<sup>1332</sup>

Os jornais do dia seguinte não relataram o sucedido. *O Tempo* referia como o Rei estava encantado com o clima e a beleza da cidade.<sup>1333</sup> *O Novidades* mencionava que o monarca convidado tinha vindo “positivamente deslumbrado de Cascais, onde teve ocasião de admirar uma das mais brilhantes iluminações (...) [e] conversou animadamente com o Senhor Marquês de Fronteira, expressando-lhe as boas

---

<sup>1329</sup> Mulher do embaixador inglês.

<sup>1330</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 21 de Outubro de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897. A fraca impressão causada pelo exótico viajante na condessa de Sabugosa poderá ter a ver com as diferenças culturais entre os dois países, nomeadamente a nível das questões morais. Logo no dia da sua chegada, a imprensa fazia referência à sumptuosidade e magnificência do rei, aludindo às suas três mil mulheres. *Novidades*, 21 de Outubro de 1897, p. 1.

<sup>1331</sup> *Tempo*, 26 Outubro de 1897, p. 1.

<sup>1332</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 22 de Outubro de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897.

<sup>1333</sup> *O Tempo*, 24 de Outubro de 1897, p. 1.



*impressões que trouxe da festa de ontem em Cascais.*”<sup>1334</sup> A única pista acerca do caso publicava-a o jornal *O Novidades*, a 23 de Outubro, dando conta de que haviam sido “*dadas ordens superiores para não ser traduzido em inglês, a fim de não chegar ao conhecimento do monarca, o trecho de uma notícia publicada por um jornal de Lisboa com respeito ao tenente coronel Phro-Tudezaja, ajudante de campo do rei. Nessa notícia dizia-se que o rei de Sião, desgostoso com qualquer acto praticado por aquele oficial prometera mandá-lo decapitar logo que chegasse a Bangkok. Trata-se apenas d’uma blague, segundo as nossas informações*”<sup>1335</sup>. Piada ou não, o incidente terá provocado o azedume do monarca siamês e a preocupação por parte da corte portuguesa<sup>1336</sup>. Este episódio demonstra a importância *do savoir-faire* no que toca às sociabilidades, que se tornavam um ponto fulcral nas visitas oficiais, em que um pequeno deslize indiscreto, mesmo até protagonizado por uma personagem de segunda plana, isto é, nem personalidade régia ou política, poderia colocar em causa séculos de laços diplomáticos entre duas nações.

A visita do Kaiser Guilherme em 1905 também se pautara por um pequeno incidente, protagonizado pelo próprio soberano alemão e pelo embaixador português em Londres. O brinde durante o jantar oficial foi feito em alemão pelo Kaiser, o que teria desagradado ao embaixador português. O Marquês de Soveral acaba por chamar a atenção do facto a um membro da comitiva do imperador e, no dia seguinte, durante a recepção na Sociedade de Geografia, este discursa em francês: “*O brinde ao jantar, em alemão. O Soveral, que é também persona gratíssima do Kaiser (eu vi como Sua Majestade lhe falava) disse ao principal da suite que dissesse a Sua Majestade o péssimo efeito que produzira. Este esconjurou-se que nada lhe podia dizer, "pois diga então o que eu lhe disse agora". No dia seguinte, à Sociedade de Geografia, resposta ao Amaral em francês. Ótimo discurso, lido. Passa depois pelo nosso ministro em Londres e pergunta: "Êtes-vous content?"*”<sup>1337</sup>

Se as visitas ao estrangeiro, como vimos anteriormente, provocavam interesse por parte dos oficiais da Casa Real, que ambicionavam integrar as comitivas régias, as visitas de soberanos estrangeiros produziam o mesmo efeito em toda a aristocracia, mais do que as cerimónias regulares da corte. As senhoras preocupavam-se sobretudo com as

---

<sup>1334</sup> *Novidades*, 23 de Outubro de 1897, p. 1.

<sup>1335</sup> *Novidades*, 23 de Outubro de 1897, p. 1.

<sup>1336</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, s.l., 23 de Outubro de 1897, ASSL, Diário da Condessa, 1897.

<sup>1337</sup> Carta de D. Isabel de Saldanha da Gama para sua irmã Teresa, s.l., 2 de Abril de 1905, AP, carta 406.

toilettes: *“Tia Vila Real perguntando-me ontem se ia mal de preto para esperar a rainha Alexandra. Já tinha perguntado à tia Sabugosa na véspera. Tendo comprado chapéu de cor, que se lhe havia de dizer. Quando ela disse que era contra a etiqueta, não lhe disse que não. Francamente, não me parece no caso de não fazer um vestido. Mas querendo as honras, só quando sonham que é divertido ou que lhes dá a curiosidade, é que aparecem. Tia Asseca estava mortinha por ir ao Terreiro de Paço mas em monólogo acrescentava que não tinha toilette. Não a animei nada porque há-de ser cansado, o pavilhão muito aberto pode estar húmido e de facto não lhe acho estado de aparecer nestas coisas. Vai ver o cortejo para casa da Catarina Pais, isso é diferente.”*<sup>1338</sup> De facto, as visitas oficiais podiam propiciar presentes e honras. Por ocasião da visita da Rainha de Inglaterra, por exemplo, os Condes de Figueiró receberam jóias e condecorações – na opinião de D. Isabel Ponte, merecidas: *“Pepita teve belo broche de diamantes e rubis e o monograma da Rainha. Ele, uma caixa magnífica de oiro e esmalte com a miniatura da Rainha e uma grã-cruz. Funcionou de Mestre-sala tanto no jantar como no teatro e isso perfeitamente. Pensa em tudo, olha por tudo e bem.”*<sup>1339</sup>

No entanto, nem sempre o programa oficial agradava a todos, por a hierarquia não ser respeitada. D. Isabel queixava-se à sobrinha por não ter participado mais activamente na mesma visita, como Dama Camarista, ao contrário dos familiares de alguns dos outros camaristas: *“Não me tinha parecido disparate que a Maria de Meneses e eu fizéssemos maior conhecimento com Sua Majestade britânica, um chá a que assistíssemos ou que nos fizessem ir como fizeram os Asseca, Salvador e Maria Pepita. Mas eu aqui nada manifesto porque acho falta de dignidade mostrar sequer que estranhei fosse o que fosse.”*<sup>1340</sup> Numa corte onde o mau ambiente causado pela existência de uma valida, era natural que surgissem estes favorecimentos, que desagradavam a quem via o lugar que lhe pertencia pelo desempenho das suas funções ser posto em causa.

Não eram só os oficiais superiores que viam os seus serviços recompensados. No rescaldo da visita do Rei Eduardo, em 1903, o Mordomo-mor da Rainha D. Maria Pia

---

<sup>1338</sup> Carta de D. Isabel de Saldanha da Gama para sua irmã Teresa, s.l., 22 de Março de 1905, AP, carta 404.

<sup>1339</sup> Carta de D. Isabel de Saldanha da Gama para sua sobrinha Maria Teresa Ornelas, s.l., 26 de Março de 1905, AP, carta 405.

<sup>1340</sup> Carta de D. Isabel de Saldanha da Gama para sua sobrinha Maria Teresa d'Ornelas, s.l. 26 de Março de 1905, AP, carta 405.

escrevia ao Marquês de Soveral, pedindo que fossem concedidas algumas condecorações aos funcionários do Paço da Ajuda<sup>1341</sup>.

As visitas oficiais eram portanto ocasiões que suscitavam maior interesse por parte dos membros da Casa Real do que as cerimónias oficiais habituais da monarquia, não só por permitirem o conhecimento de soberanos e elites internacionais, como pela possibilidade de acumularem presentes e honras. Nestas visitas, as cerimónias, quer em Portugal, quer no estrangeiro, não variavam muito entre si, com as excepções atrás mencionadas relacionadas com as tradições nacionais de cada um dos países envolvidos e que podiam, inclusive, levantar alguns problemas pelas diferenças que evidenciavam. As diferenças residiam no aparato e ostentação, que acentuavam os poucos recursos da monarquia portuguesa. D. Isabel Saldanha da Gama, que olhava com desdém para a fidalguia de província<sup>1342</sup>, não conseguiu conter o espanto perante as jóias que a Rainha Alexandra e a sua *entourage* ostentavam por ocasião desta visita: “*As pérolas da rainha Alexandra passam toda descrição, que maravilha. Dadas na Índia. O fecho, dois rubis em cabochão e com uma burela, como das nossas contas antigas, por baixo. Diademas magníficos, também as damas.*”<sup>1343</sup>

A monarquia portuguesa apresentou um comportamento divergente do da inglesa que, sem perder a singularidade das suas tradições cerimoniais, conseguiu adaptar-se às necessidades que os novos tempos exigiam, ao reinventar tradições, que modelaram os rituais a partir de então<sup>1344</sup>, sendo bem sucedida na sua estratégia de afirmação popular.

De facto, a partir do último quartel do século XIX as cerimónias régias inglesas deixaram de ser consideradas como um fiasco ou farsas como até então tinham sido consideradas pelos seus contemporâneos<sup>1345</sup>.

De acordo com David Cannadine, isso terá sido reflexo de vários factores. A monarquia estava em melhores condições de propiciar um maior sucesso das suas cerimónias. Paulatinamente, assistiu-se a uma crescente moralização da vida privada

---

<sup>1341</sup> Carta do Duque de Loulé a Luís Soveral, s.l., [1903], AHFCB, Arquivo Soveral, P. 69, 4.

<sup>1342</sup> Carta de Isabel Saldanha da Gama para sua sobrinha Luísa d’Ornelas, São Pedro do Sul, 27 de Maio 1896, AP, carta 324.

<sup>1343</sup> Carta de D. Isabel de Saldanha da Gama para sua sobrinha Maria Teresa d’Ornelas, s.l. 26 de Março de 1905, AP, carta 405.

<sup>1344</sup> STRONG, Roy, *Coronation from the 8th century to the 21st century*, p. 473.

<sup>1345</sup> CANNADINE, David, “The British monarchy, c. 1820-1977”, HOSBAWM, Eric, RANGER, Terence, *The invention of Tradition*, p. 117.

dos monarcas e o seu afastamento gradual da actividade política foi favorável à popularidade da monarquia, passando a ser venerados como símbolos unificadores da permanência e da comunidade nacional, encarnando o papel de patriarcas da Nação. Na Alemanha, Áustria e Rússia, o engrandecimento dos rituais régios, pelo contrário, exaltou a influência monárquica na política<sup>1346</sup>.

Outra questão importante terá sido resultante da aposta clara na vertente imperial da monarquia britânica, assente numa competitiva rivalidade internacional, em que cada país procurou demonstrar a sua grandeza colonial nestas cerimónias. Além disso, houve um esforço deliberado e consciente na aquisição de maior experiência e perícia na organização e preparação das cerimónias, a partir de 1877. Isto permitiu a integração e desenvolvimento de novas cerimónias, como a coroação dos monarcas britânicos como Imperadores da Índia em Deli (*Delhi Durbar*) e de novos rituais, onde se destaca o renovado interesse na música nacional, numa dupla vertente nacionalista. Por um lado, através do recurso a compositores ingleses e, por outro, na integração de hinos patrióticos nas festividades. A própria Igreja apresentou um comportamento favorável a estas alterações. A Catedral de Westminster, o palco preferencial das cerimónias, sofreu alterações arquitectónicas, tendo sido electrificada e o seu órgão reconstruído, possibilitando um maior esplendor<sup>1347</sup>.

As cerimónias deixaram de ser celebradas à porta fechada, onde apenas Família Real, aristocracia e Igreja reafirmavam corporativamente a sua solidariedade. Os Jubileus da Rainha Vitória foram disso exemplo, bem como as cerimónias fúnebres. Isto contribuiu para que as massas populares fossem integradas nas cerimónias, tornando o cerimonial mais convincente aos seus olhos e contribuindo para a veneração popular da monarquia. Por outro lado, o desenvolvimento técnico permitiu a exploração comercial das próprias cerimónias e da própria imagem régia, através da *memorabilia*, à semelhança do que aconteceu no império Austro-húngaro em torno da Imperatriz Isabel<sup>1348</sup>. Efectivamente, o Reino Unido tinha-se tornado um território industrializado e

---

<sup>1346</sup> CANNADINE, David, "The British monarchy, c. 1820-1977", HOSBAWM, Eric, RANGER, Terence, *The invention of Tradition*, pp. 101-164.

<sup>1347</sup> CANNADINE, David, "The British monarchy, c. 1820-1977", HOSBAWM, Eric, RANGER, Terence, *The invention of Tradition*, pp. 101-164.

<sup>1348</sup> FREIFELD, Alice, "Empress Elisabeth as Hungarian Queen. The uses of celebrity monarchism", COLE, Laurence, UNOWSKY, Daniel L, (ed.) *The limits of Loyalty, Imperial Symbolism, popular Allegiances and State Patriotism in the late Habsburg Monarchy*, Oxford, New York, Berghahn Books, 2007, pp 138-161.

urbanizado, permitindo o crescimento de uma sociedade de massas, permitindo uma maior compreensão destas cerimónias, que reafirmavam a grandeza nacional. Verificou-se ainda o alargamento de honras, nomeadamente, por meio das ordens de mérito que, no seu conjunto, permitiram um maior envolvimento dos grupos não aristocráticos<sup>1349</sup>.

A monarquia portuguesa apresentou inúmeras dificuldades em transformar o cerimonial público numa estratégia de afirmação própria, quer através da incapacidade de encarnar a unidade nacional, quer da sua própria reinvenção, através da simbiose entre tradição e modernidade. Algo semelhante aconteceu em Espanha, não sendo por isso um caso isolado<sup>1350</sup>.

As inovações trazidas pela Monarquia Constitucional, nomeadamente o festejo de datas ligadas à causa liberal, perderam o fulgor. Certas festividades, como o desembarque do Mindelo, ou a entrada do exército liberal em Lisboa, celebradas ainda em meados do século, deixaram de constar do calendário oficial. As que honravam a Carta Constitucional estavam a deixar de deter a importância anterior. A celebração do juramento da Carta era ofuscada pelo aniversário natalício do Infante D. Afonso e a da Outorga paulatinamente deixava de ser tão concorrida, inclusive pela Família Real. Mesmo numa das principais festividades respeitantes à fundação da dinastia à qual pertencia – a aclamação de D. João IV, devidamente celebrada por uma Comissão encarregue da organização dos seus festejos e à qual pertenciam inclusive membros do governo –, nunca a Família Real compareceu. Portanto, as festividades fixadas no calendário monárquico que podiam ter exaltado o patriotismo em redor da figura régia e encarnado o espírito nacional não foram aproveitadas pela monarquia. Tornava-se evidente, pelo menos para a imprensa periódica republicana, que Rei e Nação eram duas realidades não coincidentes.

Falhara igualmente na sua vertente imperial, em parte devido ao ultimato inglês, por o Rei, aos olhos de muito, não ter defendido as pretensões territoriais em África, submetendo-se à vontade inglesa. Esta humilhação, como fora entendida na época, acentuava o sentimento de decadência e contribuía para a dificuldade de afirmação do Rei como figura defensora do Império, agravada pela ausência de cerimónias como a

---

<sup>1349</sup> HOSBAWM, Eric, “Mass-producing traditions: Europe, 1870-1914”, HOSBAWM, Eric, RANGER, Terence, *The invention of Tradition*, p. 282.

<sup>1350</sup> LA PARRA LÓPEZ, Emílio, “La imagen pública de los monarcas españoles en el siglo XIX”, LA PARRA LÓPEZ, Emílio (coord.), *La imagen del poder. Reyes y regentes en la España del siglo XIX*, pp. 13-20.

aclamação nas colónias ou até de pequenos actos simbólicos, como a não inclusão ao serviço da Casa Real de serviçais oriundos das colónias, tal como fizera a Rainha Vitória, que tinha ao seu serviço criados de origem indiana<sup>1351</sup>. Inclusive o símbolo do poder régio, o ceptro utilizado nas aclamações, sobrepunha o constitucionalismo à antiga vertente imperial da Monarquia que, embora tendo perdido o Brasil, continuava a deter possessões ultramarinas, que só foram devidamente exploradas a nível simbólico durante o Estado Novo. As comemorações dos centenários de figuras ligadas ao Ultramar, como o Infante D. Henrique (1894) ou de Vasco da Gama (1898) não foram sequer de iniciativa régia. Nesse esforço, destaca-se apenas as viagens do infante D. Afonso à Índia (1895) e do Príncipe Real a África (1907).

A monarquia também não conseguia rivalizar em aparato com as suas congéneres europeias, devido às dificuldades financeiras que apresentava e que nunca foram alvo de reformas ou sequer de interesse por parte do poder político.

A imutabilidade do cerimonial ao longo do reinado de D. Carlos, sublinhando o anacronismo, constatou-se logo no dia do seu casamento. De facto, como Margarida Durães apontou, o protocolo seguido nessa ocasião relativamente ao vestuário incomodou o Conde de Paris, pai da noiva. Em causa estava o uso do calção, ainda em uso na corte de Portugal, ao contrário do que acontecia em Inglaterra, onde nas festas oficiais os que não tinham uniforme vestiam o casaca preta, gravata branca e calças<sup>1352</sup>.

Depois, tal como verificámos, a maior parte das cerimónias celebradas manifestavam claramente a permanência do Antigo Regime: os aniversários da Família Real, o dia dos santos dos seus nomes, e da importância da religião católica, visível tanto na celebração de inúmeras festividades devocionais, como na importância que as cerimónias religiosas propriamente ditas detinham a nível ritual. De facto, grande parte dos festejos passava necessariamente por actos religiosos, inclusive em momentos não oficiais. Em 1894, na viagem da Rainha D. Amélia às termas de São Pedro do Sul, o Conde de Sabugosa queixava-se à mulher de que “*À chegada aqui às 7 da noite ainda nos obrigaram a ouvir um Te Deum, que até a Isabel Ponte achou de mais.*”<sup>1353</sup> Se esta ligação profunda entre trono e altar, natural num Estado Católico Apostólico Romano,

---

<sup>1351</sup> HUBBARD, Kate, *Serving Victoria, Life in the Royal Household*, London, Chatto & Windus, 2012, p. 317.

<sup>1352</sup> DURÃES, Margarida, *A Rainha mal-amada*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, p. 53.

<sup>1353</sup> Carta do Conde de Sabugosa à Condessa de Sabugosa, São Pedro do Sul, 6 de Junho de 1894, ASSL, MOR I, armário L, gaveta 1, caixa 2, maço 13.

não agradava totalmente aos defensores da monarquia, facilmente podia servir de arma de arremesso por parte dos seus detractores, nomeadamente das facções republicanas, uma vez que as manifestações religiosas eram contrárias ao espírito secularizador que estas defendiam, até porque, de acordo com a Carta o Rei era inviolável e sagrado.

Ainda que não fosse alvo do escárnio da imprensa monárquica, o aparato dos rituais seguidos nas cerimónias era-o por parte dos jornais republicanos, que via os cortejos, as vestes, os antigos cargos de corte desprovidos do seu simbolismo original, sobretudo no contexto de uma monarquia constitucional. Por isso, o aparato, que tinha como objecto ser sublime e sedutor, acabava por se tornar, aos olhos daquela imprensa, anacrónico, roçando o patético e o ridículo. Ao contrário de reafirmar a sua grandeza nacional, evidenciava sim a própria decadência do regime face às glórias passadas.

Grande parte das cerimónias, ao contrário do que acontecia em Inglaterra, continuou a desenrolar-se em recintos à porta fechada, às quais assistiam apenas as principais elites do reino: aos membros da Casa Real e ao corpo diplomático – os participantes tradicionais das mesmas – juntavam-se agora também o poder político, as forças armadas e a administração pública, inclusive as instituições locais, como a Câmara Municipal e Governo Civil, que estavam também envolvidos directamente na preparação das festividades. O espaço simbólico, se não relegava para segundo plano os membros da Casa Real e o corpo diplomático, era partilhado de forma cada vez mais evidente pelas elites não tradicionais, nomeadamente política, militar e administrativa. O protagonismo destas últimas elites ombreava agora com aristocratas, diplomatas e até com a própria Família Real. Este alargamento progressivo do espaço público próprio da política moderna no âmbito da corte, verificada também no reino vizinho<sup>1354</sup>, terá sido a grande alteração introduzida com pela monarquia Constitucional e que se foi tornando mais visível com o decorrer do tempo.

Ainda assim, os Palácios Reais, também como acontecia em Espanha<sup>1355</sup>, estavam reduzidos ao local de residência da família Real, que apenas abriam as suas portas em ocasiões de grande solenidade e onde entrar significava superar muitas

---

<sup>1354</sup> LA PARRA LÓPEZ, Emílio, “La imagen pública de los monarcas españoles en el siglo XIX”, LA PARRA LÓPEZ, Emílio (coord.), *La imagen del poder. Reyes y regentes en la España del siglo XIX*, p. 20.

<sup>1355</sup> LA PARRA LÓPEZ, Emílio, “La imagen pública de los monarcas españoles en el siglo XIX”, LA PARRA LÓPEZ, Emílio (coord.), *La imagen del poder. Reyes y regentes en la España del siglo XIX*, p. 20.

formalidades e inclusive o exercício de influência sobre alguns dos oficiais da Casa Real, como vimos. Esta situação tornava-se anacrónica em relação aos novos tempos em que a cidade se impunha à corte e surgiam novos espaços de sociabilidade. Não bastava a família Real ser vista no espaço público urbano, que em excesso até poderia ser prejudicial: *“Se eu estivesse no Paço, diria a el-Rei que não abuse das saídas. É indispensável que o Rei se torne desejado e não corriqueiro. Não podemos voltar aos tempos em que se supunha serem de oiro as Rainhas, como supunha a Chócho<sup>1356</sup>, mas três vezes por dia no meio da rua, deixem-se de histórias, não agrada a ninguém. O senhor D. Manuel e mesmo o Príncipe, coitadinho, preferiam muita vez ficar em casa e na sua quinta a irem para a rua, a mãe é que não consentia. É uma senhora que não vê longe.”*<sup>1357</sup> Deveria sim existir uma maior adaptação às novas sociabilidades burguesas. Relembremos as palavras D. Teresa Saldanha da Gama, a propósito do isolamento do Paço: *“Porque não há-de a Rainha ter senhoras à noite como a outra gente, convidadas é claro, fazer música e conversar e um simples chá. O ano dava para contentar muitas.”*<sup>1358</sup>

Isto significou que a monarquia também falhara quanto ao envolvimento do público nas cerimónias públicas. Os grupos populares continuaram arredados das festividades oficiais. A sua participação estava limitada à assistência dos cortejos e também a algumas das muitas cerimónias religiosas que faziam parte das festividades da corte. A fraca industrialização do país face à média europeia e a sua população eminentemente rural e analfabeta<sup>1359</sup> dificultavam a afirmação da sua cidadania e a formação de uma cultura de massas comparável à inglesa, apesar da relativa produção e circulação da imprensa periódica portuguesa.

Ao que se passava dentro de portas, apenas tinham acesso pelas informações veiculadas pela imprensa periódica. Embora esta fosse uma inovação, decorrente sobretudo da própria evolução social, mais do que um esforço consciente por parte da Casa Real que, ainda assim, o fez, nem sempre as notícias veiculadas correspondiam

---

<sup>1356</sup> Velha criada de D. Teresa de Saldanha da Gama.

<sup>1357</sup> Carta de D. Teresa de Saldanha da Gama a seu filho Francisco, Santander, 12 de Maio 1908, AP, carta 487.

<sup>1358</sup> Carta de D. Teresa Saldanha da Gama para seu filho Francisco, Lisboa, 18 de Maio de 1906, AP, carta 423.

<sup>1359</sup> RAMOS, Rui, *A Segunda Fundação* (1890-1926), MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. VI, pp. 19 e 31.



totalmente à verdade factual, podendo moldar a opinião pública de acordo com o posicionamento político de cada uma das redacções jornalísticas.

A adesão dos titulares às cerimónias não se pautou pela assiduidade. As cerimónias calendarizadas foram tendencialmente pouco concorridas, à excepção da principal recepção anual, que acontecia a 1 de Janeiro. Para além desta, apenas os bailes, com uma componente muito mais mundana, apelando à sociabilidade e divertimento, suscitavam o interesse por parte da aristocracia, que demonstrava gosto em ser convidada, mesmo que acabasse por não participar. Isto é revelador da importância que a corte ainda detinha e do prestígio que mantinha, pelo menos nesta sua vertente. No entanto, o cerimonial estava em decadência. Apenas as visitas oficiais suscitavam um verdadeiro interesse e a sua participação activa, visto quebrarem o ritmo monótono das festas da corte, tal como apontava D. Isabel Saldanha da Gama a sua irmã D. Teresa na já citada carta a propósito da visita da Rainha de Inglaterra. Isto seria sintoma da incapacidade da realeza em reunir a alta nobreza em seu torno, ao contrário do que acontecia durante o Antigo Regime. Esta incapacidade trouxe inevitáveis consequências, nomeadamente a pouca adesão do grupo aristocrático ao próprio regime. Se a sua tradicional base de apoio não apoiava o Rei, quem o faria? Assim se compreende a referência de D. Teresa Saldanha da Gama em carta ao filho, transcrita na Introdução, ao silêncio dos monárquicos face à ovação a Afonso Costa no Campo Pequeno ou ao facto de ninguém sentir pena do Rei relativamente ao episódio do Cruzador D. Carlos I.

O mesmo sucedia relativamente ao pequeno e restrito grupo dos oficiais da Casa Real. Embora conscientes da sua situação privilegiada no seio destas festividades, onde se distinguiam claramente do restante grupo aristocrático, relegado para segundo plano pelo poder executivo, encaravam-nas mais como um dever, ao qual escapariam, caso houvesse oportunidade, como vimos anteriormente no caso do beija-mão. O mesmo sucedia em pequenos actos públicos, nos quais os oficiais deveriam estar presentes. Na partida da viagem oficial de D. Carlos a França e Inglaterra em 1895, a Condessa de Sabugosa repara como estava pouca gente na gare para se despedir do soberano: “*Senhoras só a Duquesa [de Palmela], o que acho incrível da parte das minhas colegas*”<sup>1360</sup>. A fidelidade à Família Real, tão necessária ao recrutamento para o serviço

---

<sup>1360</sup> Diário da Condessa de Sabugosa, 2 de Outubro de 1895, ASSL, Diário da Condessa, 1895.

na Casa Real e à própria sustentação do grupo monárquico começava a esboroar-se, como estes pequenos indícios parecem sugerir, agravada por vezes pela própria actuação dos membros da Casa Real, que nem sempre se pautava pelo tacto e diplomacia necessários em tais ocasiões.

Finalmente, verificou-se a inexistência de um planeamento na organização das cerimónias e a ausência de peritos que, ao contrário do que aconteceu em Inglaterra, tenham desenvolvido o cerimonial, em prol da Monarquia. Os programas da abertura das Cortes eram disso sintomáticos, repetindo-se *ipsis verbis* ano após ano. Acrescia ainda a inexistência de um protocolo, especialmente em jantares oficiais, que regulamentasse as precedências, que mantinham a sua antiga importância, o que deu azo à sucessão de variadas “*trapalhadas*” a que fomos aludindo ao longo do nosso texto. Se esse protocolo existisse, além de as ter evitado, poderia ter inclusive incutido um sentido mais apurado de dever junto dos oficiais da Casa Real. Numa corte em que a existência de uma valida era notória, causando grande instabilidade nas hierarquias pré-estabelecidas, os incidentes verificados agudizavam ainda mais a precariedade do ordenamento das proeminências, levando ao descrédito dos soberanos. A cisão no interior da Casa Real, que alinhou os seus oficiais em torno ou do Rei ou da Rainha, apenas terá servido para fragilizar ainda mais a monarquia.

Ainda assim, esta terá encetado alguns esforços na promoção da sua imagem, que se viriam a revelar infrutíferos. Apostou, a partir dos finais do século, em composições musicais de autoria nacional, cujo autor foi devidamente celebrado na imprensa periódica coeva. Contudo, a composição – uma missa de *Requiem* – era de índole religiosa e foi um caso isolado. Após a encomenda desta obra musical, esta foi interpretada em todas as cerimónias que se lhe seguiram até à exaustão e o próprio compositor permanece, nos dias de hoje, na quase absoluta obscuridade. Ressalve-se igualmente o esforço, em particular da Rainha D. Amélia, na reabilitação dos coches de estado, nomeadamente através do seu restauro e inclusive, da criação de um Museu, onde os mesmos pudessem ser exibidos, mas cujo esforço, por si só, não terá sido suficiente. Nem mesmo se acrescentarmos a este esforço a criação da Ordem Civil do Mérito Agrícola e Industrial, a 4 de Junho de 1893, por iniciativa do Ministro do Reino

de então, João Franco<sup>1361</sup>, e a da Medalha D. Carlos, em 1905, destinada a agraciar os funcionários de comitivas régias estrangeiras<sup>1362</sup>.

---

<sup>1361</sup> Decreto de criação da Ordem Civil de Mérito Agrícola e Industrial, 4 de Junho de 1893, *Colecção Oficial de Legislação Portuguesa*, Ano 1893, pp. 360-361.

<sup>1362</sup> Medalha D. Carlos, s.l., s.d., IANTT, Casa Real, Mordomia-mor, livro 49.

## CONCLUSÃO

Os ideais de limitação do poder absoluto das monarquias de Antigo Regime veiculados pela revolução francesa de 1789 marcaram de forma indelével os regimes políticos europeus a partir de então. No entanto, apesar da sua transformação em regimes constitucionais, grande parte das monarquias europeias sobreviveu pelo menos até à Primeira Grande Guerra. Portugal, a par da França e da Suíça, é no entanto uma das excepções, visto a implantação da República se ter verificado em 1910.

A historiografia tem procurado explicar a precoce falência do regime monárquico no contexto europeu, através de duas vertentes. Por um lado, a crise do sistema liberal monárquico e, por outro, o crescimento sustentado dos ideais republicanos, consubstanciados no Partido Republicano Português. No fundo, uma e outra face da mesma moeda. A ingovernabilidade política, o rotativismo dos partidos políticos, o caciquismo e a oligarquização do sistema governamental conducentes ao desprestígio da monarquia, provocaram o afastamento das habituais bases sociais de apoio do regime e o crescimento do próprio Partido Republicano, cujas acções se pautaram como uma resposta às fragilidades apresentadas por aquela. Portanto, a monarquia encontrava-se encurralada em duas frentes: pela “*revolução de baixo*”, ou seja, pelo avanço crescente do republicanismo e pela “*revolução de cima*”, nomeadamente as tentativas de reforma do sistema levadas a cabo por João Franco.

Ainda que Fernando Rosas e Vasco Pulido Valente tenham aludido ao desprestígio dos áulicos, à corrupção de certas personalidades da Corte e à questão dos adiantamentos, a crise final da Monarquia Constitucional e consequente queda nunca foi estudada do ponto de vista da Casa Real, isto é, a partir de dentro da principal instituição monárquica. Foi isso que procurámos fazer, partindo da ideia veiculada pelo Conde de Sabugosa, em carta à mulher, onde referia os *bastidores da corte*. Na verdade, trata-se de compreender o possível contributo da própria Casa Real para a derrocada das instituições monárquicas e do próprio regime.

Para isso foi necessário proceder à caracterização funcional da Casa Real durante o reinado de D. Carlos. Uma vez que se trata de uma instituição de raízes medievais, foi necessário integrar a sua análise na longa duração, mas dando especial relevo às transformações operadas no contexto da Monarquia Constitucional. De facto,

a Constituição de 1826, além de ter limitado o poder do Rei ao poder moderador e à chefia do poder executivo, estabeleceu uma divisão entre Erário Público e Real, cedendo à Família Real uma dotação fixada pelas Cortes para sua conveniente sustentação e vários Palácios para sua residência. Em 1833, para além da extinção das Casas do Infantado e da Rainha, a regência de D. Pedro IV outorgou o regulamento da Casa Real que, em linhas gerais, traçava o normal funcionamento da mesma. Foi por isso, necessário, proceder à reconstituição das diversas repartições e serviços que constituíam a Casa Real, através do recurso a vários tipos de fontes, para conseguir delinear a composição desta instituição e perceber quais os ofícios que dela faziam parte.

Verificámos a existência de variadas repartições, parte delas agregadas em redor de cada um dos membros da Família Real. A antiga Casa do Infantado dava agora lugar ao quarto dos Príncipes e a Casa da Rainha reduzia-se à antiga Câmara da Rainha, com excepção de D. Maria Pia, que possuía uma Casa com administração própria.

A Casa do Rei era constituída por outros serviços, como o oficialato-mor, a Casa Militar e a Mordomia-mor. Esta última era responsável pela gestão de diversas repartições: a Secretaria e Corporação dos Reis de armas, responsáveis pelas questões relativas ao assentamento das mercês outorgadas; a Real Câmara, constituída não só pelos Camaristas de serviço e pelo Secretário Particular do Rei, mas também por particulares, porteiros e reposteiros, e até pessoal médico, capelães e músicos; finalmente as repartições de carácter patrimonial e cultural, responsáveis pelos acervos literários, artísticos e científicos da Casa Real.

Para além destes, existiam outros serviços, também de natureza diversa e comuns a toda a Família Real: a Guarda Real dos Archeiros, responsável pela guarda de honra; a Administração da Fazenda da Casa Real, cuja função era a gestão financeira; as Reais Cavalariças, encarregues do transporte da Família Real; os Almojarifados, que geriam cada uma das propriedades reais, sob o supervisionamento da Conservação e Inspeção dos Reais Palácios. Acrescem ainda duas Intendências que eram responsáveis pelos serviços de alimentação dos dois principais Paços, Necessidades e Ajuda.

Finalmente, refiram-se as três escolas financiadas pela Casa Real e sedeadas nas suas propriedades.

Depois de compreender a organização da Casa Real, procurámos identificar os seus principais ofícios, nomeadamente os ofícios-mores. A criação destes remonta à primeira e segunda dinastia. Durante o Antigo Regime e até meados do século XVIII, o número de oficiais terá aumentado, seguindo-se uma estabilização até à Monarquia Constitucional. A partir de 1826 assistiu-se a uma redução significativa dos ofícios-mores, que terão de novo estabilizado em meados do século XIX. Esta evolução não é, contudo, característica exclusiva do caso português, uma vez que também em França o mesmo se teria passado, não só em finais de Antigo Regime, como durante a Restauração.

Para além desta redução do número de ofícios, que no reinado de D. Carlos rondariam os dezasseis, as suas funções ter-se-iam reduzido, desde os finais do Antigo Regime, à presença nas cerimónias da Corte, como aconteceu, nomeadamente, com o Capelão Mor, o Alferes-mor, o Reposteiro-mor, o Meirinho-mor e o Porteiro-mor. Esta redução das suas funções ao cerimonial da corte não pode, todavia, ser confundida como uma diminuição da sua importância, na medida em que o cerimonial e o aparato iriam continuar a deter um papel importante, mesmo durante a Monarquia Constitucional, ao enaltecer a própria corte e, em última análise, o Rei.

A exceção àquela regra era constituída pelos denominados Grandes Cargos que, na sua maioria, geriam alguns dos serviços anteriormente referidos: o Mordomo-mor, o Estribeiro-mor, o Capitão da Guarda Real dos Archeiros, o Chefe da Casa Militar, o Mordomo-mor da Rainha e o Mestre-sala. Este último, apesar de não ser responsável por nenhuma repartição, detinha a importante tarefa de organização das cerimónias públicas e privadas. De todos eles destaca-se claramente a figura do Mordomo-mor, não só por ser responsável por grande parte dos serviços da Casa Real, mas por ser o único, para além do Aio que, no conjunto de todos os oficiais-mores, recebia um vencimento.

Para além dos ofícios-mores, detivemo-nos na análise dos ofícios da Câmara ao serviço do Rei, da Rainha e dos Infantes. Estes ofícios terão ganho importância ao longo do Antigo Regime. Todavia, e ainda que a sua proeminência não fosse alterada, o seu número também terá diminuído com a Monarquia Constitucional. Durante o reinado de D. Carlos, e tendo em atenção toda a Família Real, estes oficiais constituíam um grupo de cerca de quinze indivíduos. Para além de serem remunerados, os Camaristas desempenhavam funções de serviço constante e quotidiano junto da Família Real e esta

proximidade caracterizava o seu estatuto privilegiado no seio da Casa Real. A sua prevalência terá sido igualmente favorecida pela paulatina penetração dos valores burgueses da família, que tornou a etiqueta quotidiana menos rígida, tal como acontecera nas cortes francesa e espanhola ao longo do século XIX.

Aos cerca de trinta ofícios superiores efectivos desempenhados por aristocratas, somavam-se cerca de vinte indivíduos, catorze militares e seis médicos, que efectuavam serviço rotativo semanal, como os Camaristas, embora não detendo um estatuto tão elevado quanto estes. Além disso, apenas os médicos recebiam vencimento pela Administração da Fazenda da Casa Real.

Portanto, cerca de trinta e cinco indivíduos prestavam serviço quotidiano à Família Real, habitando temporariamente o palácio onde esta se encontrasse e acompanhando-a nas suas saídas: Camaristas (englobando Veadores e Damas); militares efectivos (Ajudantes de Campo e Oficiais-às-ordens) e médicos. Todavia, como o serviço prestado por estes oficiais era semanal e rotativo, isso significava que diariamente estiveram, na melhor das hipóteses, dez pessoas na presença de toda a Família Real. A par destes funcionários, sublinhe-se igualmente a importância dos Grandes Cargos que, embora não prestassem um serviço diário e, como tal, não habitassem a mesma residência dos soberanos, tinham todavia um acesso facilitado à sua convivência.

A par dos oficiais efectivos, existia também um conjunto de oficiais honorários, destituídos de funções e em maior número, somando menos de 60 indivíduos, se se tiver em conta as damas de ambas as Rainhas. Outros tantos indivíduos constituíam a Casa Militar honorária. Os oficiais honorários, quer civis, quer militares, não recebiam vencimento.

Contrastando com o pequeno número de oficiais superiores, militares e médicos, em efectivo serviço e remunerados, os funcionários inferiores da Casa Real, oscilando ao longo de todo o reinado de D. Carlos, terão rondado cerca de cinco centenas de indivíduos.

Para além das alterações provocadas pela Monarquia Constitucional, nomeadamente quanto à regulamentação relativa à Casa Real, à extinção das Casas das Rainhas e do Infantado e à visível diminuição do número de ofícios ao serviço daquela, ao longo do reinado de D. Carlos assistiu-se a outras mudanças. Uma diz respeito à

organização da Casa Militar, iniciada já no final do reinado de D. Luís e finalizada no de D. Carlos. Esta organização esteve em consonância com o que se verificava em outras cortes europeias, nomeadamente em França, com Napoleão e Luís XVIII, e na Alemanha de Guilherme II, nas quais, sobretudo nesta última, a militarização foi por demais evidente. A subida ao trono de D. Carlos levou a outra reorganização interna da Casa Real, cujo serviço passou a estar dividido em torno de dois Palácios, decorrente da separação física da Família Real. A única medida que reflectiu a preocupação de economia das despesas foi a extinção do serviço secundário de equipagens.

A estas reformas endógenas, a Monarquia Constitucional traria uma outra, de carácter exógeno. Referimo-nos ao conflito de interesses verificado entre as atribuições da Mordomia-mor e as da Secretaria de Estado do Reino. As sucessivas reformas desta Secretaria, verificadas a partir dos finais da década de 30 do século XIX, procuraram trazer para a sua esfera de influência algumas das antigas funções da Mordomia-mor, nomeadamente a emissão de cartas de mercê, a que esta procurou sempre resistir.

Com efeito, a outorga das cartas de mercê, a par das cerimónias estatais, permaneceu como o último reduto da actividade pública da Casa Real. Desde finais de Antigo Regime que esta fora perdendo as suas funções políticas face aos esforços de centralização estatal, nomeadamente com a criação das Secretarias de Estado. Além disso, a extinção de alguns ofícios-mores, como o do Correio-mor terá implicado a transferência para o Estado de algumas das suas atribuições anteriores, relacionadas com o serviço público.

Para além destas mutações, algumas delas já perceptíveis nos finais do Antigo Regime e acentuadas com a Monarquia Constitucional, verifica-se igualmente a permanência de elementos ancestrais. Grande parte das repartições e dos diferentes serviços mantinham-se os mesmos, bem como oficialato superior. Apesar das alterações verificadas a nível das suas funções, as suas raízes medievais e do começo época moderna mantinham-se. Além disso, o direito consuetudinário continuava a ser o principal regulador das práticas da Casa Real, conservando-se também antigos símbolos e rituais.

A análise dos elementos humanos da Casa Real, nomeadamente, dos ofícios superiores, incluindo oficiais-mores e camaristas, mostra que as nomeações para o desempenho destes cargos continuavam a ser dominadas pelo Rei, apesar das tentativas pontuais de intromissão por parte do poder político, a que o Rei não cedeu. O mesmo



não acontecia com os títulos de nobreza, muitas vezes sugeridos pelo poder político. Daqui se retiram duas importantes conclusões. Em primeiro lugar, o Rei soube manter as nomeações para a Casa Real como uma prerrogativa exclusivamente sua, ao contrário do que acontecia em Inglaterra, onde alguns dos ofícios superiores eram de nomeação política. Em segundo lugar, o facto da nomeação para o serviço à Casa Real emanar do Rei enfatizava o estatuto privilegiado e exclusivo dos detentores de tal graça.

Os ofícios-mores eram em número de dezanove, número máximo apresentado, visto que rondavam em média os dezasseis. Os indivíduos que os desempenhavam foram trinta, na sua maioria de origem nobre. Esta nobreza pertencia à Grandeza do Reino, constituída por duques, marqueses e condes, bem como alguns viscondes e barões a quem tinha sido concedida essa graça. Os títulos que ostentavam tinham sido outorgados, na sua grande maioria durante a quarta dinastia, anteriormente à Monarquia Constitucional. Algumas das poucas excepções diziam, no entanto, respeito a descendentes de Grandes de Antigo Regime.

Para além das acumulações de ofícios-mores nos mesmos indivíduos, verificou-se igualmente a sua acumulação nas mesmas famílias. Isto significava que os ofícios da Casa Real eram desempenhados por um grupo muito restrito, não superior a uma vintena de famílias. Comparativamente ao universo total da nobreza durante o reinado de D. Carlos ou até mesmo ao dos títulos com Grandeza, era um grupo muito pouco expressivo numericamente.

Os ofícios-mores dividiam-se entre ofícios hereditários e não hereditários. Os primeiros, ligeiramente em maior número, eram inerentes a determinadas casas titulares, não sendo resultado de uma escolha do Rei. Pelo contrário, os não hereditários, que compreendiam a maior parte dos Grandes Cargos, estavam dependentes dessa escolha, o que permitiu avaliar os critérios da sua selecção. A avaliação das carreiras individuais de cada um dos titulares de cada um dos ofícios durante o reinado de D. Carlos permitiu concluir que os oficiais-mores não hereditários, por comparação com os hereditários, apresentavam uma melhor formação académica; o maior número de carreiras militares ou diplomáticas; o desempenho de maior número de cargos políticos, quer na Câmara dos Deputados quer na dos Pares, em Ministérios, Conselho de Estado ou Governos Civis; também apresentavam maiores fortunas. Isto indicia, por um lado, que certos sectores da aristocracia procuraram adequar-se à sociedade emergente da Monarquia Constitucional, que privilegiara a meritocracia, fazendo esforços na aposta da sua

formação académica, militar e diplomática, que lhe teriam permitido o acesso a maior número de cargos políticos. Por outro lado, e mais importante ainda é que a escolha régia recaía preferencialmente sobre esta aristocracia com maior formação académica e militar, que tivesse desempenhado funções diplomáticas e cargos políticos.

Todavia, e apesar da maior expressividade destes indicadores nos oficiais não hereditários, repare-se que apenas a carreira diplomática e o exercício do cargo de Par do Reino atingem proporções significativas em ambos os grupos, sendo portanto os indicadores que melhor os caracterizam. Ainda assim, não se poderá falar da existência de um partido do Rei na Câmara dos Pares, porque no total do Pariato, a percentagem de oficiais-mores, hereditários e não hereditários, não chegaria sequer a 10%.

Finalmente, refira-se ainda que o alinhamento político durante a guerra civil dos antepassados destes indivíduos, quer desempenhassem ofícios hereditários ou não, não terá sido levado em conta nessa escolha, visto existirem tanto descendentes de apoiantes de D. Pedro, como de D. Miguel.

Nos ofícios da Câmara destacam-se igualmente as mesmas tendências, nomeadamente o significativo número de Pares e de carreiras diplomáticas. As grandes diferenças surgem quando se comparam os Gentis-homens com os Secretários Particulares e os Veadores. Enquanto os primeiros pertenciam à Grandeza de Antigo Regime, os restantes apresentavam uma maior abertura a uma nobreza mais recente e, inclusive, a não titulares.

Todavia, o indicador mais significativo, quer nos ofícios-mores, quer nos Camaristas, Veadores e Damas da Rainha era a existência de familiares que exerciam igualmente ofícios na Casa Real. Os laços de afectividade, a tradição do serviço à Casa Real e as fidelidades pessoais que uniam monarca e aristocracia e que eram definidores da fidelidade mútua e gratidão, necessárias para o desempenho de tão importantes funções, continuavam a persistir, tal como Pedro Cardim evidenciou para o Antigo Regime.

Este facto terá facilitado que as nomeações para os ofícios superiores da monarquia, já de si reduzidos em número, se acumulassem num grupo restrito famílias ou até em alguns indivíduos, deixando de fora a esmagadora maioria da nobreza, bem como grande parte da aristocracia de primeira plana, as tradicionais bases de sustentação da monarquia. A restrição do número de aristocratas que rodeava a Família

Real verificada em várias cortes europeias sobretudo no fim do Antigo Regime, já havia sido apontada por Hillay Zmora, que a considerou um factor de instabilidade, uma vez que suscitava no grupo de excluídos o desejo de pertencer ao grupo dos escolhidos. E de facto, essa acumulação de cargos nas mesmas famílias causou pelo menos a crítica por parte de alguns membros da aristocracia portuguesa, cavando um fosso maior entre aristocracia e Família Real, cada vez mais isolada, apoiada num grupo extremamente reduzido.

Além disso, durante a Monarquia Constitucional, a Coroa já não detinha, como no Antigo Regime, a exclusividade do poder e por isso, a nomeação para cargos na política e na administração pública estava dependente de outras instituições. Aqui também a presença de aristocratas foi sendo cada vez menor.

As vantagens do serviço à Casa Real, que o tornavam tão almejado por parte da aristocracia, não eram necessariamente económicas. De facto, como vimos, dos oficiais-mores, apenas o Mordomo-mor do Rei e o Aio recebiam vencimento. Estas eram as únicas remunerações verdadeiramente significativas, equiparando-se mesmo ao valor recebido por um bispo, sendo inclusive superiores ao ordenado do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. No entanto, os vencimentos dos restantes ofícios superiores não eram tão elevados. O do Gentil-homem, embora maior do que o de um Director-Geral, era inferior ao dos Governadores Civis de Lisboa e Porto e o do Secretário Particular equiparava-se ao de um Chefe de Repartição da Administração Central. Já os vencimentos dos Veadores e Damas eram substancialmente inferiores, próximo do dos oficiais do Governo Civil.

Na verdade, os proventos eram sobretudo simbólicos, uma vez que este serviço estava ainda imbuído da lógica de engrandecimento da Casa, como acontecia no Antigo Regime. Permitia o acesso a condecorações, grã-cruzes e até à titulação, sobretudo no caso da Casa da Rainha ou da Secretaria Pessoal do Rei, ainda que a obtenção de um título não fosse já tão valorizada, como em tempos anteriores, uma vez que se banalizara. Outra clara vantagem decorria da proximidade à Família Real, assumindo-se os oficiais como elementos redistribuidores das suas graças e mercês. Assim se explicam os diversos pedidos por parte de vários sectores da sociedade, onde se incluía a administração pública, a favor de terceiros e que se referiam, essencialmente, a solicitações de emprego ou promoções ou então a convites para as cerimónias da corte, nomeadamente, bailes. Ao funcionarem como elo de ligação entre os monarcas e a

sociedade, os oficiais superiores da Casa Real reafirmavam o seu estatuto privilegiado no seio da sociedade em que se inseriam.

Obviamente que este serviço implicava sacrifícios da sua parte, desde o afastamento temporário da família ao facto de se tornarem alvos da imprensa periódica. Mas sobretudo tornava-os no foco principal da curiosidade, da bisbilhotice e da intriga no próprio seio da Casa Real. A existência de insídias, confirmada pelas várias fontes utilizadas, reflecte a necessidade da manutenção das boas graças régias para a conservação do seu estatuto privilegiado. No entanto, e ainda que várias personalidades procurassem a preservação desse estatuto recorrendo à intriga, não deixou de ser visível o mau estar causado pelo favoritismo dispensado pela Rainha D. Amélia a uma das suas Damas, a Condessa de Figueiró. Este valimento, observado e criticado na corte portuguesa e mesmo na de Espanha, em certos círculos aristocráticos mais afastados da corte ou até por parte do poder político, arrastou consigo a própria imagem da Rainha, que se via frequentemente envolvida nestas insídias, chegando a interferir nas suas próprias funções régias. A incapacidade da soberana na gestão dos conflitos e rivalidades no seio da Corte revela como, ao contrário do Antigo Regime, a Casa Real já não conseguia auto-regular os diferendos entre os seus oficiais, deteriorando-se as relações entre cortesãos e entre estes e a Família Real. A principal prejudicada teria sido a própria Monarquia, uma vez que esta situação terá sido alvo de atenção não só da imprensa, como do poder político, que a criticou.

Embora a documentação acerca deste assunto fosse muito escassa, encontramos alguma correspondência manuscrita, de teor privado, que valida as suspeitas levantadas por alguma imprensa, sobretudo após o regicídio, nomeadamente sobre a existência de um alinhamento político no interior da Casa Real: de um lado D. Carlos e o Conde de Arnoso, apoiantes de João Franco e, por outro, a Rainha e a Condessa de Figueiró.

Traçada a organização da Casa Real e avaliada a sua composição humana, ao nível dos seus oficiais superiores, analisámos a situação financeira da mesma Casa, tendo em consideração a questão dos adiantamentos, apontada como um escândalo na época e apresentada pela historiografia como uma das causas imediatas da queda da Monarquia.

Como referimos anteriormente, a Monarquia Constitucional dotara a Família Real com uma quantia de acordo com o número e qualidade dos seus membros. Esta dotação, que se verificou ser a sua maior fonte de rendimentos, ainda que no contexto

nacional não ascendesse a um montante desprezível, era na realidade uma das mais baixas dotações das diversas cortes europeias. A acrescentar a esta exiguidade, não fora actualizada desde 1821, a primeira vez que fora atribuída. Como resultado, a inflação produziu um efeito de desvalorização significativa da mesma, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, que se agravou ligeiramente durante o reinado de D. Carlos. Como se não bastasse, a crise financeira de 1892 levou, como tinha sido habitual em reinados anteriores, à cedência de parte da dotação por parte da Família Real. Nunca o Erário Régio tinha estado tão depauperado pela perda de poder de compra e por esta cedência. Os esforços contínuos de uma Administração constituída por um grupo de funcionários profissionalizados e experientes, no sentido do controlo das despesas e da realização de economias, não se revelaram suficientes.

As fontes utilizadas, nomeadamente a contabilidade da Administração da Fazenda da Casa Real, registam apenas os fluxos financeiros de entrada e saída, não indicando as dívidas a particulares, instituições bancárias ou ao Tesouro Público. Mas por outras fontes, nomeadamente o relatório redigido pela Comissão encarregue de liquidar as contas entre o Tesouro Público e a Casa Real, sabemos que estas últimas eram muito significativas.

Os fluxos financeiros foram variáveis ao longo do reinado de D. Carlos, mas mais ou menos estáveis, situando-se sempre acima dos seiscentos contos de réis em preços constantes. Alguns anos constituem a excepção, por apresentarem alguns picos significativos, tanto do lado das receitas, como das despesas, reflectindo movimentos extraordinários relativos a depósitos bancários e a transferências do Tesouro Público. Habitualmente, os saldos foram positivos, embora geralmente insignificantes, indiciando que as despesas pagas eram condicionadas pelas receitas. Repare-se, no entanto, que as despesas da Casa Real eram inferiores às apresentadas pela maior parte dos Ministérios, à excepção dos Negócios Estrangeiros. Comparativamente aos poderes legislativo e judicial, a Casa Real gastava quase tanto quanto este último, mas distanciando-se bastante do legislativo, que apresentava valores muito reduzidos, na ordem dos cem contos de réis anuais.

A análise da composição das receitas e despesas da Casa Real demonstrou que o seu normal funcionamento, nomeadamente os gastos com os seus serviços, funcionários e bens imóveis, constituíam a grande maioria das suas despesas ordinárias. Repare-se, no entanto, que os gastos com os funcionários inferiores tinham, no seu conjunto, um

maior peso que os dos funcionários superiores, uma vez que o número daqueles era muitíssimo superior, ainda que os seus vencimentos fossem mais baixos. As despesas pessoais da Família Real, embora significativas, tinham um menor peso. Depois destas, destacavam-se ainda as despesas com a amortização de crédito e a beneficência, mas com uma importância muito menor.

Para além destas despesas ordinárias, existiu também um conjunto de despesas extraordinárias, muito variável quantitativamente, composto pelas transferências para o Tesouro, respeitantes a pagamentos de adiantamentos ou à cedência de dotação já aludida; despesas de representação, despesas diversas e ainda um conjunto de saídas de dinheiro, que não correspondem a despesas propriamente ditas e que se relacionam com depósitos em instituições bancárias ou aplicações financeiras.

Relativamente às receitas, as ordinárias eram constituídas pelas transferências do Tesouro Público, nomeadamente a dotação e a verba destinada à manutenção dos Palácios Reais, e pelas receitas de bens móveis (bolso particular, heranças, dívidas activas, juros de depósitos e dividendos de acções) e imóveis (rendimentos das propriedades régias). Ainda que se tenham verificado alguns esforços na capitalização de bens, nomeadamente através da compra de acções, fundos não especificados e títulos de dívida externa portuguesa, este investimento foi casual e a sua importância muito pouco expressiva. Houve igualmente recurso ao crédito para obtenção de receita, mas este originava também mais despesa, com o pagamento de juros e das amortizações de crédito. A dotação constituía, no conjunto das receitas, o montante mais significativo. Repare-se, no entanto, que a dotação não constituía para o Estado um gasto significativo, constituindo em média 1% da sua despesa e cerca de 2,5% da despesa do Ministério da Fazenda, através do qual a dotação era paga.

Uma vez que as receitas ordinárias se mostraram insuficientes para fazer face à despesa, a única solução encontrada para equilibrar as contas foram as transferências extraordinárias do Tesouro Público, nomeadamente os adiantamentos por conta da sua dotação. Os sucessivos governos, em vez de procurarem resolver a situação, levando a questão ao Parlamento e discutindo uma possível reforma financeira da Casa Real, não o fizeram. As poucas vezes em que o assunto foi debatido, deveu-se à actuação do Partido Republicano, que procurou, sem sucesso, diminuir a dotação régia. Na verdade, o custo médio da Casa Real por cidadão era bastante baixo, mas comparativamente ao salário de um trabalhador não qualificado, era uma importância bastante elevada.

Deste modo, os adiantamentos, embora extraordinários, acabaram por se tornar regulares, sendo justificados por diversos motivos. Uns diziam respeito a despesas de representação do Estado e que totalizaram mais de quatrocentos contos de réis, sendo atribuídos em todos os anos, à excepção de 1891 e 1893. O ano de 1903 é o que apresenta o maior valor, acima dos cento e cinquenta contos de réis. Outros correspondiam a liquidações de contas entre a Casa Real e o Tesouro Público, ascendendo no total a mais de oitocentos e sessenta contos de réis, no ano de 1891 e entre 1895 e 1906. No ano de 1896 atingiram o valor mais elevado, por terem efeitos retroactivos, nomeadamente quase trezentos e cinquenta contos de réis, permitindo saldar alguns adiantamentos efectuados até então. A par destas liquidações somavam-se ainda as justificadas pelas rendas dos bens da Coroa no usufruto do Estado. No total, corresponderam a mais de trezentos e setenta contos de réis, satisfeitos entre 1894 e 1907. Finalmente, os adiantamentos extraordinários propriamente ditos, sobre os quais as fontes não fornecem grande explicação, que ascenderam a quase cento e setenta e cinco contos de réis, entre 1893 e 1907, com excepção nos anos de 1898 e 1906. As transferências extraordinárias do Tesouro para a Casa Real totalizavam assim mais de mil e oitocentos contos de réis.

A autorização continuada destes adiantamentos por parte dos diferentes governos, mesmo quando a Casa Real deixou de proceder ao seu pagamento, a partir de 1896, demonstra não só a dependência financeira da Casa Real face ao Tesouro Público, já de si bastante significativa, visto ser a dotação a sua principal fonte de rendimento, como também a falta de vontade política de resolver a questão. Na verdade, esta situação poderia ser bastante útil aos diferentes governos, que eventualmente a encarariam como uma forma de aumentar o seu poder face ao Rei. A este, nada mais restaria senão continuar na dependência do poder político e a pedir os adiantamentos.

A questão apenas foi levada ao parlamento em 1906 por João Franco, não para propor uma reforma financeira da Casa Real, mas para resolver e saldar as contas entre a Casa Real e o Tesouro. Assim que a questão se tornou pública, o debate pautou-se mais pela discussão de questões políticas do que propriamente de questões de fundo. Assim, criticou-se sobretudo a forma como o assunto fora tratado pelos sucessivos governos e como João Franco procurava agora resolvê-la. O debate acerca desta matéria apenas serviu para desferir ataques ao Presidente do Conselho, ao seu Governo e ainda

ao próprio Rei, ainda que não de forma tão marcada, provenientes sobretudo dos partidos regenerador e, naturalmente, republicano.

A solução encontrada, decretada no final de Agosto de 1907, não podia vir em pior altura, na própria opinião do Rei. A situação não fora resolvida no Parlamento, como João Franco defendera, mas depois do encerramento daquele e, embora transferindo para o Estado algumas das despesas de representação, não solucionava em definitivo o problema financeiro da Casa Real. Além disso, os valores apresentados eram menores do que a própria contabilidade da Casa Real mostra, bem como dos apurados em plena República pela Comissão encarregue de resolver a dívida da Família Real.

As dificuldades financeiras da monarquia repercutiram-se no fausto das suas cerimónias públicas, que não conseguiam rivalizar com as suas congéneres europeias. À primeira vista, estas não diferiam muito das cerimónias portuguesas, compostas pelo mesmo tipo de comemorações, recepções, jantares e bailes. Mas enquanto, sobretudo em Inglaterra, se assistiu à exploração da própria imagem régia; ao afastamento do monarca da governação, ao revivalismo das suas tradições rituais, incorporando elementos nacionais, nomeadamente a nível musical, e ao enaltecimento da vertente imperial da monarquia, o mesmo não se passou em Portugal, nem em Espanha.

Ao longo do reinado de D. Carlos, o cerimonial manteve-se praticamente imutável. O exemplo mais emblemático é o da aclamação do Rei, cujos elementos constitutivos remontam alguns ainda à primeira dinastia, nomeadamente o pregão dirigido pelo Alferes-mor. Na verdade, as alterações trazidas pela Monarquia Constitucional resumiram-se ao conteúdo do juramento efectuado pelo Rei sobre a bíblia, apresentada pelo Presidente da Câmara dos Pares e ao uso de um novo ceptro decorado já não por uma esfera armilar, mas sim pela Carta Constitucional, tendo sido oferecido pelos portugueses apoiantes da causa de D. Maria II em 1828. A mudança mais contraproducente teria sido a transferência da sua realização do espaço público para o interior do Palácio das Cortes, deixando de ter lugar à vista dos súbditos, para ser observada exclusivamente pelos membros da Casa Real e da classe política. A sobrevivência no reinado de D. Carlos de elementos rituais nesta cerimónia incorporados ao longo da primeira, segunda e quarta dinastias, pré-monarquia Constitucional, contrasta em parte com o que sucedeu em Inglaterra, onde a coroação de



Eduardo VII em 1902 marcou uma ruptura com o antigo cerimonial, apostando-se em inovações, ainda que devidamente justificadas com a tradição.

Grande parte das cerimónias continuavam a ser as mesmas que eram celebradas durante o Antigo Regime: os aniversários da Família Real e o dia dos Santos respectivos, para além de inúmeras festividades religiosas. Estas, no entanto, perderam o esplendor de outros tempos, como acontecera com a procissão do *Corpus Christi*. Além disso, mesmo em festividades não religiosas, este elemento continuava presente, gerando algum descontentamento inclusive no seio da aristocracia. Mas era por parte da imprensa republicana, nomeadamente nos artigos de opinião, que as críticas se faziam ouvir, sobretudo no que respeitava ao aparato das cerimónias, sendo os cortejos e as vestes utilizadas vistas como anacrónicas, tornando-se por isso patéticas e ridículas, ainda que nas notícias veiculadas a descrição dos trajes dos soberanos fosse habitualmente feita e sem qualquer crítica. Não houve igualmente um esforço no planeamento e organização das cerimónias, a cargo de vários oficiais-mores que, apesar da prática e saberes aristocráticos, não eram peritos propriamente ditos, como acontecia em Inglaterra.

A Monarquia Constitucional trouxera algumas inovações, nomeadamente a redução dos dias de grande gala e a dispensa do ritual de beija-mão, em meados do século XIX. Para além disso, surgiram novas festividades, como a abertura anual do Parlamento e o festejo de algumas datas relacionadas com o regime liberal. Contudo, algumas deixaram de ser celebradas logo em meados do século, como a do desembarque do Mindelo, ou a entrada do exército liberal em Lisboa. Apenas se mantiveram as relativas à Carta Constitucional e as exéquias a D. Pedro IV, estas comemoradas com uma celebração religiosa. Todavia, durante o reinado de D. Carlos, mesmo estes festejos foram paulatinamente perdendo importância. O juramento da Carta Constitucional foi ofuscado pelo aniversário do infante D. Afonso e o aniversário da outorga deixou de ser mencionado em certos periódicos a partir do início do século. A recepção no Paço, que tinha lugar por essa ocasião, teve habitualmente pouca adesão e houve anos, inclusive, nos quais a Família Real não celebrou sequer a data. Até mesmo o primeiro de Dezembro, cuja primeira referência como dia de gala data de 1826, nunca teve a participação da Família Real, embora a Comissão encarregue da sua celebração fosse presidida por algumas importantes personalidades políticas, como fora o caso de Hintze Ribeiro.

Portanto, os festejos que assinalavam a implantação do liberalismo e os que poderiam ter congregado em seu redor os ânimos nacionalistas, não foram devidamente aproveitados pela Família Real, perdendo terreno para o republicanismo que, desde as celebrações do centenário de Camões, se transformou no principal pólo congregador do nacionalismo.

É certo que a Família Real terá apostado nalguma renovação no que respeita às cerimónias públicas. Encomendou novas composições musicais e procedeu à reabilitação das equipagens de estado, fundamentais nos cortejos públicos, o que terá causado algum impacto positivo no decorrer das visitas oficiais de soberanos estrangeiros. Mas estas medidas não se terão revelado suficientes.

As cerimónias alargaram o seu tecido social, ao permitir a entrada das elites não tradicionais, nomeadamente da elite política, militar e administrativa no espaço da corte e essa terá sido a inovação mais evidente trazida pela Monarquia Constitucional, visível sobretudo nas festividades mais concorridas como seja a recepção por ocasião do Ano Novo ou nos poucos bailes que tiveram lugar, como o do juramento do Príncipe Real. A abertura da corte a outras elites foi acompanhada pela própria imprensa periódica, que estendeu a transmissão de notícias referentes à Família Real, como acontecia anteriormente, a toda a alta sociedade. Todavia, apesar das cerimónias terem admitido a presença de outros grupos sociais, tal facto não terá afectado a noção de pertença a um grupo privilegiado e restrito, partilhada pelos membros da Casa Real, sobretudo da antiga aristocracia.

A diversificação dos grupos sociais não significou necessariamente maior afluência às cerimónias da corte. A fraca adesão a estas por parte do poder político foi assinalada pela imprensa periódica e, por parte da aristocracia, notada pelos próprios membros da Casa Real. As excepções eram constituídas pela recepção de Ano Novo, que continuou a ser especialmente concorrida e pelas visitas oficiais que soberanos estrangeiros fizeram ao nosso país. A curiosidade natural que um evento extraordinário desta natureza trazia, aliada à possibilidade de obtenção de presentes ou da agraciação com uma ordem honorífica estrangeira tornavam-nas um alvo de maior interesse por parte do grupo aristocrático, em particular dos membros da Casa Real. As visitas, organizadas com o intuito de estreitar os laços diplomáticos das principais potências de então, num quadro de instabilidade internacional, não revelaram particularismos

nacionais, à excepção de festejos como as touradas, que terão causado algum desconforto na imprensa internacional.

Embora uma das preocupações do Rei D. Carlos tenham sido as manifestações públicas de apreço à chegada dos soberanos estrangeiros, os grupos populares continuaram apenas a assistir à passagem dos cortejos nas ruas de Lisboa. O mesmo sucedia nas cidades esporadicamente visitadas pela Família Real. Limitavam-se também a aguardar os soberanos nos adros das Igrejas por ocasião das cerimónias religiosas. Pontualmente, poderiam assistir às celebrações religiosas propriamente ditas. As cerimónias continuavam, portanto, a ser o que sempre foram, não se desenrolando no espaço público. Nesse sentido, a imprensa periódica desempenhou um importante papel, ao assistir às cerimónias e ao descrevê-las para a população, embora alguns dos incidentes protocolares não tenham transparecido para a opinião pública.

Em conclusão, a Monarquia Constitucional trouxera à Casa Real alguns desafios que se vieram a revelar obstáculos fatais ao seu funcionamento.

Em primeiro lugar, a evolução da própria sociedade. As alterações verificadas no interior da nobreza, nomeadamente o aumento do número dos seus efectivos, a par da emergência de novas elites, em particular da política, finanças e militares, potenciaram o aumento do número de pretendentes ao desempenho dos ofícios superiores da Casa Real, que continuaram a ser apetecíveis, por oferecerem um estatuto privilegiado a quem os desempenhasse. Todavia, o alargamento deste universo contrastava com a contracção da dimensão da Casa Real, verificada desde os finais de Antigo Regime e que se acentuou durante o reinado de D. Carlos. O Rei, cuja capacidade de atribuição de cargos na administração pública também se tinha reduzido, afunilou as vias de acesso à Casa Real, permitindo a acumulação de ofícios nas mesmas famílias e pessoas. Neste sentido, não terá conseguido criar um mecanismo de integração satisfatório das suas bases tradicionais de apoio, em particular do grupo aristocrático, que perdia assim a possibilidade do exercício de influência na sociedade através do desempenho de ofícios na Casa Real. À exclusão de grande parte do grupo aristocrático e da quase totalidade da nobreza acrescia ainda a instabilidade causada pela intriga que, nos bastidores da corte, enfastiava o restrito grupo dos escolhidos, enegrecendo a imagem da Monarquia, não só junto destes, como nos círculos da política e até na imprensa, ainda que de forma menos evidente.

Em simultâneo, a separação entre finanças estatais e finanças régias, que se tornou mais evidente com a Monarquia Constitucional, nomeadamente com a fixação de uma dotação por parte do poder político, foi outro dos desafios que a Casa Real enfrentou. Esta situação foi agravada pela redução significativa do valor real da dotação, que nunca fora actualizada ao longo de toda a Monarquia Constitucional. Ainda assim, a dotação era a principal fonte de receita do Rei, uma vez que a gerada pelos bens imóveis e móveis era substancialmente inferior, apesar das tentativas de investimento, sobretudo nestes últimos. Face a um conjunto bastante significativo de despesas fixas relacionadas com o próprio funcionamento interno da Casa Real, decorrentes sobretudo dos gastos com serviços, funcionários bens imóveis e despesas pessoais, a solução encontrada para as satisfazer, foi recorrer aos adiantamentos do Tesouro Público, com a conivência dos sucessivos governos. Quando a questão vem a público, gerou-se um intenso debate, quer no Parlamento, quer na opinião pública, pautado sobretudo por questões políticas, nomeadamente pela crítica à forma como os sucessivos governos lidaram com os adiantamentos, em especial como o então Presidente do Conselho, João Franco, a procurava resolver. A reforma do financiamento da Casa Real não foi, todavia, abordada. A resolução do caso provocou algum desagrado, inclusive do próprio Rei, que não considerou a altura escolhida para levantar o assunto como a mais adequada.

Finalmente, a Casa Real e, em especial o Rei, não conseguiu afirmar-se perante toda a sociedade através das suas cerimónias públicas. Os rituais próprios da monarquia não foram actualizados e não se soube tirar partido das datas festivas que a vitória do regime liberal oferecia. Numa época em que os nacionalismos emergiam, a Casa Real permanecia encapsulada nas festividades próprias de um regime absoluto. A monarquia falhava portanto, como força centrípeta dos sentimentos patrióticos e na afirmação do Rei, como soberano dos seus cidadãos, continuando a apresentar-se como Rei dos seus súbditos e, ainda assim, de muito poucos.

Por tudo isto, às explicações da crise final da Monarquia Constitucional e sua consequente queda, nomeadamente às “*revoluções*” oriundas “*de baixo*” e “*de cima*”, há que, doravante, ter presente também o próprio papel que a Casa Real desempenhou nesse processo, nomeadamente pela sobrevivência de estruturas arcaizantes e a sua consequente incapacidade de adequação à conjuntura que então emergira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico da Fundação Casa de Bragança, Arquivo Soveral

Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 3º Piso, Ar. 9, Maço 61

Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Processo Conta 1355, caixas 236-240

Arquivo Histórico Parlamentar, Comissão de inquérito entre o Tesouro Público e Família Real, 1895-1909, caixa 408

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Casa Real e Imperial /Mordomia-mor. Papéis relativos à aclamação, sagração e Coroação de D. Maria I, Dom João VI, Dom Pedro I e Dom Pedro II, códice 569

Arquivo Ponte, Correspondência, cartas 301-573

Arquivo Sabugosa e São Lourenço, Diário do Conde de Sabugosa, 1890

Arquivo Sabugosa e São Lourenço, Diários da Condessa de Sabugosa 1895-1903, 1908

Arquivo Sabugosa e São Lourenço, Estante do Relógio, caixa 5

Arquivo Sabugosa e São Lourenço, MOR I, Gavetas L1, L2, L4, M2, M4, N2, N4

Arquivo Sabugosa e São Lourenço, Mordomia, maços 1 a 47

Biblioteca da Ajuda, BA. 44-XIII-56

Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio do Conde de Arnoso, E/32, doc 114 a 4521

Direcção Geral dos Arquivos / Torre do Tombo, Arquivo da Casa Palmela, caixas 21 e 140.

Direcção Geral dos Arquivos / Torre do Tombo, Arquivo da Casa Real, caixas 3781 a 7384.

Direcção Geral dos Arquivos / Torre do Tombo, Arquivo da Casa Real, Chancelaria de D. Manuel, Livro 37

Direcção Geral dos Arquivos / Torre do Tombo, Empresa Pública Jornal o Século, 1880, 1979, Joshua Benoliel, 1caixa 84, negativo 10

Direcção Geral dos Arquivos / Torre do Tombo, Grande Subscrição Nacional a favor da defesa do País

Direcção Geral dos Arquivos / Torre do Tombo, Livros da Mordomia – Mor da Casa Real, livros 30 a 51

Direcção Geral dos Arquivos / Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, Livros 170, 1221, 1132, 1232, 2653

Direcção Geral dos Arquivos / Torre do Tombo, Ministério do Reino, Livros 899 a 901; 2347 a 2351

Direcção Geral dos Arquivos / Torre do Tombo, Registo Geral de Mercês de D. Carlos, Livros 6 a 23

## **2. Fontes Impressas: publicações periódicas**

*A Nação*, 1886-1908

*Almanach de Portugal para o Ano de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856

*Almanak lusitano para 1860*, Lisboa, Tipografia Universal, 1859

*Almanak popular para 1850, publicado pelos senhores Filipe Folque, Fradesso da Silveira e Pereira d'Almeida*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1849

*Almanaque Popular para o ano de 1851*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850

*Almanaque Português, Ano de 1825*, Lisboa, Impressão Régia, 1825

*Almanaque Português, Ano de 1826*, Lisboa, Impressão Régia, 1826

*Anuario Diplomático e consular Portugues (...)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891-1910

*Anuario Diplomático e consular Portugues relativo ao anno de 1898 e como appendice ao publicado em 1897*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899

*Anuários Estatísticos de Portugal, 1900 e 1903*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907

BARBOSA, Zacarias de Vilhena, *Almanak, industrial, comercial e profissional de Lisboa, para o ano de 1865*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1865

CAMPOS, C. A. da S., “*O patriarca precede a todos os grandes como cardeal*”  
*Almanaque Commercial de Lisboa*, Typographia Universal, 1892

*Casa Civil de Suas Magestades 1 de Junho de 1909*, Lisboa, Casa Civil, 1909

*Casa Militar de Sua Magestade El-Rei 1 de Maio de 1906*, Lisboa, Casa Militar, 1906

*Casa Militar de Sua Magestade El-Rei 25 de Abril 1910*, Lisboa, Casa Militar, 1910

*Contas Gerais da Administração Financeira do Estado na Metrópole, 1889-1890 a 1896-1897, 1907-1908*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1890-1908

*Diário da Câmara dos Deputados*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886-1910

*Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886-1910

*Diário de Notícias*, 1896-1911

*Diário do Governo*, 1892

*Diário Ilustrado*, 1886-1908

*Folhinha ecclesiástica e civil para uso dos reinos de Portugal e Algarves e Ilhas adjacentes, principalmente para a cidade de Lisboa no ano bissexto 1828*, Lisboa, na Impressão de Alcobia, 1827

*Folhinha eclesiástica para o reino de Portugal, para o ano de 1840, bissexto, ordenada por J. A. C*, Lisboa Tipografia de J. A. S

FREITAS, A. M de, *Anuário da Corte Portuguesa, Primeiro Ano 1895*, Lisboa, M. Gomes, Editor, 1895

*Le Temps*, 1907

*Novidades*, 1886-1908

*O Ocidente*, 1886-1908

*O Panorama – Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis*, 1939

*O Século*, 1886-1908

*O Tempo*, 1886-1908

### **3. Fontes Impressas: opúsculos, memórias, programas, documentação imprensa e outros**

A. A. C., *As "Coherencias" do sr. João Franco*, Lisboa, Typ. da Empresa da História de Portugal, 1906

ABRANTES, Marquesa, *Recordações de uma estada em Portugal, 1805-1806*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008

ABRANTES, Ventura Ledesma, *D. Carlos, D. Amelia e o regicídio*, Lisboa, J. Assis, 1916

ALBUQUERQUE, António de, *Marquês da Bacalhoa*, 2ªed., Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002

ALBUQUERQUE, Mousinho de, *Cartas ao Conde de Arnoso*, Lisboa, Com. Nac. para as Com. do Cent. de Mouzinho de Albuquerque, 1958

ALFONSO X, *Las Siete Partidas dely Rey Don Alfonso el Sábio cotejada com vários códices antiguos por la Real Academia de la Historia*, Madrid, Imprenta Real, 1807

ALMEIDA, B. de, *Fulgurações da corôa: no consorcio de Suas Altezas o Principe D. Carlos de Bragança e a Princeza D. Maria Amelia de Orleans*, Lisboa, Typ. das Horas Românticas, 1886

ANDRADA, Ernesto de Campos de, *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928

ANTUNES, Acácio, *A bofetada inglesa: carta a sua magestade El-Rei o senhor D. Carlos I*, Lisboa, Typ. Mattos Moreira, 1890

AURORA, Conde de, *A rainha D. Maria Pia: elogio histórico e biográficos*, Porto, Tip. Porto Médico, 1939

AZEVEDO, A. J., *D. Carlos o desventurado: notas intimas e noticia historica do attentado contra a Familia Real*, Lisboa, A. J. d'Azevedo, 1908

BAENA, Visconde de Sanches, *Dicionário Aristocrático*, Porto, Centro de estudos de história da família da Universidade moderna do Porto, 2002

BRANDÃO, Raúl, *Impressões e paisagens*, Porto, s.n., 1890

BRANDÃO, Raúl, *Memórias*, 3ª ed. Paris, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 1925



BREYNER, Thomaz de Melo, conde de Mafra, *Diário de um monárquico 1902-1904*, Porto, Fundação Engº António de Almeida, 2005

BREYNER, Thomaz de Melo, conde de Mafra, *Diário de um monárquico 1905-1907*, Porto, Fundação Engº António de Almeida, 1994

BREYNER, Thomaz de Melo, conde de Mafra, *Diário de um monárquico 1908-1910*, Porto, Fundação Engº António de Almeida, 2004

BREYNER, Tomás de Melo (Prod.), *Memórias do professor Tomás de Melo Breyner*, fac. simil., edição comemorativa do centenário da fundação da Consulta de moléstias sífilíticas e venéreas do Hospital do Desterro, s.d.

CABRAL, António, *Alexandre Cabral: memórias políticas, homens e factos do meu tempo*, Lisboa, J. Rodrigues, 1923

CABRAL, António, *As cartas d'El-Rei D. Carlos ao Sr. João Franco*, Lisboa, Portugal-Brasil, 1924

CABRAL, António, *Cartas d'El Rei D. Carlos a José Luciano de Castro*, Lisboa, Portugal-Brasil, 1927

CAMACHO, Brito, *D. Carlos, íntimo*, Lisboa, Guimarães, 1912

CÂNCIO, Francisco, *O Paço da Ajuda*, Lisboa, s.n., 1955

CARNIDE, 1o Conde de, *José Street de Arriaga Brum da Silveira e Cunha: na intimidade de João Franco*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira, 1955

*Casamientos régios de la Casa de Borbon en España (1701-1879)*, Madrid, Imprenta de E de la Riva, 1881

CASTELO-BRANCO, José Barbosa Canais de Figueiredo, *O Mordomo do rei. Memória oferecida à Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, na Typographia da mesma Academia, 1851

CASTRO, Damião de Lemos Faria e, *Política Moral e civil, aula da nobreza lusitana autorizada com todo o género de erudição sagrada e profana para a doutrina, e direcção dos príncipes e mais políticos ...*, tomo IV, Lisboa, Officina de Francisco Luís Ameno, 1751

CASTRO, José Luciano de, MOREIRA, Fernando (org.), *Correspondência Política, 1858-1911*, Lisboa, Quetzal, 1998

CASTRO, José Augusto de, *Cartas à Rainha Sr.<sup>a</sup> D. Amelia de*, Lisboa, Imp. Libanio da Silva, 1908

*Catalogo das collecções expostas por D. Carlos de Bragança*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903

CAVAGNARI, Alfonso, *Nelle nozze di S.A.R. la Principessa Pia Maria de Savoia con S.M. Luigi 1o Re di Portogallo*, Parma, Tip. F. Carmignani, 1862

CHAGAS, João, “Carta a uma senhora que nos pergunta de que natureza é o guarda-roupa da rainha D. Maria Pia, *João Franco (1906-1907)*, Lisboa, Typ. Annuário, 1907

CHAGAS, João, *João Franco (1906-1907)*, Lisboa, Typ. Annuário, 1907

CHOUZAL, Bernardo, *El-Rei D. Carlos I e Príncipe Real D. Luiz Filipe: oração funebre recitada... na Sé Archiepiscopal da Cidade d'Evora no dia 29 de Fevereiro de 1907*, Lisboa, Liv. Ferreira, 1908

CLEMENTE, Barão de S., *Estatísticas e biografias parlamentares portuguesas*, Liv. 1., Porto, Tipografia do Comércio do Porto, 1887.

COLAÇO, Branca de Gonta, *Memórias da Marquesa de Rio Maior, Subserra, Bemposta*, 2<sup>a</sup> ed., Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2005

COORPECHOT, Lucien, *Memórias inéditas da rainha D. Amélia*, Rio de Janeiro, A. Moura, 1913

CORMATIN, Pierre Marie Félicité Dezoteux, BOURGOING, Jean François, *Voyage du ci-devant du Chatelet, en Portugal*, Paris, Chez Arhus-Bertrandm, 1798

CORREA, José Hermenegildo, *Dias de Glória. Oppusculo a chegada e desembarque de Sua Majestade a Rainha*, Lisboa, Tipografia na rua formosa, 151, 1862

CORREIA, Vergílio, *Livro dos regimentos dos oficiais mecânicos da mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa (1572)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926

COSTA, Luís, *O rei: comentário sobre as "Cartas d'El-Rei D. Carlos I a João Franco"*, Lisboa, Acção Realista, 1924

*Cour du Portugal : adresses : maison civile de Sa Magesté le Roi de Sa Magesté la Reine et de Sa magesté la Reine D. Maria Pia*, Lisbonne, Imp. Nationale, 1901.

CROLET, João, *Oração fúnebre de Sua Magestade Fidelíssima Dom Carlos, Rei de Portugal e de Sua Alteza Dom Luís Filipe, Príncipe Real e Duque de Bragança*, Pará, Typ. Gutenberg, 1908

CUNHA, Henrique da, *A infâmia: carta ao Sr. Príncipe D. Carlos*, Lisboa, Typ. de Salles, 1883

D. Carlos I, *Cartas d'El-Rei D. Carlos I a João Franco Castello-Branco seu último Presidente do Conselho*, 3a ed., Lisboa, Aillaud e Bertrand, 1924

DIAS, Carlos Malheiro, *Cartas de Lisboa*, Lisboa, Livr. Clássica, 1905-1907.

DIAS, Carlos Malheiro, *O estado actual da causa monarchica*, C. M. Dias, 1912

DIAS, Carlos Malheiro, *Quem é o Rei de Portugal*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, José Bastos & Ca, 1908

DIAS, José Lopes, *Cartas políticas do conselheiro João Franco ao Doutor João Pinto dos Santos*, S.l., s.n., 1971

*Documentos relativos à visita da família Real à Universidade de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1892

DÓRIA, Joaquim, *Rainha de lucto, Sua Magestade a Rainha D. Amélia*, Viseu, Typ. da Folha, 1908

DURIO, Pietro, *Nelle regali nozze degli augusti sposi Luigi I di Braganza, Re di Portogallo e Maria Pia di Savoia: epigrafi*, Torino, Tip. Scolastica di Sebastiano Franco e Figli, 1862

EULÁLIA, Infanta, SCHWEYER, Alberto LAMAR, pref., *Mémoires de S.A.R. l'Infante Eulalie, 1868-1931*, Paris, Plon, 1935

FERNANDES, João, *Carta à princeza D. Amélia de Orleans: por um archeiro da Guarda Mor*, Lisboa, s.n., 1886

FERREIRA, Ernesto, *El-Rei D. Carlos I: elogio funebre proferido no dia 1 de Abril de 1908, na Matriz de São Miguel, na solemnes exequias mandadas celebrar pelo Senado de Villa-franca do Campo*, Ponta Delgada, Typ. Ruy Moraes, 1908

FONTES, Vital, *Servidor de reis e de Presidentes. Da monarquia À república do Sr. D: Luís ao Sr. Marechal Carmona*, Lisboa, Editora Marítimo colonial, 1945

FRANCO, João, *Cartas d'el rei D. Carlos a João Franco Castelo-Branco seu último presidente do Conselho*, Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand, 1924

FRANCO, João, *Discurso proferido pelo Exmo Senhor Presidente do Conselho de Ministros, João Franco na sessão da Câmara dos Deputados de 5 do mês corrente. Lisboa*, Imprensa Nacional, 1907

FRANCO, João, *Discursos politicos do Exmo Senhor Conselheiro João Ferreira Franco Pinto Castello Branco illustre chefe do Partido Regenerador-Liberal*, org. A. d'Almeida Frazão, Coimbra, Casa Minerva, 1905

FREIRE, João Paulo, *O livro de João Franco sobre El-Rei D. Carlos: recortes e commentarios d'um jornalista*, Porto, Civilização, 1924

FREITAS, Sena, *Psicologia política do conselheiro João Franco*, Lisboa, Imp. Lucas, 1909

GRANJO, António, *Do povo a Sua Magestade a Rainha D. Amelia*, S.l., s.n., 1909

HERCULANO, Pedro, *D. Carlos I*, Lisboa, Lusitana, 1869

*Homenagem a João Franco*, S.l., s.n., 1904

*Kermesse na Real Tapada da Ajuda sob a protecção de Sua Magestade a Rainha a Senhora D. Maria Pia: acta da sessão de 9 de Julho de 1884 para apresentação de contas e dissolução da commissão promotora*, Lisboa, Imp. Nacional, 1894

*Las Siete Partidas del Rey Don Alfonso el Sábio, cotejadas com vários códices antiguos por la Real Academia de la Historia*, Madrid, Imprenta Real, 1807

LAVRADIO, Marquês de, *Memórias do Sexto Marquês de Lavradio*, 3ª edição, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2004

LEAL, Gomes, *O hereje: carta à rainha a Senhora D. Maria Pia: acerca da queda dos thronos e dos altares*, 2a ed, Lisboa, s.n. 1881

LEITÃO, Joaquim, *D. Carlos o Desventuroso: notas íntimas*, Porto, Livr. Portuense de Lopes, 1908

LICHNOWSKY, Príncipe, *Portugal. Recordações do Ano de 1842*, 2ª ed, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844.

LOULÉ, 1º Duque de, *Programma do ceremonial approved por decreto real para as festividades do consorcio da serenissima Princeza de Portugal Dona Antonia e do*

*serenissimo Principe Hereditario de Hohenzollern Sigmaringen*, Lisboa, Imp. Nacional, 1861

MACKONELT, João Crisóstomo, *Consortio de El-Rei o Senhor D. Luiz I com a Princesa D. Maria Pia de Saboya: breve resenha dos acontecimentos mais importantes sobre o assumpto; Seguida da biographia da augusta noiva*, Lisboa, Typ. de Caetano Baptista Coelho, 1862

*Manual da Dança e do Cotillon*, 9ª edição, Lisboa, Arnaldo Bordalo, 1916

MARTINHO, Joaquim Félix, *Necrologia nacional dos reinados de Suas Magestades El-reis de Portugal, os senhores D. Pedro, D. Luís e D. Carlos I*, Lisboa, C. S: Francisco, 1909

MARTINS, Rocha, *A Corte de Junot, em Portugal, 1807-1808*. Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, 1910

MARTINS, Rocha, *D. Carlos: história do seu reinado*, Estoril, Of. do ABC, 1926

MARTINS, Rocha, *O programma do Sr. João Franco: commentario em artigos publicados no jornal a Tarde*, Lisboa, s.n., 1903

MIRANTE, Sá, *Carta a El-Rei D. Carlos*, Lisboa, Tabacaria Monaco, 1895

MÓNICA, Maria Filomena, (ed. Lit.), *Isabel, Condessa de Rio Maior, Correspondência para seus filhos 1852-1865*, Lisboa, Quetzal Editores, 2004

*Necrologia nacional dos reinados de SSMM El reis de Portugal, os senhores D. Pedro, D. Luís e D. Carlos I*, escrito por Joaquim Félix Martinho em 1901, Lisboa, C. S: Francisco, 1909

NORTON, Luiz, *A Corte de Portugal no Brasil: notas, documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina*, 2ª ed., [Lisboa], Imprensa Nacional de Publicidade, [1860]

OLIVEIRA, Luiz da Silva Pereira, *Privilégios da Nobreza e Fidalguia de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Associação da Nobreza Histórica de Portugal, 2002

*Ordenações do Senhor Rey D Affonso V*, Livro I, Coimbra, Tip. Da Universidade, 1772

ORTIGÃO, Ramalho, GIRARD, Alberto, *S. M. El-Rei D. Carlos I e a sua obra artística e Scientifica*, Lisboa, António Palhares, 1908

ORTIGÃO, Ramalho, *Rei D. Carlos: o martyrisado*, Lisboa, Typ. A Editora, 1908

PACHECO, A. Aires, *No templo dos Jeronymos: Oração funebre, Pronunciada nas exequias de D. Carlos I e D. Luiz Filipe*, 2a ed., Lisboa, Livraria Correia Pinto, 1908

PACHECO, ANTONIO AIRES, *Principe Real D. Luiz Filipe*, Lisboa, Joaquim José Teixeira Bastos, 1908

PIMENTA, Alfredo, *Carta a Sua Magestade a Rainha Senhora D. Amélia*, Porto, s.n., 1945

PINÇON, Adolphe, *S. M. F. Maria Pia Rainha de Portugal*, Lisboa, Costelna, 18--

PINEDA Y CEVALLOS ESCALERA, António, *Casamientos régios de la Casa de Borbon en España (1701-1879)*, Madrid, Imprenta de E de la Riva, 1881

PINTO, Roberto, *Nas exéquias de El-Rei D. Carlos I e do Príncipe Real D. Luís Filipe*, Lisboa, Typ. Lusitana, 1908

*Programa das festividades do casamento de D. Carlos com D. Amélia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886

*Programa do Cerimonial approved por decreto de Sua Magestade el Rei o Senhor D. Pedro V para as festividades da recepção de Sua Magestade a Rainha sua muito amada e prezada esposa e para os actos solenes da ratificação do real consórcio e bênções nupciais*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858

*Programa para o cerimonial das funções de corte, que terão lugar por ocasião da próxima chegada de SAR, o sereníssimo Príncipe D. Fernando Augusto, Duque de Saxónia Cobourg-Gotha*, [Lisboa], Imp. Nacional, [1836]

*Programma de todos os pomposos festejos que se realizarão em Lisboa para solemnizar o casamento de S. A. R. o príncipe D. Carlos duque de Bragança com a princesa Maria Amelia d'Orleans*, Lisboa, Typ. Elzeviriana, 1886

QUENTAL, Antero de, *Conferências democráticas. Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, Porto, Typographia commercial, 1871

RATTAZZI, Maria, *Portugal de Relance*, Lisboa, Edições Antígona, 1997

*Regimento do mordomo mor da casa real*, S.l. : s.n., 1792

*Relação do modo como na Cidade de Coimbra se fez a cerimónia da quebra dos escudos*, Lisboa, Imprensa Regia, 18--

*Repartição das reais Cavalariças, Ordens para os serviços que a repartição tem a desempenhar por ocasião da visita a Suas Majestades, de Sua Ex.<sup>a</sup>, o Presidente da república francesa, Mr Loubet, 27 de Outubro de 1905*, Lisboa, Tipografia Belenenses, Rua de Belém, 1905

RIBEIRO, Augusto, *Pro memoria: visita de suas Magestades El-Rei o Senhor D. Carlos I e Rainha D. Amélia à Ilha Terceira*, Lisboa, A Liberal, 1901

RODRIGUES, António, DORNELAS, Afonso de (apres.), *Tratado Geral da Nobreza*, Porto, Biblioteca Pública Municipal, Litografia Nacional, Porto, 1931

RODRÍGUEZ VILLA, D. António, *Etiquetas de la Casa de Áustria*, Madrid, Imprenta de Medina y Navarro, 1913

S. M. *El-Rei D. Carlos I e a sua obra artística e científica*, Lisboa, António Palhares, 1908

SÁ, Aires de, *Raíinha D. Amélia*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1928

SÁ, Ayres de, *Príncipe Real D. Luís Filipe*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1929

SÁ, D. José de Almeida Correia de Sá (com.), ANDRADA, Ernesto de Campos de, *Memórias do Conde do Lavradio D. Francisco de Almeida Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1934

SABUGOSA, Conde, *Embrechados*, 2<sup>a</sup> ed., Lisboa, Livraria Ferreira, Editora, 1908

SAMPAIO, António de Vilas Boas, *Nobiliarchia portuguesa: Tratado da nobreza hereditária e política*, Amstradam, Manoel António Monteiro de Campos, 1754

SANTARÉM, Visconde de, *Memórias e alguns documentos para a história e teoria das Cortes Gerais*, 3<sup>a</sup> ed, Lisboa, Imprensa de Portugal Brasil, 1924

SILVA, Luís Augusto Rebelo da, *Varões ilustres das três épocas constitucionais*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira, 1870

SILVANO Filho, *Carta a Sua Magestade D. Amélia: a propósito da situação do Paiz e dos seus abalos*, Porto, Impr. Civilização, 1908

SOUSA, A. E. F. Cavaleiro e, *O consórcio dos Príncipes Reais Dom Carlos de Bragança e Dona Amélia de Orléans*, Lisboa, Typ. da Viuva Sousa Neves, 1886

SOUSA, Abade A. D. de Castro e, *Origem da Guarda Real dos Alabardeiros, hoje archeiros no Paço*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1849

SOUSA, D. António Caetano de Sousa, org, *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV, Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1745

SOUSA, José Roberto Monteiro de Campos Coelho e, “Regimento dado aos vedores da Fazenda”, *Systema ou Collecção dos Regimentos Reais*, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1783

SOUSA, Luís Baptista do Rosário e, *Memorial dirigido a... El-Rei... D. Carlos I implorando a regia clemencia a favor dos presos políticos de Moçambique*, Lisboa, Typ. da Pap., Progresso, 1897

TELES, Basílio, *Do ultimatum ao 31 de Janeiro: esboço d'história política*, Porto, Bazilio Telles, 1905

TELES, Basílio, *Memórias políticas*, Lisboa, Portugália, 1969

*Tratado Jurídico das Pessoas Honradas escrito segundo a legislação vigente à morte d'El Rei D. João VI*, Lisboa, Imprensa de Lucas Evangelista, 1851

#### **4. Dicionários, Genealogias, Histórias Gerais, Estatísticas e outros Instrumentos de trabalho**

AFFONSO, Domingos de Araújo, VALDEZ, Ruy Dique Travassos, *Livro de Oiro da Nobreza*, Braga, Tipografia da Pax, 1933

ALBUQUERQUE, António Tavares de, *Índice alfabético e remissivo dos trabalhos parlamentares das cortes Gerais das Cortes Gerais da nação Portuguesa. Primeira Legislatura da Segunda época Constitucional (1826-1828)*, tomo II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, Porto – Lisboa, Livraria Civilização – Editora, 1970

*Anuário da nobreza de Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1950-1985

ASTRO, João Baptista de, *Mapa de Portugal antigo e moderno*, Lisboa, Off de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763



BAENA, Visconde de Sanches de, *Famílias Nobres do Algarve*, 2 vols., Lisboa, 1900-1906

BARROS, Henrique da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1946

BORREGO, Nuno Gonçalo Pereira, *Mordomia-mor da Casa Real. Foros e Ofícios 1755-1910*, Lisboa, Tribuna, 2007

CANEDO, Fernando de Castro da Silva, CASTRO, Fernando Santos, CASTRO, Rodrigo Faria de, *A descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, 2ª ed. Braga, 1993.

*Colecção Oficial de Legislação*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1750-1911

*Collecção Chronologica de Leis Extravagantes, Posteriores à Nova Compilação das Ordenações do Reino, Publicadas em 1603, Tomo I. Que Comprende os Reinados de Filippe II e III, e os dos Senhores D. João IV, D. Affonso VI, D. Pedro II, e D. João V*, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1819

*Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910*, (dir. Maria Filomena MÓNICA), Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais e Assembleia da República, 2004-2005

*Estatística do pariato português, desde a sua fundação até 31 de Dezembro de 1905*, Lisboa, Tipografia Castro e Irmão, 1906

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Braga, Agostinho de Azevedo Meirelles, Domingos de Araújo Afonso, 1938-1941

*Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*, Lisboa, Editorial Enciclopédica Lda., s.d.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, s.l., Círculo de Leitores, 1993

MIRANDA, Jorge, *O Constitucionalismo liberal luso-brasileiro*, Lisboa, Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos Portugueses, 2001

OLIVEIRA, Eduardo Fernandes de, SANTOS, Fernando Brederode, *Brederode da Holanda a Portugal. Oito séculos de uma família Europeia*, Lisboa, s.n., 2002

PEREIRA, António Manuel, *Governantes de Portugal desde 1820 até Dr. Salazar*, Porto, Livraria Simões Lopes, 1959

PEREIRA, Miriam Halpern, SERRÃO, Joel, (coord.), *Roteiro de Fontes de História Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica, 1984

PINTO, Albano da Silva, BAENA, Visconde Sanches de, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Lisboa, Empresa Editora de Francisco Artur da Silva, 1890

ROSAS, Fernando, ROLLO, Maria Fernanda, (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-china, 2009

RIBEIRO, José Silvestre, *História dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal nos successivos reinados da monarquia*, tomo XII, Lisboa, Academia Real das Sciências, 1884

SALDANHA, M. J. Gabriel, *Historia de Goa*, Nova Goa, Livraria Coelho, 1925

SEABRA, Visconde de, *Código Civil Português*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867

SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1985

SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) *Nova História da expansão portuguesa*, Lisboa, Editorial estampa, 1998

SILVA, António de Moraes, BLUTEAU, Rafael, *Diccionario da língua portugueza composto pelo padre Rafael Bluteau reformado e accrescentado por António de Moraes e Silva, natural do Rio de Janeiro*, Lisboa, Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1789

SOUSA, D. António Caetano de, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra, Atlântida – Livraria Editora, 1953

TEIXEIRA, Júlio A., *Fidalgos e morgados de Vila Real e seu termo. Genealogias, Brasões, Vínculos*, Vila Real, Imprensa Artística, 1946

TORRES, João Carlos Feio Cardoso de Castelo Branco, BAENA, Visconde de Sanches de, *Memórias histórico-genealógicas dos duques portugueses no século XIX*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Ciências, 1883

VALÉRIO, Nuno, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Lisboa, INE, 2001

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961

## **5. Estudos Nacionais**

AA.VV., *História Social das Elites in Análise Social*, Lisboa, nº 116-117, 1992

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *A Construção do Estado Liberal. Elite Política e Burocracia na Regeneração (1851-1890)*, Lisboa, Dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1995

ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910)” in *Análise Social*, vol. XXI (85), 1.º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1985

ALMEIDA, Pedro Tavares de, BRANCO, Rui Miguel, (coord.), *Burocracia, Estado e território, Portugal e Espanha, séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007

ALVES, Ana Maria, *As entradas régias portuguesas, uma visão de conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986

ALVES, Ana Maria, *Iconologia do poder real no período manuelino. À procura de uma linguagem perdida*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985

ALVES, Daniel, *A República atrás do balcão: os lojistas de Lisboa e o fim da Monarquia (1870-1910)*, Chamusca, Cosmos, 2012

ANDRADE, Santiago Silva de, “A Casa Real portuguesa: aspectos centrais da instituição na crise do Antigo Regime português (c.1780 - 1821)” *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, ANPUH, São Paulo, 2011

ANDRADE, Santiago Silva de, “Morar na casa do rei, servir na casa do império” in *Almanack Braziliense*, n.5, São Paulo, Revista electrónica, Maio 2007

ANDRADE, Santiago Silva de, “Uma casa nos trópicos: a Casa Real portuguesa no Rio de Janeiro (1808-1821)” in CARDOSO, José Luís, MONTEIRO, Nuno Gonçalo, SERRÃO, J. (Eds.). *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010

AZEVEDO, D. Carlos A. Moreira, SALDANHA, Sandra Costa, OLIVEIRA, António Pedro Boto, (coord.), *Os patriarcas de Lisboa*, Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa e Alêtheia Editores, 2009

BAIÃO, António, “Dois altos funcionários da Casa do Infante D. Henrique, no concelho de Ferreira do Zézere: um monteiro mor e outro, o seu vedor” *Revista Ocidente*, Vol. LVIII, Lisboa, 1960

- BARBOSA, A. de Miranda e, *D. Carlos, rei, na perspectiva da história*, Coimbra, Of. Coimbra Editora, 1965
- BARTOLO, Maria de Lurdes, *Retrato de El-Rei D. Carlos por Laszlo: "Paisagem do Alentejo" por D. Carlos de Bragança*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1955
- BASTO, António Ferreira Pinto, *Viagens por terra com el rei D. Carlos 1885-1905*, Lisboa, Chaves Ferreira, 1997
- BELO, Alberto José Grilo, *A Câmara dos pares na Época das grandes reformas Políticas*, Lisboa, tese de doutoramento em História, 2012
- BOLÉO, José de Oliveira, *El-Rei D. Carlos e a política do Império*, 2a ed., s.l., s.n., 1943
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional, 1907-1910*, Lisboa, Texto, 2010
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *O século XIX Português*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *Seis Estudos sobre o Liberalismo Português*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991
- BRAGA, Paulo Drumond, *As filhas de Safo*, Lisboa, Texto Editores, 2011
- BRAGA, Paulo Drumond, *Esmoler mor e esmoler menor do reino, nótulas sobre funções de corte (séculos XIII-XVII)*, s.l., s.n., 1995
- BRAGA, V. M. Paixão, *Últimos casamentos na Casa Real em Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências, 1965
- CANAVEIRA, Manuel Filipe Cruz, *Sua Majestade Fidelíssima. Da monarquia, Imagem da Realeza Ideal e Educação do rei no Absolutismo Portugueses e Europeu*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1996
- CARDIM, Pedro Almeida, *As cortes de Portugal, século XVII*, Lisboa, Trabalho de síntese, realizado no âmbito das provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, UNL, FCSH, 1993

- CARDIM, Pedro, “A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos” in *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, Sete Letras, v. 7, nº13, 2002
- CARDIM, Pedro, "Embaixadores e representantes diplomáticos da Coroa portuguesa no século XVII", *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XV, IIª série, 2002
- CARDIM, Pedro, *O poder dos afectos. Ordem amorosa e dinâmica política no Portugal do Antigo Regime*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dissertação de doutoramento em Historia Moderna, 2000
- CARDOSO, Eurico Carlos Esteves Lage, *D. Amélia de Orléans e Bragança: princesa de França: rainha de Portugal*, s.l., E.C.E.L. Cardoso, 2004
- CARVALHO, António Eduardo Teixeira de, *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1468*, Porto, s.l., 2001
- CASTRO, Luís Vieira de, *D. Carlos I*, Lisboa, Império, 1936
- CASTRO, Luís Vieira de, *Dom Carlos: elementos de história diplomática*, 2a ed., Lisboa, 1941
- CATROGA, Fernando, *A militância laica e a descristianização da morte em Portugal (1865-1911)*, Coimbra, FLUC, 1988
- CATROGA, Fernando, *O Céu da Memória. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos*, Coimbra, Minerva, 1999
- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal, da formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1991.
- CAVALEIRO, Rodrigues, *Dom Carlos I e o Brasil*, Lisboa, s.n., 1957
- CAVALEIRO, Rodrigues, *No centenário de João Franco*, Lisboa, Império, 1956
- CAVALEIRO, Rodrigues, *O conde de Sabugosa na arte, na história e na vida*, Guimarães, s.n. 1955
- CAVALEIRO, Rodrigues, *O rei Dom Carlos perante a Arte e perante a História*, Lisboa, s.n., 1964
- Comemorações do centenário do nascimento de El-Rei Dom Carlos I*, Lisboa, s.n., 1962
- COIMBRA, Artur Ferreira, *Paiva couceiro e a contra-revolução monárquica*, Braga, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho, 2000

- CORREIA, Félix, *Quem matou o rei D. Carlos I*, 2a ed., Lisboa, Portugália Editora, 1947
- CORTEGAÇA, 2o Visconde de, *João Franco: último Presidente do Conselho d'el Rei D. Carlos I: carta inédita*, Ponte de Lima, s.n., 1952
- COSTA, Júlio de Sousa e, *O rei Dom Carlos I (1863-1908): factos inéditos do seu tempo*, Lisboa, Bertrand, 1943
- COSTA, Marcos de Noronha da, *A política externa d'El Rei D. Carlos*, Lisboa, s.n., 2002
- CRUZ, Maria Antonieta, *Os burgueses do Porto na segunda metade do século XIX*, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1999
- CUNHA, Hélder de Mendonça e Cunha, “The 1820 land concession to the portuguese (in the kingdom of Siam)”, in *Journal of the Siam Society* (JSS), vol. 59, part 2 Bangkok, s.n., 1971
- CUNHA, Mafalda Soares da, *A Casa de Bragança. 1560-1640. Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000
- CURTO, Diogo Ramada, *A Cultura política em Portugal (1578-1642). Comportamentos ritos e negócios*, Lisboa, Tese de Doutoramento em Sociologia Histórica apresentada à faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994
- CUTILEIRO, Alberto, *O uniforme militar na armada, três séculos de história*, tomo I, Lisboa, Amigos do Livro Editores, 1983
- D. Carlos de Bragança: a paixão do mar*, org. Expo'98, colab. Marinha Portuguesa, Fundação da Casa de Bragança, Lisboa, Parque Expo'98, D.L. 1996
- DIAS, Jaime Lopes, *O Rei Dom Carlos I e a Beira Baixa: subsídios para a história dos últimos anos da monarquia*, Lisboa, Academia das Ciências, 1962
- DIOGO, Helena I. B., FARIA, M<sup>a</sup> de Fátima M. Fernandes, MOREIRA, M<sup>a</sup> João S. Guardado, FERNANDES, M<sup>a</sup> Margarida Dias, “Para o estudo da nobreza Portuguesa Oitocentista – Barões e Viscondes no Reinado de D. Maria II” in *Ler História*, nº 10, Lisboa, Edições Salamandra, 1987
- DURÃES, Margarida, *A Rainha mal-amada*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012

FERNANDES, Paulo Jorge, *Mouzinho de Albuquerque. Um Soldado ao serviço do Império*. Lisboa, Esfera dos Livros, 2010

FERRÃO, Carlos, *Em defesa da verdade. O regicídio. Os adiantamentos. A diplomacia de D. Carlos*, Lisboa, Ed. Século, 1961

FERREIRA-ALVES, Joaquim Jaime, “O magnífico aparato”: formas da festa ao serviço da família real no século XVIII”, *Revista de História*, vol. XII, Porto, s.e., 1993

FIGUEIROA-RÊGO, João de, “A “Collecta Sumptuária” oitocentista, alguns aspectos da sua controversa aplicação”, *Arquipélago, História*, 2ª Série, VII (2003

FIRMINO, Glória, *Subsídios para a história dos Assistentes do correio – Mor de Portugal (séculos XVI / XIX)*, Lisboa, Grupo dos amigos museu das telecomunicações, 2005

FONSECA, Helder Adegar, REIS, Jaime, “José Maria Eugénio de Almeida, Um capitalista da Regeneração” in *Análise Social*, vol. XXIII (99), Lisboa, Imprensa Universitária, 1987

FORJAZ, Pereira, *Um naturalista coroadado: D. Carlos de Bragança*, Lisboa, Soc. Ind. Farmacêutica, 1964

FREITAS, Joana Gaspar de, *João Franco e os intelectuais*, Lisboa, s.n., 2002

GOMES, A. Luís, *D. Carlos de Bragança: o seu portuguesismo na pintura, nos estudos oceanográficos, na vida: as três realidades que tanto amou D. Carlos I, Rei e súbdito de Portugal*, Matosinhos, Pap. Leixões, D.L. 1966

GOMES, Rita Costa, *A Corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995

GONÇALVES, Iria, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996

GRINÉ, Euclides dos Santos, *A construção da imagem pública do rei e da família Real em tempo de luto (1649-1709)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1997

GUERREIRO, Jerónimo de Alcântara, *Cartas 1926-1936: Rei D. Manuel II, Rainha D. Amélia, Arcebispo de Évora*, Évora, s.n., 1961

HESPANHA, António Manuel, “A nobreza nos tratados jurídicos do século XVI a XVIII” in *Penélope*, nº 12, Lisboa, edições Cosmos, 1993

- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A propaganda Republicana (1870-1910)*, Coimbra, Ediliber, 1990
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *Da monarquia à república*, Viseu, Palimage Editores, 2001
- IGLÉSIAS, Fátima Iglésias, *Corpus Christi*, Lisboa, Quimera, 1992
- Instituto Português do Património Cultural e Câmara Municipal de Loulé, *Fotógrafos da Casa Real*, exposição, Loulé, C.M., 1985
- LACERDA, Daniel, *Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha*, Lisboa, Editorial Estampa, 2010
- LAINS, Pedro, SILVA, Álvaro Ferreira da (org.), *História Económica de Portugal 1700-2000, O Século XIX*, vol. II, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2005
- LEITE, Carlos Ferreira de Sousa, *El-Rei D. Carlos nas Pedras Salgadas*, S.l., s.n., imp. 1964
- LIMA, J. P. Abreu; SANTOS, Maria Alice Pereira dos, *Casa Real Portuguesa: alianças matrimoniais*, S.l., Mediatexto, 2004
- LIMA, Nuno Miguel de Jesus, *Os «homens bons» do Liberalismo. Os Maiores Contribuintes de Lisboa (1867-1893)*. Lisboa, Dissertação de mestrado em História dos Séculos XIX e XX – Secção do Século XIX, 2007
- LOPES, Maria Teresa Fernandes Pereira de Sena Sales, *A casa de Oeiras e Pombal: estado senhorio e património*, Lisboa, s.n. Tese de mestrado em História, apresentado à Universidade Nova de Lisboa, 1987
- LOUREIRO, Fernando Manuel Gomes de, *In memoriam de D. Carlos I no centenário do seu nascimento*, Guimarães, s.n., 1963
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *A Casa e o Estado do Infantado, 1654-1706 Formas e Práticas administrativas de um Património Senhorial*, Lisboa, Junta Nacional, 1995
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *A casa e o estado do infantado, 1654, 1706*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1995
- LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Casa Corte e património das rainhas de Portugal, 1640-1754. Poderes, Instituições e Relações sociais*, Lisboa, Universidade de Lisboa, Dissertação de doutoramento em Historia Moderna, 1999



- LOUSADA, Maria Alexandre, “D. Pedro ou D. Miguel? As opções políticas da Nobreza titulada Portuguesa” in *Penélope*, nº 4, Lisboa, Quetzal Editores, 1989
- LUCENA, Armando de, *D. Carlos de Bragança na arte portuguesa*, s.l., s.n., 1946
- MACEDO, Diogo de, *O pintor D. Carlos de Bragança no Palácio Ducal de Vila Viçosa*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança, 1954
- MACEDO, Diogo de, *Quatro quadros de El-Rei D. Carlos: dois retratos por Malhoa e Columbano*, Lisboa, Bertrand, 1949
- MACHADO, Luiz Guilherme G. Machado, “Luís Homem e a criação do ofício de correio-mor do Reino em 1520, *Códice*, Lisboa, Fundação Portuguesa das comunicações, ano XII, série II, nº 6, 2009
- MARTINS, F. A. de Oliveira, *D. Carlos I e os vencidos da vida*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1942
- MARTINS, F. A. de Oliveira, *O socialismo na monarquia: Oliveira Martins e a "vida nova"*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1944
- MARTINS, F. A. de Oliveira, *Rectificando: considerações ácerca da obra "D. Carlos e a sua época" do Snr. Rocha Martins*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1928
- MARTINS, Oliveira, *Portugal Contemporâneo*, 9ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1986.
- MATA, Maria Eugénia, *As finanças públicas portuguesas da Regeneração à primeira guerra mundial*, Lisboa, Banco de Portugal, 1993
- MATOS, Lourenço de Figueiredo Perestrelo Correia de, *Os fornecedores da Casa Real. Subsídios para o estudo do comércio urbano no final da monarquia, 1821-1910*, Lisboa, Dissertação de mestrado de História, especialização de História do Século XIX, FCSH – UNL, 2008
- MATOS, Maria Antónia Pinto de, CAMPILHO, Maria de Sousa e Holstein, *Uma família de colecionadores, Poder e Cultura*, Lisboa, IPM, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2001
- MATOS, Sérgio Campos, “Da Crise da monarquia constitucional à primeira república em Portugal (1890-1910)”, GÓMEZ, Hipólito de la Torre, VICENTE, A. Pedro (dir.),

*Espanha-Portugal. Estudos de Historia Contemporânea*, Madrid, Ed. Complutense, 1998, p. 51-64

MATOS, Sérgio Campos, *Historiografia e memória nacional, 1846-1898*, Lisboa, Edições Colibri, 1998

MATTOSO, José “A coroação dos primeiros reis de Portugal”, CURTO, Diogo Ramada, BETHENCOURT, Francisco (org.), *A memória da nação*, Lisboa, Livraria Sá da Costa editora, 1991

MATTOSO, José, *Fragments de uma composição Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993

MAURICIO, Maria Fernanda “Para a história do quotidiano na idade média. Usos e costumes da nobreza ao tempo de D. Dinis” in *Revista Clio*, vol. V, Lisboa, Universidade de Lisboa, 1985

MEREA, Paulo, “Sobre a aclamação dos nossos reis”, in *Revista Portuguesa de História*, tomo X, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1962

MILHEIRO, Maria Manuela, “Festa, pompa e ritual: a aclamação de D. Maria I”, *Barroco: Actas do II Congresso Internacional*, Porto, Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património, 2003

MÓNICA, Maria Filomena, “A lenta morte da Câmara dos Pares (1878-1896)” in *Análise Social*, vol. XXIX (95), – 1º – 2º, nº 125-126, Lisboa, Imprensa Universitária, 1994

MÓNICA, Maria Filomena, *D. Pedro V*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005

MONTEIRO, João Gouveia, *A guerra em Portugal nos finais da idade média*, Editorial Notícias, Lisboa, 1998

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F., CARDIM, Pedro, CUNHA, Mafalda Soares da, (org), in *Optima Pars. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2005

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas, *O Crepúsculo dos Grandes (1750-1832)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “A Nobreza na Revolução Liberal” in *Portugal Contemporâneo*, coord. António Reis, Lisboa, Alfa, 1990

- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "Casamento, celibato e reprodução social: a aristocracia portuguesa nos séculos XVII e XVIII" in *Análise Social*, vol. XXVIII (123-124), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 1993
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "L'Historiographie de la révolution libérale au Portugal: Perspectives récentes" in *La Recherche en Histoire du Portugal*, Paris, Centre d'études portugaises, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales et Société Française d'Histoire du Portugal, 1989
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "Nobrezas e Aristocracias" in *Penélope. Fazer e desfazer a história*, nº 12, Lisboa, Edições Cosmos, 1993
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "Notas sobre Nobreza, Fidalguia e Titulares nos Finais do Antigo Regime" in *Ler História*, nº 10, Lisboa, Edições Salamandra, 1987
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "O Endividamento Aristocrático (1750-1832): Alguns Aspectos" in *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 116-117, 1992
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "Os Rendimentos da Aristocracia Portuguesa na Crise do Antigo Regime" in *Análise Social*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais 111, 1991
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, "Revolução Liberal e Regime Senhorial: A Questão dos Forais na Conjuntura Vintista" in *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, XXIII, 1987
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *D. José*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *Elites e poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003
- MOREIRA, Manuel Vicente, *No cinquentenário da morte do Rei Dom Carlos*, Lisboa, Câmara Municipal, D.L. 1958
- NEVES, José (coord.) *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta-da-china, 2010
- NOBRE, Eduardo, *Casa Real: fotografias, documentos, manuscritos, memorabilia*, Lisboa, Quimera, 2003
- NORTON, Manuel Artur, *A heráldica em Portugal Raízes, simbologias e expressões histórico-culturais*, vol. I, s.l., Dislivro Histórica, 2004
- OLIVEIRA, Artur Águedo de, *D. Carlos atirador de caça Bragança*, Fundação "Os Nossos Livros", Escola Sup. Agrária, 1992

- OLIVEIRA, Miguel de, *Privilégios do Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa*, Lisboa, 1950
- PAÇO DE ARCOS, Isabel, *A intervenção do Rei D. Carlos na política externa portuguesa (1890-1908)*, Lisboa, s.n., 2003
- PAILLER, Jean, *D. Carlos I, Rei de Portugal: destino maldito de um rei sacrificado*, 5a ed., Chiado, Bertrand, 2005
- PAIVA, José Pedro, “O cerimonial da entrada dos bispos nas suas dioceses: uma encenação de poder (1741-1757)”, *Revista de História das Ideias*, vol. 15, Coimbra, Faculdade de Letras, 1993
- PAIXÃO, Braga, *D. Carlos I na Sociedade de Geografia*, Lisboa, Emp. Tip. Casa Portuguesa, 1964
- PAIXÃO, Braga, *Últimos casamentos na casa real em Portugal*, Lisboa, Academia das Ciências, 1965
- PARRO, Joaquim, *Das dissidências partidárias ao Regicídio: figuras, factos e sombras, 1901-1908*, S.l., s.n., 1993
- PAXECO, Óscar, *El-Rei Dom Carlos, o grande caluniado*, Lisboa, s.n., 1964.
- PEREIRA, Miriam Halpern, *Política e economia. Portugal nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 1979
- PEREIRA, Rosa Gertrudes Longo Cameira, *Nuno Álvares Pereira na corte de D: João I, poder senhorial / poder real*, Lisboa, Dissertação de mestrado em história medieval, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade Lisboa, 2002
- PIMENTEL, Alberto, *A última corte do Absolutismo em Portugal*, Lisboa, Livraria Ferim, 1893
- PINA, Madalena Esperança, “A Rainha D. Amélia, a assistência e a saúde em Portugal, *Política Diplomática, militar e Social do Reinado de D. Carlos no centenário da sua morte*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2009
- PINTO, Augusto Cardoso, *A guarda del Rei Dom João II*, Lisboa, 1930
- PINTO; Alda Maria Martins da Silva, *Casamentos da Casa Real Portuguesa no Século XV*, Braga, Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, 1998.
- PONTE, Brigadeiro Nunes da, “Aclamação de D. João IV”, in *Revista de Cultura Lusíada da Sociedade Histórica da independência de Portugal*, s.l., s.e., 1958

- RAMOS, Rui, “Para uma história política da cidadania, in *Análise Social*, vol. XXXIX (172), Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2004
- RAMOS, Rui, *D. Carlos*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2006
- RAMOS, Rui, *João Franco e o fracasso do reformismo liberal: (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001
- Revista da Marinha*, nºs 452 a 455, Ano XLI, Maio a Agosto de 2011
- RIBEIRO, José Alberto, *Rainha D. Amélia, uma biografia*, Lisboa, A esfera dos Livros, 2013
- RODRIGUES, José Barros, *D. Carlos I e D. Afonso XIII, o primeiro encontro régio*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2005
- ROTHSCHILD, Henri de, *S. M. D. Carlos Rei de Portugal*, S.l., s.n., 1944
- RUAS, João, (coord), *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora*, Lisboa, Inapa, 2005
- SALVADO, João Paulo, *Nobreza, Monarquia e Império. A casa senhorial dos almotacés-mores do reino, século XVI- XVIII*, Lisboa, dissertação de Doutoramento, FCSH-UNL, 2009
- SAMARA, Maria Alice, TAVARES, Rui, *O Regicídio*, Lisboa, Tinta-da-China, 2008
- SANCHES, J. Dias, *D. Carlos de Bragança e a sua arte*, Lisboa, J. D. Sanches, 1964
- SANCHEZ-ALBORNOZ, Claudio, *La cúria regia portuguesa, siglos XII y XIII*, Madrid, Junta para ampliacion de estudios e investigaciones científicas, Centro de Estudios Históricos, 1920
- SANTOS, Maria José Azevedo, *Jantar e Cear na Corte de D. João III*, Coimbra, Viseu, Centro de História da Sociedade e da Cultura; Palimage Editores, 2002
- SANTOS, Miguel António Dias *A contra-revolução monárquica do sidonismo à Monarquia do Norte*, Coimbra, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Coimbra, 1998
- SARDICA, José Miguel, *A dupla face do Franquismo na crise da Monarquia*, Lisboa, Edições Cosmos, 1994

SARDICA, José Miguel, “O poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional” in *Análise Social*, nº 203, xlvii (2.º), Lisboa, Imprensa Social, 2012

SEIXAS, Miguel B. A. Metelo de, *Uma série de molduras armoriadas do Palácio Nacional da Ajuda referentes à parentela da rainha D. Maria Pia de Sabóia*, Lisboa, Universidade Lusíada, 2002

SENOS, Nuno de Carvalho Conde, *O Paço da Ribeira, 1501-1582*, Lisboa, s.n., 2000

SERRÃO, José Vicente, PINHEIRO, Magda de Avelar, FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo (org.). *Desenvolvimento económico e mudança social. Portugal nos últimos dois séculos, Homenagem a Miriam Halpern Pereira*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2009

SILVA, Carlos Manique, “Uma instituição de ensino fundada por D. Pedro V: a Escola Real de Mafra, HISTÓRIA, *Revista da faculdade de letras*, III Série, vol. 4, Porto, 2003

SILVA, Casimiro Gomes, *D. Carlos I: exame crítico de um período histórico com elementos inédito*, Lisboa, s.n., 1952

SILVA, Helena Isabel Simões de Carvalho Moreira da, *A Monarquia do norte, a tentativa de restauração monárquica do Porto e a reacção do regime republicano*, Lisboa, Dissertação de mestrado apresentada à Universidade de Lisboa, 2001

SILVA, Isabel Corrêa da, SEIXAS, Miguel Metelo de, *D. Carlos de corpo inteiro*, Carnaxide, Editora Objectiva, 2009

SILVA, José Custódio Vieira da, *Paços Medievais Portugueses*, Lisboa, IPPAR, 1995

SILVA, José Maria Ribeiro da, *El-Rei D. Carlos e o exército: Coronel José Maria Ribeiro da Silva*, Lisboa, [s.n.], 1967

SILVA, José Soares da, *Gazeta em Forma de carta*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1933

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, “Revolução liberal e pariatto (1834-1842)” in *Análise Social*, nº 116-117, vol. XXVIII, 2º – 3Lisboa, Instituto de Ciências Sociais 1992

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, FERNANDES, Paulo Jorge, *D. Luís*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006

- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da, *Suas Excelências. Os Dignos Pares do Reino, 1834-1842*, Lisboa: Prova Complementar de Doutoramento a apresentar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989
- SILVÉRIO, Carla Alexandra Serapicos de Brito, *Representações da realeza na cronística medieval portuguesa. A dinastia de Borgonha*, Lisboa, tese apresentada à FCSH, UNL, 1999
- SOBRAL, Fernando, CORDEIRO, Paula Alexandra, *Barings. A história do Banco Britânico que salvou Portugal*, Alfragide, Oficina do Livro, 2005
- SOLLA Luis de Castro, BARRETO, Américo, *Bodas da família Real no Brasil*, Lisboa, Separata do boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 1981
- SOUSA, Ivo Carneiro, “Introdução ao estudo do património da Casa e da Corte de D. Leonor”, *Espiritualidade e corte em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Porto, 28 a 30 de Maio de 1992, Porto, Instituto de cultura Portuguesa, 1993
- SOVERAL, Carlos Eduardo de, *D. Carlos, caso exemplar de humanismo português*, Porto, Livr. Tavares Martins, 1964
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Ultimatum inglês: política externa e política interna no Portugal de 1890*, Lisboa, Alfa, 1990
- TOJAL, Diamantino, *A procissão do corpo de Deus na 2ª metade do século XVIII*, Lisboa, 1948
- TORGAL, Luís Reis, *Estados novos, estado novo: ensaios de história política e cultural*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009
- URBANO, Pedro, “The everyday life on the Royal Household” ROSA, Maria de Lurdes (org.), *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?*, IEM / CHAM / Caminhos Romanos, 2012
- URBANO, Pedro, *A Casa Palmela*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008
- VALENTE, Vasco Pulido, *A “República velha”, 1910-1917*, Lisboa, Gradiva, 1997
- VALENTE, Vasco Pulido, *As duas tácticas da monarquia perante a Revolução*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1974
- VALENTE, Vasco Pulido, *o poder e o povo. A revolução de 1910*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1974

VALÉRIO, Nuno (coord.) *História do sistema bancário português*, vol. 1, Lisboa, Banco de Portugal, 2006

VASCONCELOS, Francisco de, *A Nobreza do século XIX em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos de Genealogia Heráldica e História da família da Universidade Moderna do Porto, 2003.

VENTURA, Leontina, *A nobreza de Corte de Afonso III*, Coimbra, s.n., 1992

VICENTE, António Pedro, *D. Maria Pia e seus fotógrafos*, Lisboa, s.n. 1988

XAVIER, Ângela Barreto, *Festas que se fizeram pelo casamento do rei D. Afonso VI*, Lisboa, Quetzal Editores, 1996

## **6. Estudos Estrangeiros**

ADONIS, Andrew, *Making Aristocracy Work, The peerage and the political system in Britain, 1884-1914*, Oxford, Clarendon Press, 1993

ARAGÓN MATEOS, Santiago, *La nobleza extremeña en el siglo XVIII*, Mérida, Consejo ciudadano de la Biblioteca Pública Municipal Juan Pablo Forner, 1990

ATIENZA HERNÁNDEZ, Ignacio, *Aristocracia, poder y riqueza en la España Moderna: la casa de Osuna, siglos XV-XIX*, Madrid, Siglo XXI de España, 1987

BARTILLAT, Christian de, *Histoire de la noblesse française 1789-1989*, Paris, A. Michel, 1988

BATIFFOL, Louis, *Le Louvre, sous Henri IV a Louis XIII. La vie de la cour de France aux XVIIe siècle*, Paris, Calmann-Lévy, éditeurs, 1930

BEAUSSANT, Philippe, *Le Roi-Soleil se lève aussi: récit*, Paris, Gallimard, 2000

BECKETT, J. V., *The aristocracy in England 1660-1914*, Oxford, Basil Blackwell, 1989

BICKERSTETH, John, *Clerks of the closet in the Royal Household*, Stroud, Gloucestershire, Alan Sutton, 1991

BOHDANOR, Vernon, *The monarchy and the constitution*, Oxford, Clarendon Press, 1995



- BRELOT, Claude-Isabelle, *La noblesse reinventée: nobles de Franche-comté de 1814 à 1870*, Paris, Pie impronta Annales littéraires de l'Université de Besaçon, Centre National de la Recherche Scientifique, 1992
- BRONNE, Carlo, “Le grand siècle du Portugal et de la Bourgogne”, *O Instituto*, vol. 115, Coimbra, Tipografia da Coimbra Editora, 1951
- BURDIEL, Isabel, “Biografía, biografía de reyes: Isabel II como problema” DAVIS, J. C, BURDIEL, Isabel, (ed), *El outro, el mismo, Biografía y autobiografía en Europa (siglos XVII-XX)*, València, PUV, 2005
- BURKE, Peter, *A construção de Luís XIV*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007
- CANNADINE, David, *Aspects of aristocracy: grandeur and decline in modern Britain*, London, Yale University Press, 1994
- CANNADINE, David, PRICE, Simon, *Power and Ceremonial in traditional Societies*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987
- CARMONA PIDAL, Juan, *Aristocracia Terrateniente y cambio agrario en la España del siglo XIX. La Casa de Alcañices (1790-1910)*, Ávila, Junta de Castilla y Leon Consejería de Educación y cultura, 2001
- CARTELLIERI, Otto, *The court of Burgundy. Studies in the history of Civilization*, London, Kegan Paul, 1929
- CHAUSSINAND-NOGARET, Guy, « De l'aristocracie aux élites » in *Histoire des élites en France du XVIe ao XXe siècle*, s.l., Tallandier, 1991, pp. 217-318; DOYLE, William, *Officers, Nobles and revolutionaries. Essays on eighteenth-century France*, London and Rio Grande, The Hambledon Press, 1995
- CLARK, Samuel, *State and Status. The Rise of the State and Aristocratic Power in Western Europe*, Montreal & Kingston, London, Buffalo, McGill-Queens University Press, 1995
- COLE, Laurence, UNOWSKY, Daniel, ed., *The limits of loyalty. Imperial Symbolism, Popular Allegiances and State patriotism in the late Habsburg Monarchy*, New York, Oxford, Berghahn Books, 2007
- CONTAMINE, Philippe, (dir.) *L'état et les aristocrates, XII-XVIIIe siècle, France, Angleterre, Ecosse*, Paris, Presses de l'École normale supérieure, 1989

- DA VINHA, Mathieu, *Les valets de chambre de Louis XIV*, Paris, Perrin, 2004
- DIMIER, Louis, *Le château de Fontainebleau et la cour de François Ier*, Paris, Calmann-Levy éditeurs, 1930
- ELIAS, Norbert, *A sociedade de corte*, Lisboa, Estampa, 1987
- EZAMA GIL, Ángeles, *La infanta Eulália de Borbón. Vivir y contar la vida*, Zaragoza, Prensas Universitárias de Zaragoza, 2009
- FAUCHIER-MAGNAN, Adrien, *Les petites cours, d'Allemagne au XVIII siècle*, Paris, Flammarion, 1947
- FORCE, Duc de la, *Louis XIV et sa Cour*, Paris, Librairie Athème Fayard, 1956, p. 52. France, Tallandier, 1989.
- FRASER, Andrew, *Reinventing Aristocracy: the constitutional reformation of Corporate Governance*, Aldershot, Dartmouth Publishing Company Limited, 1998.
- HIGGS, David, Nobles, *Titres, aristocrates en France après la Révolution, 1800-1870*, s. l., Liana Levi, 1990
- FUNCK-BRENTANO, Frantz, *La cour du Roi Soleil*, Paris, Grasset, 1937
- GATTEY, Charles Neilson, *Crowning Glory. The merits of monarchy*, London, Shephard-Walwyn, 2002
- GENOVEZ, Patrícia Falco, “Os cargos do Paço Imperial e a Corte no Segundo Reinado”, *MÉTIS – História e Cultura*, vol. 1, nº1, jan.-jun. 2002, Caxias do Sul, EDUCS, 2002
- GÓMEZ-CENTURIÓN JIMÉNEZ, Carlos, coord., *Monarquía y corte en la España Moderna*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2003
- GÓMEZ-CENTURIÓN, Carlos, SÁNCHEZ BELÉN, Juan Antonio, *La herencia de Borgoña: la hacienda de las Reales Casas durante el reinado de Felipe V*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1998
- GUIMARÃES, A. C. D'Araújo, *A Corte no Brasil, figuras e aspectos*, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1936
- HIBBERT, Christopher, *La vie privée des souverains anglais a la cour de Windsor, des Plantagenêts a nos jours*, Paris, Hachette, 1967

- HIGGS, David, *Nobles, titrés, aristocrates en France après la Révolution 1800-1870*, Paris, Liana Levi, 1990
- HOBBSBAWM, Eric, RANGER, Terence, dir., *The invention of tradition*, (6<sup>a</sup> ed.).Cambridge, Cambridge University Press, 2008
- HOBBSBAWM, Eric, *The age of revolution, 1789-1848*, New York, Vintage Books, 1996.
- HUBBARD, Kate, *Serving Victoria, Life in the Royal Household*, London, Chatto & Windus, 2012
- JESÚS BAZ, Maria, “A dissolução do Património da casa de Alba na Galiza, 1890-1926” in *Penélope*, nº 12, Lisboa, edições Cosmos, 1993
- JURADO SÁNCHEZ, José, *La economía de la Corte, el gasto de la Casa Real en la Edad Moderna (1561-1808)*, Madrid, Instituto de Estudios Fiscales, 2005
- KAMEN, Henry, *Filipe I. O rei que uniu Portugal e Espanha*, Lisboa, A esfera dos Livros, 2009
- LA PARRA LÓPEZ, Emílio (coord.). *La imagen del poder. Reyes y regentes en la España del siglo XIX*, Madrid, Editorial Síntesis, 2011
- LABRADOR ARROYO, Félix, *La Casa Real Portuguesa de Felipe II y Felipe III: la articulación del reino a través de la integración de las elites de poder (1580-1621)*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 2006
- LAYNESMITH, J. L, *The Last medieval queens*, Oxford, Oxford University Press, 2004
- LENOTRE, G., *Versailles au temps du Roi*, Paris, Éd. Bernard Grasset, 1935
- Les noblesses européennes au XIXe siècle / Actes du colloque organisé par L'Ecole française de Rome et le Centro per gli studi di politica estera e opinione pubblica de l'Università de Milan...* (Rome 21-23 novembre 1985), Roma, École Française de Rome, 1988
- LIEVEN, Dominic, *Aristocracy in Europe, 1815-1914*, London, Macmillan, cop.1992
- LOLIÉE, Frédéric, *La vie d'une impératrice, Eugénie de Montijo*, Paris, Editions Jules Tallandier, 1918

LÓPEZ-CORDÓN, M<sup>a</sup> Victoria, PÉREZ SAMPER, M<sup>a</sup> Ángeles; MARTÍNEZ de SAS, M<sup>a</sup> Teresa, *La casa de Borbón, (1808-2000) Familia, corte y política*, vol., 2, Madrid Alianza Editorial, 2000

MANSEL, Philip, *Dressed to Rule. Royal and court costume from Louis XIV to Elizabeth II*, New Haven and London, Yale University Press, 2005.

MANSEL, Philip, *La cour sous la Révolution, l'exil et la restauration, 1798-1830*, France, Tallandier, 1989

MANSEL, Philip, *The court of France, 1789-1830*, Cambridge, Cambridge University Press, 1991

MARTÍNEZ MILLÁN, José, “La substitución del “Sistema cortesano” por el paradigma del “Estado Nacional” en las investigaciones Históricas” in *Libros de la Corte.es*, Núm. 1, Año 2, primavera, 2010

MARTÍNEZ MILLÁN, José, CARLOS MORALES, Carlos Javier de, FERNÁNDEZ CONTI, Santiago, *La corte de Carlos V*, Madrid, Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000

MARTINEZ MILLÁN, José, FERNÁNDEZ CONTI, Santiago, (Dirs.) *La monarquía de Felipe II: la casa del Rey*, Madrid, Fundacion Mapfre Tavera, 2005

MAYER, Arno, *La persistance de l'Ancien Régime. L'Europe de 1848 à la Grande Guerre*, Paris, Flammarion, 1990

MAYER, Arno, *La persistance de l'ancien Régime. L'Europe de 1848 à la Grande Guerre*, Paris, Flammarion, 1983

MAYORAL LÓPEZ, Ruben, *La Casa Real de Felipe III (1598-1621), ordenanzas y etiquetas*, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid - Tesis Doctoral, 2007

MEYER, Bertrand, *La Vie Quotidienne à Buckingham, de Victoria à Elisabeth II*, Paris, Hachette, 1991

NEWTON, William R., *L'espace du roi, La cour de France au château de Versailles, 1682-1789*, s.l., Fayard, 2000

NEWTON, William R., *La petite cour, Services et serviteurs à la cour de Versailles, au XVIII<sup>e</sup> siècle*, sl, Fayard, 2006

- NOEL, Charles C., “La etiqueta borgoñona en la corte de España (1547-1800)” in *Manuscripts Revista d'història moderna*, nº 22, Bellaterra, Servei de Publicacions de la Universitat Autònoma de Barcelona, 2004
- OKEY, Robin, *The Habsburg Monarchy, from enlightenment to eclipse*, New York, St. Martin's Press, 2001
- PEREY, Lucien, *Charles de Lorraine et la cour de Bruxelles sous le règne de Marie Thérèse*, 3eme édition, Paris, Clamann-Levy, s.d.
- PETITEAU, Natalie, *Élites et mobilités: la noblesse d'Empire au XIX siècle (1808-1914)*, Paris, la Boutique de l'Histoire, 1997
- PILBEAM, Pamela, *The Constitutional Monarchy in France, 1814-48*, Harlow, Pearson Education Limited, 2000
- PLUNKETT, John, *Queen Victoria, first media monarch*, NY, Oxford University Press, 2003
- REY BUENO, Maria del Mar, “Medicina y Farmacia Cortesana: estudio de la organización sanitaria en la corte española (1548-1700)” in *Alma Mater*, Nº 16, 1999
- ROHL, John, *The Kaiser and his court, Wilhelm II and the Government of Germany*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994
- RUIZ TORRES, Pedro, “Aristocracia e Revolução Liberal em Espanha” in *Penélope* nº 12, Lisboa, Edições Cosmos, 1993
- SÁNCHEZ ARANDA, José J., MONTERO DÍAZ, Julio, PAZ, María Antonia, *La imagen pública de la monarquía: Alfonso XIII en la prensa escrita y cinematográfica*, Barcelona, Ariel, 2001
- SCHWARZ, Lilia Moritz, *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, s.l., Companhia das Letras, 1998
- SEGALEN, Martine, *Ritos y rituales contemporáneos*, Madrid, Alianza Editorial, 2011
- SMITH, Robert, MOORE, John S, *The monarchy fifteen hundred years of British tradition*, London, Smith's Peerage Limited, 1998
- SOLNON, Jean-François, *La cour de France*, Paris, Fayard, 1987
- STONE, Lawrence, STONE, Jeanne, *An open elite? England 1540-1880*, Oxford, Clarendon Press, 1986

STRONG, Roy, *Coronation from the 8th century to the 21st century*, Harper Perennial, 2005

TAYLOR, A. J. P., *The habsburg monarchy, 1809-1918 A History of the Austrian empire and Austria-hungary*, London, Penguin book, 1964

TISSOT, Victor, *Vienna d'Austria e a sua corte*, Lisboa, Livraria Central de Gomes de Carvalho, ed., 1901

TUDESQ, André-Jean, « L'élargissement de la noblesse en France dans la première moitié du XIX<sup>e</sup> siècle », in *Les noblesses européennes au XIX<sup>e</sup> siècle / Actes du colloque organisé par L'Ecole française de Rome et le Centro per gli studi di politica estera e opinione pubblica de l'Università de Milan... ..* (Rome 21-23 novembre 1985), Roma, École Française de Rome, 1988, pp. 121-135

VACAS GARCÍA-ALÓS, Luis, *La administración de la Casa del Rey y su control jurisdiccional en el Derecho Constitucional español*, Madrid, Centro de Estudos políticos e constitucionais, 2002

WEBER, Caroline, *Rainha da Moda. A roupa que Maria Antonieta usou para a Revolução*, Lisboa, Oceanos, 2008

WITKOWSKY, G. J. *Les Accouchements a la cour*, Paris, G: Steinheil, éditeur, s.d

ZMORA, Hillay, *Monarchy, aristocracy and the state in Europe 1300-1800*, London, Routledge, 2001

## Lista de Quadros

### Capítulo I. A Casa Real: organização e práticas administrativas

Quadro I – Casa Real Portuguesa 1889-1909: repartições ..... 34

Quadro II – Evolução dos ofícios-mores durante a Dinastia de Bragança ..... 42

### Capítulo III. A Fazenda da Casa Real

Quadro I – Lista Civil de vários países em 1910 (milhões de marcos alemães) ..... 209

Quadro II – Evolução dos funcionários da Administração da Fazenda da Casa Real 1890-1907 ..... 233

Quadro III – Receita e despesa da Casa Real a preços correntes e constantes 1889-1907 ..... 238

Quadro IV – Diferença entre as taxas de variação anual da receita e da despesa da Casa Real a preços correntes e constantes, 1890-1907 ..... 242

Quadro V – Liquidação de adiantamentos ao Tesouro Público, 1891-1896 255

Quadro VI – Liquidação de adiantamentos ao Tesouro Público, 1891-1897, segundo relatório da Comissão (1915) ..... 255

Quadro VII – Cedência da dotação de D. Carlos e Infantes, 1892-1900 ..... 257

Quadro VIII – Cedência da dotação da Família Real ao longo da Monarquia Constitucional ..... 258

Quadro IX – Transferências extraordinárias do Tesouro: abonos para despesas de representação, 1889-1907 ..... 271

Quadro X – Transferências extraordinárias do Tesouro: Liquidação de Contas entre a Casa Real e o Tesouro Público ..... 272

Quadro XI – Transferências extraordinárias do Tesouro: Rendas de edifícios da Coroa no usufruto do Estado ..... 276

Quadro XII – Transferências Extraordinárias do Tesouro: abonos

extraordinários .....	277
Quadro XIII – Totais das transferências extraordinárias do Tesouro, 1889-1907 .....	279
Quadro XIV – Comparação entre as transferências ordinárias e extraordinárias do Tesouro e as despesas totais do Estado e do Ministério da Fazenda a preços constantes, 1890-1907 .....	284
Quadro XV – Despesas <i>per capita</i> em preços constantes, 1889-1907 (valores de 1914) .....	288
Capítulo IV. As cerimónias da monarquia	
Quadro I – Festividades da Corte .....	294
Quadro II – Festividades da corte, por categorias .....	296
Quadro III – Visitas oficiais de D. Carlos .....	343
Quadro IV – Vistas oficiais a Portugal durante o reinado de D. Carlos .....	348



## Lista de Tabelas

### Capítulo II. Os elementos humanos

Tabela I – Ofícios e oficiais-mores .....	123
Tabela II – Percentagens relativas ao enquadramento familiar .....	126
Tabela III – Percentagens relativas ao Serviço à Casa Real .....	127
Tabela IV – Percentagens relativas às carreiras .....	130
Tabela V – Percentagens relativas às Carreiras Políticas .....	132
Tabela VI – Percentagens dos Maiores Contribuintes de Lisboa.....	134
Tabela VII – Gentis-homens da Câmara de D. Carlos .....	147
Tabela VIII – Percentagens relativas ao enquadramento familiar .....	150
Tabela IX – Percentagens relativas ao Serviço à Casa Real .....	150
Tabela X – Percentagens relativas às Carreiras .....	152
Tabela XI – Percentagens relativas às Carreiras Políticas .....	152
Tabela XII – Percentagens relativas aos maiores contribuintes de Lisboa ...	153
Tabela XIII – Os Veadores ao serviço da Rainha D. Amélia .....	157
Tabela XIV – Percentagens relativas ao enquadramento familiar .....	158
Tabela XV – Percentagens relativas ao serviço da Casa Real .....	158
Tabela XVI – Percentagens relativas à carreira .....	158
Tabela XVII – Percentagens relativas à carreira política .....	159
Tabela XVIII – Percentagens relativas à participação nos Maiores contribuintes de Lisboa .....	159
Tabela XIX – Damas ao serviço da Rainha D. Amélia .....	162
Tabela XX – Estrutura remuneratória dos Ofícios Superiores da Casa Real e da Administração Central e Periférica em 1890 .....	171
Tabela XXI – Acumulação de Ofícios .....	181

Tabela XXII – Imposto de Selo respeitante às diversas categorias da Casa Real, em vigor durante o Reinado de D. Carlos .....	188
--	-----

## Lista de gráficos

### Capítulo I. A Casa Real: organização e práticas administrativas

#### Gráfico I – Número de ofícios-mores e ofícios-mores honorários:

1889-1909 ..... 43

### Capítulo III. A Fazenda da Casa Real

Gráfico I – Evolução da dotação régia de um conto de réis diário a preços constantes durante a Monarquia Constitucional ..... 210

Gráfico II – Evolução do valor médio da dotação por reinado, a preços constantes, 1834 a 1910 ..... 211

Gráfico III – Evolução das dotações de D. Carlos e da Família Real ao longo do reinado deste Rei a preços constantes ..... 212

Gráfico IV – Receitas e Despesas da Casa Real a preços constantes, 1889-1907 ..... 239

Gráfico V – Despesa da Casa Real a preços correntes e constantes, 1889-1907 ..... 241

Gráfico VI – Receita da Casa Real a preços correntes e constantes  
1889-1907 ..... 241

Gráfico VII – Despesas ordinárias e extraordinárias a preços constantes, 1889-1907 ..... 246

Gráfico VIII – Despesas ordinárias e extraordinárias a valores percentuais, 1889-1907 ..... 246

Gráfico IX – Média das despesas ordinárias a preços constantes,  
1889-1907 ..... 248

Gráfico X – Evolução das despesas ordinárias mais significativas a preços constantes, 1889-1907 ..... 251

Gráfico XI – Evolução das despesas ordinárias mais significativas a valores percentuais do total da despesa, 1889-1907 .....	252
Gráfico XII – Evolução das despesas extraordinárias a preços constantes 1889-1907 .....	253
Gráfico XIII – Evolução das despesas extraordinárias em valores percentuais do total da despesa, 1889-1907 .....	253
Gráfico XIV – Receitas ordinárias e extraordinárias a preços constantes, 1889-1907 .....	264
Gráfico XV – Receitas ordinárias e extraordinárias em valores percentuais, 1889-1907 .....	264
Gráfico XVI – Média das receitas ordinárias a preços constantes, 1889-1907 .....	265
Gráfico XVII – Evolução das receitas ordinárias a preços constantes, 1889-1907 .....	266
Gráfico XVIII – Evolução das receitas ordinárias em valores percentuais do total da despesa 1889-1907 .....	268
Gráfico XIX – Evolução das receitas extraordinárias a preços constantes, 1889-1907 .....	269
Gráfico XX – Receitas extraordinárias em valores percentuais 1889-1907 .....	269
Gráfico XXI – Evolução das receitas e despesas ordinárias a preços constantes, 1889-1907 .....	282
Gráfico XXII – Evolução das despesas e receitas extraordinárias a preços constantes, 1889-1907 .....	282
Gráfico XXIII – Despesas da Casa Real em comparação com as despesas dos Ministérios a preços constantes, 1890 – 1907 .....	285
Gráfico XXIV – Despesas dos poderes Moderador, Judicial e Legislativo em preços constantes, 1890 – 1907 (valores de 1914) .....	286